

ADRIANE VIDAL COSTA

**INTELECTUAIS, POLÍTICA E LITERATURA NA AMÉRICA LATINA: o debate sobre  
revolução e socialismo em Cortázar, García Márquez e Vargas Llosa (1958-2005)**

Universidade Federal de Minas Gerais  
Doutorado  
2009

# **Livros Grátis**

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Adriane Vidal Costa

**INTELECTUAIS, POLÍTICA E LITERATURA NA AMÉRICA LATINA: o debate sobre  
revolução e socialismo em Cortázar, García Márquez e Vargas Llosa (1958-2005)**

**Tese** apresentada ao programa de Pós-Graduação do Departamento de História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito para obtenção do título de Doutora em História.

**Área de Concentração:** História, Tradição e Modernidade.

**Linha de Pesquisa:** História e Culturas Políticas

**Orientadora:** Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Kátia Gerab Baggio.

Universidade Federal de Minas Gerais  
Doutorado  
2009

Dissertação intitulada “INTELECTUAIS, POLÍTICA E LITERATURA NA AMÉRICA LATINA: o debate sobre revolução e socialismo em Cortázar, García Márquez e Vargas Llosa (1958-2005)”, de autoria da doutoranda Adriane Vidal Costa, aprovada pela banca examinadora constituída pelas seguintes professoras:

---

Profª Drª Eliana Regina de Freitas Dutra  
Departamento de História — UFMG

---

Profª Drª Helenice Rodrigues da Silva  
Departamento de História — UFPR

---

Profª Drª Kátia Gerab Baggio  
Departamento de História — UFMG

---

Profª Drª Maria Helena Rolim Capelato  
Departamento de História — USP

---

Profª Drª Maria Ligia Coelho Prado  
Departamento de História — USP

Belo Horizonte, 06 de junho de 2009

Av. Antônio Carlos, 6627 — Belo Horizonte , MG — 31270-901 — Brasil — Tel.: (31) 3409-5068

## AGRADECIMENTOS

A realização desse trabalho não seria possível sem a contribuição de várias pessoas, para as quais os meus agradecimentos nunca serão suficientes. Agradeço primeiramente à minha orientadora Kátia Gerab Baggio, que me acompanha desde o mestrado, sempre muito dedicada, generosa e rigorosa. Suas críticas e sugestões foram fundamentais para a redação do trabalho.

Aos professores Rodrigo Patto Sá Motta e Giselle Martins Venancio pelas orientações no exame de qualificação. Em especial ao professor Rodrigo Patto Sá Motta pelas indicações bibliográficas. Agradeço o apoio do Programa de Pós-graduação do Departamento de História da FAFICH/UFMG, durante a realização do trabalho.

A minha gratidão aos colegas que pesquisam a história da América Latina pela generosidade e preciosas sugestões, em especial a Breno Miranda, Mateus Fávoro, Natally Dias, Priscila Dorella. À Sílvia Miskulin, Mariana Villaça e Daniel Bretas pelo envio de materiais importantes e de difícil acesso que contribuíram para a elaboração do trabalho.

A todos os meus amigos que sempre me apoiaram e ouviram minhas dúvidas e “lamentações”, em especial, a Daniel Barbo, Natally Dias e Juniele Rabêlo. À minha prima querida, Cristiane, por contribuir com os momentos de “fuga” do “árduo” e “prazeroso” trabalho de se fazer uma tese. Aos amigos que a “aceleração da vida contemporânea” fez ficarem “distantes”, mas que sempre torceram por mim: Suzane, Osmar, Isabel, Cíntia, Gê, Geraldo, Ana.

Agradeço aos pesquisadores da lista de discussão da Associação Nacional de Pesquisadores e Professores de História das Américas — ANPHLAC, que sugeriram, às

vezes sem sabê-lo, livros, textos e *sites* que foram importantes para a pesquisa. Em especial a Jaime de Almeida que ajudou a buscar informações sobre fontes impressas no exterior.

Aos colegas de trabalho do curso de história e jornalismo do Centro Universitário Newton Paiva e da Faculdade Estácio de Sá pelo apoio: Juniele Rabêlo, Marcelo Steffens, Célia Nonata, Pedro Krettli. Com carinho, agradeço aos ex-alunos e alunos do curso de história e jornalismo pelo reconhecimento e respeito. Agradeço em especial a Ana Carolina pelo trabalho de digitação.

Minha eterna gratidão a Solange, minha mãe, que, mesmo longe, nunca deixou de contribuir com seu carinho. A meu marido Ronnie, sempre muito atencioso, generoso, compreensivo e amoroso, acompanhou minhas inquietações e alegrias. Sem seu apoio o trabalho não teria sido concluído. A minha filha querida, Thaís, pela compreensão, carinho e por gostar de história tanto quanto a mãe! A vocês dedico este trabalho.

## **Resumo**

Na América Latina, nos anos 1960, socialismo e revolução foram fortes componentes do discurso intelectual e geraram grandes debates políticos que se estenderam pelas décadas de 1970 e 1980. A experiência revolucionária cubana teve grande importância na politização e ação intelectual de Julio Cortázar, Mario Vargas Llosa e Gabriel García Márquez, que viveram intensamente o engajamento intelectual ao tomar posições nos combates políticos dessa época. Participaram significativamente das discussões em torno da Revolução Cubana e da Revolução Sandinista, produzindo discursos de grande repercussão, que circularam em artigos, crônicas, romances, cartas abertas e manifestos. Neste trabalho, analisamos a participação dos três escritores no debate sobre revolução, socialismo, o papel do intelectual e a função político-social da literatura durante três décadas (de 1960 a 1990). Mostramos a formação de uma rede intelectual latino-americana de esquerda em torno de Cuba e seu impacto no campo literário, e como o “caso Padilla”, entre outras questões, provocou a ruptura de muitos intelectuais com o regime revolucionário cubano. Analisamos também as críticas de Cortázar e Vargas Llosa às esquerdas, a posição de García Márquez e Vargas Llosa no mundo pós-Guerra Fria, e, por fim, a militância neoliberal de Vargas Llosa em fins do século XX e primeiros anos do século XXI.

**Palavras-chave:** esquerdas latino-americanas, intelectuais engajados, Julio Cortázar, Gabriel García Márquez, Mario Vargas Llosa.

## **Abstract**

In Latin America, in the 1960s, socialism and revolution were powerful components of the intellectual discourse and generated great political debates which spread out over the 1970 and 1980 decades. The Cuban revolutionary experience had a great value to the politicization and intellectual action of Julio Cortázar, Mario Vargas Llosa and Gabriel García Márquez, who lived intensely the intellectual engagement while taking positions in the political combats at that time. They took significant part in the discussions around the Cuban and Sandinist Revolutions, producing discourses of large repercussions, which circulated on articles, chronicles, novels, open letters and manifestos. At the present work, we analyze the participation of the three writers in the debate about revolution, socialism, the role of the intellectual and the politic-social function of the literature during three decades (from 1960 to 1990). We show the establishment of a left Latin-American intellectual web around Cuba and its impact on the literary field, and how the “Padilla matter”, among other questions, provoked many intellectual’s break-up with the Cuban revolutionary regime. We also analyze Cortázar’s and Vargas Llosa’s criticism to the lefts, the position of García Márquez and Vargas Llosa in the post-Cold War world, and, at last, Vargas Llosa’s neoliberal militancy at the ends of the twentieth century and the first years of the twenty first century.

**Key-words:** Latin-American lefts, engaged intellectuals, Julio Cortázar, Gabriel García Márquez, Mario Vargas Llosa.



## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	10
<b>CAPÍTULO I — CUBA: a “Roma antilhana”</b> .....	41
1.1. A Revolução “direciona” uma rede intelectual latino-americana de esquerda.....	44
1.2. O debate sobre o papel do intelectual na (ou para a) Revolução.....	57
<b>CAPÍTULO II — <i>LOAS A LA REVOLUCIÓN</i>: García Márquez, Vargas Llosa e Cortázar</b> .....	91
2.1. Gabriel García Márquez, jornalismo político.....	91
2.2. Mario Vargas Llosa, momentos de crise.....	99
2.3. Julio Cortázar, desde Paris.....	118
<b>CAPÍTULO III — O <i>boom</i> da literatura latino-americana, o exílio e a Revolução Cubana</b> .....	131
3.1. A “grande família” do <i>boom</i> .....	131
3.2. O êxito de <i>Cien años de soledad</i> , os escritores e o <i>boom</i> .....	149
3.3. O exílio, o <i>boom</i> e os intelectuais.....	155
3.4. “Literatura na revolução ou revolução na literatura?”: a polêmica entre Cortázar, Vargas Llosa e Óscar Collazos.....	176
<b>CAPÍTULO IV — AS DISSIDÊNCIAS E OS DILEMAS DO COMPROMISSO: as complexidades do debate intelectual</b> .....	186
4.1. Os novos rumos da política cultural em Cuba e o debate sobre a função do intelectual.....	187
4.2. O “caso Padilla”.....	194
4.3. A dissidência: Vargas Llosa.....	207
4.4. Os dilemas do compromisso: Cortázar e García Márquez.....	214

<b>CAPÍTULO V — DEPOIS DO “CASO PADILLA”: o intelectual, a revolução e o socialismo</b> .....	229
5.1. Vargas Llosa: um intelectual latino-americano entre Sartre e Camus.....	229
5.2. O debate no campo literário: <i>Libro de Manuel</i> e <i>Historia de Mayta</i> .....	241
5.3. García Márquez: cronista de seu tempo.....	262
<b>CAPÍTULO VI — REDIMENSIONANDO O DEBATE: a Nicarágua sandinista</b> .....	289
6.1. García Márquez: militância ativa.....	293
6.2. Julio Cortázar: “Nicarágua tão violentamente doce”.....	307
6.3. Vargas Llosa: “Nicarágua na encruzilhada”.....	319
<b>CAPÍTULO VII — O ARREFECIMENTO DO DEBATE INTELECTUAL: a crise das esquerdas</b> .....	341
7.1. García Márquez e a Revolução Cubana: entre a fama e o poder.....	342
7.2. Vargas Llosa: um intelectual em defesa do neoliberalismo.....	365
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	394
<b>REFERÊNCIAS DOCUMENTAIS E BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	400

## INTRODUÇÃO

Em 1962, o escritor argentino Julio Cortázar (1914-1984) publicou seu livro *Histórias de cronópios e de famas*, que reúne pequenos contos de realismo fantástico<sup>1</sup>. Num desses contos, que dá nome à obra, Cortázar inventou fascinantes criaturas que se parecem muito com os seres humanos: os cronópios, os famas e as esperanças. O leitor, na medida em que decifra o conto, descobre por si mesmo o significado desses seres imaginários. Na nossa interpretação, os cronópios são seres sensíveis, críticos e inconformistas. São também escritores, poetas e artistas que não conseguem viver sem criar e fazer arte, que não diferenciam a arte de escrever da arte de viver e que, acima de tudo, adoram imaginar, debater e polemizar.<sup>2</sup> Nesse sentido, o colombiano Gabriel García Márquez (1928), o peruano Mario Vargas Llosa (1936) e o próprio Julio Cortázar são cronópios. Para eles o escrever é a própria essência da vida, não importando em que condição se escreve, sobre o que se escreve ou como se escreve. Além disso, os três escritores, com uma vasta obra literária, reconhecida mundialmente, se envolveram em grandes debates políticos e em inúmeras polêmicas na América Latina.

A proposta do trabalho não é fazer um estudo de crítica literária, mas uma análise sobre as trajetórias políticas dos três cronópios e a participação deles no polêmico debate sobre revolução, socialismo, o papel do intelectual e a função político-social da literatura. Escolhemos trabalhar com García Márquez, Vargas Llosa e Cortázar porque os três viveram intensamente o engajamento intelectual ao tomarem posição nos combates

---

<sup>1</sup> Sobre o conceito de realismo fantástico, ver capítulo III, p. 132.

<sup>2</sup> Os famas, por sua vez, são acomodados, prudentes, meticulosos e com poucas recordações. As esperanças, criaturas calculistas e egoístas, gostam do poder, e, por isso, detestam ser contrariadas e desobedecidas. Cf. CORTÁZAR, Julio. *Historias de cronópios e de famas*. 7. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001; CORTÁZAR, Julio. *Valise de cronópio*. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1993.

políticos de sua época. Participaram significativamente das discussões em torno da revolução e do socialismo e produziram discursos fomentadores de um debate que se estendeu por quase toda a América Latina, suscitando polêmicas fecundas. Foram escritores que se enquadraram, cada um à sua maneira, ao “modelo” de intelectual que buscava aliar política com produção intelectual e literária. Além disso, García Márquez, Vargas Llosa e Cortázar viveram a experiência do exílio, o que marcou profundamente as suas interpretações sobre a política latino-americana, o papel do intelectual e a função da literatura. A pesquisa foi realizada por meio da análise de artigos, ensaios, correspondências, entrevistas, memórias, romances, contos e roteiros cinematográficos, que trazem importantes contribuições para a reflexão sobre a situação política latino-americana, de acordo com a visão de cada intelectual focado, principalmente no que concerne ao debate sobre revolução e socialismo. Este é um tema ainda pouco investigado por historiadores. A grande maioria dos trabalhos sobre os três é de autoria de críticos literários que analisam sua produção literária e trajetórias individualmente, sem a preocupação com sua inserção no debate político-intelectual latino-americano de forma sistemática e conjunta.

Durante três décadas, 1960 a 1990, revolução e socialismo foram componentes centrais do debate político-intelectual latino-americano. Os principais eventos que propiciaram e balizaram esse debate decorreram da Revolução Cubana e da Revolução Sandinista na Nicarágua.<sup>3</sup> A experiência revolucionária em Cuba teve uma influência

---

<sup>3</sup> A experiência socialista no Chile, durante o governo de Salvador Allende (1970-1973), foi aclamada por Vargas Llosa, Cortázar e García Márquez, mas não suscitou adesões e debates tão intensos como as experiências cubana e sandinista. Aliás, os três autores praticamente não publicaram textos sobre a experiência socialista no Chile. Os movimentos guerrilheiros do Peru e Colômbia, na década de 1980, foram discutidos e abordados — respectivamente — por Vargas Llosa e García Márquez em artigos e obras literárias. Porém, optamos por analisar o envolvimento dos escritores apenas com os movimentos revolucionários que chegaram efetivamente ao poder. Portanto, o envolvimento de Vargas Llosa com o

marcante na ação intelectual desses escritores durante toda a década de 1960. Pela primeira vez eles assistiram ao processo de construção do socialismo em um país do continente. Por isso, a Revolução Cubana se coloca como fio condutor para compreendermos o compromisso político de cada um com a causa revolucionária e o socialismo, com ênfase nas imagens construídas sobre Fidel Castro e “Che” Guevara; nas críticas aos métodos revolucionários e às formas adotadas pelos dirigentes cubanos para conduzir a Revolução; e, por fim, nos motivos que levaram, de um lado, à ruptura de Vargas Llosa com Cuba (e com o socialismo), e, de outro, à permanência de García Márquez e Cortázar ao lado de Fidel Castro e da Revolução.

Consideramos que o debate sobre revolução e socialismo, propiciado sobretudo pelo clima político gerado pela Revolução Cubana — que atravessou a década de sessenta chegando até a experiência revolucionária sandinista — possibilitou a formação de um espaço comum — revistas, jornais, conselhos editoriais, editoras, reuniões, encontros, conferências, correspondências — de intervenção intelectual para os escritores latino-americanos. Cortázar, Vargas Llosa e García Márquez, como figuras centrais desse debate, fortaleceram e alimentaram esse espaço — até fins da década de 1980 — ao promoverem discussões sobre revolução, socialismo, o papel do intelectual e a função político-social da literatura. O término da experiência socialista no Leste Europeu e a crise das esquerdas na América Latina fizeram com que, principalmente a partir dos anos 1990, o debate se arrefecesse e ocorresse, conseqüentemente, a fragmentação de um espaço comum para a

---

Sendero Luminoso, assim como o de García Márquez com o Movimento 19 de Abril (M-19) e as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), não foi suficientemente analisado neste trabalho. Para uma compreensão das relações conflituosas de ambos com os movimentos guerrilheiros de seus respectivos países, ver: *Crônica de uma morte anunciada* (1981), *Notícia de um seqüestro* (1996), *Reportagens políticas*. Obra jornalística 4 (1974-1995), *Crônicas*. Obra jornalística 5 (1961-1984), de García Márquez; e *Contra vento e maré III* (1990) e *Lituma nos Andes* (1993) de Vargas Llosa.

intelectualidade ou de uma sociabilidade específica, promovendo, em grande medida, o recuo do intelectual de esquerda. Todavia, isso não significou, evidentemente, o fim do intelectual ou da intervenção intelectual no espaço público, sendo uma das provas disso a atuação de Vargas Llosa como um intelectual militante que, desde os anos oitenta, defende um projeto liberal.

O tema está delimitado entre 1958 e 2005, em função do ano de publicação das fontes analisadas. O marco inicial da periodização, fins de 1958, foi escolhido em decorrência do primeiro texto de García Márquez sobre a Revolução Cubana, *Mi hermano Fidel*, resultado de uma entrevista que fez com Ema Castro, irmã de Fidel Castro, sobre a guerrilha em Sierra Maestra e sobre o Movimento Revolucionário 26 de Julho<sup>4</sup>, no qual prestava solidariedade e manifestava simpatia pelo processo revolucionário cubano. Os anos que se seguiram à vitória de Fidel Castro e do Exército Rebelde nos permitem analisar o envolvimento de García Márquez, Vargas Llosa e Julio Cortázar com o processo revolucionário, como também mostrar as rupturas e as continuidades. Assim, o “caso Padilla”<sup>5</sup> foi essencial para compreendermos uma etapa fundamental da Revolução Cubana e para analisarmos como as tensões políticas provocadas por esse episódio foram debatidas por esses três escritores com quem escolhemos trabalhar. No final dos anos setenta e início dos oitenta, mostramos como eles compararam a Nicarágua sandinista com a Cuba de Fidel

---

<sup>4</sup> O MR 26 de Julho foi criado após o assalto ao quartel Moncada, em 1953. Após o retorno dos revolucionários do México, a bordo do *Granma*, o núcleo central do MR 26 de Julho ficou em *Sierra Maestra*, na província cubana de Oriente. Em 1962, durante o processo de centralização política, ocorreu a fusão do MR 26 de Julho, Partido Socialista Popular (PSP) e Diretório Revolucionário que constituíram as Organizações Revolucionárias Integradas (ORI), que posteriormente transformou-se em Partido Unificado da Revolução Socialista (PURS), culminando com o surgimento do Partido Comunista de Cuba (PCC) em 1965. Cf. MISKULIN, Sílvia Cezar. *Cultura ilhada: imprensa e Revolução Cubana (1959-1961)*. São Paulo: Xamã; FAPESP, 2003.

<sup>5</sup> O poeta cubano Heberto Padilla recebeu o prêmio Casa de las Américas em 1967 e, em seguida, foi destituído do prêmio e expulso da União dos Escritores de Cuba por causa de suas opiniões sobre a Revolução. Em 1971, Padilla foi preso e fez — ou, como muitos afirmam, foi coagido a fazer — uma autocrítica, negando tudo que havia dito anteriormente. Isso desencadeou uma onda de protestos por parte de antigos aliados de Cuba, como, entre outros, Jean-Paul Sartre e Mario Vargas Llosa.

Castro, colocando novamente em dia o debate sobre a revolução e o socialismo na América Latina.

O marco final da nossa periodização se justifica pelo arrefecimento do debate intelectual sobre revolução e socialismo, provocado, no cenário mundial, principalmente, pela queda do Muro de Berlim e a extinção da URSS, e, no cenário latino-americano, pela crise político-econômica em Cuba e a derrota dos sandinistas para Violeta Chamorro nas eleições presidenciais de 1990 na Nicarágua. Enfim, foi o momento em que o intelectual de esquerda começava a recuar da cena pública, como afirmou Beatriz Sarlo, por uma crise dos referentes políticos, ligada à insegurança pela ausência de modelos, países-guia, intelectuais-faróis, partidos únicos etc.<sup>6</sup> Ao mesmo tempo, uma crise de identidade abalou direta e indiretamente intelectuais de diferentes vertentes políticas e ideológicas, crise que estava intimamente relacionada com o crescimento do poder da cultura da mídia e a emergência de novos líderes de opinião: os sujeitos midiáticos.<sup>7</sup> Contudo, Vargas Llosa não se deixou abalar por essa crise de identidade, continuou atuante, utilizando-se dos sujeitos midiáticos para expressar sua visão de mundo a partir da ótica neoliberal.<sup>8</sup>

---

<sup>6</sup> SARLO, Beatriz. *Paisagens imaginárias: intelectuais, arte e meios de comunicação*. São Paulo: Edusp, 1997, p. 150.

<sup>7</sup> SIRINELLI, Jean-François. A sociedade intelectual francesa no limiar de um novo século. In: BASTOS, Elide Rugai; RIDENTE, Marcelo (orgs.). *Intelectuais: sociedade e política, Brasil-França*. São Paulo: Cortez, 2003, p. 189. Para Sirinelli, a mídia tornou-se um grande espaço de divulgação e legitimação dos discursos, mas, sob o poder de grandes conglomerados que controlam o setor, tendeu a dar lugar para aqueles que representassem esses grupos ou que, pelo menos, não os incomodassem.

<sup>8</sup> Compreendemos o neoliberalismo como um pensamento político-econômico que envolve um corpo teórico-epistemológico de idéias para a constituição da sociedade e da ordem política. Os princípios defendidos pelos teóricos neoliberais são basicamente os mesmos do liberalismo, diferindo apenas naquilo que a nova realidade do capitalismo impõe. Para os neoliberais, os mecanismos de mercado são capazes de organizar a vida econômica, política e social de cada sociedade e suas relações com o mundo globalizado. A partir dos anos 80, na América Latina, as políticas de mercado livre, a abertura a investimentos externos e a confiança no setor privado passaram a ser vistas como receita para o sucesso econômico. Crença que se fortaleceu com a percepção de que essas políticas funcionaram bem em países como Inglaterra e Estados Unidos. Cf. ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (orgs.) *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995; CASTELLS, Manuel. *Fim de milênio*. 2.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

Em 1990, Vargas Llosa, com uma plataforma claramente neoliberal, perdeu as eleições presidenciais no seu país para Alberto K. Fujimori. Após essa derrota, escreveu suas memórias, *El pez en el agua* (1993), para justificar as suas escolhas políticas: do apoio à Revolução Cubana à adesão ao neoliberalismo. De forma tangencial, ainda que defendendo uma sociedade democrática e de mercado, Vargas Llosa continuou debatendo sobre revolução e socialismo, a fim de criticá-los, utilizando-se, para isso, dos pressupostos neoliberais. Por essa militância, em 2005, Vargas Llosa recebeu o prêmio *Irving Kristol*, outorgado anualmente pelo *Instituto American Enterprise* às personalidades que contribuem para a defesa da democracia no mundo. Na cerimônia de recebimento, Vargas Llosa proferiu o discurso *Confesiones de un liberal*, no qual reafirmou seu compromisso de intelectual propagandista da sociedade democrática e de mercado. Assim, encerra-se aqui nossa delimitação temporal das fontes.

O tema que nos propomos a analisar é norteado pelas discussões sobre a história intelectual e a história dos intelectuais — no bojo da renovação da história política — e pelas reflexões sobre as relações entre história e literatura. O debate em torno da renovação da história política, iniciado nos anos setenta e intensificado nos últimos vinte anos, apresenta-se como fator importante para orientar o nosso estudo. Porém, antes de discutirmos algumas questões teóricas e metodológicas propostas nesse debate, parece-nos pertinente explicar, em linhas gerais, as razões que levaram à renovação da história política. Essa renovação está relacionada com o descrédito que gozou a história política por um longo tempo. Muitos a julgavam positivista, elitista, factual, idealista e ideológica.<sup>9</sup> Viu-se, então, a necessidade de repensá-la. Com esse objetivo, muitos historiadores discutiram e

---

<sup>9</sup> Como nos mostra JULLIARD, Jacques. A política. In: LE GOFF, J. & NORA, P. (Orgs.) *História: novas abordagens*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 3ª ed., 1988, p. 180-181.



discutem novos caminhos para se trabalhar com o político. Pensando nesses novos caminhos, recorreremos à obra organizada por René Rémond, *Por uma história política*, que traz discussões teóricas e metodológicas importantes sobre a renovação da história política, como a utilização de novas abordagens, a proposição de novos problemas e métodos de análise, além do contato com outras disciplinas, como a ciência política, a sociologia, a lingüística e outras mais.

Nessa perspectiva, o político deixa de ser visto apenas como um reflexo do econômico — como em certa tradição marxista — e passa a ser analisado como um dos motores da mudança social. A noção do político se amplia e passa a relacionar-se com outros domínios, como o econômico, o ideológico e o cultural. Liga-se por vários vínculos, por toda espécie de laços, a todos os outros aspectos da vida coletiva. O político não constitui um setor separado: é uma modalidade da prática social. Assim, podemos definir o político como “uma das expressões mais altas da identidade coletiva: um povo se exprime tanto pela sua maneira de conceber, de praticar a política tanto quanto por sua literatura, seu cinema e sua cozinha”.<sup>10</sup>

Essa renovação da história política percorre dois caminhos: o estudo de temas já tradicionais como partidos, eleições, guerras e biografias — mas, com uma nova perspectiva — e a análise de novos objetos como, entre outros, a opinião pública, a mídia, o imaginário político, a história intelectual e a história dos intelectuais. As duas últimas vêm se destacando no cenário historiográfico nas últimas duas décadas com uma proposta que as localizam no cruzamento da história social, política e cultural. A definição de história intelectual abrange contornos tão amplos que, segundo Robert Darnton, ela inclui quatro

---

10 RÉMOND, René. Do político. In: Rémond, René (org.) *Por uma história política*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996, p. 449-450.

categorias: a história das idéias, com “o estudo do pensamento sistemático, geralmente em tratados filosóficos”; a própria história intelectual, com “o estudo do pensamento informal, os climas de opinião e os movimentos literários”; a história social das idéias, com “o estudo das ideologias e da difusão das idéias”; e a história cultural, com “o estudo da cultura no sentido antropológico, incluindo concepções de mundo e *mentalités* coletivas.”<sup>11</sup> Como a história intelectual não possui uma “*problematique* norteadora” determinada, como mostra o próprio Darnton, propomos um programa de trabalho, do ponto de vista teórico-metodológico, que conecte a história intelectual com a história social das idéias e, sobretudo, como mostraremos adiante, com a história dos intelectuais.

A história intelectual, como uma área de pesquisa em construção, apesar de praticada por historiadores há mais de 25 anos, ainda não possui uma prática específica e norteadora no que diz respeito aos seus domínios teórico-metodológicos.<sup>12</sup> Preocupada com uma prática para a história intelectual, Helenice Rodrigues da Silva propõe dois eixos de análise que se interligam. O primeiro visa explicar o funcionamento de uma sociedade intelectual a partir da noção de “campo” de Pierre Bourdieu,<sup>13</sup> com suas práticas, suas

---

11 DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette. Mídia, cultura e revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 188.

12 Para Carlos Altamirano, a história intelectual é praticada de muitas maneiras e não possui em seu âmbito uma linguagem teórica ou modos de proceder que funcionem como modelos obrigatórios nem para analisar, nem para interpretar seus objetos, nem tampouco para definir, sem referência a uma problemática, a quais objetos conceder primazia. Cf. ALTAMIRANO, Carlos. *Para un programa de historia intelectual y otros ensayos*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2005, p. 13.

13 A noção de campo — seja ele intelectual, religioso, literário, político, filosófico, artístico etc — pressupõe um espaço social dotado de dominação, conflitos, estratégias, relações de força, poder e capital simbólico. O campo tem uma autonomia relativa — nível de autonomia que sempre responde a situações históricas — em relação à economia, à política e à religião. Cada campo possui suas próprias regras de organização e de hierarquia social, onde os agentes sociais ocupam posições bem determinadas que correspondem à sua situação social e ao seu capital social. No interior de um campo intelectual (de uma sociedade intelectual) as relações de poder têm uma existência dual, pois ao mesmo tempo em que supõem relações de força, constituem um fenômeno que implica a construção de legitimidade. Por isso, relações de poder são um processo que se realiza concretamente e simbolicamente. O conceito de campo deve ser operacionalizado juntamente com o conceito de *habitus*, compreendido como um sistema de disposições socialmente adquiridas e constituídas de um grupo de agentes. Grosso modo, *habitus* é concebido como um sistema socialmente constituído de disposições estruturadas (no social) e estruturantes (nas mentes), adquirido nas e pelas

estratégias e seus *habitus*.<sup>14</sup> Embora reconheçamos a riqueza da teoria dos campos de Bourdieu, aliada ao conceito de *habitus*, comungamos com as críticas de Sirinelli de que a noção de campo intelectual, que prima pela determinação e estratégia, acaba não deixando espaço para a contingência, o inesperado e o fortuito. Ao fazer suas objeções, Sirinelli indagou: “as engrenagens complexas do meio intelectual são redutíveis a um simples mecanismo, cuja mola seria a ‘estratégia’?” Para Sirinelli, como veremos adiante, os grupos intelectuais se organizam em torno de uma sensibilidade ideológica ou cultural comum e de afinidades mais difusas, porém igualmente determinantes que fundam uma rede de sociabilidade.<sup>15</sup> Ao nosso ver, a noção de campo intelectual é, até certo ponto, determinista ao propor um sujeito que age de acordo com um espaço de forças estruturado que molda a capacidade de ação e de decisão de quem dele participa. No caso em questão, por mais que o governo revolucionário cubano tentasse moldar a capacidade de ação e decisão dos intelectuais de esquerda latino-americanos, por vários meios, isso foi impossível, dado o espaço das contingências, do fortuito e da posição crítica de alguns intelectuais a respeito dos rumos da Revolução. Além do que, o conceito de campo intelectual, apesar de poder ser aplicado a realidades diversas, tal como ele é exposto por Bourdieu, pressupõe, como aponta Helenice Rodrigues da Silva, contextos sociais de nações desenvolvidas, nas quais

---

experiências práticas (em condições sociais específicas de existência), constantemente orientado para funções e ações do agir cotidiano. Bourdieu desenvolveu os conceitos de campo e *habitus* em várias obras: *A economia das trocas simbólicas* (Perspectiva, 1974), *Questões de sociologia* (Marco Zero, 1983), *O poder simbólico* (Bertrand Brasil, 1998), *Livre-troca: diálogo entre ciência e arte* (Bertrand Brasil, 1995), *Coisas ditas* (Brasiliense, 1990), *Esboço de auto-análise* (Companhia das Letras, 2005), *Razões práticas: sobre a teoria da ação* (Papirus, 2005), *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário* (Companhia das Letras, 2005), *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico* (UNESP, 2004).

<sup>14</sup> SILVA, Helenice Rodrigues da. *Fragmentos da história intelectual: entre questionamentos e perspectivas*. Campinas: Papirus, 2002, p. 12.

<sup>15</sup> SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: Rémond, René (org.) *Por uma história política*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996, p. 248.

as estruturas são mais rígidas e menos permeáveis do que na maioria dos países latino-americanos.<sup>16</sup>

O segundo eixo de análise proposto por Helenice Rodrigues da Silva para se fazer história intelectual é privilegiar as “características de um momento histórico e conjuntural que impõem visões de mundo, esquemas de percepção e apreciação”, ou seja, “modalidades específicas de pensar e de agir por parte dos intelectuais”.<sup>17</sup> Nesse caso, trabalhamos com dois momentos cruciais, a Revolução Cubana e a Revolução Sandinista, que, desde o início, possibilitaram intensa politização de muitos intelectuais latino-americanos, ao “impor”, como acontecimentos históricos, “visões de mundo” pautadas na perspectiva da resistência e das transformações políticas e sociais. O processo da Revolução Cubana, como já salientamos, reuniu, principalmente nas décadas de sessenta e setenta, em torno de Cuba, um grande número de intelectuais considerados de esquerda. Dessa forma, nossa análise prima pela compreensão dos espaços de sociabilidade e dos círculos sociais formados pelos intelectuais, juntamente com a análise do contexto e das transformações ocorridas na sociedade da época. Nosso foco principal é estudar os intelectuais engajados direta ou indiretamente na ação política de seu tempo. A partir dos textos que Cortázar, Vargas Llosa e García Márquez produziram, a partir das comunidades de debates às quais pertenceram ou participaram, dos programas de ação que foram colocados em prática e do contexto histórico, podemos “reconstruir” um período importante da história intelectual latino-americana.<sup>18</sup>

---

<sup>16</sup> SILVA, Helenice Rodrigues da. *Fragmentos da história intelectual: entre questionamentos e perspectivas*. Campinas: Papyrus, 2002, p. 120.

<sup>17</sup> *Ibidem*, p. 12.

<sup>18</sup> Cf. POCOCK, J. G. A. *Linguagens do ideário político*. São Paulo: Edusp, 2003. É importante ressaltar que, para o autor, a contextualização é um traço fundamental não apenas da história das idéias, como também da história intelectual. Nessa mesma linha, podemos citar o trabalho de LACAPRA, Dominick. *Rethinking Intellectual History: Texts, Contexts, Language*. Ithaca/Londres: Cornell University Press, 1983.

Ainda como procedimento de análise da história intelectual, Helenice Rodrigues da Silva ressalta a necessidade de “privilegiar a leitura de um texto em relação a seu contexto”, articulando a obra com a formação social e cultural de seu autor e com a conjuntura histórica em que ela foi produzida. Nesse sentido, a autora considera que o papel fundamental da história intelectual é o posicionamento das idéias em seu contexto de produção intelectual e histórica. Para não adotarmos uma perspectiva reducionista e mecânica de texto e contexto, ao praticarmos a história intelectual, Helenice Rodrigues da Silva sugere observarmos que, para além de uma abordagem que privilegie a relação entre a análise interna dos acontecimentos — históricos, políticos e sociais— e a análise interna da obra — a hermenêutica ou a análise do discurso —, é preciso considerar, ao mesmo tempo, a “dimensão diacrônica (histórica) e sincrônica (‘os aspectos diferentes de um mesmo conjunto em um mesmo momento de evolução’)”. Assim, é necessário reconhecer que a articulação texto e contexto gera tensões que podem ser identificadas quando agregamos ao campo de investigação “os paradigmas intelectuais, os *epistémé*, as correntes filosóficas que interferem direta ou indiretamente, nas representações, nas visões de mundo, condicionando sistemas de percepção, de apreciação e de classificação”.<sup>19</sup> Para analisarmos os textos dos intelectuais, é mister compreendermos que, quase sempre, eles propõem articulações gerais com os grandes problemas do momento, e tendem a deslocar-se das questões parciais e específicas para as perspectivas globais, instalando-se na esfera pública e ali construindo sua interlocução. Para além da interlocução com colegas e pares, é necessário pensarmos no

interlocutor imaginário dos discursos intelectuais: o povo, o proletário, o país, o partido, conforme as linhas de fratura política e programática.

---

<sup>19</sup> SILVA, Helenice Rodrigues da. A história intelectual em questão. In: LOPES, Marcos Antônio (org.). *Grandes nomes da história intelectual*. São Paulo: Contexto, 2003, p. 19.

Esse interlocutor tencionava o discurso para que ocupasse um lugar público e desempenhasse uma função ativa justamente nesse espaço.<sup>20</sup>

Para os intelectuais que estamos estudando, não lhes interessavam apenas a interlocução com os colegas e pares, mas com o “interlocutor imaginário”, basicamente os setores populares. A grande questão (ou incômodo) que se colocava para eles era que a América Latina das décadas de 60 e 70 era majoritariamente povoada por indivíduos iletrados e sem possibilidades de acesso aos bens culturais,<sup>21</sup> o que suscitou um grande debate sobre a função do intelectual e a eficácia e legitimidade do seu discurso. Nessas décadas, a célebre pergunta de Sartre, “para quem escrevemos?”, deu o tom ao debate.

A história dos intelectuais, como aponta Jean-François Sirinelli, está vinculada à pesquisa “longa e ingrata” e à exegese de textos impressos, que são considerados pelo autor como “primeiro suporte dos fatos de opinião, em cuja gênese, circulação e transmissão os intelectuais desempenham um papel decisivo.” Trabalhar com a história dos intelectuais, como sabemos, exige “uma análise sistemática de elementos dispersos, com finalidades prosopográficas.” As ferramentas conceituais para pensar e fazer a história dos intelectuais, como propõe Sirinelli, são as estruturas de sociabilidade, as noções de geração e as reconstituições de itinerários.<sup>22</sup>

A partir das estruturas de sociabilidade — agrupamentos permanentes ou temporários, qualquer que seja seu grau de institucionalização, nos quais os intelectuais decidem por várias razões participar —, podemos fazer uma abordagem retrospectiva que

---

<sup>20</sup> SARLO, Beatriz. *Paisagens imaginárias*, 1997, p. 146.

<sup>21</sup> Para Vera L. F. de Figueiredo, “a trajetória do escritor parece, então, exemplar quando se deseja pensar a figura do intelectual na América Latina. Escrevendo para defender os direitos de uma camada social que, sendo analfabeta, não pode ler nem comprar seus romances, situa-se num lugar absolutamente incômodo”. FIGUEIREDO, Vera L. F. Exílios e diásporas. In: MARGATO, Isabel; GOMES, Renato Cordeiro (orgs.). *O papel do intelectual hoje*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004, p. 144.

<sup>22</sup> SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: Rémond, René (org.) *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996, p. 245. Para Sirinelli, assim como a história intelectual, a história dos intelectuais é um campo aberto, situada no cruzamento das histórias política, social e cultural.

permita reencontrar as origens do despertar intelectual e político de um determinado sujeito. Como também, inventariar a que “rede” de sociabilidade, como mostramos nos capítulos I e II, pertence o intelectual, pois todo intelectual organiza-se em torno de uma sensibilidade ideológica ou cultural comum e de afinidades mais difusas, mas igualmente determinantes, que fundam uma vontade e um gosto de conviver.

O processo revolucionário cubano, num contexto e conjuntura particulares, possibilitou um intenso debate sobre revolução e socialismo, que reuniu — principalmente nas décadas de sessenta e setenta — intelectuais, literatos, críticos literários e poetas que se engajaram em relações recíprocas, mas nem por isso menos tensas, em defesa da Revolução. O governo revolucionário, com suas instituições e atividades político-culturais, tentou “moldar” a capacidade de ação e de decisão dos intelectuais latino-americanos de esquerda, por meio — como mostramos sobretudo nos capítulos I e II — da instituição *Casa de las Américas*, dos discursos de Fidel Castro e Che Guevara, dos encontros de intelectuais realizados na ilha, da *Prensa Latina*, das “cartas abertas” entre os “agentes” da revolução e os intelectuais latino-americanos. Tudo isso possibilitou a formação de um espaço comum — o qual podemos chamar de rede — de intervenção intelectual em revistas, jornais, conselhos editoriais, editoras, reuniões, encontros, conferências e correspondências que, por suas vez, promoveu a formação de uma rede de sociabilidade e solidariedade intelectual que foi fundamental para alimentar o debate sobre revolução e socialismo, e oportunizar o *boom* da literatura latino-americana nos anos sessenta, como mostramos no capítulo III.

Contudo, como alerta Sirinelli, em toda microssociedade encontramos a atração e a amizade e, ao contrário, a hostilidade, a rivalidade, a ruptura, a briga e o rancor,<sup>23</sup> que também desempenham um papel importante no mundo intelectual. Para exemplificar, podemos citar a ruptura de Vargas Llosa com a Revolução Cubana e o socialismo e os conflitos que se tornaram públicos entre os pares: Cortázar/José María Arguedas, Vargas Llosa/ Oscar Collazos, Vargas Llosa/García Márquez.<sup>24</sup>

As estruturas de sociabilidade podem ser compreendidas por meio de manifestos, abaixo-assinados e revistas. Os dois primeiros permitem a seus participantes o protesto e os questionamentos que possibilitam ao historiador analisar os “abalos de consciência”, como fizemos no capítulo IV, quando abordamos o “caso Padilla” — que abalou irremediavelmente a rede de sociabilidade intelectual que havia se formado em torno de Cuba — e analisamos os manifestos lançados em torno dele. As revistas podem ser percebidas como pontos de encontro de itinerários individuais e coletivos sob um interesse ou concepções comuns e como meios de expressão coletivos. Sirinelli salienta ainda que as revistas estruturam o microcosmo intelectual por meio de forças antagônicas de adesão (pelas amizades, fidelidades e influências) e de exclusão (pelas posições tomadas, debates suscitados e cisões resultantes). Portanto, as revistas são lugares de excelência para a análise do movimento das idéias. Sirinelli destaca ainda que “uma revista é antes de tudo um lugar de fermentação intelectual e de relação afetiva, ao mesmo tempo viveiro e espaço

---

<sup>23</sup> *Ibidem*, p. 249-250.

<sup>24</sup> No capítulo III, abordamos o polêmico debate entre Cortázar e José María Arguedas sobre o exílio e o *boom* da literatura latino-americana, e também a contenda sobre a função político-social da literatura que envolveu Oscar Collazos e Vargas Llosa. No capítulo VII, mostramos o confronto entre Vargas Llosa e García Márquez, que girou em torno de certos acontecimentos cubanos, como o “caso Elián”, em 1999, e o fuzilamento de três oficiais cubanos em 2003.



de sociabilidade, e pode ser, entre outras abordagens, estudada nesta dupla dimensão.”<sup>25</sup>

Como mostramos no desenvolvimento do trabalho, o debate intelectual latino-americano sobre socialismo, revolução, o papel do intelectual e a função político-social da literatura ocorreu, em grande medida, nas revistas, espaço de grande sociabilidade para García Márquez, Cortázar e Vargas Llosa.

Os intelectuais constituem um grupo social no qual “todos têm, em essência, a pena sempre alerta”, para, quando acharem conveniente e necessário, elaborarem interpretações sobre a realidade, promovendo a produção e a divulgação do conhecimento, e, ao mesmo tempo, suscitando debates. Desse modo, a “rede” de sociabilidade intelectual se funda na elaboração de discursos que são postos em evidência através de um conjunto de textos que circulam no espaço público, como artigos, romances, ensaios, manifestos e cartas abertas. Cabe ao pesquisador, ao trabalhar com o intelectual, realizar uma longa pesquisa e fazer a exegese desse conjunto de textos.<sup>26</sup>

Apesar de complexa, a noção de geração — marcadamente multiforme, elástica e de contornos imprecisos — deve ser considerada nos estudos sobre os intelectuais. Para Sirinelli, basicamente, deve-se avaliar os “efeitos da idade” e os “fenômenos de geração”. No que se refere à geração, é preciso analisar os processos de transmissão cultural, pois um intelectual se define, também, por referência a uma herança, como legatário ou como “filho pródigo”: quer haja um fenômeno de intermediação ou, ao contrário, ocorra uma ruptura e uma tentação de fazer “tábua rasa”. A herança é, portanto, elemento de referência explícita ou implícita. Além disso, é fundamental situar o intelectual na geração à qual ele pertence. Do ponto de vista político, uma geração pode nascer do encontro de jovens em um evento

---

<sup>25</sup> SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: Rémond, René (org.) *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996, p. 249.

<sup>26</sup> *Ibidem*, p. 249-250.

ou acontecimento fundador que, por sua vez, deixará marcas comuns na sensibilidade desse grupo. Do ponto de vista da idade, é preciso um corte demográfico de jovens intelectuais que distinga sua geração da precedente.<sup>27</sup> No nosso caso, é difícil trabalhar com a noção de geração do ponto de vista de uma faixa etária, pois os intelectuais que estudamos não podem ser reunidos por parâmetros de idade. Cortázar, por exemplo, já havia iniciado sua carreira como escritor muito antes de Vargas Llosa e García Márquez publicarem suas principais obras nos anos sessenta. A geração intelectual que se formou nos anos sessenta, da qual participaram os três escritores, foi essencialmente política e gestada por um acontecimento fundador: a Revolução Cubana.

Ao compartilharem experiências coletivas, sofrerem os efeitos diretos ou indiretos dos acontecimentos e se sentirem contemporâneos a esses acontecimentos, os intelectuais podem adquirir uma visão semelhante de mundo e uma experiência de vida com denominadores comuns, o que pode levar a uma tomada de consciência de pertencerem a uma mesma geração. De maneira que a noção de geração vai além dos fatores biológicos de idade e se confunde com a noção de contemporaneidade, mais apropriada para a abordagem da história intelectual, principalmente quando a empregamos no sentido político-ideológico de militância e engajamento. No entanto, é importante esclarecermos que, pertencer a uma mesma geração, como mostramos ao longo do trabalho, não implica em uma unidade de idéias e de comportamentos, pois os intelectuais de uma mesma geração podem viver e responder aos acontecimentos de maneiras diversas e até mesmo conflitantes, porém respondendo a uma mesma situação histórica, suficientemente datada.<sup>28</sup>

---

<sup>27</sup> *Ibidem*, p. 255.

<sup>28</sup> SILVA, Helenice Rodrigues da. *Fragmentos da história intelectual: entre questionamentos e perspectivas*, 2002, p. 68.

Quanto ao itinerário, podemos avaliar se o engajamento do intelectual segue uma linha reta, sem mudanças significativas, ou se segue linhas fragmentadas, e, às vezes, até contraditórias. Em nosso trabalho, as trajetórias políticas de Vargas Llosa, García Márquez e Cortázar precisam ser esclarecidas, balizadas e, sobretudo, interpretadas, para que possamos entender as suas relações políticas com a Revolução Cubana, a Revolução Sandinista e os acontecimentos cruciais decorrentes dessas duas experiências. A noção de itinerário proposta por Sirinelli coloca em questão um componente importante da história dos intelectuais: a noção de engajamento. O próprio autor, após destacar o caráter poliformo do termo intelectual, propôs duas definições: a primeira, sociológica e cultural, engloba os criadores e mediadores culturais, como jornalistas, escritores, professores etc; a segunda, como definição política, é fundada a partir da noção de engajamento, direto ou indireto, na vida pública como ator, testemunha ou consciência.<sup>29</sup> As duas acepções são, para o autor, complementares e podem ser articuladas. É justamente por isso que podemos situar Vargas Llosa, García Márquez e Cortázar nas duas acepções propostas por Sirinelli.

O intelectual é comumente aquele que, intervindo com seu discurso e sua ação no espaço público, assume dois traços principais: a defesa dos valores (ou causas) universais — como justiça, verdade e liberdade — e a transgressão à ordem vigente.<sup>30</sup> Quase sempre se espera que o intelectual seja ouvido e que, na prática, deva suscitar debate e, se possível, controvérsia. Nesse caso, o intelectual pode ser o escritor, o historiador, o filósofo, o

---

<sup>29</sup> SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: Rémond, René (org.) *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996, p. 242-243.

<sup>30</sup> Cf. CHAUI, Marilena. Intelectual engajado: uma figura em extinção? In: NOVAES, Adauto. *O silêncio dos intelectuais*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 61.

cinasta, o artista, o político, desde que ele represente e articule “uma mensagem, um ponto de vista, uma atitude, filosofia ou opinião para (e também por) um público”.<sup>31</sup>

Para analisarmos o discurso político dos intelectuais e o debate que ele suscita, convém compreendermos o intelectual como uma figura representativa, como sugere Edward Said. Para ele, todo intelectual articula e representa visões, idéias e ideologias específicas a um público. Por isso, os intelectuais “são indivíduos com vocação para a arte de representar, seja escrevendo, falando, ensinando ou aparecendo na televisão”. Uma vocação que é reconhecível publicamente, mas que envolve compromisso e risco, ousadia e vulnerabilidade.<sup>32</sup>

Além disso, é necessário compreendermos que “cada região do mundo produz seus intelectuais”, o que nos leva a crer que o intelectual é fruto de uma realidade sócio-cultural específica e encontra-se intimamente ligado a seu contexto histórico. Dessa forma, as representações do intelectual ou o que ele representa e como essas idéias são apresentadas para uma audiência ou um público estão intrinsecamente ligadas à realidade sócio-cultural a que pertence o intelectual.<sup>33</sup> Essas são questões importantes para compreendermos como Cortázar, que viveu grande parte de sua vida no exílio, não se sentiu impedido de firmar sua posição política sobre o que acontecia em seu país ou na América Latina. Recorremos novamente às idéias de Said: não há um corte com precisão cirúrgica, o exílio não significa um corte total, um isolamento, uma separação desesperada do lugar de origem. O exilado “vive num estado intermediário, nem de todo integrado ao novo lugar, nem totalmente

---

<sup>31</sup> SAID, Edward W. *Representações do intelectual*: as Conferências Reith de 1993. São Paulo: Companhia das Letras, 2005, p. 13 e 75. Ver também: BOBBIO, Norberto. *Os intelectuais e o poder*. São Paulo: Unesp, 1997.

<sup>32</sup> *Ibidem*, p. 27.

<sup>33</sup> Cf. SILVA, Helenice Rodrigues da. O intelectual no “campo” cultural francês. *Varia Historia*, Belo Horizonte, vol. 21, n° 34, jul. 2005, SAID, Edward W. *Representações do intelectual*, 2005.

liberto do antigo, cercado de envolvimento e distanciamentos pela metade”.<sup>34</sup> A condição de exilado foi intensamente pensada e debatida pelos intelectuais que estudamos, sobretudo por Cortázar, como mostramos no capítulo III.

De acordo com Jorge Castañeda, na América Latina os intelectuais ocuparam papel de destaque no campo social e político durante muito tempo. Por meio de seus escritos, discursos e outras atividades, substituíram muitas instituições e atores sociais. Os intelectuais desempenharam papéis importantes em revoluções e reformas, na oposição a golpes militares e ditaduras, na educação e nos meios de comunicação. Enfim, lutaram por direitos trabalhistas, denunciaram violações aos direitos humanos, censuraram a injustiça, a opressão e a fraude eleitoral. Para o autor, a explicação para essa destacada função dos intelectuais na América Latina está, em parte, na idéia de que as sociedades latino-americanas evoluíram sem que se desenvolvessem setores fortes da sociedade que surgissem junto com as instituições representativas, como ocorreu em outros países. Isso aconteceu, em parte, porque em quase toda a América Latina o Estado surgiu antes que as nações<sup>35</sup> estivessem de fato constituídas como tal, e, uma vez criada a nação, o Estado acabou tornando-se demasiado poderoso em relação à sociedade civil.<sup>36</sup>

Para compreendermos o que representa o intelectual ou como eles são representados, é necessário mostrarmos como surgiu o termo intelectual. A palavra intelectual foi usada primeiro como adjetivo: em francês, desde o século XIII; em inglês, desde o século XIV; em espanhol, desde o século XV. Transformou-se em substantivo no

---

<sup>34</sup> SAID, Edward W. *Representações do intelectual*, p. 57.

<sup>35</sup> Com exceção de Porto Rico. Ver: BAGGIO, Kátia Gerab. *A questão nacional em Porto Rico: o Partido Nacionalista (1922-1954)*. São Paulo: Annablume: FAPESP, 1998.

<sup>36</sup> CASTAÑEDA, Jorge. *Utopia desarmada: intrigas, dilemas e promessas da esquerda latino-americana*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p. 158-159.

final do século XIX, na França, quando passou a designar certos tipos de personalidades.<sup>37</sup> A figura do “intelectual contemporâneo” nasceu, portanto, nesse período, mais precisamente, como se sabe, em torno da intervenção do escritor Emile Zola no “caso Dreyfus”. Em particular, por sua carta aberta publicada no diário *L’Aurore* em 1898, com o título que passou à história como *J’accuse*, na qual denunciou os erros do julgamento do capitão francês, de origem judia, Alfred Dreyfus, acusado de fornecer segredos militares ao exército alemão. A ação de Zola não ficou isolada; outros escritores, artistas e professores assinaram uma petição — “Manifesto dos Intelectuais” —, na qual pediam aos poderes públicos a revisão do processo. Aqueles que fizeram o protesto político, defendendo o capitão Dreyfus, foram chamados de “intelectuais” pelos anti-dreyfusards (assinantes de um contra-manifesto). A intervenção dos intelectuais garantiu a revisão do processo de Dreyfus e inaugurou, segundo Helenice Rodrigues da Silva, uma concepção de militância que passou a delinear a função social do intelectual.<sup>38</sup> Os intelectuais que pediram a revisão do processo de Dreyfus interferiram na esfera pública defendendo uma causa, o que implicou em ação e compromisso. Portanto, esses intelectuais engajaram-se em uma causa moral, por via de uma ação política.

Mas foi no imediato pós-Segunda Guerra, particularmente na França, que o campo intelectual, sob a “quase hegemonia do pensamento sartreano”, se “re-estruturou à esquerda”. Esses intelectuais de esquerda se definiram em relação ao comunismo: ora a serviço do partido (os intelectuais orgânicos) ora como “companheiros de “viagem”. E

---

<sup>37</sup> ZAID, Gabriel. Intelectuales. *Vuelta*, México, n° 168, nov. 1990, p. 21.

<sup>38</sup> SILVA, Helenice Rodrigues da. O intelectual no “campo cultural francês”, 2005, p. 399-401. Para a autora, o caso Dreyfus possibilitou a divisão simbólica entre direita (contra-Dreyfus) e esquerda (pró-Dreyfus), que marca os combates políticos e intelectuais na França ao longo do século XX. Para os significados e definições de direita e esquerda, ver: NORBERTO BOBBIO. *Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política*. São Paulo: Editora UNESP, 1995.

passaram a ocupar posições dominantes no campo intelectual.<sup>39</sup> Provavelmente, tenha sido também nesse contexto que se fortaleceu a percepção de que intelectual engajado era sinônimo de intelectual de esquerda.

A politização de García Márquez, Vargas Llosa e Cortázar, como já afirmamos, teve início fundamentalmente com a Revolução Cubana. Foram defensores de Cuba e, ao mesmo tempo, desencantados com a União Soviética. Pela primeira vez, os intelectuais latino-americanos podiam assistir ao processo de construção do socialismo em um país do continente. A Revolução significou uma mudança radical e permanente, que se havia iniciado em Cuba, mas poderia continuar em toda a América Latina. A Revolução Cubana, de certo modo, colocou em prática o compromisso político do intelectual.<sup>40</sup> Isso de fato levou muitos intelectuais, como Vargas Llosa, a afirmar que a literatura significava inconformismo e rebelião, uma forma de insurreição permanente, que estimulava a vontade de mudanças. Foi nesse contexto que se fortaleceu, na América Latina, a percepção de que intelectual engajado era sinônimo de intelectual de esquerda.

O verbo engajar, em sua acepção literal, significa colocar ou dar em penhor. engajar-se é, nesse caso, dar pessoa ou a sua palavra em penhor, servir de caução e, por conseguinte, ligar-se por uma promessa ou juramento constrangedor. No seu sentido próprio, engajar-se significa tomar uma direção. Assim, de modo figurado, engajar-se significa praticar uma ação, voluntária e efetiva, que manifesta e materializa a escolha efetuada conscientemente.<sup>41</sup> O intelectual engajado — apesar da expressão intelectual

---

<sup>39</sup> *Ibidem*, p. 405.

<sup>40</sup> O compromisso político dos intelectuais na América Latina, remonta a períodos anteriores, como, por exemplo, aos anos 20. Na década de 1920, temas como revolução, socialismo, comunismo, antiimperialismo, corporativismo e democracia, faziam parte do repertório de muitos intelectuais. Ver: FUNES, Patrícia. *Salvar la nación: intelectuales, cultura y política en los años veinte latinoamericanos*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2006.

<sup>41</sup> DENIS, Benoît. *Literatura e engajamento: de Pascal a Sartre*. São Paulo: Edusc, 2002, p. 261.

engajado poder soar como uma redundância — pode ser tanto de direita quanto de esquerda, ou seja, o engajamento pode estar vinculado a distintos princípios políticos. Vargas Llosa, por exemplo, rompeu com a Revolução Cubana e com os ideais socialistas, abraçando concepções políticas liberais, mas não deixou de ser um intelectual engajado porque passou a defender outros valores políticos. Continuou intervindo com seus discursos e suas ações no espaço público, defendendo valores como justiça, verdade e liberdade (na acepção liberal); e, ao mesmo tempo, criticando a ordem vigente, seja o regime socialista cubano ou as ditaduras militares na América Latina.

De modo geral, foi o estar em “lados opostos” que deu o tom polêmico ao debate sobre revolução, socialismo, o papel do intelectual e a função político-social da literatura na América Latina. Em grande medida, cada intelectual passou a exprimir suas razões como definitivas, mesmo quando simulava certas concessões ao oponente para terminar desclassificando-o por sua ignorância, seu descuido, sua incapacidade ou sua má fé. Os embates aconteceram quando as “verdades” foram questionadas, e, na maioria das vezes, transformaram-se no enfrentamento do “bem” e do “mal”, do “verdadeiro” e do “falso”, do “claro” e do “confuso”. Quando os debates ocorreram, no afã de defender posições, as acusações ao oponente vieram à tona: incongruente, iconoclasta, ortodoxo, contraditório. Foram polêmicas, mal-entendidos, questionamentos que marcaram o território da “belicosidade discursiva” no meio intelectual latino-americano.<sup>42</sup>

Além da história intelectual e da história dos intelectuais, outro aporte importante que norteia nosso trabalho são as discussões sobre a aproximação entre literatura e história,

---

<sup>42</sup> CROCE, Marcela (comp.) *Polémicas intelectuales en América Latina: del “meridiano intelectual” al caso Padilla (1927-1971)*. Buenos Aires: Simurg, 2006, p. 07-09 *passim*.



pois utilizamos como fonte duas obras literárias.<sup>43</sup> O literato e o historiador apresentam o material histórico de forma diferenciada, pois cada forma discursiva tem a sua identidade, compromissos e tarefa. Contudo, reconhecer as especificidades de cada discurso, literário e histórico, não impede a percepção de que as narrativas podem ser construídas, quase sempre, nas fronteiras — literatura e história, literatura e antropologia, história e antropologia, literatura e política etc. Utilizamos fronteira como um espaço privilegiado para estabelecer laços, trocas, intercâmbios e não como um dado rígido e intransponível. O diálogo com a literatura nos possibilita “sondar outros terrenos de linguagem, construídos em torno de outros fazeres interpretativos, de outras experiências narrativas”.<sup>44</sup>

As diferenças e semelhanças entre história e literatura já foram exaustivamente debatidas.<sup>45</sup> Debate que privilegiou as discussões sobre os limites e as especificidades das narrativas histográfica e ficcional. Embora partilhem de recursos literários comuns, a história e a ficção possuem metas distintas, com diferentes resultados. O discurso ficcional põe a “verdade” entre parênteses enquanto que a história procura fixá-la como conhecimento sobre o passado, ou seja, prima pela busca da condição de veracidade. Luiz Costa Lima sustenta que ambas são modalidades discursivas que “mantêm circuitos dialógicos diferenciados com a realidade.” Além do mais, cada uma, história e literatura, “ocupa uma posição diferencial quanto à imaginação”, que “atua na escrita da história, mas

---

<sup>43</sup> Os romances *Libro de Manuel* (1973), de Cortázar e *Historia de Mayta* (1984), de Vargas Llosa.

<sup>44</sup> PINTO, Júlio Pimentel. *A leitura e seus lugares*. São Paulo: Estação Liberdade, 2004, p. 67.

<sup>45</sup> Ver AGUIAR, Flávio & VASCONCELOS, Sandra G. T. (orgs.) *Gêneros de Fronteira: cruzamentos entre o histórico e o literário*. São Paulo: Xamã, 1997; CHIAPPINI, Lígia e AGUIAR, Flávio Wolf de (orgs.) *Literatura e história na América Latina*. São Paulo: Edusp, 1993; HUNT, Lynn (org.) *A nova história cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992; PESAVENTO, Sandra Jatahy e LEENHARDT, Jacques (orgs.) *Discurso histórico e narrativa literária*. São Paulo: UNICAMP, 1993; WHITE, Hayden. *Meta-história. A imaginação histórica do século XIX*. São Paulo: Edusp, 1992. Tem-se discutido muito as relações entre história e literatura para (re)pensar a própria narrativa histórica e o ofício do historiador no bojo da “crise dos paradigmas”, no qual as verdades e os modelos explicativos do real são questionados. E pouca atenção se tem dado às discussões sobre o uso da literatura como fonte pelo historiador em seus trabalhos de pesquisa.

não é o seu lastro. Porosa, a história não há de ser menos veraz. Mas veraz, ela não pode pretender, como as ciências da natureza, a formulação de leis porque não pode renunciar à parcialidade.” A ficção tem fronteiras muito mais fluidas que a história e não tem limites para a imaginação. Portanto, do ponto de vista dos seus respectivos princípios de organização, história e literatura são formações discursivas diferenciadas.<sup>46</sup> É crucial compreendermos que ficção não se confunde com falsidade, ela também é capaz de captar o real. Vargas Llosa chama a ficção de “a verdade das mentiras”, pois, para o autor, na literatura as verdades são “sempre subjetivas, meias-verdades, relativas, verdades literárias que com freqüência constituem inexactidões flagrantes ou mentiras históricas”, de maneira que a “verdade literária é uma, a verdade histórica, outra”.<sup>47</sup>

O texto literário não será aqui utilizado como acesso privilegiado ao passado. Se quisermos buscar personagens, acontecimentos e datas sobre algo que lá ocorreu, a literatura não será a melhor fonte. O que nos interessa é lidar com a dimensão da “verdade simbólica” do texto literário, “que se expressa de forma cifrada e metafórica, como uma forma outra de dizer a mesma coisa”. Nesse sentido, a literatura é

uma fonte para o historiador [...] Fonte especialíssima, porque lhe dá a ver, de forma por vezes cifrada, as imagens sensíveis do mundo. A literatura é narrativa que, de modo ancestral, pelo mito, pela poesia ou pela prosa romanesca fala do mundo de forma indireta, metafórica e alegórica. Por vezes, a coerência de sentido que o texto literário apresenta é o suporte necessário para que o olhar do historiador se oriente para outras tantas fontes e nelas consiga enxergar aquilo que ainda não viu.<sup>48</sup>

---

<sup>46</sup> LIMA, Luiz Costa. *História. Ficção. Literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 31, 65, 385.

<sup>47</sup> VARGAS LLOSA, Mario. *A verdade das mentiras*. São Paulo: Arx, 2004, p. 24.

<sup>48</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. História & literatura: uma *velha-nova* história. *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*, n° 06 de abril de 2006, p. 04-09. Disponível em: <http://nuevomundo.revues.org/document1560.html>. Acesso em: 28/04/2006.

Na citação fica subentendido que o historiador, ao realizar seu trabalho de pesquisa, não busca na leitura de um texto ficcional “o seu valor de documento, testemunho de verdade ou autenticidade do fato, mas o seu valor de problema”. Assim, a literatura pode ser compreendida como a expressão ou sintoma de formas de pensar e agir dos homens em um certo momento da história.<sup>49</sup> Recorremos à literatura como fonte para compreendermos como Cortázar e Vargas Llosa expressaram suas idéias políticas por meio da literatura, respectivamente nos romances *Libro de Manuel* (1973) e *Historia de Mayta* (1984), que são relevantes para compreendermos como o debate intelectual sobre revolução e socialismo ocorreu também no campo literário.<sup>50</sup>

Os romances *Libro de Manuel* e *Historia de Mayta* assumiram um compromisso com a “realidade social” da América Latina, realizando um entrecruzamento entre história, política e literatura. Nessas obras, ocorre uma fusão do estético e do político, ou melhor, de uma preocupação estética com uma consciência política. E é justamente esse o elemento que caracteriza boa parte da narrativa hispano-americana, na qual se situam os autores acima citados.<sup>51</sup> Para o escritor mexicano Carlos Fuentes, a atitude do autor, ao fundir ficção e história, permite-nos afirmar que ele se insere no âmbito do que de mais moderno se faz em termos de literatura na América Latina e que, no seu entendimento, é a tarefa do

---

<sup>49</sup> *Ibidem*, p. 11.

<sup>50</sup> Como García Márquez não escreveu romances com intuito de abordar esse debate, como fizeram Vargas Llosa e Cortázar, não analisamos nenhuma obra literária do escritor. A nossa abordagem sobre *Cien años de soledad*, no capítulo III, teve o intuito de mostrar como o romance foi importante para compreendamos a rede de solidariedade e de sociabilidade intelectual que se estabeleceu entre os escritores latino-americanos responsáveis pelo *boom* da literatura latino-americana.

<sup>51</sup> Outro elemento característico da narrativa desses escritores, ao fundirem ficção e história, é a opção por trabalhar com a multitemporalidade, contemplando a realidade multifacetada da América Latina. No lugar do tempo retilíneo, trabalham com a simultaneidade temporal, o tempo circular, mítico ou a mistura de várias concepções de tempo. Cf. JOZEF, Bella. *A máscara e o enigma*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 2006.

escritor hispano-americano. Assim, para Fuentes, “toda obra literária fiel a suas premissas e lograda em sua realização, em sua expressão, tem um significado social”.<sup>52</sup>

A fusão do estético e do político é o elemento que caracteriza e unifica grande parte da narrativa hispano-americana contemporânea, na qual se situam, paradigmaticamente, os romances dos escritores que estudamos. Assim, romances como *Libro de Manuel* (1973), apesar de preocupações com a forma, não deixam de assumir ou evidenciar um compromisso com a realidade social da América Latina. É um livro explicitamente comprometido com a causa do socialismo latino-americano, no qual Cortázar mostrou suas concepções políticas alternando o discurso ficcional com notícias de jornais sobre a repressão política na América Latina. Outro exemplo é *História de Mayta*, ambientado no Peru dos anos 60, mas escrito em inícios da década de 80, no qual Vargas Llosa narrou a trajetória do trotskista Alejandro Mayta, protagonista de uma insurreição armada. O livro é uma reflexão sobre a esquerda latino-americana e a violência terrorista em seu país. Segundo o próprio autor, a idéia de escrevê-lo nasceu em Paris, em 1962, quando leu no *Le Monde* a notícia de uma insurreição armada, liderada pelo socialista Jacinto Rentería, em um povoado da serra peruana chamado Jauja. Em seguida, vieram-lhe duas perguntas cruciais: Quem poderia ter participado dessa “aventura”? Que organizações estavam por trás dessa ação? Muitos anos depois, Vargas Llosa, por meio de uma longa pesquisa, reconstruiu ficcionalmente a história de Jacinto Rentería e do movimento.

Nos dois casos, *História de Mayta* e *Libro de Manuel*, a história fornece a matéria literária para a ficção. É nessa dualidade que ficção e história se entrecruzam e é nesse momento em que o leitor é solicitado duplamente: como fruidor do discurso estético e

---

<sup>52</sup> FUENTES, Carlos *apud* COUTINHO, Eduardo F. A busca de um discurso ‘síntese’ na narrativa contemporânea da América Latina. *Anais do 1º e 2º Simpósios de Literatura Comparada*. Belo Horizonte: UFMG, 1987, p. 194.

como homem frente à sua própria história. Vargas Llosa, ao receber o prêmio *Rómulo Gallegos*, em 1967, pelo seu livro *La casa verde*, afirmou:

A literatura é uma forma de insurreição e ela não admite as camisas de força. Todas as tentativas destinadas a dobrar sua natureza díscola fracassarão. A literatura pode morrer, mas não será nunca conformista. A literatura só é útil à sociedade se cumprir esta condição. Ela contribui para o aperfeiçoamento humano impedindo o marasmo espiritual, a auto-satisfação, o imobilismo, a paralisia humana, o amolecimento intelectual ou moral. Sua missão é agitar, inquietar, alarmar, manter os homens numa constante agitação de si mesmos: sua função é estimular sem trégua a vontade de mudança e de melhoria [...] A realidade americana, é claro, oferece ao escritor um verdadeiro festim de razões para ser um insubmisso e viver descontente. **Sociedades onde injustiça é lei... Nossas terras tumultuosas nos subministram materiais suntuosos, exemplares, para mostrar em ficções, de maneira direta ou indireta, através de fatos, sonhos, testemunhos, alegorias, pesadelos ou visões, que a realidade é mal feita, que a vida deve mudar.**<sup>53</sup>

Está claro no discurso o “papel” da literatura: um instrumento para agitar e inquietar o leitor, e, ao mesmo tempo, estimulá-lo a recusar uma determinada realidade através de um texto. Mas, “para mostrar em ficções” as mazelas de uma sociedade, Vargas Llosa não recorre aos postulados tradicionais de uma literatura de denúncia. Para ele, a capacidade de provocação e mudança da obra literária está nos “efeitos de um ato de presença estética, às possibilidades revulsivas de uma estrutura de sinais lingüísticos que só através de uma complexa rede de mediações remeteria a outra coisa que não à sua própria realidade”.<sup>54</sup> Assim, Vargas Llosa se torna mais um exemplo de como realizar a fusão do estético e do político, ou melhor, uma literatura com preocupações estéticas, mas também com preocupações políticas e sociais. Assim, analisaremos os romances no contexto das discussões sobre as relações entre história e ficção, dando um possível sentido ao diálogo entre literatura e história.

---

<sup>53</sup> VARGAS LLOSA, Mario *apud* Prieto, Adolfo. Conflitos de gerações. In: FERNÁNDEZ MORENO, César (coord.). *América Latina em sua literatura*. São Paulo: Perspectiva, 1979, p. 426-427. Grifos nossos. O discurso foi reproduzido originalmente no periódico *Mundo Nuevo*, n. 17, Paris, nov. 1967.

<sup>54</sup> *Ibidem*, p. 428.

Para elaborarmos a tese, além de inúmeros textos de Cortázar, García Márquez e Vargas Llosa — conforme salientamos no início da introdução — consultamos vários trabalhos sobre o processo revolucionário cubano, a experiência sandinista, a história das esquerdas latino-americanas e o debate político-intelectual na América Latina. Consultamos também inúmeros artigos, biografias e ensaios que analisam as trajetórias e as obras de Cortázar, Vargas Llosa e García Márquez. Todos foram de extrema relevância para a produção da tese. Apoiamo-nos, sobretudo, nos trabalhos que analisam a política cultural estabelecida em Cuba a partir do início do governo revolucionário, os que se dedicam ao estudo do campo intelectual cubano e os que analisam o papel cultural e político da revista *Casa de las Américas*. Dialogamos com as teses de Sílvia Cezar Miskulin, *Os intelectuais cubanos e a política cultural da Revolução (1961-1975)*; Mariana Martins Villaça, *O Instituto del Arte e Industria Cinematográficos (ICAIC) e a política cultural em Cuba (1959-1991)*; e Idalia Morejón Arnaiz, *Política e polêmica na América Latina: Casa de las Américas e Mundo Nuevo*; com o livro de Nadia Lie, *Transición y transacción: la revista cubana Casa de las Américas (1960-1976)*; e com o artigo de Rafael Rojas, “Anatomia do entusiasmo: cultura e revolução em Cuba (1959-1971)”.

Os trabalhos que tratam especificamente do debate intelectual latino-americano também foram fundamentais para a construção da tese, entre eles o livro de Claudia Gilman, *Entre la pluma y el fusil: debates y dilemas del escritor revolucionario en América Latina (2003)* — sobre os dilemas vividos pelos intelectuais de esquerda, nas décadas de 60 e 70, ao tentarem conciliar a agenda cultural com a agenda política — e a coletânea organizada por Marcela Croce, *Polémicas intelectuales en América Latina: del “meridiano intelectual” al caso Padilla (1927-1971)*, que inclui um conjunto de textos que contemplam

quatro importantes debates político-intelectuais do século XX na América Latina.<sup>55</sup>

Destacamos também os trabalhos relevantes de Luiz Alberto Moniz Bandeira e Florestan Fernandes sobre a Revolução Cubana; Juan Carlos Portantiero, Jorge Castañeda e H. C. F. Mansilla sobre as esquerdas latino-americanas; Enrique Camacho Navarro, Matilde Zimmermann e Gabriele Invernizzi sobre o sandinismo na Nicarágua. Outras referências importantes estão citadas ao longo da tese.

O trabalho está dividido em sete capítulos nos quais analisamos a participação de Vargas Llosa, Cortázar e García Márquez, a partir de circunstâncias históricas específicas, no polêmico debate sobre revolução, socialismo, o papel do intelectual e a função político-social da literatura na América Latina. No capítulo I, mostramos como a Revolução Cubana “direcionou” uma rede intelectual latino-americana de esquerda nos anos sessenta, a partir de uma “eficiente” política cultural que transformou a ilha em tema quase que obrigatório para a intelectualidade de esquerda. Tal política cultural promoveu um intenso debate sobre o papel do intelectual e da literatura na (ou para a) revolução.

No capítulo II, analisamos como e porque García Márquez, Cortázar e Vargas Llosa aderiram à Revolução Cubana. Como também, as suas percepções sobre a construção do socialismo na ilha nos primeiros anos do governo revolucionário. Percepções que variavam do apoio total a críticas.

---

<sup>55</sup> O primeiro debate ocorreu no contexto vanguardista dos anos 20, com a publicação do artigo do espanhol Guillermo de Torre, “Madrid, meridiano intelectual de Hispanoamérica”, na revista *La Gazeta Literária*, em abril de 1927, no qual o autor, como o próprio título indica, propôs Madrid como o meridiano intelectual da América Hispânica. O segundo debate também ocorreu nos anos 20 e girou em torno das discussões entre os peruanos José Carlos Mariátegui e Víctor Raúl Haya de la Torre sobre a teoria e a prática do marxismo. O terceiro debate foi a polêmica discussão entre o argentino Julio Cortázar e o peruano José María Arguedas sobre o indigenismo na literatura, que ocorreu entre 1968 e 1971. E, por fim, o “caso Padilla” (1971), que suscitou um polêmico debate em torno do regime de Fidel Castro e sua relação com os intelectuais.

No capítulo III, analisamos o *boom* da literatura latino-americana, com o intuito de compreender a ligação estreita entre a grande “família do *boom*”, a rede de intelectuais, o exílio e a Revolução Cubana. Mostramos também as grandes polêmicas em torno do exílio, que propiciaram confrontos intelectuais memoráveis que englobavam discussões sobre literatura, cultura e revolução.

No capítulo IV, analisamos como o crescente e intenso controle sobre o meio cultural em Cuba — que culminou com o “caso Padilla” em 1971 — levou o governo a promover um debate mais direcionado e condicionado sobre a função do intelectual e da literatura. Tudo isso fez com que grande parte da intelectualidade latino-americana de esquerda repensasse a experiência cubana. Neste contexto, analisamos a dissidência de Vargas Llosa e os dilemas de García Márquez e Cortázar ao permanecerem ao lado de Fidel Castro e da Revolução.

No capítulo V, mostramos que, após o “caso Padilla”, as reflexões e as críticas de Cortázar e Vargas Llosa sobre os movimentos revolucionários e às esquerdas latino-americanas, de um modo geral, se intensificaram, enquanto que García Márquez firmava adesão incondicional à Revolução Cubana e ao socialismo. Analisamos as objeções de Vargas Llosa ao modelo de engajamento sartreano e a adesão às concepções de Albert Camus; os reflexos do debate sobre revolução e socialismo nos romances *Libro de Manuel* e *Historia de Mayta*; e as crônicas de García Márquez sobre a experiência revolucionária em Cuba e as ações internacionalistas do país na África.

No capítulo VI, mostramos que os acontecimentos em Cuba, ao longo das décadas de sessenta e setenta, direcionaram, em grande medida, o debate político-intelectual sobre a experiência sandinista na Nicarágua, levando a comparações inevitáveis. Analisamos os



artigos de García Márquez, Cortázar e Vargas Llosa para mostrar como eles compreenderam e traduziram a experiência sandinista.

O capítulo VII situa García Márquez e Vargas Llosa diante da crise das esquerdas e de acontecimentos polêmicos e cruciais para a Revolução Cubana. Mostramos a relação de amizade entre García Márquez e Fidel Castro e, por fim, como Vargas Llosa passou a ocupar o espaço público com um discurso militante em prol de uma sociedade liberal democrática.

## CAPÍTULO I

### CUBA: a “Roma antilhana”

*Por que resulta tão fascinante aos intelectuais a catarse revolucionária?*

François Furet

Na América Latina, ao longo do século XX, a noção de socialismo possuía um conteúdo amplo e difuso. Numerosos partidos e grupos progressistas, reformistas, nacionalistas e de esquerda democrática proclamavam-se socialistas.<sup>56</sup> Vários intelectuais e movimentos socialistas defendiam, em linhas gerais, uma modernização de corte nacionalista, orientada pelos paradigmas de industrialização, de urbanização e de racionalização da vida cotidiana. Viam no socialismo a forma de superação da herança sociocultural, deixada pela época colonial, e, ao mesmo tempo, de criação de uma nova consciência coletiva, com funções identitárias, ainda que essa última se esgotasse habitualmente em consignas antiimperialistas.<sup>57</sup>

Ao romper, até certo ponto, com o esquema formal de classes-partidos e alianças de classes, a Revolução Cubana assinalou uma nova época política na América Latina, que

---

<sup>56</sup> Para uma compreensão do desenvolvimento do socialismo na América Latina, pode-se considerar: a expansão da Segunda Internacional, do anarquismo e do sindicalismo de matriz soreliana; a expansão da Terceira Internacional e a fundação dos partidos comunistas; a contribuição teórica de José Carlos Mariátegui; a insurreição liderada por Farabundo Martí em El Salvador; o desenvolvimento do castrismo e do guevarismo; a experiência socialista no Chile; a Frente Sandinista de Libertação (FSLN) na Nicarágua etc. Cf. ARICÓ, José. O marxismo latino-americano nos anos da Terceira Internacional. In: HOBSBAWM, Eric J. (org.). *História do Marxismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, vol. 8, 1987; PORTANTIERO, Juan Carlos. O marxismo latino-americano. In: HOBSBAWM, Eric J. (org.). *História do Marxismo*. O marxismo hoje. Rio de Janeiro: Paz e Terra, v. 11, 1989.

<sup>57</sup> MANSILLA, H. C. F. Perspectivas para el movimiento socialista en América Latina. *Nueva Sociedad*, Buenos Aires, n. 108, Julio-Agosto, 1990, p. 132-142 *passim*.

estipulava o compromisso político-social de grande parte das esquerdas.<sup>58</sup> Em maio de 1959, depois da entrada triunfal em Havana, Fidel Castro definiu a Revolução Cubana como “nem capitalista, nem comunista”, mas “uma revolução própria, com ideologia própria, com razões cubanas e inteiramente americana”.<sup>59</sup> Contudo, em 1961, após a invasão da Baía dos Porcos<sup>60</sup>, o povo cubano, bem como o mundo inteiro, recebeu de Fidel Castro a definição do caráter socialista da Revolução e o alinhamento com a União Soviética.

Segundo Juan Carlos Portantiero, ao anunciar o caráter socialista da revolução, Fidel Castro inaugurou uma nova fase para a história do socialismo na América Latina, marcada tanto pela influência do castrismo, com a fusão ideológica do nacionalismo e do socialismo, sintetizando décadas de histórias paralelas, quanto pela influência do guevarismo, que, como inspiração e metodologia para a ação política, privilegiava a luta armada e a revolução continental. Tudo isso possibilitou duas décadas de intenso, agudo e dramático debate político-intelectual, no qual o socialismo, “que parece alcançar sua maioria”, foi o tema central.<sup>61</sup> Esse debate foi marcado por discursos polêmicos, que giravam em torno das seguintes categorias: espaciais — América Latina vs Estados Unidos, América Latina vs Cuba, Terceiro Mundo vs Primeiro Mundo; literárias — nova literatura

---

<sup>58</sup> PORTANTIERO, Juan Carlos. O marxismo latino-americano. In: HOBBSAWM, Eric J. (org.). *História do Marxismo*. O marxismo hoje, p. 338-339. O autor ressalta como outra versão do crescimento do socialismo na América Latina, no início dos anos 70, a vitória eleitoral de Salvador Allende no Chile.

<sup>59</sup> CASTRO, Fidel *apud* BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *De Martí a Fidel: a Revolução Cubana e América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998, p. 197.

<sup>60</sup> Em 17 de abril de 1961, desembarcaram na Baía dos Porcos 1,5 mil exilados cubanos treinados pela CIA para destituir o regime revolucionário. Cf. BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *De Martí a Fidel: a Revolução Cubana e América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

<sup>61</sup> PORTANTIERO, Juan Carlos. O marxismo latino-americano. In: HOBBSAWM, Eric J. (org.). *História do Marxismo*. O marxismo hoje, 1989, p. 339-341 *passim*.

latino-americana vs velha literatura latino-americana; sociopolíticas — capitalismo vs socialismo, socialismo vs esquerdismo, castrismo vs marxismo.<sup>62</sup>

Muitos intelectuais latino-americanos, nos anos 60, acreditavam que o socialismo era a única possibilidade de suprimir as diversas formas de dependência que vinculavam a América Latina aos países centrais do Norte capitalista, principalmente aos Estados Unidos. Nesse caso, Cuba revolucionária, ao resistir a todas as pressões dos Estados Unidos, passou a representar idealmente toda a América Latina e adquiria um prestígio enorme e duradouro perante as esquerdas. A influência dos acontecimentos cubanos ultrapassou, em muito, as fronteiras do país e representou uma instância identificadora de máxima autoridade para um amplo e diverso segmento da esquerda: socialistas, comunistas ortodoxos, marxistas independentes, teólogos revolucionários, nacionalistas e antiimperialistas de vários matizes.<sup>63</sup> No início dos anos 60, Cuba ainda não havia se aproximado da estrutura doutrinária e institucional do comunismo soviético, por isso parte da esquerda intelectual latino-americana e europeia via o processo revolucionário cubano como um experimento social original, nacionalista e justo.<sup>64</sup>

Nos anos 60, Cuba desenvolveu uma eficiente política cultural, que transformou a ilha em uma espécie de “Roma antilhana”,<sup>65</sup> capaz de irradiar enorme atração, em especial, sobre aqueles intelectuais mais próximos à ala progressista. Como foram muitos os caminhos que levaram os intelectuais à “Roma antilhana”, mostraremos

---

<sup>62</sup> LIE, Nadia. *Casa de las Américas* y el discurso sobre el intelectual (1960-1971). In: *Cuadernos Americanos*, n° 29, vol. 5, set./out., 1991, p. 194.

<sup>63</sup> MANSILLA, H. C. F. Perspectivas para el movimiento socialista en América Latina, p. 132-142 *passim*.

<sup>64</sup> ROJAS, Rafael. Anatomia do entusiasmo: cultura e revolução em Cuba (1959-1971). *Tempo Social*, São Paulo, v. 19, n° 1, 2007, p. 73.

<sup>65</sup> Termo cunhado pelo historiador argentino Túlio Halperín Donghi. Cf. MUDROVICIC, María Eugenia. *Mundo Nuevo: cultura e Guerra Fría en la década del 60*. Rosario: Beatriz Viterbo Editora, 1997, p. 81-82.

como Mario Vargas Llosa, Julio Cortázar e outros intelectuais chegaram até lá, formando uma rede intelectual latino-americana de esquerda solidária à Revolução Cubana.

### 1.1 A Revolução “direciona” uma rede intelectual latino-americana de esquerda

*Embora a situação política de muitos dos nossos países fosse lamentável, os seus intelectuais ausentavam-se deles agora com firme vontade de regressar. Tínhamos de fazer algo por nós próprios. Sabíamos-lo. Vislumbrávamos as próximas volições de uma praxis latino-americana. Em toda parte assistia a um renascer da consciência nacional. A necessidade de comunicação entre intelectuais de países diferentes era cada vez maior.*

Alejo Carpentier

Nos primeiros anos de toda revolução, como aponta Rafael Rojas, ocorre uma espécie de encantamento recíproco entre intelectuais e o universo da política. Na França revolucionária, os poetas Louis David, André Chenier, Phillippe Fabre e Camille Desmoulins celebraram o advento da República. Na Rússia, Gorki, Pasternak, Maiakovsky deslumbraram-se diante do “frenesi revolucionário” e consagraram, por meio de suas obras, a Revolução de Outubro.<sup>66</sup> No entanto, as revoluções não causam impacto apenas nos intelectuais dos países onde ocorrem, elas também produzem o que François Furet chama de “feitiço universal”, ao converterem-se em signos de mudança mundial.<sup>67</sup> Nessa direção, a Revolução Francesa cativou alemães, como Emmanuel Kant, e ingleses, como Thomas Paine; a Revolução Russa seduziu intelectuais, como H. G. Wells, André Gide, Romain

---

<sup>66</sup> ROJAS, Rafael. Anatomia do entusiasmo: cultura e revolução em Cuba (1959-1971), 2007, p. 73.

<sup>67</sup> FURET, François *apud* ROJAS, Rafael. Anatomia do entusiasmo: cultura e revolução em Cuba (1959-1971), 2007, p. 73.

Rolland, André Malraux, entre outros. A Revolução Cubana ganhou inicialmente simpatia e prestígio entre os escritores cubanos, como Alejo Carpentier, José Lezama Lima, Roberto Fernández Retamar, Guillermo Cabrera Infante; o apoio de muitos intelectuais latino-americanos, como Mario Vargas Llosa, Octavio Paz, Gabriel García Márquez, Ángel Rama, Marta Traba, Carlos Fuentes e Julio Cortázar; além de escritores europeus como Jean-Paul Sartre, Herbert Marcuse, Hans Magnus Enzensberger.<sup>68</sup>

O fato de pertencer à esquerda se converteu em elemento crucial de legitimidade da prática intelectual na década de 60, contudo, como aponta Jorge Castañeda, a esquerda intelectual latino-americana foi um produto direto do papel que os intelectuais de todo tipo desempenharam na política do continente durante décadas. Além do mais, nem todos os intelectuais destacados e famosos da América Latina foram de esquerda e nem todos os intelectuais de esquerda foram famosos. Mas é inegável que o rol de intelectuais que apoiou inicialmente a causa cubana, e que se situava à esquerda do espectro político, era renomado ou passou a sê-lo ao apoiar a Revolução. Essa esquerda intelectual, nos anos 60, configurou-se como uma corrente organizada e coerente de ação política e de orientação ideológica. Segundo Castañeda, essa organização e coerência foram possíveis porque os intelectuais possuíam bases de apoio, canais de expressão e eram escolhidos por governos (e o resto do mundo) como interlocutores.<sup>69</sup>

O político foi um elemento central da cena cultural latino-americana da década de 1960, e, assim, a Revolução Cubana foi vista como um acontecimento extremamente relevante na luta contra o imperialismo, a injustiça e o atraso social. Dessa forma, grande parte dos intelectuais celebrou-a como a realização de uma utopia. Se a Revolução Cubana

---

<sup>68</sup> *Ibidem*, p. 73.

<sup>69</sup> CASTAÑEDA, Jorge. *Utopia desarmada: intrigas, dilemas e promessas da esquerda latino-americana*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p. 158.

significava, para eles, o início da “emancipação definitiva”, era compreensível que a fé revolucionária se colocasse decididamente em um primeiro plano.<sup>70</sup> Ao mesmo tempo, o governo revolucionário cubano teve uma grande preocupação em buscar a adesão dos intelectuais estrangeiros, para, entre outras coisas, ganhar apoio e legitimar a Revolução, tanto na América Latina quanto na Europa. O apoio dos intelectuais a Cuba foi decisivo — como procuraremos demonstrar —, bem como, a princípio, a devoção deles à causa. O contrário também foi válido, ou seja, alguns intelectuais, ao defenderem a Revolução, estavam buscando um caminho para que pudessem se sobressair e ganhar espaço na *intelligentsia* latino-americana. Foram anos de minuciosas elaborações em torno do poder e da responsabilidade da palavra, de leituras particularmente apaixonadas, de polêmicas, cujos ecos ainda não se dissiparam.<sup>71</sup> Jorge Edwards caracterizou bem o que foi essa época:

Os anos da década de 60 foram os do idílio entre os intelectuais e a Revolução Cubana. Todos nós, de uma forma ou de outra, com raras exceções, participamos desse idílio. Nicanor Parra viajava a Cuba a toda hora e se convertia no amigo predileto da *Casa de las Américas*. Mario Vargas Llosa era convidado permanente e membro do conselho de redação da revista. Julio Cortázar descobria a política e, mais do que isso, descobria o hispano-americanismo em e a partir de Cuba. Eu mandava contos e artigos à revista da *Casa* e lamentava amargamente porque minha condição de diplomata me impedia, pelo menos a princípio, de viajar a Havana, e me obrigava, por outro lado, que desgraça! A ficar em Paris, na decadente, fria e cinzenta Paris.<sup>72</sup>

Nesse sentido, a Revolução fez emergir, nos anos 60, uma rede intelectual latino-americana de esquerda, reunida basicamente em torno de Cuba. Uma rede intelectual, nesse caso, pode ser definida como um conjunto de relações que se formam

---

<sup>70</sup> Cf. RUFFINELLI, Jorge. Después de la ruptura: la ficción. In: PIZARRO, Ana (org.). *América Latina: palabra, literatura e cultura*. São Paulo: Memorial; Campinas: UNICAMP, 1995, vol 3; SOSNOWSKI, Saul. La “nueva” novela hispanoamericana: ruptura y “nueva” tradición. In: PIZARRO, Ana (org.). *América Latina: palabra, literatura e cultura*. São Paulo: Memorial; Campinas: UNICAMP, 1995, vol 3.

<sup>71</sup> SOSNOWSKI, Saul. La “nueva” novela hispanoamericana: ruptura y “nueva” tradición. In: PIZARRO, Ana (org.). *América Latina: palabra, literatura e cultura*, 1995, vol 3, p. 395.

<sup>72</sup> EDWARDS, Jorge. *Adeus poeta: uma biografia de Pablo Neruda*. São Paulo: Siciliano, 1993, p. 115.

entre intelectuais com afinidades políticas e comprometidos com os processos sociais.<sup>73</sup> Em torno de Cuba, formou-se uma rede facilmente identificável, que englobou intelectuais com opiniões políticas semelhantes e que se expressavam praticamente nos mesmos canais e reuniam-se periodicamente. Os intelectuais relacionavam-se por meio de participações em congressos, em seminários, em simpósios e em editoriais de revistas. Além disso, publicavam praticamente nos mesmos periódicos e trocavam correspondências e livros. O repertório discursivo dessa rede intelectual apelava, principalmente, para o fomento da integração cultural latino-americana, o fortalecimento do compromisso político-social do escritor, a defesa da causa cubana e do socialismo e, por fim, a promoção da luta antiimperialista.<sup>74</sup> Além disso, a grande maioria, influenciada pelo pensamento sartriano, tinha a convicção de que o intelectual deveria converter-se em um dos principais agentes de transformação radical da sociedade, especialmente nos países do chamado Terceiro-Mundo. Os escritores Julio Cortázar, Mario Vargas Llosa, Carlos Fuentes, Roberto Fernández Retamar, Ángel Rama, Ernesto Sábato, Alejo Carpentier e Mario Benedetti foram, inicialmente, os pilares dessa rede.

Os congressos de escritores latino-americanos foram importantes para a formação dessa rede intelectual latino-americana de esquerda a partir de Cuba, mesmo aqueles que não foram realizados na ilha. Durante toda a década de 60, foram realizados

---

<sup>73</sup> Para Jorge Castañeda, nos anos 60, muitos intelectuais latino-americanos de esquerda possuíam uma certa obsessão pela justiça social. Sendo assim, “a pobreza e a injustiça no próprio país tinham uma solução e um paradigma comum: a pátria e a revolução de Fidel”. Cf. CASTAÑEDA, Jorge. *Utopia desarmada: intrigas, dilemas e promessas da esquerda latino-americana*, 1994, p. 163.

<sup>74</sup> Cf. FUSCHINI, Gérman Albuquerque. La red de escritores latinoamericanos en los años sesenta. In: *Revista Universum*, Universidade de Talca, Chile, n° 15, 2000. Para esse autor, seria um erro afirmar que somente nos anos de 1960 os escritores converteram-se em atores públicos comprometidos com os processos políticos e sociais. Tampouco seria correto afirmar que apenas nessa década se constituíram as redes. Antes disso, houve vários casos, como, por exemplo, a rede arielista e modernista, agrupada em torno de Rodó e Rubén Darío; a rede que se formou nas páginas da revista *Repertorio Americano*; e a que se constituiu a partir de alianças entre intelectuais espanhóis e latino-americanos em razão da Guerra Civil Espanhola, p. 339.



vários congressos de escritores latino-americanos, como o *Primer Encuentro de Escritores Americanos* (Chile, 1960), o *Congreso de Intelectuales de la Universidad de Concepción* (Chile, 1962); o *Encuentro de Gênova* (1965), o *Primer Encuentro de la Comunidad Cultural Latinoamericana* (Chile, 1966); o *Segundo Congreso Latinoamericano de Escritores* (México, 1967) e o *Encuentro Latinoamericano de Escritores* (Chile, 1969).<sup>75</sup>

O caráter desses congressos era eminentemente político, nos quais os temas literários ficavam em segundo plano. Na realidade, quando se falava de literatura, era para relacioná-la com temas políticos e sociais, de maneira que os assuntos sobre a Revolução Cubana não ficaram à margem, pelo contrário, foram centrais nos comunicados, nas intervenções e nos debates realizados em quase todos os congressos. Como assinala Carlos Fuentes:

[...] depois da Revolução Cubana, ele [o escritor] já consentia falar em público mais de política do que de literatura; na América Latina ambas eram inseparáveis e agora ele só tinha olhos para Cuba. O entusiasmo pela figura de Fidel Castro, nessa primeira etapa, e a fé na revolução, influenciaram toda uma geração de intelectuais.<sup>76</sup>

No *Congreso de Intelectuales de Concepción*, em 1962, Alejo Carpentier foi convencido por Carlos Fuentes e Pablo Neruda a não ler o texto que havia preparado para a conferência, *Elementos mágicos en la literatura del Caribe*, mas que, em seu lugar, “improvisasse algo sobre as reformas educacionais de Fidel Castro.”<sup>77</sup> O chileno José Donoso, ao narrar o que ocorreu nesse congresso, afirmou que uma “infinidade de escritores de todos os países do continente manifestou quase que com unanimidade sua adesão à causa cubana”, e que ele havia “experimentado pela primeira vez uma repentina e poderosa maré de simpatia por uma causa política, que unificava o continente e a todos os

---

<sup>75</sup> Cf. FUSCHINI, Germán Albuquerque. *La red de escritores latinoamericanos en los años sesenta*, 2000.

<sup>76</sup> FUENTES, Carlos *apud* DONOSO, José. *História personal del “boom”*. Barcelona: Seix Barral, 1983, p. 45.

<sup>77</sup> *Ibidem*, p. 49.

seus escritores.”<sup>78</sup> Outro tema que tangenciou as discussões nesse congresso foi a falta de conhecimento dos escritores sobre a literatura latino-americana contemporânea e a necessidade de estreitar os vínculos entre os escritores do subcontinente. O congresso foi encerrado com a escrita de uma carta, endereçada ao diretor da *Fondo de Cultura Económica*, Arnaldo Orfila Reynal, na qual os intelectuais defenderam que, para “superar nosso isolamento, nosso desconhecimento mútuo”, era necessário “encontrar voz comum, unitária e outorgar-lhe força, presença e a divulgação que nossa época — e o destino de nossos povos — exigem”. Além disso, sugeriram na carta que o diretor da editora criasse, “dentro da estrutura editorial da Fondo, uma coleção popular de escritores ibero-americanos como uma arma efetiva, capaz de influir decisivamente no crescimento de nossa produção e de dar-lhe a divulgação mais ampla e fecunda”.<sup>79</sup>

No *Encuentro de Gênova* (1965) constituiu-se a Comunidade Latino-americana de Escritores (CLE), dando forma ao desejo dos intelectuais de atuarem conjuntamente. Segundo Cladúia Gilman, o uruguaio Ángel Rama descreveu esse encontro como um grande diálogo “pluriideológico” entre marxistas, católicos, conservadores e independentes de esquerda. No documento máximo do encontro – a Declaração de Gênova –, publicado na *Casa de las Américas*, foi proclamada a existência da América Latina como uma unidade e a Revolução Cubana como o acontecimento central daquele período. No manifesto *Nuestra América*, produzido também no encontro de Gênova, os intelectuais confirmaram, como “consciência moral”, a posição antiimperialista.<sup>80</sup>

---

<sup>78</sup> DONOSO, José. *Historia personal del boom*. Barcelona: Seix Barral, 1983, p. 36-46.

<sup>79</sup> *Casa de las Américas*, Havana, nº 11-12, março-junho, 1962 *apud* FUSCHINI, Germán Albuquerque. La red de escritores latinoamericanos en los años sesenta, nº 15, 2000, p. 343. Entre os vários intelectuais que assinaram a carta, podemos citar: Thiago de Melo, Carlos Fuentes, Augusto Roa Bastos, José María Arguedas, Mario Benedetti, Pablo Neruda, José Donoso e Fernando Alegría.

<sup>80</sup> GILMAN, Cladúia. *Entre la pluma e el fusil: debates y dilemas del escritor revolucionario en América Latina*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2003, p. 112.

Durante a década de 60, Cuba transformou-se na grande anfitriã do mundo letrado e deu sentimento de unidade a uma “grande família intelectual”. A ilha cumpriu, ademais, a função de referência obrigatória nas intervenções intelectuais e converteu-se em um cenário aglutinante (imaginário e real) de muitos intelectuais.<sup>81</sup> O governo revolucionário passou a vislumbrar a criação de um novo espaço cultural latino-americano, por meio de suas instituições político-culturais (como a *Casa de las Américas*, especializada na promoção de relações culturais com a América Latina), que possuíam um discurso com apelação identitária e utópica em torno da idéia de desenvolvimento e revolução. Esse discurso tinha um forte conteúdo latino-americanista e terceiro-mundista, a partir do qual pretendiam revitalizar o integracionismo de cunho bolivariano.<sup>82</sup>

A instituição *Casa de las Américas* foi estruturada em abril de 1959 e, inicialmente, sua direção ficou a cargo de Haydée Santamaría,<sup>83</sup> que havia participado do assalto ao quartel de Moncada em 1953.<sup>84</sup> Para Idalia Morejón Arnaiz, a grande visibilidade que essa instituição teve, desde seu começo, foi, em grande medida, proporcionada pelo “peso político de sua diretora e ao seu familiar acesso ao centro do poder guerrilheiro. Sua presença garantiu os modos de intervenção da esfera política na cultura, reforçando a imagem da Instituição como filha legítima da revolução”. A *Casa de las Américas* congregava ao seu redor uma ampla estrutura: biblioteca, prêmio literário anual, editora,

---

<sup>81</sup> *Ibidem*, p. 113.

<sup>82</sup> SUBERCASEAUX, Bernardo. Elite ilustrada, intelectuales y espacio cultural. In: GARRETÓN, Manuel A. *América Latina: un espacio cultural en el mundo globalizado*. Debates y perspectivas. Bogotá: Convenio Andrés Bello, 1999, p. 176.

<sup>83</sup> Haydée Santamaría dirigiu a instituição entre 1959 e 1980. Em 1980, cometeu suicídio. Uma interpretação política de sua morte encontra-se em: FRANQUI, Carlos. *Vie, aventures et desastres d'un certain Fidel Castro*. Paris: Belfond, 1989; CABRERA INFANTE, Guillermo. *Mea Cuba*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

<sup>84</sup> O quartel de Moncada localizava-se em Santiago de Cuba e foi considerado, na época, a segunda maior fortaleza do exército cubano em número de homens e em arsenal bélico. Foi alvo de assalto em 26 de julho de 1953 por um grupo de revolucionários liderados por Fidel Castro. O assalto resultou em fracasso, alguns guerrilheiros foram torturados e mortos e outros detidos. Nesse episódio, o irmão de Haydée Santamaría foi torturado até a morte.

revista, vários departamentos dedicados à pesquisa literária. Além disso, promovia a música, o teatro e as artes plásticas.<sup>85</sup>

Aglutinar em torno da revista *Casa de las Américas* a intelectualidade latino-americana obedecia a uma política do Estado cubano. Os mecanismos por meio dos quais a *Casa de las Américas* articulou a rede intelectual foram diversos. Os escritores estrangeiros recebiam inúmeros convites para irem até Havana para participar de conferências, diálogos e mesas-redondas com escritores cubanos. A lista de escritores que foram à Ilha, a convite da instituição, é imensa, entre os quais podemos citar: Carlos Fuentes, Miguel Ángel Asturias, Ezequiel Martínez Estrada, Pablo Neruda, Mario Vargas Llosa, Julio Cortázar, Ángel Rama. Os anfitriões da intelectualidade latino-americana eram escritores renomados em Cuba, como Alejo Carpentier, José Lezama Lima, Roberto Fernández Retamar, Guillermo Cabrera Infante (antes do exílio em 1965), entre outros.<sup>86</sup> A figura de Fernández Retamar, com quem Cortázar desenvolveu uma sólida amizade, contribuiu muito para forjar essa sociabilidade. Ele recebeu em Havana vários intelectuais e dali escrevia, de forma íntima e pessoal, cartas-poemas, que dedicava a vários intelectuais, entre eles: Cortázar, Roque Dalton e Juan Gelman. Como diretor da revista *Casa de las Américas*, procurou agregar em torno da revista nomes como Ángel Rama, Vargas Llosa, Cortázar e Carlos Fuentes.<sup>87</sup>

Um outro mecanismo, por meio do qual a *Casa de las Américas* articulou a rede intelectual, foram os encontros de escritores. Do início da Revolução Cubana até o

---

<sup>85</sup> Além da revista com o mesmo nome, a Casa de las Américas publica também revistas como *Conjunto*, *Boletín de Música*, *Anales del Caribe* e *Cráterios*. Cf. MOREJÓN ARNAIZ, Idalia. *Política e polémica na América Latina: Casa de las Américas e Mundo Nuevo*. 326 f. Tese. Programa em Integração da América Latina, USP, São Paulo, 2004; LIE, Nadia. *Transición y transacción: la revista cubana Casa de las Américas (1960-1976)*. Bélgica/Leuven: Ediciones Hispamérica/Leuven University Press, 1996.

<sup>86</sup> FUSCHINI, Germán Albuquerque. *La red de escritores latinoamericanos en los años sesenta*, 2000, p. 348.

<sup>87</sup> GILMAN, Claudia. *Entre la pluma e el fusil: debates y dilemas del escritor revolucionario en América Latina*, 2003, p. 113-114.

final da década de 1980, foram realizados inúmeros congressos, simpósios e assembléias, com a participação de quase toda a esquerda intelectual latino-americana.<sup>88</sup> Vargas Llosa, Cortázar e García Márquez fizeram suas peregrinações a Havana para participar de tais eventos e trabalhar por Cuba em algum meio. Outros escritores passaram a viver na ilha, como foi o caso do uruguaio Mario Benedetti, do haitiano René Depestre, do salvadoreno Roque Dalton, do peruano Javier Heraud e do chileno Enrique Lihn. No início dos anos 60, Havana foi a sede de uma intensa sociabilidade intelectual, produzindo amizades, textos e adesões à Revolução.<sup>89</sup> Dessa forma, a Revolução Cubana, como mostra Jorge G. Castañeda, chegou a simbolizar a unidade, a força e o apogeu da esquerda intelectual latino-americana. Cada intelectual “teve sua própria Cuba particular, adaptada a suas preferências e prioridades”.<sup>90</sup> Os escritores estrangeiros eram o vínculo fundamental com os outros países da América Latina, como bem mostrou Fausto Masó

A Casa [de las Américas] como se diz tradicionalmente, busca sempre manter uma correspondência ativa com os principais escritores e artistas americanos. Enfim, esta Instituição é um intercâmbio cultural, e este trabalho, quando bem feito, tem necessariamente que se desenvolver de modo que repercuta na vida de distintos países. Um grande escritor, um grande artista tem sempre um peso extraordinário na opinião pública de seu país. O caso de Sartre é um bom exemplo, assim como os resultados que se tem obtido a favor de Cuba no México, Brasil, Argentina, Venezuela, pelo fato de que escritores e artistas enviados a Cuba pela *Casa*, quando retornam a seus países, manifestam com sinceridade o que haviam visto e conhecido, a verdade da Revolução Cubana.<sup>91</sup>

---

<sup>88</sup> Dentre todos os congressos, vale ressaltar os encontros terceiro-mundistas, como a Conferência Tricontinental, realizada em janeiro de 1966, em Havana, e o Congresso Cultural de La Habana, em 1968, que contou com a presença de intelectuais de 70 países.

<sup>89</sup> GILMAN, Claudia. *Entre la pluma e el fusil: debates y dilemas del escritor revolucionário en América Latina*, 2003, p. 113.

<sup>90</sup> CASTAÑEDA, Jorge G. *Utopia desarmada: intrigas, dilemas e promessas da esquerda latino-americana*, 1994, p. 158-159.

<sup>91</sup> MASÓ, FAUSTO *apud* MOREJÓN ARNAIZ, Idalia. *Política e polêmica na América Latina: Casa de las Américas e Mundo Nuevo*. 326 f. Tese. Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina, USP, São Paulo, 2004. p. 43.

Outro forte componente para a formação de uma rede intelectual latino-americana de esquerda foram as revistas culturais. De acordo com Claudia Gilman, elas foram o suporte e o sintoma dessa comunidade, que não foi somente imaginada. De 1962 em diante, existiram vários intentos para organizar e institucionalizar uma comunidade político-intelectual latino-americana.<sup>92</sup> Nesse sentido, a revista cubana *Casa de las Américas* foi exemplar. Em julho de 1960, foi publicado o primeiro número da revista, organizado por Antón Arrufat.<sup>93</sup> No segundo número, a revista se autodefiniu como “uma instituição cultural organizada para servir a todos os povos do continente em sua luta pela liberdade”, deixando entrever sua forte motivação política. A partir de 1965, passou a ser dirigida por Roberto Fernández Retamar, que permaneceu no cargo até 1989 e reassumiu a direção da revista em 1991.<sup>94</sup> Entre seus colaboradores, destacaram-se José Lezama Lima, Juan Gelman, Carlos Drummond de Andrade, Ernesto Cardenal, Ítalo Calvino e José María Arguedas.<sup>95</sup> A quantidade de escritores que colaboraram com a revista ao longo dos anos

---

<sup>92</sup> GILMAN, Claudia. *Las revistas y los límites de lo decible: cartografía de una época*, 2003; SOSNOWSKI, Saúl (org.). *La cultura de un siglo: América Latina en sus revistas*. Buenos Aires: Alianza, 1999, p. 464.

<sup>93</sup> A tiragem da revista, de periodicidade bimensal, foi considerável e aumentou gradativamente, passando de 2.000 exemplares em 1960, para 4.000 em 1962, e 9.000 em 1965. A partir da década de 70, superou essas cifras, chegando a 15.000 exemplares nos anos 80. O valor da revista variava de acordo com a tiragem, foi “cotada pelo simbólico preço” de 25 centavos em 1960 e 40 centavos a partir de 1962. A assinatura anual mudou de um peso e cinquenta centavos em 1960 para dois pesos e quarenta centavos em 1962. No mercado externo, as assinaturas eram cobradas em dólares canadenses, e o valor oscilava segundo o modo de envio, ou seja, três dólares pelo correio ordinário, e oito dólares por via aérea. Cf. MOREJÓN ARNAIZ, Idalia. *Política e polémica na América Latina: Casa de las Américas e Mundo Nuevo*, p. 48.

<sup>94</sup> Existem duas versões para a saída de Arrufat da direção da revista *Casa de las Américas*. A versão mais difundida, encampada por Cabrera Infante, amigo íntimo de Arrufat na época, é que ele teria sido denunciado por Fernández Retamar depois de ter publicado um poema homossexual de José Triana, num momento em que os escritores homossexuais tinham problemas com o regime. Segundo Cabrera Infante, “Antón foi despedido *ipso facto* de *Casa* e a direção da revista foi concedida, como prêmio, ao pundonor militante, a Roberto Retamar” (*Mea Cuba*, 1996, p. 146). Segundo a versão do próprio Arrufat, ele saiu da direção da *Casa* por não concordar com a demanda de transformar a revista em outra de “caráter mais político, menos literário e mais latino-americano”. Em depoimento, Fernández Retamar afirmou que “não tinha nada que ver com a saída de Arrufat, e que nunca entendeu porque Haydée Santamaría lhe ofereceu a direção da Revista” (*apud* LIE, Nadia, *Transición y transacción*, 1996, p. 29).

<sup>95</sup> Segundo Morejón Arnaiz, “a revista organizou seus espaços em função do fluxo de colaborações, com três grandes seções: a primeira, sem título, acolhia materiais ensaísticos, poéticos e de ficção, embora fosse eventualmente precedida pela aparição de materiais de corte institucional (informes, discursos, declarações de congressos ou do governo); a segunda, Notas e Reportagens, incluía textos não ficcionais (artigos,

foi impressionante. A esse respeito Fernández Retamar afirmou: “eu creio que, afortunadamente, o bloqueio que tem sido tão forte na ordem política e econômica, nunca funcionou plenamente no que toca ao campo cultural”.<sup>96</sup>

Uma das formas mais eficazes de articulação da rede intelectual, com membros definidos, com reuniões periódicas e com uma posição claramente estabelecida ante a contingência, foi o Conselho de Redação da revista *Casa de las Américas*. O Conselho se reunia periodicamente em Havana e regularmente emitia declarações sobre temas da atualidade. Assim, o Conselho opinou sobre as ofensivas norte-americanas em Cuba, a morte de Che Guevara, a detenção de Régis Debray e sobre o aniversário de dez anos da Revolução.<sup>97</sup> A revista contou com um Conselho de Redação formado por intelectuais sul e centro-americanos, como Antón Arrufat, Pablo Armando Fernández, Julio Cortázar, Emmanuel Carballo, Ángel Rama, Mario Vargas Llosa, Mario Benedetti, entre outros.

Uma razão político-cultural para viajar a Cuba — viagem emblemática na época — era a participação, como jurado, do concurso literário promovido pela *Casa de las Américas*, que também contribuiu para a formação da rede. Ser jurado ou agraciado no concurso fortalecia os vínculos dos intelectuais estrangeiros com as instituições culturais cubanas e com a defesa política da Revolução. A produtividade da revista esteve desde o início em consonância com a necessidade de tornar conhecidas as transformações

---

comentários, mesas-redondas, entrevistas, crônicas e reportagens sobre temas políticos, culturais, históricos e econômicos); a terceira, Livros, resenhava obras de autores estrangeiros e cubanos. O número 5 da revista introduziu a seção Revistas e Dias, que aparece de forma intermitente, resumindo a atualidade cultural, local e internacional”. Cf. MOREJÓN ARNAIZ, Idalia. *Política e polémica na América Latina: Casa de las Américas e Mundo Nuevo*, p. 48 - 50.

<sup>96</sup>FERNÁNDEZ RETAMAR, Roberto *apud* LIE, Nadia. *Transición y transacción*, 1996, p. 36.

<sup>97</sup>FUSCHINI, Germán Albuquerque. *La red de escritores latinoamericanos en los años sesenta*, p. 349.

revolucionárias no exterior, atividade que recaiu basicamente sobre os intelectuais convidados aos concursos literários.<sup>98</sup>

Muitos intelectuais faziam questão de ter seus nomes vinculados à revista *Casa*, já com grande visibilidade no cenário internacional, como meio de expressarem apoio à Revolução. Uma das formas mais recorrentes de expressão de solidariedade à causa cubana eram as declarações contrárias ao imperialismo norte-americano. Em maio de 1961, após a invasão da Baía dos Porcos, a revista *Casa* publicou um manifesto no qual os intelectuais repudiavam a “brutal e criminoso agressão imperialista contra o povo cubano”. Tal documento foi assinado por centenas de intelectuais provenientes da Venezuela, Colômbia, Peru, México, Argentina, Uruguai, Guatemala, El Salvador, Costa Rica e Brasil. Entre os intelectuais que rubricaram o manifesto, estavam Jorge Icaza, Jorge Enrique Adoum, Rosario Castellanos, Pablo González Casanova, Ernesto Sábato, Juan Carlos Onetti, Arturo Ardao, Ángel Rama, Caio Prado Jr.<sup>99</sup> Em um depoimento — concedido a Jorge Castañeda —, García Márquez afirmou:

A definição de intelectual de esquerda latino-americano tornou-se coincidente com a defesa incondicional de Cuba. E os cubanos, por meio de seus próprios mecanismos, determinaram quem cumpria com essa solidariedade e quem não o fazia, aproveitando-se da situação que prevalecia para muitos intelectuais em seus países. Os intelectuais de segundo nível, sem oportunidades em seus próprios países, encontraram uma forma de adquirir poder transformando-se em paladinos da solidariedade. Peregrinações inteiras de intelectuais de segundo nível dirigiram-se a Havana, com o propósito de afastar de sua posição de liderança os intelectuais de primeira linha.<sup>100</sup>

---

<sup>98</sup> MOREJÓN ARNAIZ, Idalia. *Política e polêmica na América Latina: Casa de las Américas e Mundo Nuevo*, 2004, p. 48.

<sup>99</sup> Cf. FUSCHINI, Gérman Albuquerque. La red de escritores latinoamericanos en los años sesenta, 2000, p. 349. *Casa de las Américas*, n° 6, maio-junho, 1961.

<sup>100</sup> GARCÍA MÁRQUEZ *apud* CASTAÑEDA, Jorge G. *Utopia desarmada: intrigas, dilemas e promessas da esquerda latino-americana*. p. 159.



Para Idalia Morejón Arnaiz, *Casa de las Américas* “monopolizou o capital intelectual da esquerda do continente” ao se especializar “no enfoque latino-americanista”. Esse enfoque a diferenciou das revistas hispano-americanas de cunho regional que a precederam, permitindo a formação de uma “grande família cultural latino-americana”. Desse modo, *Casa de las Américas* posicionou-se como textualidade legítima para os intelectuais da esquerda, que viam nela um indicador de representatividade para o campo intelectual, ao re-territorializar, a partir de suas páginas, determinadas zonas da literatura da América Latina.<sup>101</sup> A revista tornou-se a mais prestigiosa da Revolução e uma referência não só para os escritores cubanos, mas para os latino-americanos. Tudo isso levou o crítico uruguaio Emir Rodríguez Monegal a afirmar, em uma entrevista, que

[...] todos os países da América devem a Cuba duas coisas: primeiro, uma consciência da realidade americana de hoje [...], segundo, a criação de grandes editoriais que republicaram quase todos os clássicos da América, as revistas, os congressos, tudo, converteu Cuba em um dos centros culturais mais importantes, especialmente nos primeiros sete ou oito anos da Revolução [...]. Nesse sentido, creio que ela tenha sido a revolução política mais importante da história cultural da América.<sup>102</sup>

A *Casa de las Américas* canalizou em suas páginas um amplo debate sobre o papel do intelectual latino-americano. Entre 1961 e 1965, ainda com uma discussão esparsa sobre o tema, publicou *Palabras a los intelectuales*, de Fidel Castro, e *El socialismo y el hombre en Cuba*, de Che Guevara. Entre 1965 e 1968, a discussão intensificou-se, com destaque para os temas: “intelectual como consciência crítica da sociedade” e “intelectual como organizador da sociedade”.<sup>103</sup> Nesse período, a revista publicou vários textos sobre a temática, incluindo o artigo de Vargas Llosa, *El papel del intelectual en los movimientos de liberación nacional* (1966), e a carta aberta de Cortázar para Roberto Fernández Retamar,

---

<sup>101</sup> *Ibidem*, p. 13.

<sup>102</sup> RODRÍGUEZ MONEGAL, Emir. La crítica, función fundamental de la literatura. In: GARDUÑO RAMÍREZ, Guillermo. *Letras del sur*. Toluca: Editora Xinantécatl, 1988. p. 301.

<sup>103</sup> LIE, Nadia. *Casa de las Américas y el discurso sobre el intelectual*, p. 190-194 *passim*.

intitulada *Situación del intelectual latino-americano* (1967), textos que discutiremos ao longo do trabalho.

## **1.2.O debate sobre o papel do intelectual na (ou para a) Revolução <sup>104</sup>**

A vitória da Revolução Cubana propiciou o surgimento de uma intensa produção cultural na ilha. Desde 1959, assistiu-se à criação de vários espaços difusores de cultura, principalmente da cubana, como revistas e editoras governamentais e independentes, teatros, bibliotecas, cinemas etc. Ao mesmo tempo em que fomentava atividades culturais, o governo cubano passou a criar diretrizes para organizar a produção cultural, exigindo um compromisso do artista e do escritor com a nova sociedade. Com esse intuito, foram criadas várias instituições como a já citada *Casa de las Américas* (1959), responsável por promover as relações culturais de Cuba com a América Latina; o *Instituto Cubano del Arte y Industria Cinematográficas* – ICAIC (1959), que, em linhas gerais, era destinado a promover as propostas da Revolução por intermédio de noticiários, documentários e filmes ficcionais, que visavam à conscientização política; a editora estatal *Imprenta Nacional* (1960), responsável por publicar obras de escritores e teóricos cubanos e estrangeiros e por criar edições populares acessíveis à população; o *Consejo Nacional de Cultura* – CNC (1961), organizado para dirigir e centralizar as atividades culturais na ilha; a *Unión de Escritores y Artistas de Cuba* – UNEAC (1961), destinada a coordenar as

---

<sup>104</sup> García Márquez não participou desse debate e, conseqüentemente, não publicou nenhum artigo sobre o papel do intelectual. Nesse período, ele vivia no México e estava se dedicando à escrita de *Cien años de soledad*, publicado em 1967, como mostraremos no capítulo III.

atividades de criação dos intelectuais e de artistas, por meio de duas publicações, *La Gaceta de Cuba* (quinzenal) e a revista *Unión* (bimestral)<sup>105</sup>.

O campo cultural cubano não ficou imune às tensões e confrontos entre os intelectuais que assumiam posições distintas frente ao processo revolucionário, delineando a polêmica sobre qual deveria ser o tipo de intelectual “ideal” para a Revolução.<sup>106</sup> Alguns intelectuais foram para o exílio a partir de meados da década de 60, por não concordarem com o endurecimento do regime, como foi o caso de Cabrera Infante, Carlos Franqui e Heberto Padilla. De modo geral, o campo intelectual cubano dividiu-se em três posições: a adesão incondicional ao governo revolucionário, o respaldo crítico à Revolução e o exílio.<sup>107</sup> Como veremos, as polêmicas intelectuais decorrentes dessas divisões no campo intelectual cubano ultrapassaram o campo cultural da ilha e tiveram ressonâncias em grande parte da esquerda intelectual na América Latina.

Uma das primeiras tentativas do governo cubano de organizar a política cultural da Revolução, com diretrizes que exigiam o compromisso do intelectual com o regime, ocorreu, principalmente, em 1961. Em junho desse ano, no *Salón de Actos de la Biblioteca Nacional* em Havana, foram realizados três encontros (16, 23 e 30 de junho), dos quais participaram as figuras mais proeminentes do governo e da intelectualidade cubana<sup>108</sup>, para debaterem sobre os rumos das atividades culturais na ilha e sobre os problemas relacionados com as possibilidades de criação do escritor e do artista dentro da Revolução. O grande temor dos intelectuais era a possibilidade de a Revolução “sufocar o espírito

---

<sup>105</sup> MISKULIN, Silvia Cezar. *Os intelectuais cubanos e a política cultural da revolução (1961-1975)*. Tese. São Paulo: Programa de Pós-Graduação em História Social – FFLCH - USP, 2005, p. 25-32 *passim*.

<sup>106</sup> Cf. ROJAS, Rafael. *Anatomia do entusiasmo: cultura e revolução em Cuba (1959-1971)*.

<sup>107</sup> Cf. ROJAS, Rafael. *Tumbas sin sosiego*. Revolución, disidencia y exilio del intelectual cubano. Barcelona: Anagrama, 2006.

<sup>108</sup> O primeiro ministro Fidel Castro, o presidente Osvaldo Dorticós e os intelectuais Alfredo Guevara, Guillermo Cabrera Infante, Armando Hart, Carlos Rafael Rodríguez, Edith García Buchaca, José Lezama Lima, Carlos Franqui, Virgilio Piñera entre outros.

criador dos escritores e dos artistas”.<sup>109</sup> Esse temor estava diretamente relacionado com a censura e apreensão do documentário *PM*, filmado por dois jovens cineastas cubanos, Sabá Cabrera Infante e Orlando Jiménez Leal, sem a prévia autorização da direção do ICAIC. Esse curta-metragem documentou, com câmera escondida, a boemia de Havana “com toda a sua clientela habitual: prostitutas, vagabundos, trabalhadores de origem simples (negros, a maioria), bebendo, dançando, gargalhando, namorando etc.” Por essa razão, *PM* foi condenado pela direção do ICAIC e pelos militantes do PSP, que viam nele “um retrato pejorativo do povo cubano, que nada convinha à imagem que se estava pretendendo construir do novo país e da nova sociedade”.<sup>110</sup> A censura a esse documentário foi intensamente debatida nesses três encontros, nos quais vários intelectuais — Carlos Franqui, Lezama Lima, Pablo Armando Fernández, Virgilio Piñera, Fernández Retamar, Lisandro Otero e Haydée Santamaría — defendiam *PM* e também o suplemento *Lunes de Revolución*,<sup>111</sup> argumentando serem contrários a qualquer tipo de censura e direcionamento na cultura. No entanto, essas manifestações não foram suficientes para impedir a ratificação da censura ao documentário — considerado contra-revolucionário — e as duras críticas ao suplemento *Lunes*.

Foi nesse ambiente que o primeiro ministro Fidel Castro proferiu o famoso discurso *Palabras a los intelectuales*, no qual enfatizou aquilo que realmente lhe

---

<sup>109</sup> VILLAÇA, Mariana Martins. *O Instituto del Arte e Industria Cinematográficos (ICAIC) e a política cultural em Cuba (1959-1991)*. 434 f. 2 v. Tese. FFLCH (Departamento de História), USP, São Paulo, 2006, p. 29.

<sup>110</sup> *Ibidem*, p. 29. Segundo a autora, *PM*, em castelhano, significa *pasado meridiano*.

<sup>111</sup> *Lunes* (1959-1961) foi o suplemento semanal de cultura do jornal *Revolución*. Seu editor foi Guillermo Cabrera Infante, irmão de Sabá Cabrera Infante. *Lunes* foi um suplemento aberto e cosmopolita, que publicava as vanguardas, os *beatniks* e incentivava novos experimentos literários. Além disso, publicava artigos políticos, defendia as conquistas da Revolução e editava textos de diferentes concepções ideológicas de esquerda. Em decorrência da censura a *PM*, o *Lunes* organizou um abaixo-assinado com cerca de 200 assinaturas. Em novembro de 1961, o suplemento foi fechado pelo governo, que o considerava fora dos parâmetros estabelecidos pela política cultural cubana. Cf. MISKULIN, Sílvia Cezar. *Cultura ilhada: imprensa e Revolução Cubana (1959-1961)*. São Paulo: Xamã, FAPESP, 2003.

importava: a continuidade da Revolução. As *Palabras a los intelectuales* foram proferidas após a invasão da Baía dos Porcos, o que explica, em parte, o questionamento feito aos intelectuais cubanos: se a preocupação central deles deveria ser com a possibilidade de a Revolução ultrapassar seus próprios limites e, dessa forma, controlar a arte e a liberdade de expressão, ou se a preocupação central deveria ser com a Revolução em si e com os perigos que poderiam ameaçá-la. Na perspectiva de Fidel Castro, a tarefa dos intelectuais, que compreendiam e justificavam a Revolução, seria fazer com que ela saísse vitoriosa.<sup>112</sup> Com essas considerações, Fidel Castro tocou num ponto polêmico, que, de uma maneira ou de outra, todos esperavam ouvir: se haveria ou não uma absoluta liberdade de conteúdo na expressão artística. Quanto a isso, o líder cubano explicou que, por sua própria essência, a Revolução jamais poderia ser inimiga da liberdade, de maneira que a preocupação de alguns com a eventual possibilidade de ela tolher a liberdade de expressão era desnecessária. Um dos propósitos fundamentais da Revolução, segundo Fidel Castro, era “incentivar a arte e a cultura, precisamente para que a arte e a cultura” chegassem “a ser um real patrimônio do povo”. Fidel Castro afirmou que a Revolução deveria atuar de maneira que os artistas e intelectuais, mesmo que não fossem “genuinamente revolucionários”, encontrassem “dentro da Revolução” um campo onde pudessem trabalhar e criar.<sup>113</sup>

Nas *Palabras a los intelectuales*, ficou evidente a posição de Fidel Castro em relação à liberdade de expressão artística na ilha: a liberdade de conteúdo e forma só poderia existir caso não ameaçasse a existência da Revolução. Fidel Castro sintetizou isso na passagem mais conhecida e citada desse discurso: “dentro da Revolução, tudo; contra a

---

<sup>112</sup> CASTRO, Fidel. *Palabras a los intelectuales*. Site do Ministerio de Cultura de la República de Cuba. Disponível em: <http://www.min.cult.cu>. Acesso em: 24/09/2007.

<sup>113</sup> *Ibidem*.

Revolução nada”. Desde então, a liberdade de expressão dos intelectuais cubanos ficou condicionada aos parâmetros estabelecidos nesse discurso, embora, para muitos, não tenha ficado muito claro o que de fato significava estar “dentro da Revolução”. De qualquer modo, as diretrizes estabelecidas pelo governo revolucionário, no que tange à política cultural, foram ratificadas no Primeiro Congresso Nacional de Escritores e Artistas, realizado em agosto de 1961.<sup>114</sup> Nas resoluções desse congresso, ficou decidido que o objetivo central das atividades dos escritores e artistas deveria ser a realização de produções voltadas para a cultura cubana. A declaração final do congresso estabeleceu plena concordância com o discurso *Palabras a los intelectuales*, ao expor que os intelectuais deveriam defender a Revolução e estabelecer contato direto com o povo cubano. Esse vínculo permitiria a formação revolucionária dos intelectuais, visando à plena interpretação da realidade na obra de arte.

Nesse congresso, foi criada a UNEAC, que, segundo Miskulin, tinha o propósito de “estimular o vínculo das obras literárias e artísticas com as tarefas da Revolução Socialista Cubana, por meio do estudo da tradição cultural e das características da nacionalidade cubana, desenvolvendo relações culturais com os intelectuais da América Latina e dos países socialistas”. Para a autora, a censura ao documentário *PM* e o fechamento de *Lunes de Revolución* foram os primeiros atos do governo cubano contra a liberdade de expressão, e, ainda que houvesse uma grande efervescência e pluralidade de manifestações culturais, que marcaram o campo intelectual cubano nos anos 60, muitos

---

<sup>114</sup> Nesse congresso, Alejo Carpentier pronunciou o discurso “Literatura e consciência política na América Latina”, no qual, em linhas gerais, afirmou que, embora a situação da maioria dos países latino-americanos fosse lamentável, era o momento dos intelectuais fazerem algo para reverter tal situação; e que somente uma ação revolucionária poderia livrar os latino-americanos da opressão e exploração que se vinha arrastando desde os dias da conquista. Cf. CARPENTIER, Alejo. *Literatura e consciência política na América Latina*. São Paulo: Global, s.d.

delas disputaram espaço e entraram em choque com as diretrizes oficiais do governo.<sup>115</sup> Nesse contexto, *Palabras a los intelectuales* foi articulado e dito em meio a um debate intelectual que já tematizava essa disputa de espaços e as funções do intelectual. Esse discurso fundou, precisamente, uma topografia moral e institucional para as operações do campo intelectual revolucionário e marcou decisivamente a atividade pública do intelectual cubano na Revolução.<sup>116</sup>

Como já ressaltamos, a revista *Casa de las Américas* canalizou boa parte do debate sobre o papel do intelectual e a função das artes na Revolução, passando das *Palabras a los intelectuales* para as *palabras sobre los intelectuales*. De forma esquemática, podemos dividir em três fases o modo como a revista tratou o tema. A primeira fase teve início com a fundação da revista e terminou por volta de 1965, quando Fernández Retamar substituiu Antón Arrufat como chefe de redação. A segunda fase começou com a ascensão de Fernández Retamar e teve seu fim com o *Congreso Cultural de la Habana*, realizado em janeiro de 1968. A terceira, como veremos no capítulo IV, iniciou-se em 1968, com o endurecimento da política cultural, abrangendo o “caso Padilla” e o *Congreso Nacional de Educación y Cultura*, em 1971.<sup>117</sup>

Em Cuba, durante toda a década de 1960, coexistiram diversas concepções de intelectual, no entanto destacaram-se apenas duas: a do intelectual como consciência crítica da sociedade e a do intelectual como organizador da sociedade. Logicamente que a primeira concepção pressupunha o direito do intelectual colocar-se “fora” da sociedade para detectar, analisar e denunciar seus problemas. Nesse caso, ele poderia ser considerado um

---

<sup>115</sup> MISKULIN, Silvia C. *Os intelectuais cubanos e a política cultural da revolução* (1961-1975), p. 31-33.

<sup>116</sup> QUINTERO HERENCIA, Juan Carlos. *Fulguración del espacio*. Letras e imaginario institucional de la Revolución Cubana (1960-1971). Rosario: Beatriz Viterbo, 2002. p. 35-36.

<sup>117</sup> LIE, Nadia. *Casa de las Américas y el discurso sobre el intelectual* (1960-1971). p. 190.

eterno rebelde e um incômodo para as classes dirigentes. A segunda definição, ao contrário da primeira, qualificava o intelectual como aquele que se posicionava “dentro” da sociedade para organizá-la ou defendê-la com sua inteligência e perspicácia. No caso da última, que também comportava os “homens políticos”, Fidel Castro e Che Guevara eram as principais referências.<sup>118</sup>

Como já apontamos, na primeira fase o debate sobre o papel do intelectual foi escasso. Um dos primeiros textos publicados sobre esse tema por um cubano foi de autoria de Nicolás Guillén, então presidente da UNEAC. Guillén concebia o artista como intelectual e atribuía-lhe a função de criar uma cultura socialista e uma arte que respondesse à realidade revolucionária e à formação histórica de Cuba. Nesse sentido, além de defender uma tradição nacional nas artes, ele defendia também uma arte comprometida e não fugia às diretrizes traçadas por Fidel Castro em *Palabras a los intelectuales*.<sup>119</sup> Nesse período, os poucos artigos publicados na *Casa* que abordavam a problemática do papel do intelectual já haviam sido, em sua maioria, editados por outras revistas e eram de autores estrangeiros, como Paul Baran (*Casa* n° 7), Juan Goytisolo (*Casa* n° 26) e Alain Robbe-Grille (*Casa* n° 26). Paul Baran<sup>120</sup>, em seu artigo “¿Qué es un intelectual?”, afirmou que o intelectual era, em sua essência, um crítico social, com a função de ajudar a vencer obstáculos que impediam a construção de uma ordem social mais humana e racional. Dessa forma, o intelectual que cumprisse a sua função na sociedade provocaria um conflito com os representantes do *status quo*, que então o considerariam um estorvo e um agitador. O desencontro entre as definições de Guillén e Barán — de um lado, o intelectual

---

<sup>118</sup> *Ibidem*, p. 193.

<sup>119</sup> *Casa de las Américas*, Havana, n° 8, setembro/outubro de 1961. Esse texto de Guillén foi um informe do *Primer Congreso de Escritores y Artistas de Cuba*, em 1961, publicado posteriormente na revista.

<sup>120</sup> Paul Baran (1910-1964), economista marxista, para muitos foi o precursor dos estudos sobre a teoria da dependência.



colaborador, de outro, o intelectual crítico — evidenciava a abertura que a revista *Casa de las Américas* concedia ao debate em torno da função do intelectual. Essa abertura, como veremos, existiu até fins dos anos de 1960, quando se inicia a terceira fase. Nessa primeira fase do debate sobre o papel do intelectual, Arrufat e outros intelectuais cubanos, que discutiram tangencialmente a questão, preferiram Baran a Guillén e defenderam a autonomia do intelectual, contrariando qualquer forma (ou fórmula) mais estrutural.

O primeiro artigo que Júlio Cortázar publicou na revista *Casa de las Américas*, ainda nessa primeira fase, tendo como tema a posição do escritor (intelectual) na Revolução, foi *Alguns aspectos del conto*, em 1963,<sup>121</sup> no qual ele indicou passo a passo aos jovens escritores cubanos como deveria ser escrito um conto, mostrando que a Revolução oferecia a um contista infinitas possibilidades de inspiração, mas era imprescindível evitar cair no doutrinamento ideológico e na literatura pedagógica. Pela primeira vez, Cortázar tentou equacionar literatura e política. Acreditava que escrever para uma revolução, dentro de uma revolução ou revolucionariamente, não significava, como pensavam muitos, escrever sobre a própria revolução. Para Cortázar, “o escritor revolucionário é aquele em que se confunde indissolivelmente a consciência do seu livre compromisso individual e coletivo com aquela outra soberana liberdade cultural conferida pelo domínio do seu ofício”. Caso o escritor, responsável e lúcido, decidisse “escrever literatura fantástica, ou psicológica, ou voltada para o passado, seu ato seria um ato de

---

<sup>121</sup> Em um depoimento, Antón Arrufat mostrou como “recrutou” Julio Cortázar para colaborar com a revista: “encontrei em uma livraria da cidade um livro de contos que ele havia publicado, que se chamava *Final del Juego*. Então comecei a ler o livro e gostei muito. Averigüei onde estava vivendo Julio Cortázar e mandei-lhe uma carta convidando-o para vir a Cuba, era assim que as coisas aconteciam. Era tão espontâneo, tão ingênuo [...]. A instituição [*Casas de las Américas*] tinha o dinheiro para pagar a viagem dele até Havana. Eu disse a ele, ‘você não tem que fazer nada, apenas ir a embaixada de Cuba e pegar a passagem.’ Eu também convidei Calvino porque Julio Cortázar enviou-me uma carta na qual disse: conheci um escritor italiano em Paris que está casado com uma argentina e seria bom que o convidasse também. Então convidamos. Tudo isso acontecia espontaneamente e muito dinamicamente.” Entrevista concedida a Nadia Lie, *Trancisión y transición. La revista cubana Casa de las Américas (1960-1976)*. p. 36.

liberdade dentro da revolução”, e, por isso, seria “também um ato revolucionário por mais que seus contos tratassem das formas individuais ou coletivas adotadas pela revolução”.<sup>122</sup> Dessa maneira, Cortázar defendia a liberdade de criação e rechaçava a idéia de que o escritor revolucionário deveria ser capaz de sacrificar a sua vocação artística em favor da revolução, como propôs Fidel Castro em *Palabras a los intelectuales*.

Na verdade, nesse texto, Cortázar mandava um recado para os escritores cubanos: por mais que apoiassem e trabalhassem pela revolução, eles não precisavam adotar critérios estreitos que os levassem a confundir “literatura com pedagogia, literatura com ensino, literatura com doutrinação ideológico”, como faziam aqueles que eram adeptos do realismo socialista nas artes. Advertia ainda sobre os perigos de se fazer uma literatura “acessível a todo mundo” e “assimilável sem esforço”. Sem falsa demagogia, Cortázar acreditava que, muitas vezes, o leitor, por mais simples que fosse, tinha condições de distinguir “instintivamente entre um conto popular mal escrito e um conto mais difícil e complexo, que o obrigasse a sair por um instante do seu pequeno mundo” e lhe “mostrasse outra coisa, seja lá o que fosse, mas outra coisa, algo diferente”.<sup>123</sup> Desde então, a tentativa de conciliar a adesão ao socialismo com os princípios literários marcou para sempre a obra cortazariana.

Em 1965, Che Guevara, em *El socialismo y el hombre en Cuba*,<sup>124</sup> rechaçou abertamente a doutrina do realismo socialista. Esse documento foi publicado

---

<sup>122</sup> CORTÁZAR, Julio. Alguns aspectos do conto. In: *Obra crítica/2*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999. p. 360-361. O debate sobre a autonomia da literatura em relação à realidade político-social, na América Latina, remonta às vanguardas dos anos 20 e 30 do século XX. Ver: SCHWARTZ, Jorge. *Vanguardas latino-americanas*: polêmicas, manifestos e textos críticos. São Paulo: Iluminuras/Edusp/fapesp, 1995.

<sup>123</sup> *Ibidem*, p. 361.

<sup>124</sup> Discurso proferido no Seminário Econômico de Argel e enviado ao uruguaio Carlos Quijano para publicação no semanário *Marcha* (12/03/1965), de Montevideu. Nesse texto, Che Guevara, fez várias críticas à União Soviética, principalmente à sua política econômica, que “os velhos comunistas cubanos” pretendiam adotar na ilha. Ao atacar os comunistas soviéticos, Che Guevara “não só afirmou que o escolasticismo freava

coincidentalmente no momento em que ocorria a troca de Arrufat por Fernández Retamar na redação da *Casa de las Américas* e nos leva, de acordo com Nadia Lie, à segunda fase do debate sobre o papel do intelectual na (ou para a) Revolução. As críticas de Che Guevara às “formas congeladas do realismo socialista” foram bem aceitas pela maioria dos intelectuais cubanos e latino-americanos. Contudo, nesse discurso, ao mesmo tempo em que ressaltava a importância do intelectual em um contexto revolucionário, Che Guevara mostrava sua desconfiança com o posicionamento do intelectual dentro da Revolução Cubana:

Resumindo, a culpa de muitos dos nossos intelectuais e artistas reside em seu pecado original; não são autenticamente revolucionários. Podemos tentar enxertar o olmo para que dê pêras, mas simultaneamente temos que plantar a pereira. As novas gerações estarão livres do pecado original. As probabilidades de que surjam artistas excepcionais serão tanto maiores quanto mais se tenha ampliado o campo da cultura e a possibilidade de expressão. Nossa tarefa consiste em impedir que a geração atual, desarticulada por seus conflitos, se perverta e perverta as novas. [...] Logo virão os revolucionários que entoam o canto do homem novo com a voz autêntica do povo. [...].<sup>125</sup>

A decepção de Che Guevara com os intelectuais que não se converteram em “verdadeiros revolucionários” — e que por isso seguiam marcados por seu “pecado original” — ficou evidente nesse discurso. O pecado original referia-se à formação burguesa do intelectual e a sua pouca ou nenhuma participação na luta revolucionária antes de 1959. Desse modo, a nova classe política deveria evitar que aquela geração de intelectuais, marcada pelo “pecado original”, pervertesse as novas. Para Rojas, “essa moralidade genética” foi amplamente difundida, tanto entre os líderes políticos da

---

o desenvolvimento da filosofia marxista e impediria o tratamento sistemático do período de construção do socialismo, como criticou a política cultural da URSS, instituída desde o tempo de Stalin, por condenar todas as formas de arte posteriores à primeira metade do século XIX, em favor das ‘formas congeladas del realismo socialista’.” Cf. BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *De Martí a Fidel. A Revolução Cubana e a América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998. p. 554-555.

<sup>125</sup> GUEVARA, Ernesto “Che”. “O socialismo e o homem em Cuba”. In: SADER, Eder (org.) *Che Guevara: política*. São Paulo: Expressão popular, 2004, p. 262-263.

Revolução como entre os próprios intelectuais, que, de alguma forma, projetaram em suas obras “o complexo de culpa por não haver participado da Revolução”.<sup>126</sup>

Os discursos de Fidel Castro, *Palabras a los intelectuales*, e de Che Guevara, *El socialismo y el hombre en Cuba*, tiveram ampla ressonância na Conferência da Tricontinental, realizada em Havana, em janeiro de 1966. O objetivo principal da conferência era construir uma unidade entre as lutas da Ásia, África e América Latina pela libertação nacional, ou seja, coordenar a luta contra o imperialismo em escala mundial, impulsionando a criação de uma “Internacional revolucionária no Terceiro Mundo”. Durante a conferência, foi criada a Organização de Solidariedade dos Povos da África, Ásia e América Latina (OSPAAAL). O lema do encontro, proposto por Che Guevara, era criar “dois, três, muitos Vietnãs na superfície do globo”.<sup>127</sup> Para participar da conferência, Fidel Castro convocou cerca de 430 representantes da esquerda legal e clandestina (exceto os maoístas) dos três continentes e também membros de movimentos nacionalistas mais radicais.<sup>128</sup>

Durante a Conferência, foi organizada uma *Encuesta*<sup>129</sup>, com o tema *El papel del intelectual en los movimientos de liberación nacional*, com a direção do uruguaio Carlos Núñez. Vários intelectuais foram interrogados sobre essa questão.<sup>130</sup> Ao todo foram

---

<sup>126</sup> ROJAS, Rafael. Anatomia do entusiasmo. Cultura e revolução em Cuba (1959-1971), p. 77.

<sup>127</sup> *Casa de las Américas*, Havana, n.º. 45, novembro/dezembro, 1967, p. 4.

<sup>128</sup> BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *De Martí a Fidel*, 1998. p. 562. Ver também SALES, Jean Rodrigues. *O impacto da Revolução Cubana sobre as organizações comunistas brasileiras (1959-1974)*. 2005. Tese (Doutorado em História), Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2005. De acordo com o autor, a escolha do local para a realização da Tricontinental “mostra a importância de Cuba nos anos sessenta como símbolo das lutas contra o imperialismo norte-americano e como primeiro ‘território livre da América’. Dela participaram cerca de 27 países, com centenas de delegados, além de outros convidados, como os representantes dos partidos comunistas de todo o mundo. Por essas características, ainda que não estivessem entre seus objetivos, a reunião acabou se tornando palco das divergências que tomavam conta do movimento comunista internacional”, p. 115.

<sup>129</sup> Decidimos manter o termo original por ser muito característico do espanhol. O termo significa averiguação, pesquisa, inquérito.

<sup>130</sup> As respostas dos intelectuais foram publicadas no semanário *Marcha* e na revista *Casa de las Américas*.

três europeus e onze latino-americanos: Alberto Moravia (Itália), François Maspero e Régis Debray (França), Manuel Rojas e Gonzalo Rojas (Chile), Alejandro Varela (Argentina), Jorge Zalamea (Colômbia), Mario Vargas Llosa (Peru), Roberto Fernández Retamar (Cuba), Lisandro Otero (Cuba) e Manuel Galich (Guatemala). Os últimos cinco eram porta-vozes da revista *Casa de las Américas*.

O tema da *Encuesta* foi criado por Carlos Núñez que, ao refletir sobre os nomes dos intelectuais que participariam do evento, fez a seguinte indagação: o que levava Vargas Llosa, Alberto Moravia e Manuel Rojas a participar de uma conferência que se dirigia principalmente aos guerrilheiros? A resposta a essa indagação foi dada pelos intelectuais ao serem inquiridos sobre o papel do intelectual nos movimentos de libertação nacional. Claro que, para isso, Carlos Núñez estabeleceu um roteiro: sobre quais bases, por quais vias e com que objetivos os intelectuais cumpririam esse papel; o que se entendia por intelectual (um ponto crucial da *Encuesta*); o que se compreendia ou dever-se-ia compreender por movimento de libertação nacional. Ao fazer um balanço das respostas dos onze intelectuais que participaram da *Encuesta*, Carlos Núñez concluiu que a maioria delas fazia referência a Fidel Castro e a Che Guevara como protótipos da inserção do intelectual nos movimentos de libertação, que se resumiam, em linhas gerais, à luta antiimperialista. O mais curioso nesse balanço foi a anedota que Carlos Núñez escolheu para finalizá-lo, que, segundo ele, lhe foi contada quando preparava a *Encuesta*:

O relato tem como protagonistas Che Guevara e um escritor latino-americano; este, ao final de sua visita a Cuba, declara seu entusiasmo pela revolução e seu desejo de ajudar a promover em seu país um processo similar.

— Que lástima — se queixa — não sei exatamente o que fazer, através do meu trabalho, para promover a revolução.

— O que você faz? — pergunta Guevara.

- Sou escritor.
- Ah — replica Che — eu **era** médico.<sup>131</sup>

Essa anedota ilustrava uma questão bastante recorrente no debate sobre o papel do intelectual, ou seja, como conciliar o trabalho de criação com a militância revolucionária nos movimentos de libertação nacional. Para os intelectuais que participaram da *Encuesta*, o exemplo de Che Guevara era válido? As respostas foram muito variadas. Para o filósofo Régis Debray, o segredo do valor do intelectual não residia apenas no que esse pensava, mas na relação entre o que pensava e o que fazia. O intelectual deveria ser um homem de ação e não simplesmente um homem de idéias. Nesse caso, para Debray, os “homens nascidos na América, como Fidel Castro e Ernesto Guevara” eram os verdadeiros intelectuais, “elevados à mais alta incandescência”.<sup>132</sup>

Para Fernández Retamar, os mais capacitados para responder sobre a função do intelectual seriam aqueles que, como Fidel Castro, fizeram parte da vanguarda armada na luta pela libertação nacional, ou seja, aqueles que combateram em *Sierra Maestra*. O “resto” dos intelectuais cubanos, que não participou da luta armada, poderia abordar o tema somente a partir de 1959, quando a “nova sociedade começou a ser construída”. Pelo conteúdo da resposta, fica visível que Fernández Retamar assumia o “complexo de culpa” por não ter participado da revolução armada. Para definir o intelectual, ele

---

<sup>131</sup> *Casa de las Américas*, Havana, nº 35, março-abril, 1966, p. 84. Grifos nossos.

<sup>132</sup> *Ibidem*, p. 86. Nesse período, Debray ainda não havia publicado, com financiamento do governo cubano, o livro *Revolução na revolução* (1967). O livro, resultado de longas conversas entre o autor e Fidel Castro, apresenta, em linhas gerais, “uma interpretação do processo revolucionário cubano e uma proposta [...] de estratégia para a revolução latino-americana, na qual a necessidade da luta armada era tomada como imperativo absoluto, cabendo apenas se discutir os métodos para a sua efetivação. Para Jacques Levesque, a publicação desse livro representou uma teorização de divergências cubanas em relação ao movimento comunista no continente, que, até aquele momento, tinham aparecido de forma esparsa. Como se sabe, o livro de Debray logo seria utilizado no continente por grupos que cindiam os partidos comunistas ou que já surgiam em oposição à tradição marxista-leninista”. SALES, Jean Rodrigues. *O impacto da Revolução Cubana sobre as organizações comunistas brasileiras (1959-1974)*, 2005, p. 117.

recorreu à teoria gramsciana,<sup>133</sup> pois somente ela poderia romper com um conceito tradicional e vulgarizado, que só considerava como intelectual o literato, o filósofo e o artista. Para Fernández Retamar, o intelectual poderia exercer muitas outras atividades, como ser um jornalista, um professor, um diplomata, um editor, um funcionário, um técnico etc. O intelectual, independentemente da “profissão” que exercia, num contexto de luta pela libertação nacional, deveria assumir aquilo que estava subentendido em *Palabras a los intelectuales* e *El socialismo y el hombre en Cuba*. Assim, o papel do intelectual passava por uma ordem prática e concreta, e sua função seria a de pensar e interpretar a Revolução, suas raízes, seus vínculos e seu sentido. O intelectual deveria servir à revolução, mas sem “abandonar o olhar crítico”, característico de sua essência.<sup>134</sup>

Para outro cubano, Lisandro Otero, o intelectual, uma “raça essencialmente cética” (“duvido, logo existo”), teria a função de defender e assimilar a luta pela libertação nacional e, ao mesmo tempo, libertar-se de um exame crítico excessivo, de uma teorização exagerada e de uma imersão apaixonada nas tensões, que, comumente, ocorrem nas revoluções. Depois, “quando as águas embravecidas voltassem a seu nível”, o intelectual “poderia retornar ao caminho da reflexão” e continuar criando serenamente, desde que continuasse contribuindo para o triunfo revolucionário.<sup>135</sup>

Tanto a resposta de Fernández Retamar quanto a de Lisandro Otero, além de estarem

---

<sup>133</sup> Na concepção de Gramsci, os intelectuais (urbanos, industriais, rurais, burocráticos, acadêmicos, técnicos, profissionais, intermediários, coletivos etc), nas suas relações sociais, pertencem a uma classe ou a um grupo social. Os intelectuais orgânicos são aqueles que estão conectados ao mundo do trabalho, às organizações políticas e culturais que seu grupo desenvolve para dirigir a sociedade. Além de ser “especialistas” na sua profissão, cabe aos intelectuais orgânicos exercer funções culturais, educativas e organizativas para assegurar a hegemonia social e o domínio estatal da classe que representam. Os intelectuais orgânicos manifestam sua atividade intelectual no trabalho, no interior da sociedade civil e na sociedade política. Cf. GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

<sup>134</sup> *Casa de las Américas*, Havana, nº 35, março-abril, 1966, p. 87-88.

<sup>135</sup> *Ibidem*, p. 93-94.

de acordo com a política cultural estabelecida na ilha, refletiam posições de dois escritores que vivenciavam cotidianamente, de uma forma ou de outra, o estabelecimento de um processo revolucionário real. Para os outros intelectuais latino-americanos que participaram da *Encuesta*, o peso que recaía sobre seus ombros era imenso, pois era cobrado deles o papel não apenas de defender a revolução, mas de realizá-la em seus respectivos países, onde a realidade nem sempre era favorável. O chileno Manuel Rojas, por exemplo, afirmou que lhe parecia “ineludível a participação do intelectual latino-americano nos movimentos de libertação nacional; ineludível e difícil”. Muitos compreendiam que um dos principais meios de ajudar era lutando com a arma de que dispunham: a criação. Como afirmou Gonzalo Rojas: “Não há escritor genuíno que não postule hoje a criação e a Revolução ao mesmo tempo”. Quase todos os intelectuais interrogados acreditavam que eles tinham uma enorme responsabilidade diante da História.

Dois dos intelectuais que participaram da *Encuesta*, Alberto Moravia e Vargas Llosa, defenderam a autonomia do escritor e da arte diante da luta pela libertação nacional. Para Moravia, os intelectuais eram muitos: o escritor, o jornalista, o político, o militante. Dessa forma, qualificou Fidel Castro como um intelectual político. No entanto, em se tratando do escritor, esse poderia ser ou não um intelectual militante, isso dependeria de suas escolhas. Um escritor poderia ser um escritor político e comprometido, de acordo com seus princípios e com a realidade em que estava inserido, mas também poderia ser um escritor que retratasse em suas obras apenas a



realidade natural, sensual e poética. A arte, na sua concepção, deveria ser uma atividade autônoma.<sup>136</sup>

Na sua resposta, Vargas Llosa, além de defender a autonomia da arte e do escritor, fez uma distinção entre o criador (escritor) e o intelectual. O que caracterizava o trabalho do escritor, ao contrário do intelectual, era a sua índole irracional, isto é, no trabalho de criação, o elemento determinante não era nunca racional, mas “espontâneo, incontrolável e essencialmente intuitivo”. O escritor não poderia colocar, premeditadamente, sua criação a serviço de uma causa, pois estaria fugindo de sua verdadeira vocação: o ato de criar livremente.<sup>137</sup> A literatura, a seu ver, até poderia servir-se da política, mas o escritor deveria estar ciente de que a política era apenas um aspecto a mais do real, e que a literatura se serve de tudo o que forma parte da realidade para construir mundos imaginários, por meio dos quais os leitores conhecem melhor o seu próprio mundo e a si mesmos.<sup>138</sup> Ao garantir essa separação e essa autonomia, segundo Vargas Llosa, o escritor poderia viver uma verdadeira duplicidade ou uma terrível tensão: querer ser fiel a uma determinada concepção política e, ao mesmo tempo, necessitar manter-se fiel à sua vocação. Mesmo estabelecendo essa separação, Vargas Llosa acreditava que ambos — o intelectual e o criador — deveriam ocupar um posto na luta pela libertação nacional, mas como cidadãos “comprometidos com as melhores opções”, ou seja, as “opções mais progressistas” para a sociedade. Ele não acreditava que a vocação literária e a responsabilidade do cidadão deviam estar confundidas, misturadas ou subordinadas.<sup>139</sup>

---

<sup>136</sup> *Ibidem*, p. 92. Alberto Moravia, em sua resposta, não expressou nenhuma preocupação com a luta pela libertação nacional, ou seja, respondeu apenas o que lhe foi perguntado.

<sup>137</sup> *Ibidem*, p. 97-98.

<sup>138</sup> Vale ressaltar que a experiência de Vargas Llosa durante a ditadura do general Manuel Arturo Odría, no Peru (1948-1956), rendeu a sua novela mais política: *Conversación en la Catedral* (1969).

<sup>139</sup> *Casa de las Américas*, Havana, n° 35, março-abril, 1966, p. 97-98.

No artigo *Una insurrección permanente*, publicado na revista *Nuevo Mundo*<sup>140</sup>, Vargas Llosa demonstrou ser coerente com as idéias que defendeu na *Encuesta*. A partir do caso Siniavski-Daniel,<sup>141</sup> ele fez algumas considerações sobre o papel do escritor nas sociedades socialistas, afirmando que os escritores latino-americanos que simpatizavam com o socialismo e com a URSS tinham a obrigação de protestar contra a condenação de Andrei Siniavski e Yuli Daniel, pois esse tipo de medida repressiva não favorecia em nada o socialismo e muito menos a URSS. A justiça social, a seu ver, não poderia vir acompanhada de nenhuma forma de inquisição. Ademais, condenou a pretensão do regime soviético de tentar domesticar e assimilar a literatura e novamente expôs o que significava a criação: a “literatura é rebelião, é contradição, é crítica” e “o escritor é por antonomásia um rebelde”. Mesmo no momento do triunfo do socialismo, o escritor deve seguir sendo um inconformista, portanto a literatura é sempre “uma insurreição permanente”. Os escritores — proclamou Vargas Llosa — deveriam ter como missão a luta em prol de uma sociedade socialista que possibilitasse cortar todas as mordanças e vendas, que, ao longo da história, foram impostas ao escritor.<sup>142</sup>

Na sociedade socialista que Vargas Llosa ambicionava, deveriam ser suprimidos não apenas a exploração do homem pelo homem, mas também os últimos obstáculos para que o escritor pudesse escrever livremente, inclusive críticas ao próprio socialismo.<sup>143</sup> Por esse posicionamento, Vargas Llosa recebeu, conseqüentemente, muitas

---

<sup>140</sup> Essa revista, criada em 1966 e dirigida por Emir Rodríguez Monegal, defendia, ao contrário da *Casa*, a “autonomia do literário diante do político” e se “organizava em torno do eixo cosmopolitismo”. *Mundo Nuevo* foi publicada até 1971 e, no início, era exclusivamente preparada em Paris. Cf. MOREJÓN ARNAIZ, Idalia. *Política e polémica na América Latina: Casa de las Américas e Mundo Nuevo*.

<sup>141</sup> Em 1965, esses dois escritores russos foram presos e condenados por publicarem livros no exterior que expressavam discordâncias com o regime soviético.

<sup>142</sup> VARGAS LLOSA, Mario. *Una insurrección permanente*. In: *Contra viento y marea* (I). Barcelona: Seix Barral, 1986. p. 109-110. Artigo publicado originalmente em *Marcha*, Montevideu, nº 1.294, março, 1966.

<sup>143</sup> *Ibidem*, p. 109-110.

críticas, principalmente daqueles que defendiam uma ampla participação do escritor no trabalho revolucionário. Contudo, também recebeu adesões solidárias, como foi o caso de Rodríguez Monegal, que foi categórico ao afirmar que Vargas Llosa, como cidadão, acreditava firmemente na reforma social, na revolução e na justiça, mas, como escritor, era um grande defensor da autonomia literária, e isso, de modo algum, significava um refúgio “à torre de marfim”. Pelo contrário, seu compromisso com a literatura era claro e indiscutível.<sup>144</sup>

No mesmo ano de 1966, Vargas Llosa participou de reunião do PEN Club norte-americano, na qual foram realizadas mesas-redondas com escritores latino-americanos<sup>145</sup> para debater o papel do escritor.<sup>146</sup> De maneira geral, os debates giraram em torno de alguns problemas comuns aos intelectuais de qualquer país latino-americano, quais sejam: as dificuldades básicas de comunicação, distribuição das obras, contato com o público e a liberdade de criação, obviamente nada que discutisse a fundo o papel do intelectual nos processos de libertação nacional, como fez *Casa de las Américas* ao publicar a *Encuesta*. Na sua apresentação, Vargas Llosa abordou temas como o exílio, as condições da literatura no Peru e, claro, o compromisso político do escritor.

Ao abordar o compromisso político do escritor, Vargas Llosa declarou que a política era uma ameaça à literatura e confessou que, vivendo na Europa há algum tempo, sempre era questionado porque nos países latino-americanos, e, sobretudo no Peru, a maioria dos escritores era constituída de homens comprometidos politicamente. A sua

---

<sup>144</sup> RODRÍGUEZ MONEGAL, Emir. Madurez de Vargas Llosa. *Mundo Nuevo*, nº. 3, Paris, setembro de 1966, p. 62-72.

<sup>145</sup> Além de Vargas Llosa e Rodríguez Monegal (o mediador), participaram da mesa-redonda a escritora argentina Victoria Ocampo, os chilenos Pablo Neruda, Nicanor Parra e Manuel Balbontin; os mexicanos Carlos Fuentes, Marco Antonio Montes de Oca e Homero Aridjis; o venezuelano Juan Liscano; o brasileiro Haroldo de Campos e o uruguaio Carlos Martínez Moreno.

<sup>146</sup> Posteriormente, os trabalhos dessa mesa-redonda foram publicados por Rodríguez Monegal na revista *Mundo Nuevo*.

resposta era sempre a mesma: na maioria dos países latino-americanos, principalmente no Peru, a vocação literária levava, de uma maneira quase fatal, “ao umbral da revolução ou a uma tomada de consciência política.” Isso porque muitos escritores peruanos (e latino-americanos) compreendiam que não podiam “ficar cegos aos problemas que cercavam a cultura e a literatura de seu país”, onde uma grande parte da população não tinha acesso à educação, não sabia ler nem escrever. Vargas Llosa alertou para o fato de que o escritor, no Peru ou na América Latina, não podia responsabilizar-se por essa situação, pois a responsabilidade recaía diretamente sobre uma pequena classe dirigente, que tinha os meios para converter o país em um lugar digno e culto, mas não o fizera. O desafio do escritor, nesse caso, seria mostrar, por meio das suas obras, as mazelas dessa realidade em decomposição, e isso era o que, de alguma forma, tinha permitido “o nascimento de literaturas ricas, ambiciosas e totais”.<sup>147</sup>

Para Carlos Fuentes — presente na mesa-redonda — o grande desafio do escritor na América Latina era se fazer ouvir pelos meios de comunicação de massa, pois o cinema, a televisão e o rádio estavam sob o controle dos “mais catastróficos mercenários”. Cabia então ao escritor dizer aquilo que “a história não dizia” e que os “meios de comunicação de massa também não diziam”, e isso se constituía em um desafio permanente. Carlos Fuentes não opôs o escritor “puro” ao escritor comprometido, pelo contrário, afirmou acreditar que ambos representavam, paralelamente, uma contínua defesa dos valores humanos e da independência do espírito. Isso podia ser ilustrado pelas obras de Borges e Neruda, Asturias e Carpentier, Julio Cortázar e Octavio Paz.<sup>148</sup>

---

<sup>147</sup> *Mundo Nuevo*, Paris, nº 5, novembro de 1966, p. 28-29.

<sup>148</sup> *Ibidem*, p. 30.

Uma das funções concretas do escritor, segundo Carlos Fuentes, era criar um sentido para o presente a partir do próprio presente, superando com a nostalgia do passado e a expectativa do futuro. Isso significava romper com uma cronologia “absolutamente determinista e fatalista”, e, por meio da imaginação, “criar uma virtualidade simultânea” do espaço para romper com essa situação. O poeta chileno Pablo Neruda, na sua intervenção, concordou com Vargas Llosa e Carlos Fuentes que o papel da literatura era “enriquecer o mundo com seu espírito libertador e criativo”. Assim como Vargas Llosa, Neruda apontou para os milhões de analfabetos na América Latina, o que, a seu ver, era o principal drama que vivia então o escritor.<sup>149</sup> Para o chileno, cabia ao escritor mostrar aos seus — poucos — leitores os caminhos da liberdade e da justiça.

Em 1967, ano seguinte à publicação da *Encuesta* pela *Casa de las Américas*, a revista destinou atenção especial ao debate sobre o intelectual ao dedicar o número 45 ao tema *La situación del intelectual latino-americano*.<sup>150</sup> A temática da edição evidenciava que as discussões girariam em torno basicamente dos intelectuais latino-americanos que apoiavam o regime cubano.<sup>151</sup> Os escritores latino-americanos que atenderem à solicitação

---

<sup>149</sup> *Ibidem*, p. 34. Depois de ter participado da reunião do PEN Club norte-americano e antes de regressar ao Chile, Pablo Neruda passou pelo Peru, onde foi condecorado com a Ordem do Sol pelo presidente Belaúnde Terry. A participação de Neruda na reunião e a condecoração do governo peruano provocaram uma polêmica entre ele e vários intelectuais cubanos, que viram nas atitudes de Neruda uma traição. Segundo eles, Neruda estaria favorecendo o imperialismo norte-americano e aceitando uma homenagem de um governo que, naquele momento, combatia um movimento guerrilheiro apoiado por Cuba. Inconformados com isso, alguns escritores cubanos — como Lisandro Otero, Roberto Fernández Retamar e Edmundo Desnoes — escreveram uma missiva, *Carta abierta a Pablo Neruda*, na qual condenavam o poeta por sua complacência com os inimigos e o acusavam de contra-revolucionário. A carta foi assinada por mais de cem intelectuais cubanos. Foi publicada no jornal cubano *Granma* e reproduzida na revista chilena *Punto final* e *Casa de las Américas*. Cf. COSTA, Adriane Vidal. *Pablo Neruda: uma poética engajada*. Rio de Janeiro: E-papers, 2007.

<sup>150</sup> Quando o número estava sendo impresso, chegou a notícia da morte de Che Guevara na Bolívia. Ainda foi possível colocar na revista um breve e acalentador texto como forma de homenageá-lo. O número estava sendo dedicado ao cinquentenário da Revolução Russa. *Casa de las Américas*, Havana, nº 45, novembro/dezembro, 1967.

<sup>151</sup> A justificativa da revista para destacar o intelectual latino-americano e não o cubano foi que o número anterior havia sido inteiramente dedicado à literatura cubana e, de uma forma ou de outra, o debate sobre o papel do intelectual ficou em evidência, com destaque para dois textos, um de Fernández Retamar e outro de Lisandro Otero, nos quais, ao fim e ao cabo, endossaram aquilo que já haviam defendido na *Encuesta*.

de Fernández Retamar e expuseram seu ponto de vista sobre a situação do intelectual foram: Julio Cortázar (Argentina), Mario Vargas Llosa (Peru), Mario Benedetti (Uruguai), René Depestre (Haiti), Roque Dalton (El Salvador), Manuel Galich (Guatemala), Enrique Lihn (Chile), Alejandro Romualdo (Peru), Manuel Maldonado-Denis (Porto Rico), Jaime Mejía Duque (Colômbia) e Perán Erminy (Venezuela).

Se na *Encuesta* a questão era o “papel” do intelectual nos movimentos de libertação nacional, no nº 45 da *Casa de las Américas*, o ponto central era a “situação” do intelectual latino-americano, embora a questão de fundo continuasse sendo a mesma: como o intelectual deveria contribuir para construir ou defender a revolução. Não se pode ignorar que a “situação” do intelectual estava diretamente ligada à atuação dele na realidade onde vivia ou à qual ele, de uma forma ou de outra, pertencia, pois muitos viviam no exílio.<sup>152</sup> Independentemente de o termo usado ser “papel” ou “situação” do intelectual latino-americano, a *Casa de las Américas*, e, evidentemente, o governo cubano via o intelectual como um “instrumento” importante no projeto de “exportar a revolução”, como ficou estabelecido na *Declaración General* da Conferência da Tricontinental e da Organização Latino-Americana de Solidariedade (OLAS).<sup>153</sup>

---

<sup>152</sup> O exílio dos intelectuais latino-americanos será analisado no capítulo III.

<sup>153</sup> Criada em 1967, com o principal objetivo de exportar a revolução para a América Latina. Na *Declaración General* da OLAS, ficou estabelecido que cabia aos intelectuais — além de “prescindir do vergonhoso abrigo dos instrumentos do imperialismo para edificar seu destino revolucionário” — participar da luta revolucionária não apenas com suas obras ou ao sabor das circunstâncias, mas, acima de tudo, integrando-se “coletivamente, em escala continental, à grande luta de libertação que” estava “em marcha” e que no passado havia sido a aspiração de Simón Bolívar e José Martí, mas naquele momento era “tarefa de homens como Fidel Castro e Ernesto Che Guevara e de inumeráveis mártires e intelectuais revolucionários que deram a vida lutando por essa causa.” A conferência da OLAS realizou-se em Havana, entre 31 de julho e 10 de agosto de 1967. Foi presidida por Haydée Santamaría e teve como presidente de honra, apesar de ausente, Che Guevara. A conferência foi celebrada sob inspiração de Simon Bolívar, o grande homenageado do evento. Questionada sobre a escolha do Che como presidente de honra e a homenagem a Simón Bolívar como um grande feito simbólico, Haydée Santamaría respondeu: “Se Simón Bolívar inspirou esta conferência é porque foi uma conferência continental, foi uma conferência com todas as forças de esquerda, de todas as forças antiimperialistas e nada melhor que Simón Bolívar para expressar essa conferência, ficando junto de nós: Simón Bolívar nunca esteve tão atual. [...] Quando a Conferência escolheu por aclamação o Che como

O propósito da revista foi abordar o tema a partir das experiências particulares dos intelectuais. Assim, cada um teve liberdade para debater o tema de acordo com a forma como compreendia o mundo, a literatura e a função do intelectual. Enfim, o propósito era mostrar a situação daqueles intelectuais que pertenciam a uma parte do globo que “estava em vias de desenvolver a maior e mais dramática transformação de sua história”, ou seja, a América Latina. À frente dessa transformação, como “condutores do povo,” deveriam estar os intelectuais, assim como fizeram Fidel Castro e Che Guevara (em Cuba), Camilo Torres (na Colômbia), Luis de la Puente (no Peru) e Fabrício Ojeda (na Venezuela). Contudo, como veremos, nem todos os intelectuais entrevistados assumiram a responsabilidade de ser ou fazer parte de uma vanguarda revolucionária, mas evidentemente que todos viam a necessidade de liquidar o sistema capitalista e o imperialismo e, ao mesmo tempo, construir uma “sociedade sem exploradores nem explorados”.

As respostas dos intelectuais foram diversas, mas podemos, em linhas gerais, dividi-las em quatro grupos: a) as que retrataram a América Latina como um lugar hostil e indiferente aos intelectuais; b) as que narraram as experiências dos intelectuais na luta armada, como intelectuais guerrilheiros, que trocavam a “pena pelo fuzil” ou a “batina pelo fuzil” c) as que demonstravam aceitação da necessidade de adotar uma posição mais comprometida com a causa, mas que não sabiam como fazê-lo sem sacrificar a literatura; d) e as respostas daqueles intelectuais que viviam no exílio (Europa) e eram simpatizantes e, até certo ponto, propagandistas da experiência cubana. Porém, havia algo em comum em

---

Presidente de Honra significou que o Che, em qualquer parte que se encontre, continua o que Simón Bolívar começou. [...] Nós [cubanos] nos sentimos muito honrados, ainda que o Che não seja cubano, porque ele é mais que cubano e mais que argentino: Che e Simón Bolívar estão indiscutivelmente unidos”. *Casa de las Américas*, Havana, nº 45, novembro/dezembro, 1967. p. (103 e 114).

todas as respostas: elas expressavam visões que estavam diretamente vinculadas à realidade do país de cada intelectual.

Quase todos os colaboradores, segundo a concepção da revista *Casa de las Américas*, expressaram seu descontentamento com a situação do intelectual latino-americano, que, na maioria das vezes, era hostilizado, esquecido ou até mesmo, como afirmou Vargas Llosa, considerado “um palhaço”, quando não era “humilhado”, “perseguido” ou “tolerado a duras penas”. Porém, tão logo jazia “em seu túmulo”, era considerado inofensivo e “transformado em personagem histórico e motivo de orgulho nacional”. Nessa “hipócrita assimilação a *posteriori*,” o escritor, que antes era censurado e considerado ridículo, passava a ser desculpado e celebrado pelos seus “censores”.<sup>154</sup>

Para o poeta peruano Alejandro Romualdo — que nessa época vivia exilado no México —, muitos escritores latino-americanos viviam silenciados, encarcerados ou eram assassinados. Além disso, viviam na miséria e eram poucos os que conseguiam “sobreviver da literatura”. Os dois intelectuais que a seu ver representavam exemplarmente a situação real do intelectual latino-americano era o poeta peruano Javier Heraud<sup>155</sup> e o filósofo francês Régis Debray, pois ambos assumiam, integral e criticamente, seu ofício de escritor e seus deveres cívicos; como também compreendiam e exerciam, “com dignidade insubornável”, a poesia “como uma revelação permanente e o pensamento como uma

---

<sup>154</sup> *Casa de las Américas*, Havana, nº 45, novembro/dezembro, 1967, p. 19-23.

<sup>155</sup> Javier Heraud nasceu em Lima, no bairro de Miraflores, em 1942. Antes de ingressar na Faculdade de Letras já era poeta e escritor. Em 1960, publicou seu primeiro livro, *El Río*, na *Colección Cuadernos del Hontanar*. Em 1961, filiou-se ao *Movimiento Social Progresista* (MSP), participando da manifestação de repúdio à visita do vice-presidente norte-americano Richard Nixon ao Peru. Nesse mesmo ano, participou de um conflito entre os simpatizantes da Revolução Cubana, entre os quais estava incluído, e os exilados cubanos anticastristas. Em seguida, viajou por quase três meses pela URSS. Em 1962, renunciou ao MSP e logo depois recebeu uma bolsa para estudar cinema em Cuba, onde permaneceu até 1963. Durante a sua permanência na ilha, filiou-se ao *Ejército de Liberación Nacional del Perú* (ELN). De volta ao seu país, incorporou-se de fato à luta do ELN e, em 15 de maio de 1963, foi atingido por uma bala, vindo a falecer aos 21 anos de idade. No artigo, *Homenaje a Javier Heraud*, Vargas Llosa lamentou sua morte e afirmou que, quando alguém como Javier Heraud pegava em armas, era porque a persuasão e o diálogo já eram inúteis. VARGAS LLOSA, Mario. *Contra viento y marea I* (1962-1972). Barcelona: Seix Barral, 1986. p. 43.



paixão ininterrupta”. Alejandro Romualdo terminou seu texto deixando em aberto a questão: “A situação do intelectual no Peru? Em um país onde se adora a múmia de um Conquistador analfabeto, que lugar pode ocupar um homem que escreve?”<sup>156</sup> O poeta peruano, para acentuar a marginalidade do intelectual, desqualificou tanto o conquistador Pizarro quanto a sociedade peruana, que, na sua concepção, preferia adorar a “múmia” de um conquistador do que reconhecer a “importância” e o papel do intelectual.

Para Roque Dalton,<sup>157</sup> a situação do escritor latino-americano era sempre a de perseguido e torturado. O texto que apresentou à revista foi um testemunho sobre o interrogatório e a tortura que sofreu, por parte dos agentes da CIA e do governo, quando esteve preso em El Salvador em 1964. Segundo Roque Dalton, ele foi interrogado por um norte-americano, que queria saber tudo sobre Cuba, como funcionava a UNEAC e a *Casa de las Américas*, qual era o programa cultural do governo de Cuba para a América Latina, quais eram os antigos comunistas do Partido etc. Além disso, queria que ele fizesse duas listas, uma dos escritores cubanos considerados dissidentes e inimigos do governo

---

<sup>156</sup> *Casa de las Américas*, Havana, nº 45, novembro/dezembro, 1967. p. 75.

<sup>157</sup> Roque Dalton, “o poeta guerrilheiro”, nasceu em San Salvador, na República de El Salvador, em 1935. Em 1955, ingressou na Faculdade de Direito e um ano depois fundou, com outros poetas, o Círculo Literário Universitário e obteve o *Premio Centroamericano de Poesia*, outorgado pela Universidade de El Salvador. Em 1957, Roque Dalton ingressou no Partido Comunista Salvadoreño e viajou para a União Soviética para assistir ao Festival da Federação Mundial de Juventudes Democráticas (FMJD). Dois anos depois, foi preso em seu país por suas ações revolucionárias contra a ditadura do Coronel José María Lemus. Em liberdade, foi novamente encarcerado e livrou-se de uma condenação de morte pouco antes da sentença. Em seguida, Roque Dalton foi expulso do país e passou a viver no México. Em 1962, foi morar em Cuba, onde exerceu várias funções até 1970: trabalhou na *Radio Habana Cuba*, integrou o Conselho de Colaboração da revista *Casa de las Américas*, foi jurado do prêmio literário da UNEAC. Além disso, publicou vários textos na *Casa* e recebeu o prêmio literário *Casa de las Américas*, pelo seu livro *Taberna y otros lugares*, em 1969. Em 1964, quando se encontrava em El Salvador, foi seqüestrado e entregue a agentes da CIA e do governo para ser interrogado e torturado. Conseguiu escapar da prisão e sair do país. Durante dez anos, viveu em Cuba, Tchecoslováquia, e passou por vários países latino-americanos. De volta a El Salvador em 1974, escreveu vários poemas na clandestinidade com os pseudônimos de Vilma Flores, Juan Zapata, Timoteo Lue e Jorge Cruz y Lima. Ainda nesse ano, a editora Siglo XXI publicou seu livro *Las historias prohibidas del pulgarcito*. Nessa época, ingressou no *Ejército Revolucionário del Pueblo* e em 1975 foi assassinado por um grupo dissidente da organização à qual pertencia. Como forma de homenagear Roque Dalton, a *Casa de las Américas* emitiu um comunicado no qual noticiava a sua morte e afirmava que ele havia “morrido como viveu: fiel à sua pátria e à revolução latino-americana”. Apud ANDRÉ, Rina L. M. *El testimonio. Roque Dalton y la representación de la catástrofe*. Tese. 365 f. USP/FFLCH, Departamento de Letras Modernas, São Paulo, 2002. p. 291.

revolucionário e outra dos escritores salvadorenhos que mostravam simpatia pela Revolução Cubana. Nesse interrogatório, Roque Dalton respondeu a todas as perguntas com negativas e evasivas ou então falava o que todos já sabiam.<sup>158</sup> Nesse testemunho, ficou claro que o revolucionário estava acima do poeta e que a luta revolucionária importava mais naquele momento do que a literatura. Enfim, um testemunho que incitava a continuidade da luta revolucionária.

A contribuição do ensaísta colombiano Jaime Mejía Duque, intitulada *El padre Camilo: revolución y sacrificio*, narra a trajetória de Camilo Torres<sup>159</sup>, um padre guerrilheiro, envolvido com a luta pela libertação nacional na Colômbia. Em 1961, Camilo Torres começou a ter problemas com a hierarquia da Igreja, que não concordava com a sua militância política. Foi então destituído do cargo de capelão, das atividades acadêmicas e das funções administrativas na Universidade Nacional. Pouco tempo depois, integrou o Exército de Libertação Nacional (ELN), sendo, por isso pressionado pelo alto clero a renunciar ao ministério sacerdotal. A partir de então, Camilo Torres intensificou sua militância política, criando a Frente Unida do Povo e o jornal semanário da *Frente Unida*, por meio do qual defendia a revolução e convocava o povo para as praças públicas. Por

---

<sup>158</sup> *Casa de las Américas*, Havana, nº 45, novembro/dezembro, 1967, p. 53-55. Outro que deu seu testemunho como contribuição para o debate sobre a situação do intelectual latino-americano foi o pintor venezuelano Perán Erminy. De acordo com seu testemunho, ele foi seqüestrado e preso pela polícia política do governo venezuelano para ser interrogado sob a acusação de subversivo: “na realidade fui preso em razão de minhas idéias artísticas em particular [...] nunca neguei que minhas concepções estéticas fossem marxistas e revolucionárias. Não tenho o costume de dissimulá-las nem ocultá-las”. Além de ser preso, Perán Erminy teve sua casa invadida e suas obras de arte apreendidas ou destruídas. Segundo ele, a polícia política interrogou também a sua esposa e o seu filho de apenas seis anos de idade, p. 98-100.

<sup>159</sup> Jorge Camilo Torres Restrepo nasceu em Bogotá, Colômbia, em 1929. Ali, depois de terminar o curso secundário, freqüentou o Curso de Direito na Universidade Nacional da Colômbia, mas abandonou-o em função do seu ingresso no Seminário Conciliar de Bogotá para preparar-se para o sacerdócio. Foi ordenado padre em 1954 e, em seguida, enviado à Bélgica para estudar sociologia na Universidade Católica de Louvain, onde se graduou como sociólogo, apresentando um trabalho sobre o movimento operário em Bogotá. Em 1959, retornou para a Colômbia, sendo nomeado capelão da Universidade Nacional, onde, juntamente com outros participantes, fundou a Faculdade de Sociologia. Cf. STRIEDER, Inácio. *Camilo Torres: o Cristianismo rebelde na América Latina*. Disponível em: <http://www.adital.com.br>. Acesso em: 12/08/2008.

suas posições políticas, Camilo Torres foi acusado de subversivo. Sentindo-se pressionado, colocou-se a serviço dos comandantes do Exército de Libertação Nacional. No início de 1966, Camilo Torres morreu em combate na primeira ação guerrilheira armada da qual participou. Para Jaime Mejía Duque, Camilo Torres deveria ser considerado um mártir, pois sacrificou sua vida em nome da justiça social.<sup>160</sup>

Para a *Casa de las Américas* e o governo cubano, tanto Camilo Torres quanto Roque Dalton eram exemplos de intelectuais que colocavam a fé revolucionária acima de qualquer outra atividade, seja ela literária ou religiosa. Eram de fato intelectuais que se enquadravam perfeitamente no protótipo da inserção dos intelectuais nos movimentos de libertação nacional, preconizado por Che Guevara e Fidel Castro. A propósito, como apontou Lisandro Otero, a luta pela “revolução latino-americana” teve, no século XX, seus heróis e mártires: o médico Ernesto Che Guevara; o poeta Javier Heraud; o advogado Luis de la Puente Uceda; os jornalistas Jorge Ricardo Massetti, Fabrício Ojeda e Augusto Olivares, o sociólogo e sacerdote Camilo Torres, o poeta Otto René Castillo e tantos outros.<sup>161</sup>

René Depestre acreditava que, para falar da situação do intelectual latino-americano, era imprescindível inseri-lo no “contexto sociológico do Terceiro Mundo, segundo as coordenadas sociais e morais do homem colonizado”. Nesse sentido, o intelectual latino-americano deveria assumir conscientemente a sua condição de intelectual do Terceiro Mundo. Essa conscientização, a seu ver, seria um passo fundamental para evitar o processo

---

<sup>160</sup> *Casa de las Américas*, Havana, nº 45, novembro/dezembro. 1967, p. 94-96.

<sup>161</sup> OTERO, Lisandro. *Disidencias y coincidencias en Cuba*. Havana: Editorial José Martí, 1984. p. 11.

de “zumbificação”.<sup>162</sup> Segundo o autor, estar em situação de zumbi — em estado generalizado de alienação — era engendrar o “pecado original” do intelectual, como bem mostrou Che Guevara “em seu brilhante estudo *El socialismo y el hombre en Cuba*.” O processo de “dezumbificação”, a seu ver, era uma operação psicológica custosa e dolorosa, que começava sempre com a Revolução.<sup>163</sup>

Pedagogicamente, René Depestre definiu quatro pontos para o processo de “dezumbificação” do intelectual. Assim, “ao assumir eficaz e plenamente suas responsabilidades ante seu povo e ante todos os povos da América Latina”, o intelectual deveria estar ciente e consciente de quatro pontos: 1) A revolução latino-americana era um fenômeno eminentemente cultural, que propiciava um clima histórico para acabar com a alienação. Ao tomar conhecimento da capacidade de transformar a sua vida mediante a violência revolucionária, o povo abria caminho para uma nova cultura. 2) A revolução latino-americana podia oferecer novas perspectivas de expressão e criação artísticas e literárias. 3) Um dos deveres dos intelectuais era desmascarar todos os mitos que levavam a marca da “zumbificação” do homem. Entre os mitos alienantes estavam os que o imperialismo norte-americano havia difundido no continente. 3) No plano estético, era dever do escritor criar obras “fortes e belas, plenas de sortilégios e rigor”, que pudessem responder “com força épica” à necessidade de se fazer arte para o povo. Porém, sem o dogmatismo de ordem política ou estética, que implicaria num “grave empobrecimento da dignidade e da liberdade”. 4) Os intelectuais deveriam se esforçar para que pudessem ser autenticamente revolucionários, seguindo o exemplo de Fidel Castro, Che Guevara,

---

<sup>162</sup> Na cultura haitiana, o zumbi é um indivíduo de quem o “sacerdote” rouba a alma e o reduz à servidão. O zumbi é uma espécie de morto-vivo. No sentido expresso por René Depestre, o zumbi é o sujeito totalmente alienado.

<sup>163</sup> *Casa de las Américas*, Havana, nº 45, novembro/dezembro, 1967. p. 38-40.

Fabrizio Ojeda, Régis Debray, Frantz Fanon e Camilo Torres.<sup>164</sup> Em resumo, René Depestre defendia a idéia de que o intelectual e o revolucionário não deveriam jamais ser dissociados, seja no momento da criação literária seja nas fileiras de uma guerrilha.

O porto-riquenho Manuel Maldonado-Denis, diretor da *Revista de Ciencias Sociales* da Universidade de Porto Rico, acusou os intelectuais de seu país de terem traído a própria vocação do intelectual, ou seja, teriam deixado de exercer a função crítica, radical e iconoclasta perante a “realidade colonial” que assolava Porto Rico, ameaçando a dignidade, a integridade e a identidade dos porto-riquenhos. Assim, a tarefa do intelectual não poderia ser outra senão a luta antiimperialista para desmascarar e revelar o colonialismo norte-americano em suas múltiplas facetas, mostrando sua verdadeira essência. A luta pela libertação nacional em Porto Rico deveria identificar-se e ligar-se com a luta de todos “os povos frente a seu maior inimigo: o imperialismo”. Os porto-riquenhos deveriam estar juntos com os países afro-asiáticos e latino-americanos, pois eram países que haviam padecido ou que padeciam do colonialismo e neocolonialismo. Diante desse quadro, não restava ao intelectual outro caminho a não ser a subversão por meio do pensamento. Aí radicava, a seu juízo, a missão do intelectual.<sup>165</sup> A posição de Manuel Galich era a mesma de Maldonado-Denis, ou seja, o seu país, a Guatemala, deveria também libertar-se do imperialismo norte-americano. O que não seria tarefa fácil, pois na Guatemala o “macartismo ianque” e a intolerância ideológica haviam chegado aos extremos como em nenhum outro país latino-americano. Mesmo em desvantagem, o intelectual guatemalteco, a seu ver, deveria colocar-se junto ao resto da América Latina na tarefa inevitável de fazer a

---

<sup>164</sup> *Casa de las Américas*, Havana, nº 45, novembro/dezembro, 1967. p. 38-40. René Depestre residia em Cuba há alguns anos e seu livro de poesias *Un arcoiris para el occidente cristiano* obteve menção ao prêmio *Casa de las Américas* em 1967.

<sup>165</sup> *Ibidem*, p. 77-82.

revolução, como fizeram os intelectuais Fidel Castro e Che Guevara, “cujas ações eram exemplares”.<sup>166</sup>

O único colaborador com uma percepção relativamente otimista e positiva sobre a situação do escritor latino-americano foi Mario Benedetti. Apesar de reconhecer que o escritor vivia tempos difíceis, como viver forçosamente no exílio, ser preso, censurado ou perseguido, ele havia conseguido algo muito importante: a audiência. Naquele período, havia uma dezena de autores que vendiam mais livros que muitos escritores norte-americanos e europeus, fato que, num passado não muito distante, parecia algo inverossímil. Contudo, o aumento da audiência trazia consigo, segundo ele, novas responsabilidades para o escritor e novas leis de inter-relação entre o autor e o leitor. O leitor sempre esperava que o escritor o provocasse, o contradissesse, o levasse a pensar e o contagiasse com suas dúvidas. Nesse sentido, cabia ao escritor despertar no leitor a vontade revolucionária, o espírito de luta contra situações que o oprimiam”.<sup>167</sup>

Mario Benedetti não acreditava no compromisso forçado e sem profundidade existencial do escritor, nem na militância que desvitalizava o texto literário, porém tampouco acreditava na existência de uma linha divisória, que muitos intelectuais insistiam em traçar entre a obra literária e “a responsabilidade humana do escritor”. Benedetti, utilizando a noção sartreana de engajamento, condenou aquele escritor que se recusava a pronunciar e a enfrentar a sua responsabilidade diante dos movimentos de libertação nacional terceiro-mundistas. Mesmo que na América Latina muitos intelectuais ainda não estivessem convencidos de sua responsabilidade, Mario Benedetti tinha a impressão de que

---

<sup>166</sup> *Ibidem*, p. 89-91. Manuel Galich, nesse período, residia em Cuba e era subdiretor da revista *Casa de las Américas*.

<sup>167</sup> *Ibidem*, p. 33-34.

no subcontinente estava terminando definitivamente a era do escritor “puro”, que não se pronunciava.<sup>168</sup>

Ao responderem para a revista *Casa de las Américas*, Vargas Llosa e Julio Cortázar — ambos vivendo na Europa — afirmaram em seus textos que o intelectual latino-americano estava, de certa forma, marcado pela experiência do exílio. Vargas Llosa, no intuito de mostrar a situação do escritor na América Latina, escolheu analisar a trajetória do dramaturgo, ensaísta e poeta peruano Sebastián Salazar Bondy (1924-1964). Quando Salazar Bondy decidiu admitir sua condição de escritor, segundo Vargas Llosa, ele assumiu uma vocação heróica, já que no Peru a literatura não cumpria sua função, ali a maioria dos habitantes não sabia ou não tinha condições de ler, e aqueles que podiam não tinham o mínimo interesse. Nessas condições, o escritor tornar-se-ia um ser “anômalo”, “indefinido”, “pitoresco” e “excêntrico”. O exílio tornar-se-ia uma forma de o escritor enfrentar a si próprio e de buscar outro mundo no qual ele encontrasse “um meio mais compatível com sua vocação”, “uma atmosfera de maior densidade cultural” e um “clima mais estimulante”. Para além desse exílio físico, Vargas Llosa afirmou existir também um outro exílio: o espiritual. Nessa forma de exílio, o escritor começa a se proteger “contra a pobreza, a ignorância ou a hostilidade do meio, construindo um mundo espiritual onde possa exilar-se, um mundo próprio e diferente”. Ao decidir tornar-se um escritor, Salazar Bondy não ignorou todo esse “*status* social que o futuro lhe reservava”, pois sua vocação estava acima de todas as intempéries.<sup>169</sup>

---

<sup>168</sup> *Ibidem*, p. 34-36. O poeta chileno Enrique Lihn também manifestou sua adesão à arte comprometida e condenou a “arte pela arte”. Defendeu a função social da poesia e a utilização de uma linguagem poética mais simples e didática, p. 59-61. Em 1966, o poeta ganhou o prêmio literário *Casa de las Américas* com *Poesía de paso*.

<sup>169</sup> *Ibidem*, p. 16-20.

No início de sua vida como escritor, segundo Vargas Llosa, Salazar Bondy foi exilado nos dois sentidos expostos acima. Seu exílio físico e voluntário começou em 1947, quando foi para Buenos Aires, onde permaneceu por quase cinco anos. Ali, trabalhou como vendedor ambulante, foi redator, revisor de provas, “até ingressar no suplemento literário de *La Nación* e no corpo de colaboradores da revista *Sur*.” A partir de 1952, percorreu o Equador, Colômbia, Venezuela e passou um ano na França. Contudo, como observou Vargas Llosa, Salazar Bondy, a partir dessa época, vivia numa “obcecada vontade de enraizar-se”, o que ficava evidente em suas obras que expressavam vínculos explícitos com o Peru, com suas raízes históricas e sociais. Desde então, Salazar Bondy passou a viver para a literatura e nunca a sacrificou por nada.<sup>170</sup>

Além de mostrar que Salazar Bondy tentou salvar a literatura peruana com sua vocação, Vargas Llosa o tinha também como o protótipo de intelectual que teve a coragem de declarar-se socialista numa sociedade onde ser socialista significava ser perseguido ou encarcerado. Salazar Bondy não foi preso, mas foi privado de trabalhos e censurado em muitas coisas. Sua adesão ao socialismo levou-o a colaborar com artigos políticos na imprensa internacional, como *Marcha*, *Monthly Review* e *Partisans*. Além disso, foi um entusiasta da Revolução Cubana, participando inclusive do Conselho de Redação da revista *Casa de las Américas*, que lhe prestou uma grande homenagem em razão de sua morte em 1964. A grande qualidade Salazar Bondy, segundo Vargas Llosa, era que ele “soube diferenciar perfeitamente suas obrigações de criador de suas responsabilidades de cidadão”, pois não “caiu na ingênua atitude daqueles que subordinam a literatura à militância, acreditando assim servir melhor à sua sociedade.”<sup>171</sup> Ao falar de Salazar Bondy, Vargas

---

<sup>170</sup> *Ibidem*, p. 20-25.

<sup>171</sup> *Ibidem*, p. 27-28.



Llosa estava não apenas preconizando um modelo de intelectual, mas se identificando inteiramente com ele.

A resposta de Julio Cortázar foi uma carta aberta, endereçada a Fernández Retamar, para ser publicada no número 45 da *Casa de las Américas*. No início da carta, ele explicou o motivo de ter escolhido a forma epistolar ao ensaio:

Eu te devo uma carta e algumas páginas para o número da Revista que vai tratar da situação do intelectual latino-americano contemporâneo. Como verás quase a seguir, para mim é mais simples unir as duas coisas; falando contigo, mesmo que seja num papel por sobre o mar, acho que conseguirei dizer melhor algumas coisas que pareceriam engomadas se lhes desse o tom do ensaio, e tu sabes que a goma não combina comigo. [...]. Prefiro este tom porque palavras como “intelectual” e “latino-americano” me deixam instintivamente na defensiva, e se elas aparecem juntas, ainda por cima, logo me soam a dissertação do tipo daquelas que quase sempre acabam encadernadas (ia dizer enterradas) em pasta espanhola.<sup>172</sup>

Na verdade, Julio Cortázar preferiu um tom íntimo e confessional não apenas para evitar que se criassem tratados ou que se caísse no ensaísmo, mas para mostrar sua relação de amizade com Fernández Retamar e, por extensão, à Revolução Cubana. Nessa carta, mesmo mostrando certo desconforto e desconfiança com o tema, ele assumiu sua condição de intelectual latino-americano. Foi o exílio e, principalmente, a Revolução Cubana que, segundo ele, o fizeram descobrir não apenas sua condição de intelectual, mas também a sua condição de latino-americano:

O contato pessoal com as realizações da revolução, a amizade e o diálogo com escritores e artistas, o positivo e o negativo que vi e compartilhei naquela primeira viagem agiram duplamente em mim; por um lado, entrava outra vez em contato com a realidade latino-americana da qual me sentiria tão afastado no terreno pessoal e, por outro, assistia cotidianamente à dura e às vezes desesperadora tarefa de edificar o socialismo num país tão pouco preparado em muitos aspectos e tão aberto aos riscos mais iminentes. Mas senti então que aquela dupla experiência no fundo não era dupla, e esta brusca descoberta me

---

<sup>172</sup> CORTÁZAR, Julio. *Cartas* (1964-1968). Buenos Aires: Alfaguara, 2000. p. 1.133.

deslumbrou. Sem raciocinar, sem análise prévia, de repente vivi o maravilhoso sentimento de que o meu caminho ideológico coincidia com meu retorno latino-americano; de que aquela revolução, a primeira revolução socialista que me foi dado acompanhar de perto, era uma revolução latino-americana.<sup>173</sup>

A adesão de Julio Cortázar à Revolução Cubana e a plena convicção num futuro socialista para toda a América Latina, nesse momento de sua vida, foram incondicionais. O contato com Cuba o levou a assumir um compromisso pessoal e intelectual na luta pelo socialismo. Cortázar encarava sua participação no Conselho Editorial da *Casa de las Américas*, por exemplo, como uma colaboração concreta e útil no contexto revolucionário. Por outro lado, como ele próprio afirmou, continuava seguindo seu trabalho de escritor, e quem acreditava que ele seria, a partir de então, um defensor da arte a serviço das massas iria se decepcionar, pois ele continuaria escrevendo “para seu deleite ou seu sofrimento pessoal, sem a menor concessão, sem obrigações latino-americanas ou socialistas entendidas como *a priori* pragmáticos”, enfim, continuaria sendo um grande defensor da liberdade estética e dos jogos da imaginação. Contudo, como escritor do Terceiro Mundo, jamais iria renunciar a um contato “com o presente histórico do homem” e a “uma participação na sua longa marcha em direção ao melhor de si mesmo como coletividade e humanidade”. Cortázar estava plenamente convencido de que “somente a obra dos intelectuais” que respondessem “a esta pulsão e a esta rebeldia” iria “encarnar-se nas consciências dos povos” e justificar, “com sua ação presente e futura,” o ofício de escrever para o qual nasceram os escritores.<sup>174</sup> Aqui reside a principal diferença entre Cortázar e Vargas Llosa: enquanto o primeiro defendia, de forma imaginativa, a aproximação da política com a literatura e considerava que o escritor/intelectual deveria

---

<sup>173</sup> *Ibidem*, p. 1.136 - 1.138.

<sup>174</sup> *Ibidem*, p. 1.141-1.142.

estar antenado ao “presente histórico do homem”, o segundo defendia que nada deveria corromper a força imaginativa da literatura e que o escritor não deveria se envolver em lutas políticas, isso seria tarefa do cidadão.

Até o número 45 de *Casa de las Américas*, ou seja, até 1967, o que vimos em Cuba foi um grande debate, no qual coexistiram diferentes conceitos de intelectual e diferentes concepções sobre o seu papel na sociedade. Contudo, por diversas razões, a partir de 1968 se intensificou em Cuba o controle político sobre o meio cultural e uma maior aproximação de Cuba, em termos de política cultural, com a URSS. Além disso, a morte de Che Guevara, em outubro de 1967, e de tantos outros líderes guerrilheiros, empalideceu a perspectiva de uma revolução continental. Nesse contexto, desapareceu a coexistência de diferentes concepções e conceitos de intelectual. O debate foi substituído por um discurso normatizador, que, além de reforçar os cânones em torno dos discursos de Fidel Castro, *Palabras a los intelectuales*, e Che Guevara, *El socialismo y el hombre en Cuba*, canonizou a célebre frase de Régis Debray: “o segredo do valor do intelectual não reside no que ele pensa, mas nas relações entre o que pensa e o que faz”. Tudo isso possibilitou o afastamento de vários escritores do regime revolucionário cubano e até mesmo das esquerdas. Analisaremos o impacto dessa nova política cultural cubana no meio intelectual no capítulo IV, quando trataremos especificamente das dissidências e dos dilemas dos intelectuais advindos desse cenário.

## CAPÍTULO II

### **LOAS A LA REVOLUCIÓN: García Márquez, Vargas Llosa e Cortázar**

A Revolução Cubana foi importante para a politização e ação intelectual de Gabriel García Márquez, Mario Vargas Llosa e Julio Cortázar. Mostraremos em quais circunstâncias eles aderiram ao processo revolucionário, as expectativas sobre a construção do socialismo na ilha, as primeiras impressões que tiveram sobre o regime cubano e seus dirigentes e, por fim, as primeiras críticas ao regime castrista.

#### **2.1. García Márquez, jornalismo político**

*sigo creyendo que el socialismo es una posibilidad real, que es la buena solución para América Latina, y que hay que tener una militancia más activa.*

Gabriel García Márquez

O colombiano García Márquez<sup>175</sup> foi iniciado no universo da política por seu avô paterno, que ao invés de lhe contar histórias de fadas, contava-lhe histórias terríveis da guerra civil entre os liberais e conservadores na Colômbia e sobre a matança dos

---

<sup>175</sup> As relações de García Márquez com a Revolução Cubana — ao contrário de Vargas Llosa e Cortázar — se intensificaram em meados dos anos 1970, como mostramos no capítulo V. Isso justifica os poucos artigos publicados sobre a experiência cubana na década de 60 e, conseqüentemente, o espaço que ele ocupa nesse capítulo.

trabalhadores das plantações de bananas que ocorreu na mesma região e no mesmo ano em que ele nasceu.<sup>176</sup> Na juventude, no Liceu de Zipaquirá, García Márquez recebeu uma formação marxista: o professor de álgebra lhe ensinava, no recreio, o materialismo histórico; o de química emprestava-lhe livros de Lênin; e o de história lhe ensinava sobre a luta de classes. Quando deixou o Liceu, tinha duas certezas: “que as boas novelas devem ser uma transposição poética da realidade e que o destino imediato da humanidade deve ser o socialismo”. Aos vinte e cinco anos, filiou-se ao Partido Comunista, mas recordou tempos depois que essa curta experiência não lhe havia acrescentado nada. Na verdade, nunca foi um militante propriamente dito, mas um simpatizante.<sup>177</sup>

Nos anos cinquenta, após visitar a Polônia, a Tchecoslováquia e a Alemanha Oriental, García Márquez concluiu que o sistema socialista nesses países não era “autêntico”, pois não teria sido fundado a partir das necessidades históricas de cada região, mas imposto de fora pela URSS com a mediação de partidos comunistas locais dogmáticos e sem imaginação, que não faziam nada além de forçar o esquema soviético em realidades onde ele não cabia.<sup>178</sup> Em 1957, García Márquez viajou por vários países socialistas do Leste europeu, onde visitou cidades como Moscou, Budapeste, Kiev e Stalingrado. Fruto dessas viagens foi a publicação de uma série de reportagens, nas quais García Márquez registrou suas impressões acerca do socialismo na região,<sup>179</sup> socialismo que, segundo ele,

---

<sup>176</sup> García Márquez nasceu em Aracataca em 06 de março de 1928. Em *Cien años de soledad*, García Márquez relatou esses dois episódios.

<sup>177</sup> GARCÍA MÁRQUEZ, Gabriel. *El olor de la guayaba*. Conversaciones con Plínio Apuleyo Mendonza. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 1993, p. 140.

<sup>178</sup> *Ibidem*, p. 142.

<sup>179</sup> As reportagens são: Yo estuve en Rusia, Yo visité Hungría, 90 días en la Cortina de Hierro, La Cortina de Hierro es un palo pintado de rojo y blanco, Berlín es un disparate, Los expropiados se reúnen para contarse sus penas, Para una checa las medias de nylon son una joya, La gente reacciona en Praga como en cualquier país capitalista, URSS: 22.400.000 Kilómetros cuadrados sin un solo aviso de Coca-cola. Todas as reportagens foram publicadas originalmente na revista *Cromos* de Bogotá entre 1957 e 1959. Estão compiladas em GARCÍA MÁRQUEZ, Gabriel. *De Europa y América*. Obra periodística 3. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 1997.

estava longe de ser aquele idealizado por Marx e Engels. Por isso não reconheceu nos países socialistas a ditadura do proletariado, mas uma ditadura burocrática e dogmática, presidida pelo secretário do partido comunista. No entanto, isso não abalou a sua convicção de que o socialismo deveria ser o destino da humanidade. Essas reportagens despertaram inúmeras críticas no meio intelectual, os de esquerda o acusaram de ter se vendido à CIA, e os “mais liberais” queixaram-se de que o repórter transformara-se meramente “num apóstolo crítico do socialismo”.<sup>180</sup>

Em princípios de 1956, quando residia em Paris,<sup>181</sup> no *Quartier Latin*, García Márquez conheceu o poeta cubano Nicolas Guillén, que o mantinha informado sobre tudo que acontecia em Cuba, principalmente com relação à luta contra a ditadura Batista. Foi quando ouviu falar pela primeira vez do Movimento Revolucionário 26 de Julho. García Márquez se identificou logo de início com o MR 26 de Julho. Ele via nos esforços de Fidel Castro e do movimento, a única esperança para colocar um ponto final na tirania de Fulgêncio Batista. O nome Fidel Castro não o era totalmente desconhecido, pois anos antes Fidel tinha ficado famoso em Bogotá, devido aos acontecimentos de abril de 1948, quando o governo colombiano da época o incluiu, junto a outros estudantes cubanos, como os supostos responsáveis pelo assassinato de Jorge Eliécer Gaitán.<sup>182</sup>

---

<sup>180</sup> SALDÍVAR, Dasso. *Gabriel García Márquez: viagem à semente*. Rio de Janeiro: Record, 2000, p. 311.

<sup>181</sup> García Márquez vivia na Europa desde 1955 como correspondente do *El Espectador*. Residiu primeiro na Itália e depois na França, em Paris.

<sup>182</sup> Em 1948, Fidel Castro, como membro da FEU (Federação dos Estudantes Universitários), viajou para a Colômbia para participar da conferência do Movimento Estudantil Latino-Americano em protesto à iniciativa dos EUA em fundar a OEA. A conferência não ocorreu por conta do assassinato do liberal Jorge Eliécer Gaitán, o que desencadeou o célebre *Bogotazo*, do qual Castro participou, e marcou o início da guerra civil colombiana.

O contato com Nicolas Guillén levou García Márquez a se interessar pelo que acontecia em Cuba. A partir de então, ouvia todos os dias a Rádio Rebelde<sup>183</sup> e lia tudo o que estava a seu alcance sobre a ilha caribenha.<sup>184</sup> Em janeiro de 1958, García Márquez publicou no jornal venezuelano *Momento* o artigo *El año más famoso del mundo*, no qual resumiu os principais acontecimentos do ano de 1957, entre os quais figurava uma breve menção às façanhas de um jovem advogado cubano que, juntamente com seus companheiros, pretendia depor a ditadura de Batista e tomar o poder. Ainda nesse ano, García Márquez, vivendo em Caracas<sup>185</sup>, entrevistou Emma Castro, irmã de Fidel Castro, que estava na Venezuela levantando fundos para a luta armada em Cuba. A entrevista foi cuidadosamente realizada com o objetivo de mostrar ao leitor uma breve biografia de Fidel Castro. Emma Castro falou sobre os dotes culinários de seu irmão, destacou sua capacidade de ouvir e liderar, sua dedicação aos estudos, revelou sua capacidade como atleta e sua habilidade para lidar com armas de fogo. Além de descrever Fidel Castro como um ser humano comum que cozinhava, estudava e praticava esportes, Emma Castro também ressaltou sua importância como líder de uma revolução que estava em curso. A partir dessa entrevista, García Márquez, sempre solidário com os “barbudos” de *Sierra Maestra*, redigiu seu primeiro texto sobre a Revolução Cubana: *Mi hermano Fidel*, no qual relembrou a história do *Bogotazo* e mostrou resumidamente a história do movimento revolucionário em Cuba: do assalto ao quartel de *Moncada* à guerrilha em *Sierra Maestra*.<sup>186</sup>

---

<sup>183</sup> A Rádio Rebelde foi fundada em fevereiro de 1958, em *Sierra Maestra*, por Che Guevara, com o intuito de fortalecer a luta revolucionária. A Rádio transmitia parte das ações guerrilheiras, denunciava os crimes da ditadura Batista, difundia os discursos de Fidel Castro e outros rebeldes, orientava o povo sobre a Revolução. A Rádio Rebelde ainda existe e está disponível em: <http://www.radiorebelde.com.cu>.

<sup>184</sup> ESTEBAN, Angel; PANICHELLI, Stéphanie. *Gabo y Fidel: el paisaje de una amistad*. Madri: Espasa Hoy, 2004, p. 36.

<sup>185</sup> Quando García Márquez retornou da Europa, em fins de 1957, aceitou o convite para assumir o cargo de redator do semanário *Momento*, cujo chefe era seu amigo Plínio Apuleyo Mendoza.

<sup>186</sup> MÁRQUEZ, Gabriel. *De Europa y América*. Obra periodística 3, p. 455-459.

Em 1959, após o triunfo dos revolucionários, García Márquez, junto com outros escritores e jornalistas, foi enviado a Cuba pela revista *Venezuelana Gráfica*, para cobrir o processo da “Operação Verdade”, montado para julgar publicamente os criminosos de guerra da ditadura Batista. Foi o primeiro contato direto com Cuba, no qual tomou conhecimento das mudanças operadas no país pós-Revolução. Em um artigo, García Márquez rememorou o dia em que voou para a ilha:

A 18 de janeiro, quando arrumava a mesa para voltar para casa, um homem do Movimento 26 de Julho apareceu ofegante na revista à procura de jornalistas que quisessem ir a Cuba naquela mesma noite. Um avião cubano fora enviado com aquele propósito. Plínio Apuleyo Mendoza e eu, os partidários mais ardorosos da Revolução Cubana, fomos os primeiros escolhidos. Tivemos apenas tempo de passar em casa para pegar uma sacola de viagem, e eu estava tão acostumado a acreditar que Venezuela e Cuba eram o mesmo país, que não me lembrei de pegar o passaporte. Não fez falta: o agente venezuelano da alfândega, mais cubanista do que um cubano, pediu-me qualquer documento de identificação e o único papel que encontrei nos bolsos foi um recibo de lavanderia. Às gargalhadas, o agente o carimbou no dorso e me desejou uma boa viagem.<sup>187</sup>

Assim que chegou em Cuba, García Márquez, juntamente com seu amigo Plínio Apuleyo Mendoza, assistiu ao julgamento, no estádio esportivo, de Sosa Blanco, acusado de ter assassinado vários camponeses que apoiavam o exército rebelde em um povoado chamado *El Oro de Guisa*, durante a guerra de guerrilha. Sosa Blanco foi condenado à morte e a família do réu decidiu fazer uma petição de revisão do processo. Para isso, fez uma espécie de “abaixo-assinado”, que contou com a assinatura de vários jornalistas, inclusive de García Márquez e Apuleyo Mendoza. A família conseguiu a petição, mas a sentença mantida. Quando regressou a Caracas, quatro dias depois de ter assistido o julgamento, García Márquez estava fascinado pela Revolução Cubana e esperava que o

---

<sup>187</sup> GARCÍA MÁRQUEZ, Gabriel. *Reportagens políticas*. Rio de Janeiro: Record, 2006, p. 107.



governo concretizasse as promessas anunciadas de justiça, paz, democracia, igualdade, educação e saúde.<sup>188</sup>

Em 1959, García Márquez foi convidado, juntamente com Apuleyo Mendoza,<sup>189</sup> para trabalhar na agência noticiosa do governo revolucionário: a *Prensa Latina*<sup>190</sup>, tornando-se um dos pioneiros da agência. Como correspondente em Bogotá, sua missão era receber e enviar notícias para Havana. Enviava reportagens sobre a história, a política e a cultura colombiana e noticiava na Colômbia o que acontecia diariamente em Cuba. O contato direto com os cubanos, através da agência, deixou García Márquez mais politizado e comprometido, possibilitando-lhe exercer a atividade jornalística independente dos centros capitalistas internacionais de opinião e de acordo com suas convicções políticas e ideológicas, o que compensava, de acordo com Dasso Saldívar, “o sacrifício de ter que voltar como jornalista para a andina e fria Bogotá”.<sup>191</sup>

Paralelamente a essas atividades, García Márquez e Apuleyo Mendoza, organizavam reuniões, conferências e leituras com a presença de ministros, embaixadores e chefes guerrilheiros, transformando o escritório da *Prensa Latina* na “Meca da esquerda colombiana”. Além disso, organizaram o Movimento Revolucionário Liberal (MRL), dirigido por Adolfo López Michelsen e chegaram até mesmo a recrutar voluntários para desembarcar na República Dominicana e derrubar o ditador Trujillo Molina. Nessa época,

---

<sup>188</sup> SALDÍVAR, Dasso. *Gabriel García Márquez: viagem à semente*, p. 339. O biógrafo de García Márquez, Dasso Saldívar, afirmou que o julgamento e a sentença deixaram no escritor colombiano uma forte impressão que nunca se apagou. García Márquez jamais escreveu sobre o julgamento de forma direta, mas as testemunhas e a farta documentação do caso Sosa Blanco lhe serviram de inspiração para esboçar uma primeira estrutura do romance *O outono do patriarca*, publicado em 1975, que a princípio seria um monólogo do ditador latino-americano que foi julgado publicamente num estádio.

<sup>189</sup> Plínio Apuleyo Mendoza como diretor e García Márquez como redator.

<sup>190</sup> A agência, nesse período, tinha como diretor geral o jornalista argentino Jorge Ricardo Masetti, um velho amigo de Che Guevara. A *Prensa Latina* foi criada para enviar notícias mais condizentes com a realidade cubana, em vista das constantes deformações que as agências internacionais cometiam ao propagar as notícias da revolução, como afirmou Vargas Llosa.

<sup>191</sup> SALDÍVAR, Dasso. *Gabriel García Márquez: viagem à semente*, p. 340.

García Márquez, juntamente com Apuleyo Mendoza, criou e dirigiu a revista *Acción Liberal*, publicação trimestral que ventilava o fervor revolucionário presente no escritório da *Prensa Latina*.<sup>192</sup>

Depois de ter implantado e dirigido, junto com Apuleyo Mendoza, a filial da *Prensa Latina* em Bogotá, García Márquez foi transferido para a sede em Havana, onde permaneceu por três meses para receber treinamento intensivo com vistas a abrir novos escritórios da agência em outros países. Durante a sua permanência em Havana, segundo relatos de García Márquez, em *Recuerdos de periodista*, aconteceu algo “quase inverossímil”. O governo revolucionário de Cuba se interou, com vários meses de antecedência, de como e onde eram treinadas as tropas que desembarcariam na Baía dos Porcos em 1961

Uma noite, nunca soube como, encontrei uma bobina que não era de notícias, mas do tráfego comercial da *Tropical Cable*, filial da *All American Cable* na Guatemala. Em meio às mensagens pessoais havia uma muito comprida e densa, e escrita num código hermético. Rodolfo Walsh [...] empenhou-se em decifrar aquele telegrama com a ajuda de uns manuais de criptografia que comprara em algum sebo de Havana. Conseguiu-o ao cabo de muitas noites insones, e o que encontrou dentro não era apenas emocionante como notícia e sim um informe providencial para o governo revolucionário. O telegrama era dirigido a Washington por um funcionário da CIA ligado à embaixada dos EUA na Guatemala, e constituía um informe minucioso dos preparativos de um desembarque armado em Cuba organizado pelo governo norte-americano. Revelava-se até o lugar de preparação dos recrutas: a fazenda de Retalhuleu, um antigo cafezal ao norte da Guatemala.<sup>193</sup>

Nos livros que pesquisamos sobre a história da Revolução Cubana<sup>194</sup>, não encontramos nenhuma informação que confirmasse essa “descoberta acidental” de García Márquez. De qualquer modo, o governo cubano, segundo Luiz A. Moniz Bandeira, sabia que os EUA estavam preparando um ataque à ilha. Em março de 1961, a embaixada do Brasil em

---

<sup>192</sup> *Ibidem*, p. 340-341.

<sup>193</sup> GARCIA MÁRQUEZ, Gabriel. *Crônicas 1961-1984*. Rio de Janeiro: Record, 2006, p. 305-306. O argentino Rodolfo Walsh foi jornalista, escritor e crítico literário.

<sup>194</sup> Ver referências bibliográficas no final da tese.

Havana tinha informações de que a invasão estava em andamento, e era “inconcebível que o governo Castro, com agentes infiltrados entre os exilados não tivesse as mesmas ou até maiores informações.” Além do mais, a notícia dos preparativos para a invasão havia vazado na própria imprensa norte-americana.<sup>195</sup>

A permanência de García Márquez em Havana teve curta duração, pois foi enviado para trabalhar na agência de notícias cubana em Nova York. Com a invasão da Baía dos Porcos, consumada em 1961, a tensão nos EUA aumentou, levando García Márquez a abandonar o país. Em seguida, pediu demissão da *Prensa Latina* por não se entender com os “sectários comunistas”, que, segundo ele, foram ocupando postos-chave na administração da agência.<sup>196</sup> García Márquez, nesse momento, via com profundo desagrado o crescente alinhamento de Cuba com a União Soviética. Isso não significou o rompimento dele com a Revolução, mas causou um certo distanciamento, superado apenas em meados dos anos setenta, quando voltou a Cuba novamente. Contraditoriamente, como veremos no capítulo V, foi nesse período que o regime cubano passou pelo chamado processo de “sovietização”. Em linhas gerais, a defesa do socialismo, a proximidade com os bastidores do poder e a amizade com Fidel Castro fizeram com que García Márquez se aproximasse novamente do regime cubano, decretando seu apoio quase que incondicional ao castrismo, convertendo-se, a princípio, em um “amigo” oficial da Revolução que viajava periodicamente para

---

<sup>195</sup> BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *De Martí a Fidel: a Revolução Cubana e América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998, p. 273-279. Em 17 de abril, cerca de 1.500 exilados cubanos, treinados pela CIA na Guatemala, invadiram a Baía dos Porcos com o objetivo de derrubar o regime revolucionário. Segundo Luiz Moniz Bandeira, o secretário de Defesa norte-americano, Robert McNamara, atribuiu o fracasso da invasão ao fato de que Castro tinha agentes infiltrados na Brigada 2506 e, informado, deslocou para a baía mais forças e em maior quantidade do que era esperado, p. 281.

<sup>196</sup> A documentação sobre o período em que Masseti dirigiu a *Prensa Latina* é praticamente inexistente, pois logo que os comunistas passaram a dominar a agência, eles queimaram todos os documentos, desaparecendo parte significativa da obra jornalística de García Márquez e dos papéis referentes ao início da Revolução. Cf. ESTEBAN, Angel; PANICHELLI, Stéphanie. *Gabo y Fidel: el paisje de una amistad*, 2004, p. 44.

encontrar-se com Fidel Castro em Havana. Quando seu apoio a Cuba se fortaleceu, García Márquez se converteu num enviado especial das missões político-culturais cubanas.

## 2.2. Mario Vargas Llosa, momentos de crise

*¿yo? Socialista, aunque con reservas doctrinarias frente al marxismo. No soy militante. Soy un francotirador político. ¿Porqué? Porque, en mi caso, me limitaría como escritor.*

Mario Vargas Llosa.

Em meados da década de 1950, o escritor Mario Vargas Llosa filiou-se ao Partido Comunista peruano aos 18 anos de idade e, como afirmou, foi stalinista “em sua forma mais pura”. Mas cerca de um ano depois ele rompeu com o Partido por não concordar com o dogmatismo. Porém, permaneceu como simpatizante ainda por algum tempo, segundo ele, porque estava a favor de todas as organizações que lutavam contra as ditaduras e, ademais, um tempo depois, começou a Revolução Cubana. No Peru nos anos de 1950, os jovens universitários, envolvidos com os problemas sociais, liam “obrigatoriamente” Karl Marx, Jean-Paul Sartre, Manuel González Prada e José Carlos Mariátegui. Na Universidade de San Marcos, “não era obrigatório lê-los para conhecê-los: estavam no ar, nos cafés”. Nessa época, Vargas Llosa pertencia a um grupo de universitários que lia e discutia Marx, cujas concepções sobre o materialismo histórico e a luta de classes havia influenciado muitos intelectuais peruanos. Além disso, os jovens intelectuais dos anos 50, como Vargas

Llosa, eram leitores entusiastas de Sartre e de seu ideal de compromisso do escritor, que passou a ser um lema de muitos na década de 1960.<sup>197</sup>

Em 1962, Vargas Llosa foi a Cuba durante a crise dos mísseis.<sup>198</sup> De volta a Paris, onde morava desde 1960, publicou dois artigos no *Le Monde*, nos quais relatou o que viu na Ilha. No primeiro, *En Cuba, país sitiado*, narrou a reação dos cubanos ante o bloqueio imposto pelos EUA, pautada na ordem, na disciplina e na serenidade, características que, segundo ele, não eram constantes nos latino-americanos, menos ainda nos cubanos. O que mais o surpreendeu foi a atitude de Fidel Castro diante da crise. Quando ficaram visíveis certas divergências entre Cuba e a URSS, sobre a retirada dos foguetes atômicos, Fidel Castro “saiu pelas ruas a indagar aos transeuntes e aos estudantes” sobre qual posição tomar. Nesse artigo, Vargas Llosa afirmou ter entrevistado algumas “testemunhas do episódio”, que disseram a ele que os mísseis deviam permanecer na ilha, e, ao final da conversa, puseram-se a cantar: “Nikita, Nikita, lo que se da no se quita...” (Nikita, Nikita, o que se dá não se tira), mostrando claramente que os cubanos encaravam os momentos de tensão com bom humor e improvisavam canções com versos irônicos sobre a crise. Contudo, a presença contínua de aviões norte-americanos sobrevoando Cuba lhe causava uma angústia terrível. Por dois dias seguidos, viu “dois aviões Sabre voarem em pleno dia, a uns 300 metros de altura, sobre o *Malecón*, onde estavam instaladas várias baterias antiaéreas.”<sup>199</sup>

No segundo artigo, *Crónica de la revolución*, Vargas Llosa evidenciou suas impressões sobre a Revolução Cubana, e, assim como Cortázar — como veremos —,

---

<sup>197</sup> WILLIAMS, Raymond L. Literatura y política: las coordenadas de la escritura de Mario Vargas Llosa. In: VARGAS LLOSA, Mario. *Literatura y política*. Madri: Fondo de Cultura Económica de España, 2003, p. 24.

<sup>198</sup> A partir de então viajou várias vezes a Cuba para participar do Conselho Editorial da revista *Casa de las Américas*. Foi membro do Conselho no período de 1965 a 1971, quando este foi dissolvido.

<sup>199</sup> VARGAS LLOSA, Mario. *Contra viento y marea I*, p. 27.

depositou grande esperança na revolução e no socialismo, apontando-o como um sistema que poderia promover a justiça social e tirar os países latino-americanos do subdesenvolvimento. Nesse artigo, ele afirmou que a experiência cubana era uma forma concreta de socialismo que poderia ser uma realidade em países como os latino-americanos. Para ele, o socialismo cubano era profundamente singular, pois apresentava diferenças marcantes em relação aos países do bloco soviético. Isso poderia ter repercussões importantíssimas no futuro do socialismo mundial.<sup>200</sup>

Em Cuba, Vargas Llosa afirmou ter presenciado uma cena pouco comum: estava ele assistindo a uma sessão de cinema quando de repente ela foi interrompida para que surgisse na tela a imagem de Fidel Castro, intensamente ovacionada e aclamada pelo público. Quando relatou o acontecido para um amigo cubano, este lhe afirmou que tal cena era mais comum na Ilhado que ele imaginava, mas que não podia ser confundida com o culto à personalidade, pois este sempre vinha de cima como uma imposição e o carinho manifestado pelo público vinha de baixo. Ademais, esse carinho manifestava-se de maneira espetacular sempre que a Revolução estivesse correndo riscos. Vargas Llosa presenciou muitas outras “manifestações de carinho”:

Na noite em que Kennedy anunciou o bloqueio, todo mundo saiu gritando pelas ruas “Fidel, Fidel”; é a maneira de demonstrarem sua adesão à revolução. Poucos dias depois assisti a uma atuação no teatro García Lorca. Cada vez que desejavam inflamar o auditório, os oradores citavam o nome de Fidel, e imediatamente soavam estrondosos aplausos. Outro dia, numa “granja do povo” [...] perguntei ao administrador, um barbudo de *Sierra Maestra* que levava um escapulário ao pescoço: e se Fidel morresse, quem poderia substituí-lo à testa da revolução? “Ninguém — respondeu ele imediatamente, mas se apressou a

---

<sup>200</sup> *Ibidem*, 28.

acrescentar: —, quer dizer, a revolução continuaria, mas não seria o mesmo, faltaria um não-sei-quê”.<sup>201</sup>

Segundo Vargas Llosa, esse sentimento fidelista da população se explicava pelo fato de que Fidel Castro era uma “unanimidade” em Cuba, o “aglutinante mais sólido com que o povo cubano contava, o fator que mantinha a coesão e o entusiasmo popular, os dois pilares da revolução”. Esse sentimento não poderia ser explicado apenas pela sua força simbólica, ou seja, pela “odisséia” que envolveu a trajetória de Fidel Castro do assalto ao quartel de Moncada à batalha em *Sierra Maestra*, mas principalmente pela relação que Fidel Castro estabelecia com o povo desde o momento em que se tornou o governante:

Esta relação se afasta de toda fórmula, de toda etiqueta, possui um caráter pessoal, amistoso. Isto se viu nos momentos críticos do bloqueio. Subitamente, o primeiro-ministro apareceu na Avenida 23 [...] Congregou os transeuntes à sua volta e começou a interrogá-los. “Vamos ver, você — dizia a um —, o que pensa do bloqueio? Segundo você os foguetes devem ou não sair de Cuba? E no dia seguinte apresentou-se da mesma maneira inesperada nos pátios da universidade para dialogar com os universitários sobre os problemas do momento. Deste modo, o homem da rua sente-se diretamente vinculado às responsabilidades do Estado, consultado pessoalmente por Fidel em cada passo importante da revolução.”<sup>202</sup>

Depois de proclamar a unanimidade e o carisma de Fidel Castro, Vargas Llosa afirmou que não pretendia negar os problemas da Revolução Cubana. Pelo contrário, ele percebia através da imprensa, do rádio e das publicações, que existia em “Cuba um empenho oficial para doutrinar as massas”. Além do que, as *Ediciones Sociales* de Moscou circulavam profusamente na ilha e, no discurso, todos os dirigentes da Revolução proclamavam-se marxistas ortodoxos. No entanto, isso não deu origem a um “dirigismo político excludente”, pois nas livrarias de Havana havia publicações “trotskistas e

---

<sup>201</sup> *Ibidem*, p. 30.

<sup>202</sup> *Ibidem*, p. 31.

anarquistas expostas nas vitrinas”, não existindo uma “censura destinada a preservar a pureza ideológica das publicações”, como ocorria em outras “democracias populares”, como, por exemplo, na União Soviética. Dessa forma,

há pouco apareceu em Havana um ensaio pitoresco e inverossímil intitulado *El espiritismo y la santería a luz del marxismo*. Uma vendedora de barraca recomendou-me o livro com as seguintes palavras: **“é um ensaio muito interessante, companheiro, de um materialista esotérico”**.<sup>203</sup>

Com essa citação, Vargas Llosa quis mostrar que o reconhecimento do marxismo como filosofia oficial da revolução não impedia, pelo menos naquele momento, “a existência de outras correntes ideológicas”, e que estas podiam expressar-se livremente em Cuba (até mesmo o “materialismo esotérico”). Segundo ele, em Cuba ainda não havia uma estética oficial na arte e na literatura:

Enquanto estive em Havana, o Conselho Nacional de Cultura (onde está um dos melhores escritores contemporâneos de língua espanhola, Alejo Carpentier) patrocinava uma retrospectiva do surrealista Wilfredo Lam e uma exposição coletiva de pintores jovens, todos abstracionistas. Nas publicações literárias, rendia-se homenagem a William Faulkner, elogiava-se Saint-John Perse [...] e discutia-se apaixonadamente os romancistas objetivos. A influência de Sartre é inegável em três dos melhores escritores jovens de Cuba: Ambrosio Fornet, Edmundo Desnoes e Jaime Saruski.<sup>204</sup>

O governo revolucionário, segundo Vargas Llosa, tinha total prudência no que se referia à liberdade editorial. Isso podia ser exemplificado, para sua grande surpresa, nos *stands* espalhados pelas ruas, nos quais eram exibidos todos os tipos de livros pornográficos. O que, a seu juízo, era pelo menos insólito, pois em qualquer cidade do mundo os livros dessa natureza eram vendidos na semiclandestinidade, tais como: o *Kama-sutra*, o *Ananga-ranga*, *Gamiani*, de Musset; *Os diálogos*, de Aretino etc. Um amigo búlgaro que o acompanhava, além de surpreso, ficou colérico: “isto é um escândalo — dizia

---

<sup>203</sup> *Ibidem*, p. 32. Grifos nossos.

<sup>204</sup> *Ibidem*, p. 32.



ele. — Deveriam proibir este comércio! Socialismo e erotismo são incompatíveis.” Vargas Llosa então explicou-lhe que, antes da Revolução, Cuba “não somente um quintal dos norte-americanos, como também o paraíso da pornografia; dezenas de editoras se dedicavam a exportar para o mundo de língua espanhola este tipo de literatura”. Com o advento da Revolução essas editoras deixaram de existir, mas os livros que ficaram na ilha continuaram a circular livremente.<sup>205</sup>

Um dirigente cubano, por sua vez, explicou a Vargas Llosa que este tipo de comércio iria desaparecer com o tempo: “as raízes do mal foram cortadas; os ramos e as folhas secar-se-ão por si mesmos”. O mesmo aconteceria com a prostituição e a mendicância. De acordo com o dirigente cubano, Havana era a cidade que, proporcionalmente, tinha mais prostitutas e mendigos em todo o mundo, mas que o governo estava resolvendo ambos os problemas, sem qualquer medida coercitiva ou violenta: “em vez de proibir a prostituição, o governo fez uma oferta às mulheres que se entregavam a essa atividade: ensinar-lhes um ofício; enquanto seguiam os cursos, a revolução encarregava-se de oferecer alimentação às suas famílias”. Desde então praticamente a “prostituição desapareceu de Cuba”.<sup>206</sup>

A Revolução Cubana foi, para Vargas Llosa, a única revolução socialista em que o partido da revolução foi criado posteriormente à revolução propriamente dita, ou seja, a luta revolucionária no início não envolveu um partido político, mas foi conduzida por um movimento guerrilheiro, o MR26 de julho, com uma ideologia liberal e humanista bastante vaga. Assim, a revolução foi “determinando sua doutrina política e econômica na prática, no próprio exercício do poder”. Isso explica, em parte, porque, no início, a revolução

---

<sup>205</sup> *Ibidem*, p. 33.

<sup>206</sup> *Ibidem*, p. 33.

contou com o apoio de agrupamentos e movimentos de ideologia conservadora. Vargas Llosa queria mostrar que a vanguarda da revolução foi o movimento armado MR26 de julho e que no seu início a Revolução não podia ser qualificada de marxista-leninista. A aproximação com o marxismo-leninismo teria ocorrido na medida em que as agressões, “abertas ou encobertas”, dos EUA se intensificaram.<sup>207</sup> Por conta disso, “os jovens barbudos se radicalizavam e, decididos a salvar a revolução de qualquer modo para livrar Cuba da asfixia econômica, na qual Washington pretendia mergulhá-la, viam-se mais subordinados à ajuda da URSS”.

Para Vargas Llosa, houve uma tentativa de um setor do Partido Socialista Popular de controlar a Revolução, com o intuito de colocar “em mãos de um grupo os cargos-chave do Estado”.<sup>208</sup> O que, a seu ver, não era nenhuma novidade, pois Fidel Castro já havia

---

<sup>207</sup> De acordo com Moniz Bandeira, poucos dias antes do discurso em que Castro se proclamou marxista leninista, um jornalista do *The New York Times* perguntou ao líder soviético Kruchev “se ele considerava Cuba socialista e ele respondera: ‘Até o ponto que nós sabemos, Castro não é membro do partido comunista’. Com efeito, em conformidade com a ortodoxia, só um partido comunista poderia realizar uma revolução socialista, e como este não fora o caso de Cuba, tornava-se difícil para os dirigentes reconhecer como tal a transformação que lá se operava. Este impedimento Blas Roca, Escalante e outros velhos militantes do PSP perceberam, em Moscou, e transmitiram sua opinião, quando voltaram a Cuba, vislumbrando [...] uma oportunidade de empolgar o novo partido, o governo e o Estado cubano. Alternativa, portanto, não restaria a Castro, se quisesse maior auxílio econômico e militar da URSS, proclamar-se marxista-leninista, antes de tornar-se primeiro-secretário do PURS, para o qual dera o primeiro passo com a criação das ORI.” BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *De Martí a Fidel. A Revolução Cubana e a América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998, p. 352.

<sup>208</sup> VARGAS LLOSA, Mario. *Contra viento y marea I*, p. 33-34. O Partido Comunista de Cuba foi fundado em 1925, sob liderança de Julio A. Mella. Em 1944, passou a se chamar Partido Socialista Popular (PSP). Em 1962, o PSP foi dissolvido nas Organizações Revolucionárias Integradas (ORI), dirigidas pelo comunista Aníbal Escalante. Nesse mesmo ano, foi criado o Partido Unido da Revolução Socialista de Cuba (PURSC), que em 1965 se constituiu no atual Partido Comunista de Cuba. Essas mudanças respondiam em grande medida ao claro objetivo do governo revolucionário de eliminar as diferenças ideológicas e políticas que haviam integrado o amplo espectro da oposição ao governo de Fulgencio Batista. Além de atender, naquele momento, um fim geopolítico, assegurando uma aliança com a URSS, que protegeria Cuba caso os EUA tentassem intervir novamente na ilha. A via armada para o socialismo, preconizada pelos cubanos, constituía-se em uma divergência com a URSS, que, desde 1956, com a divulgação dos crimes de Stalin no XX Congresso do PCUS, defendia a via pacífica para o socialismo. Nesse sentido, o Partido Socialista Popular pouco participou do processo revolucionário antes da tomada do poder em 1959. Para Moniz Bandeira, os comunistas cubanos, como afirmou o próprio Blas Roca, “levaram tempo para perceber as perspectivas que a revolução lhes abria e entraram, tarde e debilmente, como força política, na luta contra Batista. O estreitamento das relações de Castro com os velhos comunistas somente ocorreu após a vitória da revolução, dado que o PSP era a única das forças que possuía quadros capacitados e uma estrutura de organização sólida,

reconhecido essa estratégia do PSP quando proferiu um discurso contra Aníbal Escalante em 1962.<sup>209</sup> Nesse sentido, Vargas Llosa acreditava que a luta contra o sectarismo tinha sido efetivada na ilha e que pelo menos a constituição de um partido único da revolução estava sendo feita “de uma maneira excepcional”, já que “aparentemente tratava-se de criar um partido de homens exemplares”, pois:

Os núcleos dos candidatos ao partido são selecionados por centros de trabalho, em assembléias públicas, nas quais participa a totalidade dos empregados e operários da empresa. Os “operários exemplares”, isto é, aqueles que se destacaram na produção, e que foram designados como tais pelos companheiros, são de fato candidatos a membro do partido, salvo decisão sua em contrário. Mas — e isto é o excepcional — em tais assembléias os trabalhadores podem fazer críticas, votando inclusive pela nomeação de determinados candidatos. De certa forma, todo membro do partido único deve ser sacramentado pela massa. Em seu discurso, Fidel Castro havia insistido em que o partido da revolução devia ser “a vanguarda dos trabalhadores”.<sup>210</sup>

Em *Crónica de la revolución*, Vargas Llosa deixou bem claro que a revolução estava solidamente estabelecida em Cuba e que seu término só poderia levar-se a cabo mediante uma invasão direta e maciça dos EUA. Concluiu o artigo afirmando que o reconhecimento do marxismo como filosofia oficial da Revolução Cubana não impedia, pelo menos naquele momento, a existência de outras correntes ideológicas, pois qualquer indivíduo podia expressar-se livremente na ilha. Vargas Llosa foi um defensor fervoroso de Fidel Castro em princípios dos anos sessenta. Inclusive, depois de uma forte discussão com

---

coesa e disciplinada [...]. A Castro, ainda que sempre conservasse a posição de líder máximo, alternativa não restou senão depender mais e mais dos velhos comunistas, na medida em que Cuba passara a respaldar-se, internacionalmente, na URSS. E a importância do PSP assim exacerbou-se, tornando-o a principal força política e, juntamente com o Exército Rebelde, um dos dois pilares do regime”. BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *De Martí a Fidel*, p. 377.

<sup>209</sup> O conflito entre Fidel Castro e os comunistas cubanos se intensificou quando os membros do PSP voltaram do XXI Congresso do PCUS (1961), momento em que intensificaram os esforços para ter uma participação mais intensiva e efetiva na organização do Estado. A partir de então, Fidel Castro tomou algumas medidas para isolar alguns membros do PSP, principalmente Aníbal Escalante, homem de confiança da URSS em Cuba, acusado de tentar substituir Fidel Castro na direção do processo revolucionário e de ser sectário e dogmático. Aníbal Escalante foi então afastado do cargo de Secretário das ORI e substituído por Fidel Castro, como primeiro secretário, e Raúl Castro, como segundo secretário.

<sup>210</sup> VARGAS LLOSA, Mario. *Contra viento y marea I*, p. 34.

um amigo boliviano, este lhe teria dito: “tu és intratável quando se trata de Cuba ou Flaubert”.<sup>211</sup>

Em várias ocasiões, Vargas Llosa fez questão de deixar bem claro que sua adesão ao socialismo não era de modo algum dogmática. Em uma entrevista concedida a Günter W. Lorenz, em 1969, ele afirmou que a sua admiração e seu entusiasmo pela Revolução Cubana não o impediam de reconhecer certos aspectos do socialismo que considerava deficientes ou criticáveis, como, por exemplo, a falta de liberdade de expressão. Por isso, ele aspirava que o socialismo (ou os socialistas) na América Latina aproveitasse a experiência histórica e não incorresse nos erros, equívocos e nos absurdos que cometeu o stalinismo no campo cultural. Ambicionava para o seu país e para a América Latina um socialismo que não somente os emancipasse do imperialismo, mas que os libertasse “das oligarquias parasitárias”, que entregasse “as terras a quem trabalhasse nelas” e coletivizasse “os meios de produção, mas que também admitisse a liberdade de imprensa e a oposição política organizada”. Vargas Llosa admitiu que “liberdade de imprensa” e “oposição política” eram valores de origem burguesa, mas eram “indubitavelmente as melhores armas com que contava um povo para fiscalizar seus governantes e impedir os abusos do poder.”<sup>212</sup>

A identificação de Vargas Llosa com a Revolução Cubana na década de sessenta levou-o a fazer declarações nas quais a colocava como um estímulo eficaz para os demais países latino-americanos. Considerava a Revolução Cubana como o acontecimento histórico mais importante que ocorreu na América Latina depois dos movimentos pela

---

<sup>211</sup> *Apud* WILLIAMS, Raymond L. *Literatura y política: as coordenadas de la escritura de Mario Vargas Llosa.*, p. 29.

<sup>212</sup> VARGAS LLOSA, Mario *apud* LORENZ, Günter W. *Diálogo com a América Latina: panorama de uma literatura do futuro.* São Paulo: E.P.U, 1973, p. 158-159.

independência no século XIX. A experiência cubana abria “o processo da segunda independência latino-americana, uma independência econômica”, já que a primeira, aquela do século XIX, foi mais teórica e política do que econômica. Essa segunda emancipação significava o fim da tutela do imperialismo norte-americano e abria “uma nova época histórica para a América Latina.” Por essas razões ele proclamou estar absolutamente identificado com os ideais da Revolução Cubana e do socialismo:

Creio, de maneira geral, que mais do que o fidelismo se pode dizer que é o socialismo provavelmente a única salvação existente para os males sócio-econômicos da América Latina; isto é, a América Latina somente pode superar o terrível anacronismo de suas estruturas sociais, sua prostração econômica, sua dependência de monopólios e interesses estrangeiros, através do socialismo, e nesse sentido, sendo Cuba o primeiro país socialista da América, **Cuba é uma espécie de estímulo ou exemplo para essa segunda emancipação do continente.**<sup>213</sup>

A palavra estímulo não deve ser confundida com um modelo rigoroso a ser seguido. Vargas Llosa tinha plena consciência de que muitos países latino-americanos não tinham as mesmas condições encontradas em Cuba. Daí resultava que o modelo cubano não poderia ser aplicado indiscriminadamente e mimeticamente em todos os países da América Latina, pois cada um possuía condições históricas, sociais e culturais diferenciadas. Cabia a cada país encontrar seu próprio caminho para alcançar a emancipação e chegar ao socialismo, “do qual virá a cura para seus males”. Nessas condições, Vargas Llosa defendeu o comprometimento do escritor latino-americano, enquanto cidadão, com o socialismo e a causa revolucionária, e alertou para que o escritor não abandonasse o seu compromisso com a rebeldia no dia em que o socialismo realmente se impusesse como realidade. Numa sociedade socialista, o “escritor tem também que cumprir uma função de tipo crítico, de

---

<sup>213</sup> *Ibidem*, p. 169. Grifos nossos.

fiscalização de sua sociedade e que deve ser, nesse sentido, também um insurrecto intelectual.”<sup>214</sup>

Em uma carta endereçada a Edmundo Cruz, diretor da revista limenha *Unidad*, em 1967, Vargas Llosa já havia afirmado essa convicção. O conteúdo da carta expressava o descontentamento do escritor com a entrevista que havia concedido ao jornalista Demetrio Manfredi, pois o entrevistador lhe atribuiu uma frase que não dissera: “Assim pensa Mario Vargas Llosa: o escritor deve sentir-se solidário com os despossuídos e amar a revolução sobre todas as coisas”. Essa frase, segundo Vargas Llosa, contradizia aquilo em que ele acreditava: o escritor, “profundamente comprometido com sua vocação, amará a literatura acima de tudo, tal como o autêntico revolucionário ama a revolução acima de todas as coisas”. Vargas Llosa acusou Manfredi de ter omitido a observação que fez durante a entrevista, ao indicar-lhe que ambicionava o socialismo para o Peru, desde que fosse um regime que admitisse a liberdade de imprensa e a oposição política organizada.<sup>215</sup>

Mesmo que não se colocasse como um autêntico revolucionário, mas como um simpatizante da causa, o entusiasmo com a Revolução Cubana levou Vargas Llosa a apoiar os movimentos guerrilheiros na América Latina. Em 1963, ele publicou uma homenagem ao poeta e líder guerrilheiro Javier Heraud, em razão de sua morte, na qual observou que se ele “resolveu empunhar armas e tornar-se guerrilheiro significava apenas que o Peru chegou a uma situação-limite. Ninguém mais alheio à violência do que ele, por temperamento e convicção”. Em 1965, redigiu um documento intitulado *Toma de posición*, juntamente com os peruanos Hugo Neyra e Julio R. Ribeyro, no qual dava total apoio ao

---

<sup>214</sup> *Ibidem*, p. 170.

<sup>215</sup> VARGAS LLOSA, Mario. *Contra viento y marea I*, p. 182. Edmundo Cruz era também membro do Partido Comunista Peruano.

*Movimiento de Izquierda Revolucionario* (MIR) do Peru.<sup>216</sup> Nesse documento, foram expostos cinco pontos que expressavam o posicionamento de Vargas Llosa e outros intelectuais a respeito do MIR e da situação do Peru: 1) O MIR não era um movimento guerrilheiro importado e alheio à realidade peruana, mas uma consequência natural de uma situação secular que se caracterizava pela miséria, injustiça, exploração e pelo “imobilismo” e o abandono em que os governos mantinham o país. 2) O poder no Peru sempre foi mantido por ditaduras militares e oligarquias preocupadas em manter seus privilégios a custo do povo; as poucas conquistas do povo foram obtidas por meio de lutas sindicais, sacrifícios de vidas humanas e da “ação de grupos minoritários de intelectuais”. 3) O governo Fernando Belaúnde Terry (1963-1968), de caráter reformista e entreguista, não modificou em nada as estruturas do país. 4) Para que os camponeses e os operários tivessem uma vida digna e a classe média não vivesse sob “permanente complexo de frustração”, não restava outro caminho senão a luta armada. 5) Todos aprovavam e apoiavam a luta armada do MIR e condenavam a imprensa por desvirtuar o caráter nacionalista e reivindicatório das guerrilhas e a violenta repressão governamental. Além disso, ofereciam “caução moral” aos homens que naquele momento “entregavam suas vidas para que todos os peruanos pudessem viver melhor”.<sup>217</sup>

Ainda em 1965, Vargas Llosa redigiu uma homenagem ao guerrilheiro Paúl Escobar<sup>218</sup>, que havia sido assassinado. Paúl Escobar pertencia à guerrilha do MIR e perdeu a vida num confronto entre o exército peruano e o MIR em Mesa Pelada. Nessa homenagem, Vargas Llosa lembrou Paúl Escobar como um amigo e um “desígnio secreto

---

<sup>216</sup> O MIR foi formado em 1965 por Luis de la Puente Uceda.

<sup>217</sup> VARGAS LLOSA, Mario. *Contra viento y marea I*, p. 91-92. Esse documento foi assinado também por Miton Albán Zapata, Sigfrido Laske, Humberto Rodríguez, Alfredo Ruiz Rosas e Federico Camino.

<sup>218</sup> O guerrilheiro Paúl Escobar inspirou personagem de mesmo nome no romance de Vargas Llosa, *Travessuras da menina má* (Alfaguara, 2006).

que ia do vendedor ao estudante, do cozinheiro ao professor”, até chegar ao guerrilheiro que deu a vida lutando pela causa revolucionária.<sup>219</sup> Em 1967, em Paris, pronunciou, ao lado de Sartre e Simone de Beauvoir, um discurso no *Palais de la Mutualité* em defesa dos presos políticos no Peru. Nesse discurso, Vargas Llosa pediu a liberdade do líder guerrilheiro de Cuzco, Hugo Blanco, preso desde 1963. Em agosto de 1968, publicou um artigo, *El diário del Che*, na revista limeña *Caretas*, no qual rendeu uma cálida homenagem a Che Guevara, morto na guerrilha boliviana.<sup>220</sup>

Como o próprio nome do artigo indica, Vargas Llosa fez uma análise do *Diario de campaña* de Che Guevara, escrito na Bolívia, que, segundo o autor peruano, foi um dos livros mais fascinantes de nosso tempo. Caso ocorresse uma revolução latino-americana, segundo os métodos e etapas concebidos por Che Guevara, o *Diario* seria, do ponto de vista histórico, um “documento extraordinário”; caso a revolução não se realizasse ou se concretizasse por vias distintas das quais concebeu Che, o *Diario* perduraria como testemunho da “mais generosa e ousada aventura individual intentada na América Latina.” Para Vargas Llosa, o *Diario* era acima de tudo a revelação da personalidade de Che Guevara que o colocava na história da América Latina lado a lado com Simon Bolívar e José Martí. Assim como Bolívar e Martí, Che Guevara foi um intelectual e um homem de ação, detentor de ambições e convicções políticas que coincidiam com as deles, como, por exemplo, a defesa da unidade latino-americana.<sup>221</sup>

A unidade latino-americana, segundo Vargas Llosa, aparecia no *Diario* como o tema principal sobre o qual Che Guevara construiu seu projeto revolucionário. O que dava

---

<sup>219</sup> VARGAS LLOSA, Mario. *Contra viento y marea I*, p. 104.

<sup>220</sup> Segundo Jorge Edwards, no início dos anos 60, Vargas Llosa hospedou em seu “modesto apartamento” em Paris, a peruana Hilda Gadea, primeira mulher de Che Guevara, e sua mãe, Celia de la Serna y Llosa. Isso, segundo o autor, era um exemplo de que a fé política dos escritores naquele período era mesmo intensa. Além de hospedá-las, Vargas Llosa transformou-se em uma espécie de guia turístico.

<sup>221</sup> VARGAS LLOSA, Mario. *Contra viento y marea I*, p. 214.



um caráter continental para a guerrilhaera o fato de que aqueles que dela participavam tinham várias nacionalidades — cubanos, argentinos, peruanos, bolivianos — e, acima de tudo, tinham a intenção de fazer a revolução em seus respectivos países. No *Diario*, Che Guevara aspirava a que os revolucionários se convertessem naquilo que ele foi em toda a sua existência: um cidadão latino-americano. Para Vargas Llosa, a idéia de que a América Latina era uma só e de que essa unidade se forjaria por meio de um processo revolucionário não era nenhuma novidade, surgiu durante os movimentos de independência no século XIX. Sendo assim, o ideal de Che Guevara de revolução continental não estava ligado a nenhuma doutrina estrangeira. A originalidade do pensamento guevarista consistia em articular sua adesão a Marx e a Lênin com o ideal de unificação continental que professaram sobretudo Simón Bolívar e José Martí.<sup>222</sup>

Assim como Bolívar e Martí, Che Guevara tinha necessidade de traduzir em ações concretas os seus ideais e era avesso a interesses individualistas e egoístas. Porém, muitos acusavam-no de ser um aventureiro que gostava do perigo ou o definiam “como um niilista trágico enamorado da morte”. Para Vargas Llosa, essa imagem não correspondia à imagem de Che Guevara do *Diário*. Ali, estava claro que Che Guevara não buscava a ação pela ação e que tinha plena consciência de que a guerrilha era apenas um meio e um método para chegar a um fim: derrotar o exército boliviano e o imperialismo norte-americano. Isso poderia parecer utópico, mas no caso de Che Guevara a capacidade de convencer era diretamente proporcional à capacidade de crer: “a convicção absoluta de Che, a segurança cega de estar procedendo de forma adequada para chegar ao fim proposto, chegava a impor-se ao final como o único meio de olhar a realidade”. Vargas Llosa teve a impressão de que esta realidade estava “efetivamente sendo domesticada, dominada por uma

---

<sup>222</sup> *Ibidem*, p.215-216.

avassaladora vontade de um homem que anotava a cada noite, em estilo telegráfico, os sucessos do dia.”<sup>223</sup>

A anotações do *Diario* mostravam as vitórias do movimento guerrilheiro na Bolívia como se elas já tivessem sido previstas, servindo, assim, apenas para confirmar o método e a concepção que movem uma guerrilha. Mesmo quando os destacamentos guerrilheiros sofriam perdas e eram encurralados pelo exército boliviano, as anotações eram perturbadoramente serenas: “dados estatísticos das ações, enumeração objetiva das dificuldades crescentes, valoração das condutas individuais.” Também parecia, segundo Vargas Llosa, que as derrotas e os tropeços estavam previstos e que correspondiam à lógica das coisas, assim “os percalços não poderiam alterar a vitória”, porque para Che Guevara “a sobrevivência da guerrilha era a vitória”. Vargas Llosa, como leitor do *Diario*, concluiu que provavelmente Che Guevara não pensou, mesmo quando já estava em mãos de seus executores, por um único instante sequer que sua derrota era consequência de “uma concepção equivocada, de uma teoria revolucionária errônea”. Seu fracasso, deveria ter pensado Che Guevara, “foi um episódio lamentável, explicável e corrigível, que, em última instância, tão pouco modificaria (ou retardaria)” o processo revolucionário na América Latina. Ao final de sua análise, Vargas Llosa definiu o que representava Che Guevara:

Se for verdade que há leis inflexíveis que determinam o curso da história, será igualmente verdadeiro que, em última instância, há certos homens que com sua vontade e seu gênio aceleram ou precipitam o funcionamento dessas leis, e que essas nunca são uma mera sucessão de acontecimentos mecânicos. Na América Latina, o Che foi um desses voluntariosos visionários que se empenhou em acelerar a história, e para lográ-lo desenvolveu uma assombrosa generosidade e um heroísmo ilimitado, mas tanto sacrifício pessoal não o impediu de ver com seus próprios olhos o final ambicioso, assim como ocorreu com Bolívar e Martí.<sup>224</sup>

---

<sup>223</sup> *Ibidem*, p. 217-218.

<sup>224</sup> *Ibidem*, p. 218.

O processo revolucionário cubano e a construção do socialismo na ilha estimularam o interesse de Vargas Llosa pela política e o levaram-no a defender a luta revolucionária e a implantação do socialismo na América Latina. Inicialmente aclamou o governo revolucionário cubano pelas conquistas nos campos da saúde e da educação. Mas em meados da década de 1960, começou a colocar lado a lado as conquistas sociais com uma outra realidade, marcada por perseguições, repressão e censura: “em 1965, pela primeira vez, comecei a pensar que aquilo tudo não era tão magnífico assim.” Vargas Llosa, ainda sem romper com Cuba, criticou a perseguição aos

[...] homossexuais, a quem Cuba chamava “os enfermos”. Nesse tempo, Castro organizou as Unidades Móveis [*sic*] de Apoio à Produção, verdadeiros campos de concentração nos quais encerravam os criminosos, porém também os adversários da Revolução, os homossexuais, os *hippies*, a boêmia artística. Mandava-os trabalhar nas granjas similares aos *gulags*. Soube de vários suicídios. Foi então que começou minha contenda com Fidel e lhe escrevi uma carta pessoal.<sup>225</sup>

Depois que escreveu a carta para Fidel Castro, em 1966, Vargas Llosa — juntamente com Julio Cortázar e mais seis intelectuais latino-americanos — foi chamado à ilha para uma reunião. O líder cubano, segundo relatos de Vargas Llosa, teria justificado as perseguições aos homossexuais da seguinte forma: “A capital — dizia — é uma cidade corrompida, onde os homossexuais dedicavam-se à violência e, por isso, vários pais de jovens camponeses que vinham a Havana para estudar protestavam e exigiam uma medida

---

<sup>225</sup> Dos entrevistas con Mario Vargas Llosa. Optimismo de la historia. *Cuadernos Hispanoamericanos*, Madrid, n. 574, abril de 1998, p. 8-9. De acordo com Silvia Miskulin, a repressão aos homossexuais começou em Cuba no início dos anos sessenta e intensificou-se rapidamente, sendo dirigida pela polícia e pelos agentes da *Seguridad del Estado*, do Ministério do Interior. De modo geral, os homossexuais eram taxados de “perversos” e “corruptores da Revolução”. Segundo a autora, a “política de perseguição homofóbica efetivou-se com buscas e internamentos de homossexuais (reais ou presumidos) nas *Unidades Militares de Ayuda a la Producción* (UMAPs), em Camagüey, que funcionavam como campos de trabalho forçado para os ‘desviados’ ideológicos ou sexuais.” MISKULIN, Silvia Cezar. *Os intelectuais cubanos e a política cultural da revolução* (1961-1975). Tese. São Paulo: Programa de Pós-Graduação em História Social – FFLCH - USP, 2005, p. 82-83.

do governo”.<sup>226</sup> Essa foi a primeira conversa que Vargas Llosa teve diretamente com Fidel Castro. Ele confessou que se sentiu impressionado pela energia e carisma do líder cubano: “falou por quase doze horas seguidas [...] gesticulando sem parar e fumando seus charutos enormes, sem demonstrar nenhum sinal de fadiga. [...] quando foi embora, com o mesmo frescor com que havia chegado, estávamos exaustos e maravilhados”.<sup>227</sup> Vargas Llosa declarou tempos depois que, após a reunião com Fidel Castro, ele fez as pazes novamente com Cuba, mas que havia restado dentro dele “um espírito crítico” que não o abandonaria mais com relação ao processo revolucionário.<sup>228</sup>

Em 1968, Vargas Llosa fez uma viagem a Moscou<sup>229</sup> e lá, segundo ele, pôs-se a comparar a realidade diante de seus olhos com os clichês construídos sobre a experiência socialista. O que mais lhe chamou a atenção foi a riqueza da cultura soviética e a falta de liberdade de expressão que existia lá.<sup>230</sup> Anos mais tarde afirmou que não imaginava que aquilo pudesse ser o socialismo.<sup>231</sup> Depois de sua viagem a Moscou, a URSS invadiu a Tchecoslováquia e Fidel Castro declarou-se favorável à intervenção. Vargas Llosa, então, publicou o artigo *El socialismo y los tanques*, no qual criticou a “Pátria do comunismo” e o apoio de Fidel à intervenção na Tchecoslováquia. Para ele, a intervenção militar era uma agressão de caráter imperialista e uma estupidez política que colocava em “desonra a pátria de Lênin” e causava “um dano irreparável à causa socialista no mundo”. Nessas condições,

---

<sup>226</sup> *Apud* Dos entrevistas con Mario Vargas Llosa, p. 9-10.

<sup>227</sup> VARGAS LLOSA, Mario. *Diccionario del amante de América Latina*. Barcelona: Paidós, 2006, p. 103-104.

<sup>228</sup> Entrevista concedida ao jornalista Juan Cruz para *El País*, Espanha, 20 de junho de 2006.

<sup>229</sup> Em princípios de 1968, Vargas Llosa viajou a Irlanda, Finlândia, Suécia, Tchecoslováquia, Rússia, Itália e Espanha. Na viagem para União Soviética foi acompanhado de Fuentes, García Márquez e outros intelectuais.

<sup>230</sup> VARGAS LLOSA, Mario. *Moscú: notas a vuelo de pájaro*. In: *Contra viento y marea I (1962-1972)*. Barcelona: Seix Barral, 1986, p. 205. Artigo publicado na revista *Caretas* (n. 379, 23 de agosto de 1968), no qual narrou a sua viagem a Moscou.

<sup>231</sup> Dos entrevistas con Mario Vargas Llosa, p. 9.

a invasão soviética na Tchecoslováquia não estava tão longe da invasão norte-americana na República Dominicana ocorrida em 1965, e justificada para conter uma revolta popular contra a ditadura militar:

em ambos os casos, a verdade é que uma grande potência amparada no direito de sua superioridade militar, se permite atropelar fisicamente uma pequena nação porque o rumo político tomado por ela não convém a seus estratégicos interesses mundiais e disfarça sua intromissão sob uma cortina de fumaça ideológica. O que está em jogo no drama que a Tchecoslováquia vive hoje não é a luta entre capitalismo e comunismo, mas o destino dos países que formam o Terceiro Mundo. Uma horrível perspectiva parece escurecer seu horizonte histórico: viver perpetuamente à mercê dos dois colossos, manter-se alienados entre duas formas de servidão colonial, não poder ser verdadeiramente independentes e livres.<sup>232</sup>

A invasão soviética, a seu juízo, trouxe conseqüências drásticas. No cenário internacional, causou gravíssimo dano às forças de esquerda e levou a direita a usar a seu favor o drama tchecoslovaco. Na França, a União Nacional dos Estudantes, que encabeçou o movimento durante maio de 68, “foi a primeira a exortar os seus filiados para saírem às ruas para protestar contra a intervenção militar” da URSS. Nesse caso, Vargas Llosa viu conseqüências positivas, pois o exemplo do movimento estudantil francês serviu para mostrar que as organizações de esquerda já não operavam no “antigo maniqueísmo” e que não aderiam mais incondicionalmente à política soviética, comprovando que “as forças progressistas” estavam ficando mais “independentes e lúcidas”.<sup>233</sup>

A partir dessas considerações, Vargas Llosa teceu suas críticas ao apoio de Fidel Castro à intervenção militar soviética na Tchecoslováquia. Ele não compreendia as razões que levaram Fidel Castro a apoiar a intervenção militar, já que, até aquele momento, o líder cubano havia defendido sempre a soberania nacional, reivindicado o direito dos pequenos

---

<sup>232</sup> VARGAS LLOSA, Mario. *Contra viento y marea*, p. 219-220. O artigo *El socialismo y los tanques* foi publicado originalmente em *Caretas*, Lima, nº 381, setembro-outubro de 1968.

<sup>233</sup> *Ibidem*, p. 221-222.

países de realizarem sua própria política sem a intromissão de nenhuma potência: “como pode apoiar uma invasão militar destinada a esmagar a independência de um país que, tal como Cuba, só queria que o deixasse organizar sua sociedade segundo suas próprias convicções?” Para Vargas Llosa, o apoio de Fidel Castro à invasão da Tchecoslováquia era lastimável e refletia a maneira condicionada com que ele respondia aos desígnios da URSS. Vargas Llosa ficou indignado e surpreso por Fidel Castro não reconhecer que os soviéticos não tinham que decidir o tipo de socialismo que convinha aos demais países e o que ocorria em Praga poderia perfeitamente ocorrer amanhã em Cuba. Vargas Llosa concluiu o artigo *El socialismo y los tanques* de forma desalentadora: “Para muitos amigos sinceros da Revolução Cubana, as palavras de Fidel Castro [de apoio à URSS] pareceram tão incompreensíveis e tão injustas como o ruído dos tanques que entravam em Praga.”<sup>234</sup>

A partir de então, Vargas Llosa se converteu em um crítico veemente da URSS e, conseqüentemente, do forte alinhamento de Cuba com a “pátria do comunismo”. Tal aproximação significava para ele a adoção do modelo comunista soviético e o fim da originalidade e independência da Revolução Cubana, tão proclamada pelos revolucionários. Para Vargas Llosa, foi a originalidade e independência da Revolução Cubana que havia justificado, em grande medida, sua adesão à causa no início dos anos sessenta. Como veremos no capítulo IV, para Cortázar e García Márquez, a fé revolucionária pesou mais na balança, e nem mesmo o “caso Padilla” — sobre o qual trataremos mais adiante — conseguiu de todo abalar. Para Vargas Llosa, porém, esse caso foi o ponto culminante de um desencantamento que significou, afinal, um rompimento drástico.

---

<sup>234</sup> *Ibidem*, p. 221-222.

### 2.3. Julio Cortázar, desde Paris

*Me rebelo ante eso, pues yo soy un escritor, un inventor de ficciones (me autocalifico así), que tiene una militancia ideológica, socialista.*

Julio Cortázar.

Em 1951, quando deixou a Argentina, Cortázar declarava-se completamente indiferente às questões políticas, apesar de ter assumido ali uma posição claramente antiperonista. Porém, como ele afirmou, foi uma atitude política que se limitava a “expressar opiniões de um plano privado”. Considerava-se um antiperonista, mas nunca se interessou por grupos políticos ou por correntes de pensamento que faziam oposição ao peronismo. A sua posição perante a Guerra Civil Espanhola e a Segunda Guerra Mundial foi semelhante. No primeiro caso, apoiou os republicanos, mas não foi combater como voluntário na Espanha, nem sequer atuou politicamente nas associações republicanas na Argentina. No segundo caso, apoiou os aliados, foi antinazista, porém não militou pela causa.<sup>235</sup>

Em 1957, Cortázar tomou conhecimento, ao ler no *Times* a reportagem do jornalista Herbert Mathews, que em Cuba acontecia um levantamento armado para derrubar o ditador Fulgêncio Batista. O que mais lhe chamou a atenção na matéria foram as declarações do guerrilheiro Fidel Castro sobre o movimento revolucionário. A partir dessa reportagem, percebeu que em Cuba realmente acontecia algo diferente. Mas, segundo ele, naquele tempo estava vivendo na Europa sem nenhuma ligação ideológica ou política com

---

<sup>235</sup> Entrevista com Julio Cortázar. PREGO GADEA, Omar. *La fascinación de las palabras*. Buenos Aires: Alfaguara, 2004, p. 208. Em *Las armas secretas*, publicado em 1959, Cortázar declarou ter sido solidário com os argelinos durante a luta pela independência do domínio francês.

o socialismo. Pelo socialismo nutria apenas “uma relativa simpatia teórica, típica de um liberal que se imaginava de esquerda”. A partir do triunfo revolucionário cubano, o socialismo, que até então lhe parecera “uma corrente histórica aceitável e até mesmo necessária”, passou a ser

[...] a única corrente dos tempos modernos que se baseava no fato humano essencial, *ethos* tão elementar como ignorado pelas sociedades em que me cabia viver, no simples, no inconceivelmente difícil e simples princípio de que a humanidade começará a merecer verdadeiramente este nome no dia em que a exploração do homem pelo homem houver cessado.<sup>236</sup>

O compromisso de Cortázar com a causa socialista se deu a partir da Revolução Cubana. Foi também a partir dela que o argentino manifestou interesse, desde Paris, pela realidade social e política da América Latina. Para Cortázar, a vitória da Revolução Cubana e os primeiros anos de governo não eram simples acontecimentos históricos ou políticos, mas “uma encarnação da causa do homem, como, por fim, ele chegara a conceber e a desejar”.<sup>237</sup> A partir do triunfo da Revolução Cubana, Cortázar buscou “uma via menos alienante da história, adquirindo uma filiação política cada vez mais pronunciada.” Essa chave de acesso a toda a América Latina levou-o a pronunciar-se explicitamente a favor da revolução e do socialismo. A Revolução Cubana mostrou-lhe de forma muito cruel, e que lhe doeu muito, o grande vazio político em que ele viva. Desde então, passou a ler e compreender, quase que inconscientemente, os temas que tinham “implicações de tipo político ou ideológico”, temas que foram aos poucos aparecendo em sua produção literária. A tomada de consciência política a partir da Revolução Cubana o levou a ser um escritor comprometido. Cortázar exemplificou o que compreendia por compromisso:

Chegou o dia em que frente a uma injustiça qualquer – falando hipoteticamente – eu tive a necessidade de sentar-me à máquina e

---

<sup>236</sup> CORTÁZAR, Julio. *Obra crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998, vol. 3, p. 22.

<sup>237</sup> *Ibidem*, p. 22.



escrever um artigo protestando por essa injustiça, me senti obrigado a não ficar calado, senão fazer a única coisa que estava a meu alcance, falar em público ou escrever artigos de denúncia ou defesa de acordo com a situação. Isso, no fundo, é o que chamo de compromisso: um homem que está entregue à literatura [...] agrega, incorpora e funde preocupações geopolíticas com o que escreve literariamente.<sup>238</sup>

Essa definição de compromisso não impediu Cortázar de ter um verdadeiro horror daquele tipo de escritor que era somente isso: comprometido. O escritor para fugir desse reducionismo deveria também ser comprometido com a liberdade de criação. Como escritor, Cortázar não aceitava o compromisso como uma obediência ou um dever exclusivo que o levasse a se ocupar somente de temas políticos. O romance, segundo Cortázar, não tinha “leis, a não ser a de impedir que a lei da gravidade entrasse em ação e o livro caísse das mãos do leitor”.<sup>239</sup>

Em 1963, Cortázar fez sua primeira viagem a Cuba para ser jurado do concurso literário da revista *Casa de las Américas*. Na ilha, aceitou, com entusiasmo, o convite para participar do Conselho de Redação da revista, cargo que encarou com bastante seriedade e profissionalismo. Como membro do Conselho, Cortázar foi um dos escritores mais produtivos: dava opiniões sobre a qualidade das edições, preocupava-se com a divulgação, recomendava textos, indicava algum novo membro para ser jurado do Prêmio concedido pela revista.<sup>240</sup> Em uma entrevista, resumiu a importância de participar do Conselho da revista e de eventos político-culturais na ilha, que considerava uma forma de exercer seu compromisso político, e, mais uma vez, expressou sua solidariedade e seu apoio à luta antiimperialista:

[...] formo parte de um jurado que escolhe livros destinados a uma população da qual uma alta porcentagem tem saído do analfabetismo

---

<sup>238</sup> Entrevista com Julio Cortázar. PREGO GADEA, Omar. *La fascinación de las palabras*, p. 208.

<sup>239</sup> *Ibidem*, 212-213.

<sup>240</sup> MOREJÓN ARNAIZ, Idalia. *Política e polêmica na América Latina: Casa de las Américas e Mundo Nuevo*. 326 f. Tese. Programa em Integração da América Latina, USP, São Paulo, 2004, p. 55.

graças à obra revolucionária, e cuja nova geração está ansiosa por educação e cultura; trabalho no comitê de colaboração da revista *Casa de las Américas*, assisto a um congresso onde se discute o dever dos intelectuais do Terceiro Mundo frente ao colonialismo econômico e cultural, temas que não creio freqüentes nos congressos de escritores de nossos países. Tudo isso, como se vê, tem um objetivo capital: a luta contra o imperialismo em todos os planos materiais e mentais, luta que, desde Cuba e por Cuba, segue projetando-se sobre todo o continente, não só no nível da ação, que chega ao martírio nas selvas da Bolívia, da Colômbia e da Venezuela, mas também no nível das idéias, dos diálogos entre intelectuais e artistas de todos os nossos países, a infra-estrutura moral e mental que acabará um dia com o *gorilato* latino-americano e com o subdesenvolvimento que, todavia, o explica e dá força.<sup>241</sup>

No início de 1963, Cortázar permaneceu por mais de um mês em Cuba e depois relatou essa experiência em várias cartas. De todas elas, a que deixou transparecer claramente sua admiração e seus temores sobre o processo revolucionário foi a que enviou para o poeta norte-americano Paul Blackburn, em 1963. Cortázar confessou sua admiração pelo povo cubano por sua força, coragem, alegria e pela sua disposição de morrer pela Revolução. Elogiou a campanha de alfabetização empreendida pelo governo e se mostrou favorável ao apoio que os intelectuais davam ao regime, não apenas com palavras, “mas trabalhando para a revolução, alfabetizando, fazendo magníficas edições, escrevendo e traduzindo livros”. Por outro lado, percebeu que havia aqueles que não apoiavam a revolução, como “os proprietários e os garçons dos restaurantes”, porque recordavam “os dólares que ganhavam com os turistas que vinham de Miami”. Os temores de Cortázar estavam relacionados com a possibilidade de uma invasão norte-americana na ilha e com o grande perigo da experiência revolucionária cubana transformar-se no comunismo “de corte stalinista”, pois se essa tendência triunfasse em Cuba, a revolução estaria perdida.<sup>242</sup> Esse

---

<sup>241</sup> Entrevista concedida a Rita Guibert em Paris, em janeiro de 1968, para a revista *Life* em espanhol. Disponível em: [www.juliocortazar.com.ar](http://www.juliocortazar.com.ar). Acesso em: 15/05/2006.

<sup>242</sup> CORTÁZAR, Julio. *Cartas* (1969-1983). Buenos Aires: Alfaguara, 2000, p. 547-548.

temor estava diretamente ligado ao fato de Fidel Castro ter declarado o caráter marxista-leninista da revolução e se alinhado aos soviéticos.

Cortázar escreveu *Reunión*, publicado originalmente na *Revista de la Universidad Nacional Autónoma de México* (UNAM) em 1964. Nesse conto, narrou o impulso revolucionário que levou os “barbudos” de *Sierra Maestra* ao triunfo. Para redigi-lo, como confessou o próprio autor, ele se inspirou na leitura do livro de Che Guevara, *Pasajes de la guerra revolucionaria*, escrito em 1963. No conto *Reunión*, o leitor identifica facilmente os protagonistas: Ernesto Guevara (o narrador), Fidel Castro (Luis), Raúl Castro (Pablo) e Camilo Cienfuegos (Teniente), que juntos participavam de um movimento guerrilheiro. O conto narra a epopéia do desembarque de Fidel Castro e seus companheiros, em fins de 1956, a bordo do iate *Granma*, na praia de *La Colorada*, até a reunião de todos em algum lugar em *Sierra Maestra* para iniciar de fato a luta armada. Ao analisarmos esse conto, compreendemos a adesão de Cortázar à causa revolucionária e o significado do “homem novo”, que, segundo ele, surgiu com e a partir da Revolução Cubana. Esse homem novo estaria despido de todo princípio individualista ao integrar-se no coletivo em uma luta heróica rumo à revolução. Em *Reunión*, o escritor argentino afirma que o “homem novo” deverá ser capaz de

alcançar a reconciliação com tudo o que ficou vivo diante de nós. Teríamos de ser como Luís, não já segui-lo, mas ser como ele, deixar para trás inapelavelmente o ódio e a vingança, olhar para o inimigo como Luís o faz, com uma magnanimidade implacável que tantas vezes suscitou em minha memória [...] uma imagem de pantocrator, um juiz que começa por ser o acusado e a testemunha e que não julga, que simplesmente separa as terras das águas para que no fim, algum dia, possa nascer uma pátria de homens num amanhecer trêmulo, à beira de um tempo mais limpo.<sup>243</sup>

---

<sup>243</sup> CORTÁZAR, Julio. Reunião. In: *Todos os fogos o fogo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 57-58.

Todo o contexto que levou ao triunfo da Revolução Cubana, com seus personagens centrais, segundo Cortázar, abriu caminho para a construção do homem novo, que, além de acreditar no socialismo, deveria apresentar-se perante a sociedade como aquele capaz de ter uma conduta digna, uma vida autêntica e verdadeira, plena de amor, compreensão e compaixão pelo ser humano, até mesmo pelos inimigos. A única via para se chegar ao ideal do homem novo seria por meio da construção do socialismo. Nesse sentido, um dependia fatalmente do outro para existir. O homem novo de Cortázar não era um mero individualista moldado pelo intelecto e por teorias, ele tinha suas raízes na história, usava sua imaginação e seu humor e condenava todas as formas de opressão.<sup>244</sup> Chegar coerentemente ao homem novo seria, na visão de Cortázar, chegar ao ideal de Che Guevara de que a revolução se faz por meio do homem e que “o verdadeiro revolucionário é guiado por grandes sentimentos de amor”.<sup>245</sup> Cortázar não demonstrou ter conhecimento de que a idéia de “homem novo” não foi nenhuma novidade trazida à tona pelos cubanos, nem tampouco foi originária do pensamento guevarista. Nesse caso, desde Marx e Engels, passando por Mao Tse-tung e outros pensadores socialistas, temos elaborações constantes acerca do ideal de homem novo.<sup>246</sup>

Cortázar, em diversos momentos de sua vida, rendeu várias homenagens a Che Guevara, inclusive chegou a identificar-se com ele ao afirmar que era o “Che Guevara da

---

<sup>244</sup> ALAZRAKI, Jaime. Imaginación e história en Julio Cortázar. *Casa de las Américas*, Havana, n. 166, janeiro-fevereiro, 1988, p. 15.

<sup>245</sup> GUEVARA, Ernesto “Che”. “O socialismo e o homem em Cuba”. In: SADER, Eder (org.) *Che Guevara: política*. São Paulo: Expressão popular, p. 265. Para uma discussão acerca do homem novo no pensamento guevarista ver: PERICÁS, Luiz Bernardo. “Che Guevara e o homem novo”. In: COGGIOLA, Osvaldo. *Revolução Cubana: história e problemas atuais*. São Paulo: Xamã, 1998; ZEA, Leopoldo. “El Che y el hombre nuevo”. In: *Casa de las Américas*, Ano XXXVII, n. 206, Havana, Janeiro de 1997; FORNET-BETANCOURT, Raúl. *O marxismo na América Latina*. São Leopoldo: Editora Unisinos, 1995; LÖWY, Michael. *O pensamento de Che Guevara*. Lisboa: Bertrand, 1976; CACINDO, Hugo. “Ernesto Che Guevara, intelectual latinoamericano: notas para un estudio crítico de su pensamiento.” Disponível em: [http://www.discurso.aau.dk/cancino\\_maj04.pdf](http://www.discurso.aau.dk/cancino_maj04.pdf). Acesso em: 12/03/08.

<sup>246</sup> PERICÁS, Luiz Bernardo. “Che Guevara e o homem novo”. In: COGGIOLA, Osvaldo. *Revolução Cubana: história e problemas atuais*. São Paulo: Xamã, 1998, p. 101.

literatura” ou então que a América Latina precisava de seus Che Guevara. Em uma entrevista, ao ser interrogado sobre essas declarações, Vargas Llosa explicou que Cortázar queria apenas pedir aos escritores que tivessem em sua vocação a mesma audácia, convicção, honestidade, coragem, originalidade e arrojo que Che Guevara tinha em sua vocação como guerrilheiro. Ademais, a seu ver, Cortázar não estava pedindo aos escritores que trocassem “a pena pelo fuzil”, isso seria uma ingenuidade. Cortázar queria simplesmente que a “pena dos escritores fosse tão atrevida, tão inovadora, como poderia ser um fuzil”.<sup>247</sup>

Em 1967, com a notícia da morte de Che Guevara, Cortázar confessou a Roberto Fernández Retamar que o cubano Lisandro Otero havia lhe pedido “cento e cinquenta palavras” em homenagem ao guerrilheiro, mas não pôde escrevê-las naquele momento, pois não lhe restava “mais que o silêncio”, estava “vazio e seco, e cairia na retórica”. Mesmo sem muita inspiração, publicou o poema “Che”, na revista *Cuba*, e, um ano depois, o homenageou na revista *Casa de las Américas*, com um pequeno texto *Mensaje al hermano*, no qual afirmou: “agora leremos belas mensagens sobre a fênix que renasce das cinzas, em poemas e discursos que fixarão para sempre a imagem de Che”.<sup>248</sup> Em Paris, impactado pelos acontecimentos de maio de 68, escreveu o texto *Homenaje a una torre de fuego* nas paredes do *living* de sua casa no bairro latino.<sup>249</sup> Tudo isso explica, em grande medida, a ausência de críticas ao modelo de homem novo, idealizado por Che Guevara, a partir do contexto revolucionário cubano. Enzo Maqueíra, um dos biógrafos de Cortázar, contou que ele recebeu a notícia da morte de Che Guevara quando estava em Argel,

---

<sup>247</sup> Apud CANO GAVIRIA, Ricardo. *El buitire y el ave fénix, conversaciones con Mario Vargas Llosa*. Barcelona: Editorial Anagrama, 1972, p. 29.

<sup>248</sup> CORTÁZAR, Julio. Mensaje al hermano. *Casa de las Américas*, Havana, janeiro-fevereiro de 1968, p. 06.

<sup>249</sup> CORTÁZAR, Julio. *Cartas* (1964-1968). Buenos Aires: Alfaguara, 2000, p. 1200-1201.

enviado pela UNESCO para participar de uma conferência. A sua reação foi a princípio de aparente indiferença, mas em seguida saiu da sala de reuniões onde estava e caminhou em direção ao banheiro. Do lado de fora, escutava-se os soluços de Cortázar.<sup>250</sup> Pouco depois, retornou a sala e leu o poema *Che*, que acabara de escrever:

Yo tuve un Hermano.  
No nos vimos nunca  
pero no importaba.  
Yo tuve un Hermano  
que iba por los montes  
Mientras yo dormía.  
Lo quise a mi modo  
le tomé su voz  
libre como el agua,  
caminé de a ratos  
cerca de su sombra  
[...].<sup>251</sup>

O ideal socialista de Cortázar não passava por Moscou, mas nascia “com Marx para projetar-se até a realidade revolucionária latino-americana”, que, a seu ver, era uma realidade com características próprias, com ideologias e realizações condicionadas por suas idiosincrasias e necessidades próprias, e que, naquele tempo, expressavam-se historicamente nos feitos da Revolução Cubana e de homens como Fidel Castro e Che Guevara. Em 1967, depois de passar seis semanas em Cuba, afirmou que, apesar dos infinitos problemas, dos erros e da tensão entre os sectários e os fidelistas, sempre latente, Cuba seguia adiante com a experiência revolucionária de “forma admirável, assumindo sua história, seu destino”. Tudo isso facilmente perceptível no povo cubano, nos livros e na música e, principalmente, nas ações do “grande líder Fidel Castro”. As referências ao dirigente beiravam ao culto à personalidade: “estive nove horas ininterruptas com Fidel, [...], esse homem é sobre-humano e deixa a nós todos literalmente pulverizados.

---

<sup>250</sup> MAQUERÍA, Enzo. *Cortázar, de cronopios y compromisos*. Buenos Aires: Longseller, 2006, p. 87.

<sup>251</sup> CORTÁZAR, Julio. *Cartas* (1964-1968), p. 1201. Poema escrito na carta enviada para Fernández Retamar.

Impressionou-me seu sentido ético, sua maneira de enfrentar cada pergunta [...]”.<sup>252</sup> Em várias ocasiões, assumiu-se castrista e associou o socialismo à figura do líder: “Se ser castrista é ter fé em um futuro socialista [...] para os países latino-americanos, então sou castrista. Sobretudo depois do livro de Debray, que expressa exatamente o pensamento de Fidel Castro e dos melhores de seus homens, com Che à frente”.<sup>253</sup>

Em abril de 1969, Cortázar concedeu uma entrevista a Rita Guibert para a revista *Life* em espanhol. Para conceder tal entrevista, Cortázar fez algumas exigências, tais como: que o questionário fosse enviado para ele por escrito; que a revista garantisse que não iria mutilar ou alterar seu texto; que fosse registrada de forma legal uma cópia da entrevista, caso ele precisasse processar a *Life*; que os editores enviassem a ele o resultado final da entrevista antes da publicação para sua aprovação final. Em carta enviada para o escritor cubano Roberto Fernández Retamar, Cortázar justificou o porquê de conceder uma entrevista a *Life*:

[...] imediatamente compreendi as possibilidades que se abriam para intentar uma violenta incursão no terreno inimigo. [...] meu pedido de garantias totais sobre a textualidade foi recebido com profunda cólera pela *Life*. Mandaram-me um recado dizendo que nem Churchill nem John F. Kennedy haviam pretendido jamais revisar suas entrevistas; lhes contestei, sem querer comparar-me a tão eminentes personagens, que minhas condições eram a de receber provas, sem as quais não autorizava a publicação [...]. Nesse tempo de mal-entendidos freqüentes, me interessa que você, Haydée e todos os meus amigos da Casa [*de las Américas*] fiquem por dentro de toda a situação.<sup>254</sup>

Cortázar afirmou que as garantias que pedia à revista poderiam até soar estranhas, mas era importante que ele se resguardasse, pois “havia muitas maneiras de matar os Che Guevara,” e, ainda que ele estivesse distante de se comparar com o Che, ele tinha também sua guerrilha contra o imperialismo ianque. A entrevista, segundo Rita Guibert, foi

---

<sup>252</sup> *Ibidem*, p. 1107. Carta endereçada a Jean L. Andreu em outubro de 1967.

<sup>253</sup> *Ibidem*, p. 1195. Carta enviada a Francisco Porrúa em fevereiro de 1967.

<sup>254</sup> CORTÁZAR, Julio. *Cartas* (1969-1983), p. 1323.

publicada tal qual ela havia recebido. Pelo caráter polêmico das declarações de Cortázar, a revista recebeu mais cartas do que o usual. Algumas elogiavam a redação por sua atitude democrática, outras elogiavam Cortázar por duvidar da democracia da revista, outras, ainda, o acusavam de haver cedido ao imperialismo e recebido dinheiro da *Life* para conceder a entrevista.<sup>255</sup>

Antes de responder, ou melhor contestar, as perguntas formuladas por Rita Guibert, Cortázar decidiu esclarecer, em uma breve introdução, a sua posição política diante da *Life*: ele não pertencia ao mesmo campo ideológico e intelectual que a revista, portanto a sua entrevista não significava uma colaboração, mas “uma incursão em território inimigo”. Além disso, desconfiava de publicações norte-americanas do tipo da *Life* que, em qualquer idioma que aparecesse, serviam à causa do imperialismo estadunidense e, por conseguinte, à causa capitalista. Como também desprestigiava os movimentos que iam contra os interesses ianques, especialmente a Revolução Cubana. Os Estados Unidos haviam compreendido que, para continuarem com sua colonização cultural e econômica na América Latina, eram necessários mecanismos mais sutis, como, por exemplo, “a boa vontade da *Life*.” Bastava dar uma olhada em suas páginas para perceber “o verdadeiro rosto que se ocultava atrás da máscara”. Exemplificou com os números 11 (março) e 17 (junho) de 1968 da revista: no primeiro, constava na capa imagem de soldados vietnamitas e, no seu interior, estava “Jorge Luis Borges que falava longamente e belamente de sua vida e de sua obra; na contracapa, por fim, a revista mostrava a sua verdadeira cara: um anúncio da Coca-cola”. No segundo, “Ho Chi Minh na capa e os cigarros *Chesterfield* na

---

<sup>255</sup> Entrevista concedida a Rita Guibert em Paris, em janeiro de 1968, para a revista *Life*, em espanhol. Disponível em: [www.juliocortazar.com.ar](http://www.juliocortazar.com.ar). Acesso em: 15/05/2006.



contracapa. Simbolicamente, psicologicamente, capitalisticamente, *Life* mostra a sua cara: a capa é a máscara, a contracapa o verdadeiro rosto olhando para a América Latina”.<sup>256</sup>

As perguntas de Rita Guibert giraram em torno do compromisso político de Cortázar, de sua vida, de sua obra e da situação da literatura latino-americana. Cortázar deixou bem claro que sua idéia de socialismo latino-americano “era profundamente crítica”, na medida em que “rechaçava toda postergação da plenitude humana a favor de uma hipotética consolidação, a longo prazo, das estruturas revolucionárias”. Proclamava seu humanismo socialista ao afirmar que o socialismo era o grau mais alto e universal do humanismo. Cortázar não aceitava a alienação de que necessita o capitalismo para alcançar seus fins, e muito menos a “alienação que derivava da obediência aos aparatos burocráticos de qualquer sistema, por mais revolucionário que pretendesse ser”. Acreditava, “como Roger Garaudy e Eduardo Goldsticker, que o fim último do marxismo não poderia ser outro que o de proporcionar ao ser humano os instrumentos para alcançar a liberdade e a dignidade que lhe são consubstanciais”. Tinha plena convicção de que essa compreensão requeria uma visão otimista da história e “contrariava aqueles pessimistas que justificavam e defendiam o capitalismo”. Para Cortázar, o capitalismo era “o paraíso de poucos à custa do purgatório e, quando não muito, do inferno de milhões e milhões de despossuídos”.<sup>257</sup>

No pensamento cortazariano, os homens valiam mais que os sistemas, dessa forma ele entendia que o sistema socialista era o único que poderia projetar o homem até seu “autêntico destino”. Apenas o “socialismo, e não a vaga eternidade anunciada por poetas e pela Igreja, tinha condições de transformar o homem em homem mesmo”. Cortázar rechaçava toda solução baseada no sistema capitalista ou no chamado Estado de Bem-Estar

---

<sup>256</sup> *Ibidem.*

<sup>257</sup> *Ibidem.*

Social, e, por outro lado, rechaçava igualmente “a solução de todo comunismo esclerosado e dogmático”. Por isso possuía a plena convicção de que o “autêntico socialismo” estava ameaçado tanto pelo capitalismo quanto pelo comunismo: “ambos não representam soluções, apenas postergam, cada um a sua maneira e com fins diferentes, o acesso do homem à liberdade e à vida”. A Revolução Cubana era, para Cortázar, a experiência histórica que mais se aproximava do humanismo revolucionário. Segundo ele, “tanto seus dirigentes quanto a imensa maioria do povo aspirava assentar as bases de um marxismo centrado no que, pela falta de um melhor nome”, chamava de “humanismo”. Nesse sentido, o conceito de revolução, para Cortázar, transcendia o plano político. A luta política, o enfrentamento ao “colonialismo econômico”, para usar um termo da época, não excluía a necessidade de outros enfrentamentos, pelo contrário, se constituía em apenas no início de um processo de revalorização da “essência humana”.<sup>258</sup> A sua solidariedade com Cuba havia se baseado nisso e era por isso que ele, mesmo vivendo na Europa, trabalhava para ampliar o âmbito continental da Revolução Cubana.

A Revolução Cubana foi, para Cortázar, a experiência histórica que mais se aproximou do humanismo revolucionário. Segundo ele, “tanto seus dirigentes quanto a imensa maioria do povo aspirava assentar as bases de um marxismo centrado no que, pela falta de um melhor nome, chamava de humanismo”. Cortázar confessou desconhecer outra revolução que tenha contado com o “apoio mais entusiasta de intelectuais e artistas, naturalmente sensíveis a essa tentativa de afirmação e defesa de valores humanos a partir da justiça econômica e social”.<sup>259</sup> Contudo, como veremos mais adiante, em fins da década de

---

<sup>258</sup> SOSNOWSKI, Saúl. Los ensayos de Julio Cortázar: pasos hacia su poética. *Revista Iberoamericana*, n. 84-85, julio-diezembro, de 1973, p. 664.

<sup>259</sup> Entrevista concedida a Rita Guibert em Paris, em janeiro de 1968, para a revista *Life*, em espanhol. Disponível em: [www.juliocortazar.com.ar](http://www.juliocortazar.com.ar). Acesso em: 15/05/2006.

1960, a Revolução Cubana deixou de contar com o “apoio entusiasta” de grande parte da intelectualidade de esquerda, por várias razões: o forte alinhamento de Cuba com a URSS, moldando o modelo cubano ao chamado socialismo realmente existente; as acusações sobre os rumos equivocados da revolução — perseguições, torturas, prisões e censura — e o polêmico “caso Padilla”. Foram, enfim, os dias em que as questões políticas convocavam alianças solidárias e desavenças, proclamações e distanciamentos.

## CAPÍTULO III

### **O *boom* da literatura latino-americana, o exílio e a Revolução Cubana**

O *boom*<sup>260</sup> da literatura latino-americana e o exílio contribuíram sobremaneira para a formação da rede intelectual latino-americana de esquerda reunida em torno de Cuba. Mostraremos a importância da Revolução Cubana para o *boom* da literatura latino-americana e como o *boom* e o exílio intensificaram os laços solidários entre os intelectuais, fortalecendo ainda mais a rede.

#### **3.1 A “grande família” do boom**

O clima político propiciado pela Revolução Cubana teve impacto imediato e decisivo no mundo das letras. Como afirma Saúl Sosnowski, diante de práticas e utopias revolucionárias, foi inevitável uma alta e explícita ideologização do campo literário. Um cenário propício que levou muitos escritores a reforçar a crença no poder transformador da literatura.<sup>261</sup> Como observou Raymond L. Williams, se analisarmos os ensaios, as declarações e os comentários políticos de vários escritores desse período, perceberemos logo de início dois elementos importantes: o primeiro foi que grande parte da comunidade de escritores, ainda dispersa, passou a se reunir em torno de um mesmo programa político

---

<sup>260</sup> A palavra *boom* significa estrondo, crescimento repentino, alta, aumento (de atividade, de negócios), barulho, florescimento, popularidade. C.f *The American Heritage Dictionary*. Second edition. Boston: Houghton Mifflin Company, 1985.

<sup>261</sup> SOSNOWSKI, Saul. La “nueva” novela hispanoamericana: ruptura y “nueva” tradición. In: PIZARRO, Ana (org.). *América Latina: palavra, literatura e cultura*. São Paulo: Memorial; Campinas: UNICAMP, 1995, 3 vol, p. 395.

comum: a Revolução Cubana; segundo, a forma como encaravam a função da literatura baseava-se, em grande medida, no livro de Sartre *Que é a Literatura?*.<sup>262</sup> Contudo, essa politização da arte não significou a adoção do realismo socialista ou uma conduta dogmática, muito pelo contrário, os escritores rejeitaram o realismo russo e abraçaram o realismo fantástico.<sup>263</sup>

Para muitos escritores, o *boom* não foi apenas um fenômeno comercial, mas também a oportunidade de apoiar decididamente as revoluções e os projetos socialistas na América Latina. Nesse período, foram produzidos vários livros de alto valor literário que ganharam projeção internacional. O mítico *boom*, que se traduziu em uma produção bastante original nas letras latino-americanas, em especial dos romances, teve seu limite temporal circunscrito entre a década de 1960 e o início dos anos 70, em torno de escritores como Julio Cortázar, Gabriel García Márquez, Carlos Fuentes, Mario Vargas Llosa, Juan Carlos Onetti, Alejo Carpentier, Miguel Ángel Asturias, José Donoso, entre outros. Autores como Juan Rulfo, Adolfo Bioy Casares, Ernesto Sábato, Alejo Carpentier e Guillermo Cabrera Infante ganharam projeção internacional em seguida. Como expressou Vargas Llosa, os anos do *boom* possibilitaram que a Europa e a própria América Latina descobrissem que o subcontinente dos ditadores e dos mambos era capaz também de produzir literatura. Foram, enfim, anos em que o escritor assumiu a sua condição de latino-

---

<sup>262</sup> WILLIAMS, Raymond L. Literatura y política: las coordenadas de la escritura de Mario Vargas Llosa. In: VARGAS LLOSA, Mario. *Literatura y política*. Madri: Fondo de Cultura Económica de España, 2003, p. 17.

<sup>263</sup> Para Bella Jozef, “o fantástico, como categoria do literário, é um discurso que coloca em discussão a lógica da realidade compreendida como real, acusando as contradições do mundo contemporâneo. [...] Na literatura fantástica não se trata de crer no real para reconhecer o imaginário, mas tomar por imaginário o real que recusamos a assumir. No fantástico, o inconsciente vem à tona (daí a importância do não-dito)”. [...] A narração fantástica se constrói a partir de uma realidade minada e se nutre de uma visão ambígua do real que se transforma num programa de construção literária, dando origem a uma narração problemática [...]. Isso diferencia o realismo mágico da ficção tradicional que refletia a realidade em “seu simplismo épico”. Dessa forma, muitos chamavam a literatura do *boom*, na época, de “nova literatura”. JOZEF, Bella. *A máscara e o enigma*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 2006, p. 215-216

americano, anos de ilusões, amizades e também de fortes doses de irrealidade que não duraram muito.<sup>264</sup>

Quase todos os escritores já vinham publicando seus romances na América Latina e Europa antes do *boom*. Contudo, eram obras que não alcançavam uma difusão massiva e eram conhecidas apenas por um pequeno círculo de leitores. Assim, antes dos anos 60, as obras de Cortázar, Asturias, Onetti ou Borges apenas alcançavam edições de 2.000 exemplares, que permaneciam por longos anos em livrarias sem que se esgotassem. No momento do *boom*, as mesmas obras alcançaram tiragens de 20.000 exemplares anuais e com bastante frequência se esgotavam, o que exigia duas ou três edições ao ano.<sup>265</sup>

Em apenas seis anos, de 1962 a 1968, apareceram obras como *Rayuela*, *Cien años de soledad*, *Sobre héroes y tumbas*, *La ciudad y los perros*, entre outras. Essas obras são completamente distintas entre si, mas na época foram exemplos de uma radical experimentação de formas, estruturas e linguagens, que abriu perspectivas que iam além do realismo tradicional, que, historicamente, era a fórmula mais característica da narrativa latino-americana. O *boom* funcionou como um ímã que concentrou a atenção sobre alguns autores novos e sobre seus mestres e antecessores, criando assim um desenho ou um mapa que possibilitava ler e compreender a literatura latino-americana, especificamente o romance.<sup>266</sup> Para muitos, o que motivou o *boom*, a nível comercial, além da qualidade literária das obras, foi o impulso das editoras (sobretudo européias) e a irrupção da

---

<sup>264</sup> VARGAS LLOSA, Mario. *Diccionario del amante de América Latina*. Barcelona: Paidós, 2006, p. 90. Para Raymond Williams, a partir de 1963 Vargas Llosa “era uma pequena celebridade no mundo hispânico e a partir de 1966 já era famoso no mundo inteiro, como sócio fundador do internacionalmente conhecido *boom*.” WILLIAMS, Raymond L. *Vargas Llosa: otra historia de un deicidio*. Cidade do México: Taurus, 2000, p. 49.

<sup>265</sup> C.f RAMA, Ángel. El *boom* en perspectiva. In: *Signos Literarios*, n. 01, janeiro-junho de 2005, p. 186. Texto publicado originalmente em *Mas allá del boom: literatura y mercado*. Buenos Aires: Folios, 1984.

<sup>266</sup> MIGUEL OVIEDO, José. *Dossier Vargas Llosa*. Lima: Taurus/Santillana, 2007, p. 54-55.

Revolução Cubana, que motivou inúmeros leitores, pelo mundo afora, a conhecer a literatura, a cultura e a história latino-americanas. Como expressou García Márquez:

A grande importância cultural de Cuba na América Latina foi servir como uma espécie de ponte para transmitir um tipo de literatura que existia na América Latina há muitos anos. Em certo sentido, o *boom* da literatura latino-americana nos Estados Unidos foi causado pela Revolução Cubana. Todos os escritores latino-americanos dessa geração já vinham escrevendo há vinte anos, mas as editoras européias e norte-americanas tinham muito pouco interesse neles. Quando a Revolução Cubana começou, houve, subitamente, um grande interesse por Cuba e pela América Latina. A revolução virou um artigo de consumo. A América Latina entrou em moda. Descobriram que existiam romances latino-americanos suficientemente bons para serem traduzidos e equiparados ao resto da literatura mundial.<sup>267</sup>

Para Vargas Llosa, os anos sessenta foram de (re)conhecimento da América Latina, pois o subcontinente passou a figurar no centro da atualidade graças à Revolução Cubana, às guerrilhas e aos mitos que elas puseram em circulação.<sup>268</sup> O escritor cubano Roberto Fernández Retamar afirmou certa vez que o *boom* da literatura latino-americana — cujos beneficiados nem sempre pareciam conscientes disso — era uma conseqüência direta da “Revolução de Fidel Castro e Che Guevara”.<sup>269</sup> Para Cortázar, que tinha uma visão particular sobre o *boom*, esse fenômeno não foi feito pelos editores, o fizeram os leitores e isso para ele “foi um feito revolucionário na América Latina”. Essa foi a “primeira e formidável tomada de consciência coletiva em todo o continente sobre a existência de si mesmo no plano intelectual e literário”. Dessa forma, para Cortázar, o *boom* não foi apenas um fenômeno dos *mass media*, mas estava intimamente ligado ao aumento do número de leitores e ao esforço, em grande medida, dos escritores que viviam fora de seus respectivos países, com meios de vida sumariamente difíceis e trabalhando anonimamente. Como foi o

---

<sup>267</sup> *As históricas entrevistas da Paris Review II*. Seleção Marcos Maffei. São Paulo: Cia. das Letras, 1989, p. 339.

<sup>268</sup> VARGAS LLOSA, Mario. *Diccionario del amante de América Latina*, p. 09.

<sup>269</sup> Diez años de Revolución: el intelectual y la sociedad. *Casa de las Américas*, Havana, n. 56, set./out., 1969, p. 41.

caso de Vargas Llosa, García Márquez e do próprio Cortázar. Este último, em uma entrevista, afirmou que era

[...] muito desgastante ter de repetir aos localistas que os livros responsáveis por aquilo que se chamou de *boom* — palavra idiota, além de tudo inglesa, ironicamente aplicada ao contexto latino-americano — e que determinaram a irrupção de uma nova literatura latino-americana, foram livros escritos por sujeitos que não estavam lá. García Márquez, Vargas Llosa, eu; sem dúvida gente que tinha o que dizer latino-americanamente. A prova foi a reação admirável dos leitores latino-americanos: surgiu na América Latina uma consciência sobre os seus escritores que até então não existia.<sup>270</sup>

Para Cortázar, um dos aspectos positivos do *boom* foi mostrar aos europeus que a América Latina também era um território literário e não apenas um lugar onde se “produzia golpes de estados e domavam-se potros.”<sup>271</sup> Ele também criticou o uso da palavra *boom* por ser de origem inglesa, aplicada ao contexto latino-americano. Contudo, não foi o único a polemizar sobre o uso do termo. Para José Donoso, o vocábulo nada tinha de neutro, pelo contrário, estava carregado de conotações pejorativas, pois *boom* é uma onomatopéia que significa estalido, porém o tempo lhe tem agregado o sentido de falsidade, de erupção que sai do nada e tem curta duração.<sup>272</sup> De forma que o vocábulo, em seu sentido literal, para muitos escritores, não se aplicava à literatura latino-americana da época.

O *boom*, como fenômeno que carregava múltiplos significados, teve seus defensores, seus historiadores, seus polemistas e seus detratores. Em 1983, José Donoso reeditou seu famoso e polêmico *História personal del boom*, publicado primeiramente em 1972 pela Editora Anagrama de Barcelona. A reedição desse livro, onze anos depois, foi sintomática por dois motivos: primeiro porque foi publicado pouco depois de um dos

---

<sup>270</sup> GONZÁLEZ BERMEJO, Ernesto. *Conversas com Cortázar*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002, p. 17.

<sup>271</sup> CORTÁZAR, Julio. *Mi ametralladora es la literatura*. *Crisis*, Buenos Aires, año I, n. 2, junio de 1973, p. 15.

<sup>272</sup> DONOSO, José. *História personal del “boom”*. Barcelona: Seix Barral, 1983, 2 ed. p. 12-13.



escritores mais proeminentes do *boom*, e defensor de Cuba, García Márquez, ser consagrado ao receber o Prêmio Nobel de literatura; segundo, foi reeditado pela Seix Barral, a editora espanhola mais influente na internacionalização do romance hispano-americano na década de 1960, contribuindo, dessa forma, para o fenômeno do *boom*. Na segunda edição, José Donoso acrescentou dois apêndices, um de autoria da esposa, María Pilar Serrano — *El boom doméstico* — e outro de sua autoria, intitulado *Diez años después*. Nesses apêndices, ambos narram, com um tom nostálgico, o que significou o *boom* e, ao mesmo tempo, mostram como ponto culminante desse fenômeno a outorga do Prêmio Nobel de literatura a García Márquez, que representou, simbolicamente, toda a literatura latino-americana. Nesse sentido, para José Donoso, um dos pontos positivos do *boom* foi mostrar ao mundo inteiro a excelência da literatura latino-americana.<sup>273</sup>

No texto de María Pilar Serrano, *El boom doméstico*, encontramos um relato inteligente e divertido dos bastidores do *boom*, por meio de uma perspectiva doméstica e feminina. O texto é recheado de cenas bucólicas e cotidianas da “grande família” do *boom*. Uma narrativa construída para mostrar as relações de amizade entre as famílias dos mais renomados escritores do grupo: Carlos Fuentes, Vargas Llosa, García Márquez e Cortázar. As reuniões “em família” ocorriam sempre que eles podiam. Faziam questão de se reunir no Natal e Ano Novo, sempre na Espanha, onde viviam quase todos os escritores. Segundo relatos de Pilar Serrano, eram “todos muito amigos, realmente como parentes, inclusive as crianças foram apelidadas por alguém como o *mini-boom*”. A última reunião do grupo foi para comemorar o Natal de 1971. Depois desse encontro, ocorreu uma cisão em função dos

---

<sup>273</sup> Apesar de não ser muito preciso quanto ao seu início e final, José Donoso afirmou que o *boom* pode ter se iniciado em 1962 com o *Congreso de Intelectuales de Concepción* e com a publicação de *La ciudad y los perros*, de autoria de Vargas Llosa, pela Seix Barral, e teria terminado por volta de 1972, por vários motivos, entre eles o “caso Padilla” e a dispersão dos intelectuais em torno de Cuba.

acontecimentos do “caso Padilla” e do desentendimento pessoal entre García Márquez e Vargas Llosa.<sup>274</sup> Celebraram essa reunião em um restaurante catalão, *La Fuente de los Pajaritos*. Segundo Pilar Serrano, estavam presentes ela e o marido José Donoso, os García Márquez, os Vargas Llosa e “os primos de Paris: Julio Cortázar com sua companheira da Letônia, muito alta e ruiva, Ugné Karvelis”, diretora da sessão espanhola da Gallimard; e Carlos Fuentes, o “*don-juan* oficial do grupo”, com sua companheira Rita Macedo. Além dos já citados, ironicamente (ou curiosamente), estava presente um “primo latino-americano”, o poeta cubano Carlos Franqui, que vivia no exílio depois de ter sido perseguido pelo regime cubano. Nessa reunião, as conversas giraram em torno da grande tensão entre o governo revolucionário e os intelectuais. Ainda assim, “o ambiente era tívio e o humor cordial e fraterno”.<sup>275</sup>

Os principais escritores do *boom* formavam um grupo coeso que agia conjuntamente, trocando correspondências e indicando textos e obras uns dos outros para publicações. Em carta endereçada a Joaquín Díez Canedo, editor da Sudamericana de Buenos Aires, Cortázar escreveu:

Faz alguns dias que li os originais de uma excelente romance de Mario Vargas, jovem escritor peruano que ganhou faz uns três anos um prêmio na Espanha por seu livro *Los jefes*. Radicado em Paris, Vargas terminou

---

<sup>274</sup> Vargas Llosa e García Márquez se conheceram pessoalmente em 1967, no momento em que o colombiano lançava *Cien años de soledad*, mas ambos conheciam a produção um do outro e trocavam correspondências freqüentemente. A amizade foi reforçada depois desse encontro, tanto que os García Márquez são padrinhos do filho de Vargas Llosa, Gabriel Rodrigo Gonzalo. O nome Gabriel foi dado em homenagem ao compadre García Márquez. As circunstâncias da vida e da política acabaram colocando fim a essa amizade. A partir do “caso Padilla”, a amizade sofreu um abalo, já que Vargas Llosa rompeu com Cuba e passou a ser um dos críticos mais contumazes da Revolução, enquanto que García Márquez permaneceu fiel a Fidel Castro. Contudo, o rompimento drástico ocorreu de fato em 1976. As razões da briga entre eles até hoje são obscuras. Os dois escritores chegaram às vias de fato dentro de um cinema mexicano em 12 de fevereiro de 1976 - Vargas Llosa acertou o colombiano com um soco de direita. Como nenhum dos dois explicou em público o que realmente motivou a briga, sobraram especulações para explicá-la. A que mais circulou na mídia foi que o desentendimento teria ocorrido por ciúmes e acusações de traição e adultério. Em 2007, quando foi publicada a edição comemorativa dos quarenta anos *Cien años de soledad*, Vargas Llosa foi convidado a escrever o prefácio. O convite foi aceito, mas ele preferiu encaminhar um texto que faz parte de seu livro, *García Márquez: história de un deicidio*, publicado por Barral Editores em 1971.

<sup>275</sup> DONOSO, José. *História personal del “boom”*, p. 102-103.

a pouco seu último romance que se intitula *Los impostores* [*La ciudad y los perros*]. Admiravelmente escrita, conta a vida de um grupo de estudantes limenhos em um colégio militar. É um livro de uma violência, de uma força nada comum em nossos países [...]. Como leitor, sugeri a Vargas a eliminação de alguns episódios que me parecem subsidiários e que tiram a força do enredo central. Se o fez, creio que *Los impostores* será um dos melhores romances dos últimos anos (e não penso somente na América Latina).<sup>276</sup>

Como aponta Claudia Gilman, esse grupo, que entendemos formar uma rede, caracterizou-se por organizar uma forte trama de relações pessoais entre escritores e críticos latino-americanos, trama suficientemente poderosa para produzir alianças, divergências e efeitos sobre as modalidades da crítica profissional e, inclusive, sobre as consagrações literárias. Nessa direção, comentou Rodríguez Monegal: “as estrelas de romances como García Márquez e Vargas Llosa ainda não se conheciam, mas já trocavam correspondências. Mario foi um dos promotores mais constantes de *Cien años de soledad*”. O crítico uruguaio dedicou, em 1966, um elogioso e denso artigo a Mario Vargas Llosa e à sua obra – especificamente *La ciudad y los perros* – no qual o colocava como um dos mais ardentes criadores da América e exemplo de escritor completamente dedicado à sua vocação.<sup>277</sup> Em uma reportagem, Carlos Fuentes afirmou que havia ocorrido algo

---

<sup>276</sup> CORTÁZAR, Julio. *Cartas* (1937-1963). Buenos Aires: Alfaguara, 2000, p. 492. Apesar dessa recomendação, o livro *Los impostores* foi publicado pela Seix Barral com o título de *La ciudad y los perros* em 1963. A Sudamericana publicou o romance somente em 1967. De acordo com a página oficial de Vargas Llosa, <http://mvargasllosa.com/Obras.htm>, o livro já recebeu setenta e sete edições pelo mundo todo. No Brasil, traduzido como *Batismo de Fogo*, foi publicado pela editora Círculo do Livro em 1976. Em 2007, a Alfaguara editou o livro em português, mantendo o título original, *A cidade e os cachorros*.

<sup>277</sup> RODRÍGUEZ MONEGAL, Emir. Madurez de Vargas Llosa. *Mundo Nuevo*, n. 3, Paris, setembro de 1966, p. 62-72. Em vários artigos publicados nos anos 60, Rodríguez Monegal, além de tecer vários elogios às obras dos escritores mais renomados do *boom*, traçou também pequenos perfis, no mínimo curiosos, sobre eles, como, por exemplo, Carlos Fuentes e Vargas Llosa. “A personalidade de Carlos Fuentes é quase tão incandescente como seus romances. Moreno e delgado, com um rosto e olhos penetrantes e boca muito sensível, um nariz que a veemência da conversação faz sobressair, as mãos dançando diante do rosto faz transmitir, com seus arabescos, a exatidão daquilo que está falando, com voz sedutora e, ao mesmo tempo, incisiva, o seu discurso possui uma fluidez natural de quem pratica várias línguas modernas. Esses elementos configuram exteriormente uma das personalidades mais vivas e polêmicas das letras latino-americanas de hoje” (*Mundo Nuevo*, n. 1, Julio de 1966, p. 05). Vargas Llosa, por sua vez, foi caracterizado como “moreno e sério, porém com um sorriso de grandes dentes brancos que corta de uma vez a tristeza severa do seu rosto;

extraordinário na vida literária hispano-americana: “todas as figuras proeminentes do *boom* eram amigas entre si”. Além disso, Carlos Fuentes dedicou os livros *La muerte de Artemio Cruz* e *Cambio de piel* para Cortázar, e seu ensaio, *Fortuna lo que ha querido*, para García Márquez, que, por sua vez, em *Cien años de soledad* agradeceu os favores recebidos de vários colegas escritores.<sup>278</sup>

Em uma entrevista realizada em 1967, Vargas Llosa afirmou que existia de fato uma grande amizade entre os escritores do *boom* e que isso era o seu ingrediente mais notável. Confessou que a maior parte dos escritores do *boom* mantinha uma relação pessoal de verdadeira “camaradagem” e que as opiniões literárias desses escritores eram-lhe muito úteis. Contudo, não existia uma homogeneidade no que se referia a critérios estéticos e artísticos, cada um tinha seus próprios temas e técnicas.<sup>279</sup> Efetivamente, segundo Vargas Llosa, o denominador comum entre eles era a vocação literária que manifestavam e o interesse de todos era ser primordialmente escritores, inclusive profissionalmente, diferentemente dos escritores que os antecederam, autores que “escreviam aos domingos, feriados, ao mesmo tempo em que se focavam em outras atividades que, às vezes, prevaleciam sobre a literatura, como a política, os negócios e a profissão.”<sup>280</sup>

Os escritores do *boom* relacionavam-se com pessoas “certas” no mundo da política e das letras. Vargas Llosa e García Márquez, por exemplo, além de manterem relações de amizade com os latino-americanos que viviam ou estavam de passagem por Barcelona, mantinham também boas amizades com os catalães, principalmente com “a famosa *gauche*

---

pausado e preciso ao falar, como se pensasse bem antes de dizer qualquer palavra, ainda que sempre dissesse o que pensava.” (*Mundo Nuevo*, n. 3, set. de 1966, p. 62-72).

<sup>278</sup> FUENTES, Carlos *apud* GILMAN, Claudia. *Entre la pluma e el fusil: debates y dilemas del escritor revolucionario en América Latina*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2003, p. 104-105.

<sup>279</sup> VARGAS LLOSA, Mario. *Entrevistas escogidas*. Seleção, prólogo e notas de Jorge Coagila. Lima: Fondo Editorial Cultura Peruana, 2004, p. 49.

<sup>280</sup> VARGAS LLOSA, Mario *apud* CANO GAVIRIA, Ricardo. *El buitre y el ave fénix, conversaciones con Mario Vargas Llosa*. Barcelona: Editorial Anagrama, 1972, p. 24.

*divine*”. Uma “esquerda divina” que se situava de fato “à esquerda política, porém, às vezes, muito elegante, muito européia e civilizada”, que “lançava moda” e reunia-se à noite “nas profundidades *art nouveau* da boate *Bocaccio*”. Um dos membros mais brilhantes dessa esquerda catalã foi, segundo Pilar Serrano, o poeta-editor Carlos Barral, o criador do Prêmio Biblioteca Breve,<sup>281</sup> concedido pela editora Seix Barral a Vargas Llosa pela obra *La ciudad y los perros*, sem o qual não seria possível que grande parte dos escritores latino-americanos ficassem conhecidos na Europa.<sup>282</sup> Vargas Llosa confessou que foi Carlos Barral quem o apresentou a todos os seus amigos espanhóis dos anos sessenta e que o “inventou como escritor”, pois além de publicar seu primeiro romance lhe concedeu um prêmio literário e o fez ser traduzido em várias línguas.<sup>283</sup>

No texto *Diez años después*, José Donoso fez um balanço acerca do *boom*. Para ele, esse fenômeno foi intensamente marcado por uma “adesão apaixonada” de grande parte dos escritores à Revolução e, conseqüentemente, pelas inúmeras visitas a Cuba a convite da *Casa de las Américas*, que, por sua vez, ajudou a divulgar os autores do *boom*. José Donoso expôs as duas interpretações mais recorrentes sobre a “equação Cuba-escritores-latino-americanos-*boom*”. A primeira interpretação defendia a idéia de que os escritores utilizaram a Revolução Cubana para se tornarem mais famosos, e a outra, contrariamente, afirmava que a Revolução utilizava os escritores, ingênuos politicamente, para fazer propaganda dela em todo o mundo. Apesar de considerar ambas aceitáveis, José Donoso acreditava ser possível que a segunda interpretação fosse a mais ajustada à realidade. Ele

---

<sup>281</sup> DONOSO, José. *História personal del “boom”*, p. 118-119. Julio Cortázar foi jurado do Prêmio Biblioteca Breve e declarou que o concurso lhe deu a oportunidade de conhecer a literatura latino-americana, pois chegou a ler quase 150 trabalhos procedentes da América Latina. Cf. CORTÁZAR, Julio. *Mi ametralladora es la literatura*, p. 13.

<sup>282</sup> DONOSO, José. *História personal del “boom”*, p. 118. Vargas Llosa foi o membro mais jovem do *boom*, tinha apenas 27 anos de idade.

<sup>283</sup> VARGAS LLOSA, Mario. *Diccionario del amante de América Latina*, p. 45.

acertou ao reconhecer o grande esforço das instituições cubanas para buscar a adesão da intelectualidade latino-americana, adesão importante para dar sentimento de unidade a um grupo de escritores responsáveis, a princípio, pelo *boom*.<sup>284</sup> Porém, pecou ao endossar a idéia de que os escritores eram politicamente ingênuos. Nesse contexto, ocorreu aquilo que chamamos de “via de mão dupla”: se, de um lado, a Revolução Cubana ajudou a promover o *boom* da literatura latino-americana e, conseqüentemente, o reconhecimento de vários escritores latino-americanos; de outro lado, o apoio dos escritores mais renomados do *boom* a Cuba foi importante para “legitimar” o processo revolucionário.

A revista *Casa de las Américas*, por exemplo, fez questão de mostrar que o *boom* literário estava estreitamente relacionado com o processo revolucionário cubano. Passou a celebrá-lo em suas páginas, publicando resenhas de obras e artigos de vários autores. No primeiro número da revista (n.º 30) dirigido por Fernández Retamar, foi publicada a discussão de uma mesa-redonda sobre *La ciudad y los perros* de Vargas Llosa. Em seguida, o autor peruano passou a fazer parte do Comitê Editorial da revista. Antes disso, Fernández Retamar havia dedicado seu primeiro grande ensaio publicado na revista a Carlos Fuentes, no número 26 da *Casa*. Enfim, Fernández Retamar ajudou a consagrar o “novo romance latino-americano” e, conseqüentemente, os escritores que o representavam, como Fuentes, Carpentier, Vargas Llosa e Cortázar. Para Fernández Retamar, esses escritores representavam uma “família de escritores latino-americanos” que expressavam em suas obras a *nuestra América*, em referência à concepção de José Martí.<sup>285</sup>

Contudo, como afirma Idalia Morejón Arnaiz, em Cuba a promoção da literatura latino-americana não funcionou da mesma forma que nos países capitalistas, pois na ilha a

---

<sup>284</sup> DONOSO, José. *História personal del “boom”*, p. 147.

<sup>285</sup> C.f *Casa de las Américas*, n.º 26, 1964, e n.º 30, 1965.

“engrenagem autor/editor/público leitor não atuava em função do mercado; as obras não eram promovidas para atingir um nível de vendas elevado; as possibilidades propagandísticas dos meios massivos não eram exploradas”. Para difundir os escritores a *Casa de las Américas* passou a explorar as resenhas dos livros que ela premiava e, de forma intermitente, acompanhou “a difusão internacional do novo romance e da literatura local no mundo”. Segundo Morejón Arnaiz, a *Casa* informou e resenhou o sucesso editorial da literatura-americana de forma contundente até 1966, quando surgiu a revista *Mundo Nuevo*, “cuja razão de ser parecia ser a própria existência do novo romance”. A partir de então, a *Casa* passou a observar o fenômeno do *boom* “com ironia, com desconfiança e com uma certa agressividade”.<sup>286</sup>

O *boom* para José Donoso não foi meramente um fenômeno mercadológico, nem trouxe fama e riqueza imediata para a maioria dos escritores. No início dos anos 60, Vargas Llosa, García Márquez e Cortázar eram quase desconhecidos e ainda marginalizados. O êxito para Vargas Llosa veio com a publicação de *La ciudad y los perros* (1962), mas ainda assim teve que continuar trabalhando “para a Radio-Televisão francesa, em Paris. E mais tarde, quando com sua mulher e dois filhos pequenos, mudou-se para Londres, para ensinar na Universidade da capital inglesa”, viveu em circunstâncias muito difíceis. Cortázar, mesmo com a publicação de *Rayuela* (1963) e seu trabalho como tradutor na UNESCO, ainda era pouco conhecido nos círculos literários. Sua relativa “fama

---

<sup>286</sup> MOREJÓN ARNAIZ, Idalia. *Política e polêmica na América Latina: Casa de las Américas e Mundo Nuevo*, p. 43 e 255. Como já mostramos no capítulo I, a revista *Mundo Nuevo* foi criada em 1966 por Emir Rodríguez Monegal, e defendia, ao contrário da revista *Casa*, a “autonomia do literário diante do político” e se “organizava em torno do eixo cosmopolitismo”. Essa revista foi editada até 1971 e, no início, era exclusivamente preparada em Paris. Idalia Morejón Arnaiz mostrou em sua tese as polêmicas entre as duas revistas. Segundo a autora, a *Casa de las Américas* fazia questão de divulgar em suas páginas que os “livros de Che Guevara apareciam entre os mais vendidos nas livrarias mexicanas, portenhas e parisienses. Sua *Obra Revolucionária* encabeçava em 1968 as listas de vendas no México, junto às criações de Miguel Ángel Asturias, Cortázar, Carlos Fuentes e García Márquez”.

internacional”, devia-se mais ao êxito popular da película *Blow Up*, baseada em seu conto *Las babas del diablo*, adaptado para o cinema pelo renomado diretor italiano Michel Ángel Antonioni, do que à sua obra publicada até então.<sup>287</sup>

Para Donoso, o momento definitivo do *boom* latino-americano foi alcançado com a publicação de *Cien años de soledad* de García Márquez, em 1967. Um livro que rendeu ao escritor êxito de crítica, público e venda em quase todos os países onde foi publicado. Nos Estados Unidos, figurou entre os *best-sellers*, apesar da crítica do *Times* ter se referido ao livro como aquele que “todos falam, porém nem todos lêem”. Para Donoso, isso era explicável, pois suas tiragens nos Estados Unidos eram fabulosas para um latino-americano, porém não poderiam ser comparadas com as de um Leon Uris ou um Mario Puzo, os que, sim, todos liam.<sup>288</sup> Em entrevista concedida à *Casa de las Américas*, em 1971, o escritor uruguaio Mario Benedetti também subestimou a posição dos autores do *boom* ao afirmar que, tendo vivido na Europa, teve a oportunidade de comprovar que eles eram “apresentados praticamente como autores de segunda categoria: seus livros apareciam em pleno verão, quando nem a atenção do público nem as páginas literárias” eram “as melhores” e, além do mais, “a promoção que se dava a essas obras era francamente inferior a dos autores europeus”.<sup>289</sup>

No artigo *La rentabilidad del talento* (1968), Mario Benedetti afirmou que em termos mais superficiais, o *boom* significou fama, traduções, elogios da crítica, viagens, prêmios, adaptações cinematográficas e a conseguinte possibilidade (“tão insólita para o escritor latino-americano”) de viver de sua arte. Ao mesmo tempo, adverte os leitores dos riscos de se incorrer em perigosas simplificações. Era necessário, segundo Mario Benedetti,

---

<sup>287</sup> DONOSO, José. *História personal del “boom”*, p. 36, 53, 54.

<sup>288</sup> *Ibidem*, p. 36, 53, 54.

<sup>289</sup> Entrevista con Mario Benedetti. *Casa de las Américas*, n. 65-66, março-junho, 1971, p. 154.



compreender que nem todos os escritores do *boom* se sentiam confortáveis em serem incluídos nele, como foi, por exemplo, o caso de Cortázar. Por outro lado, havia aqueles que se desesperavam por serem “boomizados”. Para comprovar, Mario Benedetti forneceu seu próprio testemunho:

Em Paris, existe um café-restaurant, *La Coupole*, onde à noite circulam editores, tradutores, autores, críticos etc. Quando vivi em Paris durante um ano, freqüentei duas vezes esse lugar, porém foi o suficiente. Confesso que não pude evitar certa **vergonha** ao ver tantos intelectuais latino-americanos [...], sempre provincianamente deslumbrados, mariposarem de mesa em mesa, sorrir, adular, festejar, como se fossem etapas de uma operação maior que consistia em avançar na interminável fila para a edição européia [...]. No entanto, nem todos os mariposadores ingressaram no *boom*. Em primeiro lugar, porque nem todos tinham talento suficiente, o que era condição *sine qua non*; em segundo lugar, porque o aparato publicitário e editorial decidiu aplicar a esse fenômeno leis semelhantes às de um clube **exclusivo**.<sup>290</sup>

O tom ácido com que Mario Benedetti se refere ao *boom* pode também ser percebido em outros trechos do artigo. Quando, por exemplo, afirma que o *boom* foi “uma ampliação internacional da máfia mexicana”. Mario Benedetti chamou de “máfia” foram as relações de proximidade entre os escritores mais renomados do *boom*. Amizade que se traduzia na autopromoção do grupo: escreviam uns sobre os outros e mantinham uma frente unida que não aceitava críticas nem inquirições. Ele não afirmou explicitamente, mas podemos deduzir que o líder da então “máfia mexicana” fosse Carlos Fuentes. Na primeira edição de *História personal del boom* (1972), José Donoso, sem citar Mario Benedetti, sustentou que aqueles que nomeavam ironicamente o *boom* de máfia, eram os que “se sentiam excluídos”.<sup>291</sup>

As críticas que Mario Benedetti fez ao *boom* podem ser compreendidas mais em função dos nomes que compunham o fenômeno do que em função do sentimento de

---

<sup>290</sup> BENEDETTI, Mario. La rentabilidad del talento. In: *Subdesarrollo y letras de osadía*. Madrid: Alianza Editorial, 1997, p. 26. Grifos no original.

<sup>291</sup> DONOSO, José. *História personal del “boom”*, p. 56.

exclusão que por ventura tivesse. Mario Benedetti chamou a atenção para a ausência de escritores que considerava referências, mas que não participavam “dessa promoção publicitária” chamada de *boom*. Escritores como Juan Rulfo, Juan Carlos Onetti, José María Arguedas, Augusto Roa Bastos, Marta Traba, entre outros. Contudo, o que de fato incomodava Mario Benedetti, grande defensor e partícipe da Revolução Cubana, era a inclusão dos autores cubanos Severo Sarduy e Guillermo Cabrera Infante nas listas do *boom*, ainda que, às vezes, na segunda fila. Nesse período, ambos estavam exilados e haviam rompido definitivamente com o regime cubano. Mario Benedetti, ao definir a presença dos dois no *boom*, expressou-se da seguinte forma:

[...] escritores cubanos no exílio, tais como Cabrera Infante e Severo Sarduy, que a pouco se apartaram da Revolução Cubana, encontraram forte apoio em revistas, direta ou indiretamente vinculadas ao Congresso pela Liberdade da Cultura, organismo, como se sabe, financiado em algumas etapas pela CIA e em outras pela Fundação Ford. **Ambos os escritores que participam do boom [...] são narradores de bom nível, porém quem seria honestamente capaz de antepô-los, em uma estrita escala de valores, a criadores fora boom, como Rulfo ou Onetti? Quem seria capaz de antepô-los a um criador como Alejo Carpentier, cubano como eles, porém revolucionário (reside em Paris, mas ocupando um alto cargo na Embaixada cubana) e, de modo geral, ignorado pelos agentes publicitários do boom?**<sup>292</sup>

Para alguns críticos literários e escritores, o *boom* reduziu a literatura latino-americana a umas poucas figuras do gênero narrativo sobre as quais concentraram-se os holofotes, ignorando, dessa forma, outros escritores que acabaram ficando à margem ou na segunda fila. O *boom* foi visto, nesse contexto, como uma terminologia do *marketing* norte-americano para designar uma alta brusca nas vendas de um determinado produto nas sociedades de consumo. O editor Carlos Barral, ao ser questionado sobre os nomes que integravam o *boom*, respondeu: “Bom, penso claramente em Cortázar, penso em Vargas Llosa, penso em García Márquez, penso em Fuentes e penso em Donoso: os demais seriam

---

<sup>292</sup> *Ibidem*, p. 28. Grifos nossos.

como uma segunda fila, não?”<sup>293</sup> O crítico uruguaio Ángel Rama contestou essa posição, ou melhor, essa “segunda fila”, pois quem a encabeçava era Jorge Luis Borges — “o mais audaz renovador da narrativa latino-americana” — e depois dele estavam praticamente todos os escritores do subcontinente. Para Rama, isso levou muitos críticos a definirem o *boom* como um dos clubes mais exclusivistas que já criados na história cultural da América Latina, um clube que tendia a reduzir-se, a princípio, a cinco figuras.<sup>294</sup>

Para Ángel Rama, o fenômeno do *boom* ocorreu devido à excelência das obras literárias e à repentina curiosidade sobre a América Latina despertada pela Revolução Cubana. Nesse sentido, podemos também agregar a análise de Emir Rodríguez Monegal, para quem a emergência súbita do novo romance hispano-americano nas letras européias e norte-americanas estava indubitavelmente vinculada aos acontecimentos políticos mais destacados da década de 1960, como a presença cada vez maior dos países do Terceiro Mundo na consciência do Ocidente, o impacto da Revolução Cubana e as atividades de guerrilhas urbanas, em particular na América Latina. Contudo, alertou que o *boom* não poderia ser compreendido apenas como consequência cultural de uma revolução política, pois poderia levar à conclusão de que a literatura estava determinada exclusivamente pelas mudanças ocorridas na sociedade. Tanto Rama quanto Rodríguez Monegal concordaram que o *boom* teve também suas raízes na expansão das editoras hispano-americanas durante os anos sessenta e na política promocional de certos periódicos de grande circulação.<sup>295</sup>

---

<sup>293</sup> BARRAL, Carlos *apud* RAMA, Ángel. El *boom* en perspectiva. In: *Signos Literarios*, n. 01, janeiro-junho de 2005, p. 186.

<sup>294</sup> *Ibidem*, p. 187.

<sup>295</sup> Cf. RODRÍGUEZ MONEGAL, Emir. Una escritura revolucionária. *Revista Iberoamericana*, v. 37, n° 76-77, julio-diciembre, 1971, p. 497-506. Para Ángel Rama, “o editores que propiciaram o surgimento da nova narrativa foram em sua maioria casas oficiais ou pequenas empresas privadas que se definiam como culturais para distinguí-las das empresas estritamente comerciais”. Para enumerarmos parcialmente essas editoras da década de sessenta podemos citar Losada, Emecé, Sudamericana, Compañía General Fabril Editora, em Buenos Aires; Fondo de Cultura Económica, Era e Joaquín Mortiz, no México; Nascimento e Zig-Zag, no

Em artigo publicado em 1966, Rodríguez Monegal apresentou uma lista, na qual estavam os representantes da “vanguarda de um vasto movimento literário”, também chamado de *boom*, que estava “produzindo incalculável impacto no mundo”. Na lista estavam os nomes de Carlos Fuentes, José Donoso, García Márquez, Cabrera Infante, Cortázar, Juan Rulfo e Carlos Martínez Moreno — novato até então nas famosas listas do *boom*). Esses “narradores” recentemente revelados haviam rompido de uma vez por todas com o “realismo documental”, “com a novela telúrica”, com a “denúncia social de tipo panfletário” e com a divisão “maniqueísta do mundo em personagens bons e maus”.<sup>296</sup> Rodríguez Monegal agregou ao *boom* a responsabilidade social do escritor ao afirmar, em 1971, que os escritores deveriam profetizar ou anunciar a formação de um “novo homem” por meio das obras literárias:

Os novos romancistas combinam [...] uma sensibilidade aguda para todo o político e o social, com uma notável sutileza narrativa, um compromisso pessoal com uma imaginação que lhes permite assediar outras dimensões transcendentais da realidade. Uma nova concepção do homem está emergindo do caos [...]. Os novos romancistas são (queiram ou não) os profetas deste novo homem.<sup>297</sup>

Os romances do *boom*, ainda na perspectiva de Rodríguez Monegal, demonstravam a vitalidade inesperada da América Latina, marcada, de um lado, desde as suas origens, pela destruição, morte, opressão, injustiça e pelo espólio sistemático de suas riquezas; e, de outro, pelo nascimento de “fabulosas utopias”, pelo espírito revolucionário incessante e

---

Chile; Alfa e Arca, no Uruguai; Monte Ávila, em Caracas; Seix Barral, Lúmen, Anagrama, em Barcelona. As editoras que tiveram papel central na divulgação da literatura latino-americana foram Fabril Editora, Sudamericana, Losada, Fondo de Cultura, Seix Barral e Joaquín Mortiz. No final da década de setenta, ocorreu uma “assombrosa transformação do mercado editorial. As editoras culturais entraram em crise e em seu lugar emergiram robustamente as multinacionais do livro, mediante a aquisição daquelas arruinadas, ao desenvolvimento de sistemas de vendas massivas em domicílio e as vendas de séries populares nos supermercados”. RAMA, Ángel. *El boom* en perspectiva. In: *Signos Literarios*, n. 01, janeiro-junho de 2005, p. 186.

<sup>296</sup> RODRÍGUEZ MONEGAL, Emir. Madurez de Vargas Llosa. *Mundo Nuevo*, n. 3, Paris, setembro de 1966, p. 62-72.

<sup>297</sup> *Ibidem*, p. 499.

pelo esplendor da língua que tinha vocação universal. Enfim, a literatura do *boom* expressava toda a vitalidade da América Hispânica inculcada na vitalidade de um povo de múltiplas origens, criador de uma “mestiçagem cultural que se centrava no Novo Mundo, mas que se projetava radicalmente fora”. Dessa forma, para Rodríguez Monegal, o *boom* permitiu que a literatura hispano-americana chegasse à maturidade. Essa literatura produziu “escritores verdadeiramente revolucionários”, “revolucionários no sentido mais estrito da palavra”. O autor argumentou que

até mesmo os escritores que nunca irão tomar em suas mãos a metralhadora ou o coquetel *Molotov*, não deixam de tomar a palavra e de usá-la com letal eficácia. Neles, o idioma deixa de ser o que foi durante muito tempo, um luxo de poucos, vigiado zelosamente por aqueles que acreditavam ser seus donos, por terem nascido em algum lugar privilegiado do mundo, para converter-se numa caudalosa expressão de um continente inteiro: uma babel de vozes hispânicas que modulam a voz única da língua.<sup>298</sup>

Apesar de excluir a literatura de língua portuguesa dessa grande celebração da “nova literatura” na América Latina, Rodríguez Monegal mostrou uma questão central que estava colocada no seio do *boom*, ou seja, o *boom* foi muito além de um mero fenômeno mercadológico, pois representou, de certo modo, o fim da marginalização da literatura latino-americana e sua instalação, mesmo que lenta, no centro das letras daquele período. Alguns dados expressaram essa mudança. Em 1961, Borges recebeu o Prêmio Formentor, outorgado pelo Congresso Internacional de Editores. Na Espanha, ao longo da década de 1960, o êxito do romance hispano-americano foi grande. O Prêmio Biblioteca Breve, concedido pela Seix-Barral, foi outorgado a vários romancistas: em 1962, como já mencionamos, foi concedido a Vargas Llosa por *La ciudad y los perros*; em 1963, ao mexicano Vicente Leñero por *Los albañiles*; em 1964, ao cubano Guillermo Cabrera Infante por *Tres tristes tigres*; em 1967, ao mexicano Carlos Fuentes por *Cambio de piel*;

---

<sup>298</sup> *Ibidem*, p. 502-503.

em 1968 ao venezuelano Adriano González Leon, por *País portátil*; em 1969, ao chileno José Donoso por *El obscuro pájaro de la noche*. Além disso, em 1967, o Prêmio Nobel de Literatura foi outorgado ao guatemalteco Miguel Ángel Asturias. Na Itália, *Sobre héroes y tumbas* de Ernesto Sábato tornou-se *best-seller* e, nos Estados Unidos, viu-se o êxito de *Cien años de soledad*.

### 3.2. O êxito de *Cien años de soledad*, os escritores e o boom

*La fabulosa acogida, sin igual en América, para sus Cien años, situó en el restricto parnaso y detrás suyo no se produjo ninguna nueva incorporación de pleno derecho y con asiento en propiedad. Fue ese libro el que dio contextura al aún fluyente e indeciso boom, le otorgó forma y en cierto modo lo congeló como para comenzar a extinguirse.*

Ángel Rama

É fato que *Cien años de soledad* (1967) é um livro consagrado pelo público e pela crítica especializada. É um livro coroado de êxitos pelo seu valor literário. Vendeu milhares de exemplares e recebeu traduções no mundo inteiro.<sup>299</sup> Por essas razões ele é sempre citado como o grande responsável pelo sucesso da literatura latino-americana na Europa e nos Estados Unidos naquela época. Contudo, é pertinente destacar que a consagração desse livro se deve, em grande medida, ao papel da rede intelectual latino-americana de esquerda que vinha se formando desde 1960. Nesse sentido, segundo Claudia

---

<sup>299</sup> Segundo Ángel Rama, o ponto alto da produção editorial do período foi *Cien años de soledad*, publicado em 1967, com uma tiragem inicial de 25.000 exemplares. De 1968 ao final dos anos 70, *Cien años de soledad* vendeu em média 100.000 exemplares, o que significou uma revolução nas vendas de romance no continente. RAMA, Ángel. El boom en perspectiva. In: *Signos Literarios*, n. 01, janeiro-junho de 2005, p. 190.

Gilman, o êxito de *Cien años de soledad* explica-se pelo “fenômeno de consagração horizontal mais importante que se teve notícia na América Latina”.<sup>300</sup>

Em 1961, García Márquez mudou-se com a família para o México para dedicar-se ao cinema como roteirista e buscar um cenário literário de alcance continental. Em companhia de Carlos Fuentes escreveu o seu primeiro roteiro cinematográfico, *El gallo de oro*, baseado em um conto de Juan Rulfo. Além disso, dedicou-se à atividade jornalística, à direção de revistas<sup>301</sup> e a escrever crônicas e contos. Um trabalho árduo, que, segundo consta, era necessário naqueles anos de penúria. No final de 1961, ganhou o Prêmio Esso de Romance pelos originais de *La mala hora*. Contudo, o prêmio não foi suficiente para difundir o livro nem para tirá-lo das dificuldades financeiras. Além do mais, o livro ganhou uma edição madrilenha, pela Gráfica Luis Pérez, que não agradou a García Márquez. Em 1962, publicou no México *Los funerales de la Mama Grande*, que também não teve grande alcance editorial, nem financeiro. As coisas começaram a mudar a partir de 1965. Nesse ano, ele se tornou uma referência como roteirista e jornalista, passou a ser conhecido nos círculos literários mexicanos e seus livros começaram a ganhar notoriedade em vários países latino-americanos. Os dias de dificuldades financeiras foram substituídos por prosperidade, mas o cinema e o jornalismo haviam esgotado o escritor, que dizia aos amigos “reiteradamente naquela época que não tornaria a escrever, que não tinha mais nada a dizer. Confessou a Plínio Mendonza, numa de suas freqüentes cartas na época, que

---

<sup>300</sup> GILMAN, Claudia. *Entre la pluma y el fusil*, p. 96.

<sup>301</sup> Durante dois anos, García Márquez foi responsável pela publicação de duas revistas: *La familia* e *Sucesos*. A primeira era uma revista para senhoras, que trazia em suas páginas conselhos matrimoniais, receitas de cozinha etc.; a outra, era especializada em crimes e episódios sensacionalistas.

engolia ‘tranqüilizantes untados no pão, como se fosse manteiga’”.<sup>302</sup> Foi nesse contexto, brevemente resumido, que García Márquez começou a escrever *Cien años de soledad*.

Ainda em 1964, Rama encontrou com García Márquez no México. Nessa oportunidade, o colombiano disse ao uruguaio do seu desafortunamento em relação à difusão de suas obras na América Latina. Foi quando Rama se propôs a ajudá-lo realizando uma campanha no sul do continente para difundir melhor o escritor e seus livros. O primeiro gesto foi a publicação da terceira edição de *La hojarasca* no editorial Arca. Em seguida, apresentou García Márquez aos uruguaiois utilizando como veículo o periódico *Marcha*, no qual escreveu que o colombiano era “um dos narradores da primeira fila da atual geração de latino-americanos”. Também o elogiou em sucessivas notas, nas quais ressaltava a sua americanidade e o apresentava como o principal renovador da narrativa latino-americana.<sup>303</sup>

Acrescente-se a isso, o encontro de García Márquez, em meados de 1965, no México, com o ensaísta e escritor chileno, Luis Harss. Naquele momento, Harss percorria a América Latina entrevistando os nove escritores que ele considerava canônicos na nova literatura, com o objetivo de escrever um livro.<sup>304</sup> Os canônicos eram Borges, Ángel Asturias, Alejo Carpentier, Guimarães Rosa; Carlos Onetti; Cortázar, Juan Rulfo, Carlos Fuentes e Vargas Llosa. Durante a entrevista com Carlos Fuentes, Luis Harss foi informado de que deveria prestar atenção a um jovem escritor colombiano de nome Gabriel García Márquez, pouco conhecido, mas que já era um escritor com uma obra de envergadura e um narrador de dimensão latino-americana. A entrevista com García Márquez ocorreu pouco

---

<sup>302</sup> SALDÍVAR, Dasso. *Gabriel García Márquez: viagem à semente*. Rio de Janeiro: Record, 2000, p. 381-383.

<sup>303</sup> C.f GILMAN, Claudia. *Entre la pluma y el fusil*, p. 99.

<sup>304</sup> O livro de Luis Harss, intitulado *Los nuestros*, foi publicado pela Sudamericana de Buenos Aires em 1966. O livro teve ampla repercussão no mundo das letras e ganhou edição em inglês em 1967, com o título de *Into the mainstream: conversations with Latin-American Writers*. Nova Iorque: Harper and Row.



tempo depois, na qual ele relatou com profundidade sua vida e obra, passando a figurar entre os nove canônicos, que, a partir de então, passaram a ser dez. Contudo, não disse nada sobre o romance que já escrevia, *Cien años de soledad*. Isso foi feito em uma carta endereçada a Luis Harss pouco tempo depois.<sup>305</sup>

Nesse período, a ajuda e o estímulo sempre providenciais de Carlos Fuentes a García Márquez foram exemplares. Em conferência sobre seu romance recém-lançado, *Cambio de piel*, homenageou seus amigos escritores, dentre eles García Márquez, “a quem me ligam tanto nossos rituais dominicais quanto minha admiração pela sua antiga sabedoria de aedo de Aracataca”. Foi por intermédio de Fuentes que o colombiano conheceu o crítico mais influente do México naquela época, Emmanuel Carballo, que acompanhou de perto a escrita de *Cien años de soledad*, lendo cada capítulo que lhe era entregue. Antes mesmo do término do livro, o crítico literário convidou o criador de Macondo para fazer parte do projeto Voz Viva da América Latina, um disco com a voz de García Márquez narrando fragmentos do romance. Carballo ficou encarregado de fazer a introdução, uma espécie de ensaio em viva-voz.<sup>306</sup> Em 1966, García Márquez enviou para Fuentes, que estava na Europa, os três primeiros capítulos de *Cien años de soledad*. Não tardou para que o escritor mexicano escrevesse um artigo tecendo vários elogios ao livro na revista mexicana *Siempre!*:

Acabo de ler as primeiras setenta e cinco quartilhas de *Cien años de soledad*. São absolutamente magistrais... Toda a história “fictícia” coexiste com a história “real”, o sonho com a realidade, e graças às lendas, às invenções, ao exagero, aos mitos... Macondo converte-se em um território universal, em uma história quase bíblica das fundações e gerações [...].<sup>307</sup>

---

<sup>305</sup> SALDÍVAR, Dasso. *Gabriel García Márquez: viagem à semente*, p. 386.

<sup>306</sup> *Ibidem*, p. 388-398.

<sup>307</sup> FUENTES, Carlos *apud* VARGAS LLOSA, Mario. *García Márquez: história de un deicidio*, p. 78.

Pouco tempo depois, Carlos Fuentes enviou para Cortázar as primeiras 80 páginas de *Cien años de soledad*. Cortázar leu com grande entusiasmo e em carta endereçada a Francisco Porrúa, elogiou a editora Sudamericana pela decisão de publicar o livro de García Márquez, que possuía uma “prosa tão viva, tão *caliente* e tão fabulosamente inventiva”. Aproveitou o ensejo para recomendar a publicação do livro *Cambio de piel*, de Fuentes.<sup>308</sup> Como se não bastasse, Fuentes também enviou o segundo capítulo de *Cien años de soledad* para que Rodríguez Monegal o publicasse na revista *Mundo Nuevo* em março de 1967, com o título de *El insomnio en Macondo*. Porém, antes disso, parte da obra já havia sido publicada por amigos de García Márquez no *El Espectador* de Bogotá. Além dessas duas publicações, fragmentos do romance foram divulgados em outros importantes periódicos, como na revista *Amaru*, de Lima, que, além de trechos inéditos, publicou também uma crítica elogiosa na qual se lia: “a fama já ilumina esse notável jovem escritor e acredita-se que ele possa ser um dos grandes romancistas latino-americanos surgidos nos últimos dez anos”. Em *Marcha*, foram publicados trechos da obra com o título *Diluvio en Macondo*, acompanhados de um comentário que se referia ao romance como o mais esperado do ano. Apareceram também fragmentos do romance nas revistas *Eco*, de Bogotá, e *Diálogos*, do México. Enfim, tudo isso criou uma imensa expectativa em torno do livro. Na verdade, como afirmou Vargas Llosa, a sua consagração começou antes mesmo de seu lançamento.<sup>309</sup>

No semanário portenho *Primera Plana*, junto aos fragmentos da obra intitulados *La muerte de Buendía*, vinha uma entrevista exclusiva com a foto colorida do escritor de *Cien años de soledad* na capa. Tudo isso gerenciado pelo editor do livro Paco Porrúa e pelo

---

<sup>308</sup> CORTÁZAR, Julio. *Cartas* (1937-1963), p. 1072.

<sup>309</sup> C.f VARGAS LLOSA, Mario. *García Márquez: história de un deicidio*; SALDÍVAR, Dasso. *Gabriel García Márquez: viagem à semente*; GILMAN, Claudia. *Entre la pluma y el fusil*.

redator chefe do semanário, Tomás Eloy Martínez. A intenção era fazer com que a revista chegasse às ruas quando o livro já estivesse há uma semana nas livrarias. Contudo, houve um atraso na edição da revista, e ela acabou sendo publicada quando saía a segunda edição do livro. A primeira edição de oito mil exemplares de *Cien años de soledad* — pela editora Sudamericana de Buenos Aires — esgotou-se em quinze dias. O lançamento do livro foi acompanhado de grandes elogios, de Vargas Llosa a Cortázar. Para o primeiro, García Márquez transformara-se no “Amadís da América”; para o segundo, ele possuía a “imaginação mais potencialmente criadora da América Latina”. Mas na época, foi Vargas Llosa quem potencialmente definiu e consagrou o livro:

A aparição de *Cien años de soledad* [...] constitui-se em um acontecimento literário até então nunca visto: com sua presença luciferina esse romance tem o mérito pouco comum de ser, simultaneamente, tradicional e moderno, americano e universal, volatiliza as lúgubres afirmações segundo as quais o romance é um gênero esgotado e em processo de extinção. Além de escrever um livro admirável, García Márquez [...] conseguiu restaurar uma filiação narrativa interrompida há séculos, ressuscitando a noção ampla, generosa e magnífica do realismo literário que remonta ao gênero romancista da Idade Média. Graças a *Cien años de soledad* se consolida mais firmemente o prestígio alcançado pelo romance latino-americano nos últimos anos [...].<sup>310</sup>

Era como se *Cien años de soledad* fosse a novela definitiva do continente. O êxito de vendas desse livro se deve, em grande medida, à existência dessa rede de escritores que queriam tornar a literatura latino-americana (re)conhecida dentro e fora do subcontinente.

---

<sup>310</sup> VARGAS LLOSA, Mario. *Diccionario del amante de América Latina*, p. 173.

### 3.3. O exílio, o *boom* e os intelectuais

*La distancia fué la condición del descubrimiento*

Octavio Paz

O exílio sempre foi uma tradição na cultura latino-americana, afirmou Ángel Rama. A palavra exílio “tem um matiz precário e temporário: parece aludir a uma situação anormal, transitória, algo assim como um parêntese que se fecha com o retorno às origens”. Os exílios criam e intensificam redes de comunicação entre intelectuais e ampliam o conhecimento das singularidades de cada região. A história da América Latina tem sido, desde o século XIX, marcada pelo exílio, seja ele forçado ou voluntário, seja para países do Continente Americano ou para a Europa. Grandes figuras do século XIX ilustraram essa tradição: Sarmiento, no Chile; Montalvo, na Colômbia e na França; José Martí, na América Central e Estados Unidos. No século XX — o século do exílio —, continuaram a tradição Octavio Paz, Julio Cortázar, Pablo Neruda, Vargas Llosa, García Márquez, Ferreira Gullar, Guillermo Cabrera Infante, Severo Sarduy e tantos outros.<sup>311</sup>

Em 1958, depois que se licenciou na Universidade San Marcos e ganhou uma bolsa para fazer doutorado em Letras em Madri, Vargas Llosa foi para a Europa, iniciando sua vida de auto-exilado que durou aproximadamente dezesseis anos, com breves estadias no Peru. Após obter o título de doutorado em Madri, foi morar em Paris, onde passou, inicialmente, por várias dificuldades financeiras, morando modestamente em vários bairros da capital francesa, e permanecendo ali entre 1960 e 1966. Nesse período, ministrou aulas de espanhol na Berlitz School e trabalhou no sistema de Rádio e Televisão Francesa, onde

---

<sup>311</sup> RAMA, Ángel. La riesgosa navegación del escritor exilado. *Nueva Sociedad*, Buenos Aires, n. 35, março-abril, 1978, p. 95-105.

realizou entrevistas com vários escritores latino-americanos, entre eles Cortázar, Carpentier, Asturias, Borges, Fuentes etc.<sup>312</sup> Foi também em Paris que Vargas Llosa teve uma de suas experiências literárias mais ricas: o encontro com *Madame Bovary* de Flaubert.<sup>313</sup>

Segundo Vargas Llosa, na década de sessenta o exílio era visto por muitos como algo positivo para a criação intelectual, na medida em que ele provocava um distanciamento em relação a seu território de origem, possibilitando uma reflexão mais objetiva, abrangente e acurada da realidade de seu país. Ele afirmou ter descoberto, nos anos sessenta, assim como Cortázar, a América Latina em Paris, isto é, deixou de pensar a América Latina como um “arquipélago de países poucos relacionados entre si” para compreendê-la como uma “comunidade cultural”:

Meu descobrimento da América Latina nesses anos capitulou-me a ler seus poetas, historiadores e romancistas, a interessar-me por seu passado e seu presente, a viajar por todos os seus países e a viver seus problemas e suas lutas políticas como se fossem meus. Desde então comecei a sentir-me, antes de tudo, um latino-americano.<sup>314</sup>

Paris, nos anos sessenta, converteu-se, nas palavras de Octavio Paz, na capital da literatura latino-americana. Segundo Vargas Llosa, a maioria dos escritores mais importantes do subcontinente havia vivido, vivia ou passava por Paris ou então terminavam

---

<sup>312</sup> Vargas Llosa conheceu Cortázar em 1958, durante uma rápida estadia em Paris, e desde então se tornaram amigos. Amizade que nem mesmo as diferenças políticas em anos posteriores conseguiram abalar. Vargas Llosa conheceu pessoalmente Carlos Fuentes em 1962.

<sup>313</sup> C.f WILLIAMS, L. Raymond. *Vargas Llosa: otra historia de un deicidio*. Cidade do México: Taurus, 2000. Em fins de 1966, Vargas Llosa mudou-se com sua família para Londres. Na capital inglesa, lecionou no *Queen Mary College* da Universidade de Londres e enviava artigos para serem publicados em revistas hispano-americanas. Como fez com o artigo “Visita a Karl Marx”, publicado na revista *Caretas* em 1966, no qual relatou a experiência de percorrer o bairro de *Soho en Dean Street*, onde, empobrecido, viveu Karl Marx com sua família por vários anos. Vargas Llosa, segundo Raymond Williams, utilizou sua experiência em Londres para refletir sobre a relação entre o escritor e sua vida econômica e estabelecer paralelos entre sua vida em Paris nos anos sessenta, quando escreveu seus melhores romances nas piores condições econômicas, como a vida de Marx em Londres nos anos 50 do século XIX. Para Raymond Williams, se seus modelos de novelista foi Flaubert e Faulkner, um de seus modelos de disciplina espartana foi Marx.

<sup>314</sup> VARGAS LLOSA, Mario. *Diccionario del amante de América Latina*, p. 09.

sendo descobertos, traduzidos e promovidos na França. Isso levou os latino-americanos a reconhecerem e lerem seus próprios escritores, como aconteceu com ele: “descobriu”, em grande medida, a literatura latino-americana em Paris.<sup>315</sup> Nessa mesma linha, Rodríguez Monegal defendeu a idéia de que muitos escritores necessitavam do exílio para olhar com uma certa perspectiva o seu próprio mundo.<sup>316</sup> García Márquez afirmou certa vez que aprendeu a conhecer o continente americano em Paris, pelo grande número de exilados latino-americanos que residiam na capital francesa. Para Pierre Rivas, foi no exílio, e pelo exílio, que o escritor latino-americano redescobriu “o rosto de sua pátria, a vontade de assumi-la e ilustrá-la. Visto como desvio, o exílio se desvela como retorno e emergência do nacional. Tal é a função do exílio: um enraizamento no *ethos* nacional”.<sup>317</sup>

Por outro lado, segundo Vargas Llosa, havia aqueles que achavam o exílio voluntário um grande problema. Sempre que um escritor latino-americano, residente na Europa, era entrevistado uma pergunta era inevitável: “porque vive fora de seu país?” Segundo Vargas Llosa tal pergunta não era uma simples curiosidade, na maioria das vezes ela mascarava um temor ou uma reprovação. Nesse sentido, alguns partiam da premissa de que a falta de contato direto com as idiossincrasias, o idioma e a gente de seu país, pudesse não apenas empobrecer a visão do escritor acerca da realidade, mas debilitá-la ou até

---

<sup>315</sup> *Ibidem*, p. 09. Antes “havia sido um jovem peruano que, além de ler os escritores de meu próprio país, lia exclusivamente os escritores norte-americanos e europeus, sobretudo os franceses. Com exceção de algumas celebridades, como Pablo Neruda e Jorge Luis Borges, conhecia um ou outro escritor hispano-americano”, p. 09.

<sup>316</sup> RODRÍGUEZ MONEGAL, Emir. Una escritura revolucionária. *Revista Iberoamericana*, v. 37, n° 76-77, julio-diciembre, 1971, p.

<sup>317</sup> RIVAS, Pierre. Paris como a capital literária da América Latina. In: CHIAPPINI, Ligia; AGUIAR, Flávio de (orgs.). *Literatura e história na América Latina*. São Paulo: Edusp, 1993, p. 101. Os exemplos que exprimem essa função do exílio já se encontravam nas vanguardas latino-americanas dos anos de 1920 e 1930. Como bem mostrou Jorge Schwartz, Oswald de Andrade redescobriu o Brasil em Paris; o argentino Jorge L. Borges viu no seu afastamento a possibilidade desenraizamento; o peruano César Vallejo buscou no exílio uma expressão nacional contra a segregação profissional em Lima. Cf. SCHWARTZ, Jorge. *Vanguardas latino-americanas: polêmicas, manifestos e textos críticos*. São Paulo: Iluminuras/Edusp/fapesp, 1995.

mesmo falseá-la. Já para outros, o tema tinha uma significação ética, pois consideravam o exílio voluntário algo imoral que representava uma traição à pátria. Endossavam a idéia de que, em países cuja vida cultural era escassa ou quase nula, o escritor deveria permanecer e assumir a responsabilidade de desenvolver atividades intelectuais e artísticas, contribuindo dessa forma para “elevar o nível cultural do meio”. Assim sendo, o escritor que se eximia desse papel indo para o exterior era considerado um “egoísta, um irresponsável ou um covarde (ou as três coisas ao mesmo tempo)”. Para Vargas Llosa, a resposta à inevitável pergunta “porque vive fora de seu país?” poderia ser dita de várias maneiras:

Vivo distante de meu país porque o ambiente cultural de Paris, Londres ou Roma é mais estimulante; ou porque à distância tenho uma perspectiva mais coerente e fiel de minha realidade do que se estivesse imerso nela; ou simplesmente porque eu quero (falo dos exilados voluntários e não dos deportados políticos). Na realidade, todas as respostas podem ser resumidas em uma só: porque escrevo melhor no exílio. *Melhor*, nesse caso, deve ser entendido em termos psicológicos e não estéticos; escrever melhor quer dizer com “mais tranquilidade” ou “mais convicção”; se o que escreve o escritor no exílio tem mais qualidade do que se ele houvesse escrito em seu próprio país, é algo que jamais saberemos.<sup>318</sup>

Outro argumento de Vargas Llosa para contrapor aqueles que desconfiavam da produção do escritor exilado foi mostrar que Sarmiento escreveu seu *Facundo* longe da Argentina; que ninguém punha em dúvida o caráter nacional da obra de José Martí, que foi escrita, em grande medida, nos países de seu exílio; que Ángel Asturias descobriu na Europa os traços mágicos de seu país; e que os livros mais argentinos de Cortázar, considerando-os anedoticamente, foram escritos em Paris.<sup>319</sup> Esses exemplos eram os indícios de que o exílio não prejudicava a capacidade criadora de um escritor afastado fisicamente de seu país em retratar em suas obras o “caráter nacional”. Aliás, para Vargas

---

<sup>318</sup> VARGAS LLOSA, Mario. Literatura y exílio. In: *Contra viento y marea* (I). Barcelona: Seix Barral, 1986, p. 200. Grifos do autor. Publicado originalmente na revista *Caretas*, Lima, n. 370, março/abril, 1968.

<sup>319</sup> Entrevista realizada em 1969 por Günter W. Lorenz. *Diálogo com a América Latina: panorama de uma literatura do futuro*. São Paulo: E.P.U., 1973, p. 151-153.

Llosa, o contato físico com a própria realidade nacional não “determinava nem os temas, nem o vôo imaginativo, nem a vitalidade da linguagem”. Vargas Llosa relativizou também o papel do exílio na narrativa literária ao afirmar que a ausência física do escritor poderia criar, em alguns casos, obras que testemunhassem com exatidão a realidade nacional, e, em outros casos, obras que dessem uma visão mentirosa dela. Em todo caso, conclui ele, o desenraizamento ou o enraizamento de uma obra, com sua perfeição e imperfeição, não tem nada a ver com o domicílio geográfico de seu autor. Ademais, para o verdadeiro escritor a literatura deve ser “a sua primeira lealdade, sua primeira responsabilidade, sua primordial obrigação. Se ele escreve melhor em seu país, deve ficar nele; se ele escreve melhor no exílio, que então fique por lá”.<sup>320</sup>

O que estava em debate nos anos sessenta era como o escritor latino-americano, que vivia no exílio, poderia fazer uma literatura voltada para temáticas nacionais e até mesmo continentais. Na verdade, o que incomodava a muitos era principalmente o exílio voluntário. Como já mostramos, uma boa parte da crítica especializada e dos escritores que não viviam no exílio, não perdoavam aqueles que estavam radicados fora de seu país — principalmente se fosse na Europa — e os acusavam de praticarem um cosmopolitismo desenraizado. As razões para o exílio, como mostra também José Donoso, podiam ser muitas, desde razões políticas de fácil compreensão até razões mais secretas e ambíguas que os impulsionavam a fugir dos fantasmas que os afligiam.<sup>321</sup> Em todo caso, não se pode negar que o cosmopolitismo e o internacionalismo configuraram em grande medida a narrativa hispano-americana da década de 1960, ou seja, os principais romances do *boom* foram escritos no exílio. Parafraseando Rodríguez Monegal, podemos afirmar que o exílio

---

<sup>320</sup> VARGAS LLOSA, Mario. Literatura y exílio. In: *Contra viento y marea* (I), p. 202-203.

<sup>321</sup> DONOSO, José. *História personal del “boom”*, p. 58.



foi um tema da literatura latino-americana que tem sido quase sempre exilada.<sup>322</sup> Em uma entrevista, Carlos Fuentes afirmou que a literatura latino-americana continuava existindo graças aos escritores exilados como Octavio Paz e Cortázar, que, além de talentosos, tinham uma enorme perspectiva frente a seus países e frente à cultura latino-americana.<sup>323</sup>

Os escritores latino-americanos mais conhecidos dessa época estavam quase todos, por diferentes circunstâncias, exilados na Europa. Como foi o caso de Julio Cortázar. O exílio de Cortázar não se enquadrava completamente na definição de Rama de que o exílio “tem um matiz precário e temporário” e “parece aludir a uma situação anormal, transitória, algo assim como um parêntese que se fecha com o retorno às origens”. No caso de Cortázar, o exílio não teve um caráter temporário ou transitório, o parêntese nunca se fechou. Além de viver na França um longo período de sua vida — de 1951 a 1984, quando faleceu —, ele obteve a nacionalidade francesa em 1981. Por isso, Cortázar foi acusado de ser demasiado europeu, demasiado cosmopolita e demasiado intelectual. Contudo, o não fechar o parêntese não significou de modo algum que Cortázar tenha deixado de retornar às origens. O retorno às origens não foi feito pela presença física no território, mas por meio de seu trabalho e de sua obra literária, que não perdeu o vínculo com o nacional ou com a América Latina.

Como já dizia o próprio Cortázar, seu nascimento foi produto do turismo e da diplomacia. Ele nasceu em Bruxelas, em 26 de agosto de 1914, no início da Primeira Guerra Mundial, quando a capital belga vivia os dias de ocupação alemã. Seu pai, recém-casado com uma jovem de ascendência francesa e alemã, foi enviado pelo Ministério de

---

<sup>322</sup> RODRÍGUEZ MONEGAL, Emir. *Literatura y exílio. Vuelta*, México, v. 6, nº 63, fevereiro de 1982, p. 45-47 Para Maria José de Queiroz, o exílio não é característico apenas das sociedades contemporâneas, todos os séculos tiveram seus exilados. Sobre exílio, literatura e intelectuais, ver: QUEIROZ, Maria José. *Os males da ausência, ou a literatura de exílio*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1998.

<sup>323</sup> FUENTES, Carlos *apud* RODRÍGUEZ MONEGAL, Emir. *Situación del escritor en América Latina. Mundo Nuevo*, Paris, n. 01, julho, 1966, 11-12.

Obras Públicas da Argentina para Bruxelas em uma missão comercial e diplomática. Foi nesse contexto que nasceu, então, *el niño* Julio Florencio Cortázar. Por causa da guerra, seu pai abandonou a missão, mudou-se com a família para a Suíça e, logo depois, para Barcelona, de onde partiu para a Argentina em 1918, com o término da guerra. Na Argentina, viveu toda a sua infância em Banfield, pequena cidade na Província de Buenos Aires. Nesse sentido, como afirmou Cortázar, de uma maneira ou de outra, ele sempre foi um exilado. Seja pelas circunstâncias de seu nascimento em Bruxelas, pelo exílio, ainda criança, na Suíça e na Espanha, ou pelas diversas formas de exílio (voluntário, involuntário, interior, exterior) que experimentou ao longo de sua vida.<sup>324</sup>

Na pequena Banfield, Cortázar e sua irmã Ofélia eram vistos por seus companheiros de infância como estrangeiros, já que carregavam um forte sotaque ao pronunciarem a língua espanhola.<sup>325</sup> Talvez por isso, ele passou a viver um exílio interior e refugiava-se na literatura, transformando-se num leitor precoce. Com sete anos, ele lia todos os livros que sua mãe lhe dava. Dessa forma, devorava indiscriminadamente Julio Verne, as aventuras de Tarzan, Búfalo Bill e os contos de Edgar Allan Poe. Cortázar, quase sempre solitário, passou grande parte de sua infância e sua adolescência entre os livros e a escola. Frequentou a Escola Normal e chegou a começar os estudos na Faculdade de Letras, mas por dificuldades financeiras, teve que abandonar os estudos. Para sobreviver, dava aulas de Geografia, História e Instrução Cívica em regiões próximas a Buenos Aires. Em 1945, lecionou Literatura Francesa na Universidade de Cuyo, em Mendoza, mas renunciou ao cargo no ano seguinte com a chegada de Perón ao poder. Em Buenos Aires, apresentou

---

<sup>324</sup> Cf. MAQUEIRA, Enzo. *Cortázar: de cronópios y compromissos*. Buenos Aires: Longseller, 2002; COUSTÉ, Alberto. *El lector de Julio Cortázar*. Barcelona: Océano, 2001.

<sup>325</sup> HERRÁEZ, Miguel. *Julio Cortázar, una vida de exiliado y otros textos*. Valencia: Institución Alfonso el Magnánim, 2005, p. 30.

seu conto *Casa tomada* a Jorge Luis Borges, que o publicou na revista, por ele dirigida, *Los Anales de Buenos Aires*, em 1946. Três anos depois, publicou o poema dramático *Los Reyes*, mas ainda sem obter reconhecimento do público e da crítica.

Em 1951, por não concordar com o peronismo, exilou-se em Paris.<sup>326</sup> Contudo, como afirmou o próprio Cortázar, seu exílio só se tornou forçoso e político em meados dos anos de 1970: “quando saí da Argentina, em 1951, foi por minha própria vontade, sem motivos políticos ou ideológicos, e voltei com frequência ao meu país; só a partir de 1976 me vi obrigado a considerar-me um exilado”, ou seja, ele passou da condição de um exílio voluntário para um exílio forçado. Com o golpe e o governo da Junta Militar (1976-1983) na Argentina, Cortázar foi considerado uma *persona non grata*, um inimigo do regime. A edição de seu livro de contos, *Alguién que anda por ahí* seria permitida nesse país apenas se Cortázar suprimisse dois contos que a Junta Militar considerava “lesivos” ao governo. Um dos contos referia-se ao desaparecimento de pessoas no território argentino e o outro tinha como tema a destruição da comunidade cristã do poeta e sacerdote nicaraguense, Ernesto Cardenal, na ilha de Solentiname.<sup>327</sup> Foi então que Cortázar sentiu, pela primeira vez, a amargura do exílio: “um exílio insuportavelmente amargo para alguém que sempre escreveu como argentino e amou o argentino [...]”.<sup>328</sup>

Desde muito cedo, Paris foi sua meta. Como tantos outros intelectuais, sentia uma forte atração pela capital francesa. Cortázar esteve pela primeira vez em Paris em 1949, durante uma viagem pela Europa. Contudo, a cidade já existia na sua imaginação. Na infância, ele já se nutria da literatura francesa: *Nossa senhora de Paris*, *Os miseráveis*, *Os*

---

<sup>326</sup> Cortázar não deu maiores explicações sobre sua discordância com o peronismo.

<sup>327</sup> Ver capítulo VI.

<sup>328</sup> CORTÁZAR, Julio. América Latina: exílio e literatura. In: *Obra Crítica*/3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 148 e 151. Texto apresentado em 1978 no Colóquio sobre Literatura Latino-americana de hoy, Cerisy-la-Salle, e publicado originalmente em *Arte-Sociedad-Ideología*, n.º 5, 1978.

*três mosqueteiros, Os mistérios de Paris..* Na juventude, o romance e, sobretudo, a poesia francesa teve papel determinante na identidade literária de Cortázar. Lia Mallarmé, Baudelaire, Lautréamont, Valéry e Cocteau, suas grandes influências. Não foi por acaso que Cortázar tornou-se, nos anos de 1940, um dos principais tradutores da literatura francesa na Argentina. Em 1951, foi em definitivo para Paris, e como as condições de vida ali eram precárias, continuou com seu trabalho de tradução. Cortázar evocou seus primeiros anos na capital francesa e afirmou que naquela época a cidade imaginária construída durante tantos anos somava-se e superpunha à realidade das ruas e das pessoas. Paris foi transformada em tema literário e em vários textos Cortázar mostrou a cidade como o lugar do fantástico e das tensões identitárias.<sup>329</sup> Talvez por isso, no livro *Rayuela* ele teria afirmado que Paris era uma enorme metáfora.<sup>330</sup>

Paris foi, para muitos, incluindo Cortázar, a “capital literária da América Latina”. Desde as vanguardas latino-americanas dos anos 1920 e 1930 que Paris despertava o interesse dos escritores, pois, dentre outras coisas, a tradução francesa era “uma instância de internacionalização do escritor latino-americano”.<sup>331</sup> No entanto, não podemos deixar de ressaltar a grande importância das editoras espanholas para a difusão e divulgação dos escritores latino-americanos na década de 1960, como já mostramos. Nesse caso, a Espanha pode também ser considerada um pólo importante para a literatura latino-americana, tanto

---

<sup>329</sup> C.f SYLVIE, Protin. *Pari (s): la apuesta del Cortázar traductor*. In: *Cuadernos Americanos*, nº 658, abril de 2005, p. 33-37.

<sup>330</sup> Para uma análise do tema exílio em *Rayuela*, ver MONTAÑES, Amanda Perez. *Vozes do exílio e suas manifestações nas narrativas de Julio Cortázar e Marta Traba*. 204 f. Tese – Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, 2006.

<sup>331</sup> C.f RIVAS, Pierre. Paris como a capital literária da América Latina, p. 101. Em Paris, Miguel Ángel Asturias foi embaixador do governo de Méndez Montenegro; Pablo Neruda, que desde os anos 1920 acalentava participar dos círculos literários parisienses, foi embaixador do Chile durante o governo Allende; o cubano Alejo Carpentier viveu e morreu em Paris como representante do governo castrista; Mario Vargas Llosa escreveu *La ciudad y los perros* em Paris, assim como García Márquez redigiu a primeira versão de *El coronel no tiene quien le escriba*; Carlos Fuentes, Jorge Edwards, Manuel Scorza, José Donoso, Severo Sarduy, Saúl Yurkievich, Osvaldo Soriano, entre outros, tiveram passagens curtas ou longas pela capital francesa em algum momento de suas vidas.

por possibilitar um ponto de encontro entre os escritores, quanto por oferecer reconhecimento a eles e às suas obras.

Em 1951, Cortázar publicou seu primeiro livro importante, *Bestiário*, com o qual ficou conhecido nos círculos literários parisienses. Desde então, passou a trabalhar como tradutor da Unesco, viajando por todo o mundo. Em 1956, publicou *Final del juego* e, em 1958, *Las armas secretas*, mas foi com *Rayuela* (1963), traduzido no Brasil com o título *O jogo da amarelinha*, que o escritor, pela qualidade literária da obra, impressionou a crítica mundial.

Para os escritores do *boom*, principalmente para Cortázar, a condição de exilado não lhe facultou sentimentos profundos de desenraizamento, de orfandade, de alienação, de desespero ou de silêncio. Para Cortázar, ser argentino significava estar distante.<sup>332</sup> Foram justamente as posições polarizadas a respeito do exílio e, conseqüentemente, do *boom*, que deram origem a várias polêmicas, como, por exemplo, a desencadeada entre Cortázar e o escritor peruano José María Arguedas. Em grande medida, a polêmica Arguedas-Cortázar começou em torno do indigenismo na literatura,<sup>333</sup> mas acabou canalizando outros temas como a relação entre cultura e política, a natureza da função do intelectual na América Latina após a Revolução Cubana, a tensão entre localismo e cosmopolitismo, as posições polarizadas de ambos a respeito do *boom* da literatura latino-americana (Cortázar no centro e Arguedas na periferia). O ponto central que alimentou a “belicosidade discursiva” entre

---

<sup>332</sup> C.f. CORTÁZAR, Julio. *La vuelta al día en ochenta mundos*. México: Siglo XXI, 1986.

<sup>333</sup> Em termos gerais, o indigenismo, como prática discursiva, tem como referencial a representação do mundo indígena, ou seja, da realidade social, política, econômica e cultural dos povos indígenas da América Latina. Tem seu início em fins do século XIX, com ampla vigência até meados da década de 1960. Para uma concepção crítica do indigenismo na literatura ver CORNEJO POLAR, Antonio. *O condor voa: literatura e cultura latino-americanas*. Belo Horizonte: UFMG, 2000.

Arguedas e Cortázar foi a defesa, respectivamente, do nacional e do cosmopolita como determinantes da prática literária do escritor latino-americano na década de 60.<sup>334</sup>

A origem da polêmica foi a já citada carta que Cortázar endereçou, de Paris, a Fernández Retamar, em maio de 1967, publicada na *Casa de las Américas*. Como mostramos, a carta foi resultado de uma solicitação de Fernández Retamar para que Cortázar desse a sua opinião sobre a situação do intelectual latino-americano após a Revolução Cubana. A reflexão de Cortázar girou, obviamente, em torno de sua própria especificidade de escritor latino-americano instalado na Europa, e das repercussões dessa condição em sua obra e na forma como ele se posicionava frente à literatura latino-americana. Logo no início da missiva, Cortázar assumiu sua condição de intelectual latino-americano e, ao mesmo tempo, fez uma ressalva: que essa condição não invalidava o fato “deliberado e irreversível” de ter escolhido residir num país europeu por sua “soberana vontade de viver e escrever da maneira” que lhe parecesse “mais plena e satisfatória”. O que o estimulou ou impulsionou a reiniciar “um contato pessoal com a América Latina”, depois de anos no exílio, foi a aproximação com Cuba. O contato de Cortázar com a Revolução e a amizade e o diálogo com escritores e artistas cubanos agiram “duplamente” nele, causando, e, por um lado, uma proximidade maior com a realidade latino-americana, da qual se sentia afastado, por outro, levou-o a assistir cotidianamente “a dura e desesperadora tarefa” dos cubanos para “edificar o socialismo num país tão pouco preparado em muitos aspectos e tão aberto a riscos iminentes”.<sup>335</sup>

Segundo Cortázar, caso ele tivesse que enumerar os bons motivos para saído do seu país, o principal seria “o fato de ter acompanhado da Europa, com uma visão

---

<sup>334</sup> C.f. CROCE, Marcela (comp.) *Polémicas intelectuales en América Latina: del “meridiano intelectual” al caso Padilla (1927-1971)*. Buenos Aires: Simurg, 2006.

<sup>335</sup> CORTÁZAR, Julio. *Cartas (1964-1968)*. Buenos Aires: Alfaguara, 2000, p. 1133-1135.

desnacionalizada, a Revolução Cubana”. Essa convicção explicava-se pelo contato que ele tinha com os argentinos que estavam de passagem por Paris, pois eles tinham “a mais triste ignorância do que verdadeiramente estava acontecendo em Cuba”. Isso ocorria, em grande medida, pela influência que a informação norte-americana exercia em seu país. Quase ninguém estava a salvo dessa influência, uma “infinidade de escritores e artistas” comungavam “com as engrenagens subliminares da *United Press* e das revistas ‘democráticas’ que marchavam ao compasso da *Times* ou da *Life*”.<sup>336</sup>

Cortázar confessou a Fernández Retamar que assumir a condição de intelectual latino-americano vivendo em Paris era paradoxal, um paradoxo que apontava para uma questão mais profunda, qual seja:

A necessidade de situar-se na perspectiva mais universal do Velho Mundo, de onde tudo parece abarcável numa espécie de ubiqüidade mental, para ir descobrindo pouco a pouco as verdadeiras raízes latino-americanas, sem por isto perder a visão global da história e do homem. A idade e a maturidade naturalmente influem, mas não bastam para explicar este processo de reconciliação e recuperação de valores originais; insisto em pensar [...] que, se houvesse ficado na Argentina, a minha maturidade de escritor ter-se-ia traduzido-se de outra maneira, provavelmente mais perfeita e satisfatória para os historiadores da literatura, mas certamente menos incitante, provocativa e em última instância fraternal para aqueles que lêem os meus livros por razões vitais e não visando a ficha bibliográfica ou a classificação estética.<sup>337</sup>

O argumento de Cortázar era que a distância territorial promovia benefícios em prol de uma melhor contemplação e entendimento da realidade latino-americana, e que por isso a sua literatura possuía uma raiz nacional e regional potencializada por uma experiência mais aberta e mais complexa. Nessa direção, o escritor, afastado de seu país, colocava-se forçosamente numa perspectiva diferente, pois estava sempre à margem da circunstância local, “sem a inevitável dialética do *challenge and response* cotidianos representados pelos

---

<sup>336</sup> *Ibidem*, p. 1135.

<sup>337</sup> *Ibidem*, p. 1134-1135.

problemas políticos, econômicos ou sociais do país”, que exigiam do escritor o compromisso “imediato e consciente”. Porém, a compreensão que o escritor exilado tinha “do processo humano” era mais abrangente, o que o levava a “operar por conjuntos e por sínteses”, sem se perder em contextos imediatos. A distância propiciava ao escritor “uma lucidez às vezes insuportável, mas sempre esclarecedora”. De maneira que os intelectuais submetidos a condicionamentos que lhes impunham o afastamento, agiam, “por assim dizer de fora para dentro, partindo de idéias e princípios universais para depois circunscrevê-los a um país, a um idioma, a uma maneira de ser”.<sup>338</sup>

As noções de universalidade e internacionalismo — por oposição ao regionalismo, que implicava muitas vezes em fragmentação, localismo, especificidade e nacionalismo — formaram parte da retórica da esquerda cultural dos anos de 1960. Nesse sentido, a cultura era concebida como um espaço integrado e participativo capaz de promover e produzir visões de conjunto, organizadas a partir de grandes paradigmas filosóficos da modernidade. Assim, o ideal presente nas reflexões de Cortázar carregava um conceito de história universal não muito distante de uma visão eurocentrista, presente na América Latina desde a organização dos Estados nacionais.<sup>339</sup> Contudo, mesmo defendendo práticas mais universalistas para a literatura, Cortázar afirmava não acreditar

nos universalismos diluídos e teóricos, nas “cidadanias do mundo” entendidas como meio para escapar às responsabilidades imediatas e concretas — Vietnã, Cuba, toda a América Latina — em nome de um universalismo mais cômodo por ser menos perigoso; no entanto, minha própria situação pessoal me inclina a participar do que acontece com *todos*, a escutar as vozes que entram por qualquer quadrante da rosa-dos-ventos.<sup>340</sup>

---

<sup>338</sup> *Ibidem*, p. 1134-1135.

<sup>339</sup> C.f. MORAÑA, Mabel. Territorialidad y forasterismo: la polémica Arguedas/Cortázar revisitada. In: FRANCO, Sergio (org.) *José María Arguedas: hacia una poética migrante*. Pittsburgh: Universidad de Pittsburgh, 2006, p. 103-120.

<sup>340</sup> CORTÁZAR, Julio. *Cartas* (1964-1968), p. 1134-1137. Grifos no original.



Cortázar assumiu sua condição de escritor latino-americano, mas não se considerava um grande exemplo da “volta às origens”, por conseguinte sua obra não expressava tão somente formas telúricas e nacionais. As formas nacionais e telúricas, segundo ele, eram características presentes em uma corrente importante da literatura latino-americana, representada por romances como *Os passos perdidos* (Alejo Carpentier) e, mais circunscritamente, *Doña Bárbara* (Rómulo Gallegos). Cortázar definiu o telurismo como “profundamente alheio por ser estreito, paroquial e até provinciano”. Uma literatura telúrica, segundo ele, não expressava uma visão totalizadora da cultura e da história, pois os escritores que a praticavam concentravam todo o seu talento em um trabalho “de área”, e isso lhe parecia “um preâmbulo aos piores avanços do nacionalismo negativo quando se transforma no credo dos escritores que, quase sempre por carências culturais, teimam em exaltar os valores da terrinha contra os valores” mais universais. Assim, o paradoxo de redescobrir o latino-americano à distância encerrava, para Cortázar, um processo de ordem completamente diferente de “uma volta arrependida e sentimental à terrinha”. Cortázar não pretendia voltar “à terrinha”, considerava a França a sua casa, como o lugar preferencial para um temperamento como o seu, para os seus gostos e para escrever, antes de “dedicar-se à velhice”.<sup>341</sup>

Apesar de Cortázar não ter citado nominalmente Arguedas — que fazia uma literatura voltada para temas indigenistas, enraizada no telurismo andino e nutrida por tradições e mitos autóctones —, quando o escritor peruano leu a carta publicada em *Casa de las Américas*, a entendeu como se fosse um ataque pessoal, principalmente no que tange às críticas de Cortázar ao telurismo na literatura. A resposta de Arguedas veio com a

---

<sup>341</sup> *Ibidem*, p.1135-1136.

publicação de um pequeno texto na revista peruana *Amaru* (abril-junho de 1968),<sup>342</sup> no qual ele expressou todo o seu descontentamento ao expor suas convicções em torno da tarefa do escritor: escrever romances não era ofício, o escritor escreve romances por amor, necessidade, prazer e não por ofício, ao mesmo tempo em que colocava em evidência a lógica mercantilista do *boom* na literatura latino-americana. Arguedas assumiu de forma irônica a sua condição de escritor provinciano ao afirmar que entendia provincianamente o sentido da palavra ofício: representava uma técnica que se aprende e exerce especificamente para *ganar plata*. Escrever novela visando apenas a sua vendagem e o lucro lhe parecia coisa de gente muito preocupada com o “universo das especializações”.<sup>343</sup>

Em 1969, como já mostramos, Cortázar concedeu uma longa entrevista para Rita Guibert para que fosse publicada na revista *Life*, em sua versão espanhola. Várias perguntas foram formuladas por escrito e enviadas para Cortázar. Três delas estavam relacionadas diretamente com o debate em torno do exílio intelectual e da condição da literatura latino-americana. A entrevistadora quis saber se na concepção de Cortázar existia uma literatura latino-americana ou apenas uma soma de literaturas regionais. Cortázar foi categórico ao afirmar que apesar de uma certa regionalização da literatura latino-americana (definida por matizes culturais, econômicos e lingüísticos próprios de cada região), existiam fortes analogias históricas e étnicas que formavam a “coluna vertebral” da literatura latino-americana, garantindo-lhe uma certa unidade. Porém, não estava nada seguro se essa literatura em seu conjunto fosse tão importante e extraordinária como proclamavam muitos críticos, autores e leitores. Nesse caso, o escritor argentino, com uma visão marcadamente

---

<sup>342</sup> Esse texto passou, posteriormente, a fazer parte dos “Diários”, incluídos na obra póstuma de Arguedas *El Zorro de arriba y el Zorro de abajo* (1971).

<sup>343</sup> ARGUEDAS, José María. Primer diário. In: *El Zorro de arriba y el Zorro de abajo*. Lima: Editorial Horizonte, 1983.

eurocentrista, estava se referindo à literatura do “suposto *boom*”, que não equivalia, segundo ele, de maneira alguma a qualquer um dos grandes momentos da literatura mundial, como, por exemplo, o Renascimento italiano, francês e inglês, o Século de Ouro na Espanha ou a segunda metade do século XIX na Europa Ocidental. Para Cortázar, essa equivalência não era possível porque a América Latina carecia do básico, ou seja, “de uma infraestrutura cultural e espiritual (que dependia, em grande medida, das condições econômicas e sociais)”. Ainda assim, Cortázar fez questão de mostrar que, nos últimos tempos, a literatura latino-americana havia tido conquistas significativas: “os escritores escreviam por fim latino-americanamente” e não “como meros adaptadores de estéticas estrangeiras”, e, além do mais, os “leitores de fato liam esses escritores e os apoiavam graças a “uma dialética *challenge and response*, até a pouco inexistente. ”<sup>344</sup>

A revista *Life* também quis saber de Cortázar, provocativamente, se era necessário que o intelectual latino-americano fosse reconhecido no exterior antes de ser reconhecido em seu próprio país. A resposta foi um não, mas um não bastante sucinto, que carecia de argumentos:

Se a pergunta teve alguma validade a quatro ou cinco lustros, atualmente me parece absurda. Para citar não mais que as figuras destacadas na ficção, nem Borges, nem Juan Rulfo, nem Carpentier, nem Vargas Llosa, nem Fuentes, nem Asturias, nem Lezama Lima, nem García Márquez necessitaram do estrangeiro para tornarem-se conhecidos ou para mostrarem o valor que tinham aos seus leitores; e muito menos no terreno da poesia um Neruda ou um Octavio Paz. Eu vivo e trabalho a dezesseis anos na França e esse aspecto poderia ter tido alguma influência, mas meus livros fizeram seu caminho exclusivamente em espanhol e para os leitores latino-americanos.<sup>345</sup>

---

<sup>344</sup> CORTÁZAR, Julio. Creador solitario. *Life* em espanhol, Nueva York, 07 de abril de 1969. In: CROCE, Marcela (comp.) *Polémicas intelectuales en América Latina*. Del “meridiano intelectual” ao caso Padilla (1927-1971), p. 187-188.

<sup>345</sup> *Ibidem*, p. 190-191.

A essa resposta, Cortázar acrescentou o fato de que, naquele momento, eram os escritores, os críticos e os leitores latino-americanos que realmente contavam para o reconhecimento do escritor e, conseqüentemente, da sua literatura. Bastava “que um de nossos críticos ou escritores conhecidos” assinalassem os méritos de um novo narrador ou poeta para que, imediatamente, seus livros se difundissem por toda a América Latina. Ele mesmo havia contribuído para que Lezama Lima e Néstor Sánchez “alcançassem a popularidade que mereciam”.<sup>346</sup> Os argumentos que Cortázar expôs não foram convincentes. Apesar da qualidade indiscutível da literatura produzida pelo escritor latino-americano daquele período, sabemos que muitos buscavam reconhecimento no exterior. Isso significava, dentre outras coisas, ser publicado pelas editoras espanholas. Além disso, alguns dos escritores que ele citou foram reconhecidos na Europa ao serem agraciados com prêmios literários que, pelo que se sabe, nunca recusaram. Contudo, Cortázar reafirmou aquilo que já mostramos nesse trabalho: os principais escritores do *boom* formavam um grupo e agiam conjuntamente, indicando textos e obras para publicação. Foi o que Cortázar afirmou ter feito com Lezama Lima e Néstor Sánchez. Porém, não podemos nos esquecer que essa “ajuda” vinha de um escritor latino-americano que vivia a dezesseis anos em Paris.

Outra pergunta formulada pela revista *Life* — que, segundo Cortázar, merecia uma resposta mais bem acabada que aquelas até então dadas pelos críticos e escritores — foi sobre uma “suposta” geração perdida de exilados latino-americanos na Europa. A revista citou nominalmente Fuentes, Vargas Llosa, Sarduy e García Márquez. Foi justamente nessa resposta que Cortázar reacendeu a polêmica com Arguedas. Para o autor argentino, os escritores exilados com maior prestígio despertavam um sentimento agudo de ressentimento consciente ou inconsciente nos escritores “sedentários (*honi soit qui mal y*

---

<sup>346</sup> *Ibidem*, p. 191.

*pense!)*”. Tal ressentimento traduzia-se quase sempre numa “busca vã de razões desses exílios e numa reafirmação enfática de permanência *in situ* dos que fazem sua obra sem afastar-se, como disse o poeta, do rincão onde começou sua existência” e mais uma vez afirmou que o exílio não significava para ele um desenraizamento trágico, como queriam muitos. Cortázar citou o artigo de Arguedas publicado na revista *Amaru* para mostrar que o escritor peruano preferia visivelmente o ressentimento à inteligência, “coisa sempre deplorável em um cronópio”, e, ademais, afirmou acreditar que nem Arguedas ou qualquer outro escritor fosse longe com esses complexos regionais, da mesma forma que nenhum dos exilados faria grande coisa se renunciasse à sua condição de latino-americano para “somar-se mais ou menos parasitariamente a qualquer literatura européia”.<sup>347</sup>

O depoimento de Cortázar, que desqualificava Arguedas e sua obra, não era apenas para responder a uma pergunta formulada pela *Life*, mas para polemizar diretamente com o escritor peruano. Cortázar afirmou ironicamente não compreender o aborrecimento de Arguedas por suas declarações na carta aberta endereçada a Fernández Retamar, principalmente no que dizia respeito à sua percepção de que, na maioria das vezes, era necessário estar distante para melhor compreender o real e que uma visão supranacional ajudava a compreender melhor o que era o nacional. O tom da polêmica foi ácido. Além de afirmar que Arguedas tinha complexo de inferioridade, escreveu: “eu sinto muito, don José María, porém entendo que seu compatriota Vargas Llosa não mostrou uma realidade peruana inferior à sua só porque escreveu seus romances na Europa”. O tom de exaltação também marcou a “belicosidade discursiva”:

Se você não gosta de exilar-se e se sente bem assim o problema é seu, porém eu tenho a segurança de que em qualquer parte do mundo você continuará escrevendo como José María Arguedas: porque, então,

---

<sup>347</sup> *Ibidem*, p. 192-193.

duvidar e suspeitar dos que andam por aí porque eles gostam? Nós exilados não somos mártires, nem prófugos, nem traidores; [...] que demônios.<sup>348</sup>

Cortázar — exaltado e na defensiva — quis encerrar a polêmica mostrando como compreendia o regionalismo na literatura latino-americana. Toda essa discussão, segundo ele, levava a um “falso problema”, pois “que grande escritor” não era “autóctone, ainda que sua temática” parecesse estar “desvinculada” de temas onde os “folcloristas” enxergavam “as raízes de uma nação?” Para ele, a cultura era como se fosse uma árvore que se alimentava “de muitas seivas”, o que importava era “que sua folhagem” crescesse e “seus frutos” tivessem “sabor”. Cortázar exemplificou seu argumento com *Cien años de soledad*, um dos “mais admiráveis romances” da América, porque, entre muitas outras coisas, García Márquez soube mostrar como ninguém que o “sentimento do autóctone vale sempre como uma abertura e não uma delimitação.” Assim, o povoado de Macondo, o cenário de *Cien años de soledad*, era, ao mesmo tempo, imensamente colombiano e latino-americano, e nascia “de uma multiforme e quase vertiginosa presença das literaturas mais variadas no tempo e no espaço”. Para terminar, Cortázar afirmou que de nada adiantava falar sobre elementos autóctones e identidade cultural nas letras latino-americanas enquanto o latino-americano não fizesse uma “revolução profunda” em todos os planos, para “projetar o homem até a órbita de um destino mais autêntico: o verbo será realmente nosso no dia em que também sejam as nossas terras e os nossos povos”. Nesse sentido, Cortázar argumentou que enquanto houvesse exploradores na América Latina a luta da literatura deveria ser — em seu terreno espiritual, lingüístico e estético — a mesma luta que estava sendo travada

---

<sup>348</sup> *Ibidem*, p. 192-193.

em outros terrenos para acabar com o imperialismo que aviltava e alienava os latino-americanos.<sup>349</sup>

Se a polêmica estava de alguma forma encerrada para Cortázar, não estava para Arguedas, que a estendeu um pouco mais nas páginas da revista *Amaru* em 1969. Arguedas manifestou seu descontentamento pelas opiniões emitidas por Cortázar na revista *Life*, considerando-as desrespeitosas e cercadas de um certo menosprezo pelo seu trabalho. Achou um despautério a afirmação de Cortázar de que existia um “ressentimento consciente e inconsciente do escritor sedentário” em relação ao prestígio que alguns literatos latino-americanos haviam conquistado no exílio. Arguedas assegurou que os escritores que de fato trabalhavam na América Latina, incluindo ele, tinham grande orgulho e admiração pelas obras de Vargas Llosa, Fuentes, Sarduy e García Márquez e que as afirmações de Cortázar eram insensatas. Ele jamais sentiu ou sentiria qualquer tipo de ressentimento, pois isso era característica dos desventurados e impotentes, o que não era seu caso. Para Arguedas, Cortázar foi insensato e essa insensatez era fruto da posição que o argentino ocupava: “um escritor importante que a glória fez comportar-se, às vezes, como um Júpiter mortificado, que cumpria seu papel de sábio e hábil agitador”.<sup>350</sup>

Arguedas afirmou nunca ter suspeitado ou duvidado da qualidade das obras que eram escritas no exílio, aliás, quem de fato exercia a dúvida e a suspeita era Cortázar, ao desconsiderar, até certo ponto, os obstáculos que um escritor tinha que vencer em quase todos os países latino-americanos para poder criar e escrever. Além disso, contestou a inexatidão da palavra exílio usada por Cortázar. Segundo ele, nem Vargas Llosa, nem

---

<sup>349</sup> *Ibidem*, p. 194-195.

<sup>350</sup> ARGUEDAS, José María. Inevitable comentario a unas ideas de Julio Cortázar. In: CROCE, Marcela (comp.) *Polémicas intelectuales en América Latina*. Del “meridiano intelectual” ao caso Padilla (1927-1971), p. 197-198.

García Márquez eram exilados, nem sequer o fora Vallejo, apesar de ter escrito sua melhor obra em Paris. Porque o verdadeiro exilado não era simplesmente aquele que buscava encontrar um lugar melhor para trabalhar, mas aquele que esquecia as suas origens e o lugar de onde vinha. Nessas condições, argumentou Arguedas, o único de alguma maneira exilado era Cortázar, por isso ele estava tão convencido de sua glorificação.<sup>351</sup> No *Tercer Diario*, compilado no livro *El Zorro de arriba y el Zorro de abajo*, Arguedas deu continuidade à polêmica e, mais uma vez, fez referência irônica ao “prestígio” do argentino: “Julio Cortázar cavalgava na flamígera fama, como se estivesse montado sobre um centauro rosado.”<sup>352</sup> Em 1969, pouco depois de escrever essas palavras, Arguedas cometeu suicídio, pondo fim à sua polêmica com Cortázar. Contudo, as questões propostas nesse debate permaneceram e simbolizaram duas atitudes diferentes frente à função da literatura latino-americana e ao papel do escritor. Ao ser consultado na época sobre tal polêmica, Pablo Neruda assumiu uma posição que não deu ganho de causa nem para Arguedas nem para Cortázar: “não é bom que a irritação chegue a ocupar o lugar da meditação no entrevero suscitado entre Cortázar e Arguedas. Trata-se de um debate tão profundo quão interminável, e é difícil dar razão ou tirá-la aos nossos egrégios opinantes.” Para o poeta chileno, havia nos livros de Cortázar — como também nos de Vargas Llosa, Carlos Fuentes e García Márquez — uma constante “preocupação americana” e uma “temática enraizada em nossas verdades”. Cortázar, à distância, era mais americano “que muitos de seus compatriotas”. Para Neruda, o que importa eram as essências. Nesse sentido, segundo ele, escritores como Arguedas eram fundamentais. Para o poeta, isso era o que contava. Com um argumento conciliatório concluiu:

---

<sup>351</sup> *Ibidem*, p. 198-199.

<sup>352</sup> ARGUEDAS, José María. Primer diario. In: *El Zorro de arriba y el Zorro de abajo*. Lima: Editorial Horizonte, 1983.



Sucede que quanto mais nos aprofundarmos em nossas raízes mais nos renovaremos, e quanto mais locais nós formos, poderemos chegar a ser os mais universais. Um pequeno grande livro não se preocupou senão com uma mínima região da Espanha, chamada a Mancha, e chegou a ser o romance mais espaçoso já escrito em nosso planeta. Todos têm razão. E destas razões nascerão outras novas.<sup>353</sup>

Se o que importa são “as essências”, podemos afirmar que a discórdia literária entre Arguedas e Cortázar rendeu um debate que evidenciou duas formas diferentes de compreender a função da literatura, as contradições sociais e culturais na América Latina, o comportamento literário e extraliterário do escritor e as tensões entre o local e o global. Enfim, os sentidos da história e da arte.

#### **3.4. “Literatura na revolução ou revolução na literatura?”: a polêmica entre Cortázar, Vargas Llosa e Óscar Collazos**

*¡Realidad, cuántos crímenes se cometen en tu nombre!*  
Julio Cortázar

O confronto que envolveu Cortázar, Vargas Llosa e Óscar Collazos<sup>354</sup> ocorreu nas páginas do semanário *Marcha* (1969, Montevideu) e teve início com a publicação do ensaio de Collazos, *Encrucijada del lenguaje*, no qual rechaçava a autonomia da literatura frente à realidade.<sup>355</sup> O tema central da polêmica – cujo eixo norteador foi o conceito de realidade — girou em torno do engajamento do escritor e de seu comprometimento com as causas

---

<sup>353</sup> NERUDA, Pablo. *Para nascer nasci*. São Paulo: Difel, 1980, p. 222-224.

<sup>354</sup> O colombiano Óscar Collazos — ensaísta, escritor, jornalista e crítico literário — foi diretor do *Centro de Investigaciones Literarias* da Casa de las Américas. Publicou *Crónica de tiempo muerto* (1975), *Todo o nada* (1979), *Fugas* (1988), *Las trampas del exilio* (1992), *Adiós a la Virgen* (1994), *Morir con papá* (1997) y *La modelo asesinada* (1999).

<sup>355</sup> Todos os textos em torno desse debate estão reunidos no livro *Literatura en la revolución y revolución en la literatura*, publicado no México em 1970, pela Siglo XXI. Em Cuba, esse debate apareceu em vários números da *Casa de las Américas*, que não escondeu seu apoio a Collazos e às suas idéias sobre o engajamento do escritor.

políticas na América Latina. A Collazos preocupava o estado “artificial” da literatura latino-americana, artificialidade criada, segundo ele, por um aparato editorial chamado de *boom*, que levava à emergência de novos escritores que desesperadamente buscavam sua inserção em um mercado continental; a intensidade da influência da literatura européia e norte-americana na narrativa latino-americana; e a forma como os escritores do *boom* operavam o distanciamento entre seus romances e a realidade, provocando a “autonomia” da literatura frente ao contexto sócio-cultural e político, que, por sua vez, levava a uma divisão esquemática entre o ato de criação e a ação intelectual.<sup>356</sup>

Para sustentar certos argumentos, Collazos exemplificou com livros que a seu ver possuíam uma excessiva estetização do real e um excessivo vanguardismo, como *Zona sagrada* (1967) e *Cambio de piel* (1967), de Carlos Fuentes, e *62, modelo para armar* (1968), de Cortázar. Para Collazos, essas obras seguiam mecanicamente os enunciados do estruturalismo europeu ou “as remotas origens do estruturalismo russo”. O efeito desse tipo de obra na literatura era, a seu ver, o distanciamento cada vez maior da realidade. Collazos criticou as afirmações de Vargas Llosa de que a literatura deveria ser uma realidade autônoma, que existisse por si mesma.<sup>357</sup> Esse argumento era, para Collazos, uma mistificação perigosa que poderia motivar muitos escritores jovens a conceber a literatura em termos absolutos de autonomia.<sup>358</sup>

Para Collazos, Vargas Llosa eram um escritor de “talento vertiginoso e real”, mas como intelectual era um teórico seduzido pelas correntes de pensamento européias sem saber ao certo como se apropriar delas para incorporá-las à realidade latino-americana. Era

---

<sup>356</sup> COLLAZOS, Óscar. La encrucijada del lenguaje. *Literatura en la revolución y revolución en la literatura*. México: Siglo XXI, 1970, p. 07.

<sup>357</sup> Apud COLLAZOS, Óscar. La encrucijada del lenguaje. *Literatura en la revolución y revolución en la literatura*. México: Siglo XXI, 1970, p. 09.

<sup>358</sup> COLLAZOS, Óscar. La encrucijada del lenguaje. *Literatura en la revolución y revolución en la literatura*. México: Siglo XXI, 1970, p. 09-11.

um intelectual colonizado que vivia por conta de provar que era tão capaz quanto os europeus e tributário de suas exigências. Em síntese, Collazos estava acusando Vargas Llosa de escapista, de fechar deliberadamente os olhos para o contexto sócio-cultural e político latino-americano e de não confrontar a realidade por meio de sua obra.<sup>359</sup>

Toda obra de arte, segundo Collazos, deveria refletir total ou parcialmente a realidade. Nessa perspectiva, definiu realidade como a referência a um mundo que poderia ir do especificamente concreto ao absolutamente mítico. Na órbita dessa realidade deveria existir a crítica e na correspondência dessa realidade com as soluções artísticas deveria emanar a verossimilhança, a credulidade ou a inteligibilidade do texto. A obra que definitivamente representaria essa forma de abordar o real, segundo ele, seria *Cien años de soledad*, que desnudava “toda uma realidade que, inclusive em seus momentos mais inverossímeis”, nos remetia “ao contexto colombiano e latino-americano”. Para fortalecer sua defesa, Collazos citou o próprio García Márquez: “creio que particularmente em *Cien años de soledad* eu sou um escritor espontaneamente realista, porque acredito que na América Latina tudo é possível, tudo é real” e que o escritor deveria “trabalhar em investigações da linguagem e de formas técnicas do relato a fim de que toda esta fantástica realidade latino-americana fizesse parte de nossos livros”.<sup>360</sup>

Para Collazos, não bastava escrever romances, poesias ou contos, era preciso, além disso, participar dos debates da vida social denunciando as situações de injustiça e colaborando efetivamente para a construção do socialismo. Para que isso fosse possível, o intelectual deveria romper com o “complexo de inferioridade frente à metrópole”. A Revolução Cubana oferecia ao intelectual a única possibilidade real de afirmação cultural,

---

<sup>359</sup> *Ibidem*, p. 24-33 *passim*.

<sup>360</sup> GARCÍA MÁRQUEZ, Gabriel *apud* COLLAZOS, Óscar. La encrucijada del lenguaje. *Literatura en la revolución y revolución en la literatura*. México: Siglo XXI, 1970, p. 28-29.

pois, segundo Collazos, Cuba era o único país na América Latina que significava um verdadeiro desafio frente às “formas refinadas do neocolonialismo cultural”. Collazos — retomando o significado do discurso de Fidel Castro, *Palabras a los intelectuales* (1961) — afirmou que, num contexto revolucionário, se é escritor, porém também se é revolucionário. O intelectual em uma revolução deve ser necessariamente político. A seu ver, dentro ou fora da revolução, participante ou expectador dela, o escritor não poderia ser alguém que criasse e, ao mesmo tempo, ingenuamente ou perversamente, desse “razão ao lobo.”<sup>361</sup>

O primeiro a polemizar com Collazos foi Cortázar — também nas páginas do semanário *Marcha* em dezembro de 1969 —, apesar de ter afirmado que sua resposta não teria “o ânimo da polêmica”, pois, além de não gostar de polêmicas, o sentido etimológico do termo vem de *polemos* que significa guerra. Ainda assim, em seu texto *Literatura en la revolución y revolución en la literatura: algunos malentendidos a liquidar*, Cortázar confrontou Collazos, afirmando que, apesar de solidário com os processos revolucionários da América Latina, não se sentia na obrigação de entregar sua obra a enunciados e proclamas que pouco contribuía à história e à literatura. Complementou afirmando que tinha plena convicção de que Fidel Castro e Che Guevara eram exemplos do “autêntico destino latino-americano”. Porém, de maneira alguma, estava disposto a admitir que seu livro *62, modelo para armar*, ou qualquer outra obra citada por Collazos, fossem respostas inferiores, no plano cultural, a essas respostas políticas. Além disso, Cortázar questionou se as obras de César Vallejo, José Lezama Lima, Alejo Carpentier e Pablo Neruda

---

<sup>361</sup> *Ibidem*, p. 26-37 *passim*.

representavam uma incapacidade de responder com atos culturais o que outros tinham respondido com atos políticos.<sup>362</sup>

Cortázar negou ter um sentimento de inferioridade frente à cultura estrangeira como havia afirmado Collazos. Negou também possuir uma narrativa que derivava de experiências estrangeiras. Para ele, a literatura latino-americana — ao contrário do que havia afirmado na entrevista para a revista *Life* — daquele período inovava consideravelmente em relação às técnicas francesas ou norte-americanas. O livro *La casa verde* (1965) de Vargas Llosa, por exemplo, não tinha seu equivalente na Europa naqueles anos. Ademais, Collazos não compreendia que já não havia nada mais de estrangeiro nas técnicas literárias porque o *empequeñecimiento* do planeta, as traduções que surgiam quase ao mesmo tempo que as edições originais e o contato direto entre os escritores, eliminavam, cada vez mais, os compartimentos estanques nos quais estavam inseridas as diversas literaturas nacionais.<sup>363</sup>

Para Cortázar, definir realidade era algo complexo, porque ela é, em grande medida, incomensurável, além do mais o fazer literário não pode ser meramente uma invariável dialética de contexto-linguagem. A realidade não é, como apontou Collazos, uma estrutura “autodeterminada” ou “autodeterminante”, que “nasce e conclui em si mesma”. A realidade não é imediata ou parcelada nem tão pouco “concebível no vazio”. Para Cortázar o “poema mais abstrato, a narração mais delirante ou mais fantástica”, não alcançaria “a transcendência” se não tivesse uma correlação objetiva com a realidade”. O criador de ficções deveria compreender a realidade como algo que “possui muitos lados e muitas dimensões” para, então, “exceder os limites do contexto sócio-cultural” sem glorificá-la ou

---

<sup>362</sup> CORTÁZAR, Julio. *Literatura en la revolución y revolución en la literatura: algunos malentendidos a liquidar*. In: *Literatura en la revolución y revolución en la literatura*. México: Siglo XXI, 1970, p. 44-46.

<sup>363</sup> *Ibidem*, p. 40.

menosprezá-la.” Cortázar advertiu Collazos de que sua noção de realidade poderia levar a uma noção de realismo socialista. O que, em grande medida, tinha sido um “dos maiores escolhos com que tropeçou o socialismo ao longo de sua construção.”<sup>364</sup>

Para Cortázar, o papel do intelectual variava de acordo com a sociedade em que este estava inserido, aproximando-se, assim, da visão de Collazos e dos cubanos sobre o tema. Se o intelectual vivesse em uma sociedade burguesa, sua função seria de oposição ao sistema, se ele vivesse em uma sociedade revolucionária, deveria situar-se construtivamente, “criticando para construir” e “nunca para destruir”. Contudo, essa diferenciação não deveria ser confundida com o ato de criar em si, que possuía mecanismos vitais independentes do “dever” social do escritor ou dos jogos da política. Assim, para Cortázar,

a autêntica realidade é muito mais que o “contexto sócio-histórico e político”, a realidade sou eu e setecentos milhões de chineses, um dentista peruano e toda a população latino-americana, Óscar Collazos e a Austrália [...], cada homem e todos os homens, o homem agonista, o homem na espiral histórica, o *homo sapiens*, o *homo faber* e o *homo ludens*, o erotismo e a responsabilidade social, o trabalho fecundo e o ócio fecundo; é por isso que a literatura [...] incide no homem em todos os ângulos [...] o exalta, o incita, o transforma, o justifica, o faz mais realidade, mais homem [...].<sup>365</sup>

Um romance revolucionário não era, na sua concepção, somente aquele que tinha um conteúdo revolucionário, mas aquele que procura revolucionar a própria literatura. Nesse caso, revoluciona-se a forma, a trama, as hipóteses de trabalho, a linguagem. Quando Cortázar afirmava que a sua “metralhadora” era a literatura, em certo sentido, ela não indicava apenas ação e engajamento, mas também a necessidade de uma revolução na literatura. Para Cortázar, naquele período, um dos problemas mais dramáticos dos latino-

---

<sup>364</sup> *Ibidem*, p. 50-52.

<sup>365</sup> *Ibidem*, p. 63-65.

americanos era a necessidade “dos Che Guevara da linguagem, dos revolucionários da literatura, mais do que dos literatos da revolução.”<sup>366</sup>

A resposta de Collazos para Cortázar foi uma carta aberta intitulada *Contrarrespuesta para armar*, na qual expressou concordância com os argumentos do “*compañero Julio*” e sublinhou que a leitura de Cortázar sobre seu ensaio foi em parte injusta, mas que, de qualquer forma, as suas acusações e críticas não se dirigiam a ele, e novamente polemizou com Vargas Llosa:

[...] quando escrevo sobre o endeusamento ou a soberba produzidos por um pensamento, por um *intelectual* que se move em esquemas ideológicos que querem dar o *mot d'ordre* da honestidade ou a definição de uma permanente conduta crítica, não posso deixar de pensar no grande romancista Mario Vargas Llosa que deu lições de política internacional e sensatez — ocupando uma tribuna reacionária — a Fidel Castro, quando este apoiou a ocupação ou “invasão” da Tchecoslováquia.<sup>367</sup>

Em seu texto *Luzbel, Europa y otras conspiraciones*, Vargas Llosa acusou Collazos de assumir, em seus dois textos, o papel de caçador de bruxas, pois via conspiração política reacionária em quase todos os “promulgadores da nova narrativa latino-americana”. Vargas Llosa sustentou que o caráter subversivo da literatura era possível tanto na sociedade socialista quanto na sociedade capitalista. Questionou Collazos ao indagar se era possível e desejável uma identidade total entre a obra criadora de um escritor e sua ideologia, e se uma revolução autêntica liquidaria também o romance, um “produto presumidamente burguês”.<sup>368</sup>

No entendimento de Vargas Llosa, Collazos teria ficado deprimido ao constatar que, em muitos casos, havia um divórcio entre “os valores implícitos de uma obra literária e os

---

<sup>366</sup> *Ibidem*, p. 76-77.

<sup>367</sup> COLLAZOS, Óscar. *Contrarrespuesta para armar*. In: *Literatura en la revolución y revolución en la literatura*. México: Siglo XXI, 1970, p. 100-102.

<sup>368</sup> VARGAS LLOSA, Mario. *Luzbel, Europa y otras conspiraciones*. In: *Literatura en la revolución y revolución en la literatura*. México: Siglo XXI, 1970, p. 87-88.

valores que um autor manifestava objetivamente em seu comportamento social ou político”. Collazos ambicionaria eliminar essa dicotomia criando assim uma perfeita correspondência entre a ação individual e a criação artística e um ajuste coerente entre a vida e a obra do escritor. Na concepção de Vargas Llosa, pela própria natureza do texto literário, essa integralidade não poderia existir. A própria vocação da literatura estabelece “uma inevitável dualidade ou duplicidade” no ato de criação, ou seja, “o ato de criação nutre-se simultaneamente, em graus diversos em cada caso, das duas fases da personalidade do criador: a racional e a irracional, as convicções e as obsessões, sua vida consciente e sua vida inconsciente”. Vargas Llosa chamou os elementos inconscientes e obsessivos de “demônios de um escritor”. Seriam esses demônios que determinariam, na maioria das vezes, os temas de uma obra. Nesse sentido, o escritor não era responsável por seus temas, já que “o homem não era responsável por seus sonhos e pesadelos”. Essa duplicidade era característica da pessoa humana e não somente do escritor. Isso explicaria, segundo Vargas Llosa, o caso de “um Balzac, partidário da monarquia absoluta, anti-semita e conformista, e criador de uma obra novelesca que nos parece hoje um modelo maior de literatura realista crítica”.<sup>369</sup>

A única forma de abolir toda a possibilidade de antagonismo entre uma obra e seu autor seria, segundo Vargas Llosa, eliminando “toda a espontaneidade na criação literária” por meio de regulamentos, temas e normas preestabelecidos como se tentou fazer através da Inquisição e do realismo socialista. Os resultados eram demasiadamente conhecidos: “a literatura edificante, supervigiada pelos curas, e a literatura militante, controlada pelos burocratas, significaram simplesmente a banalidade e a quase a extinção da literatura”. Collazos pensava, ingenuamente, que eliminando as contradições da sociedade capitalista

---

<sup>369</sup> *Ibidem*, p. 81-83.



desapareceriam as contradições da personalidade humana e a obra literária seria então “um prolongamento natural, homogêneo e coerente do escritor não alienado”. Para Collazos, a literatura subversiva deveria existir apenas na sociedade capitalista, pois a sociedade socialista seria livre de contradições. A isso, Vargas Llosa fez algumas observações:

Desapareceram, automaticamente, todos os problemas? Já não existem motivos de descontentamento, de discórdia, já não há contradições sociais, políticas, morais e culturais nessa sociedade moralizada pela revolução? É a felicidade o alimento universal e constante de todos os membros da nova sociedade? Nessa utópica sociedade — se existiu alguma vez — a literatura terá desaparecido, pois já não terá razão de ser: reconciliados com a realidade concreta e consigo mesmos, os homens já não terão nenhuma necessidade de erigir realidades verbais nas quais projetem seus “demônios”.<sup>370</sup>

Vargas Llosa contestou severamente a crítica que Collazos lhe fez por ter discordado do apoio de Fidel Castro à invasão soviética na Tchecoslováquia. O fato de Fidel Castro ter dirigido com heroísmo uma revolução não significava que ele fosse o dono da verdade. Contestar a atitude de um líder era para Vargas Llosa uma ação crítica, mas para Collazos era um ato de arrogância. Vargas Llosa lembrou que na “época de Stalin o líder não foi somente origem de verdades políticas, mas também de verdades literárias, científicas, morais e lingüísticas”. Nesse tipo de experiência, era necessário “insultar o infiel, excomungar o herege, fixar uma ortodoxia sobre o trabalho que se pode aceitar, o país que se pode visitar, o jornal em que se pode colaborar”. Esse tipo de enquadramento do escritor, como queria Collazos, não era nada revolucionário. Vargas Llosa acreditava que a função política do escritor seria contradizer os mecanismos desse tipo de sociedade. Como veremos no próximo capítulo, essa polêmica em torno da função político-social da literatura e do papel do escritor

---

<sup>370</sup> *Ibidem*, p. 84-85.

canalizou ainda por algum tempo as discussões entre os intelectuais latino-americanos, principalmente em torno do “caso Padilla.”

## CAPÍTULO IV

### AS DISSIDÊNCIAS E OS DILEMAS DO COMPROMISSO: as complexidades do debate intelectual.

A partir de 1968 se intensificou em Cuba um intenso controle político sobre o meio cultural. O *I Congresso Cultural de la Habana*, realizado em janeiro desse ano, por iniciativa da *Casa de las Américas*, definiu a aproximação de Cuba, em termos de política cultural, com a URSS.<sup>371</sup> Ocorreu o fechamento de editoras independentes e publicações especializadas; a proibição de certos filmes estrangeiros e nacionais; a censura a determinadas propostas estéticas (como o abstracionismo) e estilos musicais (rock, *The Beatles*); o cerceamento a alguns artistas, em detrimento do incentivo a outros. O marco desse controle e endurecimento, que muitos chamaram de sectarismo, foi o “caso Padilla”, em 1971.<sup>372</sup>

A morte de Che Guevara, em outubro de 1967, e de tantos outros guerrilheiros fez empalidecer a perspectiva de uma revolução em escala latino-americana. Simultaneamente, a economia cubana atravessava um período de crise, o que levou Fidel a mobilizar toda a

---

<sup>371</sup> Foi também nesse ano que Cuba intensificou comercialmente suas relações com a União Soviética e com os demais países do bloco. O governo cubano conseguiu algumas garantias no acordo açucareiro com a URSS e colocou o açúcar como eixo dos esforços de crescimento da economia. Além disso, a partir de fins de 1968, os soviéticos investiram em armamentos na ilha. Cf. AYERBE, Luís Fernando. *A Revolução Cubana*. São Paulo: UNESP, 2004, p. 73; BANDEIRA, Luiz. A. Moniz. *De Martí a Fidel: a Revolução Cubana e a América Latina*, p. 588.

<sup>372</sup> VILLAÇA, Mariana Martins. *O Instituto del Arte e Industria Cinematográficos (ICAIC) e a política cultural em Cuba (1959-1991)*. 434 f. 2 v. Tese. FFLCH (Departamento de História), USP, São Paulo, 2006, p. 172.

sociedade a empenhar-se para uma safra recorde de açúcar em 1970, que, como se sabe, foi um fracasso, levando a um grande desprestígio do governo revolucionário.<sup>373</sup>

A definição de uma nova política cultural em Cuba, a conjuntura apontada acima e o apoio de Fidel Castro à invasão soviética na Tchecoslováquia levaram grande parte da intelectualidade latino-americana de esquerda a repensar a experiência cubana. Nesse contexto, o governo revolucionário apresentava-se particularmente suscetível a qualquer tipo de crítica e passou a fomentar novos debates sobre a função do intelectual.<sup>374</sup>

#### **4.1. Os novos rumos da política cultural em Cuba e o debate sobre a função do intelectual**

O *Congresso Cultural de la Habana* (1968) redefiniu a política cultural em Cuba ao estabelecer medidas relacionadas ao meio cultural que “revelaram a disposição do governo em restringir a liberdade dos artistas e dos intelectuais, como indivíduos formadores de opinião.” Nesse sentido, de acordo com Mariana Villaça, o *Congresso Cultural de la Habana* oficializou medidas que pretendiam eliminar o direito autoral; proibir o uso do termo *trabajador intelectual*, já que o governo cubano não distinguia esse termo de

---

<sup>373</sup> O cenário mundial foi marcado por acontecimentos como o maio de 68 na França, o massacre na Plaza de Tlatelolco no México e a vitória de Salvador Allende no Chile, em 1970.

<sup>374</sup> De forma esquemática, dividimos em três fases o modo como o governo cubano e a revista *Casa de las Américas* trataram o tema. A primeira fase teve início com a fundação da revista em 1960 e terminou por volta de 1965, quando Fernández Retamar substituiu Antón Arrufat como chefe de redação. A segunda fase começou com a ascensão de Fernández Retamar e teve seu fim com o *Congreso Cultural de la Habana* realizado em janeiro de 1968. A primeira e segunda fases foram analisadas no capítulo I. Nesse capítulo, enfocaremos a terceira fase, que se iniciou em 1968 com o endurecimento da política cultural e atingiu seu ápice com “caso Padilla” e o *Congreso Nacional de Educación y Cultura* em 1971. Cf. LIE, Nadia. *Transición y transacción: la revista cubana Casa de las Américas (1960-1976)*. Bélgica/Leuven: Ediciones Hispamérica/Leuven University Press, 1996.

trabalhador “braçal”, por considerar todos os cubanos potencialmente intelectuais; recusar os “vanguardismos” nas artes, pois além de ser uma “estética pequeno-burguesa” era também de difícil assimilação pelas massas; e proibir a difusão de obras críticas no meio cultural, principalmente no meio literário. Essa política cultural, além de enquadrar o intelectual na esfera da Revolução, demonstrava um ajuste com algumas medidas de “sovietização”, como a repressão aos vanguardismos.<sup>375</sup>

O propósito do *Congresso Cultural de la Habana* era articular os princípios que permitiam fazer frente à ofensiva imperialista encabeçada pelos Estados Unidos e estabelecer um denominador comum de ação. O congresso reuniu mais de quatrocentos intelectuais vindos de mais de setenta países que proclamaram solidariedade com a luta antiimperialista e com o “heróico povo vietnamita”. Nesse sentido, segundo Silvia Miskulin, o objetivo central do Congresso foi “sedimentar as relações entre os intelectuais estrangeiros e cubanos, por meio do engajamento político, em que as produções culturais estariam a serviço da luta antiimperialista, das revoluções e em prol do Terceiro Mundo”.<sup>376</sup> Os intelectuais, com seu talento e habilidade, deveriam participar desse processo apoiando as lutas de libertação nacional, de emancipação social e de descolonização cultural de todos os povos da Ásia, África e América Latina. Esse compromisso implicaria em uma total recusa dos intelectuais à concessão de bolsas de estudos e à participação em programas culturais ou de pesquisa patrocinados ou incentivados pelos Estados Unidos. Aceitar

---

<sup>375</sup> VILLAÇA, Mariana Martins. *O Instituto Cubano del Arte e Industria Cinemtográficos (ICAIC) e a política cultural em Cuba (1959-1991)*, p. 178-182 *passim*. É importante ressaltar que “a radicalização política interna e externa da revolução” foi “acompanhada por um processo de aprofundamento da estatização dos meios de produção.” Em 1968, foram nacionalizados os setores comerciais urbanos que ainda permaneciam em mãos privadas, dando continuidade ao processo de nacionalização da economia cubana. Cf. AYERBE, Luís Fernando. *A Revolução Cubana*, p. 72.

<sup>376</sup> MISKULIN, Silvia Cezar. *Os intelectuais cubanos e a política cultural da revolução (1961-1975)*. Tese. São Paulo: Programa de Pós-Graduação em História Social – FFLCH - USP, 2005, p. 165.

quaisquer desses benefícios significaria colaboração com a política de colonização cultural norte-americana.<sup>377</sup>

A comissão número três do *Congresso Cultural de la Habana, Responsabilidad del intelectual ante los problemas del mundo subdesarrollado*, presidida por Fernández Retamar, ficou responsável por abordar a temática relacionada à função do intelectual.<sup>378</sup> O resultado foi a *Declaración General*, também intitulada *Responsabilidad del intelectual ante los problemas del mundo subdesarrollado*, na qual ficou estabelecido que não existiria “atividade intelectual pura”. O intelectual foi concebido como um homem de ação que deveria servir a luta revolucionária em diversas frentes: a ideológica, a política e a militar. Era necessário que o intelectual tomasse (cons)ciência de que o marxismo não era um todo acabado ou uma metafísica, mas um “método de conhecimento, uma ciência da revolução”. Para descobrir sua própria eficácia na sociedade, o intelectual deveria se confrontar com a realidade e com a prática revolucionária, participando de organizações e partidos que estivessem dispostos a fazer ou manter a revolução. Para servir a luta revolucionária o intelectual deveria ser crítico de si mesmo e consciência crítica da sociedade.<sup>379</sup>

Até 1967, como vimos no capítulo I, existiu em Cuba um grande debate no qual coexistiram diferentes conceitos de intelectual e diferentes concepções sobre o seu papel na sociedade. A partir de 1968 — quando se intensificou em Cuba o controle político sobre o meio cultural e uma aproximação, em termos de política cultural, com a URSS —, desapareceu a coexistência de diferentes concepções e conceitos de intelectual. O debate foi substituído por um discurso normatizador, que, além de reforçar os cânones em torno dos

---

<sup>377</sup> *Casa de las Américas*, n. 47, março/abril, 1968, p. 101.

<sup>378</sup> Foram organizadas cinco comissões para o Congresso: *Cultura y independencia nacional, Formación integral del hombre, Responsabilidad del intelectual ante los problemas del mundo subdesarrollado, Cultura y medios de comunicación e Problemas de la creación artística y del trabajo científico y técnico*.

<sup>379</sup> *Casa de las Américas*, n. 47, março/abril, 1968, p. 103-105.

discursos de Fidel Castro, *Palabras a los intelectuales*, e de Che Guevara, *El socialismo y el hombre en Cuba*, canonizou a célebre frase de Régis Debray: “o segredo do valor do intelectual não reside no que ele pensa, mas na relação entre o que pensa e o que faz,”<sup>380</sup> ou seja, o intelectual deveria ser um homem que sintonizasse seus atos com seus pensamentos. No *Congreso Cultural de la Habana*, vários escritores<sup>381</sup> contribuíram com textos — posteriormente publicados pela revista *Casa* — nos quais versaram sobre a missão dos intelectuais. Em todos eles a figura de Régis Debray, ao lado da de Che Guevara, aparecem como a encarnação do intelectual modelo. Isso pode ser explicado, em parte, pela prisão<sup>382</sup> de Régis Debray na Bolívia em 1967, que o colocava como uma espécie de “intelectual-herói”.<sup>383</sup> Mas, seguramente, estar ao lado de Che Guevara não atestava o mesmo prestígio. A imagem de Che Guevara permaneceu como o principal modelo de homem de ação e de intelectual que “buscou incessantemente a verdade, a justiça e a construção do homem novo”.<sup>384</sup>

Em 1969, em comemoração aos dois lustros da Revolução Cubana, a revista *Casa de las Américas* organizou o dossiê *Diez años de revolución: el intelectual y la sociedad*, editado depois em forma de livro. Os textos foram assinados por Roque Dalton, René Depestre, Edmundo Desnoes, Roberto Fernández Retamar, Ambrosio Fornet e Carlos María Gutierrez. Logo de início, Fernández Retamar formulou o problema que deu o tom ao debate: “é possível um intelectual fora da Revolução? É possível um intelectual não revolucionário? É possível pretender estabelecer normas de trabalho intelectual

---

<sup>380</sup> *Ibidem*, p. 102.

<sup>381</sup> Adolfo Sánchez Vázquez, Mario Benedetti, Roberto Fernández Retamar, entre outros.

<sup>382</sup> Foi preso pelo governo boliviano sob acusação de colaborar com a guerrilha de Che Guevara. Apesar de condenado a trinta anos de detenção, Régis Debray permaneceu durante três anos na prisão (1967 a 1970).

<sup>383</sup> LIE, Nadia. *Transición y transacción*, p. 178.

<sup>384</sup> *Casa de las Américas*, n. 47, mar./abril, 1968, p. 121.

revolucionário fora da Revolução?”<sup>385</sup> Foram formas distintas para se fazer uma mesma pergunta que, por conseguinte, tinham uma mesma resposta: não. Se no discurso de Fidel Castro, *Palabras a los intelectuales* (1961), prevalecia uma relação tripartida do intelectual — revolucionário, não revolucionário e contra-revolucionário —, no dossiê de 1969 essa relação foi reduzida para duas posições possíveis: revolucionário ou contra-revolucionário. Nesse dossiê desapareceu por completo o discurso sobre a coexistência entre os diferentes conceitos de intelectual e foi imposta a definição de intelectual orgânico de Gramsci.<sup>386</sup> Com destaque para a semelhança entre a concepção de Gramsci e o de Che Guevara em *El hombre y el socialismo en Cuba*: os intelectuais maculados pelo “pecado original” e não revolucionários de Che Guevara eram os intelectuais de transição de Gramsci.<sup>387</sup> A característica fundamental do revolucionário passou a ser o apoio incondicional à Revolução e sua inserção ativa na sociedade.

A partir desse momento, ficou estabelecido em Cuba que a tarefa do intelectual era como a de um funcionário: trabalhar e executar. Se ele quisesse exercer a crítica, teria que fazê-la de dentro da revolução, ou melhor, de dentro dos aparatos do governo revolucionário. Ademais, como a crítica pressupõe participação, o crítico tornar-se-ia co-responsável pelos problemas que por ventura viesse a denunciar ou criticar, convertendo-a em uma espécie de autocrítica.<sup>388</sup> A crítica negativa passou a ser, quase sempre, identificada com os intelectuais estrangeiros, pois como eles viviam “a mil milhas de distância dos problemas de Cuba”, em outro tipo de sociedade, suas críticas “careciam de

---

<sup>385</sup> *Casa de las Américas*, n. 56, set./out., 1969, p. 07.

<sup>386</sup> Para uma concepção de intelectual orgânico, ver capítulo I p. 68.

<sup>387</sup> LIE, Nadia. *Transición y transacción*, p. 194.

<sup>388</sup> LIE, Nadia. *Casa de las Américas* y el discurso sobre el intelectual (1960-1971). In: *Cuadernos Americanos*, n° 29, vol. 05, set./out., 1991, p. 192.



sentido” e eram consideradas “presunçosas”.<sup>389</sup> Para Cortázar, os textos do dossiê *Diez años de revolución: el intelectual y la sociedad* eram interessantes e estava plenamente de acordo com o tom geral do debate, porém não estava inteiramente de acordo com algumas posições que se manifestaram nele, principalmente no que dizia respeito à posição de alguns escritores cubanos sobre os intelectuais estrangeiros. Cortázar não achava justa a desconfiança para com eles, não havia motivo para que colocassem “todos em uma mesma bolsa”, insistindo demasiadamente em que os estrangeiros viviam “em suas Arcádias de onde vociferavam.” Ele, por exemplo, não se enquadrava nesse tipo de intelectual.<sup>390</sup>

Tudo isso foi traduzido em medidas políticas concretas pelo próprio Fidel Castro, durante o *Congreso Nacional de Educación y Cultura* (1971), quando ele decidiu fechar as fronteiras aos intelectuais estrangeiros por tempo “indefinido e infinito”.<sup>391</sup> Na declaração desse congresso ficou visível o radicalismo com que o governo revolucionário passou a tratar o tema, ou melhor, o problema. O governo achava necessário que os intelectuais revolucionários escrevessem sobre temas da Revolução em sua luta contra o subdesenvolvimento. No campo da luta ideológica, não cabiam paliativos ou meio termo, a única alternativa era assumir posições claras e precisas. A consciência crítica da sociedade deveria ser o povo e, em primeiro lugar, a classe operária. A condição de intelectual não o outorgaria privilégio algum, a responsabilidade do intelectual era a de ajudar a despertar a consciência crítica do povo, participando da difícil tarefa de defender a revolução, dividindo com o povo todos os riscos, e, como fizeram José Martí e Che Guevara, trocando

---

<sup>389</sup> El intelectual y la sociedad. *Casa de las Américas*, Havana, n° 56, sep-oct. 1967, p. 07-48.

<sup>390</sup> CORTÁZAR, Julio. *Cartas (1969-1983)*, p. 1367. Carta endereçada a Fernández Retamar em dezembro de 1969.

<sup>391</sup> *Casa de las Américas*, Havana, n° 65-66, sep-oct, 1971, p. 28.

a “trincheira de idéias” pela “trincheira de pedras”.<sup>392</sup> Mario Benedetti sintetizou bem qual deveria ser a função do intelectual “naquela altura” da Revolução: “o escritor revolucionário pode ser indubitavelmente a consciência vigilante da revolução, porém não como escritor, mas como revolucionário.” Para ele, “todo revolucionário (do camponês ao dirigente político, do intelectual ao operário) deve exercer essa consciência vigilante”.<sup>393</sup>

O *Congreso Nacional de Educación y Cultura* marcou o início do chamado “Quinquênio Gris” (1971-1975), caracterizado pela opacidade da criação artística, convertida em instrumento para a difusão de “idéias instrutivas”, orientadas pelas autoridades revolucionárias.<sup>394</sup> Nadia Lie apontou que, nesse contexto de “sovietização”, a *Casa de las Américas* subordinou explicitamente a cultura ao campo político e conferiu à literatura uma função essencialmente instrumental, ligada a uma marcante “acentuação da identidade latino-americana”. No campo discursivo, prevaleceu a distinção nítida entre crítico e criador, que, na verdade, despojava do escritor o restante de sua consciência crítica: a que ele exercia a respeito de sua própria obra. O discurso teorizador insistia em inscrever sistematicamente as noções de ideologia e identidade cultural no discurso literário.<sup>395</sup>

---

<sup>392</sup> *Ibidem*, p. 07-19 passim.

<sup>393</sup> *Casa de las Américas*, março/abril, 1971, p. 78.

<sup>394</sup> Foi o escritor cubano Ambrosio Fornet quem cunhou a expressão “Quinquênio Gris” (“Quinquênio Cinza”). Segundo ele, nesse período, a literatura foi marcada pela “ênfase no didático e pelo desenvolvimento do romance policial e da literatura para crianças e adolescentes” *apud* LIE, Nadia. *Transición y transacción*, p. 237. Durante o “Quinquênio Gris”, Fidel Castro visitou quatro vezes a União Soviética e decidiu retomar a planificação da economia, criando metas para 1973-1974 e para 1976-1980. Em 1976, Cuba assinou vários acordos de cooperação econômica com os soviéticos: planificação, metalurgia, eletricidade, indústria têxtil, refino de petróleo e a concessão de créditos para investimento agrário por três anos. Cf. GOTT, R. *Cuba: uma nova história*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006, p. 276.

<sup>395</sup> LIE, Nadia. *Transición y transacción*, p. 264-265.

## 4.2. O “caso Padilla”

Tudo começou quando o poeta cubano Heberto Padilla<sup>396</sup> publicou alguns artigos no suplemento literário *El Caimán Barbudo*<sup>397</sup> em 1967, nos quais criticou a atuação de Lisandro Otero<sup>398</sup>, definindo-o como “burocrata cultural”; elogiou e defendeu o escritor cubano Guillermo Cabrera Infante, exilado e inimigo do governo; comparou certos “desvios” da Revolução Cubana com o stalinismo; apontou a existência dos campos de internação e trabalhos forçados, como as *Unidades Militares de Ayuda a la Producción* (UMAPs) e os campos de *Guanahacabibes*, comparando-os aos *gulags* soviéticos. Em resposta às opiniões de Padilla, o editores do suplemento afirmaram que ele havia caído em um “equívoco teórico de significação reacionária”.<sup>399</sup>

Em outubro de 1968, o Comitê Diretor da *Unión Nacional de Escritores y Artistas de Cuba* (UNEAC) desaprovou dois livros premiados por seus jurados: *Los siete contra Tebas*, de Atón Arrufat<sup>400</sup> e *Fuera del juego*, de Heberto Padilla. Os poemas de *Fuera del juego* faziam claras alusões ao contexto revolucionário cubano. No poema *El abedul de hierro*, criticou a posição do intelectual em Cuba:

Instrucciones para ingresar en una nueva sociedad

Lo primero: optimista.

Lo segundo: atildado, comedido, obediente.

---

<sup>396</sup> Quando ocorreu a vitória dos revolucionários cubanos em 1959, Padilla vivia nos Estados Unidos, onde trabalhava como jornalista. De volta a Cuba, ele aderiu à causa revolucionária e passou a trabalhar para o governo, exercendo funções diplomáticas na Europa até 1966. Padilla permaneceu em Cuba até 1980, quando, por intermédio de García Márquez, conseguiu ir para os Estados Unidos, onde faleceu em 2000.

<sup>397</sup> Foi criado em 1966 como suplemento literário e cultural do jornal *Juventud Rebelde*. Ao longo de sua história passou por diversas fases. Ver: MISKULIN, Sílvia Cezar. *Os intelectuais cubanos e a política cultural da Revolução* (1961-1975), 2005.

<sup>398</sup> Lisandro Otero foi escritor e vice-presidente do *Consejo Nacional de Cultura* de Cuba.

<sup>399</sup> MISKULIN, Sílvia Cezar. *Os intelectuais cubanos e a política cultural da Revolução* (1961-1975), p. 188-194 *passim*.

<sup>400</sup> Na edição do livro de Arrufat, a UNEAC inseriu a famosa declaração em que expressava seu desacordo com o mesmo, por entender que era ideologicamente contrário à Revolução.

(Haber pasado todas las pruebas deportivas).  
Y finalmente andar  
como lo hace cada miembro:  
un paso al frente, y dos o tres atrás:  
pero siempre aplaudiendo.<sup>401</sup>

O governo cubano qualificou essa obra como tendo tendências contra-revolucionárias e o Comitê Diretor da UNEAC decidiu não mais premiar *Fuera del juego*.<sup>402</sup> Além disso, o Comitê, “tendo em vista a negação e o questionamento da Revolução presente no livro”, resolveu publicá-lo com um prólogo explicativo, no qual julgava-o por seu distanciamento da Revolução, por sua crítica arbitrária sobre os objetivos e problemas da realidade cubana e por sua exaltação ao individualismo num momento em que a Revolução requeria ações coletivas para obter metas de transformação social.<sup>403</sup>

Heberto Padilla levou até as últimas conseqüências os seus questionamentos a respeito das decisões do comitê. Os desdobramentos de tudo isso culminaram com a detenção de Padilla em 1971, sob a acusação de realizar atividades contra-revolucionárias. Em sua autobiografia, *La mala memoria*, Padilla afirmou que, depois de detido, fora levado ao edifício da *Seguridad del Estado*, onde foi fichado, revistado, interrogado, torturado e confinado em uma cela individual, sob a acusação de atentar contra os poderes do Estado.<sup>404</sup> Segundo Lisandro Otero, Padilla não foi preso, três anos depois, por ter escrito *Fuera del juego*, mas por suas colaborações com um agente da CIA em Cuba. O agente da CIA, de acordo com Otero, teria sido o fotógrafo francês Pierre Golendorf que teria realizado atividades culturais na ilha como “disfarce”. Um dos principais informantes de

---

<sup>401</sup> PADILLA, Heberto. Antologia de *Final del juego*. In: CROCE, Marcela (comp.) *Polémicas intelectuales en América Latina: del “meridiano intelectual” al caso Padilla (1927-1971)*. Buenos Aires: Simurg, 2006, p. 225.

<sup>402</sup> Padilla não recebeu o prêmio concedido pela UNEAC: uma viagem para a URSS e mil pesos cubanos.

<sup>403</sup> OTERO, Lisandro. *Disidencias y coincidencias en Cuba*. Havana: Editorial José Martí, 1984, p. 81.

<sup>404</sup> PADILLA, Heberto. *La mala memoria*. Barcelona: Plaza y Janés, 1989, p. 148-149, *passim*.

Golendorf teria sido Padilla, que passava todo tipo de informações para o inimigo.<sup>405</sup> Padilla em suas memórias negou a existência do “agente da CIA” e, conseqüentemente, sua colaboração como informante. Segundo ele, o que mais irritava os homens da *Seguridad del Estado* não era o fato dele ter sido acusado de traidor, mas de ter recentemente publicado um livro com o título de *En mi jardín pastan los héroes*, “porque apenas as bestas podiam pastar, como, por exemplo, o cavalo, um dos apelidos de Fidel”.<sup>406</sup>

No quarto dia de detenção, segundo a versão de Padilla, ele sofreu torturas terríveis e foi levado ao Hospital Militar. Depois de medicado, retornou novamente para a *Seguridad del Estado*, onde sugeriram que ele “assinasse” uma carta reconhecendo os erros cometidos, enumerando ponto a ponto suas atividades contra-revolucionárias. O resultado foi uma confissão ou autocrítica com mais de trinta páginas.<sup>407</sup> Depois de permanecer trinta e oito dias detido, Padilla apresentou-se na UNEAC para admitir publicamente “seus desvios”. Em um discurso que durou quase duas horas, afirmou que havia cometido erros imperdoáveis, censuráveis e inqualificáveis e pediu perdão por ter caluniado a Revolução. Além disso, declarou que a experiência na prisão serviu para convertê-lo em um defensor acirrado da Revolução; renegou *En mi jardín pastan los héroes*; acusou seus amigos e sua esposa; e, por fim, fez um chamado para que os intelectuais apoiassem decididamente o processo revolucionário.<sup>408</sup>

---

<sup>405</sup> OTERO, Lisandro. *Disidencias y coincidencias en Cuba*, p. 93.

<sup>406</sup> PADILLA, Heberto. *La mala memoria*, p. 149-157, *passim*.

<sup>407</sup> *Ibidem*, p. 164-171, *passim*. Em 1992, Padilla concedeu uma entrevista afirmando que “uma parte da autocrítica foi escrita pela polícia, a outra parte por outras pessoas. Há parágrafos em que eu queria identificar a pessoa que o escreveu. Há alguns em que, por seu grau de detalhe, está evidentemente a mão de Fidel Castro [...]” VERDECIA, Carlos. *Conversación con Heberto Padilla*. Costa Rica: Kosmos, 1992, p. 78 *apud* ESTEBAN, Ángel; PANICHELLI, Stéphanie. *Gabo y Fidel: el paisaje de una amistad*. Madri: Espasa Hoy, 2004, p. 55.

<sup>408</sup> *Casa de las Américas*, n.º 65-66, marzo-junio de 1971.

A reação da imprensa internacional ao “caso Padilla” foi imediata e os intelectuais latino-americanos, muitos radicados na Europa, exigiram respostas do governo cubano. Durante várias semanas, o contato desses intelectuais com Cuba foi cortado abruptamente, até que Padilla e outros, também acusados de traição, apareceram em público fazendo a já citada autocrítica. A reação dos intelectuais latino-americanos e de muitos intelectuais europeus — que até esse momento apoiavam o governo cubano — ao “caso Padilla”, foi imediata. A primeira (re)ação foi uma carta aberta, *Declaración de los 54*, endereçada ao “Comandante Fidel Castro” e publicada no jornal *Le Monde*, na qual expressavam a preocupação com a detenção de Heberto Padilla. A carta foi idealizada e redigida por Cortázar e Juan Goytisolo, mas assinaram a missiva Carlos Barral, Simone de Beauvoir, Ítalo Calvino, Fernando Claudín, Marguerite Duras, Hans-Magnus Enzensberger, Carlos Franqui, Carlos Fuentes, Maurice Nadeau, Octavio Paz, Jean-Paul Sartre, Susan Sontag, Mario Vargas Llosa, entre outros.

Os signatários da carta expressaram solidariedade aos princípios e objetivos da Revolução Cubana, mas solicitaram diretamente a Fidel Castro uma explicação, “nos devidos termos”, da situação criada pela detenção de Padilla. Como o governo cubano ainda não havia se pronunciado a respeito, isso podia levá-los a acreditar que ocorria na ilha o “reaparecimento de um processo de sectarismo mais forte e perigoso do que aquele denunciado” pelo próprio Fidel Castro em 1962, “ao qual, por mais de uma vez, o comandante Che Guevara fez referência, quando denunciava a supressão do direito à crítica dentro dos limites revolucionários”. Cautelosamente, os signatários advertiram Fidel Castro de que

O emprego de métodos repressivos contra intelectuais e escritores que tenham exercido o direito de crítica dentro da revolução, pode ter apenas uma repercussão profundamente negativa entre as forças antiimperialistas

do mundo inteiro e muito especialmente na América Latina, onde a Revolução Cubana é um símbolo e uma bandeira.

Agradecendo a atenção concedida a este pedido, reafirmamos a V. [Fidel Castro] a nossa solidariedade com os princípios que guiaram a luta na *Sierra Maestra* e que o Governo Revolucionário de Cuba tantas vezes exprimiu através da palavra e da ação do seu Primeiro Ministro, do Comandante Che Guevara e de tantos outros dirigentes revolucionários.<sup>409</sup>

A crítica mais contundente a esses intelectuais veio do próprio Fidel Castro durante o discurso pronunciado no *Primer Congreso Nacional de Educación y Cultura*, no qual afirmou que os intelectuais estrangeiros espalhavam “o veneno, a insídia e a intriga na Revolução” e, como se não bastasse, eram ainda “agentes do colonialismo cultural”, “inteligências do imperialismo”, “agentes da CIA”. Fidel Castro chamou esses intelectuais de “pseudo-esquerdistas descarados que queriam conquistar fama e louros vivendo em Paris, Londres, Roma”. Inclusive, alguns deles eram intelectuais “latino-americanos que, em vez de se colocarem em uma trincheira de combate”, viviam nos “salões burgueses a milhas dos problemas, usufruindo um pouquinho de fama que ganharam quando, durante um período, foram capazes de expressarem alguns dos problemas latino-americanos”. Fidel Castro deixou claro que, se esses intelectuais quisessem receber qualquer prêmio literário em concurso cubano ou internacional, deveriam ser revolucionários sérios, escritores sérios, pois os concursos literários não se realizariam em benefício de “farsantes”. Nesse caso, teriam “guarida” apenas “os escritores revolucionários”. Os “intelectuais burgueses e liberais” nunca mais entrariam em Cuba, mesmo que a defendessem. De maneira que

---

<sup>409</sup> *Declaración de los 54*. In: Cuba: “o caso Padilla”. Lisboa: M. Rodrigues Xavier, Coleção Idéias no Tempo, 1971, p. 25. A justificativa da editora portuguesa para publicar diversos textos sobre o “caso Padilla” foi: “verdadeiramente atenta às idéias do nosso tempo, esta coleção propõe-se a fazer o balanço dos acontecimentos mais em evidência. Pela sua absoluta atualidade e através de uma exata perspectiva do mundo em que nos situamos, idéias no tempo começa por um tema que ainda há pouco encheu as colunas dos jornais de todo o mundo e provocou grande celeuma nos meios políticos e literários. Onde está toda a verdade do “caso Padilla”? Eis aqui um “dossiê” que responde a todas essas questões”. Este não foi o único dossiê publicado sobre o caso, temos também *Casa de las Américas*, n. 67, julho/agosto, 1971; *Cuadernos de Marcha*, n. 49, maio de 1971; *Revista Mensaje*, Santiago do Chile, n. 199, junho, 1971, entre outros.

estava “fechada a entrada definitivamente, por tempo indefinido e por tempo infinito” desses intelectuais na ilha. Isso era tudo que ele, Fidel Castro, tinha a “dizer sobre o assunto”.<sup>410</sup>

Outra resposta do governo cubano foi fazer circular na *Prensa Latina* uma versão datilografada da autocrítica de Padilla. Isso serviu apenas para alarmar e despertar ainda mais a desconfiança da comunidade intelectual. De maneira que uma outra carta, *Declaración de los 62*, foi endereçada a Fidel Castro em 1971, após lerem a autocrítica de Padilla, que, segundo esses intelectuais, havia sido forçada. Essa carta não contou com a adesão de Cortázar nem do editor Carlos Barral, que declararam posições favoráveis a Cuba. O conteúdo da carta expressa a “vergonha” e a “raiva” despertadas pela confissão de Padilla, que, na visão dos signatários só, poderia ter sido feita através de métodos “que se revelavam como a negação da legalidade e da justiça revolucionárias” e que os faziam recordar “os momentos mais sórdidos da época do stalinismo, os seus julgamentos fabricados e as suas caças às bruxas”. Esses intelectuais que antes expressaram solidariedade com a Revolução, agora “a exortavam para evitar o dogmatismo, o obscurantismo, a xenofobia cultural e o sistema repressivo que o stalinismo impunha nos países socialistas a exemplo de Cuba”. A carta foi finalizada com uma ressalva: “Gostaríamos que a Revolução Cubana voltasse a ser o que num dado momento nos levou a considerá-la como modelo dentro do socialismo”.<sup>411</sup>

Tanto a *Declaración de los 54* quanto a *Declaración de los 62* foram agressivamente condenadas e rechaçadas pelo governo cubano, pela *Casa de las Américas* e por vários intelectuais cubanos e latino-americanos que continuaram defendendo a

---

<sup>410</sup> Disponível em: [www.cuba.cu/gobierno/discursos/1971](http://www.cuba.cu/gobierno/discursos/1971). Acesso em: 26/11/2008.

<sup>411</sup> *Declaración de los 62*. In: *Cuba: “o caso Padilla”*. Lisboa: M. Rodrigues Xavier, Coleção Idéias no Tempo, 1971, p. 113-114.



Revolução. Os principais alvos da revista *Casa* foram os intelectuais que viviam na Europa e a imprensa mundial:

[...] A imprensa capitalista organizou uma caluniosa campanha contra Cuba na qual colaboraram algumas dezenas de intelectuais colonizadores, que, com seqüela de colonizados e com desordem ideológica, aproveitaram de uma conjuntura para mostrar seu verdadeiro rosto, contrário à Revolução, e prestar serviços conscientes ou não ao imperialismo norte-americano.<sup>412</sup>

Além de sua própria declaração, a *Casa de las Américas* também publicou várias cartas com declarações favoráveis a Cuba e de condenação aos intelectuais que haviam assinado as duas cartas anteriores. São elas: *Llamamiento de los premios nacionales del Peru a los intelectuales de América Latina*, *Declaración de los cineastas cubanos*, *Declaración de la UNEAC*, *Declaración de intelectuales y artistas uruguayos*, *Declaración de los intelectuales chilenos*, *Mensaje de los intelectuales colombianos*, *Cable de intelectuales ecuatorianos* e *Declaración de intelectuales mexicanos*. Vários escritores assinaram esses manifestos favoráveis ao governo cubano, entre eles, os uruguaio Hugo Achugar, Juan Carlos Onetti, Cristina Peri Rosi, Mario Benedetti; os cubanos Alejo Carpentier, Fernández Retamar, Nicolás Guillén; os chilenos Manuel Rojas, Antonio Skármeta, Miguel Littin; os colombianos Carlos Castañeda, Javier Ayala, Ricardo Samper; os equatorianos Darío Moreira, Carlos Arauz, Rolando Montesinos; os mexicanos David Alfaro Siqueiros, Arturo Bonilla, Ricardo Pozas.

Para compreendermos a dimensão do “caso Padilla” é necessário analisarmos as manifestações isoladas de alguns intelectuais que alimentaram enormemente a polêmica em torno do caso, ao se posicionarem em relação ao episódio. Para Octavio Paz a autocrítica de Padilla representava um pesadelo para a história e um cisma literário. Comparou o episódio

---

<sup>412</sup> *Casa de las Américas*, Havana, n. 67, julio-agosto, 1971, p. 139.

ao stalinismo, que obrigava os seus inimigos a se declararem culpados de “insensatas conspirações internacionais” para defender a sobrevivência da URSS. Já o governo cubano — “para limpar a reputação de sua equipe dirigente, maculada por alguns livros e artigos que colocavam em dúvida sua eficácia” —, obrigava um dos seus críticos a declarar-se cúmplice de “abjetos” e “insignificantes enredos e intrigas político-literárias.” Tudo isso levou Paz a declarar que o “caso Padilla” era um sintoma de que em Cuba já estava em marcha “o fatal processo que converte o partido revolucionário numa casta burocrática e o dirigente em César”.<sup>413</sup>

O mexicano Carlos Fuentes ressaltou a grandeza da Revolução Cubana pelo triunfo guerrilheiro em *Sierra Maestra*, pela ruptura dos fatalismos geográficos e sociais, pela dignidade do combate ao imperialismo norte-americano, pelas transformações sociais advindas da educação, da saúde e da justiça econômica. Porém, a “mesquinhez e pequenez” da Revolução teriam vindo à tona com “o caso tragicômico do poeta Heberto Padilla”, um caso “repugnante indigno de Cuba, da Revolução” e até mesmo de “seus passageiros representantes” — passageiros porque, a seu ver, “a revolução em Cuba” era “irresistível” e duraria “mais que Heberto Padilla ou Fidel Castro”. O caso era trágico pela profunda mentira que revelava: Padilla nunca fora um contra-revolucionário, pois suas críticas “foram formuladas dentro da revolução e acerca da revolução”. Para Fuentes, nenhum movimento político com “estrito apego à dialética marxista-leninista” escapava às contradições e alienações que dizem respeito ao intelectual, considerado, absurdamente, como uma ameaça ao poder revolucionário. Toda essa tragédia teria se convertido em comédia quando Padilla passou a atuar sem a menor “imaginação renovadora ou revisão crítica”, executando “o velho número da comédia stalinista da autodegradação através da

---

<sup>413</sup> Cuba: “o caso Padilla”. Lisboa: M. Rodrigues Xavier, Coleção Idéias no Tempo, 1971, p. 134-135.

confissão previamente fabricada”. Na sua ótica, não era necessário que o regime cubano apelasse para os métodos stalinistas para defender-se do imperialismo norte-americano e afirmar a soberania e independência da ilha. A seu ver, o governo revolucionário havia perdido uma excelente oportunidade para provar que “o delírio perseguidor de um estilo político” não era inerente ao socialismo e menos ainda à realidade latino-americana.<sup>414</sup>

A política cultural que vinha sendo desenvolvida em Cuba desde 1968, segundo Ángel Rama, exigia do intelectual mais disciplina, compromisso e dedicação. O enquadramento mais rígido das forças culturais requeria um “esforço marcadamente voluntarista” do intelectual, que deveria colocar-se a serviço do aprofundamento do processo revolucionário, necessário para resolver a “difícil situação econômica” em que se encontrava a ilha. Nesse sentido, o grande desafio era encontrar alternativas para que os cubanos enfrentassem o subdesenvolvimento. Além disso, foi exigido que a literatura e a arte cubana se politizassem dentro dos marcos vigentes da revolução. Para Ángel Rama, foi justamente esse contexto que provocou diversos conflitos entre o regime cubano, os intelectuais e alguns organismos culturais da revolução. Foi nesse contexto que Ángel Rama situou o “caso Padilla”, ou seja, dentro dos marcos do que ele chamou de burocratização do campo cultural.<sup>415</sup>

A autocrítica de Padilla foi, para Rama, uma peça montada, uma fraude anacrônica no plano histórico, pois esse tipo de autocrítica “teve a sua hora na década de trinta”, na URSS, “quando foi capaz de convencer a muitos”. Porém, sua repetição mais de trinta anos depois era algo grotesco que “parecia dar razão a Marx sobre as diferentes formas que um

---

<sup>414</sup> *Ibidem*, p. 137-138.

<sup>415</sup> RAMA, Ángel. Una nueva política cultural en Cuba. In: CROCE, Marcela (comp.) *Polémicas intelectuales en América Latina: del “meridiano intelectual” al caso Padilla (1927-1971)*. Buenos Aires: Simurg, 2006, p. 273-274.

mesmo evento pode assumir em diferentes tempos históricos.” Ángel Rama expressou sua preocupação com todo esse cenário propiciado pela política cultural em Cuba, pois o resultado disso parecia-lhe algo perigoso que poderia levar a uma literatura “ditada por funcionários”,<sup>416</sup> o que estaria, segundo ele, de acordo com as previsões do próprio Che Guevara: “busca-se então a simplificação, o é que entendido por todo mundo, o que é entendido pelos funcionários. Anula-se a autêntica criação artística e reduz-se o problema da cultura geral em uma apropriação do presente socialista e do passado morto [portanto, não perigoso]”.<sup>417</sup>

O poeta chileno Enrique Lihn, além de condenar a prisão e autocritica de Padilla, condenou também o discurso que Fidel Castro pronunciou no *Primer Congreso Nacional de Educación y Cultura*, no qual “se lançou contra os ‘pássaros da fábula’ que procuraram apresentar-se como amigos da Revolução, contra ‘os intelectuais burgueses e agentes da CIA’, ‘ratos intelectuais’ que mergulhariam em curto prazo no tempestuoso mar da história”. Enrique Lihn perguntava-se porque que em vez de esmagar tardiamente os intelectuais, a Revolução Cubana não se apoiava neles para projetar uma outra política cultural adequada às suas circunstâncias, sem recorrer a um verdadeiro ritual primitivo, feito de ocultamentos, confissões e mistificações.<sup>418</sup>

Muitas declarações favoráveis à Revolução também circularam em vários periódicos nesse conturbado ano de 1971. Como as declarações do escritor venezuelano Salvador Garmendia, do jornalista e escritor argentino Rodolfo Walsh e do dramaturgo e ensaísta espanhol Alfonso Sastre. Garmendia, por meio de um telegrama endereçado a Juan

---

<sup>416</sup> *Ibidem*, p. 278-279.

<sup>417</sup> GUEVARA, Ernesto Che *apud* RAMA, Ángel. Una nueva política cultural en Cuba. In: CROCE, Marcela (comp.) *Polémicas intelectuales en América Latina: del “meridiano intelectual”*, p. 273-274.

<sup>418</sup> Cuba: “o caso Padilla”. Lisboa: M. Rodrigues Xavier, Coleção Idéias no Tempo, 1971, p. 155.

Goytisolo, manifestou sua total adesão ao processo revolucionário cubano e afirmou que grande parte das acusações que a Revolução recebia derivava de “uma campanha difamatória” provocada pelo “imperialismo norte-americano”. Alfonso Sastre criticou diretamente a *Declaración de los 62*, acusando-a de ter um conteúdo sem critérios, sem informações suficientes para acusar a Revolução Cubana de ser “um vassalo do stalinismo”. O “caso Padilla”, segundo ele, não era suficiente para provar que a Revolução fosse “obscurantista”, “dogmática”, “culturalmente xenófoba” e “repressiva”.<sup>419</sup>

As críticas de Rodolfo Walsh também foram direcionadas aos intelectuais que assinaram a *Declaración de los 62*, que lhe pareceu uma “espantosa leviandade”, pois os intelectuais comparavam o stalinismo com a realidade cubana. Para ele não havia nenhum paralelo entre a Rússia de 1937 e a Cuba de 1971, pois na ilha não teria havido fuzilamentos de escritores, liquidação física de toda uma direção revolucionária e o extermínio de centenas de milhares de homens do povo. Os intelectuais que assinaram tal declaração tinham esquecido o que os levaram a defender a Revolução e converteram repentinamente o “céu” em “inferno”. Para Rodolfo Walsh, esse método “era um simples arrebato e o resultado disso era uma espécie de caricatura que lhe soava muito falsa”.<sup>420</sup>

Além do mais, os 62 intelectuais concluíram que a autocrítica de Padilla só poderia ter sido obtida mediante tortura, e excluíram a possibilidade de que a autocrítica fosse sincera ou que talvez tivesse sido um instrumento do próprio Padilla para “criar uma nova batalha contra o governo de seu país”. Rodolfo Walsh finalizou sua declaração afirmando que:

---

<sup>419</sup> *Ibidem*, p. 151.

<sup>420</sup> Opinión de Rodolfo Walsh. In: CROCE, Marcela (comp.) *Polémicas intelectuales en América Latina: del “meridiano intelectual” al caso Padilla (1927-1971)*, 2006, p. 270.

Da França, de onde chega esta carta [*Declaración de los 62*], chegam também os tanques AMX-13, os aviões *Mirage* e os helicópteros antiguerrilha. Quem poderia assegurar que as palavras e as armas não se completam, que um protesto contra supostas torturas em Cuba não contribuirá para legalizar torturas reais no Brasil, Guatemala e Argentina? Estou seguro que essa não é a intenção dos 62 intelectuais, porém se algum deles refletir profundamente sobre o tema, talvez tenhamos alguma nova autocrítica, redigida desta vez nas margens do Sena.<sup>421</sup>

O ensaísta argentino David Viñas, em carta endereçada a Fernández Retamar, situou-se entre as duas posições, ou seja, discordava igualmente das duas interpretações fundamentais, polarizadas e antagônicas, que até aquele momento existiam em torno do “caso Padilla”. Discordava das comparações que fizeram os intelectuais entre Cuba e o período stalinista na URSS, pois lhe parecia demasiado anacrônico quando se extrai do seu marco histórico a designação de um processo para o aplicar mecanicamente a outro; e, por outro lado, discordava também daqueles que, para invalidar os argumentos dos 62 intelectuais, principalmente os latino-americanos, os acusavam de europeizantes. Isso, a seu ver, era demasiado abstrato porque aqueles que os acusavam desconheciam a situação particular e concreta na qual viviam, pois, de maneira alguma, eram cercados de privilégios em Paris ou em Roma.<sup>422</sup>

O “caso Padilla”, segundo Verónica Lombardo, permitiu polemizar não só sobre os caminhos da Revolução Cubana e as formas estéticas da arte, mas também colocou em jogo um debate muito profundo sobre os valores, os alcances e os limites do intelectual, no que diz respeito à sua responsabilidade na esfera de transformações políticas e sociais.<sup>423</sup> O

---

<sup>421</sup> *Ibidem*, p. 270.

<sup>422</sup> Carta de David Viñas a Fernández Retamar. In: CROCE, Marcela (comp.) *Polémicas intelectuales en América Latina: del “meridiano intelectual” al caso Padilla (1927-1971)*, p. 271-273.

<sup>423</sup> LOMBARDO, Verónica. El difícil oficio de calcular, o donde me pongo. CROCE, Marcela (comp.) *Polémicas intelectuales en América Latina: del “meridiano intelectual” al caso Padilla (1927-1971)*, 2006, p. 213-215 *passim*.

“caso Padilla” também pôs em evidência as preocupações geradas pela necessidade de definir posições em um sistema discursivo mediado pelo político e atravessado pela literatura como prática estética que pode ser também uma via de ação política.<sup>424</sup>

Padilla deixou de ser um sujeito para tornar-se um “caso”, um “caso” que impunha, para muitos, uma nova forma de avaliar e compreender a Revolução Cubana.<sup>425</sup> As opiniões manifestadas na época, sobretudo por intelectuais latino-americanos, revelaram que o “caso Padilla” estava sujeito a matizes de ordem diversa, colocando especialmente em questão o que dizia respeito ao socialismo, à criação artística e ao compromisso dos intelectuais em face do processo revolucionário cubano. O “caso Padilla”, com as suas incidências e implicações políticas e intelectuais, ganhou notoriedade na cena internacional e chamou a atenção para a política revolucionária em Cuba; e pode ser considerado como uma das principais razões do fim da rede intelectual latino-americana de esquerda em torno de Cuba, à qual nos referimos no início desse trabalho. No artigo *Enredos cubanos*, Jorge Edwards afirmou que, com o “caso Padilla”, o “mundo literário latino-americano se dividiu de forma irremediável entre castristas e anti-castristas”.<sup>426</sup> José Donoso afirmou que a quase unanimidade dos intelectuais latino-americanos em torno de Cuba, responsável pela internacionalização da novela hispano-americana e pela sensação de unidade latino-americana, foi quebrada com o “caso Padilla”. De maneira que, em fins dos 70, o grupo literário que deu origem ao *boom*, grupo que outrora possuía afinidades literárias, políticas e de amizades, já não existia mais.<sup>427</sup> Para José Miguel Oviedo, o episódio provocou um

---

<sup>424</sup> GÓMEZ, Susana. *Julio Cortázar y la Revolución Cubana: la legibilidad política del ensayo*. Córdoba: Alción Editora, p. 130.

<sup>425</sup> CHADAD, Martín. Testimonio de partes, o quién es quién. In: CROCE, Marcela (comp.) *Polémicas intelectuales en América Latina: del “meridiano intelectual” al caso Padilla (1927-1971)*, 2006, p. 210.

<sup>426</sup> EDWARDS, Jorge. *Enredos cubanos (dieciocho años después del “caso Padilla”)*. *Vuelta*, México, N° 154, sep. 1989, p. 35.

<sup>427</sup> DONOSO, José. *História personal del “boom”*. Barcelona: Seix Barral, 1983, p. 45-46.

grande cisma entre escritores, artistas e pensadores latino-americanos que haviam defendido a Revolução Cubana.<sup>428</sup>

### 4.3. A dissidência: Vargas Llosa

Em 1968, como mostramos no capítulo II, Vargas Llosa publicou o artigo *El socialismo y los tanques*, no qual evidenciou sua preocupação com a forma como se operava a construção do socialismo em Cuba, condenou o apoio de Fidel Castro à invasão soviética da Tchecoslováquia e criticou a nova política cultural implementada pelo governo. Mas foi, finalmente, o “caso Padilla”, em 1971, que começou a mudar radicalmente sua posição em relação à Revolução Cubana, que já não considerava mais um modelo possível. Aprofundava-se a desilusão, a crítica e o distanciamento ideológico, mas sobrevivia aquilo sobre o que Vargas Llosa era incapaz de fazer qualquer tipo de concessão: o respeito à liberdade de expressão, à dignidade do escritor e ao direito à crítica.

A primeira atitude de Vargas Llosa, depois de assinar a *Declaración de los 54*, foi enviar uma missiva para Haydée Santamaría para apresentar seu desligamento do Comitê da *Casa de las Américas* e comunicar-lhe a sua decisão de não se

[...] deslocar a Cuba para realizar o curso, em janeiro, como tinha prometido [...] Compreenderá que é a única coisa que posso fazer depois do discurso de **Fidel a fustigar os escritores latino-americanos que vivem na Europa, aos quais proibiu a entrada em Cuba por tempo indefinido e infinito**. Mas irritou-o tanto assim a nossa carta a pedir que esclarecesse a situação de Heberto Padilla? Como os tempos mudaram [...] eis a negação do que me fez abraçar desde o primeiro dia a causa da Revolução Cubana: a sua decisão de lutar pela justiça sem perder o

---

<sup>428</sup> OVIEDO, José Miguel. *Dossier Vargas Llosa*, p. 105. Para Germán Albuquerque Fuschini, o “caso Padilla” não é o único fator que explica o fim da rede. Podemos assinalar também a “proliferação de ditaduras militares na América Latina, o desgaste do fenômeno literário do *boom* ou até mesmo uma mudança geracional entre os escritores.” Cf. *El caso Padilla y las redes de escritores latinoamericanos*. *Revista Universum*, Chile, Universidade de Talca, n. 16, 2001, p. 309.



respeito pelos indivíduos. Não é esse o exemplo de socialismo que desejo para o meu país [...].<sup>429</sup>

A resposta de Haydée Santamaría foi incisiva. Acusou Vargas Llosa de trair a Revolução e lembrou o episódio de 67:

Quando em abril de 1967, quis saber a opinião que tínhamos sobre a aceitação por ti do prêmio venezuelano *Rómulo Gallegos*, outorgado pelo governo de Leoni, que significava assassínios, repressão, traição aos nossos povos, nós propusemos-lhe que aceitasse esse prêmio e entregasse a sua importância a Che Guevara, para a luta dos nossos povos. E você não aceitou a nossa sugestão: guardou para si esse dinheiro, recusou a extraordinária honra de poder contribuir, embora simbolicamente, para auxiliar a luta de Che Guevara. O pouco que podemos pedir-lhe hoje, como verdadeiros camaradas de Che, é que você não escreva nem pronuncie mais esse nome [...].<sup>430</sup>

Haydée Santamaría lembrou esse episódio para mostrar que Vargas Llosa nunca tinha sido de fato um autêntico revolucionário, portanto incapaz de fazer qualquer sacrifício pela Revolução. Em entrevista para Ricardo Setti, já na década de 80, Vargas Llosa deu uma versão diferente sobre o ocorrido. Explicou que, em 1967, Alejo Carpentier foi vê-lo em Londres com uma carta de Haydée Santamaría que lhe apresentava a proposta da doação do dinheiro, deixando claro que eles (os revolucionários) sabiam que um escritor tinha necessidades e, naturalmente, a doação de maneira nenhuma significaria que ele sairia prejudicado com essa história, pois “a Revolução lhe devolveria o dinheiro discretamente, sem que ninguém ficasse sabendo”. Vargas Llosa considerou tal proposta ofensiva e disse a Alejo Carpentier:

Você imagina o que Haydée está me propondo? Que faça a farsa de ir-me a Caracas primeiro receber o prêmio, depois ir a Havana, onde vamos montar um número extraordinário e onde eu vou aparecer como um herói que doa 25 mil dólares. E depois eu volto para Londres, e a embaixada cubana discretamente me devolve os 25 mil dólares. Ou seja, eu, um farsante, atuando realmente com uma duplicidade extraordinária [...] Isso não é maneira de tratar um escritor que tem respeito por seu trabalho.<sup>431</sup>

---

<sup>429</sup> VARGAS LLOSA, Mario. *Contra viento y marea I* (1962-1972), p. 248-249. Grifos nossos.

<sup>430</sup> *Casa de las Américas*, Havana, n° 67, jul-ago., 1971, p. 02.

<sup>431</sup> SETTI, Ricardo. *Conversas com Vargas Llosa*. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 146.

A reação de Alejo Carpentier — que segundo Vargas Llosa era um bom escritor, mas um homem muito cínico — foi afirmar: “não vou dizer isso desse jeito para Haydée, porque não convém que você brigue com a Revolução”. Vargas Llosa realmente não brigou com a Revolução. Quando foi receber o prêmio *Rómulo Gallegos* em Caracas, pronunciou um discurso em que fez vários elogios a ela. Mas, de todo modo, isso criou um esfriamento dele em relação à Revolução Cubana.<sup>432</sup> Quando foi questionado se iria refutar a carta de Haydée Santamaría, Vargas Llosa disse que não, pois se tratava apenas de inventivas e invenções. A experiência havia lhe mostrado que polemizar nesse nível era inútil e empobrecedor. Considerava Haydée Santamaría como uma heroína da Revolução Cubana, que havia demonstrado uma coragem formidável durante a luta contra a ditadura Batista, e por isso, somente por isso, ela merecia seu respeito.<sup>433</sup>

A cubana Haydée Santamaría não foi a única a criticar o posicionamento de Vargas Llosa diante do “caso Padilla”. A revista *Casa de las Américas* (nº 67, jul-ago, de 1971) publicou vários manifestos assinados por intelectuais, de diferentes nacionalidades, condenando a posição assumida por Vargas Llosa. De acordo com o próprio autor, o rompimento com Cuba, nesse período, lhe valeu uma “chuva de injúrias” e hostilidades:

Depois de ter sido uma figura muito popular nos meios de esquerda e nos meios rebeldes, passei a ser um empestado. As mesmas pessoas que me aplaudiram com grande entusiasmo quando eu ia proferir uma conferência passaram a me insultar, distribuía panfletos contra mim. Fui, pouco depois desse incidente, ao Festival de Teatro de Manizales, na Colômbia. E foi algo muito incômodo. Assistíamos a reuniões na Universidade e eu tinha constantemente a sensação de que aquilo poderia terminar em agressão física. [...] Distribuía panfletos contra mim onde estava a carta de Haydée Santamaría.<sup>434</sup>

---

<sup>432</sup> *Ibidem*, p. 147.

<sup>433</sup> VARGAS LLOSA, Mario. *Contra viento y marea I* (1962-1972), p. 255.

<sup>434</sup> SETTI, Ricardo. *Conversas com Vargas Llosa*, 1986, p. 144.

As críticas que Vargas Llosa recebeu por seus questionamentos à Revolução Cubana foram muitas: variavam entre a reprimenda por seu comportamento contra-revolucionário e o repúdio à sua obra literária. No dossiê *Diez años de revolución: el intelectual y la sociedad*, em 1969, Fernández Retamar condenou Vargas Llosa por ter criticado a posição de Fidel Castro diante da invasão soviética da Tchecoslováquia e por sua percepção de que a literatura poderia ser crítica mesmo dentro de um regime socialista. Isso a seu ver era uma atitude contra-revolucionária, porque a tarefa de um intelectual na sociedade socialista não era a dissensão, mas o fortalecimento do sistema.<sup>435</sup>

Durante o “caso Padilla”, a revista *Casa de las Américas* publicou alguns artigos que reinterpretavam antigos ensaios de Vargas Llosa editados pela própria revista, como por exemplo *Los carnets de Alberto Camus*, editado em 1964. Nesses artigos, Vargas Llosa aparece como porta-voz de uma ideologia liberal-burguesa que representava a literatura como uma espécie de segunda realidade e como esfera intelectual autônoma. Além disso, teve suas idéias repudiadas e foi acusado de praticar um “ecletismo oportunista” e de ser um escritor burguês, idealista, exibicionista e “flaubertiano”. Na verdade, nesse período, a linha principal da recepção dos romances de Vargas Llosa por grande parte da crítica literária latino-americana não foi estética, mas política.<sup>436</sup> O conteúdo político de suas novelas foi questionado por vários e influentes críticos literários, que, de acordo com Efrain Kristal, ressuscitaram as teses de Jorge Lafforgue segundo as quais as primeiras novelas de Vargas Llosa eram, do ponto de vista ideológico, um embuste porque contribuía para consolidar, em vez de julgar, a sociedade que pretendiam denunciar.<sup>437</sup>

---

<sup>435</sup> *Casa de las Américas*, n. 56, 1969, p. 29. Fernández Retamar também criticou Vargas Llosa por ser professor visitante em uma universidade norte-americana (Pullman).

<sup>436</sup> KRISTAL, Efrain. La política y la crítica literaria. El caso Vargas Llosa. *Perspectivas*, Universidad de Chile, vol. 4, n. 02, 2001, p. 350.

<sup>437</sup> *Ibidem*, p. 348-349.

Foi também nessa direção que o peruano Antonio Cornejo Polar afirmou que os romances de Vargas Llosa eram “uma variante do fetichismo da mercadoria” e que “sua narrativa oferecia uma imagem da sociedade nacional como espaço de inevitável degradação humana, em última instância produzia uma atitude cética que se desligava de suas contradições de base”.<sup>438</sup> O também peruano Mirko Lauer escreveu em um ensaio que Vargas Llosa nunca era um escritor de esquerda, que na realidade foi um liberal que tinha se “aproveitado” da Revolução Cubana para “estabelecer seu prestígio literário”. Para Lauer, Vargas Llosa abandonou a esquerda quando seus livros conquistaram o mercado nos “meios colonizadores da Europa e Estados Unidos”, desde então, sua atividade política vinha sendo um “exercício indiscriminado de conservadorismo”.<sup>439</sup>

Em várias ocasiões foi perguntado a Vargas Llosa se a sua atitude perante o “caso Padilla” não tinha de alguma forma prejudicado a Revolução Cubana. A resposta sempre era negativa. A seu ver, o que prejudicou a Revolução foi a autocrítica de Padilla e as “alarmantes” declarações que Fidel Castro havia feito no *Congreso Nacional de Educación y Cultura* sobre os intelectuais e a literatura. Ele, Vargas Llosa, tinha apenas protestado pelos insucessos que contradiziam aquilo que o levava a apoiar a Revolução: a possibilidade de justiça social “sem desapreciar a dignidade dos indivíduos, sem ditadura policial ou estética”.<sup>440</sup>

Vargas Llosa não concordava com o uso que a imprensa fazia de suas declarações, principalmente a imprensa de direita que se mostrava empenhada em tirar partido dos acontecimentos. Nesse sentido, o “caso Padilla” e o discurso de Fidel Castro eram

---

<sup>438</sup> CORNEJO POLAR, Antonio *apud* KRISTAL, Efrain. La política y la crítica literaria. El caso Vargas Llosa. *Perspectivas*, 2001, p. 349.

<sup>439</sup> LAUR, MIRKO *apud* KRISTAL, Efrain. La política y la crítica literaria. El caso Vargas Llosa. *Perspectivas*, 2001, p. 349.

<sup>440</sup> VARGAS LLOSA, Mario. *Contra viento y marea I* (1962-1972), p. 254.

lamentáveis, pois “brindavam à direita e ao imperialismo” com uma extraordinária oportunidade de atacar a solução socialista para os problemas da América Latina. Na tentativa de evitar que a imprensa de direita usasse a seu favor o seu entredito com Fidel Castro e a Revolução Cubana, Vargas Llosa optou por enviar para a *Prensa Latina* uma declaração na qual desautorizava energicamente o uso de seu nome na campanha contra o socialismo cubano e a revolução latino-americana e explicava sua renúncia do comitê da *Casa de las Américas*:

Minha renúncia é um ato de protesto contra um fato específico, que continuo considerando lamentável, mas não é nem pode ser um ato hostil contra a Revolução Cubana, cujas realizações formidáveis para o povo de Cuba são efetuadas em condições verdadeiramente heróicas, que pude constatar pessoalmente nas freqüentes viagens que fiz à ilha. O direito à crítica e à divergência não é um privilégio burguês. Ao contrário, só o socialismo pode assentar as bases de uma verdadeira justiça social, dar o verdadeiro sentido a expressões como liberdade de opinião, liberdade de criação. Foi no exercício desse direito socialista e revolucionário que discordei do discurso de Fidel sobre o problema cultural, que critiquei o que sucedeu com Heberto Padilla e outros escritores. Fiz por ocasião dos acontecimentos na Tchecoslováquia, e continuarei fazendo cada vez que julgar necessário, porque essa é minha obrigação como escritor. Mas que ninguém se engane: com todos os seus erros, a Revolução Cubana é, mesmo hoje, uma sociedade mais justa que qualquer outra sociedade latino-americana, e defendê-la contra seus inimigos é para mim um prazer premente e honroso.<sup>441</sup>

As críticas de Vargas Llosa limitavam-se às confissões forçadas de Padilla, ao discurso de Fidel Castro e ao apoio à invasão soviética na Tchecoslováquia, que, segundo ele, não contribuía em nada com a causa do socialismo, ao contrário, contribuía para prejudicá-la. Os acontecimentos em torno do “caso Padilla” eram, para o escritor peruano, sintomas de “uma enfermidade que o socialismo ainda estava se recuperando: o stalinismo”. No entanto, como se não quisesse dar mais argumentos ao inimigo, Vargas Llosa afirmou em entrevista que tudo isso era um “episódio menor” se comparado com os

---

<sup>441</sup> *Ibidem*, p. 255-256.

enormes benefícios que o socialismo tinha dado ao povo cubano em diversos campos, como na educação, saúde e cultura. Contudo, avisou que sua solidariedade com a Revolução Cubana tinha limites, pois ela “nunca foi e nem nunca seria incondicional”. A principal obrigação do escritor era a crítica à realidade, portanto as paixões e as solidariedades políticas não “deviam jamais obscurecer sua visão crítica das coisas”.<sup>442</sup>

Em uma entrevista, perguntaram a Vargas Llosa sobre qual tipo de socialismo ele escolheria para superar o subdesenvolvimento dos povos do Terceiro Mundo, o da União Soviética, o da China, o de Cuba ou o da Iugoslávia? Ele respondeu ao entrevistador com outra pergunta: “porque não menciona o Chile?” O socialismo chileno na sua concepção era o mais autêntico em vários sentidos, mas não explicou em quais sentidos. Preferiu falar sobre a Tchecoslováquia de Dubcek, durante a Primavera de Praga, quando ele esteve visitando o país, onde reinava a liberdade quase irrestrita e uma intensa participação política dos tchecos e eslovacos. Para Vargas Llosa, tanto a experiência chilena quanto a experiência tcheca demonstravam que o socialismo não era incompatível com a liberdade. Nesse sentido, se havia um modelo de socialismo para ele naquele momento esse era o da Tchecoslováquia, de Dubcek, e o do Chile, de Salvador Allende.<sup>443</sup>

Para Vargas Llosa, o socialismo não deveria estar divorciado da liberdade de imprensa, de voto e dos organismos representativos. A sua principal divergência com a Revolução Cubana nos anos 70 era em razão de o socialismo cubano não se enquadrar nesse modelo. Durante muito tempo a Revolução Cubana tinha significado para ele uma forma concreta de romper com o neocolonialismo e tinha lhe mostrado que não era impossível realizar um governo próprio, representativo, apesar da proximidade com os

---

<sup>442</sup> COAGUILA, Jorge (comp.) *Mario Vargas Llosa: entrevistas escogidas*. Lima: Fondo Editorial Cultura Peruana, 2004, p. 74.

<sup>443</sup> *Ibidem*, p. 75.

Estados Unidos, e de insurgir-se contra todo um sistema de monopólio e dependência exterior, típico dos países latino-americanos. Com o tempo, convenceu-se de que o problema não era puramente econômico, romper com a dependência econômica e com o imperialismo não era a única forma de se conseguir a libertação, era necessário um sistema que aceitasse a controvérsia política e que permitisse à crítica fiscalizar o poder.<sup>444</sup> O direito à crítica e à diversidade ideológica deveriam ser tão importantes como a eliminação das diferenças sociais. Por isso, ele se distanciava de tudo o que representava um socialismo monolítico, um socialismo ortodoxamente construído em função do modelo soviético ou do modelo chinês.

#### **4.4. Os dilemas do compromisso: Cortázar e García Márquez**

##### **Julio Cortázar**

Em 1968, Cortázar viajou para Cuba para participar do *I Congresso Cultural de la Habana*, que, como vimos, era o começo de um intenso controle político sobre o meio cultural na ilha. Em carta endereçada ao poeta francês Jean Thiercelin, Cortázar afirmou que essa experiência significou o descobrimento de algo “belo e terrível” e, de certo modo, “fatal”: ele era um “sul-americano” e como tal pertencia a esse mundo, que muitos também chamavam de “terceiro”. Afirmou que Cuba tinha sido como “um caminho de Damasco sem conflito visível”, pois já andava por esse caminho fazia tempo. Confessou que gostaria muito que seus livros “se traduzissem em força, em levedura, em revolução.” Revolução no sentido de “luta armada”, no sentido “dos quatro ou cinco Vietnãs” que pedia o Che.

---

<sup>444</sup> *Ibidem*, p. 75.

Porém, indagou Cortázar, como conciliar isso com sua negativa total de fazer uma literatura revolucionária no sentido em que entende uma parte dos cubanos? Isso para Cortázar era perturbador, pois ele não podia ignorar o fato de que queria muito ajudar a “causa revolucionária tal como se entendia em Cuba”. Naquele momento, segundo ele, os problemas resultantes dessa perturbação eram “um futuro muito incerto e uma luta cotidiana entre o que sei que é meu dever e o que sei que é meu hedonismo e meu amor por coisas que se chamam Paris, Saignon ou Bevinco<sup>445</sup>. O desenlace de tudo isso? Nada urge e tudo urge”. O “desenlace de tudo isso”, em certa medida, foi marcado pelo “caso Padilla”, que não implicou em um rompimento drástico com Cuba, mas provocou um certo esfriamento.<sup>446</sup>

Antes dos episódios de 1971, Cortázar já expressava uma grande preocupação em relação à situação dos intelectuais em Cuba. Em 03 de novembro de 1968, enviou para Vargas Llosa uma correspondência, comunicando-lhe que pretendia escrever uma carta “privada” para Fidel Castro, para pedir-lhe explicações sobre os problemas com os intelectuais em Cuba. No final da carta pediu o apoio do escritor peruano e fez uma observação: “GUARDA TOTAL RESERVA SOBRE ISSO. É um assunto restrito tratado diretamente com Fidel, para evitar a publicidade, que é inútil e contraproducente”.<sup>447</sup>

No mês seguinte, enviou nova correspondência para Vargas Llosa, agora com a mencionada carta em anexo, na qual pedia maiores explicações ao governo cubano sobre o que de fato acontecia na ilha, sobretudo com Padilla e Arrufat. Explicava a Vargas Llosa que essa carta havia sido escrita por ele, Carlos Fuentes e Juan Goytisolo, com base em

---

<sup>445</sup> Saignon é uma cidade francesa e Bevinco é um restaurante parisiense.

<sup>446</sup> CORTÁZAR, Julio. *Cartas (1964-1968)*, p. 1225-1226.

<sup>447</sup> *Ibidem*, p. 1278. Grifos do autor.



“informações fidedignas que haviam recebido”.<sup>448</sup> De maneira alguma ela deveria ser uma carta aberta, mas um pedido de informações que contasse com a assinatura de poucos escritores amigos de Cuba, dentre eles Vargas Llosa e García Márquez, que também receberia uma cópia da carta. Cortázar acreditava que as coisas na ilha estavam “bastante graves para que ficassem calados”. Por isso, pretendia enviar a carta a Fidel Castro de maneira oficial, por meio da Embaixada Cubana em Paris, e com cópias para Raúl Roa, Haydée Santamaría, Osvaldo Dorticós e Célia Sánchez. O “objetivo seria fazer conhecer suficientemente, entre as pessoas-chave, nossas inquietudes e conseguir uma resposta em breve...”.<sup>449</sup> Não sabemos se essa carta realmente chegou a Cuba. Cortázar não fez mais nenhuma menção a ela no seu epistolário e nem em outros meios. Contudo, a resposta a suas inquietações foi dada *in loco*.

Em janeiro de 1969, Cortázar viajou para Havana, com o intuito de participar da reunião da revista *Casa de las Américas*. Quem não apareceu foi Vargas Llosa, que, como membro do Comitê da revista, também havia sido convidado. Quando retornou a Paris, no final desse mês, Cortázar escreveu para Vargas Llosa<sup>450</sup>, dizendo que os membros da revista não haviam gostado de sua ausência sem justificativa e o repreendiam severamente pelo artigo *El socialismo y los tanques* (1968) — no qual condenava o apoio de Fidel Castro aos soviéticos quando esses invadiram a Tchecoslováquia. Cortázar afirmava na carta que Vargas Llosa tinha todo o direito de condenar a invasão soviética, inclusive ele mesmo havia assinado várias mensagens de protesto e passado oito dias em Praga depois do ocorrido. O problema era que em Havana eles não gostaram das frases com as quais Vargas

---

<sup>448</sup> Em 18 de novembro de 1968, o jornal *Le Monde* reproduziu um telegrama enviado por seu correspondente em Havana, no qual ele denunciava a nova política cultural cubana e o que acontecia com Heberto Padilla.

<sup>449</sup> CORTÁZAR, Julio. *Cartas (1964-1968)*, p. 1287. Cortázar recomenda a Vargas Llosa que a carta fosse enviada o mais rápido possível para García Márquez, que também havia se comprometido a assiná-la.

<sup>450</sup> Durante a pesquisa, não tivemos acesso às respostas de Vargas Llosa para Cortázar.

Llosa criticou o apoio de Fidel Castro à URSS, isso era inadmissível por parte de alguém que, “frente aos problemas críticos da revolução (o Congresso Cultural em Havana, primeiro, e agora a reunião da revista), permanecia ausente por razões de trabalho no primeiro caso e sem dar explicação alguma no segundo”. Cortázar contou a Vargas Llosa na carta que, ao terminar a reunião, Haydée Santamaría colocou em discussão a sua ausência e muitos acharam que ele seria excluído do Comitê, mas

[...] então entramos em ação. Ángel Rama e eu, e de maneira mais comedida Roque Dalton, Viñas e Fornet, e nos negamos rotundamente a julgar alguém que estava ausente. Eu disse a Haydée que você podia estar gravemente enfermo, ou não haver recebido as passagens, **ou ter tido qualquer problema capital**, e que era absolutamente necessário entrar em contato contigo e convidá-lo a viajar a Havana para que pudesse dar as explicações que te parecessem adequadas.<sup>451</sup>

Sobre a situação dos intelectuais na ilha, Cortázar informou a Vargas Llosa que, de fato, havia ocorrido momento de intimidação, mas que, durante uma longa conversa com Haydée Santamaría, ela mostrou que ele “estava sendo mal informado sobre muitas coisas que aconteciam em Cuba e que a partir da Europa era muito fácil formar uma consciência a base de telegramas e declarações”. O clima tinha melhorado na ilha, por isso acreditava que os incidentes do tipo Padilla e Arrufat não se repetiriam tão cedo. Cortázar acrescentou que a função do intelectual estrangeiro, importante e necessária, era a de levar até Cuba uma visão mais universal das coisas e não de serem fiscais da Revolução, como havia proposto o jornal *Verde Olivo*, órgão das *Fuerzas Armadas Revolucionarias*. Cortázar finalizou a carta confessando que nunca se arrependeria de ter ido a Havana, e se houvesse novos incidentes voltaria, porque era a única maneira que tinha de estar com a Revolução, que, apesar dos seus vaivens, fora o acontecimento mais importante dos últimos anos na América Latina.<sup>452</sup>

---

<sup>451</sup> CORTÁZAR, Julio. *Cartas (1969-1983)*, p. 1327. Grifos nossos.

<sup>452</sup> *Ibidem*, p. 1327-1328.

Em março de 1969, Cortázar enviou outra carta a Vargas Llosa na tentativa de convencê-lo a ir a Havana e a se reconciliar com os membros da *Casa de las Américas*. Cortázar afirmou que os motivos que Vargas Llosa dera para sua ausência na reunião do Comitê — como ter-se enganado com as datas — não eram convincentes e nem definitivos. Cortázar disse a Vargas Llosa que, no fundo, o motivo de sua ausência na reunião do Comitê era a sua desilusão com a Revolução, e, por essa razão, não tinha interesse no que acontecia em Cuba. Cortázar concordava que a Revolução cometia alguns desvios, como o “caso Padilla”, mas que apesar de tudo “nossa solidariedade com o essencial da revolução segue sendo o melhor que podemos dar à América Latina depois de nossos livros”. Por isso, pedia a Vargas Llosa que fosse a Havana para dissipar as dúvidas e os equívocos.<sup>453</sup>

Cortázar concordou plenamente com as críticas que os cubanos fizeram a Vargas Llosa por ter aceitado o convite para ser professor visitante na universidade norte-americana *Pullman*. E declarou que se Vargas Llosa tivesse participado do *Congresso Cultural de la Habana*, no qual esse tema foi exaustivamente debatido, ele jamais teria aceitado o convite. Inclusive, ele havia recusado um convite dessa natureza feito pela Universidade de Columbia, pois mesmo que tivesse excelentes condições de trabalho e liberdade de expressão isso significaria ceder às pressões ianques e a seus agrados e bajulações.<sup>454</sup> Por outro lado, Cortázar confessou a Vargas Llosa que também poderia ter problemas com os cubanos por sua entrevista à revista *Life*, que sairia em breve. Explicou que havia se metido em “território inimigo” porque era um meio de fazer com que suas idéias políticas chegassem a um número maior de pessoas, as quais não tinham acesso a

---

<sup>453</sup> *Ibidem*, p. 1335.

<sup>454</sup> Em 1979, Cortázar provavelmente mudou de opinião, pois aceitou o convite para ministrar cursos e conferências na Universidade da Califórnia, em Berkeley, onde passou três longos meses. Mas como diria o próprio Cortázar: “De fato eu sou terrivelmente contraditório, embora não tanto quanto a realidade à minha e à nossa volta”. *Apud* MOISÉS, Carlo Felipe. Júlio Cortázar: ficção e realidade. *Jornal de Letras, Artes e Idéias*, Paço de Arcos (Portugal), n. 262, julho de 1987, p.12.

revista *Casa* ou a qualquer outra revista para a qual ele escrevia. Ainda assim, Cortázar presumia que seria mal interpretado e julgado, porque a

radicalização em Cuba é muito forte, há uma espécie de exasperação que de um lado possibilita esplêndidos resultados no setor econômico, porém de outro situa os escritores em um maniqueísmo cada vez mais simplificador do qual não pode sair nada de bom, e por isso, lhe repito, confio que tu e eu e os demais amigos estrangeiros possamos seguir fazendo o que acreditamos ser justo para Cuba e para nossos próprios países.<sup>455</sup>

Em 1970, Cortázar comunicou a Fernández Retamar seus esforços para reaproximar Vargas Llosa da Revolução Cubana: “as circunstâncias colaboraram para que eu pudesse colocar em prática quase imediatamente a – digamos – missão amistosa concernente a Mario Vargas Llosa”. Informou que Vargas Llosa não tinha o menor problema para ir à reunião do Comitê da *Casa de las Américas*, ao contrário, ele estava “cheio de desejo de fazê-lo, para falar com você e os outros companheiros”. Cortázar sugeriu a Fernández Rematar como o encontro deveria acontecer:

[...] nos parece elementar e muito positivo que, à margem das recapitulações que podem surgir nessas conversas, o que deve contar é o trabalho presente e futuro; os atritos, as nostalgias, as discrepâncias, já claramente definidas, devem ceder lugar a algo que conta muito mais: o acordo profundo e básico, o trabalho que desse acordo pode e deve surgir. Creio que nesse sentido [...] não haverá problema, e que a visita de Mario não equivalerá a um demasiado acerto de contas, o que não impede que as coisas sejam ditas e discutidas [...] prefiro acreditar [...] que passarão mais tempo discutindo o futuro que um passado de brumas, mal-entendidos e outros produtos negativos que provocam a distância e a falta de comunicação.<sup>456</sup>

O principal argumento que Cortázar usou para tentar convencer seu amigo, cada vez mais distante de Cuba, foi explicar-lhe que era possível conciliar socialismo com liberdade e cultura. Como sabemos, seus esforços foram em vão, pois Vargas Llosa foi se

---

<sup>455</sup> CORTÁZAR, Julio. *Cartas (1969-1983)*, p. 1336.

<sup>456</sup> *Ibidem*, p. 1408-1409.

distanciando cada vez mais de Cuba e a amizade entre eles foi, de certa forma, abalada.

Sobre isso afirmou Vargas Llosa:

[...] fizemos viagens juntos a Cuba, compartilhamos inclusive muitas dúvidas e reservas [em relação a Cuba] num dado momento, e depois se produziu um distanciamento político com Julio porque optamos por posições diferentes e discrepantes. Mas a amizade nunca se cortou. Sempre a mantivemos. Eu não lhe pedi nunca nem o carinho nem o respeito, porque creio que Julio foi sempre uma pessoa muito...creio que ingênua, não apenas equivocada, mas ingênua em suas tomadas de posição política, mas ao mesmo tempo foi sempre de uma grande autenticidade.<sup>457</sup>

Se nessa primeira missão Cortázar não fora bem sucedido, na segunda ele foi exemplar. A segunda missão consistia em reaproximar García Márquez de Cuba. Cortázar informou Fernández Retamar que García Márquez havia lhe dito espontaneamente que a partir de finais daquele ano, 1970, ele gostaria muito de visitar novamente Cuba. No entanto havia um problema de “ordem pessoal, de caráter; Gabo tem horror às conferências, as reuniões multitudinárias; nega-se a falar nessas circunstâncias e sofre espantosamente. Me disse com sua graça habitual: ‘para um grupo de seis, estou disposto a falar com toda Cuba’”. A timidez de García Márquez, afirmou Cortázar, não impediria de maneira alguma o “seu desejo de ser útil” e de “trabalhar pela cultura”. Cortázar avisou Fernández Retamar que

Gabo não tem problemas de tempo, e se vocês quiserem, poderia ficar bastante tempo em Cuba, inclusive três meses. Fica pois avisado de seu desejo de ir, que me parece pessoalmente algo muito importante pela repercussão que terá no mundo gorillesco que nos rodeia. Segunda missão cumprida, ufa.<sup>458</sup>

Em meio aos conflitos gerados pelo “caso Padilla” desde 1968, Cortázar tentava buscar o apoio dos intelectuais estrangeiros à Revolução e, ao mesmo tempo, expressava

---

<sup>457</sup> SETTI, Ricardo A. *Conversas com Vargas Llosa*, 1986, p. 31.

<sup>458</sup> CORTÁZAR, Julio. *Cartas (1969-1983)*, p. 1409. Até mesmo por conta do desfecho do “caso Padilla” e do “Quinquênio Gris” (1971-1976), García Márquez fez apenas uma breve viagem a Cuba em 1973, sem muita repercussão. A viagem que marcou o início de sua intensa relação com Cuba ocorreu em 1975.

sua preocupação com os rumos da política cultural em Cuba, mas sempre com críticas solidárias ao governo revolucionário. Na entrevista concedida à revista *Life* em 1969, Cortázar contestou a imprensa internacional pelas críticas severas a Cuba e escreveu um artigo sobre a obra de Padilla, assinalando que os países europeus do Ocidente pretendiam transformar o escritor cubano em um novo Pasternak.

Como já apontamos, Cortázar assinou a *Declaración de los 54*, que pedia explicações sobre a prisão de Heberto Padilla, mas não assinou a segunda carta, *Declaración de los 62*, por considerá-la “paternalista, insolente e inaceitável”. Declarou a Haydée Santamaría: “Me neguei a assiná-la e propus a redação de uma nova carta que se limitasse a pedir, respeitosamente, informações sobre” a autocrítica de Padilla.<sup>459</sup> Cortázar não só se recusou a assinar a carta, como publicou *Policrítica a la hora de los chacales*, uma espécie de poema, no qual advertia que não deixaria de apoiar o processo cubano e fazia uma *mea culpa* pelos “erros” dos intelectuais comprometidos com a Revolução feita por homens, portanto, passíveis de erros:

No acepto la intimidación ni la vergüenza. Y es por eso que acepto  
la critica de veras, la que viene de aquel que aguanta el timón,  
de aquellos que pelean por una causa justa, allá o aquí, en lo alto o en lo  
bajo,  
y reconozco la torpeza de pretender saberlo todo desde un mero escritorio  
y busco la cara, Cuba la muy querida, y soy el que fue a ti  
como se va beber el agua, con la sed que será racimo o canto.  
Revolución hecha de hombres,  
llena estarás de errores y desvíos, llena estarás de lágrimas y ausencias,  
pero a mí, a los que en tantos horizontes somos pedazos de América  
Latina,  
tú nos comprenderás al término del día  
volveremos a vernos, a estar juntos, carajo,  
contra hienas y cerdos y chacales de cualquier meridiano,  
contra túbios y flojos y escribas y lacayos  
en París, en La Habana o Buenos Aires,  
contra lo peor que duerme en lo mejor, contra el peligro

---

<sup>459</sup> *Ibidem*, p. 1454.

de quedarse atascado en plena ruta, de no cortar los nudos a machetazo limpio,  
así yo sé que un día volveremos a vernos,  
buenos días, Fidel, buenos días, mi *Casa* ...<sup>460</sup>

O poema foi enviado a Haydée Santamaría para ser difundido o quanto fosse necessário para dissipar todos os equívocos que Cortázar comprovava diariamente na imprensa internacional, sendo o principal deles que ele havia rompido com a Revolução. Vargas Llosa declarou que, ao ler o poema, teve a impressão de que Cortázar estava vivendo um “momento de grande preocupação e em plena ansiedade pelo que ocorrera com Padilla”. Havia no poema, segundo o escritor peruano, “uma indignação, sem dúvida muito sincera, ainda que algumas das afirmações e expressões” que aparecem no texto fossem “pouco felizes”.<sup>461</sup> O poema foi bem recebido pelos membros da *Casa de las Américas*, contudo, Cuba começou a se afastar lentamente dos intelectuais estrangeiros, incluindo Cortázar. Ainda assim, ele tomou todos os cuidados para que as críticas ao regime cubano não fossem utilizadas pelos adversários do castrismo. Situação que lhe valeu longos períodos de solidão, incompreendido tanto de um lado quanto de outro. Ouviu de Haydée Santamaría certa vez que deveria decidir-se: “estar com deus ou com o diabo”. Decidiu manter-se fiel à Revolução, o que lhe custou o rompimento com vários intelectuais e a acusação de ser pró-autoritário.

Em junho de 1971, enviou uma carta a Paul Blackburn, na qual confessava que o “caso Padilla” “era pura merda” porque por ambos os lados se cometiam erros e estupidez.

---

<sup>460</sup> *Casa de las Américas*, n. 67, julho/agosto, 1971, p. 161. Cortázar interrompeu o poema para uma “explicação do título: falando dos complexos problemas cubanos, uma amiga francesa mesclou os termos crítica e política, inventando a palavra policrítica. Ao escutar-la pensei (também em francês) que entre poli e tica se situava a sílaba cri, quero dizer grito. Grito político, crítica política na qual o grito está aí como um pulmão que respira; assim a tenho entendido sempre, assim a seguirei sentindo e dizendo. Há que gritar por uma política crítica, há que criticar gritando cada vez que se achar justo: só assim poderemos acabar um dia com as hienas e os chacais.”

<sup>461</sup> COAGUILA, Jorge (comp.) *Mario Vargas Llosa: entrevistas escogidas*, p. 78.

Se, de um lado, isso prejudicava a Revolução Cubana, por outro, na ordem interna, talvez tenha sido necessário e útil. De todo modo, o mais doloroso para ele naquele momento foi o “discurso violento” de Fidel Castro no *Congreso Nacional de Educación y Cultura*, no qual

Nos chamou de descarados e outras coisas parecidas. Fidel tem razão em parte, porque os intelectuais europeus estão demasiado dispostos a dar lições à distância, sem ser verdadeiramente revolucionários, porém devia ter em conta que há outros escritores que são realmente amigos e defensores de Cuba, e que têm pleno direito a inquietar-se por coisas tão graves como a detenção de Padilla. [...] Reafirmo minha solidariedade com Cuba; porém uma solidariedade crítica, não uma obediência cega como alguns cubanos pretendem de nós. E quanto a Padilla [...] é um excelente poeta, porém pessoalmente tem defeitos de caráter gravíssimos, que o levou a esse caminho sem saída, e a triste comédia (ou tragédia) da autocrítica.<sup>462</sup>

A Jean L. Andreau, Cortázar confessou que o balanço final desse “grande psicodrama” era positivo, e que, a partir de então, se via mais claramente quem apoiava a revolução e quem se limitava somente a defender setores que considerava privilegiados, como poetas, artistas etc. O “caso Padilla” havia feito “cair a máscara” de muitos.<sup>463</sup> Contudo, foi na carta endereçada a Haydée Santamaría, em fevereiro de 1972, que Cortázar expressou todo o seu posicionamento sobre os acontecimentos em torno do episódio Padilla. Explicou que assinou a *Declaración de los 54* porque não tinha outra saída. Quando o *Le Monde* publicou o texto de um cubano afirmando que Padilla tinha sido preso e torturado, os amigos de Cuba não receberam nenhuma explicação por parte do governo cubano para que pudessem enfrentar a “imprensa reacionária” e “os inimigos do regime”. Cortázar mostrava a Haydée como fora difícil viver em Paris e ser questionado sobre as acusações que pairavam sobre a Revolução, acusações de torturas, prisões, campos de concentração, de stalinismo, de dominação soviética, sem ao menos ter uma posição do

---

<sup>462</sup> CORTÁZAR, Julio. *Cartas (1969-1983)*, p. 1462.

<sup>463</sup> *Ibidem*, p. 1481.



governo revolucionário que, preferia o silêncio. Quando procurava a Embaixada de Cuba obtinha evasivas.<sup>464</sup>

Não lhe restou outra opção a não ser assinar a *Declaración de los 54*, na tentativa de buscar esclarecimentos e tentar salvar a imagem de Cuba no exterior, que estava “falseada e ameaçada” por essa conduta lamentável de não explicar a prisão de Padilla. Cortázar confessou a Haydée Santamaría algo sobre a *Declaración de los 54* que lhe “doía profundamente”: o conteúdo original da carta que lhe mostrou Goytisoló era muito parecido com o texto da segunda carta, ou seja, a *Declaración de los 62*, cujo conteúdo ele achava inaceitável em todos os sentidos. Por isso, Cortázar se negou a assiná-la e propôs que o seu conteúdo fosse alterado para “um simples e respeitoso pedido de informação”, como de fato aconteceu. Cortázar justificou que, durante o “caso Padilla”, não tomou o “caminho mais fácil que esperavam seus inimigos”, calar-se e aceitar obedientemente o silêncio do governo cubano, preferindo tomar o caminho mais tortuoso: assinar a primeira carta endereçada a Fidel Castro — que ele acreditava ser legítima dentro de uma perspectiva internacional — e desvincular-se da segunda carta com tudo o que isso significaria para ele “em muitos planos”. Ao fim e ao cabo não lhe restou muito a não ser “enfrentar as conseqüências de seus atos”, “escutar calúnias previsíveis” e “entrar em uma morte civil de muitos meses”.<sup>465</sup>

Em abril de 1972, enviou uma carta para Vargas Llosa na qual pedia para que seu nome fosse retirado da lista de colaboradores da revista *Libre*<sup>466</sup> para que não tivesse mais problemas com Cuba. Sobretudo porque nas páginas dessa revista circulou grande parte da

---

<sup>464</sup> *Ibidem*, p. 1492.

<sup>465</sup> *Ibidem*, p. 1493-1494.

<sup>466</sup> Revista fundada em Paris em 1971, por Vargas Llosa, Carlos Fuentes, José Donoso e Gabriel García Márquez, ou seja, os autores mais renomados do *boom*.

crítica dos intelectuais latino-americanos que viviam na Europa à detenção e autocrítica de Padilla. Cortázar informava a Vargas Llosa que sua atitude diante do episódio Padilla não foi bem compreendida por seus companheiros cubanos, o que resultou em uma espécie de “ruptura e um grande silêncio”, o que não invalidava sua decisão de continuar junto aos cubanos na defesa da Revolução. De modo algum, afirmou Cortázar, tal circunstância acabaria com a amizade entre eles, porém ele não poderia apoiar os critérios de Vargas Llosa sobre o “caso Padilla”, que haviam “provocado as conseqüências” que todos “conheciam de sobra”.<sup>467</sup>

Cortázar não confessou publicamente o dilema que viveu a partir do “caso Padilla”, preferiu expressá-lo por meio de algumas correspondências endereçadas a diferentes intelectuais da época. Não confessou publicamente para não expor demasiadamente seus conflitos com o regime cubano e para não dar razão ao inimigo. Cortázar tornou público apenas aquilo que convinha à Revolução, como, por exemplo, o poema *Policrítica a la hora de los chacales*. Depois do “caso Padilla” — apesar de continuar solidário com o processo revolucionário cubano — as relações de Cortázar com Cuba perdeu o seu fervor inicial. O escritor passou cinco anos sem ir a ilha.<sup>468</sup>

## **García Márquez**

Assim como Cortázar, García Márquez também não rompeu com Cuba. Quando foi firmada a *Declaración de los 54*, García Márquez não se encontrava em Paris, estava em Barranquilla com sua família. Contudo, seu amigo Plínio Apuleyo Mendonza decidiu

---

<sup>467</sup> *Ibidem*, p. 1501.

<sup>468</sup> Cortázar voltou a Cuba para participar de eventos culturais em 1976, 1978, 1980 e 1983.

incluir seu nome, já que ele e García Márquez sempre tiveram a mesma opinião sobre o tema desde o início, portanto a sua reação perante a detenção de Padilla seria a mesma que a dele. De maneira que,

quando resultou impossível localiza-lo por telefone, e a carta já estava a ponto de ser enviada, eu disse a Juan Goytisolo, tranqüilamente, sem o menor receio:

— Coloque a assinatura de Gabo. Sob minha responsabilidade.

Pensava que omiti-la por um problema circunstancial iria gerar interpretações equívocas, **quando todos os seus amigos, os escritores do boom, já haviam assinado.**<sup>469</sup>

O fato é que García Márquez tinha recebido um dos muitos recados que Apuleyo Mendoza havia deixado por telefone e, em decorrência, lhe enviou uma carta explicando que não assinaria a *Declaración de los 54* enquanto não tivesse informações completas sobre o assunto. Porém, ocorreu um atraso nos correios e a carta chegou depois que a missiva já havia chegado nas mãos de Fidel Castro. Assim que tomou conhecimento da carta de García Márquez, Apuleyo Mendoza publicou uma nota na *Prensa Latina* explicando que o colombiano não havia assinado a *Declaración de los 54*. De volta a Paris, García Márquez explicou para Apuleyo Mendoza — num momento em que ainda não havia criado laços de amizade com Fidel Castro — suas razões para não ter assinado a carta:

Gabo considerava muito positivo o balanço da Revolução Cubana e não lhe parecia que nossos países estivessem em situação melhor, corroídos pela desigualdade, a miséria e o clientelismo político. Continuava insistindo que esta revolução havia logrado grandes conquistas no campo da saúde e da educação. Podia haver erros, acidentes de rota, porém opor-se a essa experiência era, segundo ele, injusto.<sup>470</sup>

Em 1971, García Márquez concedeu uma entrevista à imprensa colombiana afirmando que não acreditava na espontaneidade e sinceridade da autocrítica de Padilla.

---

<sup>469</sup> APULEYO MENDOZA, Plínio. *Aquellos tiempos con Gabo*. Barcelona: Plaza & Janés Editores, 2000, p. 199. Grifos nossos.

<sup>470</sup> *Ibidem*, p. 207.

Não entendia como, em tantos anos de contato “com a experiência cubana, vivendo o drama cotidiano da revolução, um homem como Padilla não tomasse consciência como a tomou no cárcere de um dia para o outro”. Além do mais, o tom da sua autocrítica era “tão exagerado e tão abjeto que” parecia ter sido “obtido por processos ignominiosos”. García Márquez afirmou que não sabia ao certo se Padilla estava prejudicando a Revolução com a sua atitude, mas era evidente que sua autocrítica a estava prejudicando de “forma bastante grave”.<sup>471</sup>

O conflito de um grupo de escritores latino-americanos com Fidel Castro era para García Márquez, um triunfo efêmero das agências de imprensa internacionais: “tenho aqui inclusive a versão taquigráfica do discurso de Fidel e, embora exista com efeito alguns parágrafos muito severos, nenhum deles se presta à interpretação sinistra que lhe deram as agências noticiosas internacionais”. Segundo ele, as agências internacionais, com muita astúcia, montaram através de frases soltas um discurso que na realidade Fidel Castro “não tinha dito”. Afirmou nessa entrevista que não assinou nenhuma carta de protesto porque não estava de acordo que fosse enviada, mas que em nenhum momento colocara “em dúvida a honradez intelectual e a vocação revolucionária dos que a assinaram”. García Márquez tentou explicar o caso de forma “conciliatória”:

O que acontece é que, quando os escritores querem fazer política, na realidade não fazem política, mas pregam a moral, dois termos que nem sempre se revelam compatíveis. Os políticos, por sua vez, não concordam que os escritores se metam nos seus assuntos, e, em geral, os aceitam quando lhes são favoráveis, mas recusam-nos quando eles se mostram contrários. Mas isto não é um desastre. Pelo contrário, é uma contradição dialética muito útil, muito positiva, que há de continuar por todos os tempos, embora os políticos se mordam de raiva e os escritores lhe cortem a casaca.<sup>472</sup>

---

<sup>471</sup> *Cuadernos de Marcha*, Montevideu, n° 49, maio de 1971, p. 27 e 28.

<sup>472</sup> *Ibidem*, p. 27 e 28.

Quando foi questionado sobre a presença do stalinismo em Cuba, respondeu que se existisse algum “gérmen de stalinismo em Cuba, haveremos de saber isso muito em breve”, porque “será dito pelo próprio Fidel. Há um antecedente: em 1961 houve uma tentativa de impor métodos stalinistas; o próprio Castro a denunciou em público e a extirpou em seu embrião”. Portanto, não havia nenhum motivo “para pensar que agora não fosse ocorrer o mesmo, porque a vitalidade da Revolução Cubana não diminuiu desde então”. Encerrou a entrevista dizendo que nenhum dos escritores que protestavam contra o “caso Padilla” tinha rompido com Cuba, nem mesmo Vargas Llosa, e selou de vez sua posição com um voto de confiança:

A Revolução Cubana é um acontecimento histórico fundamental na América Latina e no mundo inteiro, e nossa solidariedade com ela não pode ser afetada **por um tropeço na política cultural**, ainda que esse tropeço seja tão grande e tão grave como a suspeita autocrítica de Heberto Padilla.<sup>473</sup>

A opinião de García Márquez sobre o que acontecia em torno do “caso Padilla” resumiu-se a essa entrevista. O que não lhe garantiu ficar longe das polêmicas e das críticas. Rodríguez Monegal, Octavio Paz e Juan Goytisolo, por exemplo, taxaram a entrevista de “grotesca, esquiva e conciliatória”.<sup>474</sup> Em 1971, García Márquez não tinha argumentos suficientes para defender o projeto de Fidel Castro, por isso suas respostas ao episódio Padilla foram ambíguas. Quatro anos mais tarde, sua fé no socialismo, e particularmente no castrismo, se consolidou. Como veremos, García Márquez foi se aproximando cada vez mais do poder através de declarações e de contatos pessoais. Com o tempo, ele chegou a ser um dos melhores embaixadores da Revolução e do socialismo em âmbito internacional. Enquanto, a partir do “caso Padilla”, Cortázar se distanciava relativamente da Revolução e Vargas Llosa rompia definitivamente, García Márquez começava sua relação intensa com Cuba e Fidel Castro.

---

<sup>473</sup> *Ibidem*, p. 27 e 28. Grifos nossos.

<sup>474</sup> GILMAN, Claudia. *Entre la pluma y el fusil: debates y dilemas del escritor revolucionário en América Latina*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2003, p. 256-257.

## CAPÍTULO V

### DEPOIS DO “CASO PADILLA”: o intelectual, a revolução e o socialismo

A implantação de uma nova política cultural em Cuba, a partir de 1968, e o “caso Padilla” suscitaram polêmicas tão intensas em torno da função social da literatura e do papel do intelectual que seus ecos ainda se fizeram sentir no início dos anos 80. Analisaremos a posição central de Vargas Llosa e Cortázar nesse debate que acabou incorporando a discussão sobre a revolução e a construção do socialismo no campo literário. No caso de García Márquez, mostraremos que sua adesão à Revolução Cubana ficou mais intensa a partir do “caso Padilla”. Para isso analisaremos artigos, crônicas e obras literárias produzidos pelos três autores na década de 1970 e início dos anos 80.

#### 5.1. VARGAS LLOSA: UM INTELECTUAL LATINO-AMERICANO ENTRE SARTRE E CAMUS

*Curiosa época esta, dirão de nós os historiadores do futuro, já que nela a esquerda não era à esquerda, a direita não era à direita, e o centro não estava no meio.*

**André  
Malraux**

Em 1981, Vargas Llosa publicou o livro *Entre Sartre y Camus*, no qual compilou 14 artigos sobre Sartre, Camus e Simone de Beauvoir. Dois anos depois, o autor lançou *Contra viento y marea* (1983), que, além de manter os 14 artigos, acrescentou cerca de 50 textos entre manifestos, conferências e cartas, publicados entre 1962 e 1982. São textos que se referem à vocação literária, à crítica, à revolução, ao compromisso político e ao conceito de

liberdade. Como afirmou o autor, são “textos circunstanciais, sem mérito literário e os quais, na maioria dos casos, o tempo maltratou impiedosamente”. Textos que podem ser lidos como um “documentário sobre os mitos, utopias, entusiasmos, discórdias, fanatismos e violências em que vivia um latino-americano nas décadas de 60 e 70”, aquele “clima político e intelectual para o qual todos nós, escritores, contribuímos com nossa conduta e nossa pena para purificar ou tornar menos denso [...]”.<sup>475</sup>

*Contra viento y marea* foi escrito com o intuito de explicar seu próprio engajamento político e refletir sobre a pertinência de conciliar o compromisso político do escritor com o fazer literário. Na essência, são textos que mostram o itinerário de um escritor latino-americano que “fez seu aprendizado intelectual deslumbrado pela inteligência e os vaivens dialéticos de Sartre e terminou abraçando o reformismo literário de Camus”.<sup>476</sup> Compreender os motivos que levaram Vargas Llosa a dar razão a Camus, após tê-la dado a Sartre, é o propósito desta parte de nosso trabalho.

Sartre e Camus fazem parte de uma geração de intelectuais que presenciaram momentos importantes do século XX, tais como a ascensão do nazi-fascismo, a depressão econômico-financeira desencadeada em 1929, os expurgos dos processos de Moscou (1936), a Guerra Civil Espanhola (1936-1939), a II Guerra Mundial (1939-1945), a Guerra Fria e o processo de descolonização dos países afro-asiáticos. Todos esses acontecimentos, tão relevantes para a história mundial, alteraram significativamente a vida e a obra de toda uma geração. No período de ocupação nazista na França, Sartre e Camus<sup>477</sup> engajaram-se na luta de resistência à ocupação alemã. No pós-guerra, a bipolarização entre socialismo e

---

<sup>475</sup> VARGAS LLOSA, Mario. *Contra viento y marea (I)*. Barcelona: Seix Barral, 1986, p. 09. Utilizamos aqui a primeira edição espanhola publicada em dois volumes.

<sup>476</sup> *Ibidem*, p. 11.

<sup>477</sup> Camus, ainda na Argélia, filiou-se à militância antifascista contra o governo hitleriano, participando das atividades do Partido Comunista. Já na França, próximo à II Guerra Mundial, rompeu com o PCF.

capitalismo influenciou tanto o pensamento quanto a postura política que esses dois autores assumiram ao longo de suas vidas.<sup>478</sup>

Em 1951, Albert Camus publicou um ensaio intitulado *L'homme révolté*, que abalou a esquerda francesa, gerou inúmeras polêmicas e provocou o distanciamento intelectual e político em relação a Sartre.<sup>479</sup> Nesse ensaio, Camus fez uma exposição articulada sobre as mazelas das revoluções através dos tempos. Suas críticas não pouparam nem a tradição revolucionária francesa nem a russa. Camus refletiu sobre o significado do “homem revoltado” e sobre as razões de sua revolta; mostrou também de que forma, historicamente, os movimentos oriundos de uma revolta vão, com o tempo, desligando-se de suas verdadeiras raízes. Segundo Roberval Santos, Camus buscava compreender como o espírito da revolta pode redundar em violência, terror e mentira, como aconteceu com o socialismo soviético, que, em nome da sociedade sem classes, oprimiu e aniquilou muitos de seus seguidores.<sup>480</sup> Sartre, que também condenava os campos soviéticos, as perseguições e a censura, no entanto não compreendia porque

o Gulag põe radicalmente em dúvida a legitimidade revolucionária da União Soviética. De modo algum ele adere ao stalinismo, mas desaprova Camus por destruir toda a esperança no socialismo com uma crítica unilateral. Albert Camus, na verdade, não renunciou ao socialismo, mas o

---

<sup>478</sup> BARRETO, Vicente. *Camus: vida e obra*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991, p. 13-14.

<sup>479</sup> A imprensa francesa, de forma geral, saudou com entusiasmo a publicação do livro, mas *Les Temps Modernes* publicou um artigo de Francis Jeanson, com o aval de Sartre, que criticava pesadamente Camus e *L'homme révolté*: “a esperança de Camus seria realmente a de suprimir o curso do mundo pela recusa de qualquer atividade no mundo?” Ou, então, “você não está à direita, Camus, você está no ar”. Camus respondeu indignado a todas as críticas e acusações, mas sua resposta foi direcionada a Sartre: “Senhor diretor, [...] começo a estar cansado de me ver, e de ver antigos militantes que não fugiram às lutas do seu tempo, receber sem trégua lições de eficácia da parte de censores”. A resposta de Sartre, com sua própria pena, foi ácida: “Camus, como você é sério e, para usar uma das suas palavras, como é frívolo! E se você estiver enganado? E se o seu livro simplesmente demonstrasse sua incompetência filosófica? E se ele fosse feito de conhecimentos apressadamente colhidos, e de segunda mão?” Estava feita a polêmica, que a imprensa tratou de incitar ainda mais. Vargas Llosa tomou conhecimento dessa polêmica um ano depois, ao ler as crônicas da revista *Sud*, e fez a sua escolha: tomou posição favorável a Sartre. Citado por: LÉVY, Bernard-Henry. *O século de Sartre: inquérito filosófico*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001, p. 355.

<sup>480</sup> SANTOS, Roberval de Jesus L. Modelos de engajamento. *Estudos Avançados*, São Paulo, 19 (54), 2005, p. 393.



vê sob a forma da social-democracia, à sueca, ou de um trabalhismo adaptado, na França.<sup>481</sup>

Desde a publicação do livro *Qu'est-ce que la littérature?* (1947), Sartre encarnava o intelectual profeta, aquele cuja função consistia “em decifrar o presente e em buscar um sentido à história”.<sup>482</sup> Para Sartre, o escritor estava em sintonia com sua época: cada palavra tinha repercussões. Cada silêncio também. Cabia ao escritor dar sentido ao seu tempo e contribuir para as mudanças necessárias. Sartre, segundo Winock, levou o imperativo do engajamento ao máximo, pois “não se tratava mais de exigir do romancista ou filósofo que, à margem de sua obra, escrevam artigos políticos ou assinem petições”. Para Sartre, toda a literatura, mesmo a de ficção, é “utilitária”, toda literatura é engajada.<sup>483</sup> Tal posição possibilitou uma cultura do engajamento impregnada pelo sartrismo, dentro e fora da França; suas posições acerca da arte, da literatura e do compromisso político do escritor ultrapassaram as fronteiras da França, influenciando intelectuais de várias partes do mundo. Vargas Llosa não ficou imune à influência de Sartre.

O autor peruano situou a data de seu encontro com o pensamento de Sartre em 1953, quando ingressou na universidade. Ali, ele militava na Fracción Universitaria Comunista de Cahuide, onde realizava discussões calorosas sobre “o tema cultural” e,

---

<sup>481</sup> WINOCK, Michel. *O século dos intelectuais*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000, p. 643.

<sup>482</sup> SILVA, Helenice Rodrigues da. *Fragmentos da história intelectual: entre questionamentos e perspectivas*. São Paulo, Campinas: Papirus, 2002.

<sup>483</sup> WINOCK, Michel, *op. cit.*, p. 518. Para Bernard-Henri Lévy, Sartre define, em *Qu'est-ce que la littérature?*, o engajamento a partir de três questões precisas: a primeira, “sobre o que se escreve?”, sempre “sobre hoje”, o escritor não pode evadir-se do presente; a segunda: “pra quem se escreve?” “Para hoje”, o escritor engajado é aquele que, “com firmeza, resolução, clareza, decide dirigir-se, não a uma época futura, longínqua [...], mas à própria época”. Finalmente, a última questão: “a quem se dirige e a quem se escreve?”. Ora, “sempre para um número grande de pessoas”. Por tudo isso, Lévy afirma que, se fosse preciso Sartre “eleger um gênero nobre por excelência, se fosse absolutamente necessário nomear o gênero em que estão ilustradas” as “virtudes de finitude, de imediatismo, de inscrição no presente, que são as virtudes da literatura” que ele chama de engajada, esse gênero “seria o jornalismo”. Talvez isso explique, também, a fascinação de Vargas Llosa pelo jornalismo, principalmente no período em que estava sob a influência de Sartre. Continua exercendo a prática jornalística até os dias atuais, mas não com o mesmo olhar sartriano. Cf. LÉVY, Bernard-Henry. *O século de Sartre: inquérito filosófico*, 2001, p. 80.

utilizando os argumentos do filósofo francês, discordava de seus colegas. Por quase uma década, tudo o que ele escrevia, lia e dizia “sobre a função da literatura glosava ou plagiava” o ensaio *Qu’est-ce que la littérature?*, o primeiro livro de Sartre lido por ele.<sup>484</sup>

A decepção de Vargas Llosa com Sartre ocorreu em 1964, segundo ele, quando leu uma reportagem no *Le Monde*, na qual o filósofo parecia abjurar tudo em que acreditava e o fizera acreditar em matéria de literatura. Na reportagem, Sartre

dizia que diante de uma criança que morre de fome, *La nausée* não serve de nada, não vale nada. Significava isto que escrever romances ou poemas era coisa inútil, ou pior, imoral, enquanto houvesse injustiças sociais? Aparentemente, sim, pois na mesma reportagem aconselhava aos escritores dos novos países africanos que renunciassem a escrever no momento e se dedicassem muito mais ao ensino e outras tarefas urgentes, a fim de construir um país onde mais tarde a literatura fosse possível.<sup>485</sup>

A reportagem chocou Vargas Llosa, que a leu por várias vezes até ter a “sensação deprimente de ter sido traído”. Para ele, a reportagem serviu, não para afastá-lo da literatura, mas para fazê-lo se “livrar de Sartre”, pois “havia rompido o feitiço, esse vínculo irracional que une os partidários ao mandarim”, e serviu também para mostrar a ele que até “o homem mais inteligente do mundo podia também dizer bobagens”. Mas, por outro lado, causava-lhe prazer polemizar “mentalmente” com Sartre e fazer-lhe algumas perguntas cruciais:

A partir de qual coeficiente de proteínas per capita num país era já ético escrever romances? Que índices deviam alcançar a renda nacional, a escolaridade, a mortalidade, a salubridade, para que não fosse imoral pintar um quadro, compor uma cantata ou fazer uma escultura? Que ocupações humanas resistem à comparação com as crianças mortas mais airosoamente que os romances? A astrologia? A arquitetura? Vale mais o palácio de Versailles que uma criança morta? Quantas crianças mortas equivalem à teoria dos quanta?<sup>486</sup>

---

<sup>484</sup> VARGAS LLOSA, Mario. *Contra viento y marea (I)*, p. 321.

<sup>485</sup> VARGAS LLOSA, Mario. *Contra viento y marea (II)*. Barcelona: Seix Barral, 1986, p. 241.

<sup>486</sup> *Ibidem*, p. 242.

Em 1980, em razão da morte de Sartre, Vargas Llosa publicou o artigo *El mandarín*, na revista *Caretas* de Lima, no qual analisava o impacto do pensamento sartriano na sua vida literária e na sua trajetória intelectual, até chegar à desilusão já citada. No começo desse artigo, assumiu que foi um devedor de Sartre, “uma inteligência prodigiosa”, que, “feitas as somas e as subtrações, foi um intelectual honesto” e seu “pensamento e as posições que tomou foram mais erradas que corretas”. Por isso o escritor afirmou que há quem diga que Sartre “contribuiu, com mais talento que ninguém, para a confusão contemporânea”.<sup>487</sup>

Ainda era um adolescente quando sofrera a influência de Sartre. Ao rememorar esse período, ele concluiu que a obra do filósofo serviu para “livrá-lo” do provincianismo e “imunizá-lo” contra a visão folclórica, maniqueísta, ingênua e superficial da literatura que servia de modelo em sua época, como a literatura de Romulo Gallegos, Jorge Icaza, Ciro Alegria e Miguel Ángel Asturias. A influência de Sartre ajudou-o a sair do marco literário regionalista e mostrou que a narrativa sofrera uma “revolução”, ao proclamar que a “relação entre um narrador e um personagem não podia ser, como outrora, a de um titereiro e seu boneco: era preciso tornar fios invisíveis, sob pena de incredulidade do leitor”. Sartre também o salvou, na época, do esteticismo, ou melhor, de ser mais um “borgesinho” representando seus “desplantes gramaticais, sua erudição exótica e seu ceticismo”. Sua opção na época foi pelo sartrismo e não pela “arte pura”, isto é, a “arte pela arte”.<sup>488</sup>

Vargas Llosa, em 1980, não poupou críticas a Sartre, cuja obra literária, segundo ele, estava permeada por uma série de limitações. A primeira delas era “inimizar” o seu “discípulo contra o humor”, fazendo-o “sentir que o riso estava proibido numa literatura

---

<sup>487</sup> *Ibidem*, p. 229.

<sup>488</sup> *Ibidem*, p. 230-231.

que aspirasse a ser profunda”. Outra era desinteressá-lo da poesia, da qual o escritor francês nunca gostou e tampouco entendeu. Isso, ele descobriu na época de maior submissão à sua influência, pois, nos ensaios sartrianos sobre Baudelaire ou sobre a poesia negra, Sartre “citava os versos como se fossem prosa.” Contudo, o que mais limitava a obra ficcional de Sartre era a sua submissão ao governo da razão. Segundo Vargas Llosa, não há “grande arte sem uma certa dose de irracionalidade”, porque “a grande arte expressa sempre a totalidade humana, na qual existe intuição, obsessão, loucura e fantasia, ao mesmo tempo que idéias. Na obra de Sartre, o homem parece exclusivamente composto destas últimas.” Chegou, então, à conclusão que “sua obra literária envelheceu de maneira terrível”, havia nela “uma escassa originalidade”.<sup>489</sup>

Foi como ensaísta que Sartre desenvolveu a sua teoria do compromisso, que influenciou, nos anos de 1950, uma geração de intelectuais. Por meio dessa teoria, Vargas Llosa, um jovem com vocação literária, descobriu os problemas sociais de seu país. A teoria sartriana do compromisso, segundo ele, consistia “em assumir a época em que se vivia, não as consignas de um partido; em evitar a gratuidade e a irresponsabilidade na hora de escrever, mas não em crer que a função da literatura podia ser a de divulgar certos dogmas, ou converter-se em pura propaganda”.<sup>490</sup> O compromisso do escritor, nesse caso, devia ser o oposto de uma outra teoria em voga no período: o realismo socialista.

Vargas Llosa admirava o desinteresse e a probidade com que Sartre assumia as suas posições políticas, quase todas, segundo ele, consistentes e coerentes, como sua posição favorável à independência das colônias da África, e também seu empenho para compreender o “Terceiro Mundo” africano, asiático e latino-americano. Contudo, para

---

<sup>489</sup> *Ibidem*, p. 232-233.

<sup>490</sup> *Ibidem*, p. 240.

Vargas Llosa, esses eram aspectos secundários das tarefas políticas de Sartre. A maior contribuição política de Sartre foi “a convicção, que fez sua, à época da liberação, e que o acompanhou até a morte, de que o socialismo é a única solução para os problemas sociais, e que o intelectual tem o dever de trabalhar por essa solução”.<sup>491</sup>

Por um longo tempo, Vargas Llosa admirou o Sartre pró-soviético, pró-chinês, castrista, simpatizante trotskista, que jamais se inscreveu no Partido Comunista, permanecendo como “um companheiro de viagem”. Isso possibilitou a Sartre criticar com dureza o partido ou a URSS. Por isso ele recebeu dos comunistas violentos ataques, uma situação que o levou a passar boa parte de sua vida política “fazendo intrépidos esforços intelectuais e morais para, não sendo um deles, jamais parecer que era contra eles”. É esta dramática posição que, segundo Vargas Llosa, define o “intelectual progressista” (de esquerda) dos anos 50 e 60 do século XX. Mas, em que pese suas posições políticas, Sartre não abria mão de sua convicção: o socialismo era a única solução para os problemas sociais e a única resposta radical para os problemas humanos.<sup>492</sup> Com o tempo, Vargas Llosa passou a não acreditar mais nisso e preferiu a lição política de Camus.

No final do artigo *El mandarín*, Vargas Llosa definiu Sartre como um mandarim<sup>493</sup> intelectual: alguém que “exerce um magistério além do seu conhecimento, do que escreve e até do que diz, um homem a quem uma vasta audiência confere o poder de legislar sobre assuntos que vão desde as grandes questões morais, culturais e políticas até as mais triviais”. O mandarim é um sábio, oráculo, sacerdote, mentor, caudilho, mestre e pai, que

---

<sup>491</sup> *Ibidem*, p. 238. A expressão “à época da liberação” significa durante a luta pela libertação da Argélia.

<sup>492</sup> *Ibidem*, p. 239.

<sup>493</sup> Para Vargas Llosa o “mandarinato é tipicamente francês, porque, embora em outros países tenha havido ocasionalmente figuras que exerciam esta função — como Ortega y Gasset, na Espanha, e Tolstoi, na Rússia — na França, pelo menos desde o século XVIII, toda a vida intelectual decorreu deste modo, girando em torno de escritores que eram ao mesmo tempo pontífices da sensibilidade, do gosto e dos preconceitos”. VARGAS LLOSA, Mario. *Contra viento y marea (II)*, p. 242.

“contamina seu tempo com idéias, gestos, atitudes, expressões, que, embora originalmente suas, ou, às vezes só percebidas como tais, passam logo a ser propriedade pública, a dissolver-se na vida dos outros”. Na sua opinião, Sartre foi, talvez, o último mandarim francês, “pois os mandarins de sua geração, que a ele sobrevivem, são muito acadêmicos, ou muito abstrusos, e de séqüitos muito esqualidos, e nas gerações mais jovens não existe ninguém que pareça capaz de preencher o impressionante vazio que ele deixou”. Com ele teria morrido uma certa maneira de praticar e compreender a cultura, que foi uma característica maior daquele tempo. Apesar de fazer críticas ácidas a Sartre nesse artigo, Vargas Llosa afirmou que, de uma maneira ou de outra, ele foi influenciado pelo filósofo em cada polêmica, crise e ruptura. Jamais deixara de pensar em Sartre.<sup>494</sup>

Na época em que ainda era muito influenciado por Sartre, Vargas Llosa lia Camus sem muito entusiasmo e sem paciência com seu lirismo intelectual. Entre 1962 e 1964, ele escreveu alguns artigos sobre os *Carnets*, obra póstuma de Camus, nos quais afirmava que a obra do filósofo “havia sofrido um envelhecimento precoce”. No mais, não aprovava a atitude de Camus em relação ao drama argelino. Naquela época, mais influenciado pela caricatura construída pelos adversários políticos de Camus do que pelos seus textos originais, Vargas Llosa condenava a sua opção pelo silêncio e as suas declarações ambíguas a respeito da guerra da Argélia. A grande decepção dos leitores de Camus, entre os quais ele, ocorreu porque “o suposto pensador moralista” nada tinha a oferecer-lhes para que enfrentassem as contradições de uma época crítica, e que no fundo encontrava-se tão desconcertado quanto eles.<sup>495</sup>

---

<sup>494</sup> *Ibidem*, p. 243.

<sup>495</sup> VARGAS LLOSA, Mario. *Contra viento y marea (I)*, p. 19.

No entanto, depois do desencontro com a obra de Camus, durante as décadas de 1950 e 1960, e sua predileção por Sartre, Vargas Llosa voltou a lê-lo na década de 1970, mais precisamente em 1975, motivado por um atentado terrorista em Lima. No mesmo ano, publicou o artigo *Albert Camus y la moral de los límites*, no qual analisou a obra de Camus e mostrou afinidade intelectual com seu pensamento. Foi nesse período que releu *L'homme révolté*, um livro que até então nunca entendera. A leitura foi uma revelação; ele compreendeu, por meio de uma fonte filosófica, o terror que caracteriza a história contemporânea. Ficou deslumbrado pela lucidez e atualidade com que Camus abordava o tema e pelas respostas que suas páginas davam às dúvidas e temores que a realidade de seu país lhe provocava. E, acima de tudo, descobriu que a visão de Camus sobre a política, a história e a cultura coincidiam com sua própria visão.

O que lhe chamava a atenção eram as posições de Camus, sempre contrárias ao totalitarismo, terrorismo, fanatismos e às ditaduras. Agora concordava com Camus, quando ele dizia que a política era somente um dos componentes da experiência humana, e que esta era mais ampla que aquela, e que, se a política se convertesse na atividade central à qual todas as outras se subordinassem, a consequência seria o “aviltamento do indivíduo”, que poderia, conseqüentemente, levá-lo ao fanatismo político.<sup>496</sup>

O mais fértil e valioso no pensamento camusiano era, na visão de Vargas Llosa, o seu ensinamento sobre a “moral dos limites”, que pressupunha o horror a todo tipo de dogma. Toda teoria que se apresenta como absoluta, como o cristianismo ou o marxismo, acaba, cedo ou tarde, por justificar o crime e a mentira. Questionado sobre o que seria essa

---

<sup>496</sup> *Ibidem*, p. 329.

“moral dos limites”, Camus afirmou que consistia “em admitir que um adversário pode ter razão, deixá-lo expressar-se e aceitar refletir sobre seus argumentos”.<sup>497</sup>

No artigo *Albert Camus y la moral de los límites*, Vargas Llosa relembra a peça teatral *Calígula* e cita a fala do personagem central: “quanto ao mais, decidi ser lógico, e, como tenho o poder, vereis o que vos custará a lógica. Exterminarei os opositores e as oposições [...] acabo de compreender a utilidade do poder. Ele permite o impossível”. Para Vargas Llosa, essas palavras podiam ter sido ditas por Hitler, Stalin, Mussolini e Franco, como também por Pinochet, Banzer, Somoza, e, na outra fronteira, por Mao, Fidel e Kim il Sung.<sup>498</sup> Vargas Llosa era exemplo de intelectual latino-americano que, aos poucos, abandonava os valores revolucionários de esquerda e buscava novas formas de substituição a esse tipo de engajamento na defesa da democracia, da *res-publica* e dos direitos humanos.<sup>499</sup>

A grande lição do livro *L'homme révolté*, segundo Vargas Llosa, era mostrar o assustador processo teórico que conduziu ao nascimento das filosofias totalitárias, ou seja, “os mecanismos intelectuais através dos quais o Estado chegou a dar ao crime e à escravidão uma justificativa histórica”. Nesse sentido, o nazismo, o fascismo, o comunismo e o socialismo foram “os personagens deste deslumbrante drama”. De maneira simples, ele sintetizou a tese de Camus: “toda tragédia política da humanidade começou num dia em que se admitiu que era lícito matar em nome de uma idéia [...], que certos conceitos abstratos podiam ter mais valor e importância que os seres concretos de carne e osso”.<sup>500</sup>

---

<sup>497</sup> CAMUS, Albert *apud* VARGAS LLOSA, Mario. *Contra viento y marea (I)*, p. 332.

<sup>498</sup> VARGAS LLOSA, Mario. *Contra viento y marea (I)*, p. 242-243.

<sup>499</sup> SILVA, Helenice Rodrigues da. *Fragmentos da história intelectual*, p. 136-137.

<sup>500</sup> VARGAS LLOSA, Mario. *Contra viento y marea (I)*, p. 333.



Enfim, Camus foi um severo crítico das revoluções planejadas pela ideologia, e Vargas Llosa utilizou seu pensamento para criticar Fidel Castro e a Revolução Cubana, ou qualquer outro movimento que se dizia revolucionário na América Latina, e que, porventura, utilizasse meios violentos e restringisse o direito do homem à liberdade. Propôs, baseando-se em Camus, a rebeldia ao invés da revolução. Mas qual a diferença entre o rebelde e o revolucionário?

Para Camus, o revolucionário é aquele que põe o homem a serviço das idéias, o que está disposto a sacrificar o homem que vive pelo homem que virá, o que faz da moral uma técnica governada pela política, o que prefere a justiça à vida e o que se acha no direito de mentir e de matar em função do ideal. O rebelde pode mentir e matar, mas sabe que não tem o direito de fazê-lo, e que isso ameaça sua causa, não admite que o amanhã tenha privilégios sobre o presente, justifica os fins com os meios e faz com que a política seja a consequência de uma causa superior: a moral.

<sup>501</sup>

A grande questão para Camus era saber se qualquer práxis política que colocasse as idéias, “essas coisas abstratas”, acima da vida humana, seria admissível, e se os fins deviam justificar os meios. A proposta de Camus era, para Vargas Llosa, mais digna que outros modelos de ação contemporânea. A voz de Camus não era somente “a voz da razão e da moderação, da tolerância e da prudência, mas também da coragem e da liberdade”. Era necessário que a voz de Camus sobressaísse e deixasse de parecer “aos jovens menos exaltante e contagiosa que daqueles profetas da aventura violenta e da negação apocalíptica, como Che Guevara e Frantz Fanon”. Inspirando-se em Camus, ele propôs um modelo de engajamento que não dissociasse o combate contra a fome, a exploração, o

---

<sup>501</sup> *Ibidem*, p. 334-335. Para Camus, “a revolução é possível; talvez uma sociedade sem classes e, portanto, feliz, acabe, um dia, por nascer; mas não estou certo disso; tampouco estou seguro do momento em que isso se dará; de forma que, na dúvida, recuso-me a aceitar os gigantescos sacrifícios que nos pretendem impor em nome dessa simples perspectiva”. LÉVY, Bernard-Henry. *O século de Sartre: inquérito filosófico*, p. 412.

colonialismo, do combate à liberdade e à dignidade do indivíduo. Dissociar isso era “tão suicida e tão absurdo como dissociar a idéia da liberdade da verdadeira justiça”.<sup>502</sup>

Para Camus, o combate contra a injustiça era moral antes que político. Para Sartre, era político antes que moral. Para Vargas Llosa, tratava-se de um debate aberto e escorregadio e com resultados diferentes, dependendo da interpretação dos indivíduos sobre os acontecimentos políticos e sociais, que, “a cada instante, o reavivam e enriquecem com novos dados e idéias”. Enfim, “reforma ou revolução? Realismo ou idealismo político? História e moral ou Moral e história? A Sociedade é a rainha ou o indivíduo é o rei?”. O debate continuava ainda em aberto e atual quando Vargas Llosa publicou *Contra vento e maré* (1983), e, como ele mesmo afirmou, naquela época existia ainda a suspeita que Sartre e Camus fossem “apenas os rivais brilhantes e efêmeros de uma disputa velha como a história e que provavelmente durará o tempo que durar a história”.<sup>503</sup>

## **5.2. O debate no campo literário: *Libro de Manuel* e *Historia de Mayta***

Em dois de seus romances, *Libro de Manuel* (1973) e *Historia de Mayta* (1984), tanto Cortázar quanto Vargas Llosa — respectivamente e cada um a seu modo — criticaram e avaliaram o rumo das esquerdas na América Latina. Dessa forma, contribuíram para expandir o debate em torno do papel do intelectual e da função político-social da literatura. Tanto no *Libro de Manuel* quanto em *Historia de Mayta*, há um conteúdo explicitamente político, porém o ingrediente ficcional é primordial. Nos dois casos, a história fornece a matéria literária para a ficção sem, contudo, esgotar seu sentido literário.

---

<sup>502</sup> *Ibidem*, p. 335.

<sup>503</sup> *Ibidem*, p. 14.

## *Libro de Manuel*

Como vimos, Cortázar nunca deixou de apoiar o regime cubano, mas, em um contexto de decepção com o processo revolucionário e, em geral, com as esquerdas na América Latina, publicou, em 1973, uma de suas obras mais polêmicas: *Libro de Manuel*. Um romance no qual entrelaçou e cristalizou diferentes reflexões e polêmicas que manteve com a intelectualidade latino-americana, como, por exemplo, em relação à função político-social da literatura. Nesse livro, Cortázar manifestou apoio à luta pela emancipação dos povos latino-americanos e, ao mesmo tempo, criticou as esquerdas, mostrando, até certo ponto, a incapacidade crônica “de nossos revolucionários para elaborar e materializar uma autêntica e integral reforma social”.<sup>504</sup>

Com *Libro de Manuel*, considerado o melhor livro estrangeiro publicado na França naquele ano, Cortázar recebeu o *Premio Mediceis*, em novembro de 1974. O dinheiro que ganhou como prêmio, 950 dólares, foi por ele doado ao movimento chileno Frente Unificada, que lutava contra o governo ditatorial de Augusto Pinochet. Tal gesto valeu-lhe muitos reconhecimentos e críticas. O ensaísta argentino David Viñas, por exemplo, condenou esse ato, vendo nele uma postura revolucionária muito cômoda, já que ele estava em Paris, portanto, afastado da linha de fogo.<sup>505</sup> Para Cortázar, ser um escritor latino-americano, mesmo vivendo no exílio, significava “pensar e agir num contexto em que realidade geopolítica e ficção literária misturavam cada vez mais suas águas”. Cortázar estava reiterando o que muitos escritores do seu tempo também afirmavam, isto é, a prática

---

<sup>504</sup> CORTÁZAR, Julio *apud* PLANELLS, Antonio. “Del ‘ars masturbandi’ a revolución: ‘Libro de Manuel’, de Julio Cortázar.” In: *Cuadernos Hispanoamericanos*, Madrid, oct-dic.de 1980, n. 364-366, p. 524.

<sup>505</sup> WOLFF, Jorge H. *Julio Cortázar: a viagem como metáfora produtiva*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1988, p. 74.

literária, tanto em sua etapa de produção como no tempo da leitura, não poderia ser apenas um mero deleite, nem existir à margem de acontecimentos importantes da história latino-americana, tais como a Revolução Cubana, Allende e Pinochet no Chile, a vitória sandinista na Nicarágua, Videla e as Mães da Praça de Maio na Argentina etc.<sup>506</sup>

No prólogo da primeira edição do *Libro de Manuel*, Cortázar previu as críticas — tanto da direita quanto da esquerda — que poderia receber pelo conteúdo da obra. A direita o acusaria de romper com a literatura “pura” (se é que um dia a fez) e trair seu “passado glorioso”, pois, naquele momento, introduzia a política e a história como temas literários. A esquerda acharia o romance uma obra frívola, porque tratava o aparelho de guerrilha urbana com um tom desapegado, lúdico, erótico e onírico. Porém, como afirmou o próprio Cortázar: “os mal-entendidos da esquerda me doem. Os da direita, não levo a sério”.<sup>507</sup> Na verdade, “pouca gente da esquerda leu no *Libro de Manuel* algumas coisas que eram ditas a ela, de companheiro para companheiro. Às vezes acho que estas pessoas fizeram de conta que não era com elas, que não se tratava delas”.<sup>508</sup> Afinal, o que Cortázar queria dizer aos companheiros de viagem?

Ainda no prólogo, Cortázar argumentou que a luta em prol do socialismo latino-americano deveria “enfrentar o horror cotidiano com a única atitude que um dia lhe daria a vitória: cuidando preciosamente, zelosamente, da capacidade de viver tal qual como a queremos para esse futuro, com tudo o que supõe de amor, de brincadeira e de alegria”.<sup>509</sup> O *Libro de Manuel* significava, para o autor, um instrumento de intervenção na violenta realidade cotidiana, pois nascia de um “sentimento de horror, de vergonha, de humilhação

---

<sup>506</sup> CORTÁZAR, Julio. *Obra crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998, 3 vol., p. 43.

<sup>507</sup> CORTÁZAR, Julio. *O livro de Manuel*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984, p. 08.

<sup>508</sup> GONZÁLEZ BERMEJO, Ernesto. *Conversas com Cortázar*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002, p. 107.

<sup>509</sup> CORTÁZAR, Julio. *O livro de Manuel*, p. 08.

pessoal como latino-americano frente ao panorama do colonialismo e do *gorillismo* entronizados há tanto tempo em nossos países”.<sup>510</sup> Como instrumento de intervenção, o livro pressupunha uma utilidade. Sobre isso, Cortázar afirmou:

as coisas que não chegam por certas vias, podem chegar por outras. Penso modestamente que este livro possa ter alguma utilidade para a causa dos presos políticos de toda a América Latina, não somente da Argentina. Não tenho ilusões sobre a eficácia da literatura, porém tampouco creio que seja inútil. Creio que os que escreveram uma enciclopédia na França, ajudaram a desatar a Revolução Francesa, assim como creio que a poesia de Mao Tsé-tung é parte da Revolução Chinesa. Há algum tempo alguém disse que a única coisa que conta é a linguagem das metralhadoras. [...] Cada um tem suas metralhadoras específicas. A minha, no momento, é a literatura.<sup>511</sup>

O *Libro de Manuel* pode ser visto como um livro militante e de denúncia social, mas sem a fórmula tradicional e dogmática do realismo socialista. No romance, é evidente a convergência entre o político e o literário por meio de uma escrita original, inventiva e sensível. Esse tipo de convergência, segundo o autor, não foi tarefa fácil, pois exigia um equilíbrio. Em uma entrevista concedida a Omar Prego Gadea, Cortázar posicionou-se a respeito, afirmando que

na maioria dos livros chamados comprometidos ou bem a política (a mensagem política) anula e empobrece a parte literária e se converte em uma espécie de ensaio disfarçado, ou bem a literatura é mais forte e deixa em uma situação de inferioridade a mensagem política, a comunicação que o autor deseja passar a seu leitor. Então, esse difícil equilíbrio entre um conteúdo de tipo ideológico e um conteúdo de tipo literário – o que eu quis fazer no *Libro de Manuel* – me parece ser um dos problemas mais apaixonantes da literatura contemporânea. E me parece, além disso, que as soluções são individuais, que não há nenhuma fórmula. Ninguém tem a fórmula para isso.<sup>512</sup>

No romance, o político articula-se, ainda, com outros temas, como o erótico, que desemboca, também, na homossexualidade. Percebe-se aí uma crítica velada ao que acontecia em Cuba, ou seja, as perseguições a vários escritores homossexuais. Cortázar

---

<sup>510</sup> CORTÁZAR, Julio *apud* PLANELLS, Antonio. “Del ‘ars masturbandi’ a revolución: ‘Libro de Manuel’, de Julio Cortázar.” In: *Cuadernos Hispanoamericanos*, p. 519.

<sup>511</sup> CORTÁZAR, Julio. A mi ametralladora es la literatura. *Crisis*, Buenos Aires, n° 02, março de 1973, p. 10.

<sup>512</sup> PREGO GADEA, Omar. *La fascinación de las palabras*. Barcelona: Muchnik Editores, 1985, p. 34.

rechaçava qualquer atitude machista, preconceituosa e de humilhação em relação aos homossexuais. Para ele essa, em absoluto, era uma atitude revolucionária ou de um revolucionário. Portanto, o conteúdo erótico do livro era para mostrar, entre outras coisas, que os seres humanos estavam demasiado envoltos em tabus, em machismos e em discriminações de toda ordem.<sup>513</sup>

O *Libro de Manuel* é marcado pela ousadia estética, pela presença de elementos absurdos e por diálogos inusitados. Isso faz com que ocorra, de certa forma, um rompimento da linearidade da narrativa, fazendo com que o leitor percorra o texto de modo labiríntico. Em razão dessas características, o livro exige um leitor atuante e envolvido diretamente com a leitura de uma narrativa cuja seqüencialidade é sempre interrompida. Cabe ao leitor, uma vez dentro do labirinto, dar sentido aos caminhos, aos desvios e à fragmentação de uma obra que não segue uma lógica linear.<sup>514</sup>

A narrativa do *Libro de Manuel* gira em torno de personagens envolvidos com a Roda<sup>515</sup>, um grupo subversivo e marginal — com pretensões revolucionárias — que tinha seu centro de ação em Paris. Um grupo de guerrilha urbana, comandado por Marcos, cujos membros eram de nacionalidades diferentes, em sua maioria latino-americanos exilados em Paris. A tarefa primordial do grupo era “abalar o sistema e fazer a revolução”. Concomitante a isso, os membros da Roda compunham um livro, por meio de recortes de jornais, para Manuel, um menino de três anos de idade, filho de Patrício e Susana, ambos

---

<sup>513</sup> Vários personagens do *Libro de Manuel* discutem o homossexualismo. São personagens que tiveram, ao longo de suas vidas, várias experiências homossexuais. Um tema polêmico para a época, mas abordado pelo autor com naturalidade. Além disso, Cortázar utiliza uma linguagem muito aberta para falar sobre sexualidade e erotismo, segundo ele para quebrar a visão conservadora, machista e hipócrita em torno do tema. Um exemplo é quando um personagem do livro narra as várias denominações que recebem os órgãos sexuais feminino e masculino em vários países da América Latina, misturando o erótico com o anedótico.

<sup>514</sup> FIRMO, Francis da Silveira. *Libro de Manuel, de Cortázar: o hipertexto avant la lettre*. 185 f. Dissertação. Faculdade de Letras - UFMG, Belo Horizonte, 2007, p. 12-13.

<sup>515</sup> A palavra Roda, em espanhol, na sua variante argentina, significa farra, brincadeira, troça, jogo.

argentinos e componentes do grupo. O livro para Manuel era uma espécie de álbum descontínuo, composto de uns quarenta artigos recortados de vários jornais franceses e latino-americanos, que os membros da Roda entregavam à sua mãe para serem compilados. Eram notícias reais sobre os movimentos guerrilheiros que eclodiam na América Latina e sobre a repressão política que ocorria na Argentina, Brasil e Uruguai. Por isso, o álbum era concebido como um verdadeiro manual de resistência, ou seja, funcionava como um texto no qual Manuel iria aprender, principalmente, sobre a realidade latino-americana, “nua e crua”.<sup>516</sup> As narrativas sobre as ações da Roda, que também compunham o livro para Manuel, tinham a função de fornecer a postura ética para que o menino, em um futuro próximo, interrogasse sobre a realidade e questionasse as violações dos direitos humanos, as ditaduras e as revoluções planejadas.

O *Libro de Manuel* possui dois planos que se sobrepõem: o primeiro, de tipo informativo, mostra feitos que são verificáveis, ou seja, os recortes de jornais que o próprio Cortázar compila no livro; o segundo, de tipo formativo, propõe reflexões que envolvem a política, o erótico, o lúdico, o onírico, o anedótico e o ideológico. A narrativa do livro gira em torno de três enredos principais: a coleção de recortes de jornais para a “montagem” do livro de Manuel; a história de Andrés, músico e publicitário portenho, que mantém, a princípio, uma relação de estranheza com a Roda; e as atividades da Roda, cujas ações variam entre micro-agitações e seqüestros.<sup>517</sup>

Na verdade, o menino Manuel será, para os membros da Roda, o leitor ideal, conseqüentemente, o revolucionário ideal. Enfim, segundo o próprio autor da obra, um

---

<sup>516</sup> CORTÁZAR, Julio. *O livro de Manuel*, p. 136.

<sup>517</sup> YURKIEVICH, Saúl. *Julio Cortázar: mundos y modos*. Madrid: Anaya & Mario Muchnik, 1994, p. 207.

homem capaz de se libertar de tabus tradicionais e harmonizar o erótico e o lúdico com o político, ou seja, um homem-novo capaz de

desmistificar toda uma concepção revolucionária monacal; de dizer que os fatos políticos acontecem com seres humanos, que não deixam de ser seres humanos por pertencerem a esta ou aquela organização, e que podem, devem e é inevitável que combinem a ação política com o fato de fazer amor, de comer um espagete ou de sair para dar uma volta nos *Champs Elysées*, se vivem em Paris.<sup>518</sup>

Para Cortázar, o componente lúdico das revoluções era imprescindível. Ele não acreditava “nas revoluções sem alegria”. Tinha como exemplo Che Guevara, que possuía um “incrível senso de humor, que o acompanhou até mesmo nas circunstâncias mais difíceis e inusitadas”. Cortázar também não acreditava “nos revolucionários de cara larga e trágica, esses eram Saint Just e os Robespierres”.<sup>519</sup> Para ele, a revolução era coisa muito séria, porém o revolucionário não deveria renunciar nunca ao lúdico, ao humor, ao jogo e a tantos outros valores humanos. Mas como Cortázar compreendia o lúdico? Em uma entrevista, o autor assinalou:

O lúdico não é um luxo, mas um agregado do ser humano que pode ser útil para diverti-lo: o lúdico é uma das armas centrais pelas quais ele se maneja ou pode manejar a vida. O lúdico não é entendido aqui, apenas como uma partida de truco ou uma partida de futebol; o lúdico é compreendido como uma visão na qual as coisas deixam de ter suas funções estabelecidas para assumir, muitas vezes, funções diferentes, funções inventadas. O homem que habita um mundo lúdico é um homem inserido num mundo combinatório, de invenção combinatória, que está criando continuamente formas novas.<sup>520</sup>

O lúdico, como ele afirmou, significava inovação. Ao assumir o componente lúdico, os revolucionários poderiam evitar fórmulas vazias e repetitivas, o que Cortázar chamava de fórmulas “grisalhas”. Para ele, as revoluções ou os grupos revolucionários, em suas formas iniciais — como é o caso metafórico da Roda no *Libro de Manuel* —, adotavam formas dinâmicas, lúdicas, que permitiam a “inversão de todos os valores que implicava

---

<sup>518</sup> GONZÁLEZ BERMEJO, Ernesto. *Conversas com Cortázar*, 2002, p. 107-108.

<sup>519</sup> CORTÁZAR, Julio. *A mi ametralladora es la literatura*, 1973, p. 15.

<sup>520</sup> PREGO GADEA, Omar. *La fascinación de las palabras*, 1985, p. 45.



uma revolução, valores esses que operam em um campo em movimento, fluido e aberto à imaginação e à invenção”. Contudo, as revoluções iam aos poucos perdendo o lúdico e tendiam a conservar a estratificação, a rigidez e a inflexibilidade. Foi contra esse tipo de ação que Cortázar escreveu o *Libro de Manuel*, esse era seu compromisso com as revoluções. Assim, ao escrever o livro, ele deu

um passo adiante, inclusive forçando a mão às vezes, porque estava farto de ter discutido em Cuba acerca de problemas de tipo erótico, por exemplo, e de tropeçar-me com a estratificação e a rigidez. O tema da homossexualidade é objeto de uma discussão fraternal e muito viva com os nicaragüenses cada vez que vou até lá. Eu creio que esta atitude machista de rechaço, depreciativa e humilhante com a homossexualidade, não é, em absoluto, uma atitude revolucionária.<sup>521</sup>

Cortázar mostrou o caráter lúdico e humorístico da Roda por meio das microagitações, sete ao todo, como, por exemplo, quando membros do grupo iam aos restaurantes e, ao distraírem o caixa, trocavam os cigarros por “guimbas” e os fósforos novos por usados, e esperavam para ver as reações dos clientes, que variavam da estupefação à ira. No início do romance, as ações da Roda eram predominantemente lúdicas, mas, no desenrolar da trama, o grupo foi perdendo aos poucos o componente lúdico, dando origem a uma etapa caracterizada pelo trabalho político e clandestino de seus membros, pelos primeiros encontros reais com a polícia e por transgressões mais significativas. Tais mudanças foram percebidas pelos membros do grupo, como para o personagem “aquele de quem lhe falei”: “a Roda, que a princípio parecia idiota e divertida, mas sempre sensível e até primária, agora desaparecia”.<sup>522</sup> A última operação da Roda foi organizar o seqüestro do “VIP” — encarregado da Coordenação de Assuntos Latino-Americanos na Europa, que possuía ligações com a CIA. O seqüestro fracassou e os

---

<sup>521</sup> *Ibidem*, p. 50.

<sup>522</sup> *Ibidem*, p. 212.

membros da Roda foram torturados, mortos e os sobreviventes levados para a prisão ou então deportados. O que significou o fim do movimento.

O personagem Andrés, que no início da trama se mostrava cético em relação às atividades do grupo, modificou gradualmente sua opinião, por dois motivos: a participação de Ludmilla (sua companheira) no seqüestro do VIP e o sonho com o cubano, um sonho que o perseguia por vários meses. Ele sonhava que estava indo ao cinema para assistir a um filme de Fritz Lang, quando encontrava com um homem que desandava a falar-lhe coisas sem nexos e o levava até a presença de um cubano que queria lhe dizer algo que ele não ouvia, não compreendia, mas desconfiava que tinha relação com a Roda. Quando Andrés ficou sabendo do seqüestro do “VIP”, ele foi até o esconderijo para proteger Ludmilla e desvendar seu sonho. Ao chegar lá, ele conseguiu compreender o seu final: o cubano lhe dizia “desperte”. Andrés compreendeu então qual seria sua posição perante a Roda: assumir, com o fim do grupo guerrilheiro, a escrita do livro para Manuel. Sua tarefa seria transformar os recortes dos jornais e as fichas deixadas pelo personagem “aquele de quem lhe falei” em uma narrativa organizada. Andrés compreendeu então a possibilidade de conciliar a política com a música, o cinema e a literatura. No final do livro, o diálogo entre ele e Patrício — pai de Manuel — foi bastante esclarecedor:

— Manuel compreenderá — disse-lhe —, Manuel compreenderá algum dia. E agora vou embora porque já é tarde, tenho que pegar um disco de Joni Mitchell que prometeram e depois continuar pondo em ordem o que “aquele de quem lhe falei” deixou para a gente.

— Nessa ordem de prioridades? — disse Patrício olhando-o nos olhos. — Sua Joni não sei o quê e depois o outro?

— Não sei — disse Andrés —, deve ser assim ou ao contrário, mas devem ser as duas coisas, sempre.<sup>523</sup>

Andrés havia resolvido uma questão que inquietava também o autor: como integrar o estético com o conteúdo político sem sacrificar a literatura. Para isso era necessário

---

<sup>523</sup> *Ibidem*, p. 427-428.

inovar e manter certo equilíbrio, o que Cortázar realizou bem em todas as suas obras literárias que tratam de temas políticos. A resposta para a inovação estava na incorporação do lúdico, do erótico, do onírico e do anedótico nos romances ou nos contos, uma das principais características da narrativa cortazariana.

*O Livro de Manuel* apresenta um discurso otimista, de fé e crença em um mundo melhor. Mas teria o livro para Manuel cumprido sua função? Manuel, após ler o livro, seria um homem capaz de se libertar de tabus tradicionais, capaz de harmonizar o erótico, o onírico e o lúdico com o político, ou seja, um homem-novo, capaz de “desmistificar toda uma concepção revolucionária monacal?” *Libro de Manuel* não pode ser considerado apenas como um livro ingênuo que propõe uma alternativa revolucionária baseada em aspectos oníricos e lúdicos. Ao refletir sobre esses dois aspectos, que na sua concepção eram importantes para os movimentos revolucionários, Cortázar estava mais preocupado em criticar as esquerdas revolucionárias latino-americanas — em particular a cubana —, que abandonaram certos princípios em nome do dogmatismo e do extremismo, do que propor um manual de como fazer a revolução. Cortázar não acreditava em fórmulas acabadas para o universo da política. O seu conceito de revolução adquiria um sentido que transcendia o plano político e não excluía a necessidade de revalorização da essência humana.

Se, hipoteticamente, Manuel vivesse na atualidade, ele estaria completando 38 anos<sup>524</sup> e teria observado que aqueles que cometeram crimes contra os direitos humanos, durante as ditaduras latino-americanas, em sua maioria, não foram julgados; teria assistido

---

<sup>524</sup> Ver de outra forma e com outros aspectos essa hipótese no texto de ESCOBAR, Maria E.; MORALES, Gilda L. *Cortázar: de una proliferación de realidades a una síntesis conciliatória*. Universidad de Chile. Disponível em: <http://www2.cyberhumanitatis.uchile.cl/07/cortazar.htm>. Acesso em: 14/08/2008.

à queda do muro de Berlim e o fim da URSS; teria observado, ainda, que os sandinistas não conseguiram implementar, com sucesso, o projeto socialista na Nicarágua; teria visto a renúncia de Fidel Castro ao poder e a ascensão de Raúl Castro, com a difícil “missão” de fazer a abertura econômica da ilha e, talvez, a política também; e teria, com certeza, se interessado pelo movimento indígena de Chiapas.

### *Historia de Mayta*

O romance *Historia de Mayta* (1984), por sua vez, nasceu quando Vargas Llosa leu no *Le Monde*, em 1962, a notícia sobre uma pequena e frustrada rebelião que ocorreu em Jauja, um pequeno povoado da serra peruana, com a participação de um subtenente, um trotskista e alguns estudantes. O personagem Mayta foi baseado na história de Jacinto Rentería, o trotskista que participou da rebelião armada em Jauja. Como declarou o próprio autor, a notícia que leu no *Le Monde* mostrava um caso de violência insurrecional no Peru, inspirado na Revolução Cubana, que abriu toda a série cuja culminação foi o surgimento do Sendero Luminoso.<sup>525</sup>

A notícia que leu no *Le Monde* lhe causou na época uma grande impressão, pois naquele período “participava ardentemente da ilusão revolucionária criada pela Revolução Cubana”.<sup>526</sup> Contudo, a desilusão com as esquerdas, em particular com a Revolução Cubana, e a violência política no Peru levaram Vargas Llosa a ficcionalizar a história de

---

<sup>525</sup> SETTI, Ricardo A. *Conversas com Vargas Llosa*. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 55-56. O PC *Bandera Roja*, de tendência maoísta que defendia a luta armada para fazer a revolução, se dividiu em 1967 e novamente em 1970, quando Abimael Guzmán e seus seguidores foram expulsos pela hierarquia do partido, fundando assim o Sendero Luminoso. Sobre o Sendero Luminoso ver: AMAYO, Enrique (org.). *Sendero Luminoso*. São Paulo: Vértice, 1988 e HERTOGHE, Alain; LABROUSSE, Alain. *Sendero Luminoso*. Peru, uma reportagem. São Paulo: Brasiliense, 1990.

<sup>526</sup> VARGAS LLOSA, Mario. *Caretas*, Lima, 19 de novembro de 1984, p. 31.

Jacinto Rentería para mostrar que na América Latina “se fez religião a idéia, entre aventureiros e idealistas, de que liberdade e justiça seriam alcançadas a tiros de fuzil”.<sup>527</sup> Essa ilusão, a seu ver, fez “correr rios de sangue”, desaparecer muitos jovens e “entronizar ditaduras militares sanguinárias”, que prejudicaram o desenvolvimento da democracia na América Latina.<sup>528</sup> No romance, a história foi (re)construída em torno do personagem Alejandro Mayta, um guerrilheiro trotskista que pretendia tomar o poder e converter o país ao socialismo. Além de ser uma verdadeira sátira aos grupos revolucionários, *Historia de Mayta* fornece — por um determinado ponto de vista — uma visão panorâmica das esquerdas latino-americanas em quase três décadas.

Os principais personagens da trama são Mayta e um escritor que realiza várias entrevistas para escrever um livro sobre o guerrilheiro. O escritor é ao mesmo tempo narrador e personagem da trama e, apesar de não usar o nome Vargas Llosa, fica evidente as semelhanças entre ele e o autor da obra. O narrador-personagem conta no tempo presente, ou seja, vinte e dois anos após a verdadeira insurreição em Jauja, a história de Mayta, colhendo os testemunhos de pessoas que conviveram com ele em diferentes circunstâncias. Assim, cada capítulo mostra o encontro do narrador com personagens que fornecem versões contraditórias e controversas sobre a vida de Mayta: alguns o caracterizam como um revolucionário com interesses ideológicos; outros como um militante sem capacidade de definir uma posição política; outros o acusam de ter sido agente da CIA; alguns acreditam que Mayta era organizador da insurreição de Jauja, outros que sua participação fora mínima. Há também aqueles que revelam preconceituosamente

---

<sup>527</sup> O romance foi escrito em Londres e Lima entre 1983 e 1984, no momento em que se iniciava a insurreição armada do Movimento Revolucionário Túpac Amaru e do Sendero Luminoso.

<sup>528</sup> SETTI, Ricardo A. *Conversas com Vargas Llosa*, 1986, p. 55-56.

que Mayta era homossexual. Enfim, Mayta é caracterizado como herói, místico, reprimido, diabólico, homossexual, doutrinador e traidor.

A obra está dividida em dez capítulos que seguem uma certa linearidade dos acontecimentos que cercam a insurreição de Jauja, nos quais se sobrepõem três planos: o contexto real/histórico peruano e latino-americano; o plano do narrador, ou seja, Vargas Llosa como o personagem literário que investiga a história de Mayta para ser relatada como ficção; e o plano da própria narrativa que, no caso, é o plano da experiência do leitor. Em meio a tudo isso, o narrador tece comentários sobre os fins literários que motivam o escritor na busca da “verdade das mentiras” ou “de mentir com conhecimento de causa.” Assim, em *Historia de Mayta*, o

[...] narrador — que está tratando de averiguar uma verdade para mentir, ou melhor, inventar uma história que tem as aparências da realidade sem sê-la, que é o sentido do romance — vai descobrindo que Mayta e seus companheiros há 25 anos — em minha narração retrocedi a história de Jauja **em 4 anos para que fosse anterior à Revolução Cubana** — também inventaram uma ficção, neste caso uma ficção ideológica, uma suposta interpretação da realidade peruana para determinar uma forma de ação violenta.<sup>529</sup>

No início da trama, o narrador-personagem revelou que conviveu com Mayta na infância e parte da adolescência, pois ambos freqüentaram o Colégio Salesiano, onde concluíram o ginásio, quando então se viram pela última vez. No Colégio Salesiano, Mayta aprendera muito sobre religião, pouco de política e absolutamente nada sobre revolução. Nas lembranças do narrador-personagem, Mayta era um mestiço “gordinho”, de cabelo “crespo”, “de pés chatos, com os dentes separados e um jeito de caminhar marcando dez para as duas.” Seus companheiros de infância e adolescência o criticavam por preocupar-se com os pobres, por ajudar a celebrar a missa, por rezar e santificar-se com muita devoção e por ser um péssimo jogador de futebol. Quando terminavam as aulas no Salesiano, dava de

---

<sup>529</sup> *Ibidem*. Grifos nossos.

comer a um “cego esfarrapado” e, certa vez, foi parar no hospital por privar-se de comer para se identificar com os pobres. Sem saber como nem porque, Mayta, católico e místico, revela-se um homossexual e converte-se em um jovem trotskista fracassado no seu desejo de fazer a revolução. A Mayta a “vida não deu mais que ilusões perdidas, frustrações, equívocos, inimizades, perfídias políticas, dificuldades, má comida, prisões, polícia, clandestinidade, fracassos de toda índole e nada que remotamente” se parecesse com uma vitória.<sup>530</sup>

No início da trama, Mayta conheceu aquele que para muitos mudou o rumo de sua história, o subtenente Vallejos, o principal mentor da pequena insurreição de Jauja. Mayta morava em Lima e militava no Partido Operário Revolucionário (Trotskista) — conhecido como POR(T) —, colaborava com o jornal *Voz Obrera* (T) e era tradutor de francês — língua que aprendera sozinho — na Agência *France Presse*. Mayta tinha mais de quarenta anos de vida, dos quais vinte dedicados à militância política.

O POR(T) surgiu com a divisão do Partido Operário Revolucionário (POR). Os que militavam no POR eram chamados de *moscos*, comunistas fieis à linha de Moscou. Os divisionistas do POR(T) eram conhecidos como *troscos*, trotskistas críticos do stalinismo. O jornal do POR era o *Voz Obrera* e o do POR(T), o *Voz Obrera* (T).<sup>531</sup> Ambos eram partidos de esquerda, mas praticamente inimigos entre si. Essa divisão serviu para Vargas Llosa demonstrar criticamente que na América Latina, particularmente no Peru,<sup>532</sup> cada

---

<sup>530</sup> VARGAS LLOSA, Mario. *História de Mayta*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1984, p. 17. Publicado no Brasil no mesmo ano que o original editado pela Seix Barral.

<sup>531</sup> O POR tinha em torno de 20 filiados e o POR(T), incluindo Mayta, tinha sete filiados.

<sup>532</sup> É importante ressaltar que em 1964 ocorreu a primeira cisão importante no Partido Comunista do Peru. Neste ano, a facção pró-chinesa do PCP, refletindo as divisões do comunismo internacional, saiu do partido e formou o PCP-*Bandera Roja*, levando junto a juventude do PCP e vários comitês regionais. No PCP permaneceu a tendência moscovita, pró-soviética, representada pela liderança nacional, que continuou controlando a máquina do Partido e as contribuições financeiras vindas da URSS. Nos anos 60 e 70, as cisões no seio do PCP e dos movimentos revolucionários peruanos fizeram surgir vários outros partidos e pequenos

partido ou movimento tinha sua verdade marxista, e, além disso, eram marcados pela dissidência, pelo “infantilismo de esquerda”, pelos “encantos da contradição” e pela “doença da ultra-esquerda”. Nesse sentido, Vargas Llosa fez questão de mostrar que Mayta passou por “todas as seitas, todas as capelinhas”. Depois de passar pelo aprismo<sup>533</sup>, aderiu a tudo: foi dissidente, moscovita, *mosco* e *troscos*. Enfim, Mayta expressava todas as contradições da esquerda nos anos 50 e início dos 60.<sup>534</sup>

O subtenente Vallejos, um militar socialista, ao contrário de Mayta, não era vinculado a nenhum partido político, mas quando se conheceram não falava em outra coisa a não ser em revolução. O que acontecia em Cuba, para ele, não era nada se comparado ao que poderia acontecer no Peru: “quando os índios se levantarem, o Peru será um vulcão”. Vallejos explicava a Mayta que, empregando a guerra de guerrilhas nas montanhas, eles poderiam “acender o paiol” que eram os Andes. Vallejos, com um discurso indigenista, tentava convencer Mayta de que o Peru verdadeiro estava na serra entre os índios, os condores e os cumes e não em Lima. Para Mayta, Vallejos, por sua vez, ainda vivia naquela fase da juventude em que a “política consistia exclusivamente de sentimentos, indignação moral, rebeldia, idealismo, sonhos, generosidade, mística”. Na sua ingenuidade, não suspeitava ou não compreendia que a revolução era “uma longa paciência, uma infinita rotina, uma terrível sordidez, os mil e um apertos, as mil e uma vilezas”.<sup>535</sup>

---

grupos como Patria Roja, Sendero Luminoso, Vanguarda Revolucionária (VR), Vanguarda Revolucionária-Proletário Comunista (VR-PC), Puka Llacta e o Movimento de Izquierda Revolucionária (MIR). Cf. TAYLOR, Lewis. Maoísmo nos Andes: Sendero Luminoso e o movimento guerrilheiro contemporâneo no Peru. In: AMAYO, Enrique (org.). *Sendero Luminoso*. São Paulo: Vértice, 1988, p. 42-45.

<sup>533</sup> Aprista era o partidário da **Alianza Popular Revolucionaria Americana (APRA)**, fundada por Victor Haya de la Torre em 1924. Um movimento de cunho reformista vinculado às esquerdas e com pretensões de alcance latino-americano, apoiado num discurso antiimperialista e nacional-popular. Cf. ARICÓ, José. “O marxismo latino-americano nos anos da Terceira Internacional”. In: HOBBSAWM, Eric J. (org.). *História do Marxismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, vol. 8, p. 419-459.

<sup>534</sup> VARGAS LLOSA, Mario. *História de Mayta*, p. 34-35.

<sup>535</sup> *Ibidem*, p. 22-24 *passim*.



Por meio do diálogo entre Mayta e Vallejos, Vargas Llosa aborda questões que compunham o repertório das esquerdas nas décadas de sessenta e setenta na América Latina. Como, entre outras, o papel dos intelectuais. Mayta explica ao subtenente Vallejos que a maioria dos intelectuais latino-americanos não tinha convicções políticas sólidas. Os intelectuais, segundo ele, amoleciam e fraquejavam diante de uma “viagenzinha” e de uma “bolsa”, ou diante de “qualquer coisa” que agradasse “a vaidade”. O imperialismo era “mestre nessas armadilhas. E o stalinismo também. Um operário ou um camponês não caía “facilmente”. Já os intelectuais, agarravam-se “à mamadeira tão logo” e tinham “diante da boca”. Depois, inventavam “teorias para justificar.” Na verdade, Mayta tentava explicar para Vallejos que não era possível contar muito com os intelectuais para a revolução. Vallejos então perguntou a Mayta se Fidel Castro e “os caras” que lutavam em *Sierra Maestra* eram intelectuais: “talvez o sejam”, admitiu Mayta, porém a revolução ainda estava “verde” e não era “uma revolução socialista, mas pequeno-burguesa. Duas coisas muito diferentes.”<sup>536</sup>

Vargas Llosa, ao longo da narrativa, mostrou como surgiu a relação de “amizade” entre um revolucionário ingênuo e romântico, que não conhecia Trotski e mal sabia distinguir revolução socialista de revolução pequeno-burguesa, e um velho militante que passou metade de sua vida atuando em vários grupos de esquerda, e que havia ficado “teórico demais, sério demais, politiqueiro demais”, tornando-se, como afirmou um dos seus companheiros de partido, “um quarentão de pés chatos que passou a vida nos subterrâneos da revolução teórica, para não dizer das intrigas revolucionárias”.<sup>537</sup>

---

<sup>536</sup> *Ibidem*, p. 25.

<sup>537</sup> *Ibidem*, p. 54.

Vallejos interessava-se muito pelo marxismo, mas toda a sua teoria soava-lhe muito abstrata e de difícil compreensão. Confessou a Mayta que era mais “ligado ao prático, ao concreto”, por isso elaborava um plano revolucionário avesso a qualquer tipo de teoria, qual seja: tomar o povoado e a cadeia de Jauja, apoderar-se das armas e ir lutar na serra peruana. Para Mayta, essa espontaneidade revolucionária era má, pois sem doutrina e conhecimento científico, o impulso se inutilizaria em gestos anárquicos. Segundo Mayta, Vallejos tinha uma resistência quase instintiva em se deixar aprisionar pela teoria, mas talvez tivesse razão, talvez, graças a isso, não aconteceria com ele o que aconteceu com Mayta e outros revolucionários peruanos: sabiam tudo de marxismo, leninismo, trotskismo, mas não sabiam “como chegar às massas” e nunca tomavam uma atitude concreta rumo à revolução possível. Aos poucos, ao “revolucionário da sombra”, que passara a vida “conspirando e brigando em grupinhos ínfimos” como o POR(T), de repente, quando já estava próximo da idade em que outros “se aposentavam da militância, apareceu alguém que, pela primeira vez, lhe abriu as portas da ação.”<sup>538</sup>

A participação de Mayta no plano revolucionário de Vallejos deveria ser via partido. O POR(T) assumiria estrategicamente sua posição no plano revolucionário. Na verdade, a função de Mayta seria a de entrar em contato com os revolucionários de Lima, com os sindicatos e com os partidos de esquerda, ou seja, o mediador entre o campo e a cidade. Missão impossível para Mayta, pois tinha que unir uma esquerda completamente dividida. A simples presença dele no movimento já impedia o contato com o Partido Comunista e com o POR. É justamente aí que reside a crítica de Vargas Llosa às esquerdas na América Latina: a sua incrível incapacidade de se organizar em decorrência de suas divisões e contradições internas.

---

<sup>538</sup> *Ibidem*, p. 60-70 *passim*.

Mayta concluiu que o que estava em jogo era muito importante para contar com a participação apenas do pequeno POR(T). O seu raciocínio era claríssimo: “as divisões na esquerda deviam-se, em grande medida, à falta de uma ação real e a seu trabalho estéril” e era isso que a levava a cisões e a se devorar, mais ainda que as controvérsias ideológicas. Mayta acreditava que a luta guerrilheira poderia modificar tal situação e unir “genuínos revolucionários, mostrando-lhes quanto” eram “bizantinas as suas diferenças.” A ação deveria ser “o remédio contra o sectarismo” que resultava “da impotência política.” Era chegado o momento de “romper com o círculo vicioso”, “abrir os olhos dos camaradas adversários”, “pôr-se à altura das circunstâncias”.<sup>539</sup>

A primeira ação de Mayta foi ir ao encontro do secretário-geral do Partido Comunista, rival do POR(T), para informá-lo sobre os planos da insurreição em Jauja. Mayta explicou-lhe que se a guerrilha se firmasse nos Andes, a vanguarda de Jauja precisaria de apoio urbano. Mayta propôs então que o Partido Comunista criasse “redes para serem uma caixa de ressonância das ações da vanguarda.” O Partido, como era de se esperar, não deu importância, não acreditou nas palavras de Mayta, nem nos fuzis nem na guerrilha.<sup>540</sup>

---

<sup>539</sup> *Ibidem*, p. 142-143.

<sup>540</sup> *Ibidem*, p. 158-161 *passim*. Nesse momento do livro, Vargas Llosa retratou em ficção o desacordo entre os movimentos guerrilheiros e os partidos comunistas. Em 1956, durante o XX Congresso do PC da URSS (PCUS), Nikita Krushev divulgou os crimes de Stalin e enfatizou a “via pacífica” para a implantação do socialismo. Desde então, os partidos comunistas, fiéis às diretrizes de Moscou, se opuseram à deflagração da guerra de guerrilhas. De modo geral, para os partidos comunistas obedientes a Moscou, como foi o peruano, a estratégia da guerrilha estava desvinculada das massas e rompia com a ortodoxia leninista. Inclusive, o principal motivo que levou às cisões no seio da esquerda peruana foram as críticas da facção pró-chinesa, segundo as quais “a liderança do Partido não levava a sério a questão da luta armada e tinha adotado posições ‘oportunistas’, ‘pacifistas’ e ‘conciliatórias’.” TAYLOR, Lewis. *Maoísmo nos Andes: Sendero Luminoso e o movimento guerrilheiro contemporâneo no Peru*. In: AMAYO, Enrique (org). *Sendero Luminoso*, 1988, p. 42. Em Cuba, o Partido Socialista Popular, antigo Partido Comunista, não teve participação na luta armada. A Revolução Cubana não foi encabeçada por um partido, mas pelo Movimento Revolucionário 26 de Julho.

O POR(T), por sua vez,, acusou Mayta de traição e o expulsou do partido. Mendigar o apoio dos stalinistas para a “aventura” em Jauja não era apenas indisciplina, mas traição. Para os membros do POR(T), os planos da insurreição eram uma “aventura”, “uma provocação”, “uma palhaçada”: onde já se viu fazer a revolução com um *putch* sem apoio sindical e sem participação das massas? O Partido jamais poderia “caminhar para o sacrifício por alguma coisa que não tinha a menor chance”. Mayta ainda foi acusado de não ser totalmente revolucionário, porque simplesmente não era homem, mas um “invertido”, “um maricas”, “um puto”. Mayta se defendeu afirmando que tudo isso não tinha nenhuma relação com questões pessoais, de sexo, de família, e explicou sem sucesso “aos camaradas” as razões que o levaram a procurar o Partido Comunista: a revolução era importante e difícil demais para ser monopólio de alguém ou privilégio de uma organização. A revolução só seria possível “se todos os revolucionários, depondo suas querelas, mas sem renunciar, em um primeiro momento, às suas próprias concepções, se unissem em uma ação concreta contra o inimigo de classe”.<sup>541</sup>

A insurreição em Jauja — feita unicamente por um grupo de revolucionários independentes sem a participação dos partidos — foi uma catástrofe. Nem Vallejos nem Mayta conseguiram encontrar explicações para o “fracasso do plano”. Após quatorze horas de insurreição, Vallejos foi morto pela polícia e Mayta capturado e julgado. O desfecho que Vargas Llosa deu para tudo isso foi surpreendente e irônico: Mayta não foi capturado nem julgado como revolucionário, mas como ladrão e bandido. Naquele tempo, “quem pensaria que aquilo fosse uma revolução?” Mayta arrependido?

Não, não, não. Pelo contrário. Apesar do fracasso, dos erros, das imprudências, orgulhava-se. Pela primeira vez tinha a sensação de ter feito alguma coisa que valia a pena, de haver impelido, embora de

---

<sup>541</sup> VARGAS LLOSA, Mario. *História de Mayta*, p. 161-162.

maneira infinitesimal, a revolução. Não afligia, como de outras vezes em que foi preso, a sensação do desperdício. Haviam fracassado, mas a prova tinha sido dada: quatro homens decididos e um punhado de escolares tinham ocupado uma cidade, desarmado as forças da ordem, expropriado dois bancos, fugido para as montanhas.<sup>542</sup>

Para o narrador-personagem, tempos depois, quando, inspiradas pelos acontecimentos da Revolução Cubana, ocorreram de 1963 a 1966, as primeiras ações guerrilheiras na serra e na selva peruana, nenhum jornal lembrou que “o primeiro antecedente dessas tentativas de levantar em armas o povo para estabelecer o socialismo no Peru” foi “esse episódio ínfimo”, que os anos transformaram “em uma espécie de fantasma”. No último capítulo da trama, o narrador-personagem reencontrou Mayta, que — depois de preso por dois anos pelo “incidente” em Jauja e de ter voltado mais duas vezes à prisão por acusações de roubo — tinha recuperado a liberdade e vivia com a mulher e quatro filhos em uma favela de Lima. Mayta confessou que não tinha deixado a política, na verdade, tinha sido ela que o havia deixado. Além disso, Mayta definiu-se como um indivíduo que, depois de Deus morrer “no seu coração, acreditou com o mesmo fervor na revolução, em Marx, em Lênin, em Trotsky. Depois, os acontecimentos de Jauja, ou talvez, antes, aqueles longos anos de insossa militância debilitaram e mataram também essa fé”. Para o narrador-personagem, Mayta foi simplesmente um ser confuso e contraditório que malogrou no seu objetivo de fazer a revolução. Ele declarou a Mayta que estava concluindo um livro sobre a sua vida e que na trama ele era “um puto” (homossexual). O narrador explicou-lhe que foi “para acentuar sua marginalidade, sua condição de homem cheio de contradições; e também para mostrar os preconceitos que existiam sobre este assunto entre quem, supostamente, queria libertar a sociedade de suas taras”.<sup>543</sup> Depois de um longo

---

<sup>542</sup> *Ibidem*, p. 278.

<sup>543</sup> Vargas Llosa, assim como Cortazar em *Libro de Manuel*, estava criticando o preconceito que existia sobre os homossexuais no seio de alguns movimentos de esquerda, em particular da Revolução Cubana.

silêncio, Mayta disse não ter preconceitos sobre nada, mas sobre “os putos” tinha, principalmente depois de tê-los visto nas prisões por onde havia passado naqueles últimos anos.<sup>544</sup>

Vargas Llosa criou um personagem que atuava em grupos de esquerda, cuja vida não tinha nada mais que ilusões, frustrações, equívocos, inimizades, clandestinidade e cárcere. Enfim, fracassos de toda índole e nada que pudesse vislumbrar no futuro uma vitória sequer. O resultado disso foi que Mayta militou em grupos cada vez menores e radicais, em busca de uma pureza ideológica que nunca chegou a encontrar. Em *Historia de Mayta*, Vargas Llosa mostrou a violência e a miséria no Peru, porém não apontou uma saída possível para tanta tragédia. O que ele deixou claro, inspirado em Camus, foi que o extremismo revolucionário não era necessário e nem aceitável, e estava condenado ao fracasso.

*Historia de Mayta* e *Libro de Manuel* são livros profundamente literários que retratam os principais dilemas das esquerdas nos anos sessenta e setenta, colocando a ficção como espaço legítimo para a reflexão política. Ambos — apesar de escritos em tempos diferentes e ser ambientados em lugares distintos, um em Paris e o outro no Peru — foram gestados com o intuito de colocar em debate o rumo das esquerdas latino-americanas e de fazer um balanço sobre seus percursos, contradições e desencontros. Ainda que escritos por dois autores com posições políticas diferentes, ambos expressam o repúdio ao extremismo revolucionário e à violência política, e insistem em que as esquerdas deveriam se reinventar cotidianamente.

---

<sup>544</sup> *Ibidem*, p. 306.

### 5.3. García Márquez: cronista de seu tempo

Enquanto Vargas Llosa e Cortázar passaram anos polemizando sobre a função político-social da literatura, o papel do intelectual e das esquerdas na América Latina, García Márquez se eximiu de uma participação mais incisiva nesse debate ao assumir uma postura, até certo ponto, antiintelectualista. No início da década de 1990, em uma entrevista, García Márquez resumiu essa postura ao afirmar que não era um intelectual na acepção completa do termo, porque o intelectual “tem idéias mais ou menos preconcebidas que ele tenta constantemente confrontar com a realidade”. Nessa concepção, o intelectual esforçar-se-ia para interpretar a realidade por intermédio de idéias preconcebidas. García Márquez confessou fazer um exercício contrário, pois interpretava a realidade por intermédio da experiência de vida e do conhecimento do mundo que adquiria no cotidiano, sem idéias preconcebidas de qualquer espécie.<sup>545</sup>

Nos anos 70, García Márquez redigiu várias crônicas<sup>546</sup> sobre Cuba que acabaram refletindo, de certo modo, o debate da época. Grande parte dessas crônicas<sup>547</sup> — publicadas entre 1975 e 1978 na revista *Alternativa* e no jornal *El Espectador*<sup>548</sup> — revelou sua veia jornalística, militante e uma narrativa testemunhal, parcial e subjetiva. García Márquez

---

<sup>545</sup> GÁRCIA MÁRQUEZ, Gabriel. *Correio da Unesco*, Brasília, vol. 24, n. 4, 1996, p. 5.

<sup>546</sup> A Crônica — derivada da palavra grega *chronikós*, que significa tempo — era, a princípio, um texto que relatava cronologicamente os fatos sucedidos em um espaço concreto, ou seja, uma narração dos episódios históricos. Com o surgimento da imprensa e do jornal, a crônica transformou-se num gênero híbrido que oscila entre a literatura e o jornalismo. Cf. BERISTÁIN, Helena. *Diccionario de retórica y poética*. México: Editorial Porrúa, 1997; PENA, Felipe. *Teoria do jornalismo*. São Paulo: Contexto, 2002.

<sup>547</sup> Como *Cuba de cabo a rabo*, *Operación Carlota*, *Los meses de tinieblas*, *El Che en el Congo*, *Los cubanos frente al bloqueo*.

<sup>548</sup> A revista *Alternativa* — que reunia historiadores, sociólogos e ensaístas — foi criada em 1974 por García Márquez e publicava sempre textos com conteúdo político favorável às esquerdas, o que provocou reações dos setores conservadores da Colômbia, levando a seu fechamento em março de 1979. Em 1996, alguns jornalistas e sociólogos colombianos iniciaram uma nova fase da revista que se manteve até 2000, com 25 números publicados. Cf. [www.bibliotecapiloto.gov.co](http://www.bibliotecapiloto.gov.co). No jornal *El Espectador*, um dos mais antigos da Colômbia, García Márquez exerceu, nos anos 50, a crítica cinematográfica, a crônica e a reportagem.

narrou os acontecimentos utilizando recursos mais próximos da literatura do que de uma linguagem jornalística apressada e enxuta, privilegiando a descrição densa e os detalhes.<sup>549</sup> Podemos afirmar que nessas crônicas a linguagem literária e jornalística misturaram suas águas. O escritor colombiano, na verdade, promoveu uma intertextualidade entre jornalismo, literatura e história.<sup>550</sup>

Ainda que utilizando recursos literários para a construção da crônica jornalística, García Márquez não dispensou o uso da pirâmide invertida para a construção da notícia. Uma técnica jornalística que hierarquiza as informações, permitindo que o texto priorize não a seqüência cronológica, mas, sobretudo, os elementos essenciais em ordem decrescente de importância. Nas crônicas sobre Cuba, é visível o uso da pirâmide invertida para selecionar o que deve ser informado ao leitor de acordo com a posição política do autor. O que contribuiu para que García Márquez redigisse textos mostrando apenas os aspectos positivos da Revolução Cubana no campo social e nas ações internacionalistas no Congo e, particularmente, em Angola. Nessa perspectiva, como veremos a seguir, García Márquez narrou em *Cuba de cabo a rabo*, *Operación Carlota* e *Los cubanos frente al bloqueo* os sucessos da Revolução, ordenando, manipulando, discriminando e interpretando episódios com a pretensão de comunicar ao público, por meio de crônicas, uma “verdade”. As informações que García Márquez forneceu foram baseadas, além do seu próprio testemunho, em pesquisas, depoimentos e livros. Contudo, ele não revelou os documentos

---

<sup>549</sup> Para Nanami Sato, existe a possibilidade de o cronista inventar incidentes, contar histórias e, dessa forma, trazer para o jornal ou revista um fazer literário por excelência que permite criar um outro real, abrindo uma dimensão ficcional na crônica que venha a garantir o efeito da verossimilhança. SATO, Nanami. *Jornalismo, literatura e representação*. In: CASTRO, Gustavo; GALEANO, Alex (orgs.) *Jornalismo e literatura: a sedução da palavra*. São Paulo: Escrituras, 2002, p. 32-33.

<sup>550</sup> Para uma aproximação entre jornalismo e literatura nas crônicas do escritor ver MCNERNEY, Kathleen. *Understanding Gabriel García Márquez*. Columbia, SC: University of South Carolina, 1989; OBERHELMAN, H. D. *Gabriel García Márquez, a Study of the Short Fiction*. Boston: Twayne Publishers, 1991.



que pesquisou, os nomes dos depoentes que entrevistou e nem os livros que leu. O que dificulta a verificação de suas informações. Além disso, uma bibliografia consistente sobre alguns aspectos da Revolução Cubana até hoje é reduzida, em grande medida porque o acesso à documentação na ilha é ainda restrito. O que dificulta cotejar as informações de García Márquez com uma bibliografia “especializada” sobre temas como, por exemplo, os voluntários na Operação Carlota.<sup>551</sup>

Em 1975, García Márquez publicou *Cuba de cabo a rabo* na revista *Alternativa* em três partes: *La mala noche del bloqueo* (n.º 51), *La necesidad hace parir gemelos* (n.º 52), *Si no me creen, vayan a verlo* (n.º 53), nas quais professou sua fé na Revolução. Essas crônicas foram escritas depois de uma viagem de seis semanas a Cuba, na qual conheceu a ilha de “cabo a rabo”. Em 1978, publicou, na mesma revista, *Los cubanos frente al bloqueo*, no qual analisou os efeitos do bloqueio no cotidiano da ilha. São textos que expressam uma visão militante, testemunhal e subjetiva do autor sobre as conquistas sociais da Revolução e o bloqueio econômico imposto pelos Estados Unidos. Os relatos sobre o bloqueio e seu o impacto na vida cotidiana dos cubanos são tendenciosos, e, até certo ponto, “fantasiosos”.

As primeiras amizades que o colombiano fez em Cuba datam dessa época. As amizades políticas foram cultivadas com Norberto Fontes, escritor muito bem relacionado nas esferas do poder, e com Conchita Dumois, viúva de Ricardo Masetti, que ele conhecera superficialmente quinze anos antes, quando trabalhava na *Prensa Latina*. Naquele momento, estreitava suas relações com Conchita Dumois, que, por sua vez, também tinha

---

<sup>551</sup> O governo de Cuba batizou a participação dos cubanos na guerra civil de Angola, na década de 1970, de *Operación Carlota*, em homenagem à *Negra Carlota*, uma escrava da região de Matanzas, que foi morta quando liderava uma rebelião em novembro de 1843.

boas relações com o governo e ajudou a introduzir “Gabo” nos círculos do poder.<sup>552</sup> Contudo, o que consolidou sua relação com Cuba e propiciou a amizade com Fidel Castro foram suas crônicas solidárias à Revolução Cubana.

Durante as seis semanas que passou em Cuba, em 1975, García Márquez afirmou ter conhecido a realidade do povo cubano profundamente. Fruto desse “conhecimento” foi a crônica *Cuba de cabo a rabo*. O roteiro da viagem, segundo ele, foi traçado de acordo com sua “curiosidade” jornalística e cumprido com a liberdade necessária para “conhecer a verdade”. Ele percorreu todo o país passando por Santiago de Cuba, ilha de Pinos, Matanzas, Sierra Maestra etc. Nessas andanças, conversou com operários, soldados, camponeses, donas-de-casa, crianças e com os “mais altos dirigentes do Estado”, e comprovou que não havia um único lugar na ilha onde a Revolução não houvesse chegado com a mesma intensidade, nem havia “uma só pessoa que não se sentia responsável pelo destino comum de Cuba.” García Márquez testemunhou que em Cuba não existia

[...] um só desempregado, nem uma criança sem escola, nem um só ser humano sem sapatos, sem moradia e sem três refeições por dia, não há mendigos nem analfabetos [...] não há prostituição, nem desocupação, nem gatunagem, nem privilégios individuais, nem repressão policial, nem discriminação de qualquer natureza por qualquer motivo [...].<sup>553</sup>

Nessa sociedade feliz e quase sem contradições — se o texto não fosse de cunho jornalístico, bem que poderia ser um capítulo de uma obra de realismo fantástico, onde tudo é possível —, estava sendo construído um “socialismo humano e visível”. Um socialismo que, na concepção de García Márquez, podia ser tocado “com as mãos”, que não precisava de “muitas explicações teóricas” porque estava “solto nas ruas” e entrava “nas casas misturando-se com a vida cotidiana”. Em Cuba criava-se, segundo ele, “uma nova moral”,

---

<sup>552</sup> ESTEBAN, Ángel; PANICHELLI, Stéphanie. *Gabo y Fidel*. El paisaje de una amistad, p. 133-134.

<sup>553</sup> GARCÍA MÁRQUEZ, Gabriel. *Reportagens políticas*. Obra jornalística 4 (1974-1995), p. 61.

pois o povo cubano estava mais interessado no grau de participação pessoal na Revolução do que nos benefícios pessoais que podiam derivar dela. Essa nova moral teria começado a ser forjada com o bloqueio econômico imposto pelos Estados Unidos.<sup>554</sup>

Para García Márquez, o bloqueio foi uma “tentativa de genocídio promovida por um poder quase ilimitado cujos tentáculos apareciam em qualquer parte do mundo”.<sup>555</sup> Dois dos aspectos mais “infames” do bloqueio, na sua concepção, eram aqueles que afetavam a compra de remédios e “a sedução dos técnicos e profissionais cubanos”, que em sua grande maioria se identificava com o imperialismo e aceitava as “ofertas de salários fabulosos e desertava de Cuba, inclusive levando junto “documentos e segredos vitais”. A área médica foi o setor mais atingido: “dos sete mil médicos que havia em Cuba antes da Revolução, mais da metade fugiu do país, e os poucos que ficaram tiveram que enfrentar problemas que lhes eram estranhos”.<sup>556</sup> Para não morrerem de fome, de acordo com García Márquez, os cubanos tiveram de inventar a vida dentro do bloqueio, criando “toda uma tecnologia da necessidade, toda uma economia da escassez, toda uma cultura da solidão”. Em 1975, o bloqueio continuava, mas os cubanos “o romperam de dentro para fora” e dele havia ficado apenas

um átomo de desconfiança e um certo mistério da conduta que os estrangeiros ignorantes interpretam como um sigilo policial, quando na realidade se trata de uma espécie de cumplicidade nacional para que os

---

<sup>554</sup> *Ibidem*, p. 63. Em fevereiro de 1962, os EUA “decretaram o bloqueio econômico do país, o que inclui a proibição de todas as importações de produtos de origem cubana ou importados através de Cuba. Em março, estendem a proibição à importação de produtos fabricados em qualquer país, que contenham total ou parcialmente produtos de origem cubana.” Cf. AYERBE, Luis Fernando. *A Revolução Cubana*. São Paulo: UNESP, 2004, p. 63.

<sup>555</sup> *Ibidem*, p. 63-64.

<sup>556</sup> Segundo Alain Touraine, vinte anos após a vitória da Revolução, metade dos médicos tinham ido para o exílio. Apesar disso, Cuba possuía a mais alta proporção de médicos em relação à população do continente. TOURAINE, Alain. *Palavra e sangue: política e sociedade na América Latina*. São Paulo: Trajetória Cultural; Campinas: Ed. da Unicamp, 1989, p. 391.

visitantes não percebiam os numerosos remendos, cerzaduras e feridas que ainda restam na vida cubana.<sup>557</sup>

Para García Márquez, a força da Revolução estava acima de qualquer tipo de bloqueio e garantia inúmeras boas realizações. A seu ver, a verdadeira força da revolução estava nas organizações de massa como os Comitês de Defesa da Revolução (CDRs). García Márquez citou as palavras do próprio Fidel Castro para definir os CDRs: uma resposta às campanhas de agressão imperialista, “um sistema de vigilância coletiva revolucionária, para que todos saibam quem é e o que faz o vizinho [...] e que relações teve com a tirania, e a que se dedica e com quem se reúne e em quais atividades se envolve”.<sup>558</sup> García Márquez fez uma ressalva ao explicar que “muitos membros demasiadamente zelosos” dos CDRs “excederam em suas atribuições e ultrapassaram os limites da vida privada”, porém o tempo e a maturidade do processo colocaram “as coisas em seu lugar, e a própria dinâmica da revolução foi dando aos CDRs sua forma e funções precisas”. De modo que a atuação dos CDRs era decisiva na alfabetização, no abastecimento, na instrução revolucionária. A saúde pública, na sua opinião, se converteu em uma “gigantesca operação de massas”, graças aos CDRs, que, por meio da vacinação em massa, erradicou várias doenças. Além disso, em Cuba, os tratamentos médicos e os remédios eram gratuitos e a mortalidade infantil era uma das mais baixas do mundo.<sup>559</sup>

Ao lado das melhorias na área da saúde estavam as conquistas no campo da educação. García Márquez afirmou que os cubanos fizeram a maior e a mais rápida campanha de alfabetização da história da humanidade. Isso era, a seu ver, mais uma prova da força da Revolução e do povo cubano: aproveitar a adversidade em benefício próprio.

---

<sup>557</sup> GARCÍA MÁRQUEZ, Gabriel. *Reportagens políticas*. Obra jornalística 4 (1974-1995), 2006, p. 69.

<sup>558</sup> CASTRO, Fidel *apud* GARCÍA MÁRQUEZ, Gabriel. *Reportagens políticas*. Obra jornalística 4 (1974-1995), p. 70.

<sup>559</sup> GARCÍA MÁRQUEZ, Gabriel. *Reportagens políticas*. Obra jornalística 4 (1974-1995), p. 70-74.

Para García Márquez, o problema fundamental de Cuba era a escassez de mão-de-obra, principalmente na agricultura, mas a solução imediata estava sendo tomada com a mecanização no campo. Por todas essas conquistas da Revolução, García Márquez acreditava que Cuba chegaria a ser nos anos 80 o primeiro país desenvolvido da América Latina.<sup>560</sup>

Como se sabe, Cuba passou longe de ser o país mais desenvolvido da América Latina no final do século XX. Porém, é inegável que as conquistas sociais existiram e foram representativas para o povo cubano. O regime revolucionário praticamente erradicou o analfabetismo e a mortalidade infantil caiu a um nível comparado aos países desenvolvidos.<sup>561</sup> Aqui, salientamos mais uma vez que García Márquez mostrou apenas os aspectos positivos da Revolução e não informou para o seu leitor que os cubanos tinham que conviver com a ausência de um espaço livre para a crítica política e um espaço cerceado para a criação cultural.

García Márquez fez questão de frisar que Fidel Castro havia chegado à maturidade política e não se deslumbrava com a “glória imediata e fácil do heroísmo simples”. O líder cubano, segundo o escritor colombiano, era completamente avesso ao culto à personalidade, por isso havia montado um sistema defensivo até chegar ao extremo de proibir que qualquer obra pública, realização revolucionária ou lugar, pudessem levar seu nome ou de qualquer outro dirigente vivo. Apesar de adotar tal postura, Fidel Castro conseguiu “suscitar no povo” o “sentimento mais simples”: o carinho. Isso foi possível

---

<sup>560</sup> *Ibidem*, p. 75.

<sup>561</sup> Para uma análise sobre as conquistas sociais da Revolução Cubana ver: FERNANDES, Florestan. *Da guerrilha ao socialismo: a Revolução Cubana*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1979; MONEREO, Manuel; RIVERA, Miguel; VALDÉS, Juan (orgs.). *Cuba: construindo futuro*. Barcelona: El Viejo Topo, 2000.

graças à sua “inteligência política”, “sagacidade”, “honradez” e à sua “capacidade de identificação profunda com as massas”. Contudo, essas virtudes

seriam menos eficazes se não fossem sustentadas pela faculdade primordial e menos reconhecida de Fidel Castro: **sua vocação de repórter**. Todos os grandes feitos da revolução, seus triunfos e fracassos, os antecedentes mais remotos, detalhes íntimos, a significação política e humana, perspectivas históricas, todos estão registrados para sempre, com uma técnica de repórter bem informado. [...] graças a estas imensas reportagens faladas, **o povo cubano é um dos mais bem informados do mundo** sobre a própria realidade, mediante um canal mais direto, profundo e honrado que os jornais trapaceiros do capitalismo.<sup>562</sup>

Os elogios de García Márquez — quase um “culto à personalidade” — enalteciam o líder cubano transformando-o numa figura heróica, sem a qual a continuidade da Revolução estaria comprometida. O ponto mais questionável da citação foi quando afirmou que, a partir dos discursos de Fidel Castro, o povo cubano era “um dos mais bem informados do mundo sobre a própria realidade”. García Márquez omitiu que em Cuba a informação era controlada e a liberdade de expressão praticamente inexistente. Inclusive, nesse período, o governo revolucionário condenava o uso da arte como instrumento ou pretexto para difundir ou legitimar posições ideológicas contrárias ao regime.<sup>563</sup> Era o período, como já salientamos, do “Quinquênio Gris” (1971-1975).<sup>564</sup>

Em 1975, estavam em trânsito na ilha três processos que, para García Márquez, eram essenciais para o futuro de Cuba e, também, do socialismo no mundo: a preparação e realização do primeiro congresso do Partido Comunista de Cuba; a aprovação da Constituição socialista, que estava sendo discutida e seria submetida a plebiscito no final do ano; e a instauração do “poder popular”, mediante o voto universal e secreto a partir dos

---

<sup>562</sup> GARCÍA MÁRQUEZ, Gabriel. *Reportagens políticas*. Obra jornalística 4 (1974-1995), p. 81. Grifo nosso.

<sup>563</sup> Em 1974, foi aprovada a lei contra a “propaganda inimiga” que estabelecia aos que atentassem contra a ordem socialista, oralmente ou por escrito, de três a doze anos de prisão. Cf. MISKULIN, Sílvia Cezar. *Os intelectuais cubanos e a política cultural da Revolução* (1961-1975). 282 f. Tese. FFLCH (Departamento de História), USP, São Paulo, 2005, p. 226.

<sup>564</sup> Sobre o “Quinquênio Gris”, ver capítulo IV, p. 190.

dezesseis anos. García Márquez acreditava ser compreensível que esse processo de institucionalização conferisse interesse específico ao “problema” da liberdade de criação e expressão. Estava convencido de que os cubanos estavam encontrando soluções certas e originais para esse “problema” com a aprovação de uma nova Constituição, pois havia nela um artigo que garantia que “todas as formas de criação artística fossem livres”. Porém, García Márquez fez uma ressalva: havia também um artigo, “não muito feliz”, limitando o conteúdo da criação artística, que não deveria se opor em nenhum caso aos princípios da Revolução. Esse tipo de limitação era, para García Márquez, “lamentável”, “inconseqüente” e “alarmante”, pois pressupunha a existência de um burocrata autorizado a qualificar de antemão a criação artística. Além do mais, impor limitações ao campo artístico era estar “em desacordo com o esplêndido sentido de emancipação criadora, de imaginação desmedida e de felicidade crítica que se respira hoje em todos os espaços da vida cubana”. Apesar desse artigo ser “inconseqüente”, García Márquez acreditava que os cubanos estavam construindo uma imprensa socialista “democrática, alegre e original”.<sup>565</sup>

Os três processos a que García Márquez fez referência eram, na verdade, os efeitos da sovietação do regime, que significou, em linhas gerais, a adaptação do Estado cubano ao modelo soviético. Na reestruturação do Estado, o governo cubano, tanto quanto possível, “copiou” o modelo de organização política existente na URSS, criando a Assembléia Nacional Popular, o Conselho de Estado e o Conselho de Ministros. Em 1975, durante o Congresso do Partido Comunista foi criado um “novo Bureau Político”, que assumiu, formalmente, o papel de força dirigente da nação, segundo o modelo leninista, consagrado

---

<sup>565</sup> GARCÍA MÁRQUEZ, Gabriel. *Reportagens políticas*. Obra jornalística 4 (1974-1995), p. 82-85.

pela Constituição.<sup>566</sup> Tal Constituição, promulgada em 1976 e pautada na Constituição soviética de 1936, incorporou várias reformas aprovadas durante o Congresso do Partido Comunista e trouxe, dentre várias formulações, a criação dos *Órganos de Poder Popular* (OPP), “distribuídos em três esferas que atuavam sobre toda a sociedade”. As três esferas formavam uma “estrutura ‘piramidal’ majoritariamente composta por militantes do Partido Comunista” que “passaram a acomodar todos os organismos do Estado, garantindo a hegemonia dos membros do Partido em todos os setores, inclusive no meio cultural”.<sup>567</sup> A “sovietização” do regime cubano e a ampla participação dos comunistas no governo não pareceu incomodar García Márquez, que, no início dos anos sessenta, havia deixado a *Prensa Latina* por não concordar com a participação dos “sectários comunistas” na agência de notícias, na qual passaram a ocupar cargos importantes.

Depois de conhecer Cuba de “cabo a rabo”, García Márquez concluiu que, passados quatorze anos — desde 1961, quando esteve em Cuba trabalhando na *Prensa Latina* —, a Revolução Cubana estava vivendo o auge de sua maturidade política, social e cultural. Em 1975, ainda que estivesse clara a “sovietização” do Estado, na percepção de García Márquez, o cubano tinha logrado identificar a Revolução com o seu passado histórico, com as origens de sua nacionalidade, e também soube conjugar duas tradições políticas ímpares no processo revolucionário: a leninista e a martiana.

---

<sup>566</sup> BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *De Martí a Fidel: a Revolução Cubana e a América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998, p. 596.

<sup>567</sup> VILLAÇA, Mariana Martins. *O Instituto del Arte e Industria Cinematográficos (ICAIC) e a política cultural em Cuba (1959-1991)*. 434 f. 2 v. Tese. FFLCH (Departamento de História), USP, São Paulo, 2006, p. 244. Segundo a autora, as três esferas eram, “em nível federal, a *Asamblea Nacional*; em nível estadual, o conjunto das 14 *Asambleas Provinciales*, e em nível municipal, as 169 *Asambleas Municipales* — sendo essas duas últimas esferas as responsáveis por eleger representantes para a primeira. Além da criação dos OPP, ocorre a nova divisão das províncias (de 6, passam a 14, além da *Isla de la Juventud*) e um novo plano econômico quinquenal”, p. 244.



No artigo *Los cubanos frente al bloqueo* (1978), García Márquez retomou a discussão sobre o bloqueio econômico para mostrar como ele havia mudado o cotidiano dos cubanos, estabelecendo na ilha um modo de vida baseado na cultura da escassez, gerando desordem, imprevisto e uma tensão social que ficou quase insustentável. Tensão social que foi parcialmente controlada, a seu ver, pelas conquistas da Revolução. As tarifas de luz, telefone, transporte e serviços públicos foram reduzidas a “níveis humanitários”. Os preços dos hotéis, restaurantes e transportes caíram significativamente. O desemprego e os aluguéis diminuíram consideravelmente, os salários subiram, a educação e o material escolar eram gratuitos e para todos. Contudo, afirmou García Márquez, era inevitável que a escassez provocada pelo bloqueio fosse entrando “irremediavelmente” na vida dos cubanos. Nos centros comerciais apareciam as primeiras filas e o mercado negro. Em 1962, impôs-se o racionamento drástico de alimentos, que fixou “para cada adulto uma ração mensal de um quilo de peixe, meio quilo de frango, três de arroz, um de banha, 750 gramas de feijão, 110 gramas de manteiga e cinco ovos.” Para as crianças havia as “rações especiais, de acordo com a idade, e todos os menores de quatorze anos tinham direito a um litro diário de leite.” García Márquez via o bloqueio como uma realidade ineludível, capaz de contaminar “até as fendas mais recônditas da vida cotidiana e acelerar os novos rumos irreversíveis da história de Cuba.” Nem mesmo a ajuda soviética e chinesa, nem mesmo a assistência de numerosos técnicos socialistas, poderiam mudar essa realidade. Com o tempo, chegaria ao extremo de faltar água para beber em muitos lares e estabelecimentos públicos.<sup>568</sup>

Desde meados dos anos 70, García Márquez iniciou um projeto jamais concluído: publicar um livro sobre o bloqueio. O objetivo era demonstrar que a maioria das dificuldades que os cubanos tinham em suas vidas era consequência da escassez gerada

---

<sup>568</sup> GARCÍA MÁRQUEZ, Gabriel. *Reportagens políticas*. Obra jornalística 4 (1974-1995), p. 203-206.

pelo bloqueio. Seria um livro reportagem com o título de *Cuba: la vida cotidiana durante el bloqueo*. Sempre que questionado sobre o conteúdo desse possível livro, García Márquez afirmava que ele não teria um conteúdo histórico, não utilizaria a linguagem histórica. Aliás, tinha “pânico dos historiadores”, que, segundo ele, muito preocupados em tratar a fundo a história com cifras e dados, “perdiam a batalha secreta, a imaginação e o cotidiano”. Para dar conta disso, somente a linguagem jornalística.<sup>569</sup>

Desde que falou em público pela primeira vez sobre a possível publicação desse livro, García Márquez era questionado sobre a data de seu lançamento. Em cada entrevista, o colombiano tentava justificar a sua demora e deixava escapar um pouco sobre o que ele poderia representar. Ora afirmava que a demora era pelo excesso de fontes e informações, que o fazia ir por outros caminhos e outras ramificações; ora dizia que o problema era estrutural e que ainda não tinha atingido o ponto ideal para a narrativa. Às vezes abordava o tema com humor, repetindo os chistes cubanos sobre a escassez, como, por exemplo, quando citava: “no princípio da revolução havia um letreiro na entrada do zoológico que dizia: ‘proibido dar de comer aos animais’. Pouco depois mudaram para: ‘proibido comer a comida dos animais’.” Enfim, “quando chegou a verdadeira escassez [...], um novo cartaz dizia: ‘proibido comer os animais’.” Em outros momentos, García Márquez expressava sua preocupação com o conteúdo do livro, pois era uma obra crítica escrita por alguém que estava “eticamente comprometido a apresentar tanto as coisas boas como as más”. Dessa forma, vivia um dilema porque não queria que nenhum tipo de informação fosse “utilizado contra a Revolução, por pessoas que recortavam as frases fora do contexto”.<sup>570</sup>

---

<sup>569</sup> GÁRCIA MÁRQUEZ, Gabriel *apud* ESTEBAN, Angel; PANICHELLI, Stéphanie. *Gabo y Fidel*. El paisaje de una amistad, p. 140.

<sup>570</sup> GÁRCIA MÁRQUEZ, Gabriel *apud* ESTEBAN, Angel; PANICHELLI, Stéphanie. *Gabo y Fidel*. El paisaje de una amistad, p. 144-145.

Nas duas crônicas, *Cuba de cabo a rabo* e *Los cubanos frente al bloqueo*, García Márquez cumpriu aquilo que pretendia fazer no livro sobre o bloqueio: ter o cuidado e a destreza de não veicular qualquer tipo de informação que pudesse ser utilizada contra a Revolução. Por isso, as crônicas revelavam incansavelmente os aspectos positivos da Revolução, colocando os Estados Unidos como o grande culpado pelo único problema que via na ilha: a escassez. García Márquez também não revelou que a aproximação crescente de Cuba com a União Soviética representava uma nova forma de dependência econômica e que, além disso, o modelo soviético tinha penetrado em quase todos os aspectos da vida social e intelectual. Não só penetrou como foi imposto, o que gerou em muitos momentos uma tensão entre Fidel Castro e a União Soviética.<sup>571</sup>

Nos anos 70, como já mostramos, García Márquez assumiu a função específica de cronista e optou pela linguagem jornalística para firmar suas posições ideológicas. Seu envolvimento junto às causas políticas cubanas o levou para Angola entre 1975 e 1976, no duplo papel de jornalista e militante. Sua função foi cobrir o envio de tropas cubanas ao território africano para auxiliar os integrantes do Movimento Popular para a Libertação de Angola (MPLA) na guerra civil. O resultado foi uma extensa reportagem publicada em três etapas no jornal *El Espectador* de Bogotá: *Operación Carlota: Cuba en Angola* (1977).<sup>572</sup>

Antes de analisarmos a crônica *Operación Carlota*, são necessárias algumas considerações sobre a situação política de Angola. O processo de independência do país, antiga colônia portuguesa, ganhou força após a Segunda Guerra Mundial e propiciou o surgimento de três movimentos de libertação que atuavam separadamente, com projetos e

---

<sup>571</sup> Cf. TOURAINE, Alain. *Palavra e sangue: política e sociedade na América Latina*, 1989, p. 392; BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *De Martí a Fidel: a Revolução Cubana e a América Latina*, p. 596.

<sup>572</sup> *Cómo penetró Cuba en África, Una epopeya de temeridad, Del desastre a la victoria*, publicadas nos dias 09, 10 e 11 de janeiro, respectivamente.

bases ideológicas diferentes e conflitantes entre si. O Movimento de Libertação de Angola (MPLA), liderado por Agostinho Neto, possuía uma “base nacional-popular” e era caracterizado como um movimento de cunho marxista que defendia a independência pela luta armada, acompanhada por transformações sociais. Contava com o apoio externo da União Soviética, Iugoslávia e Cuba. A Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), liderada por Holden Roberto, possuía ligações com os Estados Unidos, China e com o governo do antigo Zaire.<sup>573</sup> A União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), liderada por Jonas Savimbi, contava com forte apoio na Zâmbia, e tinha um programa político socialista moderado.

De fins de 1974 a novembro de 1975, prevaleceu o Acordo de Alvor — firmado entre o governo português, o MPLA, a FNLA e a UNITA — que criou um governo transitório, também chamado de conciliatório. Em 11 de novembro de 1975, após o período de transição, o MPLA, sob a direção de Agostinho Neto, proclamou a independência de Angola, reconhecida por Portugal. A guerra de independência estava terminada, mas as divisões internas continuavam, o que levou a uma guerra civil, na qual o MPLA e a UNITA disputavam o poder. No âmbito das articulações internacionais, em um contexto ainda marcado pela Guerra Fria, os Estados Unidos e a África do Sul enviaram tropas de apoio à UNITA, e a URSS, a China e, sobretudo, Cuba deram apoio logístico e humano ao MPLA.<sup>574</sup> Foi nesse contexto que o governo cubano enviou suas tropas, que permaneceram em Angola até 1992.

---

<sup>573</sup> Atual República Democrática do Congo.

<sup>574</sup> HERNANDEZ, Leila Maria G. L. *A África na sala de aula: visita à história contemporânea*. São Paulo: Selo Negro, 2005, p. 581-582. No início da guerra civil, a FNLA fez aliança com a UNITA, mas logo depois perdeu sua força. O MPLA assumiu o poder em 1976 e governou o país, como partido único, até 1991. Neste ano, foi assinado o Acordo de Bicesse (Estoril), que colocou fim a guerra civil desde 1975, e marcou eleições para o ano seguinte. As eleições de 1992 deram vitória ao MPLA, e a UNITA, não reconhecendo os resultados eleitorais, recomeçou o conflito armado.

Os contatos entre o MPLA e o governo cubano começaram em agosto de 1965, quando o país antilhano enviou cerca de sete mil homens para o combate em Angola. No ano seguinte, Agostinho Neto esteve em Cuba para encontrar-se com Fidel Castro. Depois disso, os contatos entre os dois países foram esporádicos. Foi somente em princípios de 1975, quando os portugueses se preparavam para se retirar das colônias africanas, que o comandante cubano Flavio Bravo se encontrou em Brazzaville<sup>575</sup> com Agostinho Neto e este lhe solicitou ajuda para transportar um carregamento de armas. Além disso, o líder angolano consultou Bravo sobre a possibilidade de uma assistência cubana mais ampla e específica: o envio de um grupo de instrutores para criar e dirigir quatro centros de treinamento militar. Apesar do MPLA ser o movimento de libertação mais antigo de Angola, fundado em 1956, e, embora fosse o único com uma base popular ampla e com um programa social, político e econômico condizente com as condições próprias do país, ele era, segundo García Márquez, o que se encontrava em situação militar mais vulnerável: dispunha de armamento, mas carecia de pessoal preparado para manejá-lo.<sup>576</sup>

Na visão de García Márquez, o que levou os cubanos a participar dessa “solidariedade internacional” de ajuda ao MPLA foi o seu “espírito internacionalista”, representado por uma “virtude histórica” que tinha sua “essência” bem estabelecida no comportamento e na obra de José Martí. Essa “virtude histórica”, segundo ele, tinha sido reforçada e ampliada com os princípios do marxismo. Nessa perspectiva, a intervenção cubana em Angola tomou também um sentido de internacionalismo proletário. A “antigüidade” e “intensidade” da presença cubana na África remontava à ajuda considerável dos cubanos à Frente de Libertação Nacional (FLN) na guerra argelina contra

---

<sup>575</sup> Capital da República Democrática do Congo. O país é também chamado de Congo- Brazzaville.

<sup>576</sup> GARCÍA MÁRQUEZ, Gabriel. *Reportagens políticas*. Obra jornalística 4 (1974-1995), p. 118.

o colonialismo francês; à defesa da Argélia contra o Marrocos; à ajuda de Cuba, desde 1963, a Moçambique e, desde 1965, a Guiné-Bissau, Camarões e Serra Leoa.<sup>577</sup> Enfim, concluiu García Márquez: “pode-se dizer que não houve naquele tempo movimento de libertação africano que não contasse com a solidariedade de Cuba, seja com material e armamentos ou com a formação de técnicos e especialistas militares e civis.” Sendo assim, a ação solidária de Cuba em Angola não era um ato isolado, impulsivo ou casual, mas uma decorrência natural da política externa da Revolução Cubana na África. Contudo, para García Márquez, dessa vez havia um elemento novo: não se tratava simplesmente de enviar uma ajuda possível, mas de mover uma guerra regular de grande escala a 10 mil quilômetros do território cubano, com um custo econômico e humano incalculável e com conseqüências políticas praticamente imprevisíveis. Do ponto de vista da política internacional,

a possibilidade dos Estados Unidos intervirem de modo aberto [...] era sem dúvida um dos enigmas inquietantes. No entanto, uma rápida análise permitia prever que os americanos pensariam mais de três vezes quando acabavam de sair do pântano do Vietnã e do escândalo Watergate, com um presidente que ninguém elegera, com a CIA hostilizada pelo Congresso e desprestigiada diante da opinião pública, com a necessidade de se cuidar para não aparecer como aliada da África do Sul racista, não só perante a maioria dos países africanos, mas ante a própria população negra dos Estados Unidos, e além disso em plena campanha eleitoral [...].<sup>578</sup>

Por outro lado, como aponta García Márquez, num contexto de Guerra Fria, os cubanos estavam certos de contar com a ajuda e solidariedade da União Soviética e de outros países socialistas. O governo cubano tinha consciência das implicações que sua ação

---

<sup>577</sup> A primeira ação cubana na África ocorreu em 1961, quando Fidel Castro enviou armas para auxiliar a Frente de Libertação da Argélia. Logo depois, Cuba participou da luta pela independência do Zaire, cuja expedição foi marcada pela presença de Che Guevara. Cuba também contribuiu com tropas e ajuda médica em Guiné Bissau, em auxílio ao Partido Africano da Independência de Guiné Bissau. BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *De Martí a Fidel: a Revolução Cubana e a América Latina*, 1998.

<sup>578</sup> GARCÍA MÁRQUEZ, Gabriel. *Reportagens políticas*. Obra jornalística 4 (1974-1995), p. 121-125.

poderia ter para a política de coexistência pacífica e distensão internacional. Por isso, a decisão de ajudar o MPLA poderia trazer conseqüências drásticas e irreversíveis, além de ser “um problema demasiado grande” para ser resolvido rapidamente. Ainda assim, de acordo com García Márquez, a direção do Partido Comunista de Cuba tomou a decisão sem vacilar, e, ao contrário do que se suspeitava, foi uma decisão completamente independente dos soviéticos.<sup>579</sup> Para o historiador Piero Gleijeses, o que moveu a ação cubana em Angola foi principalmente “uma compulsão messiânica de liderar a revolução” e a garantia de sobrevivência da própria Revolução Cubana. Segundo o autor, não houve nenhuma ação coordenada prévia de Cuba com a União Soviética, inclusive Fidel Castro chegou a colocar em risco as relações com o Bloco Socialista por conta de suas ações na África. Havia interesses comuns, mas não um alinhamento automático.<sup>580</sup>

Na crônica *Operación Carlota*, García Márquez mostrou que a imprensa cubana, por norma de segurança, inicialmente não publicou nenhuma notícia sobre o feito, “mas como costuma ocorrer em Cuba, ainda que com assuntos militares tão delicados como esse, a operação era um segredo guardado zelosamente entre oito milhões de pessoas”. Foi somente em fins de dezembro de 1975, no encerramento do I Congresso do Partido Comunista, que Cuba assumiu oficialmente que havia tropas cubanas lutando em Angola. O recrutamento de cubanos para a participação em Angola foi outro assunto polêmico abordado pelo escritor colombiano. No início, o procedimento adotado foi convocar os membros da primeira reserva, homens entre os 17 e 25 anos, e os que tinham sido membros

---

<sup>579</sup> *Ibidem*, p. 125.

<sup>580</sup> GLEIJESES, Piero. *Conflicting missions. Havana, Washington and Africa (1959-1976)*. Chapel Hill: North Carolina University Press, 2001. Apesar desse autor ter consultado os arquivos das Forças Armadas Revolucionárias de Cuba, Fidel Castro decidiu abrir oficialmente a documentação sobre a guerra de Angola somente em 2005. O anúncio sobre a abertura ocorreu durante a comemoração do 30º aniversário da chegada dos soldados cubanos em território angolano: “Cuba está disposta a prestar sua modesta cooperação abrindo progressivamente arquivos e documentos a escritores sérios e prestigiosos que desejem narrar a verdadeira e irrefutável história daqueles eventos”. Disponível em: [www.granma.cu](http://www.granma.cu). Acesso em: 01/03/2008.

das Forças Armadas Revolucionárias. Todos eram convocados por telegramas a comparecer ao comitê militar correspondente sem menção ao motivo da intimação. Contudo, como o motivo já não era segredo de muitos, aqueles que acreditavam estar capacitados militarmente se apresentaram como voluntários sem telegrama prévio ao comitê de recrutamento, o que gerou muito trabalho, pois era necessário evitar que aquele alistamento em massa se convertesse em desordem nacional.<sup>581</sup>

De acordo com García Márquez, os critérios de seleção foram severos até onde a urgência da situação permitia. Levava-se em conta a qualificação militar, as condições físicas e morais, os antecedentes de trabalho e a formação política. Apesar disso, muitos voluntários tentavam burlar os filtros “severos” da seleção: um engenheiro qualificado teria feito se passar por motorista de caminhão, um alto funcionário por mecânico e uma mulher esteve prestes a ser admitida como um soldado raso. Houve até um caso de indivíduo que se infiltrou com o propósito de desertar, seqüestrou um avião português e pediu asilo em Lisboa. García Márquez fez questão de ressaltar que nunca houve recrutado à força; que, antes de ir, todos assinavam uma certidão de voluntariado. Aqueles que se recusaram a ir depois de alistados foram

objeto de toda espécie de gozação pública e chacotas privadas. Mas não há dúvida de que a imensa maioria foi a Angola com a convicção plena de cumprir um ato de solidariedade política, **com a mesma consciência e a mesma coragem com que 15 anos antes rechaçou o desembarque na Playa Girón, e por isso a Operação Carlota não foi uma simples expedição de guerrilheiros profissionais, mas uma guerra popular.**<sup>582</sup>

Os motivos pelos quais os cubanos foram lutar em Angola não se explicam apenas, como quer García Márquez, pelos atos de solidariedade política. Segundo Luiz A. Moniz Bandeira, as “missões internacionalistas”, tanto civis quanto militares, estavam de acordo

---

<sup>581</sup> GARCÍA MÁRQUEZ, Gabriel. *Reportagens políticas*. Obra jornalística 4 (1974-1995), p. 127-128.

<sup>582</sup> *Ibidem*, p. 129. Grifos nossos.



com os princípios ideológicos evocados por Fidel Castro, mas não foram gratuitas. Elas geraram, em 1977, divisas para Cuba no valor de US\$50 milhões e o MPLA ainda pagava os custos das tropas cubanas.<sup>583</sup> Para Edward George, grande parte dos “voluntários” enviados para Angola desconhecia completamente a realidade do país e não se identificava, a princípio, com a guerra.<sup>584</sup> Em entrevista concedida ao *Jornal Opinião*, o escritor e cientista social angolano, Nelson Eduardo Guerra Pestana, afirmou que os cubanos representaram um mercenarismo de Estado no seu país e que a intervenção trouxe um desafoço para a própria economia cubana. Os cubanos, segundo ele, se apropriaram de fábricas, hospitais e contrabandeavam carros e madeira. Assim, considerou o internacionalismo apenas como discurso de propaganda e legitimação do governo revolucionário. Para Pestana, os voluntários e oficiais eram bem pagos pelo MPLA e chegavam a receber individualmente cerca de mil dólares por mês. Além disso, o MPLA pagava todo o material operado pelos cubanos e a ajuda médica enviada pelo governo de Cuba.<sup>585</sup>

Em maio de 1976, Fidel Castro reuniu-se com Agostinho Neto em Conakry<sup>586</sup>, quando a vitória do MPLA já era um fato consumado e ficou decidido que a retirada de Cuba seria gradual, mas que em Angola permaneceriam quantos cubanos fossem necessários e pelo tempo que fosse preciso “para organizar um exército moderno e forte, capaz de garantir no futuro segurança interna e a independência do país sem a ajuda de ninguém.” Para García Márquez, a presença cubana em Angola e o espírito da vitória provocaram mudanças profundas na vida dos cubanos: foram introduzidas palavras do

---

<sup>583</sup> BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *De Martí a Fidel: a Revolução Cubana e a América Latina*, p. 598-599.

<sup>584</sup> GEORGE, Edward. *The Cuban intervention in Angola, 1965-1999*. Abingdon/Inglaterra: Frank Cass, 2005, p. 68.

<sup>585</sup> Entrevista disponível em: [www.jornalopção.com.br](http://www.jornalopção.com.br). Data de acesso: 30/03/2009.

<sup>586</sup> A capital da República da Guiné.

idioma português na linguagem da rua, havia novas inflexões nas velhas inflexões africanas da música popular e os discursos nas filas, nas lojas e nos ônibus se tornaram mais barulhentos do que o de costume entre os defensores convictos da ação na África.<sup>587</sup> Nessa direção, Nelson Pestana também viu algo positivo: a participação dos cubanos no conflito fez com que o discurso de Fidel Castro incidisse sobre a recuperação das raízes africanas em Cuba, o que motivou certa promoção da comunidade afro-cubana.<sup>588</sup>

Para García Márquez, os que lutaram em Angola “pareciam conscientes de ter contribuído para mudar a história do mundo, mas se comportavam com a naturalidade e a decência de quem simplesmente cumprira seu dever.” A participação cubana em Angola serviu, de acordo com seus argumentos, para recompensar muitos anos de reveses injustos, tais como o bloqueio imposto pelos Estados Unidos; o assassinato de Che Guevara na Bolívia; a frustração da pretendida safra de 10 milhões de toneladas de cana-de-açúcar em 1970; a catástrofe no Chile com a deposição de Salvador Allende e o golpe militar de Pinochet; o extermínio de muitas guerrilhas na América Latina; os erros internos da Revolução que, no passado, haviam colocado em alguns momentos a própria revolução à beira do desastre. Tudo isso, “à margem das vitórias irreversíveis, mas lentas e árduas da Revolução”, criou nos cubanos uma “sensação acumulada de penitências não merecidas. A participação de Cuba em Angola deu-lhes por fim a gratificação da grande vitória de que tanto necessitavam”.<sup>589</sup> Foi também a Operação Carlota que possibilitou o primeiro encontro de García Márquez com Fidel Castro:

De volta de Angola, parei em Cuba [...] por volta das três e meia, Fidel apareceu de surpresa para conversar. [...] falei com Fidel sobre minhas impressões de Angola durante dez minutos, e, então, não sei porque —

---

<sup>587</sup> GARCÍA MÁRQUEZ, Gabriel. *Reportagens políticas*. Obra jornalística 4 (1974-1995), p. 140

<sup>588</sup> Entrevista disponível em: [www.jornalopção.com.br](http://www.jornalopção.com.br). Data de acesso: 30/03/2009.

<sup>589</sup> GARCÍA MÁRQUEZ, Gabriel. *Reportagens políticas*. Obra jornalística 4 (1974-1995), p. 140-141.

talvez porque estivéssemos falando sobre a falta de alimentos em Angola —, ele me perguntou se eu tinha comido mal por lá. Não foi tão mal assim, respondi. Consegui encontrar uma lata de caviar e fiquei muito contente. Então Fidel perguntou se eu gostava mesmo de caviar. Respondi: muito. Ele me disse que achava que isso era uma pura atitude cultural, intelectual, e que não achava que o caviar fosse uma coisa muito gostosa. Bem, uma coisa levou a outra, e continuamos a falar durante horas sobre comida — lagostas, peixes, receitas de peixes. O homem sabe tudo sobre frutos-do-mar. Quando chegou a hora de eu ir para o aeroporto, Fidel e eu nos sentamos na sala dos VIPs e conversamos mais sobre peixes — enquanto o vôo era retido.<sup>590</sup>

Em 1977, García Márquez, relembrou a passagem de Che Guevara pela África, redigiu *Los meses de tinieblas – el Che en el Congo*, no qual apresentou os “mistérios” em torno da permanência de Che Guevara no Congo<sup>591</sup> e, ao mesmo tempo, considerou essa experiência como precursora da ação cubana na África. No período de abril a dezembro de 1965, Che Guevara esteve treinando guerrilheiros do Exército de Libertação do Congo.<sup>592</sup>

No início do artigo, García Márquez afirmou que, passados dez anos de sua morte, os detalhes de seu “empreendimento efêmero” no Congo eram ainda pouco conhecidos.<sup>593</sup> O mais enigmático nessa história continuava a ser os motivos de índole pessoal e políticos que impeliram Che Guevara “a empreender uma cruzada que então parecia tão longínqua de seu coração, e tão alheia ao seu caráter e formação cultural.” Antes de partir de Cuba em

---

<sup>590</sup> Entrevista concedida a revista *Playboy*, São Paulo, n. 90, janeiro de 1983.

<sup>591</sup> Antigo Zaire, hoje República Democrática do Congo com capital em Kinshasa.

<sup>592</sup> A presença de Che Guevara no continente africano é anterior à sua presença no Congo. Em fins de 1964, Che Guevara esteve na Argélia, onde manteve relações estreitas com o presidente Ahmed Ben Bella. Em seguida, visitou vários países da África para encontrar-se com líderes de diversos movimentos de libertação nacional, como Gamal Abdel Nasser, da República Árabe Unida (Egito e Síria); Kwame Nkrumah, de Gana; Alphonse Massemba-Débat, do Congo-Brazzaville; e Agostinho Neto, de Angola, a quem prometeu instrutores militares de Cuba para os guerrilheiros do MPLA. O propósito desses encontros, ao que tudo indica, “foi avaliar a possibilidade de unir todos os movimentos de libertação nacional em uma frente comum de luta contra o colonialismo, o imperialismo e o neocolonialismo, de modo a intensificar o processo revolucionário no Terceiro Mundo e romper em favor da esquerda o impasse internacional configurado pela Guerra Fria.” Cf. BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *De Martí a Fidel: a Revolução Cubana e a América Latina*, p. 548.

<sup>593</sup> O diário de Che Guevara sobre a guerrilha no Congo esteve sob a guarda da família desde a sua morte. Foi publicado originalmente apenas em 1999 pela coleção *Continente Desaparecido* da editora italiana Gianni Mina, com o título de *Passaggi della Guerra Rivoluzionaria: Congo*. No Brasil, a primeira edição foi publicada pela Record em 2000 com o mesmo título: *Passagens da Guerra Revolucionária: Congo*.

25 de abril de 1965, Che Guevara escreveu uma carta de despedida na qual renunciava formalmente a seus cargos na direção do partido, à sua função de Ministro, ao seu grau de Comandante e até mesmo à sua “condição de cubano”.<sup>594</sup> Para García Márquez, foi “uma tolice bastante comum interpretar aquela carta como uma ruptura”, porque a amizade “íntima e a identificação política de Fidel Castro e Che Guevara nunca foram afetadas pelas dificuldades dramáticas enfrentadas pela Revolução Cubana naquela época”. Além disso, não era possível conceber a presença de Che Guevara na África sem a complacência de Fidel Castro. A carta, a seu ver, foi apenas um instrumento “para não comprometer Cuba numa ação internacionalista que por motivos compreensíveis deveria parecer pessoal”.<sup>595</sup>

Os “motivos compreensíveis” têm relação com o discurso pronunciado por Che Guevara em Argel, em princípios de 1965, durante o Seminário Econômico de Solidariedade Afro-Asiática, no qual propôs que Cuba adotasse uma via para o socialismo independente da URSS, pois a política internacional soviética era orientada, segundo Che Guevara, para atender a seus próprios interesses de grande potência, sem qualquer objetivo verdadeiramente revolucionário na sua relação com os países subdesenvolvidos e com movimentos de libertação nacional. Che Guevara criticou duramente a relação comercial que os soviéticos mantinham com os cubanos e com os países em processo de libertação nacional. Para ele, o Bloco Socialista era, de certa maneira, “cúmplice da exploração imperial”, e os países socialistas deveriam “ter o dever moral de liquidar sua cumplicidade tática com os países exploradores do Ocidente”.<sup>596</sup> A repercussão desse discurso foi imensa

---

<sup>594</sup> GUEVARA, Ernesto Che. Carta a Fidel Castro. In: SADER, Eder (org). *Che Guevara: política*. São Paulo: Expressão Popular, 2004, p. 300.

<sup>595</sup> GARCÍA MÁRQUEZ, Gabriel. *Reportagens políticas*. Obra jornalística 4 (1974-1995), p. 172.

<sup>596</sup> GUEVARA, Ernesto Che *apud* BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *De Martí a Fidel: a Revolução Cubana e a América Latina*, p. 550.

nos círculos dirigentes dos países socialistas e, de certo modo, determinou as novas ações de Che Guevara: a disposição de não ficar no governo revolucionário cubano.<sup>597</sup>

A imprensa cubana não publicou o discurso de Che Guevara na íntegra por receio de comprometer o governo cubano com seu conteúdo. Fidel Castro não discordava totalmente das críticas de Che Guevara à União Soviética. Desde a crise dos mísseis, ele já deixava transparecer seu descontentamento com a política soviética para Cuba. Ademais, Fidel Castro também concordava com Che Guevara em relação à defesa da luta armada e no “espraiamento da revolução”.<sup>598</sup> Porém, como responsável pelo governo, não era viável contrapor-se frontalmente à URSS, da qual dependia a continuidade da Revolução. Por isso, segundo Carlos Franqui, quando Che Guevara retornou da África, Fidel Castro o repreendeu acusando-o de indisciplina e irresponsabilidade, afinal o argentino havia comprometido as relações de Cuba com a URSS.<sup>599</sup> Para Jorge Castañeda, Che Guevara tinha a plena consciência do impacto que causaria sua intervenção no Seminário de Argel e que isso poderia causar um sério confronto com Fidel Castro; o que ele não teria calculado seria a intensidade da reação.<sup>600</sup> Tudo isso precipitou a saída de Che Guevara de Cuba e acelerou os seus planos de “espraiar” a revolução, primeiro no Congo, depois na Bolívia.

Além disso, Che Guevara já possuía fortes motivos pessoais e políticos para deixar a ilha, pois sua marginalização era evidente: não participava das negociações com os soviéticos, nem da determinação dos rumos da política econômica e quase todas as suas teses estavam praticamente derrotadas. A decisão de Che Guevara em comprometer-se

---

<sup>597</sup> BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *De Martí a Fidel: a Revolução Cubana e a América Latina*, p. 549-550.

<sup>598</sup> *Ibidem*, p. 552.

<sup>599</sup> FRANQUI, Carlos *apud* CASTAÑEDA, Jorge. *Che Guevara: a vida em vermelho*. São Paulo: Companhia. das Letras, 1997, p. 345. Castañeda citou passagens do livro de Carlos Franqui, *Vida, aventuras y desastres de un hombre llamado Castro* (México DF, Planeta, 1988, p. 330).

<sup>600</sup> CASTAÑEDA, Jorge. *Che Guevara: a vida em vermelho*, 1997, p. 331-332.

pessoalmente com a luta congoleza já revelava uma clara vontade de permanecer longe de Cuba. Dessa forma, três acontecimentos consumaram ou precipitaram sua decisão: a sua estadia em Pequim em janeiro de 1965, num momento em que Havana tomava partido a favor da URSS no conflito sino-soviético; a intervenção no Seminário Econômico de Solidariedade Afro-Asiática em Argel em fevereiro do mesmo ano, que marcou seu rompimento com a URSS; e sua passagem pela Tanzânia e pelos acampamentos dos guerrilheiros congolezes.<sup>601</sup>

A interpretação de García Márquez sobre a carta de despedida de Che Guevara para Fidel se insere nesse contexto. Isso explica a afirmação do escritor de que a carta era apenas um instrumento “para não comprometer Cuba numa ação internacionalista que por *motivos compreensíveis* deveria *parecer* pessoal”. Para García Márquez, Che Guevara não queria comprometer Cuba com seus projetos revolucionários para não gerar mais conflitos com os soviéticos. Porém, García Márquez teve razão ao afirmar que a ação no Congo era cubana e não uma ação isolada e pessoal de Che Guevara, pois não era possível conceber a presença do guerrilheiro argentino na África sem a complacência de Fidel Castro. Além do mais, segundo García Márquez, a amizade e a identificação política entre os dois revolucionários não “teria sido afetada”. De acordo com as informações de García Márquez, os preparativos da viagem de Che Guevara para o Congo foram conduzidos pelo serviço secreto cubano, o que era um desafio, pois teria que disfarçar “um homem cuja imagem adornava as paredes de meio mundo”.<sup>602</sup> De fato, o governo cubano auxiliou Che Guevara no Congo: preparando a saída em segredo de Cuba, recrutando voluntários, escolhendo colaboradores

---

<sup>601</sup> *Ibidem*, p. 331-332.

<sup>602</sup> GARCÍA MÁRQUEZ, Gabriel. *Reportagens políticas*. Obra jornalística 4 (1974-1995), p. 173.

diretos, financiando treinamento e transporte etc. No Congo, foi acompanhado por cerca de duzentos militares cubanos.<sup>603</sup>

Para García Márquez, a missão de Che Guevara no Congo — formar corpos guerrilheiros para o Conselho Nacional da Revolução do Congo na luta contra Moïse Tshombe<sup>604</sup> — foi cumprida integralmente. Além disso, ele teria participado pessoalmente das ações contra os mercenários financiados pelos antigos colonizadores belgas e pelas companhias de mineração internacionais. O motivo pelo qual Che Guevara deixou o Congo de maneira que pareceu intempestiva era, para García Márquez, um mistério a esclarecer. Havia duas versões: a primeira, a mais corrente na época, afirmava que a União Soviética pressionou Cuba para que o fizesse sair, pois sua presença naquela zona de conflito comprometeria a URSS, devido a seus vínculos com a Revolução Cubana. A segunda afirmava que os próprios líderes da guerra congoleza decidiram pela retirada de Che Guevara do Congo, logo após a derrota de Moïse Tshombe. Dessa forma, ele fora com o mesmo sigilo com que chegara. García Márquez confessou que a segunda versão parecia-lhe a mais apropriada. O escritor colombiano encerrou o artigo *Los meses de tinieblas – el Che en el Congo*, mostrando um possível reencontro entre Che Guevara e Fidel Castro, um reencontro que talvez pudesse comprovar a amizade e a convicção de ambos sobre o desígnio de propagar a revolução a outros países latino-americanos:

[...] afirma-se, sem confirmação, que Fidel Castro o estava esperando no aeroporto. Comenta-se, também sem confirmação, que os dois homens se trancaram sozinhos para conversar durante três dias. Não houve gravadores na casa, nem ninguém para tomar notas. Mas não há dúvida de que naquela conversa, se houve de fato, surgiu a decisão de continuar na América Latina a luta interrompida na África. Seis meses depois, de fato, Che Guevara estava na Bolívia.<sup>605</sup>

---

<sup>603</sup> Cf. ANDERSON, Jon Lee. *Che Guevara uma biografia*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997; CASTAÑEDA, Jorge. *Che Guevara: a vida em vermelho*, 1997.

<sup>604</sup> Líder secessionista da Província de Katanga, contrário ao governo de Patrice Lumumba.

<sup>605</sup> GARCÍA MÁRQUEZ, Gabriel. *Reportagens políticas*. Obra jornalística 4 (1974-1995), p. 175.

O conteúdo do artigo *Los meses de tinieblas – El Che en el Congo* não corresponde ao título, pois García Márquez não mostrou a permanência de Che Guevara no Congo envolta em trevas como propõe o título, pelo contrário, ele deu uma dimensão quase mítica à imagem de Che Guevara, descrito como o “cavaleiro andante da Revolução” que triunfou em sua missão. Não há trevas, mas a vitória do espírito revolucionário. Na verdade, García Márquez não apontou nada sobre as desventuras e o fracasso da missão de Che Guevara no Congo, por omissão ou porque realmente desconhecia os detalhes. O próprio Che Guevara, durante os preparativos, percebeu como seria difícil e quais seriam os problemas a enfrentar, tais como: a necessidade de unificação das lideranças, centralização do comando e coordenação das operações militares; e a garantia de compatibilizar a ajuda soviética e chinesa às facções em luta, pois o conflito sino-soviético poderia comprometer a luta dos rebeldes no Congo. Por esses e outros tantos motivos, a missão de Che Guevara no Congo “já nasceu derrotada”. Para Jorge Castañeda, ele se propunha a apoiar uma luta perdida, definitivamente subjugada por seus inimigos. Durante todo o tempo em que permaneceu lá, ele “remou contra a maré, e foi essa a sua grande falha”. Che Guevara tinha que lidar com a situação de um país culturalmente muito diferente e com mobilizações populares contra o regime pós-colonial, localizado no centro do continente e muito importante “para todos, que, de Washington a Pequim, se interessavam por ele e conspiravam para dominá-lo”.<sup>606</sup>

Segundo o próprio Che, conforme seu diário, a missão no Congo foi desastrosa, os líderes africanos quase nunca apareciam no fronte, o despreparo das forças guerrilheiras era enorme, não havia a mínima disciplina e os congoleses, além de acreditarem no *dawa* (corpo-fechado) e na magia dos feiticeiros, recusavam-se a lutar e a transportar

---

<sup>606</sup> CASTAÑEDA, Jorge. *Che Guevara: a vida em vermelho*, 1997, p. 325-326.



equipamentos e alimentos. Os próprios cubanos começaram a por em dúvida o sentido daquela operação militar. Afinal, era uma guerra africana, cujas regras eles pouco entendiam. O relacionamento de Che Guevara com a tropa cubana se deteriorava a cada dia. Como se não bastasse, o seu estado de saúde piorava dia após dia: contraiu febre tropical, foi vítima de uma forte disenteria e suas crises de asma aumentaram.<sup>607</sup> Ou seja, não foi uma missão coroada de êxitos como quis ressaltar García Márquez.

Neste capítulo, mostramos que Cortázar, Vargas Llosa e García Márquez, após o “caso Padilla”, continuaram alimentando o debate sobre revolução e socialismo na América Latina de acordo com suas posições políticas, utilizando para isso o ensaio, a literatura e a crônica. Nesse período, final dos anos 70 e início dos anos 80, vários movimentos guerrilheiros na América Latina ainda se inspiravam na experiência cubana e muitos recebiam ajuda militar e financeira de Cuba. Além disso, a experiência revolucionária cubana continuava a marcar, de uma forma ou de outra, a intelectualidade latino-americana, foi então que García Márquez, Cortázar e Vargas Llosa se envolveram, cada um a seu modo, com a experiência sandinista na Nicarágua.

---

<sup>607</sup> Cf. GUEVARA, Ernesto Che. *Passagens da guerra revolucionária: Congo*. Rio de Janeiro: Record, 2000. No início do diário, Che Guevara afirmou: “Esta é uma história de um fracasso”, p. 27.

## CAPÍTULO VI

### **REDIMENSIONANDO O DEBATE: a Nicarágua sandinista**

Vinte anos depois da vitória dos revolucionários em Cuba ocorreu a vitória dos sandinistas na Nicarágua. Os acontecimentos em Cuba ao longo das décadas de sessenta e setenta direcionaram, em grande medida, o debate político-intelectual sobre a experiência sandinista na Nicarágua. As comparações foram inevitáveis, já que as duas experiências caracterizaram-se como revoluções de libertação nacional com um mesmo fim — derrubar uma ditadura, romper com o imperialismo norte-americano e erigir uma sociedade socialista — e um mesmo meio — a luta armada. García Márquez e Cortázar participaram diretamente dessa experiência e depositaram toda a esperança na construção do socialismo no país. Vargas Llosa, nesse momento já “desvinculado” das esquerdas latino-americanas, adotou uma postura mais crítica com relação à experiência sandinista, usando Cuba como contraponto.

Apesar das comparações possíveis, a experiência revolucionária nicaragüense diferiu da cubana em muitos aspectos. Para Emir Sader, a experiência sandinista, do ponto de vista do processo que levou a Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN) ao poder, aproxima-se da Revolução Cubana. Porém, no decorrer do processo, diferentemente de Cuba e à semelhança do Chile,<sup>608</sup> os sandinistas propuseram um sistema político multipartidário e uma economia mista.<sup>609</sup> Fidel Castro deu amplo apoio militar e logístico

---

<sup>608</sup> A tentativa de transição ao socialismo no governo de Salvador Allende, no Chile (1970-1973), ficou conhecida como “via chilena para o socialismo”, que significou a tentativa de transformação do sistema capitalista em socialista de forma gradual, por uma via institucional, pacífica e democrática. Cf. AGGIO, Alberto. *Democracia e socialismo: a experiência chilena*. São Paulo: Editora da UNESP, 1993.

<sup>609</sup> SADER, Emir. *Cuba, Chile, Nicarágua: socialismo na América Latina*. São Paulo: Atual, 1992, p. 55.

aos sandinistas durante a luta contra Somoza; e quando eles tomaram o poder enviou assessores militares, professores e médicos, com o intuito de ajudar a consolidar o novo regime de esquerda.

Em 1961, três líderes estudantis, Carlos Fonseca, Tomás Borge e Silvia Mayorga, inspirados na Revolução Cubana, fundaram uma organização revolucionária chamada Movimento Nova Nicarágua (MNN), com o intuito de derrubar a ditadura Somoza e romper com o imperialismo norte-americano.<sup>610</sup> Pouco depois, o MNN passou a se chamar Frente de Libertação Nacional (FLN), inspirado no grupo armado que havia derrubado o colonialismo francês na Argélia. O acréscimo sandinista ao nome do movimento foi sugestão de Carlos Fonseca, que, vivendo em Cuba no início da década de 1960, “redescobriu” Augusto César Sandino, um líder guerrilheiro dos anos 20 e 30, que lutou contra a ocupação militar norte-americana na Nicarágua, que se concretizava através da presença dos *marines* (fuzileiros navais) no país.<sup>611</sup> Em Cuba, além de ficar sabendo que Fidel Castro e Che Guevara estudaram as táticas de guerra de guerrilhas de Sandino, Carlos

---

<sup>610</sup> A Nicarágua conquistou formalmente sua independência nos inícios do século XIX, mas ao longo desse século o país foi submetido a sucessivas agressões militares dos Estados Unidos. No início do século XX, os Estados Unidos fortaleceram suas ações no país e as suas tropas permaneceram estacionadas no território nicaraguense por vinte e um anos. Em 1933, as tropas foram retiradas e os EUA passaram a exercer uma dominação menos direta. Era o momento em que os EUA deixavam a política do *Big Stick* e adotavam a chamada Política de Boa Vizinhança. Em 1936, Anastasio Somoza, mediante um golpe de Estado, tomou o poder na Nicarágua. Com o apoio dos Estados Unidos, a família Somoza permaneceu no poder por quarenta e três anos, até a vitória da FSLN em 1979. Nesse período, o país foi governado por Anastasio Somoza García (1936-1956), Luis Somoza Debayle (1956-1967) e Anastasio Somoza Debayle (1967-1979). Cf. BARAHONA PORTOCARRERO, Amaru. Breve estudo sobre a história contemporânea da Nicarágua. In: GONZÁLEZ CASANOVA, Pablo (org.). *América Latina: história de meio século*. Brasília: Ed. da UnB, 3 vol., 1990.

<sup>611</sup> Na luta contra a ocupação militar norte-americana, Sandino liderou o Exército Defensor da Soberania da Nicarágua. Em 1934 — depois da retirada dos *marines* pelos EUA e da deposição das armas pelas forças de Sandino no ano anterior —, o líder rebelde foi assassinado e as bases sociais do movimento foram reprimidas a mando de Anastasio Somoza, então chefe da Guarda Nacional, um “exército” criado pelos Estados Unidos com auxílio do governo nicaraguense, que se constituiu em um instrumento de poder da família Somoza ao longo de sua permanência no governo. Cf. SELSER, Gregório. *Sandinista: general de homens livres*. São Paulo: Global Editora, 1979; BARAHONA PORTOCARRERO, Amaru. Breve estudo sobre a história contemporânea da Nicarágua. In: GONZÁLEZ CASANOVA, Pablo (org.). *América Latina: história de meio século*, 1990.

Fonseca teve acesso ao livro do socialista argentino Gregório Selser, *Sandino: general de hombres libres*, publicado originalmente em 1955. Desde então, ele começou a buscar inspiração e um novo modelo estratégico em Sandino. Em meados de 1960, antes mesmo da fundação da FSLN, os três jovens revolucionários da Nicarágua fizeram a primeira menção pública ao “general de homens livres”, ligando-o a imagem do cubano José Martí. A partir de então, “os dois heróis nacionalistas seriam freqüentemente citados juntos, tanto por nicaragüenses como por cubanos”.<sup>612</sup> Em discurso pronunciado no início dos anos 70, Carlos Fonseca afirmou que cubanos e nicaragüenses estavam ligados por “laços históricos indestrutíveis. O pensamento e a ação de José Martí e de Augusto César Sandino nos indicam o caminho da luta comum”.<sup>613</sup>

A FSLN travou uma luta de 18 anos contra a ditadura Somoza e sua Guarda Nacional. Durante esse período, as forças sandinistas solidificaram o apoio rural e urbano; realizaram assaltos a bancos; centraram suas atividades no trabalho de conscientização das “massas” e na guerrilha; estudaram sistematicamente outras experiências revolucionárias, como a cubana, a argelina, a vietnamita e a chinesa; aprofundaram seu conhecimento sobre o país; definiram com maior precisão as forças sociais que deveriam estar envolvidas com o processo revolucionário: massas urbanas, operários e camponeses; invadiram, em dezembro de 1974, uma festa em homenagem ao embaixador norte-americano e tomaram importantes convidados como reféns, que foram trocados por presos políticos e dinheiro. No ano seguinte, a FSLN foi dividida internamente em três tendências com propostas diferentes para o rumo da revolução: a tendência Proletária, que defendia o reforço da classe operária

---

<sup>612</sup> ZIMMERMANN, Matilde. *A revolução nicaragüense*. São Paulo: Editora UNESP, 2006; BARAHONA PORTOCARRERO, Amaru Barahona. Breve estudo sobre a história contemporânea da Nicarágua. In: GONZÁLEZ CASANOVA, Pablo (org.). *América Latina: história de meio século*, 1990.

<sup>613</sup> FONSECA, Carlos *apud* ZIMMERMANN, Matilde. *A revolução nicaragüense*, p. 45. Carlos Fonseca foi assassinado em confronto com a Guarda Nacional, sua cabeça foi decepada e levada para Anastásio Somoza.

e seu papel decisivo na revolução; a tendência Guerra Popular Prolongada, que propunha acentuar o desenvolvimento das guerrilhas nas montanhas, arriscando-se a um isolamento; e a tendência Insurrecional, que pregava ofensivas insurrecionais que convergissem para o meio urbano. A reunificação da FSLN ocorreu apenas às vésperas da vitória do movimento em 1979.<sup>614</sup>

Em fins da década de 70, a FSLN estava em seu auge: em 1978, tomou o Palácio Nacional, ação que repercutiu internacionalmente e desmoralizou a Guarda Nacional; no começo do ano seguinte, o movimento iniciou diversas ações no Oeste e no Norte do país. Depois de seguidas vitórias, veio a ofensiva final e Anastacio Somoza Debayle fugiu do país. Em 19 de julho de 1979, as forças da FSLN ocuparam Manágua, encerrando a longa ditadura somozista. Era o início da difícil tarefa de reorganizar o país com a Junta de Reconstrução Nacional que incorporava todas as oposições e organizações populares num amplo projeto antioligárquico e antiimperialista. A partir de então, revelava-se com maior intensidade a postura ideológica da FSLN pautada na combinação de elementos de diferentes matrizes: do marxismo à Teologia da Libertação, da social-democracia à tradição antiimperialista latino-americana.<sup>615</sup>

Em maio de 1980, foi criado o Conselho de Estado, integrado por representantes dos variados grupos sociais e das organizações ligadas aos sandinistas. Eleições foram convocadas para 1984, quando a FSLN obteve 67,2% dos votos para a Presidência,

---

<sup>614</sup> ZIMMERMANN, Matilde. *A revolução nicaragüense*, p. 43-45.

<sup>615</sup> RODRIGUES, Lygia. O sandinismo e a revolução nacional democrática. In: DAYRELL, Eliane G. & IOKOI, Zilda M. Gricoli (orgs.). *América Latina Contemporânea: desafios e perspectivas*. RJ: Expressão e Cultura; SP: EDUSP, 1996 (Col. "América: raízes e trajetórias", 4), p. 367. Em julho de 1979, tomou posse a Junta de Governo de Reconstrução Nacional, formada por cinco membros, representantes de distintas forças políticas e sociais: Daniel Ortega, da FSLN; Moisés Hassán, do Movimento Povo Unido e Frente Patriótica Nacional; Sérgio Ramírez, do Grupo dos Doze; Violeta Chamorro, líder da União Democrática de Libertação; e Alfonso Robelo, da Frente Ampla de Oposição.

elegendo o sandinista Daniel Ortega. A partir de então, a tarefa era consolidar a revolução, tarefa dificultada pelas contradições internas do próprio governo e pelas ações dos contra-revolucionários e dos EUA, sobretudo depois que Ronald Reagan, sucedendo Jimmy Carter, assumiu a presidência do país, imprimindo um tom mais agressivo à política externa norte-americana. O epílogo da experiência sandinista ocorreu em 1990, quando a FSLN perdeu as eleições para Violeta Chamorro, candidata dos partidos de oposição reunidos na coalizão União Nacional Opositora (UNO), apoiada pelo governo dos Estados Unidos.

### **6.1. García Márquez: militância ativa**

A participação de García Márquez junto aos grupos revolucionários na Nicarágua foi bastante efetiva. O resultado foi uma extensa produção jornalística, registrada em reportagens especiais como: *O seqüestro (Viva Sandino!)*; *García Márquez entrevista os sandinistas*; *Edén Pastora*; *Crônica do assalto à “Casa dos Porcos”*; *Nicarágua entre duas sopas*; *Sim, o lobo vem aí, Nicarágua!*. Todos os textos são marcados por denúncias, clamor de paz, questionamentos sobre a qualidade e ética do trabalho jornalístico; e também pela militância política e pelo entrecruzamento do jornalismo com a literatura, o cinema e a história.

*O seqüestro* — cujo título original é *Viva Sandino!* — é um roteiro cinematográfico, fruto de uma atividade jornalística. García Márquez investigou e colheu vários testemunhos daqueles que participaram de um episódio de resistência à ditadura somozista: a ocupação, em 27 de dezembro de 1974, pelo comando *Juan José Quezada* da FSLN, da casa de José

María Castillo, presidente do Banco da Nicarágua e ministro de Somoza.<sup>616</sup> García Márquez, a partir dos testemunhos, transformou o episódio em um roteiro cinematográfico de conteúdo político — de “estilo francês” e não *hollywoodiano* — bastante preciso em relação aos acontecimentos reais. O filme não chegou a ser rodado e, depois da derrubada de Somoza, o autor doou o roteiro ao governo da Nicarágua, onde foi publicado em forma de livro em 1982. Apesar de não ser a primeira incursão de García Márquez no universo do cinema, este é um texto “anômalo” na sua produção e o é não apenas pela “ascética economia estilística” ou pelo seu didatismo, “mas também pela explicitação do tema da violência política que se encontra na base desta transposição cinematográfica de um episódio da história da resistência à ditadura somozista na Nicarágua”.<sup>617</sup>

Os acontecimentos que antecederam a ação do comando sandinista *Juan José Quezada* foram marcados pela escalada da violência e repressão no país. A Guarda Nacional, apoiada no campo pelos *Jueces de mesta* (juízes fundiários), havia intensificado a repressão no país; greves de operários contra condições inumanas de trabalho foram brutalmente sufocadas; vários dirigentes sindicais foram presos; as reivindicações de aumentos salariais foram respondidas com repressão; a liberdade de informação foi drasticamente restrita. Para completar o cenário, em primeiro de setembro de 1974, Anastasio Somoza Debayle foi conduzido à presidência em eleições em que participaram apenas os partidos Conservador e Liberal. Nesse contexto, a FSLN decidiu ir ao confronto

---

<sup>616</sup> Na ocasião, José María Castillo oferecia uma festa em homenagem ao embaixador dos Estados Unidos, Turner Shelton.

<sup>617</sup> ACUTIS, Cesare. Introdução. In: GARCÍA MÁRQUEZ, Gabriel. *O seqüestro*. Rio de Janeiro: Record, 1983, s/p.

direto com o regime. Uma das ações do movimento foi justamente a invasão da casa de José Maria Castillo.<sup>618</sup>

“Mãos na cabeça e todos contra a parede! Esta é uma operação política! Somos a Frente Sandinista de Libertação Nacional! Viva Sandino!” Foi com a chegada do Comando *Juan José Quezada* na casa de Castillo, morto na ação,<sup>619</sup> que García Márquez iniciou o roteiro. O grupo, composto por 13 guerrilheiros<sup>620</sup> sob o comando de Cero (Eduardo Contreras), reuniu-se três meses antes da ação em *Las Nubes*, onde recebera todas as instruções sobre como agir. No dia do seqüestro os sandinistas portavam armas, máscaras, lenços vermelhos no pescoço e carregavam quatro grandes bandeiras com a insígnia da FSLN. O plano visava a captura de reféns para serem negociados com o governo em troca de “exigências bastante concretas”:

Liberdade imediata e incondicional de 14 presos políticos. Cinco milhões de dólares. Imediato decreto-lei que aumente o salário mínimo de todos os trabalhadores. Abono mensal de 100 por cento sobre os salários, para os funcionários dos hospitais, da *Siemens*, estivadores, trabalhadores dos bananais, trabalhadores dos canaviais, motoristas e auxiliares. Aumento dobrado dos salários dos soldados rasos da Guarda Nacional. Difusão do comunicado que lhe entregarei [o comandante] e salvo-conduto para o comando e presos, a fim de que possamos viajar para Cuba. Se estas exigências não forem cumpridas, dentro de 36 horas executaremos o primeiro refém.<sup>621</sup>

---

<sup>618</sup> Cf. ZIMMERMANN, Matilde. *A revolução nicaragüense*, 2006; BARAHONA PORTOCARRERO, Amaru. Breve estudo sobre a história contemporânea da Nicarágua. In: GONZÁLEZ CASANOVA, Pablo (org.). *América Latina: história de meio século*, 1990.

<sup>619</sup> Segundo García Márquez, Castillo morreu logo que a casa foi tomada, ao reagir armado à ação do Comando. Na sua casa estavam: o embaixador nicaragüense em Washington, Guillermo Sevilla Sacasa; o prefeito de Manágua, Luis Valle Olivares; o embaixador ante a Organização dos Estados Americanos (OEA), Noel Pallais; o ministro Alejandro Montiel Arguello; o embaixador do Chile na Nicarágua, entre outros.

<sup>620</sup> O Comando *Juan José Quezada* era composto por Eduardo Contreras, Hugo Torres, Letícia Herrera, Javier Carrión, Félix Pederó Picado, Omar Halleslevens, Joaquín Cuadra, Eleonora Rocha, Alberto Ríos, Hilário Sánchez, Germán Pomares, Roger Deshón, Olga Avilés.

<sup>621</sup> GARCÍA MÁRQUEZ, Gabriel. *O seqüestro*, p. 81.



No roteiro, García Márquez informou que oito dos quatorze sandinistas presos<sup>622</sup> já estavam no cárcere entre quatro e sete anos, e, em favor de sua libertação, havia-se deflagrado no país uma imensa campanha popular com greves de fome de presos e de seus parentes, a que o regime respondeu “com toda espécie de agravos e torturas”. As negociações entre o comando *Juan José Quezada* e o governo foram tensas e duraram três dias, sob a mediação do arcebispo Miguel Obando y Bravo. Quase todas as exigências foram aceitas, exceto a de cinco milhões de dólares. A quantidade negociada foi de um milhão de dólares. Os membros do comando foram de ônibus para o aeroporto de onde seguiriam rumo a Cuba. Segundo consta no roteiro cinematográfico, durante o trajeto, enquanto “o ônibus avançava pelas ruas destroçadas de Manágua”, a população nas ruas, nas calçadas ou em suas casas fazia “o v da vitória com a mão e se despedia dos sandinistas”. Logo depois, “um avião corria pela pista do aeroporto de Manágua até que, progressivamente, começava a alçar vôo, perdendo-se no céu, muito azul e limpo. *Fade out final*”.<sup>623</sup>

O roteiro do filme não narra apenas o episódio do seqüestro. García Márquez quis traçar um retrato das condições de vida, de sofrimento e de luta da população nicaragüense e, ao mesmo tempo, traçar um quadro histórico da Nicarágua naquele momento. Dessa forma, os diálogos dos personagens e os *stock shots*<sup>624</sup> são cheios de alusões a situações recentes do país. Como, por exemplo, um *stock shot* que retrata o cotidiano em Manágua: “O custo de vida havia subido exageradamente. Comia-se salteado: um dia sim, outro não,

---

<sup>622</sup> Um dos presos políticos posto em liberdade foi o sandinista Daniel Ortega, futuro presidente do país.

<sup>623</sup> GARCÍA MÁRQUEZ, Gabriel. *O seqüestro*, 141-144 *passim*. Após a operação, o governo intensificou a repressão, decretou estado de sítio e a lei marcial. O que levou a um relativo estancamento do movimento revolucionário. Cf. SALAZAR VALIENTE, Mario. Nicarágua. Os últimos anos. In: GONZÁLEZ CASANOVA, Pablo (org.). *América Latina: história de meio século*, 1990, p. 270.

<sup>624</sup> Os *stock shots* são as imagens que ilustram a passagem do tempo e ajudam o telespectador a se localizar na trama do filme.

por causa dos preços dos artigos, como feijão e milho [...] pagava-se quase o dobro pela roupa, transporte e habitação, com estáticos salários de miséria”. Um outro exemplo é o texto deixado pelos sandinistas para ser lido no rádio quando a operação estivesse chegando ao fim. Concomitante ao final do seqüestro, aparece um locutor lendo um extenso texto, com dizeres como:

Denunciamos ao nosso povo, diante de toda a América Latina e perante o mundo, estes assassinatos, estes crimes e violações, e pedimos a todos que nos dêem sua ajuda e sua solidariedade na luta contra a mais brutal das repressões que se exerce sobre os camponeses de Matagalpa, Jinotega, Nueva Segovia, Chinandega, Estelí, León, Carazo, Rivas, Chontales, Manágua, Zelaya Boaco e em outras regiões [...].<sup>625</sup>

Em princípios de 1978, García Márquez, como correspondente da *Agencia Latinoamericana de Información* (ALAI), entrevistou o então dirigente nacional da FSLN, Orlando Loaiziga. A entrevista constituiu-se em um espaço para que o dirigente reiterasse o repúdio a qualquer pacto com Somoza que implicasse na continuidade do regime, e ratificasse a decisão da FSLN de continuar empreendendo a luta em duas frentes: a política e a militar. A conversa abarcou uma gama de temas sobre as condições históricas do país e pôs em relevo a discussão sobre as vicissitudes da FSLN. Desse modo, a entrevista pode ser dividida em duas partes: na primeira, as perguntas de García Márquez foram direcionadas para os pontos fundamentais da formação socioeconômica da Nicarágua e, na segunda, para a organização e direção do movimento.

Na primeira parte da entrevista, Orlando Loaiziga definiu a Nicarágua como um país que se inseriu na divisão internacional do trabalho assumindo o papel específico de agro-exportador, basicamente de café, algodão e açúcar. Esse tipo de economia determinava as condições sociais dos grupos vinculados às atividades primárias, formados

---

<sup>625</sup> GARCÍA MÁRQUEZ, Gabriel. *O seqüestro*, p. 143.

historicamente por camponeses. A atividade industrial ainda era bastante incipiente e, conseqüentemente, a classe operária também. A classe média era muito “débil” e não determinava praticamente nada. Ademais, existia uma classe reduzida que possuía o poder político e o poder econômico. Em meio a isso imperava “dramáticos problemas sociais”, como o analfabetismo, a mortalidade infantil, as doenças epidêmicas etc.<sup>626</sup>

Quando questionado por García Márquez sobre a “burguesia nacional” e sua posição frente ao Estado, o dirigente sandinista disse que, na Nicarágua, ela havia se constituído como uma burguesia agro-exportadora. Essa burguesia possuía com o Estado fortes alianças políticas. Porém, existia um outro setor da burguesia, não agro-exportador, que encontrava obstáculos reais diante da ditadura Somoza. Para Orlando Loaiziga, essa burguesia, para continuar crescendo, deveria necessariamente dispor de uma quota de poder efetivo, quota de poder que não lhe era permitida pela própria estrutura do somozismo. De maneira que esse setor da burguesia vinha há tempos encabeçando um “movimento político tradicional” de oposição à família Somoza. Não era apenas a FSLN que queria destruir um “regime de caráter repressivo e explorador”.<sup>627</sup>

Na segunda parte da entrevista, García Márquez perguntou quais eram os aportes teóricos seguidos pela FSLN e quais eram os setores que participavam do movimento. A resposta de Orlando Loaiziga foi bastante evasiva, definiu o movimento como seguidor e herdeiro da luta empreendida por Sandino nas primeiras décadas do século XX, e com uma base que convergia amplos setores da sociedade nicaragüense com vistas a derrubar a ditadura somozista e instalar um regime democrático. Como sua resposta foi muito evasiva, García Márquez insistiu que Orlando Loaiziga explicasse o caráter poli-classista da FSLN.

---

<sup>626</sup> *Los sandinistas*. Documentos, reportajes de Gabriel García Márquez y otros. Bogotá: Editorial La Oveja Negra, 1979, p. 137-138.

<sup>627</sup> *Ibidem*, p. 139-140.

A explicação não foi muito esclarecedora: “a composição é de todo tipo: inclusive dentro de nossa direção há um operário. Em toda a organização há, por suposto, elementos de todo tipo, de todas as classes sociais”.<sup>628</sup>

Outras perguntas de García Márquez foram direcionadas para que o leitor da entrevista compreendesse mais cabalmente os objetivos centrais da FSLN, e a concepção que o movimento tinha do poder e do peso da violência revolucionária no desenrolar da luta. Além de derrotar a ditadura, Orlando Loaiziga mostrou que o movimento pretendia também construir um governo democrático republicano, no qual as reivindicações das classes trabalhadoras fossem atendidas e a liberdade de expressão e de sindicalismo fossem estabelecidos. Era necessário implantar um regime que impulsionasse e fomentasse a reforma agrária, a educação e a cultura. Segundo o dirigente sandinista, para que isso acontecesse, era necessário um poder político que realmente defendesse os interesses do povo. Orlando Loaiziga disse a García Márquez que o grande desafio da FSLN era, além da conquista do poder, manter o poder. Para manter o poder seria necessário conhecer a essência do Estado, a realidade nacional, a economia, a saúde, a indústria, o campo, a pequena e a média empresa, o setor artesanal etc. Enfim, a estrutura do poder deveria agregar a participação de todos e de todas as “forças patrióticas”.<sup>629</sup>

O dirigente sandinista informou a García Márquez que a FSLN estava naquele momento vivendo o auge da revolução com a participação das comunidades indígenas, dos bairros marginalizados, da classe trabalhadora urbana e rural, e que todos estavam decididamente dispostos a enfrentar a ditadura. Era necessário intensificar o trabalho na cidade, onde havia diferentes forças e “distintas mentalidades”. Por fim, Orlando Loaiziga

---

<sup>628</sup> *Ibidem*, p. 143-145.

<sup>629</sup> *Ibidem*, p. 147-152 *passim*.

fez um apelo para que todas as forças patrióticas da Nicarágua reunissem seus esforços para enfrentar a ditadura. A entrevista se encerra com uma pergunta sobre a perspectiva revolucionária na América Latina. Para Orlando Loiziga a tendência que predominava era a luta para se chegar ao estabelecimento de regimes democráticos com justiça social. Porém, havia uma outra tendência: algumas organizações pecavam com ações precipitadas e imaturas, cercadas de ideologias estranhas absolutamente desvinculadas da realidade latino-americana.<sup>630</sup>

Nas declarações do dirigente sandinista, a FSLN aparece como um movimento democrático e não marxista. Provavelmente, para mostrar que o movimento era desvinculado de todas as vertentes do marxismo, e que, portanto, não teria tendência ao radicalismo. Contudo, não foi essa a visão do movimento que García Márquez passou em grande parte de seus artigos sobre a FSLN. Artigos que mostravam, sobretudo, as ações armadas do movimento, como seqüestros e assaltos a bancos, ou expressavam o repúdio aos ataques contra-revolucionários com o apoio do governo norte-americano.

Em agosto de 1978, a FSLN assombrou o país ao invadir e tomar o Palácio Nacional, durante uma sessão do Congresso, com inúmeros reféns. Pouco depois, García Márquez publicou um artigo na revista colombiana *Alternativa* sobre o assalto, com o título de *Cronica del asalto a la “Casa de los Chanchos”*, que mais parece um roteiro para um filme de ação. Como o objetivo da operação era seqüestrar os parlamentares do regime somozista, ela recebeu o nome de *Operación Chanchera* — assalto à casa dos *chanchos*, porcos. O plano fora idealizado pela tendência Terceirista em 1970, mas foi colocado em prática somente em 1978, quando teria ficado evidente que “os Estados Unidos resolveram ajudar Somoza a ficar em seu trono de sangue até 1981”. A operação ficou sob

---

<sup>630</sup> *Ibidem*, p. 155-156 *passim*.

responsabilidade dos veteranos Edén Pastora (comandante zero) e Hugo Torres Jiménez (Número Um), e de Dora María Téllez (Número Dois), única mulher do comando, com 22 anos. Segundo García Márquez, outros 23 rapazes completavam o comando, com a idade média de 20 anos. O dia 22 de agosto, terça-feira, foi escolhido por ser o dia de discussão do orçamento nacional, portanto era certeza de um quórum numeroso. Segundo García Márquez, “o ardil da ação consistia em se fazer passar por uma patrulha da Escola de Treinamento Básico de Infantaria da Guarda Nacional.”<sup>631</sup>

No dia da operação, estavam presentes 67 deputados e dois deles “valiam para a FSLN seu peso em ouro”: Luis Pallais Debayle, primo-irmão de Anastásio Somoza, e José Somoza Abrego, filho do general José Somoza, meio-irmão do ditador. No geral, segundo dados de García Márquez, havia no Palácio Nacional não menos que 2.500 pessoas. Como havia sido programado, o início da operação durou “exatos três minutos”. No primeiro enfrentamento, o capitão da Guarda Nacional morreu e outro guarda ficou ferido. A reação imediata de Anastásio Somoza Debayle foi ordenar que se disparasse sem distinção contra o Palácio Nacional. A FSLN emitiu mensagem declarando que, se não suspendessem o ataque, eles começariam a executar reféns, um a cada duas horas. Após a suspensão do ataque, o comando da operação propôs três nomes para as negociações: o arcebispo Miguel Obando y Bravo, negociador do assalto em 1974; o monsenhor Manuel Salazar y Espinosa, bispo de León; o monsenhor Leovigildo López Fitoría, bispo de Granada. Mais tarde uniram-se a eles, por um apelo dos sandinistas, os embaixadores da Costa Rica e do Panamá. Do lado sandinista, a responsável por conduzir as negociações foi a Número Dois,

---

<sup>631</sup> GARCÍA MÁRQUEZ, Gabriel. *Reportagens políticas*. Obra jornalística 4 (1974-1995), p. 186.

sua primeira missão foi entregar aos bispos um documento que continha as seguintes condições:

Libertação imediata dos presos políticos cuja lista ia em anexo, divulgação em todos os meios de comunicação dos relatórios de guerra e de uma extensa declaração política, deslocamento dos guardas para trezentos metros além do Palácio Nacional, aceitação imediata das reivindicações dos trabalhadores em greve do sindicato dos hospitais, 10 milhões de dólares e garantia para que o comando e os presos libertados viajassem para o Panamá.<sup>632</sup>

Segundo García Márquez, a libertação de todos os presos políticos era uma condição impossível, pois a lista incluía propositamente o nome de vinte presos que haviam morrido nas prisões, vítimas de torturas e execuções sumárias. Isso foi feito para que o governo, que até então negava as mortes, as reconhecesse. Inicialmente Somoza foi reticente em aceitar as condições da FSLN, porém quando percebeu que os guerrilheiros se mostravam seguros e determinados, e que surgiam insurreições populares em diferentes lugares do país, ele resolveu ceder. Começando com a permissão da leitura do documento político da FSLN em todas as emissoras de rádio do país. A única reivindicação não aceita foi a dos 10 milhões de dólares, reduzidos para 500 mil. García Márquez justificou que a FSLN decidiu não “discutir mais, primeiro porque o dinheiro era de qualquer maneira uma condição secundária, mas em especial porque os membros do comando começavam a dar sinais de cansaço depois de dois dias sem dormir, submetidos a uma pressão intensa”. Após 45 horas de ação, os sandinistas partiram do Palácio Nacional com os cinco negociadores e quatro reféns: Luis Pallais Debayle, José Somoza, José Antonio Mora e Eduardo Chamorro. Nesse momento, sessenta presos políticos foram libertados, como parte das reivindicações,

---

<sup>632</sup> *Ibidem*, p. 191-192.

entre eles Tomás Borge, e estavam a bordo de dois aviões vindos do Panamá, onde pediram asilo.<sup>633</sup>

Quando os sandinistas chegaram no Panamá, García Márquez os esperava para fazer uma entrevista sobre a *Operación Chanchera*, constituindo-se a base para que ele escrevesse o artigo *Cronica del asalto a la “Casa de los Chanchos”*. Mesmo cansados e sem dormir a cinquenta horas, os três comandantes da operação — Edén Pastora, Hugo Torres Jiménez e Dora María Téllez — aceitaram conceder a entrevista. Horas depois de iniciada, os dois primeiros dormiram profundamente sobre a mesa e quem concluiu o restante do relato foi Dora María Téllez. Segundo García Márquez, Edén Pastora, que quase nunca dormia, disse-lhe que tinha tanta confiança em sua pessoa que se atreveu a dormir na sua frente. Essa foi a primeira vez que o escritor colombiano se encontrou com Edén Pastora, mas confessou que já conhecia quase todos os dirigentes do movimento e mantinha sempre contato com os sandinistas, revelando uma grande proximidade com a FSLN:

Eu tivera algo a ver com as negociações longas e difíceis que culminaram com a unificação dos três grupos em que estavam divididos, e daí surgiu uma relação que foi além da política e da guerra, e acabou por ser uma amizade boa que ainda se mantém. Alguns deles apareciam em minha casa no México na hora menos esperada, e esperavam na cozinha umas comidas rápidas que “sempre pareciam de campanha”, e às vezes passávamos as noites em claro, falando de tudo, enquanto esperávamos as notícias que não nos deixavam dormir. [...] o que mais admirava neles, e continuo admirando, eram as duas virtudes maiores que ainda não perderam no poder: o realismo e a paciência.<sup>634</sup>

As linhas acima foram escritas por García Márquez em 1981 no artigo *Édén Pastora*, uma espécie de homenagem ao guerrilheiro, que nesse ano demitiu-se de todos os cargos que ocupava no governo sandinista, abandonando o país. Antes, porém, deixou uma carta de despedida, aos seus dezoito filhos, “no estilo de Che Guevara”, na qual anunciava a

---

<sup>633</sup> *Ibidem*, p. 194-195.

<sup>634</sup> GARCÍA MÁRQUEZ, Gabriel. *Crônicas* (1961-1984). Rio de Janeiro: Record, 2006, p. 216-217.



sua intenção de continuar a luta revolucionária em outros lugares.<sup>635</sup> Para García Márquez, Pastora possuía no comando de operações uma “devastadora autoridade” e um carisma “estranho, terrestre”, que era “sem dúvida o espírito incansável da guerra”. De maneira que um homem dessa natureza “não podia se acostumar ao tempo vagaroso do poder”, era “evidente que não agüentava a paz precária de seu país”. Pastora carecia da vocação para ser “um homem de governo que deveria levar em conta razões de Estado”, não podia “suportar, atrás de uma escrivanhinha, que outros” estivessem “sofrendo sem ele”. Para García Márquez, a analogia com Che Guevara era inevitável, assim como era inevitável a repetição das provocações de seus inimigos, que interpretavam a decisão de Edén Pastora como tendo sido em benefício próprio. García Márquez terminou o artigo fazendo uma comparação com Cuba:

Este 19 de julho, ao celebrar o segundo aniversário da vitória, a Nicarágua já é um país bloqueado pelos Estados Unidos, quase tanto como Cuba há vinte anos. Na fronteira de Honduras há mais de três mil antigos guardas somozistas dispostos a invadir a Nicarágua a qualquer momento, com os recursos da potência militar mais agressiva do mundo. **Quando isso ocorrer — e que este dia esteja longe — Edén Pastora saberá quanta falta faz ao país sua estrela solitária.**<sup>636</sup>

---

<sup>635</sup> Cf. INVERNIZZI, Gabriele (org.). *Sandinistas*. São Paulo: Brasiliense, 1985, p. 51. Segundo o autor, “só muito tempo depois é que se soube que o lugar escolhido por Pastora havia sido a Guatemala, onde, porém, não recebeu por parte das organizações guerrilheiras locais a entusiástica acolhida que esperava, assim como não teve dos sandinistas de Manágua o apoio com que contava para estender a luta até a Guatemala.” Em 1982, proclamou-se o único seguidor de Sandino, declarou guerra aos marxista-leninistas de Manágua e fundou a Frente Democrática Sandino (FDS). Em seguida aderiu à Aliança Revolucionária Democrática (ARDE) de Alfonso Robelo. Nessa época, auto-proclamou-se de social democrata, “dedicou-se com escasso êxito a buscar apoio internacional, armas e dinheiro para sua luta. O que não obteve da Internacional Socialista, terminou por receber da CIA. A partir de suas bases na Costa Rica, Pastora começou as primeiras ofensivas no sul da Nicarágua, mas seus sucessos foram sempre mais propagandísticos do que militares. Solicitado mais de uma vez pela CIA a unir suas forças com as da FDN, a Frente Democrática Nicaragüense, que operava no norte a partir de suas bases em Honduras, Pastora — ao contrário de Alfonso Robelo — sempre se recusou a fazê-lo, afirmando que jamais poderia ser aliado de ex-somozistas, como o eram, em sua maioria, os ‘contra’ da FDN. Em maio de 1984, escapou por puro acaso de um misterioso atentado: uma bomba explodiu no interior de uma cabana no rio San Juan, na qual ele estava conversando com um grupo de jornalistas.” p, 51-52.

<sup>636</sup> GARCÍA MÁRQUEZ, Gabriel. *Crônicas* (1961-1984), 2006, p. 218. Grifos nossos.

No artigo “A Nicarágua entre duas sopas” (1981), García Márquez denunciou a intervenção norte-americana na América Central e Caribe, e, mais uma vez, fez comparações entre a experiência sandinista e a experiência cubana, no que diz respeito à ação intervencionista dos Estados Unidos. A Nicarágua, segundo ele, vivia “uma situação de romance fantástico”, com todos os seus esforços, desde a vitória contra Somoza, orientados para estabelecer uma democracia pluralista, e os Estados Unidos fazendo de tudo para impedir. Para reforçar a defesa interna, dada a constante ameaça concentrada na fronteira com Honduras, a Nicarágua passou a buscar armas na União Soviética e em outros países socialistas. O resultado, segundo García Márquez, foi os Estados Unidos usarem isso como pretexto para atingir a já fragilizada economia nicaragüense, cancelando um empréstimo de setenta milhões de dólares e suspendendo sem aviso prévio um carregamento de trigo, apenas 48 horas antes que o país ficasse sem pão. Essa situação de país acossado, a seu ver, fazia com que o governo sandinista perdesse às vezes a paciência. Como, por exemplo, censurando o jornal *La Prensa*, que se “deleitava em hostilizá-lo, nem sempre com argumentos justos e oportunos”.<sup>637</sup>

García Márquez conhecia os dirigentes da Nicarágua há tempos, mesmo antes deles subirem ao poder, e, por isso, sabia que seus objetivos não estavam “inscritos em nenhum esquema anterior, mas num esquema próprio e original, de acordo com as condições de um país cujo caráter nada tinha de comum com seus vizinhos.” Para reforçar a afirmação, García Márquez citou a frase que os dirigentes sandinistas disseram a ele muitas vezes: “Não queremos fazer uma nova Cuba, mas uma nova Nicarágua”. E se os sandinistas, nos dois anos de governo, tinham feito diferente do que queriam, o fizeram obrigados “pela teimosia dos Estados Unidos” que se empenhavam “em joga-los nos braços da União

---

<sup>637</sup> *Ibidem*, p. 290-291.

Soviética para demonstrar que só havia duas sopas neste mundo, e que os países desamparados só tinham a opção de escolher uma das duas ou morrer de fome”.<sup>638</sup>

No artigo “Sim, o lobo vem aí” (1983), García Márquez, evocando a fábula, condenou novamente as ações dos Estados Unidos contra a Nicarágua. O título do artigo alerta para a chegada do lobo, representado metaforicamente pelos Estados Unidos, que vinha “pisando com passos de animal tão grande que até o pastor mais ingênuo se daria conta de que não vinha sozinho.” García Márquez expressou todo o seu temor de uma invasão iminente da Nicarágua a partir do território hondurenho, um projeto preparado pela CIA sob o patrocínio do último secretário de Estado dos EUA, Alexander Haig, que seu sucessor, George Shulz, trataria de executar. Assim como aconteceu com o “presidente Kennedy, em 1961, quando encontrou pronto em sua mesa o projeto de invasão de Cuba preparado por seu antecessor, o general Eisenhower”. Essa situação, a seu ver, impunha uma mobilização mais ativa, eficaz e coerente para uma solução pacífica e global para a América Central. Contudo, ao invés de prestar atenção ao clamor, quase mundial, por um acordo pacífico, que os nicaraguenses estavam dispostos a aceitar, o governo Reagan preferiu “seguir mostrando seus dentes de lobo”, com manobras estúpidas que deveriam ser repudiadas de qualquer maneira.<sup>639</sup>

Os artigos de García Márquez são de evidente militância a favor a experiência sandinista. São, em sua grande maioria, textos de diferentes formatos — roteiros de cinema, crônicas, entrevistas — que adotam um estilo de enfrentamento direto, com denúncias e informações que indicam traços da subjetividade do autor na defesa de uma causa que considerava, acima de tudo, justa.

---

<sup>638</sup> *Ibidem*, p. 292.

<sup>639</sup> *Ibidem*, p. 543-542.

## 6.2 Júlio Cortazar: “Nicarágua tão violentamente doce”

O triunfo revolucionário dos sandinistas alimentou um novo otimismo em Cortázar. Ele acreditava que o modelo revolucionário na Nicarágua poderia ser o modelo que tanto idealizou,<sup>640</sup> por isso, enquanto viveu, foi um dos intelectuais mais militantes e atuantes no processo revolucionário nicaraguense.<sup>641</sup> Ali, ajudou a fundar o primeiro Museu de Arte Contemporânea do país; opinou sobre o amplo processo de alfabetização; participou de várias reuniões e mesas-redondas e ajudou a organizar a *Primera Reunión del Comité Permanente de Intelectuales por la Soberanía de los Pueblos de Nuestra América*, em 1982. Por sua solidariedade com a Revolução Sandinista, em 1983, Sérgio Ramírez,<sup>642</sup> o condecorou, em nome da Junta de Governo, com a *Orden de la Independencia Cultural Rubén Darío*. Cortázar registrou em vários momentos o seu comprometimento com a causa sandinista e sua admiração pelos “nicas”, “gente admirável frente às dificuldades e aos perigos”, que estavam constantemente à espera de uma invasão de contra-revolucionários manipulados pelos EUA. Porém, isso não impedia os “nicas” de seguirem adiante “com seu trabalho e com sua alegria de viver”. Por essas razões, Cortázar assinalou que voltaria

---

<sup>640</sup> Depois da vitória da FSLN, ele viajou seis vezes para a Nicarágua: setembro e novembro de 1979; março, julho-agosto de 1982; janeiro e julho de 1983.

<sup>641</sup> Apesar do governo sandinista ter contado com um grande apoio internacional de intelectuais, não houve por parte dele a criação de instituições, como a Casa de las Américas em Cuba, que fomentasse o apoio dos intelectuais latino-americanos, ou que promovesse debates sobre o papel do intelectual na revolução. Os encontros intelectuais que ocorreram na Nicarágua ou na América Latina na vigência do governo sandinista buscavam apoio e solidariedade para os povos latino-americanos de um modo geral, como a *Primera Reunión del Comité Permanente de Intelectuales por la Soberanía de los Pueblos de Nuestra América*, em 1982.

<sup>642</sup> Em 1979, após o triunfo da revolução, o escritor Sergio Ramírez integrou a Junta de Governo de Reconstrução Nacional. Foi eleito vice-presidente em 1984 e ajudou a fundar a editora *Nueva Nicaragua*, em 1981. Em 1995, como “dissidente” da FSLN, ajudou a fundar o Movimento Renovador Sandinista (MRS).

quantas vezes fosse preciso à Nicarágua para participar de diálogos e reuniões, e ajudar no que fosse possível no plano da cultura.<sup>643</sup>

Cortázar escreveu vários artigos militantes sobre a Nicarágua para mostrar à América Latina e ao mundo uma imagem do país diferente daquela difundida pelas agências informativas dos Estados Unidos e da Europa. O livro *Nicaragua tan violentamente dulce*,<sup>644</sup> editado em Manágua, em 1983, reúne grande parte desses artigos. Entre eles, figura seu relato *Apocalipsis de Solentiname*, anterior ao triunfo revolucionário, e diversos textos escritos para apoiar o governo e condenar a agressão norte-americana. No conto *Apocalipsis de Solentiname*, o narrador-personagem, no caso o próprio Cortázar, relata sua viagem à Nicarágua, mais especificamente à ilha de Solentiname, onde o poeta e sacerdote nicaragüense Ernesto Cardenal<sup>645</sup> havia desenvolvido um trabalho de conscientização dos camponeses da região, colocando em prática as idéias revolucionárias da Teologia da Libertação. Em Solentiname, o narrador se encantou com os quadros pintados pelos camponeses que retratavam cenas pacíficas e bucólicas. Fascinado pelas pinturas, o narrador decidiu fotografá-las uma a uma de forma que elas ocupassem inteiramente o visor. Apesar da aparente tranqüilidade na comunidade, o narrador concluiu que o medo da ameaça de serem atacados em pleno dia ou noite rondava aquele lugar, e não apenas a ilha, ou a Nicarágua, “mas quase toda a América Latina”, que vivia rodeada de

---

<sup>643</sup> CORTÁZAR, Julio. *Cartas: 1969-1983*. Buenos Aires: Alfaguara, 2000, p. 1763. Correspondência enviada a Jean L. Andreu, que, na época, era professor de Literatura Latino-americana na Universidade de Toulouse, França.

<sup>644</sup> Cortázar doou os direitos autorais desse livro ao governo sandinista.

<sup>645</sup> Ernesto Cardenal, formado em literatura, consagrou-se monge e em 1966 fundou a comunidade de Solentiname, localizada em uma ilha no lago de Nicarágua. Essa comunidade foi uma grande referência artístico-revolucionária para os sandinistas. Em Solentiname, os camponeses produziam quadros destacando um Cristo camponês e revolucionário. Em 1977, a Guarda Nacional atacou e destruiu toda a comunidade. Após o triunfo revolucionário dos sandinistas, Cardenal foi nomeado Ministro da Cultura do novo governo. Cf. CARDENAL, Ernesto. *El Evangelio en Solentiname*. Madri: Editorial Trotta, 2006; CARDENAL, Ernesto. *La revolución perdida: memoria 3*. Madri: Editorial Trotta, 2004.

medo e de morte, como Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, El Salvador, Guatemala, Paraguai e República Dominicana.<sup>646</sup>

De volta para sua casa, em Paris, o narrador do conto mandou revelar as fotos e as transformou em *slides*. Ao projetá-las, percebeu, então, que as imagens pacíficas e bucólicas das pinturas que fotografou em Solentiname desapareceram e deram lugar, inexplicavelmente, a cenas de violência, de repressão, de seqüestro e de tortura na América Latina. Uma dessas cenas era o fuzilamento do poeta salvadorenho Roque Dalton que ocorreu em 1975. Ao inserir no conto as mutações das fotografias, Cortázar introduziu o elemento fantástico na narrativa, diluindo a fronteira entre o real e a ficção. A mutação das fotografias é um elemento fantástico, mas o que ele definitivamente vê nessas imagens — cenas de violência e repressão na América Latina — são temas demasiadamente conhecidos para serem tomados como ficção. As referências a lugares, a personagens (como Ernesto Cardenal) são identificáveis com a história latino-americana. Além disso, Cortázar de fato esteve clandestinamente na ilha de Solentiname em 1976, onde se encontrou com os sandinistas, o que o levou a apoiar definitivamente a causa e o inspirou a escrever o conto. Em um artigo, Cortázar confessou ter escrito *Apocalipsis de Solentiname* para mostrar que a literatura era uma das maneiras de atacar “o opróbrio e a opressão”, mas sem cair no conteudismo. Assinalou que, apesar de ter mostrado no conto a ameaça e o perigo que rondava Solentiname, o relato não guardava nenhuma imagem premonitória do que havia acontecido depois,

---

<sup>646</sup> CORTÁZAR, Julio. *Nicarágua tão violentamente doce*. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 12.

isto é, a real invasão e destruição da comunidade pela Guarda Nacional em 1977.<sup>647</sup>

Após o triunfo revolucionário, uma das principais ações de Cortázar foi tornar a experiência sandinista conhecida no mundo inteiro e fomentar a solidariedade internacional em torno da “nova Nicarágua”. Ele acreditava que a cultura deveria ser a arma principal na defesa do projeto sandinista no cenário internacional. Quatro meses depois da vitória, estava lá Cortázar comprovando a “reconstrução de um país devastado pela rapina, pelo terror, pelo monstruoso furor da mal chamada Guarda Nacional nas últimas etapas da luta”. Essa experiência foi relatada no artigo “Nicarágua, a nova”. O primeiro contato de Cortázar com as ações revolucionárias ocorreu quando participou de uma mesa-redonda na Universidade Centro-Americana (UCA), com a assistência de escritores e estudantes, para debaterem os rumos da campanha de alfabetização no país.<sup>648</sup> Nesse primeiro contato, Cortázar percebeu que todos se engajavam nessa campanha discutindo planos, contingentes e distribuindo esforços. A primeira ajuda internacional que chegou à Manágua, segundo Cortázar, foi de Cuba, que contribuiu com um contingente de cem professores, com “larga experiência em alfabetização”, para orientar estudantes universitários e colegiais que seriam os alfabetizadores da campanha. No artigo “O povo da Nicarágua, professor de si mesmo”, Cortázar demonstrou que a educação e a campanha de alfabetização seriam os

---

<sup>647</sup> CORTÁZAR, Julio. Para Solentiname. *Vuelta*, México, fevereiro de 1978, p. 49.

<sup>648</sup> Logo após a tomada do poder, o governo sandinista anunciou que o ano de 1980 seria o “Ano da Educação”. Até então, a Nicarágua apresentava “um índice de analfabetismo de 50 % que, no campo, beirava os 80 %. Entre as mulheres pobres da zona rural, havia praticamente 100 % de analfabetas. Um censo efetuado após julho de 1979 revelou que mais de oitocentas mil pessoas com mais de dez anos não eram capazes de ler ou escrever. Havia menos de cem escolas de ensino fundamental no país inteiro, e a maioria delas tinha sido danificada durante a guerra. Em março de 1980, não só todas as escolas atingidas tinham sido reformadas, como mais quinhentas novas unidades foram inauguradas em áreas rurais onde nunca existira uma antes.” O governo recrutou mais de sessenta mil brigadistas alfabetizadores para trabalharem no campo e, depois, ocorreu o mesmo na costa atlântica do país. ZIMMERMANN, Matilde. *A revolução nicaragüense*, 2006, p. 102-103.

grandes aliados na tarefa de tirar homens e crianças da ignorância e dotá-los da capacidade de compreender o que estavam fazendo, por que era preciso fazê-lo e como deveriam fazê-lo. O grande desafio para a Junta de Governo, a seu ver, era a necessidade de construir mais escolas, refeitórios, ambulatórios e adquirir mais livros e vacinas.<sup>649</sup>

Para Cortázar, o confronto de vários anos entre a FSLN e os somozistas haviam deixado um saldo mais que negativo no campo econômico e social. Na sua opinião, sem a ajuda externa seria muito difícil para o governo solucionar os problemas mais graves do país. Em todos os artigos sobre a Nicarágua, Cortázar insistia demasiadamente na solidariedade internacional com o envio imediato de alimentos, equipamentos, remédios, livros etc. Naquele momento, ajudar a Nicarágua significava, segundo ele, ajudar a causa da liberdade e da justiça na América Latina. Quando se tratava desse tema, Cortázar era quase sempre irônico: “será por isso que essa ajuda é tão escassa, oh, pseudodemocracias deste mundo do norte e do oeste?”. Porém, no final do artigo, Cortázar se revelou otimista e incisivo: “ao terminar estas impressões tão cheias de luz e de esperança; talvez entre meus leitores internacionais exista algum ministro da economia, da agricultura ou da saúde, ou o presidente de alguma fundação ou de um consórcio bancário capazes de compreender esta dura realidade e de organizar planos de ação”.<sup>650</sup> A identificação de Cortázar com os sandinistas era tão forte que nos artigos sobre a Nicarágua, ele assumia a posição de porta-voz da FSLN.

Em Cuba, após o triunfo da revolução, Cortázar viu uma mobilização dramática e emocionante em busca de uma “autêntica tomada de consciência” destinada a arrancar o

---

<sup>649</sup> CORTÁZAR, Julio. *Nicarágua tão violentamente doce*. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 18-33 *passim*.

<sup>650</sup> *Ibidem*, p. 31-32.



país do atraso e da ignorância. Após conhecer a realidade da nova Nicarágua, a comparação com Cuba, a precursora, foi inevitável:

Minha memória volta quase vinte anos e me vejo em minhas primeiras viagens a Cuba, esse grande exemplo inicial de revolução latino-americana, vejo as mesmas coisas, a alfabetização como um furacão de risos e lousas cobrindo a ilha, vejo nascerem as escolas como se fossem cogumelos [...]. Ouço Fidel falando às crianças como agora acabo de ouvir Ernesto Cardenal, o ministro da saúde, o comandante Borge, todos os que olham para frente e sabem que sempre, em algum lugar, há uma criança que espera e que confia.<sup>651</sup>

Para Cortázar, a “Nicarágua nova” estava caminhando nessa mesma direção, com vistas inclusive a superar o modelo cubano. Tanto Cuba quanto a Nicarágua estavam abrindo o caminho que um dia deveria “seguir muitos outros em um continente onde o analfabetismo não” era “apenas um obstáculo ao progresso e ao desenvolvimento das nações, mas um fator negativo e devastador na busca de raízes autênticas, de identidade profunda”.<sup>652</sup>

No artigo “Esboços da Nicarágua”, Cortázar mostrou como era o país antes de 1979 e como estava depois, com o intuito de apresentar a realidade àqueles que a conheciam apenas por meio da imprensa. Dessa forma, parte do artigo é um esboço relativamente esquemático de um antes e um depois: nos bairros onde havia ruas que se pareciam lodaçais, agora eram asfaltadas; onde antes havia pântanos com porcos fuçando o lixo, agora passavam ônibus cheios de estudantes e trabalhadores; as casas, antes sujas e abandonadas, foram pintadas e limpas; os mercados de rua antes abandonados estavam sendo trocados por centros onde vendedores e clientes se encontravam em ambiente limpo e espaçoso; a campanha de alfabetização fez baixar a taxa de analfabetismo que antes atingia mais de cinquenta por cento da população. Enfim, ao ler seu artigo, o leitor seria

---

<sup>651</sup> *Ibidem*, p. 19-28 *passim*.

<sup>652</sup> *Ibidem*, p. 32-33.

informado de que na Nicarágua os resultados eram sempre positivos e, como ele mesmo afirmou, de uma “evidência deslumbrante”.<sup>653</sup>

No artigo “Esboços da Nicarágua”, Cortázar também apresentou ao leitor, uma realidade marcada pela oposição ao governo sandinista, constituída pelos contra-revolucionários e pelos Estados Unidos que, juntos, pretendiam devolver a Nicarágua à “sua condição anterior”.<sup>654</sup> A oposição, segundo ele, agia de duas formas: de um lado, desfraldavam “os princípios abstratos de um liberalismo democrático que não era nem uma coisa nem outra”, porque visava “apenas recuperar os privilégios dos latifundiários ou das grandes empresas comerciais e industriais”; de outro, organizavam na fronteira com Honduras as milícias de “ex-soldados de Somoza, ávidos de reconquistar a sangue e fogo a terra perdida e vingar-se dos que os expulsaram”. Isso tinha, a seu juízo, conseqüências muito sérias, como a ameaça permanente de uma invasão, que gerava, ao mesmo tempo, medo permanente na população e impedia o direito à liberdade e à paz. Além disso, obrigava o governo a desviar recursos cada vez maiores para reforçar a defesa.<sup>655</sup>

Nos artigos “A Nicarágua vista de dentro” (I, II, III e IV), Cortázar mais uma vez denunciou as agressões norte-americanas para desestabilizar o governo. Segundo ele, os Estados Unidos adotaram, assim como fizeram em Cuba, a política do bloqueio econômico e do congelamento de créditos, “buscando matar pela fome os que haviam se atrevido a

---

<sup>653</sup> *Ibidem*, p. 41-51 *passim*.

<sup>654</sup> A partir de 1981, quando Ronald Reagan assumiu a presidência do país, os Estados Unidos imprimiram um tom mais agressivo à política externa norte-americana, travando um embate incisivo contra os sandinistas, financiando grupos contra-revolucionários, também chamados de “contras”. A oposição também englobava a hierarquia da Igreja, os partidos conservadores tradicionais, o *Consejo Superior de la Empresa Privada* (COSEP) e o jornal *La Prensa*. RODRIGUES, Lygia. O sandinismo e a revolução nacional democrática, 1996; LOZANO, Lucrecia, BERMÚDEZ, Lilia. *EE. UU. Contra Nicarágua: La guerra de baja intensidad en centroamérica*. Madri: Editorial Revolución, 1987.

<sup>655</sup> CORTÁZAR, Julio. *Nicarágua tão violentamente doce*, 1987, p. 41-44. De acordo com Emir Sader, os sandinistas tiveram que dispensar recursos crescentes para a defesa. Em 1983, 40% do orçamento do governo era destinado à “guerra”. O que contribuiu para desequilibrar a economia do país. SADER, Emir. *Cuba, Chile, Nicarágua: socialismo na América Latina*, 1992.

despedaçar seu famoso quintal centro-americano.” Além disso, Cortázar condenou as agências de notícias e os “colunistas liberais” de perpetrarem um jogo sujo para denegrir a imagem do regime, como fizeram com o regime cubano. As agências de notícias sempre mostravam uma Nicarágua, assim como Cuba, dependente da URSS, esquecendo que a presença soviética em Cuba teria sido “o resultado direto da torpeza dos EUA” ao colocar a ilha diante da opção de aceitar uma ajuda essencial, a do petróleo da URSS, ou “arruinar-se em quinze dias como um barquinho de papel.” Entretanto, afirmar que existia uma “ingerência soviética” na Nicarágua era, para Cortázar, uma hipocrisia.<sup>656</sup> De fato não havia “ingerência soviética” na Nicarágua, mas os soviéticos enviaram conselheiros militares e armas para auxiliar o governo sandinista.<sup>657</sup>

O comprometimento de Cortázar com a causa sandinista era tão grande que em fevereiro de 1983, acompanhado por vinte norte-americanos pacifistas e pela poetisa Claribel Alegría,<sup>658</sup> participou de uma vigília pela paz em Bismuna, na fronteira com Honduras, onde ocorriam vários confrontos armados entre sandinistas e contra-revolucionários. Ao descrever essa cena no artigo “Vigília em Bismuna”, Cortázar, num arroubo de otimismo, afirmou: “uma vez mais o pequeno Davi se erguia diante do monumental Golias”.<sup>659</sup>

Em uma carta endereçada a Julio Silva,<sup>660</sup> antes da viagem para Bismuna, Cortázar confidenciou que iria para a zona de fronteira hondurenha para ter uma visão mais precisa e

---

<sup>656</sup> *Ibidem*, p. 55-61, *passim*.

<sup>657</sup> Cf. ZIMMERMANN, Matilde. *A revolução nicaragüense*, 2006; GOTT, Richard. *Cuba: uma nova história*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

<sup>658</sup> Claribel Alegría nasceu em Estelí, Nicarágua, em 1924. Ainda criança, mudou com sua família para El Salvador.

<sup>659</sup> CORTÁZAR, Julio. *Nicarágua tão violentamente doce*, 1987, p. 93-94.

<sup>660</sup> Julio Silva era pintor, escultor e artista gráfico argentino. Cortázar enviou a carta para Julio Silva de Paris, ou seja, antes de sua ida para a zona de fronteira, quando não sabia ainda que Claribel Alegría iria acompanhá-lo na “Vigília em Bismuna”.

direta da situação, pois os conflitos naquela região seriam o tema de um artigo que escreveria para a agência de notícias espanhola EFE. Cortázar pediu a Julio Silva que guardasse total segredo sobre o conteúdo da correspondência e confessou que sabia dos perigos da região e estava temeroso do que podia lhe acontecer, pois mesmo não estando diretamente na linha de fogo, ele poderia ser vítima de uma emboscada. Caso lhe acontecesse o pior, era para Julio Silva entregar a carta para Claribel Alegría em Manágua, que, por sua vez, deveria entregá-la aos dirigentes sandinistas para que cumprissem seu desejo de ser enterrado junto a sua última esposa Carol Dunlop, na França.<sup>661</sup> Como sabemos, Cortázar saiu ileso da aventura em Bismuna.

Em setembro de 1982, Cortázar participou de um seminário sobre política cultural e libertação democrática na América Latina na *Universidad Internacional Menéndez Pelayo* na Espanha, no qual apresentou o texto “O escritor e sua atividade na América Latina”, que, posteriormente, passou a figurar em *Nicaragua tan violentamente dulce*. Nesse texto, Cortázar, influenciado pelo seu compromisso com a experiência sandinista, retomou a discussão sobre o papel do intelectual. Como esse era um tema/problema que ele e muitos outros já vinham enfrentando há anos, era desnecessário reiterar noções que se tornaram muito claras para ele, como, por exemplo, a de levar “aos nossos povos” a consciência da liberdade e da autodeterminação. As velhas polêmicas sobre o compromisso do escritor, segundo ele, naquele momento, já estariam superadas por uma problemática concreta. Era então necessário superar a etapa das análises teóricas, que já estavam suficientemente esgotadas, e abrir caminho para ações concretas e intervenções diretas.

O compromisso do escritor deveria então ser o de incrementar sua participação no terreno geopolítico por meio do seu trabalho intelectual e de inventar novas formas de

---

<sup>661</sup> CORTÁZAR, Julio. *Cartas: 1969-1983*. Buenos Aires: Alfaguara, 2000, p. 1.799.

contato que diminuíssem cada vez mais a enorme distância que separava o escritor daqueles que ainda não podiam ser seus leitores. Os intelectuais nicaragüenses, na concepção de Cortázar, estavam no caminho certo da ação prática, pois articulavam sua obra vocacional com as variadas atividades que exerciam publicamente, como as de dirigentes revolucionários, administradores e interlocutores em mesas-redondas, reuniões e manifestações populares. Muitos poderiam questionar afirmando que isso seria factível apenas em situações de processos revolucionários, mas para Cortázar o exemplo dos intelectuais nicaragüenses servia de contraste para os intelectuais de outros países que “viviam na inércia” ou apegados “a etiquetas que os distinguiam do povo”.<sup>662</sup> Cortázar, de certo modo, estava defendendo a concepção de “intelectual orgânico” para o exercício da ação política. Prática intelectual que, indiretamente, havia criticado em Cuba, sobretudo após o “Caso Padilla”.<sup>663</sup>

A principal tarefa do escritor comprometido com os projetos das esquerdas seria aproximar seu trabalho intelectual do principal destinatário: o “povo”. Para Cortázar, os escritores, incluindo ele, já haviam tido tempo suficiente para “imaginar e calcular o arco das pontes cada vez mais imprescindíveis entre o produto intelectual e seus destinatários”. Assim sendo, o momento era de construir “essas pontes na realidade e pôr-se a andar nesse espaço a fim de que ele” se convertesse “em senda” e “comunicação tangível”, para o escritor, e “em vivência da literatura”, para o “povo”.<sup>664</sup> Cortázar estava defendendo, de certa forma, que o escritor colocasse a criação literária a serviço de uma causa, “adequando-a” à realidade do seu principal destinatário, o “povo”. Em 1963, quando publicou na revista *Casa de las Américas* o artigo *Alguns aspectos del conto*, tendo como

---

<sup>662</sup> CORTÁZAR, Julio. *Nicarágua tão violentamente doce*, p. 100.

<sup>663</sup> Sobre o “intelectual orgânico”, ver capítulo I, p. 70.

<sup>664</sup> CORTÁZAR, Julio. *Nicarágua tão violentamente doce*, p. 101.

tema a posição do escritor na Revolução, Cortázar foi mais reflexivo ao afirmar que era imprescindível evitar cair no doutrinamento ideológico e na literatura pedagógica. Além de ter advertido sobre os perigos de se fazer uma literatura “acessível a todo mundo” e “assimilável sem esforço”. O compromisso com a causa sandinista tornou mais imperiosa a sua convicção sobre o papel do intelectual. O escritor, sem abandonar o trabalho de criação, deveria participar com ações práticas e precisas na luta para manter e criar condições efetivas para a revolução.

Para o escritor argentino, as “pontes” deveriam ser os contos, os poemas, os romances, as pinturas, a música, o teatro, as editoras etc. Segundo ele, seria necessário imprimir algo de novo nessas pontes: a noção de que elas poderiam chegar à outra margem, onde nunca haviam chegado antes, onde havia “imensidões de povos” rodeados por um “silêncio de ignorância, de opressão, de falta de comunicação, de estrangeirismo”. Caberia aos intelectuais estimular e facilitar os acessos imediatos do povo à cultura. Era chegada a hora da ação. Para Cortázar, na Nicarágua, a cultura estava rompendo com “todas as etiquetas” e as novas pontes estavam sendo construídas. Ao decidir eliminar o analfabetismo, o governo sandinista estava dando “o primeiro passo” para estimular e facilitar os acessos do povo à cultura. Porém, era necessário superar a “velha noção de cultura” como um “bem imóvel” e “fazer o impossível” para convertê-la “em um bem móvel, em um elemento da vida coletiva”, como se fazia “com os bens de consumo”.<sup>665</sup>

Em 1983, como já mostramos, Cortázar recebeu da Junta de Governo a *Orden de la Independencia Cultural Rubén Darío*. No ato da condecoração, discursou em agradecimento e fez um panorama sobre o que viu e sentiu no seu contato com a Nicarágua sandinista. Elegeu, claro, um fio condutor: a cultura. Um tema, segundo ele, inesgotável por

---

<sup>665</sup> *Ibidem*, p. 103-105.

definição, por seu caráter de difícil exatidão. Ainda assim, arriscou definir cultura como um processo cíclico e ininterrupto, como “uma dialética” que incidia “na história” e a refletia”, como um “camaleão mental, sentimental e estético” que variava “suas cores conforme as sociedades” em que se manifestava”. Dessa forma, Cortázar achou mais útil optar por uma abordagem não abstrata de cultura, mas abordá-la dentro de um contexto dado para compreender suas especificidades e suas modalidades.<sup>666</sup>

Na Nicarágua, a palavra cultura fazia parte de um programa extremamente variado, conduzido pelo Ministério da Cultura. Diferentemente do Ocidente europeu, onde, segundo Cortázar, cultura era privilégio de uma elite e apenas um dos diversos componentes da estrutura social, na Nicarágua a cultura estava presente em cada um dos avanços, das iniciativas e das realizações populares, deixando assim de ser privilégio de poucos para “explodir em milhares de pedaços, que se recompõem em uma síntese cada vez mais visível e que comporta igualmente milhares de vontades, de sentimentos, de opções e de atos”. A seu ver, na Nicarágua, a cultura era um elemento sempre presente no espaço da política. Havia um grande interesse “das massas populares” pela coisa pública, pelos problemas comuns. Interesse que era demonstrado com clareza pelos atos e eventos mais variados de mobilização cultural e política. Neste sentido, para Cortázar, cultura era revolução e revolução era cultura, sem “compartimentações seletivas ou genéricas”.<sup>667</sup> A seu ver os dois principais aspectos positivos da Revolução Sandinista foram a “popularização” da cultura e as conquistas no campo social.

---

<sup>666</sup> CORTÁZAR, Julio. *Nicarágua tão violentamente doce*, p. 117-118.

<sup>667</sup> *Ibidem*, p. 120. Para mostrar as manifestações e expressões culturais possibilitadas pelo processo revolucionário, Cortázar deu exemplos concretos, como a criação dos ateliês de poesia; a adesão entusiasta da população à música, ao teatro popular e à dança; o avanço das artes plásticas; a criação do Museu de Arte das Américas e da editora Nova Nicarágua. Tudo isso não se dava em um processo isolado, mas por meio de uma “onda de mobilização cultural maciça” a qual o povo respondia com uma “força intensa”. Porém, esse processo estava sendo ameaçado pelos ataques “escandalosos dos contra-revolucionários” ajudados “cinicamente” pelos Estados Unidos, seus títeres e cúmplices, p. 122-123.

Nos artigos *Nicaragua tan violentamente Dulce*, escritos ao longo de quase sete anos, Cortázar expressou empatia com o povo nicaragüense, entusiasmo pelo destino da revolução e uma ira quase incontrolável pelos contra-revolucionários e pelos Estados Unidos. Em fevereiro de 1984, Cortázar concedeu sua última entrevista, para Alberto Perrone, publicada na revista argentina *7 Días*, na qual expressou novamente sua preocupação com os rumos da revolução e pediu aos países latino-americanos mais solidariedade com o povo nicaragüense. Cortázar faleceu em 12 de fevereiro de 1984,<sup>668</sup> sem presenciar o desfecho do processo revolucionário nicaragüense, antes mesmo da eleição de Daniel Ortega para presidente do país, em novembro daquele ano.<sup>669</sup>

### **6.3. Vargas Llosa: “Nicarágua na encruzilhada”**

O peruano Vargas Llosa foi à Nicarágua poucas vezes durante o governo sandinista. O que não o impediu de opinar sobre a revolução. Diferentemente dos textos militantes de Cortázar, Vargas Llosa imprimiu em todos os seus artigos sobre a Nicarágua um tom mais lúcido, um conteúdo histórico mais abrangente e informações precisas para situar o leitor naquele momento crucial para os nicaragüenses, quiçá para os latino-americanos. Seu primeiro artigo sobre o país foi publicado em 1979: *La caída de Somoza*. A partir daí publicou vários ensaios sobre a experiência sandinista, avaliando o governo, a atuação dos “contra” (grupo financiado pela CIA que lutava contra os sandinistas), o grau de liberdade no país, a administração Reagan e a política dos direitos humanos na América Latina.

---

<sup>668</sup> Cortázar, bastante abatido pela leucemia, morreu de ataque cardíaco em Paris. Seu corpo está enterrado no cemitério de Montparnasse, na França, ao lado de sua última esposa, Carol Dunlop.

<sup>669</sup> Em novembro de 2006, Daniel Ortega foi eleito novamente presidente da Nicarágua pela FSLN — que se transformou em partido político — e deverá permanecer no poder até 2011.



Todos os artigos sobre a Nicarágua estão reunidos em *Contra viento y marea*, volumes II e III.

O artigo *La caída de Somoza* foi publicado quatro dias antes das colunas guerrilheiras da FSLN entrarem vitoriosas em Manágua.<sup>670</sup> O autor, no início do texto, afirmou que a queda de Somoza parecia inevitável e iminente e era provável que já estivesse ocorrido quando o artigo fosse publicado. Em *La caída de Somoza*, ele traçou um esboço da situação política na Nicarágua inserida num contexto latino-americano mais abrangente. Vargas Llosa começou diferenciando os dois tipos de ditaduras mais comuns na América Latina no século XX: as ditaduras institucionais, ideológicas e tecnológicas, como aquelas do Cone Sul, de que foram exemplos os regimes de Pinochet, no Chile, e Videla, na Argentina; e as ditaduras mais rudimentares do tipo da de Somoza, na Nicarágua; Trujillo, na República Dominicana; Papa Doc e Baby Doc, no Haiti; Pérez Jiménez, na Venezuela; e Strossner, no Paraguai. As primeiras não eram menos sanguinárias nem menos propensas à corrupção que as segundas. Para Vargas Llosa, o que as diferenciava era que as ditaduras institucionais cometiam seus crimes em nome de uma filosofia, de um projeto social e econômico que pretendiam levar a termo, embora fosse a ferro e a fogo; as outras eram regimes “mais rudimentares, menos descarnados e abstratos” e mais trogloditas. Na maioria das vezes, essas ditaduras do tipo da de Somoza não tinham “pretensões nem álibis históricos, cujos objetivos eram simples e claros: aparafusar-se ao poder, como fosse possível, e saquear o país até deixá-lo anêmico”. Para o autor, a dinastia Somoza era exemplo mais bem acabado desse tipo de ditadura.<sup>671</sup>

---

<sup>670</sup> O artigo foi redigido em 15 de julho e a vitória ocorreu em 19 de julho de 1979.

<sup>671</sup> VARGAS LLOSA, Mario. *Contra viento y marea* (II). Barcelona: Seix Barral, 1986, p. 167-168. O artigo *La caída de Somoza* foi publicado originalmente em *Cambio*, Madri, n. 397.

Para Vargas Llosa a responsabilidade dos Estados Unidos no quase meio século de somozismo não deveria ser subestimada nem sequer esquecida. A política estadunidense para a Nicarágua teria sido “excepcionalmente mesquinha”, não levando em conta as normas mais elementares de justiça e ética ao menosprezar por completo o interesse de um povo “martirizado por um regime de malfeitores”. Contudo, Vargas Llosa alertou que a política externa norte-americana na Nicarágua não expressava os interesses do povo norte-americano, que advogava pelo estabelecimento de regimes que pusessem em prática “os princípios de liberdade, tolerância, equidade e representatividade que a Constituição dos Estados Unidos consagra”.<sup>672</sup>

No final do artigo *La caída de Somoza*, Vargas Llosa lançou a seguinte pergunta: “o que acontecerá com a Nicarágua com a queda do ditador?” Pelas próprias características da FSLN — com tendências que iam desde liberais e socialistas democráticos até distintas variantes do marxismo —, uma vez vencida a ditadura, acreditava que pudesse ocorrer um embate entre as diferentes vertentes que compunham o movimento. De qualquer forma, segundo ele, havia apenas duas opções: socialismo autoritário ou democracia representativa. Ele tinha apenas uma certeza: se a opção fosse pela primeira alternativa, os Estados Unidos fariam de tudo para tornar a tarefa de construção do socialismo extremamente difícil, e, por outro lado, haveria aqueles que sustentariam que a única defesa contra o imperialismo e a via mais rápida para reconstruir o país seria o modelo soviético, chinês ou cubano. Em todo caso, naquele momento, o que importava realmente para Vargas Llosa era que o povo nicaraguense fosse livre para poder decidir sobre o presente e o futuro de seu país, e de que maneira “curaria suas feridas” e empreenderia a “titânica tarefa de derrotar as feras” que ainda rabeavam: a fome, a ignorância, o desemprego, as

---

<sup>672</sup> *Ibidem*, p. 169-170.

desigualdades.” Qualquer que fosse a opção dos nicaragüenses, “ela deveria ser respeitada por todos, a começar por Washington”.<sup>673</sup> Como sabemos, parte do “prognóstico” de Vargas Llosa se cumpriu, os Estados Unidos fizeram praticamente de tudo para tornar a tarefa de construção do socialismo extremamente difícil, mas, por outro lado, a experiência sandinista não adotou o modelo soviético, chinês ou cubano. Como veremos, o escritor peruano comprovou isso durante as duas viagens que fez a Nicarágua.

Em *Nicarágua, año dos*, publicado em 1981, Vargas Llosa declarou que a imprensa ocidental divulgava que o regime da Nicarágua já estava caminhando para um modelo bem próximo do “modelo totalitário tipo cubano ou soviético”. Contudo, ele havia estado há pouco tempo no país e tinha podido comprovar que essa tese era exagerada e que não ajudava em nada os nicaragüenses. O que ele comprovou foi que Washington estava mais uma vez a ponto de cometer na Nicarágua o mesmo erro que cometera em Cuba, onde a conversão ao marxismo e o alinhamento com a órbita soviética foram provocados pela hostilidade e pelo bloqueio que a administração de Eisenhower tinha desencadeado contra o governo de Fidel Castro. Na Nicarágua, o governo de Reagan estava tomando um caminho semelhante, ao cancelar todos os créditos para o país, que inclusive já haviam sido aprovados pelo Congresso. Isso, a seu ver, servia apenas para aumentar o sentimento antiamericano e favorecer o radicalismo do governo sandinista. Para Vargas Llosa, os Estados Unidos, mais precisamente o governo Reagan, tinham a “obrigação moral” de agir com total prudência e ser generoso com os nicaragüenses, como tentou ser Jimmy Carter, para compensar os ataques ao seu território, as intervenções descaradas, as expedições de

---

<sup>673</sup> *Ibidem*, p. 170.

pilhagem e saque, a ocupação militar, o apoio incondicional ao “inspetor de latrinas Anastásio Somoza” e às suas linhagens.<sup>674</sup>

Vargas Llosa, assim como Cortázar, lamentou que a solidariedade dos países democráticos com a Nicarágua fosse muito pequena, os exemplos eram poucos, como a Alemanha Ocidental, na Europa, e Venezuela e México, na América Latina. Durante sua permanência na Nicarágua, em julho de 1981, Vargas Llosa pode perceber que no seio da Revolução Sandinista havia uma luta, quase sempre oculta, entre duas tendências: uma, sem deixar de ser radical, era pluralista e defendia um regime aberto, multipartidário, com liberdade de crítica; a outra, autoritária e dogmática, pretendia transformar a Nicarágua paulatinamente em um Estado marxista-leninista e fazer dela uma “nova Cuba”. Naquele momento, a seu ver, essa luta ainda não tinha se definido. Por isso, era tarefa urgente que os países democráticos prestassem solidariedade à Nicarágua, para evitar que os nicaragüenses ouvissem “o canto da sereia” que vinha “do outro lado”. Porque quando os nicaragüenses descobrissem que a ideologia e a ditadura socialistas não trariam o que eles esperavam seria tarde demais, e, mais uma vez, “se terá repetido a maldita história de sempre na América Central: de ditadura em ditadura, com pequenos intervalos de liberdade, para justificar a nostalgia”. Para fugirem da ditadura socialista, os nicaragüenses deveriam seguir o exemplo de Pedro Joaquín Chamorro<sup>675</sup>, que arriscou tudo, até a própria vida, para “lutar pela liberdade e pela verdade na Nicarágua”. Após ler os escritos de Pedro Joaquín Chamorro, Vargas Llosa ficou impressionado com a sua fé e entusiasmo pelo sistema democrático, “como ferramenta para edificar o progresso e assegurar a liberdade de um país”. Para o

---

<sup>674</sup> *Ibidem*, p. 308-309.

<sup>675</sup> O jornalista Pedro Joaquín Chamorro foi diretor do diário *La Prensa* e líder de um movimento de oposição ao governo de Anastasio Somoza Debayle, chamado *Unión Democrática de Liberación* (UDEL). Em 1978, foi morto a tiros a mando do governo. Cf. SALAZAR VALIENTE, Mario. Nicarágua. Os últimos anos. In: GONZÁLEZ CASANOVA, Pablo (org.). *América Latina: história de meio século*. 1990, p. 273.

escritor peruano, Pedro Joaquín Chamorro deveria ser tomado como símbolo para os “antagonismos em que se debatiam os nicaragüenses e sobre o destino do país, dois anos depois da vitória contra Somoza”.<sup>676</sup> A única alternativa possível para evitar que a Nicarágua se transformasse numa “nova Cuba”, seria, na concepção de Vargas Llosa, se o regime mantivesse as instituições democráticas em pleno funcionamento. Depois que realizou uma extensa reportagem sobre o país, Vargas Llosa percebeu que isso não era tarefa fácil, principalmente após o aprofundamento da crise econômica e o fortalecimento da contra-revolução.

No início de 1985, Vargas Llosa esteve por um mês, de janeiro a fevereiro, no país centro-americano para fazer uma reportagem investigativa, que deu origem a *Nicaragua en la encrucijada*, uma espécie de dossiê dividido em onze partes, ou onze textos, publicados originalmente no *The New York Times Magazine* com o título de *In Nicaragua*. O momento na Nicarágua era histórico. Daniel Ortega havia tomado posse como presidente do país em 09 de janeiro e Vargas Llosa, como correspondente do jornal, havia chegado três dias antes para assistir a cerimônia de posse. Antes de chegar à Nicarágua passou pela Venezuela, onde ouviu de um amigo que o país de Sandino era quase uma Cuba e que ele tomasse cuidado, pois com a sua fama de jurista ele poderia se dar mal. Vargas Llosa confessou ter ficado assombrado com o teor da frase do venezuelano, pois defender a liberdade de expressão, as eleições livres e o pluralismo político era sinônimo de um intelectual de direita. No entanto, seu amigo estava errado: a Nicarágua não era uma segunda Cuba e ele foi muito bem recebido no país, tanto pelos sandinistas quanto pelos seus opositores. Vargas Llosa confessou que viveu um mês “intenso”, “apaixonante” e “esquizofrênico” na Nicarágua. Conversou com centenas de pessoas, viajou por quase todo

---

<sup>676</sup> VARGAS LLOSA, Mario. *Contra viento y marea* (II), p. 311-312.

o país e viveu “experiências inolvidáveis”. Em apenas um mês, Vargas Llosa entrevistou ministros, sindicalistas, empresários, agricultores, ex-presos políticos, comerciantes, jornalistas, feministas, evangélicos, poetas e padres. Visitou confrarias, igrejas, seminários e acompanhou procissões. Segundo ele, foi um exercício necessário, porque a religião era a melhor “porta de entrada” para compreender a “realidade política, social e cultural” da Nicarágua.<sup>677</sup>

Em Manágua, as dificuldades da vida eram grandes e Vargas Llosa compreendeu logo que, para os sandinistas, isso era consequência do subdesenvolvimento e, para os anti-sandinistas era, culpa da Revolução. Para ele, o subdesenvolvimento e a Revolução tinham responsabilidades iguais. Percebeu que o correio era um desastre, a escassez de água era crônica e o transporte estatal um caos. Ao contrário de Cortázar, Vargas Llosa não viu nenhuma efervescência cultural promovida pela Revolução. Segundo ele, havia poucos cinemas, nos quais abundavam filmes antigos, estrangeiros e pornográficos. A televisão, também estatal, alternava propaganda do regime com séries norte-americanas “do mais duvidoso gosto”. Apesar das edições locais terem se multiplicado, não se conseguia nem revistas, nem livros estrangeiros, salvo as edições cubanas e soviéticas em espanhol. Em Manágua, havia pouca vida noturna, apenas uma taberna-livraria, onde se reuniam poetas, diplomatas, boêmios e os “onipresentes internacionalistas” (estrangeiros procedentes de países capitalistas, quase sempre jornalistas). Nos bares dos dois principais hotéis encontrava-se sobretudo estrangeiros. Os assessores cubanos, soviéticos, búlgaros e de outros países comunistas apareciam pouco em público. Contudo, relatou Vargas Llosa, quando queriam comer uma boa lagosta escolhiam o melhor restaurante de Manágua, *La*

---

<sup>677</sup> *Ibidem*, p. 312.

*Marseillaise*, e, ao invés de parecerem proletários, estavam sempre de “cabelos curtos e se vestiam como burgueses”.<sup>678</sup>

Parte do dossiê de Vargas Llosa foi dedicado a responder uma pergunta que muitos queriam saber a resposta: era a “Nicarágua um Estado marxista-leninista?” Estava “em vias de se tornar uma segunda Cuba?” Vargas Llosa, fez questão de salientar que a situação de Cuba, após cinco anos de tomada do poder pelos revolucionários, era de completa dependência em relação à União Soviética. Assim, a sua sobrevivência econômica e militar dependia dela. Além disso, todas as ações da oposição foram suprimidas, o setor privado estava em vias de extinguir-se, a burocracia do Partido único estendia seus tentáculos por todo o país e a “regimentação ideológica era absoluta”. Na Nicarágua, após cinco anos da queda de Somoza, a situação era diferente. Ainda que sob forte controle do Estado, o setor privado era ainda majoritário na agricultura, na pecuária, no comércio e na indústria. Mesmo com censura, existia um certo pluralismo informativo e havia partidos de oposição que expressavam de várias formas sua hostilidade ao regime sandinista. Na Nicarágua, a presença da União Soviética e dos países do Leste, com ajuda militar e técnica, não era suficiente para dizer que o país estivesse, assim como Cuba, na condição de “vassalo” da União Soviética, isso seria “uma distorção da realidade”. Além do que, segundo ele, a União Soviética não estava em condições de assumir uma onerosa carga de uma segunda Cuba e o risco de uma nova confrontação direta com os Estados Unidos<sup>679</sup>. Para Vargas Llosa, em grande medida, o que diferenciava o regime nicaraguense do cubano era a formação de uma economia mista e a constituição de um sistema político pluripartidário.

---

<sup>678</sup> VARGAS LLOSA, Mario. *Contra viento y marea* (III), p. 351-354 *passim*.

<sup>679</sup> *Ibidem*, 255-256.

O projeto socialista da FSLN, na percepção de Vargas Llosa, sofreu reformulações que o deixaram mais moderado. Isso teria ocorrido devido a vários fatores: o impacto da evidência de que podiam contar pouco, financeiramente, com Moscou; a resistência interna contra a instalação de um regime marxista-leninista; as dificuldades econômicas geradas nos primeiros anos por uma política centralizadora e estatizante; e aos prejuízos causados pelas sabotagens dos contra-revolucionários. Tudo isso teria feito com que o projeto inicial dos sandinistas ficasse mais moderado e assumisse um modelo “vagamente neutralista, nacionalista e socializante”. Algumas ações do governo comprovavam essa nova direção: a desvalorização da moeda, o fim de subsídios ao transporte e a certos produtos básicos, o anúncio da moratória na compra de armamentos, a retirada de cem assessores militares cubanos e as declarações dos sandinistas de que o regime era de economia mista e plural.<sup>680</sup>

Vargas Llosa reuniu-se por longas horas com a oposição ao regime que tentava de toda maneira provar a “natureza totalitária” do sandinismo, inclusive com acusações, segundo ele, inverificáveis. Quando ele insinuava que nos países totalitários que conhecia aquele tipo de reunião era inconcebível, eles reprovavam a sua ingenuidade. A seu ver a oposição — representada por alguns partidos como o Conservador Democrata, o Liberal, o Social-Cristão e o Social-Democrata — defendia uma democracia liberal ortodoxa que a Nicarágua nunca teve e que não teria tampouco num futuro imediato. Além disso, em última instância, reduzia sua “estratégia ao catastrofismo” e esperava que os “contra”, ajudados pelos Estados Unidos, resolvessem a situação derrubando o governo sandinista. Vargas Llosa não via a contra-revolução como a melhor forma de oposição ao governo sandinista, pois gerava violência. Na sua concepção, se os “contra” quisessem derrotar de vez o sandinismo era preciso uma intervenção militar norte-americana massiva e sangrenta,

---

<sup>680</sup> *Ibidem*, p. 256-257.



o que não resultaria em democracia, mas numa ditadura. O único remédio para “salvar” a opção democrática na Nicarágua, um país corroído pelo terrorismo e pelas guerrilhas, era um entendimento pacífico com o regime.<sup>681</sup>

A permanência de Vargas Llosa no país levou-o a concluir que quem assumia uma luta mais efetiva para evitar a consumação na Nicarágua de um projeto marxista-leninista eram os empresários, produtores agrícolas e a Igreja Católica. A instituição que agrupava os dois primeiros era o *Consejo Superior de la Empresa Privada* (COSEP), que, por sua vez, garantia a permanência de grandes negócios privados, como o *Ingenio San Antonio* — com dez mil hectares de cana, cerca de 3.000 trabalhadores permanentes e 5.300 em época de safra, e com produção anual de 2.640.000 quilos de açúcar — e a *Asociación Nacional de Arroceros* (ANAR), filiada ao COSEP, com nove mil hectares e 50% do arroz produzido no país. A ANAR comercializava toda a produção de arroz do setor privado, e, inclusive, a produção estatal com seus 10%.<sup>682</sup>

Vargas Llosa declarou que a Nicarágua era o país mais católico que havia conhecido e que ali a religião era inseparável da política. Naquele período, início de 1985, a confrontação entre a Igreja e o governo sandinista, e a dissensão no seio da própria Igreja, era o embate mais decisivo no país. Segundo ele, quase todos os dirigentes da FSLN — inclusive “os mais impregnados de marxismo”, como Tomás Borge e Carlos Fonseca Amador — haviam tido formação católica. A hierarquia da Igreja Católica enfrentou por várias vezes o regime somozista e depois do triunfo revolucionário os sandinistas receberam o seu apoio por meio da Carta Pastoral (1979), que afirmava: “a Revolução é uma ocasião propícia para fazer realidade a opção da Igreja pelos pobres”. Porém, de

---

<sup>681</sup> *Ibidem*, p. 260-262.

<sup>682</sup> *Ibidem*, p. 263-268 *passim*.

acordo com Vargas Llosa, “a lua de mel durou pouco”, terminou quando o regime radicalizou-se e passou a apoiar abertamente a Teologia da Libertação,<sup>683</sup> que propunha a síntese do marxismo com o cristianismo e afirmava que o principal dever dos cristãos era o compromisso com a Revolução.<sup>684</sup> Contudo, a FSLN, mesmo antes de tomar o poder, já apoiava abertamente a Teologia da Libertação. A aproximação entre os dois movimentos ocorreu no final da década de sessenta, após a Conferência Episcopal de Medellín (1968), que favoreceu o surgimento das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) na Nicarágua.<sup>685</sup> Uma explicação plausível para o rompimento da hierarquia da Igreja com a FSLN, pode estar na oposição de Roma à Teologia da Libertação. Principalmente depois que o Papa João Paulo II, empossado em fins de 1978, intensificou às críticas ao movimento e impôs um maior controle sobre Teologia da Libertação. Além disso, em 1984, o Cardeal alemão Joseph Ratzinger,<sup>686</sup> diretor da Congregação para a Doutrina da Fé (antigo-Santo Ofício),<sup>687</sup> publicou a *Libertai Nuntius – Instrução sobre alguns aspectos da Teologia da Libertação*, na qual criticava duramente a utilização da teoria marxista pelo movimento e estabelecia os aspectos do que deveria ser a teologia ideal, diferenciando-a da ala radical.<sup>688</sup>

---

<sup>683</sup> Sobre a Teologia da Libertação, ver: SILVA GOTAY, Samuel. El pensamiento religioso. In: ZEA, Leopoldo (Coord.). *América Latina en sus ideas*. México: Siglo Veintiuno, 1986; ROJAS, Gonzalo. El Vaticano II en América Latina veinte años de posconcilio. *Cuadernos Hispanoamericanos*, Madri, n. 431, maio de 1986.

<sup>684</sup> VARGAS LLOSA, Mario. *Contra viento y marea* (III), p. 273.

<sup>685</sup> A Conferência Episcopal de Medellín (1968), realizada na Colômbia, foi importante para a afirmação da Teologia da Libertação, pois incentivou ações voltadas para a emancipação popular. Em 1969, na Nicarágua, foi fundado o Movimento de Juventude Cristã com ligações com a FSLN, e, no início dos anos 70, o jesuíta Fernando Cardenal e o franciscano Uriel Molina passaram a mediar o diálogo entre a FSLN e os católicos da Universidade Centro Americana (UCA). Em 1973, Fernando Cardenal e alguns estudantes da universidade fundaram, com o apoio dos sandinistas, o Movimento Revolucionário Cristão. Cf. LÖWY, Michael. *Marxismo e Teologia da Libertação*. São Paulo: Cortez, 1991.

<sup>686</sup> O Cardeal Joseph Ratzinger foi empossado como Papa Bento XVI em 2005.

<sup>687</sup> Em setembro de 1984, Ratzinger, na condição de Cardeal e Prefeito da Congregação para a Doutrina da Fé, conduziu o interrogatório que culminou com a condenação do teólogo brasileiro Leonardo Boff a um ano de “silêncio obsequioso”, em razão de suas teses ligadas à Teologia da Libertação. Cf. LÖWY, Michael. *A guerra dos deuses: religião e política na América Latina*. Petrópolis: Vozes, 2000.

<sup>688</sup> Cf. SANTOS, Irinéia M. Franco. 40 anos de Teologia da Libertação. *Anais do XVIII Encontro Regional de História – O historiador e seu tempo*. ANPUH/SP-UNESP/Assis, 24 a 28 de julho 2006. Cd-rom.

A Teologia da Libertação, segundo Vargas Llosa, identificava o pecado com as “estruturas sociais injustas do capitalismo” e, em sua versão mais extremista, proclamava que “o marxismo era a única solução para o mundo”. Dessa forma, a Nicarágua havia se convertido “no paraíso de católicos socialistas, de teólogos radicais, de profetas apocalípticos e de curas marxista-leninistas provenientes do mundo inteiro”. Para ele, o governo sandinista, que tinha em seu governo quatro sacerdotes revolucionários,<sup>689</sup> havia promovido a “Igreja Popular, acreditando que ela dotaria a Revolução de um nimbo cristão, sem limitar seu radicalismo”.<sup>690</sup>

Para Vargas Llosa, quando se falava de disputa entre a “Igreja Popular” e a hierarquia católica, quase sempre se pensava que a primeira representava as massas humildes de fiéis com seus pastores, e a segunda “uma falange de bispos teratológicos e um punhado de ultramontanos e entreguistas cegos e surdos aos ventos da História”. A seu ver, na realidade, a “Igreja Popular” era pouco popular porque os sacerdotes e laicos que a conformavam possuíam rigor, refinamento intelectual e trabalhos sócio-políticos que estavam “fora do alcance do católico comum” e “sobretudo dos pobres”. Além disso, os esforços para denunciar o papel histórico da Igreja a serviço dos poderes dominantes e para revestir a luta de classes e o antiimperialismo de simbologia evangélica, tinham eco apenas nos setores intelectuais e militantes da classe média, já convencidos de antemão. Ademais,

---

<sup>689</sup> Participaram do governo o ministro do Exterior, Miguel d’Escoto; da Cultura, Ernesto Cardenal; da Instrução, Fernando Cardenal; do Bem-Estar Social, Edgard Parrales. Em fins de 1984, o Vaticano e o arcebispo de Manágua, Miguel Obando Y Bravo, exigiram que os quatro padres renunciassem a seus cargos no governo sob pena de serem suspensos a *divinis*. Nenhum deles renunciou ao cargo. Edgard Parrales terminou renunciando ao sacerdócio e os outros três “preferiram ser marginalizados, não aceitando uma imposição que, a juízo deles, não nasce de preocupações teológicas, mas antes da vontade de ‘deslegitimar a Revolução sandinista’, e, como comprovação disso, recordaram que existiam no mundo 140 padres ocupando cargos públicos ou de partido, sem que por isso jamais tenham sido submetidos a esse tipo de imposição. Numa ‘Carta aos Amigos’, divulgada em Manágua a 11 de dezembro de 1984, o padre Fernando Cardenal escreveu que ‘a política vaticana para a Nicarágua coincide com a do presidente Reagan’.” Cf. INVERNIZZI, Gabriele (org.). *Sandinistas*. São Paulo: Brasiliense, 1985, p. 79.

<sup>690</sup> VARGAS LLOSA, Mario. *Contra viento y marea* (III), p. 274.

“o grosso dos católicos nicaragüenses, como os do resto da América Latina, não professavam essa religião reflexiva, intelectualizada e crítica” proposta pela “Igreja Popular”, senão a fé intuitiva, disciplinada, ritual”, defendida pela hierarquia católica.<sup>691</sup>

Contudo, na Nicarágua, os teólogos da libertação faziam questão de uma aproximação religiosa e política com “os populares”. Durante as festividades religiosas, os retratos dos guerrilheiros sandinistas mortos eram colocados lado a lado com a dos santos católicos. Na festa da *Puríssima* — Imaculada Conceição — o altar da Virgem era adornado com consignas antiimperialistas. Além disso, usavam a Rádio Católica para uma maior aproximação com os fiéis e para mostrar que a Revolução Sandinista era a primeira revolução socialista da história que não possuía um caráter anti-cristão e anti-clerical.<sup>692</sup>

Em vários depoimentos de teólogos de esquerda ouvidos por Vargas Llosa, eles afirmavam não serem “cegos apologistas” do regime sandinista e que, inclusive, haviam protestado contra abusos aos direitos humanos e também contra a perseguição de sacerdotes não sandinistas. Nos depoimentos dos bispos os temas abordados eram, segundo ele, mais “conflitivos”, como as críticas ao recrutamento obrigatório para o Serviço Militar Patriótico.<sup>693</sup> Nos seus púlpitos, os sacerdotes e bispos atacavam o marxismo com

---

<sup>691</sup> *Ibidem*, p. 274.

<sup>692</sup> Cf. VAN EEUWEN, Daniel. Nicarágua. In: ROUQUIÉ, Alain. (coord.) *Las fuerzas políticas en América Central*. México: Fondo de Cultura Económica, 1994, p. 192-193.

<sup>693</sup> O governo sandinista, para intensificar suas defesas militares, instituiu em 1983 o Serviço Militar Patriótico. A lei exigia que todos os rapazes entre dezessete e 25 anos se apresentassem para o serviço militar e autorizava a participação de mulheres entre dezoito e quarenta anos. A população fazia de tudo para evitar que seus filhos fossem enviados para o Exército Popular. Os pais da classe média enviavam para Miami os seus filhos e os camponeses escondiam seus filhos em idade de prestar o serviço militar. Por conta dessa evasão, os sandinsitas convocavam jovens sem a idade legal para as fileiras do Exército. Para muitos especialistas, a lei do serviço militar obrigatório foi uma das medidas mais controversas do governo sandinista e foi um fator de peso para a derrota eleitoral da FSLN no pleito de 1990. A lei provocou violenta reação da Igreja Católica, que declarou numa Carta Pastoral que o jovem que se alistava terminava por “servir militarmente não à pátria, mas a um partido, o sandinista, e seria enviado para combater uma guerra fratricida contra um inimigo (os “contra”) que, embora, pago, treinado e armado nos Estados Unidos, continuava a ser nicaragüense.” Cf. ZIMMERMANN, Matilde. *A Revolução Nicaraguense*, p. 133-134; INVERNIZZI, Gabriele. *Sandinistas*, p. 89.

frequência e denunciavam “qualquer indício de totalitarismo, de ateísmo ou de perseguição religiosa”. Todavia, para o peruano, às vezes, os bispos se mostravam pouco compreensivos com as dificuldades em que se debatia a Revolução e menosprezavam os esforços que o governo fazia a favor dos pobres. De qualquer forma, Vargas Llosa considerava a “campanha frontal da Igreja” — mais que a crise econômica e a pressão externa — como um importante “freio à tentação totalitária do regime”.<sup>694</sup>

O que fortaleceu ainda mais a convicção de Vargas Llosa de que na Nicarágua a religião era inseparável da política, foi sua investigação sobre a aparição da Virgem de Cuapa. O escritor peruano entrevistou Bernardo, um sacristão que nos 1980 havia visto a imagem da Virgem Maria na capela da aldeia de Cuapa, no departamento de Chontales, no centro do país. Na primeira das oito aparições, a Virgem pediu aos nicaraguenses que rezassem o rosário reunidos em família e os exortou a amar uns aos outros, a cumprir seus deveres e a trabalhar pela paz. Vargas Llosa percebeu, pelos relatos de Bernardo, que os dizeres da Virgem possuíam fortes “reverberações políticas”: a “Nicarágua tem sofrido muito desde o terremoto<sup>695</sup> e seguirá sofrendo se vocês não mudarem. Se não o fizerem, abreviarão a vinda da terceira guerra mundial”. Na segunda visita da Virgem, Bernardo perguntou o que ela pensava sobre os sandinistas, ao que ela respondeu: “são ateus, comunistas, e por isso venho ajudar os nicaraguenses. O que eles prometeram não têm cumprido. Se vocês não observarem meus pedidos, o comunismo se estenderá por toda a América.”<sup>696</sup>

O sacristão disse a Vargas Llosa que ainda não podia revelar tudo o que a Virgem havia dito, pois o bispo Pablo Antonio Vega ainda não o tinha permitido relatar todo o

---

<sup>694</sup> VARGAS LLOSA, Mario. *Contra viento y marea* (III), p. 279-281.

<sup>695</sup> Em 1972, a Nicarágua sofreu um intenso terremoto que trouxe inúmeros problemas para o país.

<sup>696</sup> *Apud* VARGAS LLOSA, Mario. *Contra viento y marea* (III), p. 283-284.

milagre. Porém, confessou a Vargas Llosa que recebera a visita de três funcionários do governo que lhe ofereceram “uma fazenda de boas terras, cheia de gado” se ele dissesse que “a Virgem era sandinista”. Bernardo recusou a proposta justificando que não “podia faltar com a verdade”. Os funcionários teriam insistido, dizendo que bastava então que ele dissesse que a Virgem não era anti-sandinista. Mais uma vez o sacristão recusou a oferta dizendo que não podia traí-la. A Virgem de Cuapa tornou-se então um objeto de culto na Nicarágua. Segundo informações de Vargas Llosa, dezenas de milhares de fiéis visitavam com frequência o lugar onde ela supostamente aparecera, e, quando podia, o jornal de oposição, *La Prensa*, noticiava as romarias. Todos os esforços da “Igreja Popular” para “conjurar o marianismo burguês” e os “contra-revolucionários” foram em vão. Vargas Llosa concluiu que essa “não era uma história medieval”, ocorria na Nicarágua, e sua importância política era considerável: “Crer ou não crer na Virgem de Cuapa” situava “ideologicamente as pessoas” e as “alinham no confronto político do país”.<sup>697</sup>

Outra preocupação de Vargas Llosa foi compreender a censura que se estabelecia no seio do regime sandinista, principalmente aquela imposta ao jornal *La Prensa*, “porta-voz e catalisador de todas as formas de oposição ao regime sandinista.” Todo o conteúdo do jornal deveria ser submetido ao Ministério do Interior antes da edição, onde era averiguado e depois devolvido com as indicações de parágrafos, fotografias, artigos e títulos a serem modificados ou suprimidos. Inclusive chegaram a suprimir quase a quarta parte do jornal *La Prensa*. Quando entrevistou Tomás Borge, Vargas Llosa lhe perguntou se o regime não tinha a noção de que “a censura era um dos motivos de maior desprestígio para sua imagem no mundo”. O comandante sandinista lhe respondeu que o país vivia “uma guerra de agressão” e que enquanto não cessassem “os ataques e sabotagens da CIA e dos bandos

---

<sup>697</sup> VARGAS LLOSA, Mario. *Contra viento y marea* (III), p. 285.

mercenários contra o país”, a censura não terminaria. O presidente Daniel Ortega, ao ser questionado sobre o mesmo tema, explicou-lhe que na Nicarágua não aconteceria o mesmo que aconteceu no Chile de Allende, onde “a desestabilização do regime ocorreu por culpa dos meios de comunicação manipulados pela CIA”. Vargas Llosa explicou que vários sandinistas, como Jaime Wheelock, viveram no Chile na época de Allende e que por isso o que havia ocorrido com a Unidade Popular os deixava obcecados.<sup>698</sup>

A censura a *La prensa*, como observou Vargas Llosa, não era de todo eficaz, pois os textos suprimidos circulavam de mão em mão em fotocópias e eram comentados nas ruas ou lidos por telefone. Além disso, existiam rádios anti-sandinistas que desde Honduras transmitiam programas que poderiam ser escutados em vários lugares. A consequência mais grave dessa censura, ainda sem muita eficácia, era, para Vargas Llosa, o empobrecimento e a contração do debate político nos meios de comunicação. Na verdade, não havia debate, somente “ataques e incompreensões recíprocas”. O nível do conteúdo dos diários oficiais, como *Barricada*, era baixíssimo e predominava o sensacionalismo, e *La Prensa* caía no vazio ao chamar Daniel Ortega de “titular do Executivo”, assim como fazia Pedro Joaquín Chamorro com Somoza.<sup>699</sup>

Em 1985, durante sua estadia em Manágua, Vargas Llosa realizou quatro entrevistas com Tomás Borge. Antes de fazer qualquer comentário sobre a entrevista no dossiê *Nicaragua en la encrucijada*, o escritor peruano traçou o perfil daquele que, a seu ver, era o mais eloqüente entre os líderes sandinistas e um dos principais símbolos da revolução

---

<sup>698</sup> *Ibidem*, p. 286-287.

<sup>699</sup> *Ibidem*, p. 287. De acordo com Daniel Van Eeuwen, o jornal *La Prensa*, além de reproduzir artigos da imprensa estrangeira com críticas ao governo, denunciava ameaças contra a liberdade de imprensa e expressava as opiniões do COSEP e da hierarquia católica. Inclusive, o arcebispo Miguel Obando y Bravo possuía uma coluna fixa. O jornal foi acusado pelo governo sandinista de veicular notícias falsas e manipular a opinião pública. Entre 1981 e 1988, o governo proibiu, por várias vezes, o jornal de circular. Além de lhe dificultar a compra papel. VAN EEUWEN, Daniel. Nicarágua. In: ROUQUIÉ, Alain. (coord.) *Las fuerzas políticas en América Central*, 1994, p. 190-191.

nicaraguense: o comandante Tomás Borge, ministro do Interior, um dos nove membros da Direção Nacional da Frente Sandinista e também “uma relíquia histórica”. Foi um dos fundadores da FSLN em 1961 e o único sobrevivente do início da luta revolucionária. Começou a conspirar contra Somoza aos quatorze anos e, dos cinquenta e quatro que tinha, passou seis na prisão, cinco nas montanhas como guerrilheiro e dezenove na clandestinidade. Entre todos, era o “mais eloqüente, o mais propenso a confundir seus desejos com a realidade e o mais simpático”.<sup>700</sup>

Na primeira das quatro entrevistas que Vargas Llosa fez com Tomás Borge, o líder sandinista lhe disse que era uma lástima alguém como ele escrever tão boas novelas, mas ter péssimas idéias políticas. Vargas Llosa retrucou e perguntou-lhe se o que diziam sobre ele era verdade, isto é, se ele era o mais “duro” da revolução, o “homem de Moscou e de Cuba” e o marxista-leninista mais convicto entre os dirigentes sandinistas. O que mais deixou Tomás Borge raivoso, segundo Vargas Llosa, foi a acusação de ser “duro”: “Dizem isso de mim? Filhos da puta! Sou o mais brando de todos. Deixa-me dizer uma coisa: se eu tivesse sido o candidato nas eleições de novembro, os burgueses deste país teriam votado em mim.” Para devolver a provocação, Tomás Borge perguntou a Vargas Llosa porque ele não era um revolucionário como García Márquez e Cortázar. O escritor peruano lhe explicou, “sem muito sucesso”, que sem liberdade todas as reformas sociais, tarde ou cedo, se frustram. Foi então que Tomás Borge lhe contou que Fidel Castro, que esteve por três dias na Nicarágua para posse de Daniel Ortega, havia lhe dito que, apesar das críticas de Vargas Llosa a Cuba, ele queria vê-lo, mas não pôde encontrá-lo. Vargas Llosa, irônico,

---

<sup>700</sup> VARGAS LLOSA, Mario. *Contra viento y marea* (III), p. 288.



disse a Tomás Borge que de fato sua polícia era muito ruim, pois estava também assistindo a posse do presidente, portanto, se quisesse, poderia tê-lo encontrado.<sup>701</sup>

Tomás Borge fez uma espécie de reunião em homenagem a Vargas Llosa com a presença de poetas e romancistas, dentre eles Ernesto Cardenal, que, apesar de ser um “excelente poeta”, Vargas Llosa considerava um “demagogo”, capaz de “dizer bobagens” como: “a sociedade comunista é o verdadeiro reino do céu”. Nesta reunião também estava presente o cubano Fernández Retamar, que Vargas Llosa não via desde fins dos anos sessenta, desde que passara a criticar a Revolução Cubana. Como escritores civilizados, eles conversaram, recordaram amigos e trocaram pequenas alfinetadas. Vargas Llosa “descobriu” durante a conversa que quase todos os escritores cubanos com quem teve relações quando freqüentava a ilha tinham ido para o exílio. Fernández Retamar fez questão de lhe dizer que muitos dos escritores jovens liam seus romances, e isso era prova de que em Cuba não havia sectarismo e que quando Vargas Llosa quisesse voltar a Cuba seria muito bem recebido. Ironicamente, deu sua “palavra de que não o mandariam para o gulag”. Vargas Llosa, por sua vez, agradeceu o convite e assegurou que, em caso de necessidade, Fernández Retamar poderia contar com sua casa e sua hospitalidade no Peru ou na Europa.<sup>702</sup> Apesar de civilizado, o encontro foi marcado por posições irônicas de ambos os lados.

Em uma das entrevistas que fez com Tomás Borge, Vargas Llosa quis saber quantos prisioneiros políticos existiam na Nicarágua. Segundo o líder sandinista, havia cerca de seis mil presos dos quais dois mil eram guardas somozistas e uns duzentos eram “contra”. Segundo a oposição, estas cifras eram maiores, sendo um total de dez mil presos no país. A

---

<sup>701</sup> *Ibidem*, p. 289-291.

<sup>702</sup> *Ibidem*, p. 292-293.

maioria dos presos políticos estava na prisão da Zona Franca, onde, segundo a Comissão Permanente pelos Direitos Humanos, viviam cerca de mil presos em condições subumanas.<sup>703</sup> Vargas Llosa pediu autorização a Tomás Borge para visitar a Zona Franca e este lhe prometeu a visita, mas, ao invés de leva-lo lá, o levou para visitar uma das sete “granjas abertas”, que ficava próxima a Manágua, onde havia 59 presos, todos ex-guardas de Somoza condenados a diversas penas. Ali, plantavam milho, feijão e outros produtos alimentícios. Não havia vigilância e o lugar era regido por um conselho de presos presidido por um ex-sargento condenado a vinte anos de prisão. Recebiam visitas todos os domingos e a cada seis meses os presos podiam passar uma semana com sua família.<sup>704</sup>

A popularidade do governo sandinista, para Vargas Llosa, era difícil de ser medida, pois as estruturas de enquadramento da população dificultavam o cálculo. Os Comitês de Defesa Sandinista (CDSs), a exemplo dos CDRs cubanos, inscreviam a população nas ruas e nos bairros — quem não pertencesse aos comitês “tornava-se um paria” — porque era através deles que a população recebia os cupons para adquirir os produtos básicos racionados e subsidiados. Além disso, os comitês emitiam certificados de boa conduta para obter passaportes, para ser admitido em empregos públicos e requerer bolsas de estudo. Os CDSs também participavam da campanha de alfabetização e de vacinação em massa, e, juntamente com a polícia, contribuía para diminuir a delinqüência e o uso de drogas. Apesar dos comitês “prestarem uma valiosa contribuição às grandes campanhas cívicas”, para Vargas Llosa eles tinham uma função principal: “ser os olhos e os

---

<sup>703</sup> A Comissão Permanente pelos Direitos Humanos, criada no país em 1977, denunciava as detenções e as perseguições políticas. Em 1987, segundo a oposição, o número de prisioneiros políticos variava entre 9.000 a 10.000; segundo a Corte Suprema, de 8.000 a 8.5000; segundo as autoridades sandinistas, o número de prisioneiros não passava de 8.000, divididos em 4.000 presos comuns, 2.000 contra-revolucionários, 2.000 ex-membros da guarda somozista. Cf. VAN EEUWEN, Daniel. Nicaragua. In: ROUQUIÉ, Alain. (coord.) *Las fuerzas políticas en América Central*, 1994, p. 187-188.

<sup>704</sup> *Ibidem*, 294.

ouvidos do regime”, faziam parte de um “todo-poderoso sistema de espionagem e manipulação”.<sup>705</sup>

Para Vargas Llosa, a guerra, as sabotagens dos “contras”, as medidas autoritárias do governo, a crise econômica e a tensão política teriam esfriado o apoio ao governo sandinista, que, a princípio, era quase unânime. Porém, a seu ver, não havia dúvidas de que nos setores populares o respaldo aos sandinistas ainda era grande, pois recebiam da Revolução benefícios concretos no campo da saúde, educação e distribuição de terras. Ainda que, em muitos casos, “a política estatizadora e a crise econômica tinham frustrado os alcances dessas reformas”. Os nicaraguenses tinham acesso aos hospitais, mas os hospitais não tinham infra-estrutura para recebê-los. Além disso, os preços baixos dos produtos básicos da alimentação mediante subsídios fizeram com que a produção caísse, pois os camponeses achavam melhor comprá-los nos armazéns estatais do que cultivá-los. Apesar disso tudo, Vargas Llosa acreditava que o “impulso igualitário” e a vontade de reparar anos de abusos e sofrimento exerciam “um poder de persuasão grande no povo”. Todavia, não estava sendo possível a conciliação do impulso igualitário com o impulso libertário.<sup>706</sup> O que, segundo Vargas Llosa, não era característica apenas da Revolução Sandinista, mas de todas as revoluções socialistas que sacrificavam a liberdade em nome da justiça social. O ideal era que liberdade e igualdade não fossem vistas como antagônicas, mas como parte de um mesmo processo.

Para Vargas Llosa, cinco anos depois do triunfo revolucionário, os sandinistas, estavam descobrindo — uns menos, outros mais— que transformar uma sociedade “era

---

<sup>705</sup> *Ibidem*, p. 297-298. Os CDSs eram organizados por bairros para facilitar a vigilância e garantir a participação em campanhas cívicas e de distribuição de alimentos. Em 1985, havia em Manágua 3.400 CDSs com aproximadamente 77.000 membros, quase um para cada 10 habitantes. Cf. VAN EEUWEN, Daniel. Nicarágua. In: ROUQUIÉ, Alain (coord.). *Las fuerzas políticas en América Central*, 1994, p. 186.

<sup>706</sup> *Ibidem*, 299.

mais difícil do que montar emboscadas, atacar quartéis ou assaltar bancos.” Porque “as supostas leis da história reduzem-se a pedaços diante dos condicionamentos brutais do subdesenvolvimento e da diversidade dos comportamentos humanos.” Vargas Llosa concluiu o seu dossiê afirmando que os sandinistas não iriam conceber aquilo que a oposição queria, ou seja, “a democracia plena”, na qual compartilhassem o poder e pusessem o destino da Revolução “nas mãos de contingências” como eleições livres, liberdade de imprensa, divisão de poderes e instituições representativas. Por um simples motivo: “não foi por esse tipo de democracia que subiram as montanhas” e nem era “essa a legalidade” que defendiam. Acreditavam que a “legitimidade era dada pelas armas” que conquistaram o poder, e, uma vez conquistado o poder, não era necessário compartilhá-lo.”<sup>707</sup>

Ao contrário do que afirmou Vargas Llosa em 1985, os sandinistas puseram o “destino da Revolução nas mãos” de certas “contingências”: convocaram eleições para presidente em 1990 e perderam o pleito para Violeta Chamorro. Que, apesar de se colocar como herdeira direta dos princípios democráticos que defendia Joaquín Chamorro, foi eleita com o apoio dos Estados Unidos e de setores da direita nicaragüense, em uma ampla aliança de centro-direita chamada de União Nacional Opositora (UNO). Sobre o fim do governo sandinista? Nenhuma linha foi escrita por Vargas Llosa, que estava demasiadamente envolto na campanha eleitoral para presidente do Peru, da qual também saiu derrotado.

Durante sua permanência na Nicarágua, Vargas Llosa foi capaz de compreender com sagacidade as dificuldades pelas quais passava o governo sandinista, e, por outro lado, o que movia os movimentos de oposição. Porém, não foi capaz de compreender que a

---

<sup>707</sup> *Ibidem*, p. 302-304.

experiência sandinista, pela sua própria essência, não se encaixava totalmente na sua concepção liberal de democracia. Para Cortázar, decidido a mostrar para o mundo as conquistas sociais e culturais do processo, o cenário sob o qual estava transcorrendo a experiência sandinista era prova inequívoca de que a Revolução seguia seu rumo certo. García Márquez — assim como Cortázar — optou, por motivos óbvios, pela militância política e redigiu textos com a preocupação de defender a Revolução e mostrar que a experiência sandinista sempre foi marcada pelos conflitos entre o bem e o mal, entre o pastor e o lobo, entre Davi e Golias. Apesar das posturas diversas, os três escritores acreditavam que a experiência sandinista seria a síntese de um longo percurso que teria se iniciado com a Revolução Cubana.

## CAPITULO VII

### O ARREFECIMENTO DO DEBATE INTELECTUAL: a crise das esquerdas

*Ahora un historiador japonés que vive en Estados Unidos sostiene que la historia ha muerto o ya terminó. Pero la historia no ha muerto, sólo hemos llegado al final del libro primero. De seguro habrá más libros llamados historia. Nietzsche sentenció: “Dios ha muerto”.*

Guillermo Cabrera Infante

No final dos anos oitenta e início dos anos noventa ocorreram mudanças expressivas na política mundial — a queda do Muro de Berlim e o desaparecimento da URSS — que propiciaram o fim da experiência socialista na Europa, o desfalecimento do marxismo como referência para a prática política e a ascensão da chamada Nova Ordem Mundial. Na América Latina, verificava-se a violência dos movimentos guerrilheiros,<sup>708</sup> a derrota sandinista na Nicarágua e o desgaste econômico, político e cultural da Revolução Cubana. Todos esses fatores — uns mais, outros menos — provocaram a perda de um paradigma e de um ponto de referência com os quais as esquerdas na América Latina conviveram por quase um século. Tudo isso provocou o arrefecimento do debate intelectual latino-americano sobre revolução e socialismo, e, conseqüentemente, tudo aquilo que ele representou e significou foi estruturalmente abalado. Nesse capítulo, mostraremos como Vargas Llosa e García Márquez<sup>709</sup> se posicionaram frente ao mundo pós-Guerra Fria e ao recuo das esquerdas. García Márquez, sem romper com a Revolução e com Fidel Castro,

---

<sup>708</sup> Principalmente a violência terrorista do Sendero Luminoso e das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC).

<sup>709</sup> A ausência de Cortázar neste capítulo se explica pelo seu falecimento em fevereiro de 1984, como mostramos no capítulo anterior.

preferiu permanecer nos bastidores do poder; Vargas Llosa, por sua vez, refletiu a partir da ótica neoliberal<sup>710</sup> e se sentiu, ao fim e ao cabo, o grande vencedor do debate.

### **7.1. García Márquez e a Revolução Cubana: entre a fama e o poder**

A posição de García Márquez, no contexto anteriormente referido, variou entre uma visão fatalista, o silêncio e a participação nos bastidores do poder. A crise das esquerdas era vista por ele como algo que mais cedo ou mais tarde iria ocorrer. A questão era como aconteceria e de que maneira as esquerdas superariam a crise. García Márquez, em uma entrevista, afirmou ter previsto o fim do mundo comunista já em 1957, quando esteve na União Soviética, como também o fim do governo sandinista na Nicarágua, desde a vitória de Daniel Ortega em 1984:

Em 1957 eu escrevi uma série de catorze artigos onde via que isso tinha que acontecer [a derrubada do chamado mundo comunista]. Era a época posterior ao 20º Congresso do Partido Comunista da União Soviética, nos tempos de Kruchev. As pessoas pensavam que ia acontecer naquele momento. E desde então já se vão mais de trinta anos: o que me incomoda é que os que estimularam e deram o empurrão final a tudo aquilo, os Estados Unidos e a Europa ocidental, deram a impressão de ser isso a única coisa desejada por eles, e não fizeram nada para construir outra coisa lá. A mesma coisa aconteceu na Nicarágua: queriam que o sandinismo caísse e o sandinismo caiu, e não deram mais nada aos inimigos dos sandinistas para que pudessem prosseguir. Foi o exército sandinista que saiu em defesa de Violeta Chamorro, para que ela não caísse.<sup>711</sup>

Ainda na entrevista, García Márquez afirmou que nenhum aspecto do comunismo soviético merecia ser preservado e lamentou que a queda da URSS não tivesse ocorrido a mais tempo, pois assim as esquerdas já teriam “superado tudo” e já “estariam em outra”. Criticou a cortina de ferro, o “fundamentalismo comunista” da União Soviética,

---

<sup>710</sup> Sobre o conceito de neoliberalismo, ver introdução, p. 12.

<sup>711</sup> GARCÍA MÁRQUEZ, Gabriel. Entrevista. *Nossa América*, São Paulo, jan/fev de 1992, p. 16.

principalmente do período stalinista, e, ao mesmo tempo, o “fundamentalismo democrático”. Segundo ele, o “fundamentalismo das democracias” consistia em “acreditar que o que não fosse igual a elas estaria errado”. O que lhe parecia tão dogmático quanto o “fundamentalismo comunista” da União Soviética. No mundo pós-Guerra Fria, concluiu García Márquez, corria-se o risco de que essas democracias se tornassem tão fundamentalistas que não permitissem nenhuma “outra experiência na busca da felicidade”. Quando questionado sobre a democracia em Cuba, García Márquez simplesmente respondeu: “aí entramos em um problema de definições: o que é democracia? Que tipo de democracia querem impor a Cuba, que de repente pode conseguir uma democracia diferente e talvez mais justa?”<sup>712</sup> García Márquez deixou claro sua militância em relação a Cuba e sua convicção de que justiça social era uma forma de democracia mais legítima que as liberdades políticas.

Quanto à situação de Cuba com o fim da URSS, García Márquez afirmou que isso não explicava a crise econômica e o racionamento na ilha, pois eram conseqüências do bloqueio econômico imposto pelos Estados Unidos. Segundo suas previsões, ao contrário do que se pensava na Europa, Fidel não iria cair, não iria ser derrubado pelo exército, e, muito menos, por uma rebelião popular. Estavam enganados aqueles que pensavam que a queda da União Soviética pressupunha o fim do regime castrista:

Cuba vai encontrar petróleo e outros abastecimentos em seus vizinhos latino-americanos [...] é muito melhor que não tenha a dependência que tinha da União Soviética [...] o que eu gostaria é de que [*sic*] a imprensa visse as coisas dessa forma. [...] O que acontece é que vocês já têm uma interpretação já estabelecida [*sic*] e invariável, à qual acomodam os fatos. Talvez, se vocês estudassem a situação com seriedade, descobrissem que o que está acontecendo em Cuba é muito mais grave do que vocês pensam. Mas não é o que vocês dizem. O racionamento é aborrecido, as filas são exaustivas, as pessoas estão inconformadas e desorientadas, mas ninguém está morrendo de fome nem com espírito de subversão. Se em

---

<sup>712</sup> *Ibidem*, p. 17.



todos os países do Terceiro Mundo o governo tivesse de dividir os feijões pelo número de habitantes, de tal forma que todos recebessem a mesma quantidade, como acontece em Cuba, poucos sobreviveriam. E Cuba sobrevive. Em síntese: que os Estados Unidos suspendam o bloqueio, e depois a gente conversa.<sup>713</sup>

É certo que o fim da URSS não provocou o fim do regime socialista em Cuba, mas realmente a situação do país ficou crítica sem a ajuda econômica dos soviéticos. O resultado foi a intensificação do racionamento; a escassez de alimentos; a falta de petróleo, energia, produtos de higiene e até mesmo de papel; conseqüentemente, isso fez aumentar o mercado negro e as críticas internas e externas ao regime.<sup>714</sup> Para García Márquez, a única saída para a crise econômica cubana seria a cooperação dos vizinhos, onde a ilha poderia encontrar, mais cedo ou mais tarde, apoio econômico e político. Porém, García Márquez não considerou que o próprio bloqueio econômico dificultaria as relações comerciais de Cuba com os países latino-americanos, pois desde o início dos anos sessenta os Estados Unidos anunciavam sanções aos países que comercializassem com a ilha. Como já mostramos em capítulos anteriores, a falta de uma postura mais crítica de García Márquez sobre o que acontecia em Cuba se explica, em grande medida, pela intensa militância a favor da Revolução Cubana e pela amizade pessoal com Fidel Castro. Para não dar “munição” ou razão ao inimigo, García Márquez evitava reflexões mais profundas sobre a

---

<sup>713</sup> *Ibidem*, p. 17.

<sup>714</sup> Segundo Cezar Carlos Almendra, Cuba tinha recebido de subsídios 5,3 bilhões de dólares em 1989, que eram distribuídos aos setores de saúde, educação, transporte e defesa e, dos quais, 1,3 bilhão de dólares destinava-se à defesa e o restante para os demais setores. Um ano após o fim da URSS, estes subsídios caíram a zero. Estes subsídios significavam 30% do PNB cubano. Em 1992 e 1993, a economia cubana estava próxima do colapso e o governo caracterizou esta época como o “período especial em tempos de paz”. Cf. ALMENDRA, César Carlos. A situação econômica cubana diante da queda do Leste Europeu. In: COGGIOLA, Osvaldo (Org.). *Revolução Cubana: história e problemas atuais*. São Paulo: Xamã, 1998. Além disso, de acordo com Andrés Oppenheimer, em uma ação destinada a simbolizar o fim da Guerra Fria, em 1991, os russos decidiram retirar a brigada de combate soviética de 2.800 homens destacada em Cuba, sem ao menos avisar Fidel Castro previamente, que ficou sabendo da decisão por meio da imprensa. Cf. OPPENHEIMER, Andrés. *La hora final de Castro*. História secreta detrás de la inminente caída del comunismo en Cuba. Buenos Aires: Javier Vergara Editor, 1992, p. 100.

situação do país antilhano. Neste capítulo, mostraremos o posicionamento de García Márquez diante de acontecimentos cruciais para a Revolução Cubana no pós-Guerra Fria. Posicionamento que — como já afirmamos — variou entre o silêncio e a participação nos bastidores do poder.

Em 1981, García Márquez participou do Encontro de Intelectuais pela Soberania dos Povos da América, celebrado em Cuba. O primeiro do gênero do qual participou, pois, além de sua aversão aos intelectuais<sup>715</sup>, sempre teve grandes reservas em relação aos congressos de escritores e artistas. Sobretudo porque nos anos sessenta e setenta eles entraram na moda, a ponto de “qualquer intelectual mais ou menos solicitado passar o ano inteiro viajando pelo mundo e, dessa forma, desperdiçando seu tempo sem fazer nada mais proveitoso”. Porém, considerou o encontro em Cuba um evento “compacto e sério”, em que as diferenças assumiram um papel secundário em nome de um objetivo comum: discutir sobre os perigos que ameaçavam a soberania e a identidade cultural dos países da América Latina e Caribe, naqueles tempos em que Ronald Reagan, “um caubói do cinema”, tinha entrado “a cavalo na Casa Branca”. Segundo García Márquez, mais de trezentos intelectuais<sup>716</sup> latino-americanos e caribenhos se reuniram durante quatro dias em Havana “para conversar em família”.<sup>717</sup> Nesse momento, apesar do número considerável de intelectuais, “a família” estava incompleta, pois faltavam alguns membros que outrora tinham sido os mais solicitados e os mais diletos. Alguns não compareceram porque

---

<sup>715</sup> García Márquez admitia ter um certo preconceito contra os intelectuais, pois eles sempre tinham “um esquema mental preconcebido”, no qual inseriam à força a realidade em que viviam. Quem lhe pôs “a consciência em ordem” foi o escritor inglês Graham Greene ao explicar-lhe que romancistas não eram intelectuais, mas emocionais. GARCÍA MÁRQUEZ, Gabriel. *Crônicas*. Obra jornalística 5 (1961-1984). Rio de Janeiro: Record, 2006, p. 253.

<sup>716</sup> Entre eles, podemos citar: os argentinos Néstor García Canclini, David Viñas, Osvaldo Soriano; os brasileiros Frei Betto, Leandro Konder, Fernando Morais; os nicaraguenses Ernesto Cardenal, Carlos Ibarra, José Coronel Urtecho; os uruguaios Mario Benedetti, Eduardo Galeano, Walter Achugar. Cf. PEIXOTO, Fernando. *Encontro de intelectuais pela soberania dos povos de nossa América*. São Paulo: Hucitec, 1992.

<sup>717</sup> GARCÍA MÁRQUEZ, Gabriel. *Crônicas*, p. 253-254.

estavam rompidos com o governo cubano, outros porque foram impedidos de ir — como foi o caso de Cortázar, que, por problemas de saúde, não foi liberado pelos médicos. Contudo, enviou uma mensagem de solidariedade, lida por Roberto Fernández Retamar na abertura do encontro, na qual afirmava:

A nós, que elegemos fazer da palavra um instrumento de combate, cabe fazer com que esta palavra não fique na retaguarda do avanço da história, porque somente assim daremos aos nossos povos as armas intelectuais, morais e estéticas sem as quais nenhum armamento físico conduz a uma liberação definitiva. [...] É bom repetir mais uma vez: é preciso fazer as revoluções nos indivíduos para que, chegado o dia, os povos a façam.<sup>718</sup>

Em carta endereçada a Fernández Retamar, Cortázar se mostrou bem informado sobre o Encontro de Intelectuais pela Soberania dos Povos da América, ao afirmar que alguns amigos disseram que a cobertura do evento pela imprensa internacional tinha sido pequena e muito desorganizada. Dessa forma, Cortázar “repreendeu” Fernández Retamar por descuidar da imagem da Revolução no exterior e se mostrar distante dos poucos jornalistas que estavam na ilha cobrindo o evento. Além disso, na referida carta, contou a Fernández Retamar que a imprensa francesa se manteve em um silêncio quase total sobre o encontro, e isso não era bom para a Revolução.<sup>719</sup>

Ao que parece não foi apenas a reduzida presença da imprensa internacional que chamou a atenção dos participantes, pois durante o encontro, ao entrevistar García Márquez, um jornalista questionou sobre a ausência de intelectuais europeus, pois, além dos latino-americanos e caribenhos, estavam presentes apenas alguns observadores espanhóis. O escritor colombiano respondeu que, durante os anos sessenta, os intelectuais europeus se colocaram na “primeira linha de solidariedade” com Cuba e a América Latina, “derramaram-se com um alvoroço idealista”, porém não tinham resistido “ao primeiro

---

<sup>718</sup> CORTÁZAR, Julio. *Obra Crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 288.

<sup>719</sup> CORTÁZAR, Julio. *Cartas: 1969-1983*. Buenos Aires: Alfaguara, 2000, p. 1746.

embate sério da realidade”. García Márquez, imbuído de uma concepção generalista, afirmou que a análise dos intelectuais europeus sempre tinha sido marcada por “um rescaldo colonial: só eles acreditavam ser os depositários da verdade”. Consideravam bom somente o “que ficou provado ser bom em suas próprias experiências”. Dessa forma, consideravam todo o “resto” como “extravagante, e, portanto, inaceitável e corruptor.” Além do mais, García Márquez acreditava ser quase impossível que os intelectuais europeus fizessem “qualquer análise do mundo sem tomar como ponto de referência a intervenção soviética no Afeganistão ou a panela de pressão da Polônia.” Desse modo, segundo ele, os intelectuais europeus acreditavam que tudo o que acontecia no âmbito cubano era um “desígnio tenebroso da União Soviética”. Uma tentativa de “impor seu modelo. Talvez sem se dar conta e, certamente sem desejar, os intelectuais europeus comungam as mesmas concepções que as do governo do presidente Reagan.”<sup>720</sup> Na verdade, o que García Márquez e Cortázar não queriam admitir era que, naquele momento, a Revolução já não despertava tanto fascínio nos intelectuais e na imprensa de um modo geral. Cuba já não era mais a “Roma Antilhana”, conforme mostramos no capítulo I.

Para compreendermos a relação de García Márquez com Cuba, é necessário avaliarmos a amizade entre ele e Fidel Castro, amizade que extrapolava a política e chegava até a literatura. Segundo García Márquez, Fidel Castro “sempre foi um leitor atento e minucioso, que encontrava contradições e dados falsos onde ninguém imaginava”, razões pelas quais lhe enviava os manuscritos de vários livros. Como leitor atento, Fidel Castro, em *Crónica de una muerte anunciada* (1981), viu que havia um erro sobre as

---

<sup>720</sup> GARCÍA MÁRQUEZ, Gabriel. *Crônicas*. Obra jornalística 5 (1961-1984), p. 255.

especificações de um fuzil.<sup>721</sup> Ao ler o texto preliminar de *Del amor y otros demonios* (1984), notou que “um homem passeava em um cavalo de 11 meses” e logo sugeriu: “olha, Gabo, você precisa dar três anos a mais a esse cavalo, porque um cavalo de 11 meses é ainda um potro”. Tempos depois, leu no romance já impresso que um “homem chorava sentado em uma pedra junto ao seu cavalo, que em outubro completaria 100 anos”. Fidel Castro deixou claro que nutria um grande sentimento pela literatura e por “Gabo”, afirmando que, “na próxima encarnação”, queria “ser escritor”, e, se não fosse “pedir muito”, queria “ser como Gabriel García Márquez”. Todas essas considerações foram feitas no artigo *La novela de sus recuerdos*, publicado por Fidel Castro na revista colombiana *Cambio*, em 2002,<sup>722</sup> quando García Márquez o presenteou com a primeira edição de suas memórias *Vivir para contarla*.<sup>723</sup> Foi a primeira vez que o líder cubano escreveu um artigo de cunho literário, sem praticamente tocar em assuntos políticos.

Talvez o único livro de García Márquez que Fidel Castro não leu — ou leu e não gostou — tenha sido *El otoño del patriarca* (1975), que narra a trajetória de três ditadores latino-americanos que envelhecem no poder. Em 1981, quando foi publicada a primeira edição cubana do livro *Crónica de una muerte anunciada*, na contracapa estava escrito que “a Casa de las Américas havia publicado *Cien años de soledad*, *El coronel no tiene quien le escriba*, *La malahora*, *La hojarasca* e todos os seus contos. Seu romance *El otoño del patriarca* estava desfrutando de uma grande difusão no mundo inteiro”.<sup>724</sup> Para o escritor cubano César Leante, a *Casa de las Américas* estava, dissimuladamente, confessando que

---

<sup>721</sup> Gabriel García Márquez recuerda las charlas sobre literatura con su amigo Fidel Castro. *La Maga*, 1992. Disponível em: [www.lamaga.com.ar](http://www.lamaga.com.ar). Acesso em: 22/07/2006.

<sup>722</sup> CASTRO, Fidel. La novela de sus recuerdos. Revista *Cambio*. Disponível em: [www.cambio.com.co](http://www.cambio.com.co). Acesso em 24/02/2007.

<sup>723</sup> Nas suas memórias, García Márquez conta a história de sua família, de seus avós maternos, de seus pais e dele mesmo até 1955, quando publicou seu primeiro romance, *La Hojarasca*.

<sup>724</sup> *Casa de las Américas apud* LEANTE, César. *Gabriel García Márquez el hechicero*. Madri: Editorial Pliegos, 1996, p. 21.

em Cuba havia sido publicada praticamente toda a obra ficcional de García Márquez, com exceção de *El otoño del patriarca*. A revista *Casa de las Américas* publicou apenas um ensaio do colombiano Manuel Mejía Vallejo sobre o romance, no qual “colocava em dúvida” a qualidade literária da obra. Para César Leante, tudo isso ocorreu porque simplesmente Fidel Castro não havia gostado do livro, pois se viu como protagonista do romance.<sup>725</sup>

Se de fato isso aconteceu, não chegou a abalar a amizade de García Márquez e Fidel Castro, e, pelo que se sabe, nenhum dos dois se pronunciou a respeito. Aliás, em várias ocasiões, García Márquez afirmou que ambos eram bons amigos. Uma amizade baseada, principalmente, no interesse pela literatura, e, por mais que fosse difícil de acreditar, segundo contou García Márquez, passavam horas conversando sobre livros e jamais conspiravam sobre assuntos políticos, pois “Fidel achava que os escritores deveriam escrever livros e não conspirar”. Quando García Márquez viajava para Havana sempre o presenteava com livros para que depois conversassem “mil coisas” sobre eles. Certa vez, ao chegar à ilha, deixou com Fidel Castro um exemplar do *Drácula*, de Bram Stoker, que

é um livro absolutamente fantástico, mas que os intelectuais consideram desprezível. Bem, levei este livro para Fidel às 2 da manhã. Sempre se encontrava Fidel nestas horas estranhas. Assim é a vida dele. Naquela noite ele tinha muitos documentos importantes para ler. Bem, conversamos durante uma hora, e voltamos a nos ver no dia seguinte, ao meio dia. E ele disse: “Gabriel, você me fodeu. Aquele livro, não consegui dormir um minuto”. Ele tinha lido o *Drácula* das 4 horas da manhã até às 11. Este é um aspecto da personalidade de Fidel que poucas pessoas conhecem, e é por causa dele que nossa amizade se desenvolveu.<sup>726</sup>

Em Havana, García Márquez era sempre muito bem recebido. Ali, passava temporadas, reunia amigos e mantinha longas conversas com Fidel Castro sobre literatura e

---

<sup>725</sup> LEANTE, César. *Gabriel García Márquez el hechicero*, p. 23.

<sup>726</sup> Entrevista: García Márquez. *Playboy*, São Paulo, nº 90, janeiro de 1983, p. 114.

culinária. O escritor cubano Manuel Vázquez Montalbán afirmou em seu livro sobre Fidel Castro, *Y Dios entró en la Habana*, que, à exceção de García Márquez, Fidel Castro tinha poucos amigos verdadeiros e declarou que, “com Gabriel García Márquez e sua mulher Mercedes, Fidel falava como se estivesse ante dois médiuns de confiança que não o enganariam”. Nesses encontros, conversavam “até altas horas da noite” e “Gabo lhe recomendava muitos livros que ele lia disciplinadamente, dez dias seguidos, com o escritor sempre disposto a escutar seus comentários, rebatendo-os, complementando-os, sancionando-os, como se estivessem num curso intensivo de literatura”.<sup>727</sup> A amizade entre Fidel Castro e García Márquez realmente passava pela literatura, mas seria ingênuo de nossa parte acreditar que era apenas isso. Nesta época, García Márquez estava vivendo o auge de sua militância em prol do socialismo e da Revolução Cubana, e, como resultado, escrevia crônicas em defesa de Cuba e de Fidel Castro. Também é difícil de acreditar que, durante as longas conversas que mantinham, não falavam de política. Enfim, a relação com Fidel Castro — amizade que envolvia literatura, política e poder — lhe rendeu várias críticas, às quais quase sempre rebatia:

Os amigos se fazem por afinidades humanas. Ou seja, os escritores são meus amigos não por serem escritores ou intelectuais, mas por essa conexão especial que um sente pelo outro. A fama dá acesso a praticamente toda classe de amizades, e os chefes de Estado não escapam. O que passa é que com uns tenho laços e com outros não. A amizade com eles se estabelece também por afinidades humanas ou literárias. [...] Dessa forma, temos uma sintonia perfeita. Agora, dizem que utilizo dessas amizades ou que elas se utilizam de mim. Eu não acredito que se utilizem de mim. Se me utilizam... bom, estou absolutamente seguro de que eu não as utilizo, e poderia fazê-lo. Às vezes o que acontece é que um utiliza-se do outro sem se dar conta.<sup>728</sup>

---

<sup>727</sup> VÁZQUEZ MONTALBÁN, Manuel. *Y Dios entró en la Habana*. Madri: Aguilar, 1998, p. 301.

<sup>728</sup> Entrevista com García Márquez. In: CEBRIÁN, Juan Luis. *Retrato de Gabriel García Márquez*. Barcelona: Galaxia Gutenberg/Círculo de Lectores, 1997, p. 78.

Em 1985, com livre trânsito em Cuba, García Márquez foi um dos fundadores e presidente da *Fundación del Nuevo Cine Latinoamericano*,<sup>729</sup> inaugurada com o objetivo de fomentar e integrar o cinema latino-americano. Sua sede ainda é em Havana, numa casa localizada nos arredores da cidade, conhecida como Quinta Santa Bárbara. A Fundação participa de vários projetos como a preservação da memória cinematográfica da América Latina e Caribe, a realização de oficinas sobre audiovisual e a produção de roteiros cinematográficos, sob a direção do próprio García Márquez. Em 1986, junto à Fundação, foi inaugurada *La Escuela Internacional de Cine y Televisión de San Antonio de los Baños*, cujo objetivo era a formação e capacitação técnico-artística de profissionais do cinema, televisão e vídeo, provenientes não apenas de Cuba, mas de todo o Caribe e América Latina. O dinheiro que García Márquez arrecadava com entrevistas a jornalistas norte-americanos e europeus era doado para a *Fundación del Nuevo Cine Latinoamericano*.<sup>730</sup>

A amizade com Fidel Castro e a solidariedade com a Revolução permitiram a García Márquez realizar tarefas de Estado, assumir encargos, trazer e levar mensagens com discrição, algo que o fazia se sentir bem e que o colocava em contato — em missões secretas — com Mikhail Gorbachev, presidente da ex-União Soviética (1985-1991); Felipe González, primeiro-ministro da Espanha (1982-1996); Belisario Betancur, presidente da Colômbia (1982-1986); Carlos Andrés Pérez, presidente da Venezuela (1974-1979/1989-1993). Segundo Juan Luis Cebrián, essa proximidade com o poder produziu em García Márquez um duplo sentimento: de um lado, mais uma admiração pelos personagens que estavam no poder do que pelos seus ideais ou ações políticas; de outro, a decisão efetiva de

---

<sup>729</sup> Mariana Martins Villaça desenvolve atualmente pesquisa de pós-doutorado na USP, intitulada “Circuitos e diálogos do *Nuevo Cine Latinoamericano* (1967-1986)”.

<sup>730</sup> Entrevista com García Márquez. In: VALENZUELA, Lídice. *Realidade e nostalgia de García Márquez*. Rio de Janeiro: Oficina do Autor, 1997.



não assumir cargos políticos, de querer ser um cidadão como os demais, capaz de observar sem ser observado, ainda que não fosse possível dada a sua popularidade como escritor. García Márquez, em certas ocasiões, foi visto como um embaixador de Fidel Castro ou de Belisario Betancur. Na verdade, como afirmou Juan Luis Cebrián, García Márquez era amigo de alguns poderosos aos quais levava ou trazia mensagens, que, muitas vezes, eram importantes para salvar vidas, libertar presos políticos ou melhorar a sorte de alguém.<sup>731</sup>

O escritor colombiano desenvolveu ações junto a instituições, entidades e tribunais internacionais, como no processo de reintegração da Zona do Canal do Panamá ao território panamenho. Além disso, aproximou-se do grupo venezuelano Movimento ao Socialismo (MAS); ajudou no processo de diálogo entre o governo colombiano e os líderes do Movimento 19 de Abril (M-19) e das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC); mediou a crise entre Cuba e alguns países latino-americanos; e, em várias ocasiões, se encontrou com o presidente norte-americano Bill Clinton, como mediador entre Cuba e Estados Unidos. A missão de García Márquez nesses encontros com Clinton era negociar a questão migratória, o fim do embargo econômico e denunciar planos contra Fidel Castro em Miami. Como também, levar ao presidente norte-americano os resultados dos acordos entre os movimentos guerrilheiros e o governo colombiano, o que, de certa forma, colocava Cuba na pauta, pois as negociações com as guerrilhas colombianas passavam pela ilha. Em meados dos anos noventa, quando se intensificou a chegada dos *balseros* em Miami, Clinton procurou ajuda do México para que o país mediasse um diálogo com Cuba para solucionar o problema. O presidente mexicano, Carlos Salinas de

---

<sup>731</sup> Cf. CEBRIÁN, Juan Luis. *Retrato de Gabriel García Márquez*, p. 25-49.

Gortari, entrou em contato com Fidel Castro que imediatamente indicou o nome de García Márquez como embaixador diplomático das crises cubanas.<sup>732</sup>

Ainda que em muitos casos as negociações com o presidente norte-americano não tenham surtido efeito, em um artigo, intitulado *La fatiga del metal*, García Márquez teceu vários elogios a Clinton, que havia confessado, em campanha presidencial, a predileção por *Cien años de soledad*. Nesse artigo, Clinton foi descrito como um homem com grande poder de sedução, inteligente, distinto e com amplo sentido de humor. Era, em seus quarenta e nove anos, “um sobrevivente glorioso da geração de 68, que havia fumado *marijuana*, cantado de memória as canções dos *Beatles* e protestado nas ruas contra a guerra do Vietnã.” Enfim, Clinton “era em tudo o contrário da idéia que os latino-americanos tinham sobre os presidentes dos Estados Unidos”.<sup>733</sup> Podemos endossar, com razão, a afirmação de Juan Luiz Cebrián de que, na maioria das vezes, García Márquez tinha mais admiração pelos personagens que estavam no poder do que pelos seus ideais ou ações políticas.

O grande problema de Cuba e da Revolução era, segundo García Márquez, as “falsas acusações” sobre desaparecidos, torturados e presos políticos. Pela proximidade com os cubanos e com Fidel Castro, García Márquez declarava “ter melhores informações sobre Cuba do que qualquer um dos muitíssimos inimigos da Revolução”. Por isso, podia afirmar que “em Cuba não havia torturas”. A esse respeito, pontuou:

[...] em uma época, depois da invasão da Baía dos Porcos, havia mais de 20.000 presos... Eles não aceitam a fórmula de presos políticos, os chamam de contra-revolucionários. Ok, usando essa fórmula, havia mais de 20.000 contra-revolucionários presos. **Curiosamente era um tempo em que eu não ia a**

---

<sup>732</sup> Cf. ANDERSON, Jon Lee. The power of García Márquez. *The New Yorker*, 27 de setembro, 1999. Disponível em: <http://www.newyorker.com/archive/1999>. Acesso em: 13/05/2008.

<sup>733</sup> GARCÍA MÁRQUEZ, Gabriel. La fatiga del metal. *El País*, 24 de janeiro, 1999. Disponível em: <http://www.elpais.com/archivo/buscador.html>. Acesso em: 12/12/2008. Esse artigo foi publicado em razão do “caso Monica Lewinsky”.

**Cuba. Isso ocorreu doze anos depois.** Porém, todos os intelectuais que agora estão contra Cuba iam lá, e nunca disseram nada. Esses presos foram saindo pouco a pouco.<sup>734</sup>

Em Cuba, as duas principais ações políticas de “Gabo” foram a de libertar (ou tentar libertar) presos políticos — que em muitas ocasiões ele mesmo havia negado a existência — e ajudar escritores que se encontravam em situação difícil na ilha. García Márquez ajudou muitos cubanos a sair de Cuba no famoso episódio de *Mariel*, em 1980, no qual Fidel Castro permitiu o exílio em Miami de milhares de cubanos, entre os quais estavam doentes mentais, homossexuais e criminosos.<sup>735</sup> Apesar do escritor colombiano ter afirmado em várias ocasiões que não gostava de fazer propaganda nem de falar muito a respeito, em uma conferência na Colômbia, em 1992, falou pela primeira vez em público sobre os “mais de dois mil ex-prisioneiros políticos nos Estados Unidos” que ajudou a libertar e confessou que, às vezes, eles nem sequer pediam que o fizesse, nem sequer sabiam de sua intervenção, e, inclusive, depois de libertados, alguns se voltavam contra ele.<sup>736</sup> Em 1999, declarou a Jon Lee Anderson, em uma entrevista, que, quando ia a Miami, visitava pessoas que ajudou a sair de Cuba: “eram ‘*gusanos*’<sup>737</sup> eminentes que chamavam seus amigos e armávamos grandes festas. Seus filhos me pediam que autografasse livros. Essas pessoas

---

<sup>734</sup> Entrevista com García Márquez. In: CEBRIÁN, Juan Luis. *Retrato de Gabriel García Márquez*, p. 78. Grifos nossos.

<sup>735</sup> O episódio de *Mariel* começou em abril de 1980. Depois de uma desaceleração da economia cubana, o governo anunciou que quem quisesse poderia partir da ilha. Milhares de cubanos deixaram o porto de Mariel, em Cuba, para fazer a travessia para a Flórida. Mas o exílio se mostrou um problema para o presidente norte-americano Jimmy Carter, depois que foi descoberto que vários dos exilados eram ex-prisioneiros “comuns” ou pessoas com problemas mentais. GOTT, Richard. *Cuba: uma nova história*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006, p. 301-302.

<sup>736</sup> OPPENHEIMER, Andrés. *La hora final de Castro*, p. 100.

<sup>737</sup> Em espanhol, um dos significados da palavra *gusano* é verme; em Cuba, os exilados em Miami são chamados de *gusanos*.

eram as mesmas que, em outros momentos, haviam me criticado ou denunciado. Porém, no âmbito privado mostravam um rosto distinto”.<sup>738</sup>

Entre os presos políticos que García Márquez ajudou a libertar, estavam Armando Valadares, Eliseo Alberto (filho do poeta cubano Eliseo Diego) e Norberto Fuentes.<sup>739</sup> Além deles, ajudou várias pessoas a sair de Cuba para visitarem parentes que viviam no exílio, como, por exemplo, os pais do escritor Severo Sarduy. Contudo, houve um caso que García Márquez não conseguiu mediar: o fuzilamento do coronel Tony de la Guardia e do general Arnaldo Ochoa, em 1989, acusados de traição à pátria. O primeiro, grande amigo de García Márquez, tinha sido um dos principais agentes secretos do governo cubano; o segundo, amigo de Fidel Castro, um dos oficiais mais condecorados de Cuba, com participação destacada durante a invasão da Baía dos Porcos e na Operação Carlota. Em 1984, Ochoa recebeu o título de *Héroe de la Revolución*. Tony de la Guardia, Arnaldo Ochoa e mais dois oficiais foram acusados de corrupção e contrabando de drogas. Os quatro, acusados e julgados pelo Tribunal Militar, foram fuzilados na praia de *Baracoa* em 13 de julho de 1989.<sup>740</sup>

A notícia do que estava acontecendo em Cuba chegou até García Márquez no México. O escritor imediatamente ligou para Havana e informaram-lhe que em breve Raúl Castro daria esclarecimentos pela televisão estatal. García Márquez preferiu saber “a

---

<sup>738</sup> ANDERSON, Jon Lee. The power of García Márquez. *The New Yorker*, 27 de setembro, 1999. Disponível em: <http://www.newyorker.com/archive/1999>. Acesso em: 13/05/2008.

<sup>739</sup> O escritor e ex-presos político, Armando Valladares, é autor do livro *Contra toda esperança* (1985), no qual critica o regime castrista; o jornalista e escritor, Eliseo Alberto, antes do exílio foi chefe de redação do suplemento *El Caimán Barbudo* e subdiretor da revista *Cinema Cubano*, publicou vários romances fora de Cuba; Norberto Fuentes, jornalista e escritor, é autor do livro *Hemingway en Cuba* (1982), cujo prefácio é de autoria de García Márquez.

<sup>740</sup> Cf. GOTT, Richard. *Cuba: uma nova história*, p. 314-321. Segundo Gott, durante o julgamento veio à tona a acusação de que La Guardia e Ochoa estavam envolvidos no contrabando de marfim e diamantes durante a Operação Carlota em Angola. Sobre a Operação Carlota, ver o capítulo V.

verdade” *in locus*. Tomou um avião e partiu para Cuba antes da sentença final, com a esperança de que pudesse interferir no caso. O escritor chegou a Cuba no dia nove de julho e, por volta da meia noite, segundo Andrés Oppenheimer, Fidel Castro foi vê-lo e conversaram durante uma hora.<sup>741</sup> Segundo os relatos de Oppenheimer, quando Fidel Castro partiu, García Márquez estava convencido de que o Conselho de Estado não salvaria as vidas de Ochoa, La Guardia e dos outros oficiais. Plínio Apuleyo Mendoza, amigo de García Márquez, declarou em certa ocasião que o escritor havia lhe confessado que tentou de tudo para salvar a vida dos quatro oficiais, mas que havia chegado tarde demais.<sup>742</sup> Fora isso, García Márquez jamais se pronunciou em público sobre o assunto, nem para protestar, nem para justificar. Preferiu o silêncio. Para evitar confrontar Fidel Castro e a Revolução com o que acontecia na ilha. Evitando, assim, propiciar mais argumentos para os críticos do regime.

Outro acontecimento que despertou interesse e atenção de García Márquez, e da opinião pública mundial, foi o caso do naufrágio do menino Elián González, de seis anos de idade, em 1999. No final desse ano, Elián e sua mãe Elizabeth Brotons, juntamente com mais treze cubanos, embarcaram num bote para ingressar ilegalmente em Miami. Durante a travessia, Elizabeth Brotons e onze cubanos morreram afogados. Elián e mais dois sobreviventes foram resgatados por pescadores em Miami. Ele foi levado a um hospital e entregue a Lázaro González, seu tio-avô. As famílias paterna e materna de Elián em Miami anunciaram que tentariam ficar com a custódia do menino. O pai de Elián, Juan Miguel González, que vivia em Cuba, pediu ao governo dos Estados Unidos a guarda do filho.

---

<sup>741</sup> OPPENHEIMER, Andrés. *La hora final de Castro*, p. 117. **Não sabemos ao certo se o encontro de García Márquez com Fidel Castro ocorreu. O jornalista Oppenheimer não informou no seu livro as fontes de onde retirou tais informações. Não encontramos nenhuma declaração pública de García Márquez sobre o possível encontro, nem sobre o “caso Ochoa-La Guardia.”**

<sup>742</sup> ESTEBAN, Angel; PANICHELLI, Stéphanie. *Gabo y Fidel*. El paisaje de una amistad, p. 286.

Durante sete meses — tempo que durou a disputa entre os dois países pela custódia do menino —, Elián foi transformado em símbolo tanto pelos castristas quanto pela comunidade anticastrista de Miami. Em Cuba, o presidente Fidel Castro fez dele um símbolo do regime, “seqüestrado pelo antro hostil do capitalismo”. A comunidade cubana exilada em Miami — com o tio-avô de Elián, Lázaro González, à frente — fez dele uma criança a “quem era preciso proteger da falta de liberdade em Cuba”. Em 28 de julho de 2000, a Corte Suprema de Justiça norte-americana pôs fim à batalha judicial. No mesmo dia, Elián, seu pai, sua madrasta e seu meio-irmão embarcaram para Cuba. Na chegada, foram recepcionados por Fidel Castro e milhares de pessoas.<sup>743</sup>

O “caso Elián” recebeu ampla divulgação da mídia e provocou, possivelmente, o último debate intelectual sobre a Revolução Cubana. García Márquez participou do debate ao escrever o artigo *Náufrago en tierra firme*, no qual, como era de se esperar, defendeu a petição do governo cubano: o menino, cumprindo a *patria potestade*, pertencia ao pai. Com a intenção de despertar no leitor um sentimento de compaixão pela situação de um pai que sofria muito, García Márquez apresentou Juan Miguel González como um homem trabalhador, honesto e de bom caráter, de quem o filho foi tirado. A mãe foi representada como aquela que se deixou manipular por *balseros*, que trocou o marido por outro homem — Lázaro Munero, o promotor da aventura — e que colocou em risco a vida do filho, tido, portanto, uma atitude irresponsável. Momentos antes do embarque, segundo García Márquez, quem tomou consciência do perigo da travessia não foi a mãe, mas o “pequeno Elián” que, “chorando e gritando”, pedia para ficar. Com uma ênfase melodramática, García Márquez narrou parte do suposto diálogo ao telefone entre pai e filho depois que

---

<sup>743</sup> Sobre o caso Elián, ver GOTT, Richard. *Cuba: uma nova história*, p. 347-351. Para a repercussão na imprensa, consultar: <http://www1.folha.uol.com.br/folha>; <http://www.observatoriodaimprensa.com.br>; <http://www.elpais.com/archivo/buscador.html>.

Elián foi resgatado. Comovido e com voz firme, o menino teria dito: “Eu vi quando mamãe se perdeu no mar”.<sup>744</sup>

Os familiares de Elián em Miami, segundo García Márquez, recorriam a todo tipo de artimanha para atrapalhar as conversas por telefone entre pai e filho: aumentavam o volume da TV, conversavam alto e, até mesmo, colocavam “caramelos na boca do menino” para que ninguém entendesse o que ele dizia. As avós de Elián foram visitá-lo nos Estados Unidos e voltaram a Cuba atormentadas pelo que tinham visto. Segundo García Márquez, a visita, prevista para durar dois dias, durou apenas noventa minutos e “com toda a classe de interrupções” possíveis. De modo que, ao voltarem, as avós estavam “escandalizadas” e afirmavam que aquele não era o menino “vivaz e inteligente” de antes: “era preciso salvá-lo!”. Para o escritor, a permanência de Elián em Miami estava causando dano à sua saúde mental, pois seus familiares o submetiam a métodos de desenraizamento cultural. Isso seria um sintoma inequívoco de que havia nessa história toda uma conspiração política que “milhões de cubanos atribuíam sem reservas à *Fundación Cubano-Norteamericana*” que, ao que parecia, “estava gastando milhões de dólares” para que Elián não fosse devolvido para seu pai. Daí a conclusão de García Márquez: “o verdadeiro naufrágio de Elián não foi em alto mar, mas quando pisou em terra firme nos Estados Unidos”. Em Cuba, segundo o escritor colombiano, a mobilização popular para exigir o regresso do “menino usurpado” era espontânea, espetacular e trazia algo de novo: “a participação massiva da juventude e da infância”. Naquele momento, a maior preocupação dos cubanos, e a de García Márquez

---

<sup>744</sup> GARCÍA MÁRQUEZ, Gabriel. Naufrago en tierra firme. *El País*, 19 de março, 2000. Disponível em: <http://www.elpais.com/archivo/buscador.html>. Acesso em: 15/11/2008.

também, era a de que o governo Clinton não devolvesse Elián, por temor de que o candidato democrata à Casa Branca, Al Gore, perdesse votos na Flórida.<sup>745</sup>

O artigo do Nobel colombiano sobre o “caso Elián” possui um estilo literário, um detalhamento exagerado e um tom melodramático com o intuito de levar o leitor a se posicionar ao lado do governo cubano na disputa pelo menino. O “caso Elián” foi transformado também por García Márquez em mais uma etapa do confronto entre Estados Unidos e Cuba. O relato do escritor colombiano provocou a indignação de muitos intelectuais cubanos e latino-americanos que o acusaram de fazer declarações visivelmente manipuladas para atender os interesses de Cuba, ou melhor, de Fidel Castro. O historiador cubano Manuel Moreno Fraginals publicou no jornal *El País* o artigo *Naufragio de un Nobel*, no qual mostrou toda a sua indignação com o artigo de García Márquez. Para Moreno Fraginals, tratava-se de um instrumento propagandístico da política do ditador cubano. Confessou não entender como alguém que comoveu profundamente o mundo com sua narrativa sobre Macondo, pudesse ter tal atitude ante uma Cuba “governada por um patriarca que tem passado o outono de sua vida no poder”, e que tinha “apenas García Márquez e Saramago como escritores conhecidos que ainda o defendiam”. Moreno Fraginals acusou o Nobel colombiano de ter “perdido suas virtudes literárias” ao assumir uma posição política além “dos valores morais” e de ter “ocultado” informações, “manipulado” palavras e “distorcido” a realidade no seu artigo sobre o “caso Elián”. Artigo que, a seu juízo, era curiosamente marcado pela extensão e ênfase em detalhes minúsculos, como se “a influência do senhor Castro tivesse se projetado no estilo literário do autor”. Ademais, concluiu ironicamente que García Márquez estava sendo contraditório ao dizer

---

<sup>745</sup> *Ibidem.*



que Elián deveria retornar à *patria potestade* do pai, pois em Cuba a *patria potestade* pertencia de fato ao Estado.<sup>746</sup>

O escritor peruano Mario Vargas Llosa também participou desse debate com o artigo *Vida y miserias de Elián*, no qual afirmou que Fidel Castro estava manipulando, “com fria lucidez e tenebroso cinismo”, o “caso Elián”, com a clara intenção de desviar a atenção da catastrófica situação econômica em Cuba, de desprestigiar o exílio cubano e de encurralar a justiça e o governo norte-americano. Para Vargas Llosa, Fidel Castro e os exilados de Miami tinham transformado o garoto num instrumento para ser usado na luta política para ganhar pontos contra o adversário. Os exilados cubanos, a seu ver, tinham cometido dois erros graves: primeiro, caíram na armadilha preparada pelo ditador, ao aceitarem “uma pugna política sobre um assunto que devia ter-se limitado ao estrito plano jurídico”; segundo, transformaram a tese do enraizamento de Elián numa bandeira de luta contra a ditadura, o que era de uma “imprudência sem tamanho”, pois era de direito que a criança voltasse para aquele que exercia sobre ela o direito inquestionável da paternidade. Contudo, Vargas Llosa julgava essa decisão “injusta e imoral” porque, na verdade, o tribunal dos Estados Unidos não iria entregar Elián a seu pai, mas a Fidel Castro,

a única pessoa que exercia de verdade a *patria potestade* sobre todos os cubanos da ilha. Como já havia mostrado o historiador Manuel Moreno Friginals num artigo admirável, no qual refutou o **libelo propagandista que havia escrito García Márquez** sobre o tema. Mas esta era uma verdade ética e política, e os tribunais de países democráticos não julgam em função de realidades políticas e morais, mas de leis, embora estas contradigam e escarneçam aquelas, como aconteceu neste caso.<sup>747</sup>

---

<sup>746</sup> MORENO FRAGINALS, Manuel. Naufrágio de un Nobel. *El País*, 29 de março de 2000. Disponível em: <http://www.elpais.com/archivo/buscador.html>. Acesso em: 15/11/2008. O historiador cubano Manuel Moreno Friginals pediu asilo político aos Estados Unidos em 1994, onde faleceu em 2001.

<sup>747</sup> VARGAS LLOSA, Mario. Vida y miserias de Elián. *El País*, 30 de abril de 2000. Disponível em: <http://www.elpais.com/archivo/buscador.html>. Acesso em: 15/11/2008. Grifos nossos.

Para Vargas Llosa, era difícil conceber que a defesa de Fidel Castro, nesse caso, obedecesse a “sentimentos altruístas” a favor da paternidade ou da “infância desvalida”. Além do mais, acreditava que o povo cubano, por meio de um sistema de mídia controlado pelo Estado, estava sendo “massacrado” por “uma informação unilateral e demagógica” sobre o “caso Elián”. Sem outras fontes de informação, era compreensível que o povo cubano apoiasse o governo castrista, mas não era compreensível que “um Prêmio Nobel” pusesse “sua pena a serviço de semelhante farsa.” No final do artigo, Vargas Llosa criticou severamente Fidel Castro e, mais uma vez, provocou García Márquez:

Qual será o destino de Elián se voltar a Cuba? Não é difícil imaginar isso. Por um tempo, enquanto Fidel Castro possa tirar ainda algum proveito político, a farsa continuará. O menino pródigo será objeto da atenção popular, o pajezinho do regime, e sua fotografia, sorrindo nos braços do Comandante [...], na frente de uma multidão que pula e uiva de alegria, dará a volta ao mundo, e **talvez um destacado escritor com muitos prêmios dedique uma elaborada reportagem para mostrar o precioso trabalho de ourivesaria psicológica** que um punhado de professores, analistas e doutores da Revolução leva a cabo para devolver ao pioneiro Elianzinho o equilíbrio mental e emocional, depois das tormentosas provas a que foi submetido pelos “vermes” de Miami instrumentados pelo imperialismo.<sup>748</sup>

O escritor mexicano Carlos Fuentes também se pronunciou sobre o “caso Elián”, por meio do artigo *The Elián show*, publicado no *El País*, no qual, apesar de não polemizar diretamente com García Márquez, alimentou o debate e fez uma análise interessante sobre o caso, sem dar razão a nenhum lado. Para Fuentes, as razões sentimentais dos familiares do garoto em Miami, que motivaram o interesse em ficar com ele eram nobres, porém perderam a razão quando converteram Elián numa bandeira da luta anti-castrista. Para completar o oportunismo, os candidatos à presidência, Al Gore e George W. Bush, “somaram-se à postura da histeria heróica” e passaram a defender que o menino fosse salvo das “garras do déspota cubano.” Do outro lado, Fidel Castro não tardou em agarrar a

---

<sup>748</sup> *Ibidem*, p. 331-330. Grifos nossos.

oportunidade, entre muitas que os governos norte-americanos ofereciam desde os tempos de Eisenhower: “posar como o defensor da soberania cubana frente à agressão norte-americana.” Para Fuentes, a persistência de uma política de agressão, iniciada por Kennedy até chegar a Bill Clinton, era o “aval mais seguro para a persistência de Castro no poder.” Era por isso, entre muitas outras coisas, que Fidel Castro convocava multidões que renovavam seu fervor revolucionário, seu apoio e sua convicção de que “sem o Líder Máximo, os gringos os devorariam em questão de horas”. Elián, segundo Fuentes, era apenas um garoto simpático que alimentava a agenda política do exílio cubano, do governo cubano, dos candidatos norte-americanos à presidência, da imprensa, da televisão e dos ávidos por entretenimento.<sup>749</sup>

Em 2003, aconteceu em Cuba o que seria a prova definitiva de que García Márquez dificilmente romperia com a Revolução ou com Fidel Castro. Em março daquele ano, ocorreu o fuzilamento de três cubanos que tentaram fugir para os Estados Unidos — seqüestrando um barco — e a prisão de 78 dissidentes, críticos do governo castrista, que foram condenados de 12 a 27 anos de cárcere.<sup>750</sup> As reações às condenações foram imediatas: vários intelectuais, artistas, escritores e cineastas assinaram uma carta aberta exigindo que todos os dissidentes fossem libertados e que a repressão política acabasse na ilha. Assinaram a missiva: Vargas Llosa, Günter Grass, Pedro Almodóvar, Jorge Edwards, Juan Goytisolo, Enrique Krause, entre outros. Além dessa carta, Vargas Llosa também assinou, juntamente com Plínio Apuleyo Mendoza e Carlos Alberto Montaner, o *Manifiesto sobre Cuba*, no qual acusaram o regime de ser “totalitário”, pois não permitia aos cubanos nenhum vestígio de liberdade ou autonomia. O escritor português José Saramago condenou

---

<sup>749</sup> FUENTES, Carlos. The Elián show. *El País*, 26 de abril de 2000. Disponível em: <http://www.elpais.com/archivo/buscador.html>. Acesso em: 15/11/2008.

<sup>750</sup> Cf. GOTT, R. *Cuba: uma nova história*, p. 354; <http://www.elpais.com>; <http://www1.folha.uol.com.br>.

o fuzilamento dos três cubanos e declarou ao jornal *El País*: “cheguei até aqui” e “a partir de agora Cuba seguirá seu caminho e eu o meu”.<sup>751</sup>

“A Feira Internacional do Livro de Bogotá termina sua 16º edição com um importante aumento de vendas e de público e Cuba como telão de fundo”. Assim o jornal *El País*, em cinco de maio de 2003, noticiou a polêmica que se estabeleceu no evento sobre a repressão em Cuba. Quem iniciou a polêmica foi a escritora norte-americana Susan Sontag, que, ao fazer uma conferência sobre o papel dos intelectuais em tempos de crise, aproveitou para criticar García Márquez por seu silêncio frente à repressão em Cuba e o fuzilamento dos três cubanos. A escritora demonstrou perplexidade pelo fato de um escritor e intelectual como García Márquez não levantar a voz contra o “horror que acontecia em Cuba” e disparou:

Apoiei Cuba contra os Estados Unidos, porém me dei conta que Castro não era aquilo que supunha. Agora a pouco vi um homem como José Saramago, que ainda hoje se declara comunista, rechaçar a monstruosidade que ocorreu em Cuba. Porém, me pergunto: o que García Márquez vai dizer sobre isso? A minha resposta é: não vai dizer nada.<sup>752</sup>

Ao contrário do que se esperava, García Márquez disse algo a respeito. Afirmou que ele mesmo não poderia calcular a quantidade de presos, de dissidentes e de conspiradores a quem ajudou, em total sigilo, a sair de Cuba em não menos do que 20 anos, dos quais muitos nem o sabiam, mas isso não importava, bastava-lhe “a tranquilidade de consciência”. Quanto à pena de morte, não tinha nada mais a dizer do que já havia dito em público e privadamente desde que tinha memória: era contra a pena de morte em qualquer lugar, circunstância ou por qualquer motivo. Em seguida, acrescentou que não tinha nada mais a dizer, pois possuía como norma não responder a perguntas desnecessárias ou

---

<sup>751</sup> SARAMAGO, José. Hasta aquí he llegado. *El País*, 14 de abril de 2003. Disponível em: <http://www.elpais.com/archivo/buscador.html>. Acesso em: 15/11/2008.

<sup>752</sup> *El País*, 28 de abril de 2003. Disponível em: <http://www.elpais.com/archivo/buscador.html>. Acesso em: 24/11/2008.

provocadoras, mesmo que viessem de uma pessoa tão “respeitável e cheia de méritos”.<sup>753</sup> Para Vargas Llosa, essa resposta de García Márquez foi muito cínica, pois não era segredo para ninguém que Fidel Castro “regalava a seus cortesãos e amigos alguns presos políticos de vez em quando”. Vargas Llosa declarou, entre outras coisas, que, além de ser cortesão de Fidel Castro, García Márquez havia se acomodado frente aos abusos e atropelos contra os direitos humanos na ilha.<sup>754</sup>

Enquanto Vargas Llosa criticava o regime cubano e a convivência de García Márquez com os abusos do poder na ilha, o escritor colombiano assinava em Cuba, junto com outros 164 intelectuais, uma carta aberta com o título de *Mensaje desde La Habana para amigos que están lejos*, na qual denunciavam uma dura campanha contra Cuba naquele momento. Tudo indicava que García Márquez estava cumprindo aquilo que declarou vários anos antes (em 1995): “sou daqueles que se enterram com seus amigos, irei até o fim”.<sup>755</sup> De fato, desde meados dos anos setenta, García Márquez era um “grande amigo” da Revolução e de Fidel Castro. O escritor colombiano sempre fez questão de mostrar sua militância por meio de crônicas, artigos e atitudes favoráveis a Cuba. Militância que lhe rendeu inúmeras críticas que evitava contestar para não revelar algo que pudesse comprometer ainda mais a Revolução.

---

<sup>753</sup> *El País*, 30 de abril de 2003. Disponível em: <http://www.elpais.com/archivo/buscador.html>. Acesso em: 24/11/2008.

<sup>754</sup> *El Tiempo*, 03 de maio de 2003. Disponível em: <http://www.eltiempo.com/>. Acesso em: 13/12/2008.

<sup>755</sup> *El País*, 30 de setembro de 1995. Disponível em: <http://www.elpais.com/archivo/buscador.html>. Acesso em: 27/07/2007.

## 7.2. Vargas Llosa: um intelectual em defesa do neoliberalismo

Pela quantidade de escritos de Vargas Llosa sobre o pensamento liberal e neoliberal, concluimos que o silêncio não foi uma característica da sua trajetória intelectual. Se, por um lado, percebemos um certo recuo do intelectual de esquerda na esfera pública, por outro, Vargas Llosa foi a prova cabal de que o intelectual defensor dos princípios liberais continuava atuante. A conversão ao liberalismo ocorreu em meados da década de 1970, mas foi a partir do início dos anos oitenta que Vargas Llosa passou a ser um grande defensor do neoliberalismo. Suas maiores influências foram Ludwig von Mises, Karl Popper, Friedrich Hayek e Isaiah Berlin. Vargas Llosa adotou distintos elementos de cada um desses autores e construiu uma visão liberal de mundo que permitiu a ele compreender de forma bastante peculiar a crise das esquerdas e, além disso, refutar todos os pressupostos teóricos do socialismo.

Entre 1987 e 1989, a vida de Vargas Llosa tomou uma nova direção. Ele deixou Londres, regressou a Lima e se candidatou à presidência do Peru. Nesse período, lia e escrevia relativamente pouco e vivia intensamente a realidade nacional. A situação política e econômica no Peru, desde fins da década de sessenta, passava por momentos delicados, com sérios problemas. Foi assim no governo do general Juan Velasco Alvarado (1968-1975), de Francisco Morales Bermúdez (1975-1980), de Fernando Belaúnde Terry (1980-1985) e de Alan García (1985-1990). O último, membro da *Alianza Popular Revolucionaria Americana* (APRA), inicialmente gozou de um amplo apoio dos peruanos,

mas, no final de seu mandato, o país vivia uma de suas piores crises econômicas, com uma inflação “galopante” e baixo apoio da população.<sup>756</sup>

Nos anos setenta e oitenta, os movimentos guerrilheiros peruanos cresceram até alcançar proporções antes inimagináveis. A guerrilha dos anos sessenta, inspirada no modelo guevarista, ainda pouco organizada e com grupos pequenos — inicialmente liderada por Hugo Blanco e Javier Heraud —, sofreu reveses irrecuperáveis. Em 1965, Luis de la Puente Uceda fundou o Movimento de Esquerda Revolucionário (MIR) em Cuzco e Héctor Béjar organizou o Exército de Libertação Nacional (ELN) nas montanhas e na selva do norte de Ayacucho. Os dois grupos eram formados por estudantes que prometiam a revolução e terra aos camponeses. Em 1966, tanto o MIR quanto o ELN chegaram ao fim, depois de uma grande repressão por parte do governo, e, nos anos setenta, a história do Sendero Luminoso começava.

De 1970 até 1977, o Sendero Luminoso teve pouco visibilidade no Peru, dedicando-se principalmente à atividade educativa. No final dos anos setenta, o movimento já havia expandido sua influência além de Ayacucho, chegando a Cuzco, Apurímac, Huancavelica, Junín e até a cidade de Lima, recrutando camponeses da serra e jovens urbanos economicamente marginalizados. O Sendero Luminoso iniciou a “guerra popular” em maio de 1980 com uma série de ataques violentos na véspera das primeiras eleições democráticas efetuadas em mais de uma década. Em 1983, dando continuidade e intensificando a “guerra popular”, os senderistas estavam em plena guerra contra o Estado, promovendo ataques violentos ao governo e à infraestrutura econômica e atingindo a população civil. Dessa

---

<sup>756</sup> Cf. BOWEN, Sally. *El expediente Fujimori*. El Perú y su presidente, 1990-2000. Lima: Monitor, 2000.

forma, o Sendero Luminoso, no início dos anos 90, era um movimento terrorista e uma força política considerável no Peru.<sup>757</sup>

Vargas Llosa fixou sua atenção nos movimentos guerrilheiros de seu país, com os quais sempre teve divergências. Via no Sendero Luminoso a culminação de todo um processo de legitimação da violência como instrumento de luta política, que, segundo ele, teve início no Peru muito antes da Revolução Cubana, mas que se aprofundou com ela. Com o Sendero Luminoso, Vargas Llosa desenvolveu uma relação bastante conturbada, sobretudo após o “caso Uchuraccay”. Vargas Llosa presidiu a comissão que investigou o assassinato de sete jornalistas no povoado de Uchuraccay, nos Andes, em 1983. No final da investigação, ficou provado que camponeses indígenas do povoado haviam cometido o crime. Isso gerou enorme polêmica, pois a comunidade indígena, estreitamente ligada ao Sendero Luminoso, acusava as Forças Armadas e as autoridades locais de terem praticado o crime. Em 1993, Vargas Llosa escreveu seu primeiro romance com cenário andino, *Lituma en los Andes*, no qual abordou a insurreição senderista. O livro *Contra viento y marea III* reúne vários textos sobre essas questões, como *Sangre y mugre de Uchuraccay*, uma espécie de dossiê com mais de 100 páginas sobre o episódio no povoado indígena, e *La revolución silenciosa*, uma reflexão sobre a trajetória do Sendero Luminoso.

Foi nesse cenário marcado pelo embate violento entre Estado e movimentos guerrilheiros, além de uma crise política e econômica sem precedentes, que Vargas Llosa decidiu se tornar uma figura política na prática cotidiana, ou, como gostava de dizer, passou

---

<sup>757</sup>AMAYO, Enrique (org.). *Sendero Luminoso*. São Paulo: Vértice, 1988 e HERTOGHE, Alain; LABROUSSE, Alain. *Sendero Luminoso*. Peru, uma reportagem. São Paulo: Brasiliense, 1990. Os senderistas destruíam pontes e torres de eletricidade, fechavam caminhos, explodiam trens e executavam autoridades, ladrões de gado, comerciantes e camponeses, qualificados como ricos. FLORES, Alberto. A guerra silenciosa. In: AMAYO, Enrique (org.). *Sendero Luminoso*, p. 104. Além do Sendero Luminoso, surgiu, na década de 1980, no Peru, a guerrilha do *Movimiento Revolucionario Tupac Amaru* (MRTA).



a intervir na política profissional. O escritor fez vários pronunciamentos contra a violência política no país e em oposição ao governo de Alan García; fundou, em 1988, o *Movimiento Libertad* e se candidatou à presidência da República em 1989, pela Frente Democrática (Fredemo), uma coalizão dos partidos *Acción Popular*, *Partido Popular Cristiano* e do *Movimiento Libertad*, cujo programa era basicamente levar a termo “uma revolução de signo liberal” com ênfase na liberdade econômica em oposição à tradição estatista peruana. Durante a campanha, Vargas Llosa e os dirigentes da Frente Democrática insistiram na importância da responsabilidade individual frente à dependência passiva em relação ao Estado. Queriam, na verdade, mudar a “mentalidade assistencialista” entre os peruanos de classe média e os pobres, num país marcado pela violência terrorista, com larga tradição estatista e acentuada tradição indígena. Através da *Acción Solidaria*, dirigida pela mulher do escritor, Patricia Vargas Llosa, puseram em prática algumas dessas idéias, ensinando os jovens dos bairros pobres a construir casas, criar empresas etc. O grande desafio da campanha era a aproximação com o peruano humilde, que via Vargas Llosa como uma figura célebre, estrangeira e distante de sua experiência, e, por isso, pouco conhecedor da realidade peruana.<sup>758</sup> Como sabemos, o esforço foi em vão, Vargas Llosa nunca alcançou o êxito desejado, ou seja, não conseguiu estabelecer uma comunicação efetiva com os setores mais populares do eleitorado com seu discurso neoliberal. O que contribuiu, em grande medida, para sua derrota nas eleições para presidente.

No momento em que a oposição acusava Vargas Llosa de pretender instalar um programa de choque neoliberal no país, para resolver os problemas econômicos,<sup>759</sup> surgiu a

---

<sup>758</sup> Cf. VARGAS LLOSA, Mario. *Peixe na água*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994; WILLIAMS, Raymond L. *Vargas Llosa, otra historia de un deicidio*. México: Taurus, 2001.

<sup>759</sup> Seus opositores também o acusaram de nepotismo, já que sua equipe de campanha era formada basicamente por seu filho Alvaro Vargas Llosa, de 23 anos, que foi seu porta-voz e assessor; sua esposa

candidatura do então quase desconhecido descendente de japoneses, Alberto Fujimori<sup>760</sup>, que conseguiu estabelecer uma comunicação direta com os setores mais pobres do eleitorado. No segundo turno, Fujimori derrotou Vargas Llosa por 56.53% a 33.92% dos votos. Fujimori somou os votos dos apristas (seguidores da APRA) e da esquerda.<sup>761</sup> Para Vargas Llosa, sua derrota ocorreu porque parte do eleitorado e a oposição não teriam compreendido seu programa de governo, que propunha

sanear as finanças públicas, acabar com a inflação e abrir a economia peruana para o mundo, como parte de um projeto integral de desmantelamento da estrutura discriminatória da sociedade, removendo seus sistemas de privilégio, de modo que os milhões de pobres e marginalizados pudessem finalmente aceder àquilo que Hayek chama “a trindade inseparável da civilização”: a legalidade, a liberdade e a propriedade.<sup>762</sup>

A derrota de Vargas Llosa pode ser explicada pelas propostas de seu programa neoliberal, que propiciaram um desencontro com o eleitorado popular, que não se identificava com o seu conteúdo, e, acima de tudo, não via nele nenhum benefício. Em linhas gerais, o seu programa de governo, em 1990, propunha as seguintes reformas: privatizar empresas estatais; ampliar o mercado de trabalho, diminuindo a estabilidade no emprego e propiciando a criação de novos postos de trabalho; desenvolver uma reforma educacional para que os pobres pudessem competir no mercado de trabalho, reforma necessária para criar igualdade de oportunidades para todas as crianças e jovens, elevando a

---

Patricia Vargas Llosa, que se encarregou do Programa de Apoio Social; e seu cunhado, Lucho Llosa, que foi membro destacado da equipe. Cf. ESCÁRZAGA NICTÉ, Fabiola. La utopía liberal de Vargas Llosa. *Política y Cultura*, México, Universidad Autónoma Metropolitana, 2002, p. 236. Alvaro Vargas Llosa é co-autor do livro *Manual del perfecto idiota latino-americano* (1996), no qual defende o neoliberalismo e critica as esquerdas. Na edição espanhola, o prefácio é de Mário Vargas Llosa. Ver: VARGAS LLOSA, Alvaro; ALBERTO MONTANER, Carlos; APULEYO MENDOZA, Plinio. *Manual del perfecto idiota latino-americano*. Barcelona: Plaza y Janés, 1996. No Brasil, a primeira edição foi publicada pela Bertrand Brasil em 1997.

<sup>760</sup> Fujimori organizou um “movimento independente” com o nome de “Cambio 90”, pelo qual lançou sua candidatura.

<sup>761</sup> BOWEN, Sally. *El expediente Fujimori*. El Perú y su presidente, 1990-2000, p. 76.

<sup>762</sup> VARGAS LLOSA, Mario. *Peixe na água*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p. 519.

qualidade da educação; intensificar a reforma agrária, introduzindo o mercado no campo, privatizando e transferindo as terras estatais e semi-estatais para sociedade civil, criando assim uma massa de proprietários e empresários independentes; e, por fim, pacificar o país, combatendo o terrorismo dos movimentos guerrilheiros, mobilizando os camponeses, os operários e os estudantes. Propunha que a população civil se organizasse para proteger os centros de trabalho, as cooperativas, as comunidades, os serviços e as vias de comunicação, colaborando com as Forças Armadas, porém, com a direção da autoridade civil.<sup>763</sup>

Vários artigos que Vargas Llosa publicou em fins dos anos 80, durante quase toda a década de 90 e nos primeiros anos século XXI, revelavam uma postura muito militante do escritor. Alguns desses artigos estão compilados no livro *A linguagem da paixão*, que reúne textos publicados na sua coluna “Pedra de Toque” do jornal *El País*, entre 1992 e 2000. Em uma pequena nota introdutória ao referido livro, Vargas Llosa afirmou que o seu título era uma homenagem a Octavio Paz, por reunir textos “escritos com uma vocação apaixonada e beligerante”. Além disso, se posicionou, de forma agressiva, a respeito das críticas que recebeu pelo conteúdo dos artigos ali reunidos. Críticas que ele não aceitava e que por isso desqualificava aqueles que as tinham feito:

A verdade é que sempre tento escrever da maneira mais desapaixonada possível, pois sei que cabeça quente, idéias claras e boa prosa são incompatíveis, embora saiba também que nem sempre consigo fazê-lo. Seja como for, a paixão não é alheia a esses artigos, a julgar pelas reações que têm provocado em diferentes partes do mundo de um variado elenco de opositores, entre os quais um arcebispo de Buenos Aires que se iguala a uma socióloga mundana de Londres, um burocrata de Washington que parece um ideólogo catalão, e escribas supostamente progressistas que na verdade são pré-históricos. Não festejo nem lamento essas críticas a meus artigos; eu as considero como provas da independência e da liberdade com que os escrevo.<sup>764</sup>

---

<sup>763</sup> *Ibidem*, p. 344-351 *passim*.

<sup>764</sup> VARGAS LLOSA, Mario. *A linguagem da paixão*. São Paulo: Arx, 2002, p. 5-6.

Os artigos reunidos em *A linguagem da paixão* não foram compilados por uma proximidade temática, pelo contrário, abrangem um leque variado de assuntos que passam pela política, cultura, religião, problemas sociais, notas de viagem, literatura, pintura, música e acontecimentos atuais. Já no livro *Os desafios à liberdade*, os artigos — publicados originalmente entre 1990 e 1994 — foram reunidos por sua proximidade temática. São textos que analisam os desafios para implantar a democracia nos países pós-comunistas e que criticam o nacionalismo extremado, o fundamentalismo religioso e os intentos para restabelecer a tradição autoritária na América Latina. Outros temas recorrentes são a defesa da globalização e da opção liberal como uma aliança simultânea e indivisível da democracia política e liberdade econômica. Enfim, como afirmou o próprio autor, são textos que “querem dar testemunho da fecunda vitalidade das idéias e valores promovidos por certos pensadores liberais para enfrentar o que Josep Pla chamava de ‘a confusão contemporânea’.”<sup>765</sup>

Na verdade, existe um tema que perpassa todos os artigos publicados por Vargas Llosa no final dos anos oitenta, na década de 90 e no início do século XXI — incluindo os que estão reunidos em *A linguagem da paixão* e *Os desafios à liberdade* —, qual seja: a defesa de uma “cultura da liberdade”, alicerçada em dois pilares: democracia e livre mercado. Assim sendo, optamos por analisar aqueles textos que expressam com maior intensidade e clareza a defesa da democracia e do liberalismo e a crítica às esquerdas e ao socialismo.<sup>766</sup>

---

<sup>765</sup> VARGAS LLOSA, Mario. *Los desafíos a la libertad*. Lima: Peisa, 1994, p. 9.

<sup>766</sup> São todos artigos que discutem temas relevantes para compreendermos o mundo contemporâneo, mas como precisamos fazer um recorte orientado para o tema do trabalho, deixamos de fora assuntos importantes como: fundamentalismo religioso, terrorismo no Oriente Médio, xenofobia, multiculturalismo, imigração, entre outros.

No texto “A moral dos cínicos” (1992), a partir de uma distinção formulada por Max Weber, Vargas Llosa discutiu duas formas de moral, às quais se ajustariam todas as ações humanas “eticamente orientadas”: a da convicção e a da responsabilidade. Nesse sentido, o homem de convicção diz o que pensa e “age de acordo com aquilo em que acredita, sem medir as conseqüências, porque para ele a autenticidade e a verdade devem prevalecer sempre e estão acima de considerações de oportunidade ou circunstâncias.” O homem responsável liga suas “convicções e princípios a uma conduta que se baseia nas reverberações e efeitos do que diz e faz”, está sempre preocupado com que seus atos “não provoquem catástrofes ou resultados contrários a um desígnio de longo alcance”.<sup>767</sup>

Entre os políticos, segundo Vargas Llosa, a moral da responsabilidade era sempre mais difícil, pois ela poderia se bifurcar com maior facilidade, dando origem, entre outras coisas, a condutas autoritárias. Daí seu questionamento: “qual será o futuro da democracia liberal no mundo?” Vargas Llosa não apontou um futuro para a democracia liberal, mas traçou um cenário mundial não muito propício para o seu desenvolvimento. Apesar de teoricamente a cultura democrática ter ganhado uma nova vitalidade com o “desabamento do totalitarismo” no Leste Europeu, na prática, segundo ele, a democracia ainda funcionava mal em muitas sociedades recém-emancipadas da “tutela marxista”, como, por exemplo, na Ucrânia, Sérvia, Rússia e Polônia. Além disso, o sistema democrático passava por uma crise em países como a França e os Estados Unidos, onde ele parecia estar enraizado e invulnerável. Na América Latina, “a besta autoritária” voltava a “levantar cabeça” no Haiti, Peru e Venezuela. A democracia permanecia ausente na “satrapia fundamentalista do Irã, na ditadura de Cuba e no regime despótico de Kim Il Sung”. Na França, o neonazismo ganhava força com a Frente Nacional criada por Jean-Marie Le Pen. Por conta desses

---

<sup>767</sup> VARGAS LLOSA, Mario. *A linguagem da paixão*, p. 27-28.

exemplos, Vargas Llosa temia pelo futuro da democracia. Ele não julgava o sistema democrático perfeito, porém, a seu ver, foi o que trouxe mais prosperidade, liberdade e respeito aos direitos humanos ao longo da história.<sup>768</sup>

No início dos anos 90, para Vargas Llosa, o principal problema dos regimes democráticos era a crise da democracia representativa, provocada pelo grande distanciamento entre governantes e governados. Apesar do eleitorado votar naqueles que legislavam e governavam, na maioria das vezes não acreditava neles e quase sempre ia às urnas para depositar seu voto em épocas determinadas, de forma mecânica, como parte de um “ritual despojado de toda substância”. Além disso, muitos nem “se davam a esse trabalho”, pois o abstencionismo, “fenômeno generalizado da democracia liberal,” atingia “em alguns países índices perturbadores”. Para Vargas Llosa, essa falta de fé do cidadão em seus dirigentes políticos, cujo resultado era a perda da autoridade da classe política, poderia ser explicada pela existência de um certo consenso que fazia da atividade política, nas sociedades democráticas, uma mera representação, onde “as coisas que se dizia, ou se fazia, careciam de convicções e obedeciam a motivos e desígnios opostos ao confessados explicitamente por quem governa”. Os resultados disso eram “as piores malandragens e molecagens” que se justificavam “em nome da eficácia e do pragmatismo”. Como primeiro passo para resolver essa crise do sistema democrático, Vargas Llosa propôs uma única “moral para governantes e governados, com suas incertezas, desafios e perigos compartilhados, onde convicção e responsabilidade fossem tão indissociáveis como a voz e a palavra ou como as duas faces de uma moeda”.<sup>769</sup>

---

<sup>768</sup> *Ibidem*, p. 30-32.

<sup>769</sup> *Ibidem*, 34-35.

Vargas Llosa possuía uma profunda aversão por qualquer forma de governo ou ideologia que inibisse o direito dos indivíduos de decidir como deveriam ser governados e quem deveria exercer o governo. Isso, a seu ver, era o mínimo de racionalidade e civilidade que deveria existir na vida política de qualquer país do mundo, era o que permitia garantir justiça sem sacrificar a democracia ou vice-versa. Esse modelo ideal de democracia, segundo ele, às vezes chocava-se, sobretudo na América Latina, com os interesses daqueles que clamavam por mudanças sociais profundas e rápidas, ignorando as formalidades democráticas. Contudo, tinha plena convicção — “a história lhe ensinou” — que a opção revolucionária, ainda que parecesse atender essa urgência, só atrasaria mais a possibilidade de alcançar a justiça social. Em muitos países latino-americanos, Vargas Llosa via apenas uma aparência democrática que mascarava ou distorcia os verdadeiros problemas sociais e, no fundo, contribuía para postergar indefinidamente a sua solução, o que punha esses países, às vezes, em situações extremas e favorecia os ciclos de violência e anarquia.<sup>770</sup>

As críticas de Vargas Llosa à democracia representativa, àqueles que clamavam por mudanças sociais profundas e rápidas, e a afirmação de que na América Latina a aparência democrática favorecia os ciclos de violência e anarquia, expressavam seu profundo descontentamento não apenas com relação à situação política latino-americana, mas, principalmente, com relação à política peruana, sobretudo pela sua derrota nas eleições de 1990. No artigo “A moral dos cínicos”, Vargas Llosa estava justificando que, mesmo sendo um defensor da democracia e da liberdade, não conseguiu convencer a maioria em seu país de que seu programa de governo conseguiria a “façanha” de conciliar a política neoliberal com justiça social. Vargas Llosa se sentiu “rejeitado” por um sistema

---

<sup>770</sup> Cf. MIGUEL OVIEDO. José. *Dossier Vargas Llosa*. Lima: Taurus, 2007, p. 114-115; VARGAS LLOSA, Mario. *Contra viento y marea III* (1964-1988). Barcelona: Seix Barral, 1990, p. 491-492.

democrático, que, segundo ele, não funcionava a contento. Cabe ressaltar que, em 1992, o presidente Alberto Fujimori deu um golpe de Estado com o apoio das Forças Armadas, dissolveu o Congresso, prendeu a maioria dos líderes partidários, censurou os meios de comunicação e colocou o Exército nas principais ruas e instituições de Lima.<sup>771</sup> O golpe ocorreu em abril de 1992, e Vargas Llosa escreveu o artigo “A moral dos cínicos” em julho do mesmo ano.

Para Vargas Llosa, os países latino-americanos, desde a emancipação no século XIX, expressavam uma “inaptidão” para constituir governos democráticos, o que teria levado ao empobrecimento da liberdade e a transformado numa caricatura. Após alcançar a independência, a seu ver, os latino-americanos teriam sido incapazes de construir governos estáveis e para o bem comum. A consequência disso foi a divisão territorial e as guerras civis pelo poder, que causaram mais pobreza e vulnerabilidade, facilitando invasões, ocupações e despojos. A comparação com o vizinho do norte era inevitável. Para Vargas Llosa, os Estados Unidos, logo após sua independência, criaram uma Constituição simples e breve que serviu para organizar o funcionamento de um regime democrático em uma vasta sociedade. Já na América Latina, “proliferaram cartas magnas com muitos capítulos e dispositivos” que, na maioria das vezes, não tinham nada a ver com a realidade que as produziram, eram “ficções que nada diziam”. Essas Constituições prescreviam repúblicas exemplares, poderes independentes que fiscalizassem um ao outro, eleições livres, liberdades garantidas, tribunais probos e acessíveis, propriedade privada inalienável, forças armadas submetidas ao poder civil, educação universal e gratuita etc. Porém, segundo ele,

---

<sup>771</sup> Cf. BOWEN, Sally. *El expediente Fujimori*. El Perú y su presidente, 1990-2000.



na prática, os dispositivos dessas Constituições nunca foram aplicados na íntegra à realidade de muitos países ao longo do século XIX e em boa parte do século XX.<sup>772</sup>

Isso se explicava, em parte, segundo Vargas Llosa, pelo fato do latino-americano dissociar o discurso da prática, uma constante praticada tanto por conservadores quanto por progressistas. A dissociação entre discurso e prática poderia trazer consequências perigosas, como, por exemplo, a que estava relacionada com o princípio básico da cultura democrática: o contrato social. A dissociação entre discurso e prática poderia também levar a população a compreender a política como uma “representação teatral”, na qual a coreografia, “desconectada da verdade e da experiência”, mostrava “personagens mais ou menos loquazes e sem talento que” exercitavam “a arte de iludir as pessoas, prometendo coisas que não faziam e fazendo coisas que não prometeram”.<sup>773</sup>

Para mostrar a suposta incapacidade dos países da América Latina — em comparação com a experiência norte-americana — para construir regimes democráticos liberais estáveis, Vargas Llosa retomou idéias recorrentes no debate político-intelectual latino-americano desde as primeiras décadas do século XIX. Com uma visão superficial, generalista, pessimista — e até mesmo preconceituosa —, Vargas Llosa quis mostrar que na América Latina, historicamente, a democracia quase não teve avanços, tanto pela “inaptidão” dos seus governantes quanto pela “debilidade” de seus habitantes. Na verdade, para Vargas Llosa, o grande problema era que os países latino-americanos não teriam sido fundados pelos princípios básicos da democracia, o que explicava a ausência de uma

---

<sup>772</sup> VARGAS LLOSA, Mario. América Latina y la opción liberal. In: LEVINE, Barry B. (Comp.). *El desafío neoliberal*. El fin del tercermundismo en América Latina. Bogotá: Grupo Editorial Norma, 1992, p. 19-20.

<sup>773</sup> *Ibidem*, p. 22.

cultura democrática que permitisse de fato a instituição do contrato social.<sup>774</sup> Vargas Llosa acreditava que a democracia pudesse resolver todos as mazelas dos latino-americanos, apesar de afirmar, em algumas ocasiões, que a democracia não era um sistema perfeito.

Apesar de todas as críticas à democracia na América Latina, o escritor peruano acreditava que o subcontinente vivia, no início dos anos 90, um momento crucial para converter-se em uma região próspera, fazendo da “cultura da liberdade” o seu caminho. Era um momento crucial porque as ditaduras militares e o “utopismo revolucionário” estavam sendo “rechaçados” e a democracia estava “deitando raízes em amplos setores sociais”, que viam nos regimes civis a consolidação da liberdade de imprensa, de eleições livres, da defesa do desrespeito aos direitos humanos e uma esperança mais concreta de bem-estar.<sup>775</sup>

O problema, para Vargas Llosa, era, como já apontamos, a tradição estatista que existia na maioria dos países latino-americanos, nos quais, segundo ele, a economia era semi-estatizada, com “toda sorte de controles”, onde “proliferavam” práticas monopólicas e o nacionalismo econômico. O fenômeno do “Estado forte” sempre tinha sido o “principal entrave à modernização”, porque ele gerava regulamentações asfixiantes, inflação, subsídios desnecessários e um crônico déficit fiscal. Para mudar tal situação, Vargas Llosa propunha uma reforma liberal profunda, que modernizasse o Estado e diminuísse sua força. Modernizar o Estado, significava, para Vargas Llosa, privatizar as empresas estatais, acabar com as regulamentações, controles, regimes de subsídios e concessões monopólicas. Enfim, “criar genuínas economias de mercado, com regras simples, claras e equitativas, em que o êxito e o fracasso não dependessem da burocracia, mas do consumidor”. Contudo, para

---

<sup>774</sup> Apenas os Estados Unidos se constituí em exemplo de país fundado pelos princípios democráticos. Ainda que os princípios democráticos tivessem sido fundados em uma sociedade que mantinha, em parte de seu território, o regime escravocrata.

<sup>775</sup> VARGAS LLOSA, Mario. América Latina y la opción liberal. In: LEVINE, Barry B. (Comp.). *El desafío neoliberal*. El fin del tercermundismo en América Latina, p. 25.

Vargas Llosa, isso não bastava, era necessário também “desestatizar as mentalidades” acostumadas “por longos séculos com práticas autoritárias, Estado forte e dádiva”. Quando os latino-americanos rompessem com essa mentalidade e optassem pelo liberalismo começaria, a seu juízo, “a ser realidade a revolução da liberdade”.<sup>776</sup>

Para implementar na América Latina uma “verdadeira economia de mercado” era primordial, para Vargas Llosa, criar um sistema que permitisse a igualdade de oportunidades. Para isso não haveria “uma receita única”, mas, ainda assim, o escritor arriscou algumas respostas que, na verdade, não se adequavam à realidade social da grande maioria dos países latino-americanos. Considerava a educação como uma das ferramentas básicas para a igualdade de oportunidades e não importava se a educação, como propunham alguns liberais, fosse totalmente privada ou se junto a ela existisse o ensino público, isso, para ele, era o menos importante. O fundamental era que todos tivessem acesso a um sistema educativo de qualidade, sem que as diferenças de posição social determinassem de maneira automática que uns jovens recebessem uma formação escolar, universitária e profissional de alto nível e outros, uma deficiente. Isso, a seu ver, era rotineiro nos países latino-americanos e era uma das piores injustiças. O que Vargas Llosa não respondeu foi como fazer com que a maioria da população excluída dos direitos sociais mais elementares tivesse acesso a uma educação de qualidade, ainda mais sendo privada. Isso explica, em parte, porque, durante sua campanha eleitoral, a grande maioria dos peruanos rejeitou sua candidatura à presidência.

Contudo, ele reconhecia que, na América Latina, não bastava uma reforma liberal no sistema educativo para criar igualdade de oportunidades, porque as desigualdades e os desequilíbrios econômicos eram tão grandes e a pobreza tão extrema que, “na situação de

---

<sup>776</sup> *Ibidem*, p. 25-30.

marginalização e prostração” em que a maioria dos pobres se encontrava, dificilmente poderiam aproveitar de “maneira cabal” qualquer oportunidade educativa se ela existisse.<sup>777</sup> Para “os pobres da América Latina”, segundo Vargas Llosa, a igualdade de oportunidades não poderia significar outra coisa senão a reforma econômica e social. Para resolver o problema, os socialistas pensavam que deveriam socializar e distribuir a propriedade privada, mas, para Vargas Llosa, isso era inaceitável, pois a propriedade privada deveria ser a “encarnação da noção de liberdade, de soberania individual, de independência do indivíduo frente ao poder”. Porém, na América Latina, a propriedade estava concentrada em poucas e, às vezes, “em pouquíssimas mãos”, e isso também não era democrático. Para ele, então, a solução não estaria em “abolir a propriedade privada”, como defendiam os marxistas, mas em “estendê-la, propagá-la e facilitar seu acesso aos setores cada vez mais amplos, de maneira que com ela mais e mais cidadãos adquiram um sentido concreto e estimulante de sua liberdade”.<sup>778</sup>

Para muitos liberais, o processo de popularização da propriedade privada deveria ser obra do mercado, mas, para liberais latino-americanos como Vargas Llosa, nos países “emergentes” ou em desenvolvimento, onde a desigualdade econômica era muito atroz, o mercado levaria talvez séculos para popularizar a propriedade privada ou talvez nunca fosse possível fazê-lo. Para o escritor peruano um “governo de corte liberal” poderia acelerar esse processo de várias formas, como, por exemplo, “levando a cabo a privatização de empresas estatais com um critério eminentemente social”, ou seja, concedendo todas as facilidades e preferências aos empregados e aos cidadãos de poucas posses para a aquisição

---

<sup>777</sup> *Ibidem*, p. 31.

<sup>778</sup> *Ibidem*, p. 32.

de ações da empresa.<sup>779</sup> Ademais, se existisse uma razão ou circunstância que justificasse um esforço extraordinário por parte do Estado na economia, essa seria a difusão popular da propriedade privada.<sup>780</sup> Vargas Llosa tocou num ponto crucial para a implantação da sociedade democrática de mercado nos países “emergentes” como os da América Latina. Neles, contraditoriamente, a necessidade de intervenção do Estado, para colocar em prática as políticas neoliberais, se tornava necessária, seja para maximizar o crescimento econômico, seja para minimizar os efeitos das práticas econômicas nas camadas mais pobres, quebrando, até certo ponto, a lógica das funções mínimas do Estado.

Apesar de ser um grande defensor da sociedade de mercado, contraditoriamente, Vargas Llosa criticava o capitalismo sem controle, pois isso beirava a um “novo dogmatismo intransigente” com pretensão de “substituir os dogmas marxistas da luta de classes” e “da mais-valia” pelo do “mercado como panacéia, distribuidor inteligente de recursos e ferramenta insubstituível da prosperidade das nações”. Para ele, o “jogo da oferta e da procura” costumava ser “uma ilusão”, pois nos mercados financeiros os fatores objetivos deveriam determinar a alta ou queda dos preços, porém, muitas vezes, isso não acontecia por conta de “efeitos psicológicos da expectativa ou da confiança”, levando os índices a subir “às nuvens” ou desmoronar”. Além disso, argumentou Vargas Llosa, na “sociedade pós-moderna”, mais até que a livre concorrência, “a publicidade e o marketing” impunham “um produto ao gosto do público, tirando outro de circulação, desnaturalizando uma característica central da teoria do mercado: a escolha responsável do consumidor”. Vargas Llosa criticava o mercado como ele se apresentava na atualidade e colocava em

---

<sup>779</sup> Em países como Brasil, México e Chile as privatizações de empresas estatais ocorreram sem muita regulamentação e, quase sempre, à revelia e sem a participação dos empregados e da sociedade como um todo.

<sup>780</sup> VARGAS LLOSA, Mario. América Latina y la opción liberal, p. 32.

evidência a problemática central do liberalismo e, ao mesmo tempo, desculpava os pensadores liberais:

É verdade que o mercado, quanto mais livre e mais riqueza produzir uma sociedade, desumaniza mais as relações pessoais, descolorindo-as, porque esfria consideravelmente a vida espiritual e religiosa das pessoas, enfraquece a família e faz da vida uma rotina angustiante ditada pela competitividade. Mas isso os grandes pensadores liberais sempre souberam, e é a razão pela qual, de Smith a Von Mises, sempre insistiram que uma vida cultural e religiosa intensa era o complemento indispensável do mercado livre para cimentar a civilização. Nenhum deles pôde prever que o desenvolvimento da tecnologia, da ciência e da economia provocaria sérios danos na cultura religiosa e uma transformação tão radical da cultura como a que aconteceu.<sup>781</sup>

Vargas Llosa não só desculpou os liberais pela atual situação do mercado, como praticamente culpou “a publicidade e o marketing” pelo descontrole do capitalismo. Uma visão simplista que se explica pelo alto teor de sua militância política em prol da sociedade democrática de mercado. Podemos concluir que Vargas Llosa acreditava de fato que uma autêntica reforma neoliberal tiraria a América Latina do seu subdesenvolvimento. A junção de livre mercado com Estado mínimo, fundamentalmente, promoveria justiça social, democracia e liberdade. Guardadas as devidas diferenças, Cortázar e García Márquez, ao defenderem o socialismo como prática social e política também queriam retirar a América Latina do subdesenvolvimento, promovendo justiça social. No caso de Cortázar, suas contradições e angústias se explicavam pelo fato de querer conciliar socialismo com democracia; García Márquez, por entender que a promoção da justiça social poderia justificar a falta de democracia; e Vargas Llosa, por tentar, com todos os argumentos, mostrar que era possível promover justiça social com práticas neoliberais.

Nesse período de intensa militância em prol da “cultura da liberdade”, Vargas Llosa também fez várias críticas às esquerdas. No artigo *La muerte del Che*, escrito em novembro

---

<sup>781</sup> VARGAS LLOSA, Mario. O diabo pregador. In: VARGAS LLOSA, Mario *A linguagem da paixão*, 2002, p. 162.

de 1992, afirmou que, naquele momento, o aniversário da morte de Che Guevara havia transcorrido de “maneira quase furtiva”, sem muita agitação e homenagens. Para ele, isso era prova de que a “imagem lendária” do comandante de cabelos compridos, boina preta, metralhadora no ombro e um charuto entre os dedos — imagem que rodou o mundo e foi símbolo da rebeldia estudantil, inspiradora de um novo radicalismo e modelo para as aspirações revolucionárias de jovens mundo afora — se tornara, naquele momento, “quase esquecida”, que não “inspirava e nem interessava a mais ninguém”. Não é possível concordar com Vargas Llosa, pois Che Guevara, naquele momento, era um dos principais ícones de rebeldia em grande parte do mundo.<sup>782</sup> Além de ser evocado por movimentos estudantis, indígenas e camponeses como, por exemplo, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), no Brasil, e o Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN), no México.

Para Vargas Llosa, além do mais, era notório que a humanidade não caminhava na direção daquilo que Che Guevara pregava e premeditava. Do socialismo sobrevivia apenas a sua versão aburguesada e democrática, pois a versão que Che Guevara defendeu teria sido

eliminada do planeta por ação das massas que padeciam, como na Rússia e Europa central; ou degenerado e se transformado em um estranho hibridismo, como na China Popular, onde o Partido Comunista acaba de aprovar, triunfalmente, em seu último congresso, a marcha do país até o mercado e o capitalismo sob a direção esclarecida — e única — do marxismo-leninismo-maóismo. Na América Latina e na África, os escassos focos revolucionários se extinguem e os sobreviventes negociam a paz e se convertem em partidos políticos dispostos — pelo menos da boca para fora — a conviver com os adversários dentro de sistemas multipartidários.<sup>783</sup>

O escritor peruano usou a imagem de Che Guevara — e tudo aquilo que ele representou, de acordo com a sua concepção — para mostrar que a esquerda mundial e

---

<sup>782</sup> Nos dias atuais, em certa medida, Che Guevara ainda é um dos principais símbolos de rebeldia.

<sup>783</sup> VARGAS LLOSA, Mario *Desafíos a la libertad*, 1994, p. 165.

latino-americana estava em crise e caminhando bem distante daquilo que, em vida, o guerrilheiro pregou. Vinte e cinco anos depois de sua morte, a figura de Che Guevara, segundo Vargas Llosa, havia perdido sua “auréola romântica” e revelado, por trás do que “parecia ser um idealista”, uma figura “fanática e de covarde silhueta terrorista que, ocultada nas sombras, assassinava inocentes”. Para ele, a frase de Che Guevara, “criar dois, três, muitos Vietnãs na superfície do globo”, dita nos anos sessenta, parecia, para muitos, uma “consigna apaixonada para mobilizar toda a humanidade contra a exploração e a injustiça”, mas que, naquele momento, era “um autêntico delírio psicopata e apocalíptico que poderia resultar somente em mais fome e violência para os pobres do mundo”. A teoria guevarista de guerrilha, que outrora “parecia heróica”, por criar condições para a revolução, não teria funcionado em parte alguma e só teria servido “para que milhares de jovens que a adotaram se sacrificassem tragicamente”, abrindo as portas de seus países a “ímpiedosas tiranias militares”.<sup>784</sup>

Para Vargas Llosa, o exemplo e idéias de Che Guevara só teriam contribuído para “desprestigiar ainda mais a cultura democrática” e “enraizar” em universidades, sindicatos e partidos políticos do Terceiro Mundo o “desprezo” pelas eleições, pelo pluralismo, pelas liberdades formais, pela tolerância, pelos direitos humanos, como “se tudo isso fosse incompatível com a autêntica justiça social”. A Revolução Cubana que Che Guevara ajudou a forjar, na concepção do escritor peruano, não teria passado de “um fracasso” e oferecia “um aspecto patético de pequeno enclave opressivo e retrógrado”, onde toda a “mudança era condenada”, o “nível de vida da população caía drasticamente na mesma proporção em que aumentavam as purgas internas e a repressão contra dissidentes e

---

<sup>784</sup> *Ibidem*, p. 166.



cidadãos comuns”. A Revolução Cubana não passava de um “anacronismo histórico que a curto ou médio prazo” esperava “seu desmonte dramático”. Contudo, argumentou Vargas Llosa, existia na “silhueta histórica” de Che Guevara algo “respeitável” e “atrativo” que não o tornava de “todo mal”: a retilínea coerência de sua conduta política. Tal característica era “excepcionalmente rara na vida política”, onde a duplicidade e o cinismo eram moeda corrente.<sup>785</sup>

O breve balanço histórico, político e moral que Vargas Llosa fez de Che Guevara foi extremamente negativo. Nesse sentido, na sua concepção, a principal herança deixada pelo guerrilheiro teria sido a de atrasar, em “pelo menos dois decênios, a modernização política dos países latino-americanos”. Assim, ele considerava uma vitória para a democracia que o “iluminismo revolucionário” e o “exemplo niilista e dogmático” de Che Guevara fossem mesmo desprestigiados e não mobilizassem mais os jovens na “convicção de que a justiça e o progresso não dependiam dos votos e das leis aprovadas por instituições representativas”, mas da “eficácia bélica de uma esclarecida e heróica vanguarda”.<sup>786</sup>

Ao usar a imagem de Che Guevara para criticar a Revolução Cubana e as esquerdas, Vargas Llosa acabou, obviamente, sendo tendencioso e reducionista, pois, além de menosprezar a contribuição e a influência de Che Guevara para os movimentos de esquerda na América Latina, recuperou do pensamento guevarista apenas aquilo que interessava a seus argumentos. Em 1968, em plena efervescência dos acontecimentos daquele ano, Vargas Llosa redigiu, como mostramos no capítulo II, *El diario del Che*, no qual lhe rendeu uma cálida homenagem e construiu uma imagem do guerrilheiro diferente desta que acabamos de mostrar. Che Guevara foi colocado ao lado de figuras como Simón Bolívar e

---

<sup>785</sup> *Ibidem*, p. 166-169 *passim*.

<sup>786</sup> *Ibidem*, p. 169.

José Martí, na defesa da unidade latino-americana. O guerrilheiro foi descrito como libertário, visionário e original. Em 2006, quando publicou o *Diccionario del amante de América Latina*, Vargas Llosa fez questão de colocar os dois artigos no verbete “Che Guevara”, para mostrar que as suas idéias a respeito do guerrilheiro haviam mudado radicalmente.<sup>787</sup>

No artigo *Eterno crepúsculo*, publicado em 1993, Vargas Llosa fez uma breve resenha do livro *Fin de siècle à la Havana. Les secrets du pouvoir cubain*, dos jornalistas franceses Jean-François Fogel e Bertrand Rosenthal, na qual endossou completamente as idéias dos autores sobre a situação cubana após o fim dos regimes comunistas no Leste Europeu. Vargas Llosa argumentou que a principal razão da sobrevivência do regime castrista — sem grandes ameaças internas de explosão popular e em meio ao naufrágio dos regimes comunistas no mundo — era o uso da censura, da educação e da propaganda, ao longo de três décadas e meia, para manipular e internalizar em muitos setores sociais o sentimento fatalista de que não existia alternativa à Revolução. Como também, o uso de um sistema “onipresente de vigilância”, “delações”, “repressão” de “grande ferocidade preventiva”, que reduzia ao mínimo as possibilidades de uma “ação coletiva de libertação”. Essa, segundo Vargas Llosa, era a deprimente visão que se extraía da obra *Fin de siècle à la Havana*,<sup>788</sup> da qual ele compartilhava.

Nessa resenha, Vargas Llosa criticou o socialismo na ilha, afirmando que, nas três décadas e meia de socialismo em Cuba, a sociedade se empobrecia cada vez mais, em decorrência da “anarquia produtiva”, da “asfixia burocrática” e de uma “corrupção

---

<sup>787</sup> Cf. VARGAS LLOSA, Mario. *Diccionario del amante de América Latina*. Barcelona: Paidós, 2006, p. 184-191.

<sup>788</sup> VARGAS LLOSA, Mario *Desafíos a la libertad*, 1994, p. 193.

vertiginosa”; e, como se não bastasse, era uma população controlada por um opressivo enquadramento político que teria criado uma “sociedade de zumbis conformistas”, cujas “energias eram dispensadas apenas na árdua empresa de sobreviver.” Vargas Llosa endossou a tese dos dois jornalistas, ao argumentar que não concordava com o discurso do regime cubano de que a pobreza e os problemas econômicos do país antilhano eram provocados pelo bloqueio econômico. Segundo ele, os problemas internos da ilha não tinham nada a ver com isso. O fracasso econômico de Cuba se devia ao socialismo cubano, que teria empregado grandes somas em projetos sem a menor base científica, inspirados “no delírio e na megalomania de um líder”; que teria criado “uma ineficiente burocratização” na indústria e na agricultura, anulando toda forma de concorrência e de iniciativa; gasto grandes quantias em “aventuras militares estrangeiras”; e teimado em manter o “modelo do estatismo e do coletivismo”, quando os próprios países socialistas tomavam consciência de sua inoperância e iniciavam reformas e mudanças na direção do mercado, da internacionalização e da produção privada de riqueza.<sup>789</sup>

Além do mais, corroborando com a tese dos jornalistas franceses, Vargas Llosa acreditava que o embargo econômico norte-americano a Cuba era uma “*broma*”,<sup>790</sup> porque, se o regime quisesse, ele teria condições de comercializar com outros países, poderia comprar produtos industrializados e insumos de que necessitava da França, Espanha, Canadá, Itália, Alemanha, Japão e de muitos outros países que “estavam ansiosos para vender para Cuba produtos a preços competitivos”. Na verdade, conclui Vargas Llosa, esse comércio já existia, pese o famoso embargo, porém de forma mínima em razão da penúria econômica do país. Apesar de negar a relevância do embargo econômico, Vargas Llosa

---

<sup>789</sup> *Ibidem*, p. 196-197.

<sup>790</sup> No espanhol, *broma* significa bulha, algazarra, gracejo, zombaria.

acreditava que ele era utilizado como um instrumento político tanto pelos Estado Unidos quanto por Cuba. Para Washington, o embargo “permitia manter as aparências de uma luta sem trégua contra os últimos vestígios stalinistas”; para o governo cubano, ele “servia para justificar a sua calamitosa incapacidade socialista de organizar economicamente e socialmente a ilha”.<sup>791</sup>

A afirmação de Vargas Llosa de que o bloqueio era utilizado como instrumento político de ambos os lados, é defensável, porém que ele era uma “*broma*”, é muito simplista.<sup>792</sup> Podemos concluir que, se para García Márquez quase todos os problemas de Cuba derivavam do bloqueio econômico, para Vargas Llosa ele não tinha pouca implicação na situação interna da ilha. Era apenas uma retórica do governo cubano e de seus defensores para justificar os problemas da ilha e não assumir que a opção socialista e as ações deliberadas do regime eram os culpados pelos problemas econômicos do país.

“Depois do ocorrido nos últimos anos no mundo e no próprio continente, segue a esquerda na América Latina ainda mobilizada pela ideologia, pelos dogmas e estereótipos do passado ou começa a se modernizar?” Vargas Llosa fez e respondeu a essa pergunta no artigo *Una izquierda civilizada?*, escrito em 1993, a partir de um encontro a que ele assistiu nos Estados Unidos, na Universidade de Princeton, organizado pelo cientista político mexicano Jorge Castañeda, do qual participaram dois ex-dirigentes guerrilheiros, o colombiano Antonio Navarro Wolff, do M-19, e o salvadorenho Rubén Zamora, da Convergência Democrática; o brasileiro Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos

---

<sup>791</sup> *Ibidem*, p. 197.

<sup>792</sup> No início dos anos noventa o Congresso norte-americano criou leis efetivas com o objetivo de impor novas sanções econômicas contra a ilha, como, por exemplo, a Lei da Democracia Cubana (Lei de Torricelli), aprovada em 1992 com pretensões de obstaculizar o comércio cubano. A Lei de Torricelli concebia que empresas subsidiárias de companhias norte-americanas seriam proibidas de comercializar com Cuba, e navios estrangeiros que entrassem em portos cubanos seriam proibidos de carregar ou descarregar em portos norte-americanos por um período de seis meses. Cf. GOTT, Richard. *Cuba: uma nova história*, 2006, p. 340.

Trabalhadores; o mexicano Cuauhtémoc Cárdenas, do Partido da Revolução Democrática; o chileno Luis Maira, secretário do Partido Socialista do Chile; e o venezuelano Pablo Medina, fundador da Causa Radical, que acabava de assumir o governo de Caracas. O curioso dessa reunião, afirmou Vargas Llosa, era que os seis personagens estavam em uma das universidades de maior prestígio do “império”. Se fosse nas décadas de sessenta e setenta, um dirigente de esquerda nessas condições seria desqualificado ou nem mesmo aceitaria o convite. Isso significava que a esquerda estava de fato mudando, pois além de participarem do encontro, três deles falaram em inglês, dispensando o intérprete.<sup>793</sup>

Durante o evento, segundo Vargas Llosa, todos os representantes da esquerda se mostraram partidários da democracia, das eleições e do pluralismo. Além disso, a palavra “revolução” não fez parte do vocabulário deles e todos “fizeram um claro esforço para não falar de Cuba ou se identificar com ela”. Em uma das sessões, Vargas Llosa comprovou que alguns mediadores até insistiram para que eles falassem sobre Cuba, mas o esforço foi em vão. Na verdade, o único que falou, com um visível embaraço, foi Navarro Wolff, que reconheceu que “era muito difícil falar sobre Cuba”, porém explicou que o M-19 havia recebido no passado uma ajuda constante e generosa de Fidel Castro, isso ele não podia ignorar, e terminou sua exposição dizendo que fazia votos para que a democracia se estabelecesse na ilha. Durante as quatro sessões a que Vargas Llosa assistiu, o único que se pronunciou contra o embargo econômico foi Lula. O escritor peruano estava convicto de que o tema da democracia fazia parte da agenda política dos seis líderes de esquerda. Isso significava, a seu ver, que eles reconheciam a importância das instituições democráticas, que antes as esquerdas chamavam, com desdém, de questões “formais”.<sup>794</sup>

---

<sup>793</sup> VARGAS LLOSA, Mario *Desafíos a la libertad*, 1994, p. 229.

<sup>794</sup> *Ibidem*, 230.

Das intervenções sobre a democracia política, a que mais convenceu Vargas Llosa foi a de Cuauhtémoc Cárdenas, que reconheceu o “monolitismo político”, os abusos, as injustiças e os crimes em seu país, resultantes da falta de democracia. Cuauhtémoc Cárdenas concluiu que não poderia existir desenvolvimento e justiça sem liberdade, ou seja, sem imprensa independente, eleições limpas e instituições representativas. Contudo, as idéias econômicas de Cuauhtémoc Cárdenas estavam, segundo Vargas Llosa, “atrasadas” em relação “às suas convicções políticas”, pois reprovava a política de privatizações e abertura econômica do presidente mexicano Carlos Salinas de Gortari, por “colocar em risco a soberania do país”. Vargas Llosa achava essas críticas “perigosamente nacionalistas”. Na sua perspectiva, a abertura econômica não colocava em risco a soberania do México, pelo contrário, a internacionalização da economia permitiria ao país sair da pobreza, alcançar a prosperidade econômica e fortalecer a sua soberania.<sup>795</sup>

Também, durante o encontro, Vargas Llosa não ouviu nenhum deles postular o retorno da política de socialização da economia, um “velho dogma da esquerda”. Todos, uns mais, outros menos, aceitaram a existência da empresa privada e da inversão estrangeira, e apontaram para a necessidade de se conservar nas mãos do Estado certas indústrias estratégicas e certa intervenção estatal na economia.<sup>796</sup>

O escritor peruano achou saudável que, durante o encontro, ainda que nem todos reconhecessem de maneira explícita, nenhum dos representantes da esquerda postulou que nacionalizar empresas, expropriar terras e coletivizar os meios de produção fosse a receita para alcançar o desenvolvimento e a justiça social. Dessa forma, a resposta de Vargas Llosa

---

<sup>795</sup> No entanto, as reformas neoliberais colocadas em prática no México pelo presidente Salinas de Gortari no início dos anos 90, não possibilitaram ao país, como queria Vargas Llosa, sair da pobreza, alcançar a prosperidade econômica e fortalecer a sua soberania. Cf. ORTIZ WADGYMAR, Arturo. *Política econômica de México (1982-2000)*. El fracaso neoliberal. México D.F: Editorial Nuestro Tiempo, 2001.

<sup>796</sup> Vargas Llosa observou que, se Lula se tornasse presidente, jamais privatizaria a Petrobras.

para a sua própria pergunta — se a esquerda latino-americana começava a se modernizar — foi que, pelo menos aquela esquerda representada na Conferência de Princeton, era “menos perigosa que a de antes”, sobretudo menos ideológica e mais pragmática, realista e democrática. Ainda que, todavia, “sem imaginação”, e, em questões econômicas, “conservadora”.<sup>797</sup> Pode-se concluir que, para Vargas Llosa, a esquerda só iria se modernizar de fato quando ela deixasse de ser esquerda, isto é, quando a esquerda passasse a defender todos os postulados liberais que ele defendia.

Outro tema relevante para compreendermos o pensamento liberal de Vargas Llosa diz respeito à situação do escritor na atual sociedade de mercado. No artigo “A morte do escritor” (1994), ele discutiu o tema a partir de um ensaio publicado pelo escritor francês Henri Raczymow, *La mort du grand écrivain*, que sustentava a idéia do fim dos grandes escritores na atual sociedade democrática de mercado, pois esta seria incompatível com “o modelo de mentor intelectual que foram para seus contemporâneos um Voltaire, um Zola, um Gide ou um Sartre”. Segundo Vargas Llosa, a argumentação de Henri Raczymow era coerente, pois partia de um fato verificável:

Em nossos dias não existe uma única daquelas figuras que no passado, à maneira de um Victor Hugo, irradiavam um prestígio e uma autoridade que transcendiam o círculo de seus leitores e do especificamente artístico e delas fazia uma consciência pública, um arquétipo cujas idéias, tomadas de posição, modos de vida, gestos e manias serviam de padrões de conduta para um vasto setor.<sup>798</sup>

Vargas Llosa postulava que nenhum escritor contemporâneo escrevia motivado pela “tentação da imortalidade”, porque ele estava convencido de que “a literatura não era eterna, e sim perecível, e de que os livros escrevem-se, publicam-se, lêem-se (às vezes) e se volatilizam para sempre”. Vargas Llosa, interpretando o ensaio de Henri Raczymow, via

---

<sup>797</sup> *Ibidem*, p. 234.

<sup>798</sup> VARGAS LLOSA, Mario. *A linguagem da paixão*, 2002, p. 72.

dois mecanismos que foram “dessacralizando a literatura até convertê-la em um produto industrial”. O primeiro mecanismo seria sociológico e cultural, diretamente ligado ao “nivelamento dos cidadãos” e ao desenvolvimento do individualismo e do narcisismo, que teriam abolido “o interesse pelo passado e a preocupação com o futuro”. O indivíduo teria passado a se concentrar apenas no presente e na satisfação das “necessidades imediatas”. O segundo mecanismo seria o econômico, pois numa sociedade de mercado, o livro, despojado de sua condição de objeto religioso ou mítico, passaria a ser “uma mera mercadoria submetida ao frenético vaivém — a lei de ferro — da oferta e da procura”. Essa banalização, a seu ver, trazia como resultado a literatura como consumo imediato, “entretenimento efêmero ou informação que caduca no instante de ser conhecida”.<sup>799</sup>

Na sociedade de mercado contemporânea, para Vargas Llosa — como também para Henri Raczymow — o grande instrumento da democracia definitivamente não é o livro, mas a televisão. O papel da TV é divertir e entreter uma “sociedade nivelada”, sempre com doses de humor, emoções, sexo e sentimento. Segundo eles, a televisão teria chegado a um lugar que a literatura sempre tinha sonhado estar, mas nunca tinha conseguido: “chegar a todo o mundo, fazer comungar a sociedade inteira com suas criações.” Nesse contexto, os livros se tornaram prescindíveis, contudo não iriam desaparecer, continuariam existindo, só que esvaziados “da substância que costumavam ter, vivendo a precária e veloz existência das novidades”, tendo os seus méritos decididos em razão da publicidade ou “da capacidade histriônica de seus autores”. Isso acontecia, segundo Vargas Llosa, porque não mais existia

a

[...] opinião pública, só público, são escritores-estrelas — os que sabem tirar bom partido dos meios audiovisuais, os meios de comunicação — quem dão prestígio aos livros, e não o contrário, como acontecia no

---

<sup>799</sup> *Ibidem*, p. 75.



passado. O que significa que chegamos à sombria degradação antecipada insuperavelmente por Tocqueville: a era dos escritores que “preferem o êxito à glória”.<sup>800</sup>

Vargas Llosa confessou não estar de acordo com todas as argumentações de Henri Raczymow sobre o destino da literatura, mas acreditava que ele havia tocado num problema quase sempre deixado de lado: “o novo papel que a sociedade aberta moderna impunha ao escritor”. A única certeza de Vargas Llosa era que, nessa sociedade, não havia mais lugar para o escritor mandarim, como Sartre, Ortega y Gasset, Unamuno e Octavio Paz. O escritor mandarim, segundo Vargas Llosa, cumpria o papel de um guia e mestre em todas as questões importantes, preenchendo um vazio deixado pela escassez de participação dos indivíduos na vida pública. Contudo, numa sociedade aberta esse papel estava ficando cada vez mais restrito e sem sentido, pois suas opiniões e posicionamentos podiam ser até muito lúcidos, porém não eram necessariamente mais do que os de qualquer outro indivíduo. Ademais, Vargas Llosa acreditava que as opiniões dos intelectuais deviam ser julgadas por seus méritos e não por serem provenientes de alguém que escrevia com talento. Para ele, essa “dessacralização” do papel do escritor não parecia “uma desgraça”, pelo contrário, colocava “as coisas no seu lugar”, pois a “verdade” era que escrever “bons romances” ou “belos poemas” não implicava que quem estivesse “dotado para a criação literária” gozasse “de clarividência generalizada.” Vargas Llosa, discordando de Henri Raczymow, foi otimista ao mostrar que era plenamente possível a existência do escritor e, conseqüentemente, da literatura na sociedade contemporânea:

Em vez de se deprimir ou se considerar um ser obsoleto, expulso da modernidade, o escritor do nosso tempo deve, isso sim, sentir-se estimulado pelo formidável desafio que significa criar uma literatura que seja digna, capaz de chegar a um imenso público potencial que o espera. Agora, graças à democracia e ao mercado, existem muitos seres humanos que sabem ler e podem comprar livros. Coisa que jamais aconteceu no

---

<sup>800</sup> *Ibidem*, p. 75-76.

passado, quando a literatura era, com efeito, uma religião, e os escritores pontífices e narcisos [...].<sup>801</sup>

O caso de Vargas Llosa é exemplo de que a tese de Henri Raczymow pode ser questionada: primeiro, porque ele é um grande escritor; segundo, porque o mercado tem seus mentores e seus intelectuais, sendo o próprio Vargas Llosa um deles. Um intelectual cuja “obrigação” e obsessão é “combater pela liberdade”, nos termos que temos analisado. Um intelectual que, ao tomar certas posições incômodas, não desperta simpatias. Nas últimas três décadas, Vargas Llosa esteve empenhado em uma campanha em defesa de sua principal convicção: a criação ou fortalecimento do que ele chamava de uma “cultura da liberdade”. Em 2005, em discurso pronunciado ao receber o prêmio *Irving Kristol*, outorgado anualmente pelo *Instituto American Enterprise* às personalidades que contribuem pela defesa da democracia no mundo, Vargas Llosa afirmou que, quando a cultura da liberdade estiver consolidada na América Latina e no mundo, não “será necessário falar de liberdade porque esta será o ar que respiramos e porque seremos verdadeiramente livres. O ideal de Ludwig von Mises, uma cultura planetária marcada pelo respeito à lei e aos direitos humanos, será uma realidade”.<sup>802</sup> Enfim, Vargas Llosa prefere falar a guardar confortável silêncio.

---

<sup>801</sup> VARGAS LLOSA, Mario. *A linguagem da paixão*, 2002, p. 77.

<sup>802</sup> VARGAS LLOSA, Mario. Confesiones de un liberal. *Letras Libres*, maio de 2005. Disponível em: <http://www.lettraslibres.com/index.php?art=10428>. Acesso em: 12/12/2008.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O debate intelectual latino-americano sobre revolução e socialismo, durante as décadas de 60 e 70, tangenciou outros temas como o papel do intelectual, a função político-social da literatura e a unidade do subcontinente. Ao colocar tal debate em escala latino-americana, Julio Cortázar, Gabriel García Márquez e Mario Vargas Llosa não se posicionaram necessariamente como intelectuais nacionais, sobretudo porque a condição de exilado marcou a tentativa de compreensão da totalidade daquilo que acreditavam existir: a América Latina. Eles articularam, acima de tudo, uma realidade latino-americana, com uma perspectiva bolivariana, martiana e guevarista, no que diz respeito a uma pretensa unidade do subcontinente. Cortázar, García Márquez e Vargas Llosa articularam e defenderam uma cultura latino-americana, uma política latino-americana, uma literatura latino-americana, uma revolução (real ou imaginária) latino-americana e promoveram — por meio de romances, contos, ensaios, correspondências, polêmicas e debates — a construção de uma representação cultural e política, com o intuito de valorizar e legitimar o que eles concebiam como América Latina.

O apoio inicial praticamente unânime da intelectualidade latino-americana de esquerda à Revolução Cubana foi diminuindo na medida em que ocorria o endurecimento do regime. Assim, Vargas Llosa — nas últimas décadas, um grande defensor do neoliberalismo — e outros escritores foram se distanciando do castrismo, principalmente após o “caso Padilla”. Apesar de não ser um dissidente, Cortázar acabou por ter uma relação cortês com o regime cubano, nem fervorosa nem hostil. García Márquez, que se tornou um ardoroso defensor da Revolução Cubana e amigo de Fidel Castro somente em meados dos anos 1970 — portanto, depois do “caso Padilla” —, seguiu defendendo o

castrismo e a Revolução como o destino de uma Cuba quase ideal. O autoritarismo do regime, as perseguições, os fuzilamentos, nada fez com que García Márquez criticasse abertamente a Revolução Cubana, e, quando questionado sobre isso, respondia com evasivas ou preferia o silêncio.

Em fins dos anos 1970, com um certo desprestígio que gozava a Revolução Cubana, muitos intelectuais passaram a defender a Revolução Sandinista, como a possível revolução ideal ou uma nova chance para a experiência socialista na América Latina, como foi o caso de Cortázar e García Márquez. Vargas Llosa, desencantado com as esquerdas, apontava os “erros” do regime que poderiam levar a experiência sandinista a transformar o país centro-americano em uma “nova Cuba”. Contudo, de um modo geral, o apoio dos intelectuais latino-americanos à causa sandinista esteve distante daquela fascinação e militância que ocorreu em torno da Revolução Cubana. De um lado, porque o governo nicaraguense não desenvolveu mecanismos — como, por exemplo, a instituição *Casa de las Américas* — que congregassem, por meio de revistas e editoras, a intelectualidade latino-americana em um projeto de defesa e legitimação do regime; por outro lado, na América Latina, ocorria a decadência do mito revolucionário ou de uma mística revolucionária, muito presente — principalmente nos países hispano-americanos — desde o século XIX.

Como mostramos no desenvolvimento do trabalho, Cortázar, Vargas Llosa e García Márquez — mesmo vivendo no exílio — ocuparam posições de destaque no campo social, político e cultural na América Latina. E, por meio de seus escritos, discursos e outras atividades, denunciaram violações aos direitos humanos, censuraram a injustiça e a opressão. Cortázar foi um incansável defensor do socialismo, da revolução e da liberdade. A tentativa de conciliar a defesa da liberdade com socialismo, inclusive, o levou a viver experiências conflituosas com a experiência cubana. Vargas Llosa, inicialmente defensor

do socialismo e da Revolução, transformou-se num liberal convicto e colocou a democracia e a liberdade acima de todas as coisas. García Márquez, um eterno defensor de Cuba e do socialismo, colocou a justiça social como ponto fundamental, mesmo que para isso a liberdade fosse cerceada.

Em fins dos anos 80 e início dos anos 90, quando muitos intelectuais já estavam afastados dos movimentos de esquerda, ocorreu a queda do Muro de Berlim, a derrota eleitoral dos sandinistas, o fim da URSS e a intensificação da abertura econômica chinesa para o capital externo. Era o início de uma “Nova Ordem Mundial” que contribuiu para fazer com que o panorama revolucionário ficasse à deriva, num contexto de fortalecimento dessa visão de mundo tão propagada por Vargas Llosa, também chamada de neoliberal, organizada com base em uma sociedade democrática fundada no mercado. Para muitos, atualmente, a esquerda latino-americana encontra terreno num panorama bastante diversificado: Hugo Chávez, na Venezuela, Evo Morales, na Bolívia; Rafael Correa, no Equador, mais nacionalistas do que socialistas; Daniel Ortega, novamente presidente da Nicarágua, mas distante da experiência socialista dos anos 1980; Michelle Bachelet, presidente do Chile pelo Partido Socialista, mais de centro-esquerda que propriamente de esquerda; Luiz Inácio Lula da Silva, no Brasil, com poucas ligações ideológicas com Partidos dos Trabalhadores (PT) de décadas anteriores. Se comparada às tradições que compunham as esquerdas dos anos sessenta e setenta, a esquerda atual está em crise, é uma nova esquerda ou, como quer Vargas Llosa, está se “modernizando”?<sup>803</sup> Pelos exemplos acima citados, podemos afirmar, com algum risco, que a esquerda atualmente, dependendo do ponto de vista, é a junção de tudo isso: está em crise, é uma nova esquerda e está se modernizando.

---

<sup>803</sup> Como foi mostrado no capítulo VII, p. 387.

Nesse contexto, que lugar ocupa o intelectual no debate sobre socialismo e revolução? Para além da esquerda e da direita, quem seria hoje um intelectual? Qual o seu papel? Os intelectuais estão efetivamente em silêncio? É fato que hoje o debate intelectual sobre socialismo e revolução é praticamente inexistente, e que os intelectuais que continuam à esquerda do espectro político não se reúnem em congressos, conferências ou mesas-redondas para promoverem discussões sobre os caminhos da revolução e o papel dos intelectuais nessa direção. Definitivamente, hoje o intelectual de esquerda latino-americano não ocupa mais o papel de intelectual no modelo de engajamento proposto por Sartre, ou difundido por Fidel Castro e Che Guevara em momentos cruciais do processo de construção do socialismo em Cuba. O intelectual de esquerda, ou melhor, aquele que se coloca à esquerda do espectro político, na maioria das vezes, não tem vinculação partidária, não milita em movimentos sociais e, quase sempre, se identifica com um intelectual *outsider*. Em uma entrevista, concedida em 2001, o geógrafo Milton Santos, ao se rotular como um intelectual *outsider*, explicou o seu significado: “não pertenço a nenhum partido, não pertenço a nenhum grupo, inclusive grupos de intelectuais; não respondo a nenhum credo, não participo de qualquer militância”.<sup>804</sup> Neste sentido, o discurso crítico não precisa estar subordinado a consignas políticas, a um partido ou a um regime. O intelectual, como prediz Beatriz Sarlo, não precisa ser profeta, mas é necessário que tenha autonomia e discurso crítico capaz de criar espaços para sua enunciação, que lhe permita questionar o *status quo*.<sup>805</sup>

---

<sup>804</sup> Entrevista concedida a Silvio Tandler para o documentário *Encontro com Milton Santos ou o mundo global visto do lado de cá*, Brasil, 2006. Milton Santos faleceu em 24 de junho de 2001.

<sup>805</sup> SARLO, Beatriz. Arcaicos o marginales? Situación de los intelectuales en el fin del siglo. *Punto de Vista*, n. 47, ano XVI, Buenos Aires, dezembro, 1993, p. 1-5. Ainda nesse texto, Sarlo faz uma crítica ao intelectual especialista que ganha amplo espaço a partir dos anos 90. A autora questiona se, de fato, o especialista pode ser concebido como intelectual, sobretudo porque na condição de especialista ele se afasta da esfera pública

Ainda hoje, os intelectuais estão preocupados em discutir o seu posicionamento na sociedade, na esfera pública, nos debates políticos e, até mesmo, em traçar a história dos intelectuais. Atualmente há um interesse crescente, em várias áreas do conhecimento, em colocar em discussão a definição do termo “intelectual”, o lugar que os intelectuais ocuparam no passado e o lugar que ocupam no presente. As respostas, de um modo geral, são variadas: alguns decretam a “morte” do intelectual, outros o “silêncio” e outros ainda tentam mostrar que os intelectuais precisam cada vez mais ocupar espaço na sociedade a fim de usarem, de diferentes formas, a palavra crítica.<sup>806</sup>

Os intelectuais, dentro dos marcos vigentes da “Nova Ordem Mundial”, não estão em silêncio diante do que acontece a nível global ou local. Podemos citar, entre aqueles já falecidos — como Octavio Paz , Milton Santos, Pierre Bourdieu e Edward Said — e aqueles que continuam atuantes — como, entre outros, Beatriz Sarlo, Silviano Santiago, Néstor García Canclini, Emir Sader, José Saramago, Eric J. Hobsbawm e Mario Vargas Llosa —, muitos intelectuais que, independentemente da nacionalidade e das concepções políticas distintas, consideravam ou consideram a palavra crítica como essencial. Talvez o que tenha mudado substancialmente seja o público dos intelectuais, que, cada vez mais, tem dificuldade de ouvir tranqüilamente uma palavra crítica. Até que ponto impera o silêncio

---

para ficar enclausurado em seu conhecimento disciplinar, não se arriscando a ir além de uma mera descrição do que vê e se conformando com a opinião pública, abandonando o discurso crítico.

<sup>806</sup> Nessa direção, podemos citar as reflexões e os trabalhos de SARLO, Beatriz. *Paisagens imaginárias: intelectuais, arte e meios de comunicação*. São Paulo: Edusp, 1997; BOURDIEU, Pierre. *Intelectuales, política y poder*. Buenos Aires: Eudeba, 1999; WINOCK, Michel. *O século dos intelectuais*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000; LÉVY, Bernard-Henry. *O século de Sartre: inquérito filosófico*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001; BASTOS, Elide Rugai & RIDENTE, Marcelo (orgs.). *Intelectuais: sociedade e política, Brasil-França*. São Paulo: Cortez, 2003; LOPES, Marcos Antônio. *Grandes nomes da história intelectual*. São Paulo: Contexto, 2003; MARGATO, Isabel & GOMES, Renato Cordeiro (orgs.) *O papel do intelectual hoje*. Belo Horizonte: UFMG, 2004; SAID, Edward W. *Representações do intelectual: as conferências Reich de 1993*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005; ALTAMIRANO, Carlos. *Para un programa de historia intelectual: y otros ensayos*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2005; ALTAMIRANO, Carlos. *Intelectuales. Notas de investigación*. Buenos Aires: Kapelusz/ Grupo Editorial Norma, 2006; NOVAES, Adauto (org.). *O silêncio dos intelectuais*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

dos intelectuais? Talvez seja ainda precoce falar em silêncio. Na contemporaneidade temos outros canais de mediação, os intelectuais não estão se posicionando apenas por meio dos canais tradicionais como a tribuna, a literatura, o ensaio e a imprensa escrita, estão falando também por outros canais como o vídeo, a internet e, até mesmo, a televisão. Evidentemente que, na sociedade democrática de mercado, aquele intelectual defensor da globalização e do neoliberalismo tem tido mais espaço na mídia, mas o uso de novas tecnologias e a aceleração da vida contemporânea, significa que os intelectuais têm perdido a sua razão de existir? Podemos, então, dispensar a palavra crítica?



## Referências documentais e bibliográficas

### A. Obras, artigos e entrevistas dos autores

#### Julio Cortázar

##### Livros

- Argentina: años de alambros culturales.* Buenos Aires: Muchnik Editores, 1984.  
*Bestiario.* Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1971.  
*Cartas: 1937-1963.* Buenos Aires: Alfaguara, 2000.  
*Cartas: 1964-1968.* Buenos Aires: Alfaguara, 2000.  
*Cartas: 1969-1983.* Buenos Aires: Alfaguara, 2000.  
*Cuentos completos.* Buenos Aires: Alfaguara, 1996.  
*Fantomas contra los vampiros multinacionales.* Barcelona: Ediciones Destino, 2002.  
*Historias de cronópios e de famas.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.  
*Livro de Manuel.* Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.  
*Nicarágua tão violentamente doce.* São Paulo: Brasiliense, 1987.  
*Obra crítica/2.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.  
*Obra crítica/3.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.  
*O jogo da amarelinha.* São Paulo: Abril Cultural, 1985.  
*Os autonautas da cosmopista.* São Paulo: Brasiliense, 1991.  
*Textos políticos.* Barcelona: Plaza & Janés, 1985.  
*Todos los fuegos el fuego.* Buenos Aires: Alfaguara, 2006.  
*Valise de cronópio.* São Paulo: Perspectiva, 1993.

##### Artigos

- Algunos aspectos del cuento. *Casa de las Américas*, n° 15-16, nov-fev. de 1963.  
América Latina: exílio y lietratura. *Cuadernos Americanos*, México, 43 (6), nov-dez. de 1984.  
Discurso en la constitución del jurado del Premio Literario Casa de las Américas. *Casa de las Américas*, Havana, n° 119, março-abril de 1980.  
Literatura en la revolución y revolución en la literatura: algunos malentendidos a liquidar. In: *Literatura en la revolución y revolución en la literatura.* México: Siglo XXI, 1970.  
Me caigo y me levanto. *Casa de las Américas*, Havana, n° 41, março-baril de 1967.  
Una muerte monstruosa. *Casa de las Américas*, Havana, n° 94, jan-fev. de 1980.

##### Entrevistas

- A mi ametralladora es la literatura. *Crisis*, Buenos Aires, n° 02, março de 1973.  
Conversación con Julio Cortázar. *Cuadernos Hispanoamericanos*, Madri, n° 364-366, out-dez. de 1980.

GOZÁLES BERMEJO, Ernesto. *Conversas com Julio Cortázar*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

NAVARRO, Desiderio. Entrevista desde un castillo sangriento. *Casa de las Américas*, Havana, n° 194, jan-mar de 1994.

*Las reortajes de Paris Review*. Confesiones de escritores. Escritores latinoamericanos. Buenos Aires: El Ateneo, 1996.

PREGO GADEA, Omar. *La fascinación de las palabras*. Buenos Aires: Alfaguara, 2004.

PERRONE, Alberto M. *Entrevista a Julio Cortázar*. Publicada originalmente em 7 Días, fevereiro de 1984. [www.elhistoriador.com.ar](http://www.elhistoriador.com.ar). Acesso: 27/03/2007.

## Mario Vargas Llosa

### Livros

*A linguagem da paixão*. São Paulo: Arx, 2002.

*As verdades das mentiras*. São Paulo: Arx, 2004.

*Batismo de fogo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1962.

*Contra viento y marea I (1962-1972)*. Barcelona: Seix Barral, 1986.

*Contra viento y marea II (1972-1983)*. Barcelona: Seix Barral, 1986.

*Contra viento y marea III (1964-1988)*. Barcelona: Seix Barral, 1990.

*Desafios a la libertad*. Lima: Peisa, 1994.

*Diccionario del amante de América Latina*. Barcelona: Paidós, 2006.

*García Márquez: história de un deicidio*. Barcelona: Barral Editores, 1971.

*História de Mayta*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1984.

*Literatura y política*. Madri: Fondo de Cultura Económica, 2003.

*Lituma nos Andes*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

*Los cachorros*. 3. ed. Barcelona: Bruguera, 1983.

*Peixe na água: memórias*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

*Travessuras da menina má*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006

### Artigos

América Latina y la opción liberal. In: LEVINE, Barry B. (Comp.). *El desafío neoliberal*. El fin del terciomundismo en América Latina. Bogotá: Grupo Editorial Norma, 1992.

Cultura da liberdade e liberdade da cultura. In: FRANCIATTO, Cláudio (org.). *A façanha da liberdade*. São Paulo: O Estado de São Paulo, s.d.

El discreto encanto del liberalismo. *El País*, Madri, junho de 2001.

El fin del terciomundismo en América Latina. Bogotá: Grupo Editorial Norma, 1992.

Karl Popper al día. *Vuelta*, México, n° 184, mar. 1992.

La cultura de la libertad. *Quimera*, Barcelona, n° 19, 1990.

La trompeta de Deya. *Vuelta*, México, n° 195, fev. 1993.

Liberalismo y política. *Vuelta*, México, n° 129, nov. 1988.

*Luzbel, Europa y otras conspiraciones In: Literatura en la revolución y revolución en la literatura*. México: Siglo XXI, 1970.

Papel del escritor en la América Latina. *Mundo Nuevo*, Paris, n° 05, nov. 1966.

Vida y miserias de Elián. *El País*, Madri, 30 de abril de 2000.

## Entrevistas

- Diálogo en Madrid. *Cuadernos Hispanoamericanos*, Madri, n° 572, fev. 1998.
- Dos entrevistas con Mario Vargas Llosa. Optimismo de la historia. *Cuadernos Hispanoamericanos*, Madri, n° 574, abr. 1998.
- Entre la libertad y el miedo. *Vuelta*, México, n° 147, fev. 1989.
- GAVIRIA, Ricardo Cano. *El buitre y el ave fénix: conversaciones con Mario Vargas Llosa*. Barcelona: Anagrama, 1972.
- LORENZ, Günter W. *Diálogo com a América Latina: panorama de uma literatura do futuro*. São Paulo: Editora Pedagógica Universitária, 1973.
- SETTI, Ricardo. *Conversa com Vargas Llosa*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- SOLARES, Ignácio. Entrevista con Mario Vargas Llosa. *Vuelta*, México, n° 67, jun. 1982.
- Vargas Llosa abre o verbo. *Istoé*, São Paulo, 21 de set. 1977.

## Gabriel García Márquez

### Livros

- A aventura de Miguel Littin clandestino no Chile: uma reportagem*. Rio de Janeiro: Record, 1988.
- Cem anos de solidão*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1974.
- Crônica de uma morte anunciada*. Rio de Janeiro: Record, 1981.
- Crônicas*. Obra jornalística 5 (1961-1984). Rio de Janeiro: Record, 2006.
- De Europa y América*. Obra periodística 3 (1955-1960). Buenos Aires: Sudamericana, 1997.
- De viaje por los países socialistas: 90 días en la 'cortina de hiero'*. Cali: Ediciones Macondo, 1978.
- Los sandinistas: documentos, repotajes de Gabriel Garcia Marquez y otros*. Bogotá: Editorial la Oveja Negra, 1979.
- Notícia de um seqüestro*. Rio de Janeiro: Record, 1996.
- O seqüestro*. Rio de Janeiro: Record, 1983.
- Reportagens políticas*. Obra jornalística 4 (1974-1995). Rio de Janeiro: Record, 2006.

### Artigos

- La fatiga del metal. *El País*, Madri, 24 de janeiro, 1999.
- La soledad de la América Latina. *Casa de las Américas*, Havana, n° 137, mar-abr. de 1983.
- Memorias de la Revolución. *Casa de las Américas*, Havana, n°, jan. 1977.
- Náufrago en tierra firme. *El País*, Madri, 19 de março, 2000.
- O ofício do escritor. *Correio da Unesco*, Rio de Janeiro, v. 24, n. 4, abr. 1996.

## Entrevistas

- APULEYO MENDONZA, Plinio. *Olor de la guayaba*. Barcelona: Editorial Brugurera, 1982.

CRUZ, Juan. O direito de acertar. *Nossa América*, São Paulo, jan-fev. 1992.  
Gabo cuenta la novela de su vida (4). Disponível em: <http://sololiteratura.com/php/>. Acesso em: 09/04/2007.  
CORREA, Carmem. Gabriel García Márquez: desde la ventanilla de un tren fugitivo. *Crisis*, Buenos Aires, n° 32, 1975.  
*El olor de la guayaba*. Conversaciones con Plínio Apuleyo Mendonza. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 1993.  
*Gabriel García Márquez recuerda las charlas sobre literatura con su amigo Fidel Castro*. *La Maga*, 1992. Disponível em: [www.lamaga.com.ar](http://www.lamaga.com.ar). Acesso em 22/07/2006.  
García Márquez: a hora doscientos años de soledad. *Casa de las Américas*, Havana, n° 63, nov-dez., 1970.  
GOSSAÍN, Juan. *Gabriel García Márquez habla de Gabriel García Márquez*. Bogotá: Rentería Editorial, 1979.  
MAFFEI, Marcos (Seleção). *As históricas entrevistas da Paris Review II*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

## **B. Revistas consultadas**

*Casa de las Américas*, Havana.

19: jul.ago. 1963.  
25: out.nov. 1964.  
38: set. out. 1966.  
46: Jan.fev. 1968.  
48: mai.jun. 1968.  
49: jul.ago. 1968.  
50: set.out 1968.  
53: mar-abr 1969.  
56: set-out. 1969.  
63: nov-dez. 1970.  
64: jan.fev. 1971.  
65/66: set-out. 1971.  
67: jul-ago. 1971.  
68: set-out. 1971.  
137: mar-abr 1983.  
145/146: jul-out. 1984.  
194: jan-mar de 1994.

*Correio da Unesco*, Brasília, vol. 24, n. 4, 1996.  
*Crisis*, Buenos Aires, n° 02, março de 1973.  
*Crisis*, Buenos Aires, n° 11, junho de 1974.  
*Crisis*, Buenos Aires, n° 32, junho de 1975.  
*Cuardenos de Marcha*, Uruguai, n° 49, mai. de 1971.  
*Cuadernos Americanos*, México, 43 (6), nov-dez. de 1984.  
*Cuadernos Hispanoamericanos*, Madri, n° 364-366, out-dez. de 1980.  
*Cuadernos Hispanoamericanos*, Madri, n° 572, fev. de 1998.

*Mundo Nuevo*, Paris, n° 05, nov. de 1966.  
*Nossa América*, São Paulo, jan-fev. de 1992.  
*Playboy*, São Paulo, n. 90, jan. de 1983.  
*Quimera*, Barcelona, n° 19, de 1990.  
*Revista Iberoamericana*, v. 37, n° 76-77, jul-dez, 1971.  
*Vuelta*, México, n° 67, jun. de 1982.  
*Vuelta*, México, n° 129, nov. de 1988.  
*Vuelta*, México, n° 147, fev. de 1989.  
*Vuelta*, México, n° 184, mar. de 1992.  
*Vuelta*, México, n° 195, fev. de 1993.

### C. Obras sobre os autores

ALAZRAKI, Jaime. *Cortázar : aproximaciones a su obra*. Barcelona: Anthropos, 1994.  
\_\_\_\_\_. Imaginación e história en julio Cortázar. *Casa de las Américas*, Havana, n° 166, jan-fev. de 1998.  
ANDERSON, Jon Lee. The power of García Márquez. *The New Yorker*, 27 de setembro, 1999.  
APULEYO MENDONZA, Plinio. *La llama y el helo*. Barcelona: Planeta, 1984.  
\_\_\_\_\_. *Aquellos tiempos con Gabo*. Barcelona: Plaza & Janés Editores, 2000.  
ARRIGUCCI JUNIOR, Davi. *O escorpião enlacado: a poética da destruição em Julio Cortázar*. São Paulo: Perspectiva, 1973.  
BENEDETTI, Mario (org.) *Nuevo asedio a García Márquez*. Santiago de Chile: Editorial Universitária, 1975.  
CANFIELD, Martha L. *Gabriel García Márquez*. Bogotá: Procultura, 1991.  
CEBRIÁN, Juan Luis. *Retrato de Gabriel García Márquez*. Barcelona: Círculo de Lectores, 1989.  
COBO BORDA, Juan Gustavo. *Para llegar a García Márquez*. Bogotá: Ediciones Temas de Hoy, 1997.  
COUSTÉ, Alberto. *El lector de Julio Cortázar*. Barcelona: Océano, 2001.  
CRISTÓBAL, Juan (coord.). *García Marquez y los medios de comunicación*. Lima: Editorial San Marcos, 1999.  
DE LA GUERRA CASTELLANOS, Francisco E. *Julio Cortázar: de literatura y revolución en América Latina*. México: Unión de Universidades de América Latina, 2000.  
ESCÁRZAGA NICTÉ, Fabiola. La utopía liberal de Vargas Llosa. *Política y Cultura*, México, Universidad Autónoma Metropolitana, 2002.  
ESTEBAN, Angel; PANICHELLI, Stéphanie. *Gabo y Fidel: el paisaje de una amistad*. Madrid: Espasa Hoy, 2004.  
FIRMO, Francis da Silveira. *Libro de Manuel, de Cortázar: o hipertexto avant la lettre*. 185 f. Dissertação. Faculdade de Letras - UFMG, Belo Horizonte, 2007.  
GÓMEZ, Susana. *Julio Cortázar y la Revolución Cubana: la legibilidad política del ensayo*. Córdoba: Alción Editora, 2007.  
GUTIERREZ, ANGELA. *Vargas Llosa e o romance possível da América Latina*. Tese. Departamento de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, 1994.

- HERRÁEZ, Miguel. *Julio Cortázar, una vida de exilado*. Valência: Instituição Alfons el Magnánim, 2005.
- KRISTAL, Efrain. La política y la crítica literaria. El caso Vargas Llosa. *Perspectivas*, Universidad de Chile, vol. 4, n. 02, 2001.
- LEANTE, César. *Gabriel García Márquez el hechicero*. Madri: Editorial Pliegos, 1996.
- LUCHING, Wolfgang. *Mario Vargas Llosa: desarticulador de realidades*. Colômbia: Plaza y Jones Editores, 1978.
- MAQUEIRA, Enzo. *Cortázar: de cronópios y compromissos*. Buenos Aires: Longseller, 2002.
- MIGUEL OVIEDO, José. *Mario Vargas Llosa: la invención de una realidad*. Barcelona: Barral, 1977.
- \_\_\_\_\_. *Dossier Vargas Llosa*. Lima: Taurus, 2007.
- MONTANARO, Pablo. *Cortázar: de la experiencia historica a la revolución*. Santa Fé: Homo Sapiens, 2001.
- MONTANES, Amanda Perez. *Voices do exílio: e suas manifestações nas narrativas de Julio Cortázar e Marta Traba*. 2006. 204 f. Tese – Curso de Pós-graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, 2006.
- MUÑOZ, Willy O. Julio Cortázar: *vertices de una figura comprometida*. *Revista Iberoamericana*, Pittsburgh, n° 151, abr-jun. de 1990.
- PASSOS, Cleusa R. Pinheiro. *O outro modo de mirar: uma leitura dos contos de Julio Cortázar*. São Paulo: Martins Fontes, 1986.
- PASCUAL CORRALES, Manuel (coord.). *Lectura de García Márquez*. Quito: Centro de publicaciones Pontificia Universidad Católica Del Ecuador, 1975.
- PLANELLS, Antonio. Del “ars masturbandi” a revolución: *Libro de Manuel*, de Julio Cortázar. *Cuadernos Hispanoamericanos*, Madrid, n. 364-366, out-dez. 1980.
- REIN, Mercedes. *Cortázar y Carpentier*. Buenos Aires: Ediciones de Crisis, 1974.
- RODRIGUEZ, Joana de Fátima. *Literatura e jornalismo em Gabriel García Márquez: uma leitura de crônicas*. 2005. 172 f. Mestrado. FFLECH-LE/USP, São Paulo, 2005.
- RODRIGUES MONEGAL, Emir (org.) *Gabriel García Márquez, Vargas Llosa, Julio Cortázar*. Puerto Rico: Ediciones Puerto Rio Pedras, 1973.
- ROMERO, Rafael. *Respuesta a Vargas Llosa*. Lima: Editorial Juan Silva Santisteban, 2000.
- ROY, Joaquín. *Julio Cortázar ante su sociedad*. Barcelona: Ediciones Península, 1974.
- SALDÍVAR, Dasso. *Gabriel García Márquez: viagem à semente: uma biografia*. Rio de Janeiro; São Paulo: Record, 2000.
- SYLVIE, Protin. Pari (s): la apuesta del Cortázar traductor. In: *Cuadernos Americanos*, n° 658, abril de 2005.
- VALENZUELA, Lídice. *Realidade e nostalgia de García Márquez*. Rio de Janeiro: Oficina do Autor, 1997.
- WILLIAMS, Raymond L. *Vargas Llosa: otra historia de un deicidio*. Cidade do México: Taurus, 2000.
- WOLFF, Jorge H. *Julio Cortázar: a viagem como metáfora produtiva*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1988.
- YURKIEVICH, Saul. *Julio Cortázar: mundos y modos*. Barcelona: Minotauro, 1997.

## D. Cuba e Nicarágua

- AGGIO, Alberto. Repensando o sentido da rebeldia na Revolução Cubana. *Estudos de História*, Franca, v.7, n. 2, 2000.
- ALCAZAR, J. L. & TABANERA, N. (coord.). *Estudios y materiales para la historia de América Latina, 1995-1990*. Valência: Tirant Blanch, 1998.
- ANDERSON, J.L. *Che Guevara: uma biografia*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.
- ARENAS, Reinaldo. *Antes que anoiteça*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- ARRUFAT, Antón. *Los siete contra Tebas*. Havana: Unión, 1968.
- AYERBE, Luís Fernando. *A Revolução Cubana*. São Paulo: Editora UNESP, 2004.
- BANDEIRA, Alberto Moniz. *De Martí a Fidel: a Revolução Cubana e a América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.
- BARAHONA PORTOCARRERO, Amaru. Breve estudo sobre a história contemporânea da Nicarágua. In: GONZÁLEZ CASANOVA, Pablo (org.). *América Latina: história de meio século*. Brasília: Ed. da UnB, 3 vol., 1990.
- BLANCO, Abelardo; DORIA, Carlos Alberto. *Revolução Cubana: de Jose Martí a Fidel Castro (1868-1959)*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- BONALD, J. M. Caballero. *Narrativa cubana de la revolución*. 3. ed. Madrid: Alianza, 1971.
- BORGE, Tomás. *La paciente impaciencia*. Havana: Casa de las Américas, 1989.
- CARDENAL, Ernesto. *El Evangelio en Solentiname*. Madri: Editorial Trotta, 2006.
- \_\_\_\_\_. *La revolución perdida: memoria 3*. Madri: Editorial Trotta, 2004.
- CASTAÑEDA, Jorge G. *Che Guevara : a vida em vermelho*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- CASTRO, Fidel. *A história me absolverá*. São Paulo: Alfa-Omega, 1979.
- \_\_\_\_\_. *Fidel Castro: política*. Organizador, Emir Sader; coordenador, Florestan Fernandes. São Paulo: Editora Ática, 1986.
- DE LA NUEZ, Iván. *Fantasia Roja: los intelectuales de izquierdas y la Revolución Cubana*. Barcelona: Debate, 2006.
- EDWARDS, Jorge. Enredos cubanos (dieciocho años después del “caso Padilla”). *Vuelta*, México, nº 154, set. 1989.
- \_\_\_\_\_. *Persona non grata*. Buenos Aires: Alfaguara, 2006.
- FERNANDES, Florestan. *Da guerrilha ao socialismo: a Revolução Cubana*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1979.
- FRANQUÍ, Carlos. *Retrato de família com Fidel*. Barcelona: Seix Barral, 1981.
- FUENTES, Carlos. The Elián show. *El País*, Madri, 26 de abril de 2000.
- FUENTES, Norberto. *Hemingway em Cuba*. Porto Alegre: L & PM Editores, 1986.
- FURIATI, Claudia. *Fidel Castro: uma biografia consentida*. Rio de Janeiro: Revan, 2001, 2 v.
- GEORGE, Edward. *The Cuban intervention in Angola, 1965-1999*. Abingdon/Inglaterra: Frank Cass, 2005.
- GLEIJESES, Piero. *Conflicting missions. Havana, Washington and Africa (1959-1976)*. Chapel Hill: North Carolina University Press, 2001.
- COGGIOLA, Osvaldo (Org.). *Revolução Cubana: história e problemas atuais*. São Paulo: Xamã, 1998.
- GOTT, Richard. *Cuba: uma nova história*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

- GUEVARA, Ernesto Che. *Passagens da guerra revolucionária*: Congo. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- INVERNIZZI, Gabriele. *Sandinistas*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- LÖWY, Michael. *El pensamiento del Che Guevara*. México: Siglo XXI Editores, 1972.
- LOZANO, Lucrecia, BERMÚDEZ, Lilia. *EE. UU. Contra Nicaragua*: La guerra de baja intensidad en centroamérica. Madri: Editorial Revolución, 1987.
- MARTÍNEZ PÉREZ, Liliana. *Los hijos de Saturno*: intelectuales y revolución en Cuba. Méxic: FLACSO, 2006.
- MCNERNEY, Kathleen. *Understanding Gabriel García Márquez*. Columbia, SC: University of South Carolina, 1989.
- MIRES, F. *La rebelión permanente: las revoluciones sociales en América Latina*. México: Siglo XXI, 1988.
- MISKULIN, Sílvia Cezar. *Cultura ilhada: imprensa e Revolução Cubana (1959-1961)*. São Paulo: Xamã; FAPESP, 2003.
- \_\_\_\_\_. *Os intelectuais cubanos e a política cultural da Revolução (1961-1975)*. 282 f. Tese. FFLCH (Departamento de História), USP, São Paulo, 2005.
- MONEREO, Manuel; RIVERA, Miguel; VALDÉS, Juan (orgs.). *Cuba: construyendo futuro*. Barcelona: El Viejo Topo, 2000.
- MOREJÓN ARNAIZ, Idalia. *Política e polêmica na América Latina: Casa de las Américas e Mundo Nuevo*. 326 f. Tese. Programa em Integração da América Latina, USP, São Paulo, 2004.
- MORENO FRAGINALS, Manuel. Naufrágio de un Nobel. *El País*, Madri, 29 de março de 2000.
- OBERHELMAN, H. D. *Gabriel García Márquez, a Study of the Short Fiction*. Boston: Twayne Publishers, 1991.
- OPPENHEIMER, Andrés. *La hora final de Castro*. História secreta detrás de la inminente caída del comunismo en Cuba. Buenos Aires: Javier Vergara Editor, 1992.
- ORTEGA, Julio. *Relato de la utopía: nostas sobre la narrativa cubana de la Revolución*. Barcelona: La Gaya, 1973.
- PADILLA, Heberto. *La mala memoria*. Barcelona: Plaza & Janés, 1989.
- PIERRE-CHARLES, Gérard. *Génesis de la Revolución Cubana*. 8º ed. México: Siglo XXI, 1991.
- RODRIGUES, Lygia. O sandinismo e a revolução nacional e democrática na Nicarágua. In: DAYRELL, Eliane Garcindo & IOKOI, Zilda Márcia Gricoli (orgs.). *América Latina Contemporânea: desafios e perspectivas*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura; São Paulo: EDUSP, 1996 (Col. "América: raízes e trajetórias", 4), p. 361-375.
- SADER, Eder (org). *Che Guevara: política*. São Paulo: Expressão Popular, 2004.
- SADER, Emir. *A Revolução Cubana*. São Paulo: Ed. Moderna, 1985.
- \_\_\_\_\_. *Cuba, Chile, Nicarágua: socialismo na América Latina*. São Paulo: Atual, 1992.
- SARAMAGO, José. Hasta aquí he llegado. *El País*, Madri, 14 de abril de 2003.
- SARDUY, Severo. *Escrito sobre um corpo*. São Paulo: Perspectiva, 1969.
- SZULC, Tad. *FIDEL – um retrato crítico*. São Paulo: Best Seller, 1987.
- TORRES-RIVAS, E. El Estado contra la sociedade: las raíces de la revolución nicaraguense. In: MARTÍN DEL CAMPO, J. L. (coord.). *Hegemonía y alternativas políticas en América Latina*. México: Siglo XXI, 1985.



- VAN EEUWEN, Daniel. Nicarágua. In: ROUQUIÉ, Alain. (coord.) *Las fuerzas políticas en América Central*. México: Fondo de Cultura Económica, 1994.
- VÁZQUEZ MONTALBÁN, Manuel. *Y Dios entró en la Habana*. Madri: Aguilar, 1998.
- VILLAÇA, Mariana Martins. *O Instituto del Arte e Industria Cinematográficos (ICAIC) e a política cultural em Cuba (1959-1991)*. 434 f. 2 v. Tese. FFLCH (Departamento de História), USP, São Paulo, 2006.
- WGEELOCK, Jaime. *Nicarágua, o grande desafio*. Lisboa: Editorial Caminho, 1985.
- ZIMMERMANN, Matilde. *A revolução nicaraguense*. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

## E. Obras Gerais

- AGGIO, Alberto. *Democracia e socialismo: a experiência chilena*. São Paulo: Editora da UNESP, 1993.
- AGUIAR, Flávio & VASCONCELOS, Sandra G. T. (orgs.) *Gêneros de Fronteira: cruzamentos entre o histórico e o literário*. São Paulo: Xamã, 1997.
- AINSA, Fernando. *De la edad de oro a el el dorado: génesis del discurso utópico americano*. México: Fondo de Cultura Económica, 1992.
- ALEGRÍA, Fernando. *Literatura y revolución*. México: Fondo de Cultura Económica, 1976.
- ALMEIDA, Jaime de (org.) *Caminhos da História da América no Brasil: tendências e contornos de um campo historiográfico*. Brasília: ANPHLAC, 1998.
- ALTAMIRANO, Carlos. *Para un programa de historia intelectual y otros ensayos*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2005.
- AMAYO, Enrique (org.). *Sendero Luminoso*. São Paulo: Vértice, 1988.
- ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (orgs.) *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- ARGUEDAS, José María. *El Zorro de arriba y el Zorro de abajo*. Lima: Editorial Horizonte, 1983.
- ARICÓ, José. O marxismo latino-americano nos anos da Terceira Internacional. In: HOBBSBAWM, Eric J. (org.). *História do Marxismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, vol. 8, 1987.
- BARSOTTI, Paulo; PERICÁS, Luiz Bernardo (orgs.). *América Latina: história, idéias e revolução*. São Paulo: Xamã, 1998.
- BARRETO, Vicente. *Camus: vida e obra*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, vol. 8, 1991.
- ARRIGUCCI JÚNIOR, Davi. *Outros achados e perdidos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- BEIRED, José Luís Bendicho. *Sob o signo da nova ordem*. São Paulo: Edições Loyola, 1999.
- \_\_\_\_\_. Revolução e Cultura Política na América Latina. In: DAYRELL, Eliane Garcindo & IOKOI, Zilda Márcia Gricoli (orgs.). *América Latina Contemporânea: desafios e perspectivas*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura; São Paulo: EDUSP, 1996 (Col. "América: raízes e trajetórias", 4).
- BENEDETTI, Mário. *El escritor latinoamericano y la revolución posible*. Buenos Aires: Editorial Nueva Imagen, 1987.
- BERISTÁIN, Helena. *Diccionario de retórica y poética*. México: Editorial Porrúa, 1997.

- BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre & SIRINELLI, Jean-François (orgs.). *Para uma história cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.
- BOBBIO, Norberto. *Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política*. São Paulo: Editora da UNESP, 1995.
- \_\_\_\_\_. *Os intelectuais e o poder*. São Paulo: Editora da UNESP, 1997.
- BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1974.
- \_\_\_\_\_. *Questões de sociologia*. Rio Janeiro: Marco Zero, 1983.
- \_\_\_\_\_. *As regras da arte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- \_\_\_\_\_. *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- \_\_\_\_\_. *Intelectuales política y poder*. Buenos Aires: Eudeba, 2007.
- \_\_\_\_\_. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.
- BOUDIEU, Pierre; HAACKE, Hans. *Livre troca: diálogos entre ciência e arte*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
- BOWEN, Sally. *El expediente Fujimori*. El Perú y su presidente, 1990-2000. Lima: Monitor, 2000.
- CANCINO, Hugo. *Los intelectuales latinoamericanos entre la modernidad y la tradición siglos XIX Y X*. Madri: Iberoamericana, 2004.
- CANCINO, Hugo T.; KLENGEL, Susanne; LEONZO, Nanci. *Nuevas perspectivas teóricas y metodológicas de la historia intelectual de América Latina*. Madri: Iberoamericana, 1999.
- CASTELLS, Manuel. *Fim de milênio*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CASTRO, Gustavo; GALEANO, Alex (orgs.) *Jornalismo e literatura: a sedução da palavra*. São Paulo: Escrituras, 2002.
- COLLAZOS, Óscar. La encrucijada del lenguaje. *Literatura en la revolución y revolución en la literatura*. México: Siglo XXI, 1970.
- CORNEJO POLAR, Antonio. *O condor voa: literatura e cultura latino-americanas*. Belo Horizonte: UFMG, 2000.
- COSTA, Adriane Vidal. *Pablo Neruda: uma poética engajada*. Rio de Janeiro: E-papers, 2007.
- CRISTOFFANINI, Pablo Rolando R. Mario Vargas Llosa y el nuevo discurso de las élites latinoamericanas. In: CANCINO, Hugo (coord.) *Los intelectuales latinoamericanos entre la modernidad y la tradición, siglos XIX Y XX*. Madri: Iberoamericana/AHILA, 2004.
- DENIS, Benoît. *Literatura e engajamento: de Pascal a Sartre*. São Paulo: Edusc, 2002.
- CARPENTIER, Alejo. *Literatura e consciência política na América Latina*. São Paulo: Global, s.d.
- CASTAÑEDA, Jorge. *A utopia desarmada: intrigas, dilemas e promessas da esquerda latino-americana*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- CHADAD, Martín. Testimonio de partes, o quién es quién. In: CROCE, Marcela (comp.) *Polémicas intelectuales en América Latina: del “meridiano intelectual” al caso Padilla (1927-1971)*. Buenos Aires: Simurg, 2006.
- CHAUI, Marilena. Intelectual engajado: uma figura em extinção? In: NOVAES, Adauto. *O silêncio dos intelectuais*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- CHIAPPINI, Ligia e AGUIAR, Flávio Wolf de (orgs.) *Literatura e história na América Latina*. São Paulo: Edusp, 1993.
- COUTINHO, Eduardo F. A busca de um discurso “síntese” na narrativa contemporânea da América Latina. *Anais do 1º e 2º Simpósios de literatura comparada*. Belo Horizonte: UFMG, 1987.

- CROCE, Marcela (comp.) *Polémicas intelectuales en América Latina*. Del “meridiano intelectual” ao caso Padilla (1927-1971). Buenos Aires: Simurg, 2006.
- DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette*. Mídia, cultura e revolução. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- DONOSO, José. *Historia personal del boom*. Barcelona: Anagrama, 1972.
- DUTRA, Eliana de Freitas. História e culturas políticas — definições, usos, genealogias. *Varia História*, Belo Horizonte, n. 28, dezembro, 2002.
- FERNÁNDEZ MORENO, César (coord.). *América Latina em sua literatura*. São Paulo: Perspectiva, 1979.
- EDWARDS, Jorge. *Adeus poeta: uma biografia de Pablo Neruda*. São Paulo: Siciliano, 1993.
- FIGUEIREDO, Vera L. F. Exílios e diásporas. In: MARGATO, Isabel; GOMES, Renato Cordeiro (orgs.) *O papel do intelectual hoje*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.
- FUENTES, Carlos. *Eu e os outros: ensaios escolhidos*. Rio de Janeiro: Rocco, 1989.
- FUNES, Patrícia. *Salvar la Nación: intelectuales, cultura y política en los años veinte latinoamericanos*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2006.
- GILMAN, Claudia. *Entre la pluma y el fusil: debate y dilemas del escritor revolucionário en América Latina*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2003.
- GIRARDET, Raul. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- GONZALEZ CASANOVA, Pablo. *América Latina: história de medio siglo*. México: UNAM, 1986, 2 vols.
- GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.
- HOBSBAWM, Eric. *Estratégias para uma esquerda racional: escritos políticos 1977-1988*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- \_\_\_\_\_. *Era dos extremos: o breve século XX – 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- HERNANDEZ, Leila Maria G. L. *A África na sala de aula: visita a história contemporânea*. São Paulo: Selo Negro, 2005.
- HERTOGHE, Alain; LABROUSSE, Alain. *Sendero Luminoso*. Peru, uma reportagem. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- HUNT, Lynn (org). *A nova história cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- JACOBY, Russell. *Os últimos intelectuais*. São Paulo: Edusp, 1990.
- JAMESON, Frederic. El marxismo realmente existente. *Casa de las Américas*, n.º 211, abril-junio 1998.
- JOZEF, Bella. *A máscara e o enigma*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 2006
- \_\_\_\_\_. *O espaço reconquistado: uma releitura*. Linguagem e criação no romance hispano-americano contemporâneo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- \_\_\_\_\_. *O romance hispano-americano*. São Paulo: Ática, 1986.
- JULLIARD, Jacques. A política. In: LE GOFF, J. & NORA, P. (org.) *História: novas abordagens*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.
- KOHUT, Karl. *Escribir en Paris*. Barcelona: Hogar del Libro, 1983.
- LACAPRA, Dominick. *Rethinking Intellectual History: Texts, Contexts, Language*. Ithaca/Londres: Cornell University Press, 1983.
- LÉVY, Bernard-Henry. *O século de Sartre: inquérito filosófico*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- LEZAMA LIMA, José. *A expressão americana*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

- LIE, Nadia. *Casa de las Américas* y el discurso sobre el intelectual (1960-1971). *Cuadernos Americanos*, n° 29, vol. 05, set./out. 1991.
- \_\_\_\_\_. *Transición y transacción: la revista cubana Casa de las Américas* (1960-1976). Bélgica/Leuven: Ediciones Hispamérica/Leuven University Press, 1996.
- LIMA, Luiz Costa. *História. Ficção. Literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- LOMBARDO, Verônica. El difícil oficio de calcular, o donde me pongo. CROCE, Marcela (comp.) *Polémicas intelectuales en América Latina: del “meridiano intelectual” al caso Padilla* (1927-1971). Buenos Aires: Simurg, 2006.
- LOWENTHAL, David. Como conhecemos o passado. *Projeto História*, PUC, SP, n° 17, Nov. 1998.
- LÖWY, Michael (org.). *O marxismo na América Latina: uma antologia de 1909 aos dias atuais*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.
- \_\_\_\_\_. *Marxismo e Teologia da Libertação*. São Paulo: Cortez, 1991.
- \_\_\_\_\_. *A guerra dos deuses: religião e política na América Latina*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- MAINGUENEAU, Dominique. *Termos-chave da análise do discurso*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.
- MANSILLA, H. C. F. Perspectivas para el movimiento socialista en América Latina. *Nueva Sociedad*, Buenos Aires, n. 108, Julio-Agosto, 1990.
- MAIRA, Luis e VICARIO, Guido. *Perspectivas de la izquierda latinoamericana: seis diálogos*. Santiago de Chile: FCE, 1991.
- MARGATO, Izabel; GOMES, Renato Cordeiro (orgs.). *O papel do intelectual hoje*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.
- MITRE, Antonio. *O Dilema do centauro*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.
- MORAÑA, Mabel. Territorialidad y forasterismo: la polémica Arguedas/Cortázar revisitada. In: FRANCO, Sergio (org.) *José María Arguedas: hacia una poética migrante*. Pittsburgh: Universidad de Pittsburgh, 2006.
- MOREIRAS, Alberto. *A exaustão da diferença: a política dos estudos culturais latino-americanos*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.
- NERUDA, Pablo. *Para nascer nasci*. São Paulo: Difel, 1980.
- OTERO, Lisandro. *Disidencias y coincidencias en Cuba*. Havana: Editorial José Martí, 1984.
- ORTIZ WADGYMAR, Arturo. *Política económica de México (1982-2000)*. El fracaso neoliberal. México: Editorial Nuestro Tiempo, 2001.
- PEIXOTO, Fernando. *Encontro de intelectuais pela soberania dos povos de nossa América*. São Paulo: Hucitec, 1992.
- PENA, Felipe. *Teoria do jornalismo*. São Paulo: Contexto, 2002.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy e LEENHARDT, Jacques (orgs.). *Discurso histórico e narrativa literária*. São Paulo: UNICAMP.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. História & literatura: uma velha-nova história. *Nuevo Mundo Mundos Nevos*, n° 06, abr. 2006. Disponível em: <http://nuevomundo.revues.org/document1560.html>. Acesso em: 28/04/2006.
- PINTO, Júlio Pimentel. *A leitura e seus lugares*. São Paulo: Estação Liberdade, 2004.
- PIZARRO, Ana (org.) *América Latina: palavra, literatura e cultura*. Campinas: UNICAMP 1995, 3v.

- PORTANTIERO, Juan Carlos. Os socialismos e a América Latina. In: HOBBSAWM, Eric J.(coord.). *História do marxismo. O marxismo hoje*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, vol. 11, 1989.
- POCOCK, J. G. A. *Linguagens do ideário político*. São Paulo: Edusp, 2003.
- RAMA, Ángel. *Literatura, cultura e sociedade na América Latina*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.
- \_\_\_\_\_. El boom en perspectiva. In: *Signos Literarios*, n. 01, janeiro-junho de 2005.
- RÉMOND, René (org.) *Por uma história política*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.
- RIVAS, Pierre. Paris como a capital literária da América Latina. In: CHIAPPINI, Ligia; AGUIAR, Flávio de (orgs.). *Literatura e história na América Latina*. São Paulo: Edusp, 1993.
- RODRÍGUEZ ELIZONDO, José. *La crisis de las izquierdas en América Latina*. Madri: Editorial Nueva Sociedad, 1990.
- RODRÍGUEZ MONEGAL, Emir. Una escritura revolucionária. *Revista Iberoamericana*, v. 37, nº 76-77, jul-dez 1971.
- \_\_\_\_\_. La crítica, función fundamental de la literatura. In: GARDUÑO RAMÍREZ, Guillermo. *Letras del sur*. Toluca: Editora Xinantécatl, 1988.
- ROJAS, Gonzalo. El Vaticano II en América Latina veinte años de posconcilio. *Cuadernos Hispanoamericanos*, Madri, n. 431, maio de 1986.
- ROUQUIÉ, Alain. *O Extremo-Occidente: introdução a América Latina*. São Paulo: Edusp, 1992.
- SADER, Emir; GENTILI, Pablo (orgs.) *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- SAID, Edward W. *Humanismo e crítica democrática*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- SAID, Edward W. *Representações do intelectual: as Conferências Reith de 1993*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- SANTOS, Irinéia M. Franco. 40 anos de Teologia da Libertação. *Anais do XVIII Encontro Regional de História – O historiador e seu tempo*. ANPUH/SP-UNESP/Assis, 24 a 28 de julho 2006. Cd-rom.
- SANTOS, Roberval de Jesus L. Modelos de engajamento. *Estudos Avançados*, São Paulo, 19 (54), 2005.
- SARLO, Beatriz. *Paisagens imaginárias: intelectuais, arte e meios de comunicação*. São Paulo: Edusp, 1997.
- \_\_\_\_\_. Arcaicos o marginales? Situación de los intelectuales en el fin del siglo. *Punto de Vista*, n. 47, ano XVI, Buenos Aires, dezembro, 1993.
- SATO, Nanami. Jornalismo, literatura e representação. In: CASTRO, Gustavo; GALEANO, Alex (orgs.) *Jornalismo e literatura: a sedução da palavra*. São Paulo: Escrituras, 2002.
- SIRINELLI, Jean-François. Le retour du politique. In: *Ecrire l'histoire du temps présent*. Institut d'histoire du temps présent. Paris: CNRS, 1992.
- \_\_\_\_\_. A sociedade intelectual francesa no limiar de um novo século. In: BASTOS, Elide Rugai; RIDENTE, Marcelo (orgs.). *Intelectuais: sociedade e política, Brasil-França*. São Paulo: Cortez, 2003.
- \_\_\_\_\_. Os intelectuais. In: Rémond, René (org.) *Por uma história política*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.

- SILVA, Helenice Rodrigues da. *Fragmentos da História Intelectual: entre questionamentos e perspectivas*. Campinas: Papirus, 2002.
- \_\_\_\_\_. A história intelectual em questão. In: LOPES, Marcos Antônio (org.). *Grandes nomes da história intelectual*. São Paulo: Contexto, 2003.
- \_\_\_\_\_. O intelectual no “campo cultural francês”. In: *Varia Historia*, Belo Horizonte, vol. 21, n° 34, julho de 2005.
- SILVA GOTAY, Samuel. El pensamiento religioso. In: ZEA, Leopoldo (Coord.). *América Latina en sus ideas*. México: Siglo Veintiuno, 1986.
- SOARES, Maria Susana Arrosa (coord.). *Os intelectuais nos processos políticos da América Latina*. Porto Alegre: Ed. Da Universidade, UFRGS, 1985.
- SOMMER, Doris. *Ficções de fundação: os romances nacionais da América Latina*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.
- TOURAINÉ, Alain. *Palavra e sangue: política e sociedade na América Latina*. São Paulo: Unicamp, 1989.
- VARGAS LLOSA, Alvaro; ALBERTO MONTANER, Carlos; APULEYO MENDOZA, Plinio. *Manual del perfecto idiota latino-americano*. Barcelona: Plaza y Janés, 1996.
- WHITE, Hayden. *Meta-história. A imaginação histórica do século XIX*. São Paulo: Edusp, 1992.
- \_\_\_\_\_. *Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura*. São Paulo: Edusp, 1994.
- WINOCK, Michel. *O século dos intelectuais*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.
- WOLFF, Francis. Dilemas dos intelectuais. In: NOVAES, Adauto. *O silêncio dos intelectuais*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- YÚDICE, George. *A conveniência da cultura: usos da cultura global*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.
- ZAID, Gabriel. Intelectuais. *Vuelta*, México, n° 168, nov. 1990.

## F. Sites

[www.bibliotecapiloto.gov.co](http://www.bibliotecapiloto.gov.co)  
[www.cambio.com.co](http://www.cambio.com.co)  
[www.cuba.cu](http://www.cuba.cu)  
[www.discurso.aau.dk](http://www.discurso.aau.dk)  
[www.elhistoriador.com.ar](http://www.elhistoriador.com.ar)  
[www.elpais.com](http://www.elpais.com)  
[www.eltiempo.com](http://www.eltiempo.com)  
[www1.folha.uol.com.br/folha](http://www1.folha.uol.com.br/folha)  
[www.jornalopção.com.br](http://www.jornalopção.com.br)  
[www.juliocortazar.com](http://www.juliocortazar.com)  
[www.lamaga.com.ar](http://www.lamaga.com.ar)  
[www.letraslibres.com](http://www.letraslibres.com)  
[www.mvargasllosa.com](http://www.mvargasllosa.com)  
[www.newyorker.com](http://www.newyorker.com)  
<http://sololiteratura.com>  
[www.observatoriodaimprensa.com.br](http://www.observatoriodaimprensa.com.br)

# Livros Grátis

( <http://www.livrosgratis.com.br> )

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)  
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)  
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)  
[Baixar livros de Matemática](#)  
[Baixar livros de Medicina](#)  
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)  
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)  
[Baixar livros de Meteorologia](#)  
[Baixar Monografias e TCC](#)  
[Baixar livros Multidisciplinar](#)  
[Baixar livros de Música](#)  
[Baixar livros de Psicologia](#)  
[Baixar livros de Química](#)  
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)  
[Baixar livros de Serviço Social](#)  
[Baixar livros de Sociologia](#)  
[Baixar livros de Teologia](#)  
[Baixar livros de Trabalho](#)  
[Baixar livros de Turismo](#)